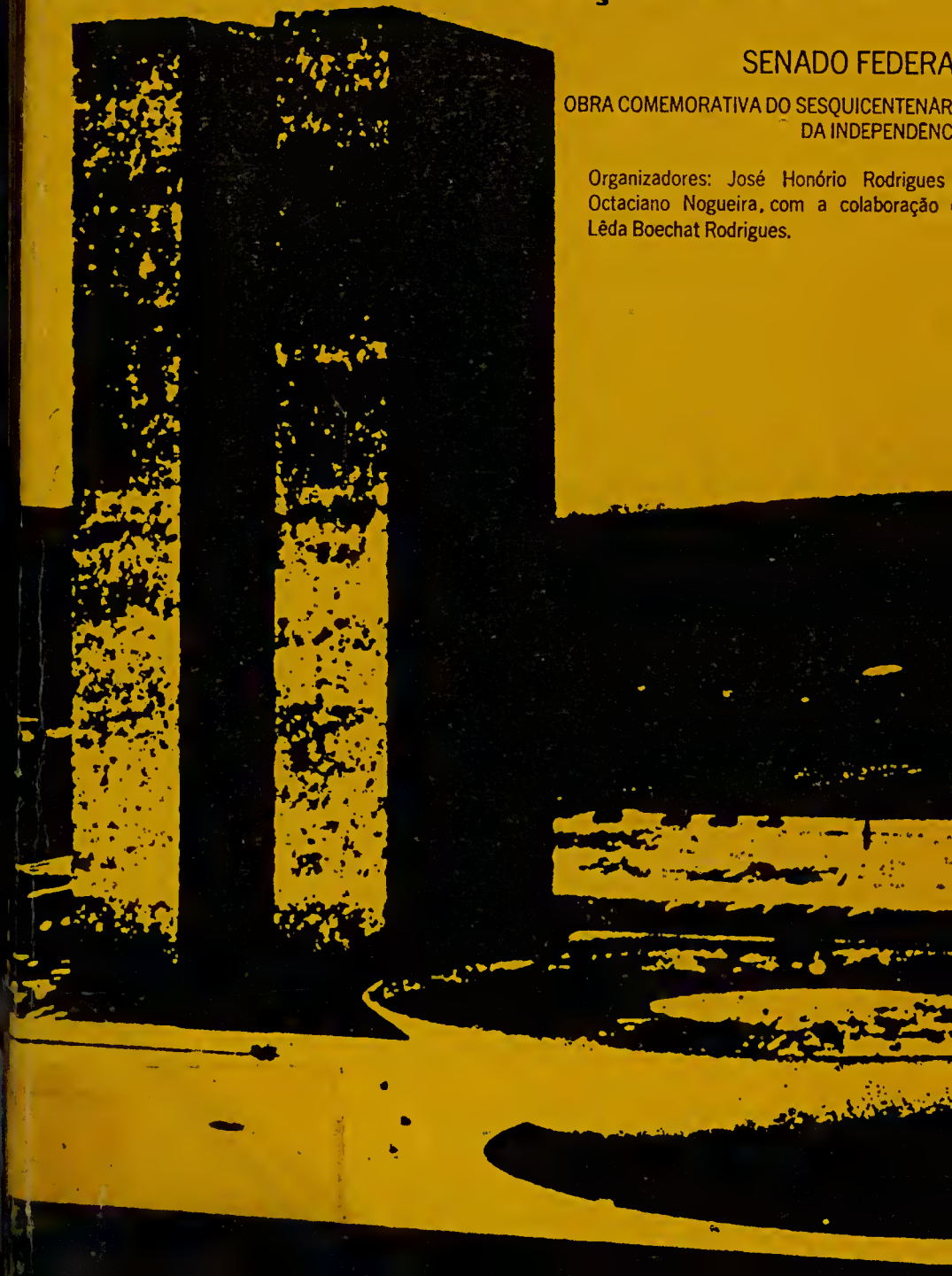
# O PARLAMENTO E A EVOLUÇÃO NACIONAL



SENADO FEDERA

OBRA COMEMORATIVA DO SESQUICENTENAR
DA INDEPENDÊNC

Organizadores: José Honório Rodrigues
Octaciano Nogueira, com a colaboração
Lêda Boechat Rodrigues.

## SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Senador *Petrônio Portella*
1º-Vice-Presidente: Senador *Carlos Lindenberg*
2º-Vice-Presidente: Senador *Ruy Carneiro*
1º-Secretário: Senador *Ney Braga*
2º-Secretário: Senador *Clodomir Milet*
3º-Secretário: Senador *Guido Mondin*
4º-Secretário: Senador *Duarte Filho*

### Suplentes

1º-Suplente: Senador *Renato Franco*
2º-Suplente: Senador *Benjamin Farah*
3º-Suplente: Senador *Lenoir Vargas*
4º-Suplente: Senador *Teotônio Vilela*

SENADO FEDERAL

OBRA COMEMORATIVA DO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

# O PARLAMENTO E A EVOLUÇÃO NACIONAL

Vol. 5
Tomo I
**Índice**
**Onomástico**
**e Remissivo**

ORGANIZADORES:

**José Honório Rodrigues** e **Octaciano Nogueira** com a colaboração de **Lêda Boechat Rodrigues**

**BRASÍLIA, DF**
**1972**

328.3
P252
PEN
V.5

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL
Este volume acha-se registrado
sob número 990
do ano d 1973
DOAÇÃO

BIBLIOTECA
SENADO FEDERAL

# A

— **A. ALBUQUERQUE. Deputado**
— Vide ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de

— **A. DE BRITO. Deputado**
— Vide BRITO, Paulo José de Melo de Azevedo

— **A. DA SILVA. Deputado**
— Vide SILVA, Antonio Augusto da.

— **A. VIANA. Deputado**
— Vide ARAUJO VIANA, Cândido José de.

— **ABAIXO-ASSINADOS**
— que o Partido Restaurador enviou a D. Pedro I. V. 3, I, 160
— que um ex-candidato à Regência, em 1832, levou à Europa, pedindo a volta de Pedro I. V. 3, I, 155

— **ABALO NO PODER**
— evitar-se através da censura prévia. V. 2, I, 170

— **ABONDONO**
— em que estariam os cargos públicos, se não tivéssemos um governo absoluto. V. 2, I, 107
— em que se encontram algumas províncias, pela inexistência dos Conselhos Gerais. V. 3, II, 146

— **ABDICAÇÃO**
— a... não deve ser a única base do nosso estado político atual. V. 3, I, 71

— de D. Pedro foi voluntária, para não ver o povo em conflagração. V. 3, I, 156
— de D. Pedro I. V. 3, I, 11
— de D. Pedro; viuvez política de d. Amélia. V. 3, I, 233
— de duas coroas, por amor de todos os brasileiros. V. 3, I, 21
— do Duque de Bragança não deve ser julgada pelas outras abdicações. V. 3, I, 161
— é a morte política do Imperador. V. 3, I, 26
— entrega ao Tenente-Coronel Frias do decreto de ... de D. Pedro I. V. 3, I, 104
— expressa ou tácita. V. e, I, 29
— fundamentos jurídicos e efeitos de uma. V. 3, I, 29
— monarcas que tentaram anular a... que fizeram. V. 3, I, 73
— o ato de... não comporta exame da fórmula por ser privativo da pessoa que o assinou. V. 3, I, 12
— tácita, quando o Imperador viola a Constituição. V. 3, I, 29-30
— tema da. V. 3, I, V
— validade do ato de V. 3, I, 69

— **ABDICAR**
— significação da palavra. V. 3, I, 30

— **"ABDICARE... MANIFESTE HABERE PRO DERELICTO"**
— citação de Grotius. V. 3, I, 30

— **ABERTURA DOS PORTOS**
— benefícios que resultaram da. V. 2, I, 133

— **ABISMO**
— borda do... em que se acha a Nação. V. 4, I, 172

— **ABOLIÇÃO**
— da escravatura; convenção da. V. 3, I, 292
— dos foros privilegiados e comissões especiais (lei regulamentar). Vide FOROS PRIVILEGIADOS.

— **ABREU,** Antonio Paulino Limpo de. Deputado
— Vide LIMPO DE ABREU, Antonio Paulino

— **ABSOLVIÇÃO**
— do decreto que suspendeu as garantias individuais em Pernambuco em 1829. V. 3, II, 97

— **ABSOLUTISMO**
— estado de... ministerial em que nos encontramos. V. 3, II, 25
— jornal redigido por um Ministro que convida o povo ao cepo antigo do. V. 3, II, 67
— Ministério que proclamava o. V. 2, I, 261
— togado. V. 2, I, 213

— **ABSOLUTISTAS**
— alcunha inculcada pelas sociedades existentes no Brasil. V. 2, I, 174
— amigos extremosos da independência, que se transformaram em. V. 3, I, 56
— Ministério que ouvia a pretensão dos. V. 2, I, 261

— **ABSURDO**
— de se conceder cidadania aos selvagens brasileiros. V. 2, I, 31
— na admissão indistinta de brasileiros que se encontravam no exterior durante a Independência. V. 2, I, 24
— utilizar-se o termo **rebelião** aplicado contra o Imperador. V. 2, I, 201

— **ABUNDANCIA**
— atual de terras no Brasil. V. 2, I, 110

— **ABUSOS**
— cometidos através de estamparia são menos perniciosos do que perpetrados através de tipos móveis. V. 2, I, 167
— contra a liberdade de imprensa tem começado pelos Ministros. V. 2, I, 216
— da administração, e não a liberdade de escrever é que causa as revoluções. V. 2, I, 151
— da espada, do pau da espingarda e da unha é que devem ser reprimidos. V. 2, I, 183
— da imprensa, não são aprovados pelo Ministério. V. 3, II, 182

— da liberdade de imprensa; interpretação do art. 8º do projeto de lei mandando observar o decreto de 22 de novembro de 1823 sôbre abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 209
— da liberdade de imprensa; lei sobre o. V. 2, I, 206
— da liberdade de imprensa; projeto de lei contra os crimes por. V. 2, I, 141
— da liberdade de imprensa; reforma da sentença do Juri pela Casa de Suplicação. V. 2, I, 213
— da liberdade de se comunicar não deve ser matéria do Código Criminal, mas sim da lei de imprensa. V. 2, I, 172
— da Magistratura; censura a eles é exagerada. V. 4. I, 38
— decorrente da má interpretação da proclamação do Imperador de 8-1-23. V. 2, I, 43
— de imprensa cometidos por jornais ministeriais V. 3, II, 59
— de imprensa em Pernambuco, V. 3, II, 51
— de imprensa; só aparecem nos periódicos do Governo. V. 3, II, 81
— de palavras não podem ser admitidos numa lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 166
— de poder; definição constitucional. V. 3, II, 31
— de poder é que gera as revoltas, qualquer que sejam as instituições. V. 2, I, 151
— dos impressos é as vezes ainda menor do que o abuso das palavras. V. 2, I, 173
— e licença de escrever; a que ponto chegou no Brasil. V. 3, I, 131
— legislação sobre os ... da liberdade de imprensa ainda é inquisitorial. V. 3, II, 174
— liberdade constitucional de comunicar os pensamentos, sem censura prévia, está subordinado à responsabilidade pelos abusos. V. 2, I, 170
— pelo emprego da palavra; devem-se compreender na lei de imprensa. V. 2, I, 165
— que poderia cometer uma Regência de 13 anos. V. 3, I, 80
— que serão cometidos à sombra das omissões da lei de imprensa. V. 2, I, 166
— que se tem praticado com a liberdade de imprensa. V. 3, II, 174

— reforma dos ... da administração anterior ao sete de abril. V. 3, I, 57
— vigência do decreto de 22 de novembro de 1823, sobre abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 207

— ACEITAÇÃO
— à cidadania dos brasileiros que pegaram em armas contra seu país. V. 2, I, 38
— como cidadãos dos brasileiros natos. V. 2, I, 44
— de emprego, pensão ou condecoração de governos estrangeiros sem licença do Imperador (art. 7º da Constituição). V. 2, I, 17
— de José Bonifácio, como tutor interino de D. Pedro II. V. 3, I, 22

— ACERVO DOCUMENTAL
— do parlamento; é falho e carente de continuidade. V. 2, I, III

— ACHINCALHE
— ao Ceará. V. 4, II, 115

— ACLAMAÇÃO
— de D. Pedro foi feita pelos brasileiros, em que ele não confiou. V. 3, I, 166

— ACLIMATAÇÃO
— da instituição dos Juízes de Paz ao Brasil. V. 3, II, 155

— AÇÕES
— de Banco; quanto rendem no Brasil. V. 2, I, 103

— AÇOITE
— pena de. V. 2, I, 148

— ACONTECIMENTOS
— do dia 15 no Rio de Janeiro, são criminosos. V. 3, I, 41
— do Pará e Rio Grande. V. 4, II, 85
— na Bahia e no Rio de Janeiro. V. 3, I, 39
— que tiveram lugar nas províncias da Paraíba, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe; comunicação à Câmara. V. 3, I, 33

— **ACORDO**

— que devia haver entre os Andradas e os rebeldes. V. 3, I, 136

— **ACUMULAÇÃO**

— da pena; proibição da. V. 2, I, 149

— de empregos de Bispo e Senador. V. 3, I, 273

— dos cargos de Deputado e Senador é vedada pela Constituição. V. 3, II, 107

— proibição de... de empregos pelos deputados provinciais. V. 4, I, 255

— **ACUSAÇÃO**

— a ministro, destituída de documentos só serve para proteger os acusados. V. 3. II, 42

— ao governo de conspirar contra a Constituição e trabalhar para estabelecer o absolutismo. V. 3, II, 75

— ao projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 69

— a que estão obrigadas as comissões da Câmara, quando constataram irregularidades nos Ministérios. V. 3, II, 37

— contra o Ministro da Guerra é mais uma pedra que se lança no edifício constitucional. V. 3, II, 98

— contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares) é uma questão pública. V. 3, II, 101

— de Ministros pela Câmara. V. 3, I, XI

— de republicanismo, feita à oposição. V. 3, II, 171

— dos Ministros promovida pela Câmara é mais temível do que pelo Procurador da Coroa. V. 3, II, 29

— faíscas de esperança que vão animar os corações dos brasileiros com a ... dos ministros. V. 3, II, 43

— feitas ao Senado, quando da demissão da Regência. V. 4, I, 199

— imputações a que estão sujeitos os que se animam a acusar uma autoridade mais elevada. V. 2, I, 149

— necessidade de licença do Desembargo do Paço para se proceder à ... dos magistrados. V. 3, II, 23

— o decreto de ... a Ministro só pode ser executado na sessão ordinária. V. 3, II, 42

— perniciosa; a feita contra Feijó. V. 3, II, 110

— que atinge os membros da Câmara. V. 3, I, 72
— que se fazem ouvir contra o governo. V. 3, I, 65

— **ACUSADO AUSENTE**
— nomeação de advogado ao. V. 3, II, 9

— **AÇÚCAR**
— falta de ... depois da Revolução Francesa. V. 2, I, 189

— **ADAM SMITH**
— referência a. V. 3, II, 5

— **ADEQUAÇÃO**
— das penas às qualidades físicas e morais dos réus. V. 2, I, 148

— **ADESÃO**
— dos estrangeiros à causa do Brasil. V. 2, I, 111
— dos portugueses à Constituição. V. 2, I, 47
— Senado às reformas constitucionais. V. 4, I, 278
— tácita dos brasileiros à vontade geral. V. 2, I, 47
— tácita ou expressa à causa do Brasil, como condição para cidadania. V. 2, I, 23

— **ADIAMENTO**
— da declaração de vacância do lugar do senador Domingos Borges de Barros por mais uma sessão legislativa, proposta pelo senador José Martiniano de Alencar. V. 3, I, 318
— da discussão da Indicação sobre a dotação do Imperador. V. 3, I, 221
— da discussão da questão da tutoria, para quando houver número na Assembléia-Geral. V. 3, I, 24
— da discussão do projeto de naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 85
— da discussão do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 11
— da discussão do projeto sobre naturalização de estrangeiros, proposto pelo deputado Bernardo Lobo de Souza. V. 2, I, 130

— da discussão dos projetos de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado, requerida pelo deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia. V. 3, II, 21

— da discussão dos projetos sobre naturalização; proposta do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 77

— da discussão, na Câmara, das emendas do Senado ao Projeto de lei sobre a liberdade de imprensa; requerimento do deputado Antonio Pereira Rebouças. V. 2, I, 201

— na Assembléia-Geral, da discussão sobre a arrematação dos direitos da Alfândega. V. 3, I, 297

— rejeição da proposta de ... da discussão do projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 130

— votação do requerimento de adiamento da Indicação do deputado José da Costa Carvalho sobre a tramitação, na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 99

— **ADIÇÃO**

— à Constituição, pretendida pelo projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 23

— que faz à Constituição o projeto de cidadania. V. 2, I, 29

— **ADICIONAMENTOS**

— aos projetos em discussão na outra Casa. V. 2, I, 54-55

— **ADMINISTRAÇÃO**

— competência da Assembléia para promover o exame da ... passada. V. 3, I, 59

— da Fazenda (lei regulamentar). Vide FAZENDA

— de Pedro I e a atual; paralelo feito na Câmara. V. 3, I, 153

— discussão na Câmara do projeto sobre ... municipal. V. 3, II, 151

— do Correio (lei regulamentar sobre a responsabilidade). Vide CORREIO.

— dos Andradas. V. 3, I, 249

— "não as chamo a Juízo". V. 3, II, 171

— não é retrógrada e anti-reformista. V. 4, I, 49

— ADMISSÃO

— de portugueses que mataram brasileiros nas guerras de Independência. V. 2, I, 112

— de egoístas e inimigos da causa do Brasil. V. 2, I, 40

— de estrangeiros; é distinta da naturalização. V. 2, I, 88

— dos brasileiros que, não atendendo à proclamação do Imperador, em 8-1-1823 foram considerados cidadãos. V. 2, I, 19

— indistinta que permite o projeto de cidadania. V. 2, I, 29

— projeto de lei que proíbe a ... de ordens religiosas no Brasil. V. 2, I, 273

— ADVOGADO AO ACUSADO AUSENTE

— nomeação de. V. 3, II, 9

— AFASTAMENTO

— do emprego de homens que podem servir de pretexto à perturbação do sossego e pública tranqüilidade. V. 3, I, 55

— AFEIÇÃO

— ao Império. V. 2, I, 50

— AFERIÇÃO

— dos pesos da Marinha, não é feita há mais de 40 anos. V. 3, II, 116

— AFIRMAÇÃO

— de José Clemente Pereira de que a rebelião de Afogados pôs a Pátria em perigo. V. 3, II, 82

— AFOGADOS

— movimento de ... em Pernambuco (1829) não pode caracterizar uma rebelião. V. 3, II, 51

— movimento de ... foi um tumulto. V. 3, II, 69

— nem houve comprometimento de segurança, quanto mais perigo iminente ou rebelião, no movimento de. V. 3, II, 86

— nenhuma força militar foi movida pelo governo para abafar a insurreição de Afogados que, segundo o governo, criava perigo iminente para a Pátria. V. 3, II, 91

— notícias de ... aterraram o Presidente da Província e o Governo do Rio de Janeiro. V. 3, II, 69
— os pasquins que apareceram na rebelião de ... tiveram por autor o escrivão da devassa. V. 4, II, 257
— rebelião de. V. 3, II, 47

— **AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO**
— V. 2, I, III

— **ÁFRICA**
— brasileiros residentes nas colônias da ... e Ásia que aceitaram empregos da coroa de Portugal depois da Independência. V. 2, I, 12

— **AGENTES**
— do governo que nos tinha oprimido. V. 3, I, 51

— **AGITAÇÃO**
— estado em que se encontra o Brasil. V. 4, II, 158
— o país está em agitação desde 1821. V. 3, II, 242
— política em que não convém reformar a Constituição. V. 4, I, 29
— política não priva de comodidade os povos e o progresso das luzes. V. 4, I, 29
— provocada na cidade e no parlamento com o motim da tropa e da polícia, em 15 de julho de 1831. V. 3, I, V
— pública em julho de 1832. V. 4, I, 169

— **AGITADORES**
— que só cuidam em miseráveis especulações. V. 4, II, 134
— e revolucionários, os que apóiam o governo. V. 3, I, 65
— interesse que têm os ... da Restauração em aterrar a população. V. 3, I, 174

— **AGRADECIMENTO**
— da Regência pela reforma encetada pelo Corpo Legislativo. V. 3, I, 66

— **AGRICULTORES**
— ensino de higiene aos. V. 2, I, 249

— **AGRICULTURA**
— decadência em Roma, pelo emprego de braços escravos. V. 2, I, 60
— estabelecimento de ... para naturalização. V. 2, I, 60
— indústria em qualquer ramo da. V. 2, I, 49
— os que se dedicam à agricultura são os que mais ânimo têm para ficar no país. V. 2, I, 101

— **AGUIAR, Albino Gomes Guerra de**
— Comissário Geral do Exército; parte no processo de imprensa, cuja sentença do Júri foi reformada pela Justiça ordinária. V. 2, I, 217

— **AGUIAR. José Caetano Ferreira de. Senador**
— V. 2, I, X
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **AJUNTAMENTOS**
— de homens armados para a mudança do governo constitui rebelião. V. 3, II, 72
— tumultuários e sediciosos que têm sido dispersado no Rio pelos soldados mineiros. V. 3, I, 43

— **ALAGOAS**
— movimentos ocorridos em. V. 3, I, 33

— **ALBUQUERQUE, Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcânti de. (Visconde de Albuquerque).**
— Vide HOLANDA CAVALCÂNTI, Antonio Francisco de Paula e ... de Albuquerque. (Visconde de Albuquerque)

— **ALBUQUERQUE, Manoel José de. Deputado**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **ALBUQUERQUE CAVALCÂNTI, José Mariano de. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **ALBUQUERQUE MARANHÃO, Afonso de. Senador**
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **ALBUQUERQUE MARANHÃO, João de. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— **ALBUQUERQUE E MELO, Francisco Remígio de. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **ALÇADA**
— do processo e do recurso dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166
— que eram comissões militares e que foram proibidas pela Constituição. V. 3, II, 90

— **ALCÂNTARA, Barão de**
— Vide CUNHA, João Inácio da

— **ALCEBÍADES, Deputado**
— Vide CARNEIRO, José Alcebíades.

— **ALCUNHAS**
— que as crianças põem nos mestres de primeiras letras; o que mostra a desonra que têm em ser professores. V. 2, I, 224
— inculcadas por sociedades existentes no Brasil aos cidadãos. V. 2, I, 174

— **ALEMÃES**
— franceses e ingleses são os que mais nos servem para naturalizar-se. V. 2, I, 72
— antigos... veneravam as mulheres como tendo alguma coisa de santo e divino. V. 2, I, 228

— **ALEMANHA**
— V. 2, I, XI
— proposições que fez ao governo o Ministro da. V. 3, I, 308

— **ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de. Deputado**

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **ALENCAR, José Martiniano de. Deputado. Senador**

— aparte ao senador Vasconcelos na discussão do art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 108

— apresentação de emenda ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, sobre a política judiciária. V. 4, II, 137

— apresentação de requerimento para que se discuta previamente sobre a compatibilidade dos arts. 1º e 2º dos projetos de interpretação do Ato Adicional na Câmara e Senado. V. 4, II, 151

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre a interpretação do art. 54 da carta magna de 24. V. 3, II, 105

— assinatura no projeto do senador Holanda Cavalcânti sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 206

— declaração de voto sobre a eleição de Feijó para o Senado. V. 3, I, 327

— discussão da emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 91

— discussão da redação final das emendas aprovadas pelo Senado ao projeto de lei sobre os artigos reformáveis da Constituição. V. 4, I, 197

— discussão de requerimento de sua autoria, para que se discuta previamente sobre a compatibilidade dos arts. 1º e 2º dos projetos de interpretação do Ato Adicional da Câmara e Senado. V. 4, II, 152

— discussão de seu requerimento para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional vá a uma comissão. V. 4, II, 147

— discussão do parecer da comissão de Constituição sobre a eleição de Feijó para o Senado. V. 3, I, 324

— discussão do parecer da Comissão especial, sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 195

— discussão do art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 112

— discussão do art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 139 e 176
— discussão do parecer sobre a vacância do lugar do senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 318
— discussão do projeto de reforma da Constituição; organização do Senado. V. 4, I, 70
— discussão do projeto sobre a reforma constitucional; dissolução da Câmara. V. 4, I, 68
— discussão do projeto sobre reforma da Constituição; referenda dos Ministro e o Poder Moderador. V. 4, I, 85
— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional, V. 4, II, 89
— discussão do requerimento do senador Vergueiro sobre dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 132 e 135
— manifesta-se contra o requerimento de pedido à Câmara de cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 200
— Requerimento para que o projeto de lei de interpretação do ato Adicional seja remetido à uma comissão V. 4, II, 140
— retirada de suas emendas ao projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição V. 4, I, 51
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 208
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **ALENCAR, Maria Alice Arraes de.**
— ajuda para a elaboração desta obra. V. 2, I, XV

— **ALENTO**
— que as opiniões emitidas pelos legisladores deram ao Partido Restaurador. V. 3, I, 73

— **A LETRA MATA, O ESPÍRITO VIVIFICA**
— V. 2, I, 28

— **ALEXANDRE (Magno)**
— referência a. V. 3, I, 87

— **ALFABETIZAÇÃO**
— condição essencial para naturalização. V. 2, I, 65
— do candidato à naturalização; vantagens V. 2, I, 68

— **ALFABETIZADO**
— apenas, não sabe extremar as boas das más doutrinas. V. 2, I, 250

— **ALFANDEGA**
— do Rio de Janeiro é a de todas as províncias. V. 4, I, 244

— **ALFENAS, Barão de**
— Vide JUNQUEIRA, Gabriel Francisco

— **ALIANÇA**
— com o Estado do Uruguai, para fazer frente à Revolução Farroupilha. V. 3, II, 239
— da força, da sabedoria e da liberdade; governo representativo, o único que garante a. V. 2, I, 141

— **ALMEIDA, Antonio José de Souza e**. Juiz de Paz no Rio de Janeiro.
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **ALMEIDA, Cândido Mendes de.**
— V. 2, I, XII

— **ALMEIDA, Carlos José**. (Juiz de Paz no Rio de Janeiro)
— representação pedindo a declaração de anistia no Rio de Janeiro. V. 2, II, 390

— **ALMEIDA, José Egídio Alvares de**. (Visconde e Marquês de Santo Amaro). Senador.
— anuncia a continuação, anteriormente adiada, de projeto de naturalização do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), sobre a naturalização. V. 2, I, 77
— anuncia a discussão dos projetos sobre naturalização do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) e do Visconde de Berbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes). V. 2, I, 59

— anuncia a votação de dois projetos sobre a naturalização. V. 2, I, 55-56
— anuncia a votação sobre a maneira de se discutir projetos de objetivos semelhantes. V. 2, I, 59
— anuncia a votação sobre a transformação da Casa em Comissão Geral, na segunda discussão. V. 2, I, 58
— anuncia o encerramento da discussão da questão preliminar sobre o rito de tramitação de projetos semelhantes. V. 2, I, 58
— anuncia o encerramento da discussão do art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89
— assinatura no autógrafo do projeto de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 329
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 27
— assinatura no parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. V. 3, I, 271
— assinatura no parecer pela vacância do cargo de senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 314
— consulta ao Senado sobre a forma de se fazer a discussão simultanea de projetos semelhantes. V. 2, I, 59
— discussão da emenda ao projeto sobre as escolas de primeiras letras, determinando que as meninas aprendam aritmética e geometria. V. 2, I, 226
— discussão da emenda que dispõe sobre o ensino das meninas. V. 2, I, 228
— eleição de Feijó na vaga de. V. 3, I, 321
— encerramento da discussão da 5ª condição estabelecida no projeto de naturalização V. 2, I, 81
— encerramento da discussão da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V. 2, I, 55
— intervenção na leitura da emenda do senador José Inácio Borges, ao projeto de cidadania. V. 2, I, 32
— intervenção sobre a dispensa de primeira discussão. V. 2, I, 58
— intervenção solicitando remeter à Mesa as emendas formuladas verbalmente na discussão dos projetos de naturalização. V. 2, I, 74

— submete ao Senado o encerramento da discussão do art. 1º e respectiva emenda, do projeto de naturalização. V. 2, I, 80

— votação da Indicação do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 51

— votação da Indicação, em aditamento, do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V. 2, I, 51

— votação da Indicação do senador Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 55

— votação sobre a forma de participar à Câmara as matérias em discussão, no Senado. V. 2, I, 55

— **ALMEIDA, Tito Franco de**

— V. 2, I, III

— **ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de. Deputado. Senador**

— aparte ao senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 93

— designação para a deputação que deveria submeter à sanção do Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218

— discussão da resposta à Fala do Trono; inteligência do Ato Adicional. V. 3, II, 263

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 142

— discussão do requerimento de audiência do Senador Marques de Barbacena, sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 84

— discussão do requerimento do senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja remetido à uma comissão especial. V. 4, II, 141

— discussão do Requerimento do Senador José de Alencar sobre a compatibilidade de artigos dos projetos de lei de interpretação do Ato Adicional, da Câmara e Senado. V. 4, II, 151

— requerimento para votação por parágrafos da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 270

— solicita que seja posto à votação o requerimento do senador Vergueiro para que o projeto de interpretação do Ato Adicional vá à uma Comissão Especial. V. 4, II, 92

— voto a favor da Maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Manoel Caetano de. Deputado. Senador**

— apresentação de projeto de Resolução propondo a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias, até que se resolva sobre as emendas da Câmara, rejeitadas pelo Senado. V. 3, II, 145

— apresentação de Requerimento, solicitando uma reunião da Assembléia Geral, para a nomeação da Regência permanente. V. 3, I, 115

— assinatura do parecer da comissão de Legislação ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 341

— assinatura na emenda da Comissão de leis complementares ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição do Senado, sobre a eleição de Feijó. V. 3, I, 321

— contesta os argumentos do Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, quanto à competência para determinar o crime. V. 2, I, 185

— contesta os argumentos do Visconde Cairu, José da Siva Lisboa, na discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 186

— debate seu projeto de Resolução sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 145

— discurso na Câmara sobre o projeto de cidadania enviado pelo Senado. V. 2, I, 43

— discurso sobre o artigo adicional ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 111

— discurso sobre o projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 105

— discussão da emenda do Senador Bento Barroso Pereira, ao requerimento de sua autoria, sobre a convocação da Assembléia Geral, para a eleição da Regência permanente. V. 3, I, 115

— discussão da resposta à Fala do Trono de 1831. V. 3, I, 101

— discussão das emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 176 e 177

— discussão das penas cominadas aos crimes sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 187

— discussão do artigo adicional proposto por Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, ao projeto de naturalização. V. 2, I, 110

— discussão do art. 3º do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 78

— discussão do art. 2º e emendas do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 185

— discussão do art. 6º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 195

— discussão do art. 2º e emendas do projeto de lei sobre a naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 116

— discussão do parecer da comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 281

— discussão do parecer que conclui pela vacância do lugar do Visconde de Pedra Branca. V. 3, I, 317

— discussão do parecer sobre a vacância do cargo do Senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 315

— discussão do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 76

— discussão do projeto de lei do senador Vergueiro sobre o casamento civil. V. 2, II, 311

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; Poder Legislativo. V. 4, I, 60

— discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 169

— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência Permanente. V. 3, I, 117 a 119

— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 107 e 109

— discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 180

— discussão do Requerimento de sua autoria, sobre a eleição da Regência Permanente. V. 3, I, 116

— discussão do requerimento do deputado José Antonio da Silva Maia, propondo a sustação da remessa ao Senado do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, face às dúvidas suscitadas pelo Ministro da Justiça. V. 2, I, 210

— discussão do requerimento do Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 201

— discussão sobre as penas cominadas no projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 186

— discute a inclusão do projeto de lei sobre as atribuições da Regência Permanente, na Ordem do Dia. V. 3, I, 117

— discute o projeto sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V. 3, II, 18

— eleição para a comissão especial do Senado destinada a tratar da eleição da Regência Permanente. V. 3, I, 116

— emenda de sua autoria e outros deputados, incluindo um artigo adicional ao projeto de lei sobre a naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 116

— manifestação sobre o projeto de cidadania. V. 2, I, 39

— manifestação sobre o projeto de lei sobre os crimes de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 146

— nomeação para Presidente de Pernambuco. V. 3, I, 191

— referência a. V. 2, I, 109 e 188

— resposta ao deputado José Lino Coutinho, na discussão do projeto sobre naturalização, apresentado pelo deputado José Antonio da Silva Maia à Câmara. V. 2, I, 92

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **ALMEIDA E SILVA, Patrício José de. Senador**

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **ALMEIDA TORRES, José Carlos Pereira de. Deputado**

— anuncia estar sobre a Mesa o diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho Souza Chichorro, como suplente pela província de São Paulo. V. 3, I, 266

— anuncia o adiamento da discussão do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 267

— assinatura no ofício que remeteu ao Senado o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, aprovado pela Câmara. V. 2, I, 161

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre as medidas adotadas pelo governo em Pernambuco (1839). V. 3, II, 53

— discussão do Parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 267

— discussão da questão de ordem do deputado Paula e Souza sobre o Poder de emenda dos Ministros na Câmara. V. 3, II, 39

— leitura do Ofício do Senado, encaminhando emenda ao Orçamento para 1828. V. 2, II, 22

— manifesta-se sobre o requerimento do deputado José Antonio da Silva Maia, solicitando que o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa seja sustado, em face das dúvidas suscitadas pelo Ministro da Justiça. V. 2, I, 210

— Ofício ao Ministro José Clemente Pereira, autorizando a expedição de diploma ao substituto imediato de Manoel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro, por não ter sido este aceito na representação nacional. V. 3, I, 268

— Ofício ao 1º-Secretário do Senado, remetendo a Resolução da Câmara que reduz para 15% os direitos de importação das mercadorias provenientes de todas as nações. V. 2, II, 102

— refuta o deputado Souza França na discussão do parecer da Comissão de Poderes sobre a rejeição do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **ALMOTACÉS**

— V. 3, II, 164

— **ALMIRANTES**

— competência que têm na Inglaterra, para fazer proclamações em caso de bloqueio. V. 2, I, 9

— **ALTERAÇÃO**

— de artigos constitucionais. V. 2, I, 42

— do número de membros das Assembléias Legislativas Provinciais. V. 4, I, 209

— do regimento; praticada na tramitação de projetos na Câmara. V. 2, I, 36

— **ALTERAR**

— sentido da palavra. V. 4, I, 94

— **ALUNOS**

— que se entregam ao ocio, à espera do diploma. V. 2, I, 234

— **ALVARÁS DE FIANÇA**

— são necessários para livrar solto o réu, quando o crime impuser pena superior a 6 meses de prisão ou desterro para fora da comarca. V. 3, II, 109

— **ALVARENGA FERREIRA, José de. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— **ALVARES, Joaquim de Oliveira. Ministro**

— apresentação de sua defesa na denúncia por crime de responsabilidade, enviada à Câmara por ofício de 20 de junho de 1829. V. 3, II, 87

— denúncia contra ... pela suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco. V. 3, II, 41

— ofício à Câmara, comunicando as providências tomadas em 1829 na Província de Pernambuco. V. 3, II, 48-9

— ofício comunicando a Câmara as medidas adotadas em Pernambuco. V. 3, II, 49

— não agiu com dolo ou má fé, na criação da comissão militar de Pernambuco em 1829. V.3, II, 101

— recusa de informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, na sessão extraordinária de 1829, V.3, II, 41

— vida pública; seu caráter franco e leal; provas que tem dado de amor à causa do Brasil. V.3, II, 101

— votação da denúncia contra... pela criação de comissão militar em Pernambuco, em 1829. V.3, II, 104

— **ÁLVARES DE ALMEIDA, José Egídio**
— Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

— **ÁLVARES DO AMARAL, Antonio Joaquim. Deputado**
— voto a favor a lei interpretativa do Ato Adicional. V.2, II, 82

— **ALVARES MACHADO, Francisco... de Vasconcelos. Deputado**
— apoio ao pedido de urgência para o projeto do deputado Antonio Carlos declarando a imediata maioridade de D. Pedro II. V.4, II 282
— cede a prioridade de seu requerimento ao do deputado Carneiro da Cunha, determinando a impressão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 56
— defesa da emenda de sua autoria, ao projeto de reforma constitucional. V.4, I, 257
— discussão da proposta de fixação das forças armadas; emenda do Senado sobre o engajuamento de tropas estrangeiras. V.2, II, 279, 288, 289
— discussão do projeto de Carneiro Leão sobre a maioridade, e o requerimento do deputado Rezende sobre a matéria. V.4, II, 236, 237 e 245
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 53
— discussão do projeto de reforma constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V.4, I, 244
— discussão do projeto de reforma constitucional garantias dos deputados provinciais. V.4, I, 235
— discussão do projeto de reforma constitucional; responsabilidade dos Presidentes de Província e dos Magistrados. V.4, I, 248 e 250
— discussão do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a viagem de D. Pedro II ao exterior durante 5 anos. V.4, II, 204
— discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade. V.4, II, 294-5
— discussão sobre a retirada do projeto do deputado Carneiro Leão sobre a maioridade de D. Pedro V.4, II, 266
— emenda ao projeto de reforma constitucional; deputados provinciais empregados do governo central. V.4, I, 255

— manifestação sobre a maioridade de D. Pedro II, V.4, II, 272

— protesto contra o adiamento da Assembléia Geral para dezembro de 1840, V.4, II, 305

— questão de ordem sobre o projeto do deputado Vieira Souto, sobre a maioridade de D. Pedro II. V.4, II, 198

— requerimento para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja submetido à uma quarta discussão. V.4, II, 55

— requer votação nominal sobre a questão preliminar da incoerência da lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 82

— solicita a inclusão na ordem do dia do projeto sobre a maioridade de D. Pedro II, do deputado Carneiro Leão. V.4, II, 226

— voto a favor da competência privativa da Camara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V.4, II, 82

— voto pela destituição do Tutor. V.3, I, 200

— **ALVES BRANCO, Manoel. Deputado. Senador**

— a opinião de 1839 do Senador Alves Branco não se casa com a de 1835. V.4, II, 125

— apartes ao discurso do Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão da resposta à Fala do Trono. V.3, II, 260

— assinatura no projeto de Feijó, de criação de cursos de estudos elementares. V.2, I, 241

— assínatura no projeto de resposta à Fala do Trono de 1839. V.3, II, 188

—contestação ao Senador Vasconcelos, na resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V.3, II, 217

— contesta as impugnações à resposta da Fala do Trono; revolução Farroupilha. V.3, II, 239

— discussão das emendas ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V.2, II, 145

— discussão da resposta à Fala do Trono; inteligência do Ato adicional. V.3, II, 259 e 264

— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé, V. 3, II, 211
— discussão da resposta à fala do Trono; revolução dos Farrapos. V.3, II, 225
— discussão do parecer da comissão especial sobre o saneamento do meio circulante. V.2, II, 140
— discussão do projeto nº 37 da Câmara, que dispõe sobre a reforma de Oficiais e aposentadoria dos empregados públicos. V.3, I, 48
— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena, sobre projeto de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 91
— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara, rejeitada pelo Senado, que proibe a acumulação dos empregos de Bispo e Senador. V.3, I, 274
— envio à Mesa do Código de Processo Criminal. V.2, II, 357
— esclarecimentos ao Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão da resposta à Fala do Trono de 1839. V. 3, II, 194
— esclarecimentos sobre a questão de ordem do Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 104
— leitura do discurso de resposta à Fala do Trono (Voto de Graças) de 1839. V.3, II, 187
— parecer da comissão encarregada das bases do código de processo criminal. V.2, II, 357
— resposta à interpelação do Deputado Holanda Cavalcânti, na discussão do parecer da comissão especial, sobre a melhoria do meio circulante. V.2, II, 139
— resposta ao Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão do Voto de Graças. V.3, II, 189
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V.2, II, 209

— **ALVES FERREIRA. Deputado**
Vide ALVARENGA FERREIRA, José de

— **ALVES MACHADO, Deputado**
Vide ÁLVARES MACHADO, Francisco de Vasconcelos

— **AMARAL, Manoel Maria do**
Vide MARIA DO AMARAL, Manoel

— **AMARO, Marquês de Santo**
Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

— **AMBIÇÃO**
— dos Andradas, referida por Martim Francisco. V.3, I, 240
— impera demasiado no coração humano. V.3, I, 73

— **AMBIVALÊNCIA**
— libertaria e liberticida do rio-grandense. V. 3, I, VI-VII

— **AMEAÇA**
— aos Deputados, na gazeta ministerial. V. 3, II, 145
— ao trono, segundo os restauradores. V.3, I, 161
— à sorte vindoura do Brasil e à existência do povo brasileiro, como nação livre. V.3, I, 35
— de facadas feitas ao Dep. Navarro de Abreu. V.4, II, 267
— de invasão estrangeira. V.4, I, 276
— presença do Parlamento sempre que houve... aos direitos individuais. V.4, I, III
— que fez à representação nacional um soldado da guarda do correio, fazendo pontaria contra alguns Deputados que tentavam sair da Câmara. V.3, I, 44

— **AMÉLIA, Princeza de Leuchtenberg**
— contrato de casamento de... com D. Pedro. V.3, I, 233

— **AMÉRICA SETENTRIONAL**
— vantagens que lá resultaram da lei sobre a naturalização. V.2, I, 132

— **"AMICUS PLATO, SED AMICUS VERITAS"**
— V.3, II, 63

— **AMIGOS**
— extremosos da Independência, que se transformaram em absolutistas. V.3, I, 56

— **AMIZADE**
— prova que deu José Bonifácio, segundo D. Pedro I. V. 3, I, 21

— AMOR
— à pátria, é congênito com o homem. V.2, I, 105
— do mando, natural ao coração do homem. V.2, I, 109
— AMPLIAÇÃO
— do elemento federativo na Constituição. V.4, II, 36
— AMOTINADORES
— referidos na portaria do Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 113
— AMOTINADOS
— e sediciosos; não eram... os que estiveram no campo de honra, no sete de abril. V.3, I, 70
— AMPLITUDE
— no debate. V.2, I, 57
— ANAIS
— dificuldades para a consulta aos. V.2, I, IV
— média anual dos; no começo do Império; depois de 1870; nos primeiros anos da República; em 1908; em 1909; em 1912; em 1921; em 1926, e em 1935. V. 2, I, VIII
— "ANALYSTA"
— jornal ministerial. V.3, II, 59
— ANAIS
— da Câmara; número de volumes entre 1826 e 1937. V.2, I, IV
— do Senado; volumes não publicados. V. 2, I, VIII
— estatística dos... parlamentares. V.2, I, VII
— tarefa urgente a publicação dos... do Senado em falta. V. 2, I VIII
— ANALOGIA
— Entre os artigos, para votação. V. 2, I, 56
— ANALFABETISMO
— não deve ser um obstáculo à naturalização. V.2, I, 76
— ANALFABETOS
— pouca diferença que têm dos irracionais. V. 2, I, 66

— **ANARQUIA**
— a acusação contra Feijó mostra que a Câmara dos Deputados quer a. V. 3, II, 110
— a ... nos combateria por dois lados. V. 2, I, 183
— levada pelos franceses para o Pará. V. 3, II, 192
— na ordem judiciária. V. 4, II, 47
— que se segue ao poder oligárquico. V. 4, I, 72
— que tem devastado as nações milítrofes. V. 4, I, 7
— risco de. V. 2, I, 125

— **ANARQUISTAS**
— de Pernambuco; intenção de derrubar o Comandante das Armas, na rebelião de Afogados. V. 3, II, 79
— empenho em mostrar a oposição como de. V. 3, II, 177
— e republicanos que, segundo os restauradores, ameaçam o trono de D. Pedro II. V. 3, I, 169
— freio que o Ministro da Justiça (Feijó) tem posto aos. V. 3, II, 11
— imputação de ... que fazem os fautores do despotismo para aterrar os povos e suprimir a liberdade de imprensa. V. 2, I, 149
— voto das reformas é dos. V. 4, I, 42

— **ANCONA**
— ocupação de ... pelos franceses. V. 3, II, 191

— **ANDRADA, José Ricardo da Costa Aguiar de.**
— Vide COSTA AGUIAR, José Ricardo da ... de Andrada

— **ANDRADA MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro de ... e Silva. Deputado Constituinte. Deputado.**
— alusão à sua chegada à Inglaterra, onde esperava o Duque de Bragança. V. 3, I, 194
— aparte ao deputado Álvares Machado, na discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 54
— apartes ao deputado Limpo de Abreu, na discussão do voto de graças de 1838. V. 3, II, 176
— apresentação do projeto declarando maior o Imperador D. Pedro II. V. 4, II, 281

— conclama os deputados a seguirem para o paço do Senado. V. 4, II, 308
— contesta o Ministro da Justiça, na questão de ordem sobre o projeto do deputado Carneiro Leão relativo a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 222
— declaração aos regentes provisórios de que não aceitaria missão a Londres. V. 3, I, 250
— discordância do Presidente quando proibe aos deputados concluir seus discursos dando vivas. V. 4, II, 286
— discussão da emenda do Senado ao Projeto de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 291
— discussão da redação final do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 80
— discussão da resposta à Fala do Trono; maioridade. V. 4, II, 214
— discussão do art. 2º do projeto de lei de intérprete do Ato Adicional. V. 4, II, 40 e 44
— discussão do pedido de urgência para o seu projeto sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 282
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 24 e 29
— discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade. V. 4, II, 298
— discussão do requerimento do dep. Coelho Bastos sobre o projeto da maioridade do dep. Carneiro Leão. V. 4, II, 229
— discussão do requerimento de dep. Rezende, sobre o projeto de maioridade, do dep. Carneiro Leão. V. 4, II, 231
— discussão do Voto de Graças de 1838. V. 3, II, 171
— entrevista à **Trombeta**, mostrando que Pedro I ainda era legítimo Imperador do Brasil. V. 3, I, 193
— Ida à Portugal. V. 3, I, 194
— Idéias republicanas que demonstrou na França. V. 3, I, 194
— leitura, como relator da Comissão, da proclamação da Assembléia sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 311
— missão de ... à Europa. V. 3, I, 193
— pedido de retirada de seu requerimento de urgência para o projeto de maioridade de sua autoria. V. 4, II, 289

— pedido de urgência para seu projeto de maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 281
— protesto contra o adiamento da Assembléia Geral para dezembro de 1840. V. 4, II, 306
— questão de ordem sobre o projeto do deputado Carneiro Leão, a respeito da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 223
— resposta à oposição, na discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 180
— sua ida à França, quando em missão restauradora na Europa. V. 3, I, 194
— seu republicanismo, na juventude. V. 3, II, 171
— seu trabalho, em prol da Restauração, não poderia ser desconhecido de seu irmão, o Tutor. V. 3, I, 194
— seus filhos ficaram em São Paulo, quando foi à Europa em missão restauradora. V. 3, I, 194
— tratamento que, segundo folha ministerial portuguesa, teria recebido de D. Pedro I, em sua missão restauradora. V. 3, I, 194
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Tutor. Deputado.**

— a continuação de... como tutor é incompatível com a paz pública. V. 3, I, 182
— carta de D. Pedro I, nomeando-o tutor de D. Pedro II. V. 3, I, 21
— comparação com Jefferson. V. 3, I, 203
— contribuiu muito mais para o Sete de Abril do que aqueles que se achavam por trás da cortina. V. 3, I, 194
— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas V. 4, I, 12
— discute o projeto nº 37, da Câmara, que dispõe sobre a aposentadoria dos empregados públicos e a aposentadoria dos oficiais, cuja conservação for prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45
— injustiça que constitui sua remoção do cargo de Tutor, sem provas. V. 3, I, 203
— não houve pronúncia do Júri, quando de seu afastamento do cargo de Tutor. V. 3, I, 202

— reconhecimento de... como Patriarca da Independência, feito pelo Visconde de Cairú. V. 3, I, 203
— reconhecimento, em sua designação como tutor, de que era cidadão benemérito, brasileiro probo e amigo da pátria. V. 3, I, 27
— reconhecimento, pela Assembléia de suas qualidades. V. 3, I, 27
— refuta as acusações de Evaristo da Veiga, de que tenha havido deportações em 1822. V. 3, I, 55
— remoção de ... da tutoria de D. Pedro II. V. 3, I, 181 e VII
— se... não deve ser tutor, deve ser removido. V. 3, I, 194
— volta de ... à Câmara depois do exílio. V. 3, I, 311

— **ANDRADAS**
— a nomeação da Duquesa de Goiás não pertence a. V. 3, I, 248
— indisposição dos ... contra o Governo e a maioria da Câmara, nasceu da exclusão de todos da Regência. V. 3, I, 197-198
— não procuraram nenhum poder, depois do desterro; nem antes nem depois do Sete de Abril. V. 3, I, 250
— os ... e a Monarquia. V. 3, I, 247
— participação de Martim Francisco, na implantação da Regência. V. 3, I, 250
— presença na conspiração dos Caramurus. V. 3, I, 136
— proclamação dos rebeldes em que um dos ... é proclamado Regente. V. 3, I, 136
— recusa dos ... a organizar um Ministério em 1830. V. 3, I, 250
— rumores de comoções, a cuja frente estariam os. V. 3, I, 136
— sairam em 1823 como entraram. V. 3, I, 250
— serão os ... ambiciosos? V. 3, I, 250
— sua carreira política terminou em julho de 1823. V. 3, I, 249
— sua inclusão na Regência mostrou-se impraticável no primeiro escrutínio. V. 3, I, 197

— **ANDRADE LIMA, Luiz Inácio de. Deputado.**
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **ANIMAL FEROZ**
— em que se transforma o homem, durante as Revoluções. V. 3, I, 56

— **ÂNIMO**
— de permanecer no país, como condição para naturalização. V. 2, I, 71
— de permanência no país; como se manifesta. V. 2, I, 59

— **"ANIMO NON REDEUNDI"**
— V. 2, I, 67

— **ANIMOSIDADES**
— entre as Assembléias Provinciais e o poder geral. V. 4, II, 44

— **ANISTIA**
— absoluta e plena concedida por alguns soberanos. V. 2, I, 29
— aos que perderam o foro de cidadania. V. 2, I, 29.
— a primeira . . . aos rebeldes Farroupilhas não foi útil mas nociva. V. 3, II, 256
— com que se tem afrontado os revolucionários de 7 de abril. V. 3, I, 162
— concedida pela Constituição. V. 2, I, 10
— concedida pelos soberanos, depois de grandes revoluções ou rebeliões. V. 2, I, 29
— concedida tacitamente pela Constituição aos brasileiros que não atenderam à proclamação para que voltassem ao Brasil, no prazo de seis meses. V. 2, I, 7.
— deve ser dada quando os homens não são incorrigíveis. V. 3, I, 42
— deve ter aplicação quando o Estado e a Humanidade o exigem. V. 3, II, 243
— direito que tem a Câmara de dar. V. 3, I, 41
— efeitos nulos que teve na Revolução Farroupilha. V. 3, II, 249
— em tempo de comoção, só pode animar o crime. V. 3, I, 42
— exemplo de concessão na Europa e América. V. 2, I, 29
— grandes resultados a favor da causa pública que produziu a... aos rebeldes farroupilhas. V. 3, II, 254

— ilegalidade da concessão de ... através de iniciativa do Legislativo. V. 2, I, 44
— inaplicabilidade do princípio à questão da cidadania V. 2, I, 24
— males que produziu em Pernambuco. V. 4, I, 249
— na Bahia foi deixada ao Juri, depois da vitória sobre os rebeldes. V. 3, II, 243
— não foi concedida pela Constituição nos casos de cidadania V. 2, I, 28
— necessidade de se tratar com urgência da anistia aos acontecimentos do Rio e Bahia depois do sete de Abril. V. 3, I, 39
— no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 235
— no Rio Grande do Sul, se tivesse sido respeitada, há muito teria triunfado a legalidade. V. 3, II, 257
— nunca preveniu as rebeliões. V. 3, II, 249
— o bem do Estado a exige, quando se pode poupar vidas e dinheiro. V. 3, II, 243
— oferecida aos rebeldes da Farroupilha, na mudança do Gabinete. V. 3, II, 241
— plena concedida por alguns soberanos. V. 2, I, 29
— poder de concedê-la, que pela Constituição pertence ao Poder Moderador, passou para o Legislativo, pela lei de atribuições da Regência. V. 3, I, 112
— projeto de ... para o Maranhão. Câmara, 1832. V. 2, II, 373
— projetos na Câmara e no Senado, em 1833. V. 2, II, 391
— que se tem proposto em lugar da suspensão de garantias. V. 4, I, 249
— razões da ... concedida aos rebeldes farroupilhas, quando da posse de Araújo Ribeiro. V. 3, II, 251
— representação dos Juízes de Paz do Rio de Janeiro, pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 387
— só pode ser concedida por disposição expressa. V. 2, I, 11
— suposição da existência de crime para que possa ser concedida a. V. 2, I, 24

— **ANOMALIA**

— que constitui submeter os projetos oriundos da Câmara, simultaneamente à 1ª e 2ª discussão. V. 2, I, 164

— **ANTERIORIDADE**
— da lei. V. 4, II, 20-21
— da proclamação do Imperador, de 8-1-23, sobre a Constituição. V. 2, I, 42

— **ANTERO, Brigadeiro**
— conferência com Bento Manuel. V. 3, II, 250

— **ANTINOMIA**
— entre a Constituição e as leis. V. 3, II, 112
— entre Monarquia e Federação. V. 3, I, 249

— **ANTOLOGIA**
— do pensamento político brasileiro, plano inicial desta obra. V. 2, I, VII

— **ANTONIO AUGUSTO. Senador.**
— vide MONTEIRO DE BARROS, ANTÔNIO AUGUSTO

— **ANTÔNIO CARLOS**
— vide MACHADO E SILVA, ANTÔNIO CARLOS ANDRADA

— **ANTRO DA CALÚNIA**
— lei que feche os. V. 2, I, 142

— **ANTUNES CORREIA, JOÃO. Deputado.**
— discussão do projeto do deputado Antônio Carlos de declaração da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 301

— **ANULAÇÃO**
— da primeira eleição para Regente, na Paraíba e Sergipe. V. 3, I, 145
— de abdicações, monarcas que tentaram a. V. 3, I, 73
— dos atos do Executivo e Judiciário competem à Assembléia Geral. V. 3, II, 13

— **APARATO**
— não deve aparecer o Chefe da Nação com ..., quando a Nação vive na miséria. V. 3, I, 223

— **APATIA**
— da Câmara queixumes justificados sobre a ..., depois da lei de reformas. V. 3, I, 176

— **APELAÇÃO**

— das sentenças do Júri, nos crimes de imprensa, casos em que se dá. V. 2, I, 214

— nos casos de nulidade, no julgamento dos delitos de imprensa. V. 2, I, 199

— **APELO**

— que o Ministro da Justiça (Feijó) faz em seu relatório à Providência Divina. V. 3, I, 124

— **APLAUSO**

— de todo o Brasil à resolução heróica do Rio de Janeiro. V. 3, I, 70

— **APLICAÇÃO**

— ao Brasil dos princípios de liberdade de Imprensa vigentes na Inglaterra. V. 2, I, 149

— da palavra Parlamento no Brasil. V. 4, I, V

— **APODO**

— à Assembléia. V. 3, II, 59

— **APOIO**

— ao projeto de naturalização de Felisberto Caldeira Brant Pontes. V. 2, I, 50

— ao projeto de naturalização de José Joaquim Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas. V. 2, I, 50

— necessário para apresentação de emendas ao projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 155

— necessário para a reforma da Constituição. V. 2, I, 122

— parlamentar que nunca faltou ao governo, quando a unidade de opiniões foi necessária. V. 4, I, III

— que foi procurar o governo regencial, nos cidadãos. V. 3, I, 166

— **APÓLICES**

— queda das ... brasileiras em Londres. V. 3, II, 77

— **APOLOGISTA**

— do despedaçamento de tipografias, não pode ser ... o orador, por ser jornalista. V. 3, I, 192

— **APOSENTADORIA**
— de párocos ataca as leis canônicas. V. 3, I, 56
— de senadores, sugestão para que seja elaborado projeto de lei sobre a. V. 3, I, 332

— **APÓSTATA**
— é considerado ... o frade que vive fora de seu convento. V. 2, I, 259

— **APÓSTOLO**
— da Constituição nos EE.UU. V. 4, I, 7
— das gentes. V. 2, I, 28
— que foram casados. V. 2, I, 285

— **APRESENTAÇÃO**
— de novos ministérios, eliminada pela República. V. 4, I, VIII
— do Volume 2, pelo Senador Petrônio Portella. V. 2, I, I a V

— **APROVAÇÃO**
— ao requerimento do Marquês de Barbacena, propondo o adiamento da declaração de vacância do lugar do senador Visconde de Pedra Branca até o fim da sessão legislativa. V. 3, I, 319
— da Câmara a tudo quanto faz o governo. V. 3, I, 41
— da condição de casado com mulher brasileira e posse de profissão, ofício ou ocupação honesta, para efeito de naturalização. V. 2, I, 81
— da emenda ao art. 2º do projeto de naturalização do Senado. V. 2, I, 89
— da emenda ao art. 4º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 159
— da emenda do deputado Diogo Antônio Feijó, ao art. 20 do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 162
— da emenda do deputado José Lino Coutinho, ao art. 2º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157
— da emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada ao art. 1º do projeto sobre naturalização. V. a, I, 136
— da emenda que fixa em 21 anos a idade para naturalização. V. 2, I, 81

— da emenda que reserva ao governo o reconhecimento dos serviços prestados pelo naturalizando. V. 2, I, 81
— da emenda supressiva ao art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89
— da lei sobre naturalização. V. 2, I, 138
— da moção do Senador Antônio Luiz Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe), sobre a discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 118
— da primeira parte do segundo artigo adicional apresentado pelo deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137
— da proposta do deputado José Antônio da Silva Maia, sugerindo a sustação da remessa ao Senado do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, face às dúvidas suscitadas pelo Ministro da Justiça, sobre a legislação em vigor. V. 2, I, 211
— da redação final do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— da redação final do projeto sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 148
— a redação final do projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado e emendado pela Câmara. V. 2, I, 117
— das emendas do Senado à epígrafe e aos arts. 1º e 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 202
— das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 205-206
— do art. 20 do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 162
— do art. 1º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 136
— do art. 2º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137
— do art. 9º do projeto sobre a Regência. V. 3, I, 94
— do projeto que regula a eleição dos membros da Regência. V. 3, I, 94
— do art. 2º do projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 117
— do art. XXXIII e da emenda da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199
— do art. 1º e respectiva emenda, do projeto sobre os crimes de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152

— do parecer da Comissão de Justiça da Câmara sobre a eleição de um membro da Regência, em substituição ao Sr. João Bráulio Muniz, falecido. V. 3, I, 139

— do prazo de quatro anos não interrompidos para marcar o domicílio no Império, no caso de naturalização. V. 2, I, 81

— do projeto de lei nº 19, sobre as atribuições dos Conselhos Gerais de Província. V. 3, II, 149

— do projeto de lei para a reforma da Constituição V. 4, I, 165

— do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos, V.2., II, 317

— do projeto de lei sobre a reforma da Constituição, na Câmara. V.4, I, 20

— do projeto do dep. Almeida e Albuquerque, com emenda do dep. Araújo Bastos, sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V.3, II, 148

— do projeto e de sua redação final, que dispõe sobre o reconhecimento de D. Januária, como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil V.3, I, 242

— do projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial, na Câmara. V. 3, I, 215

— do requerimento de urgência para a discussão das emendas do Senado ao projeto sobre as reformas constitucionais. V.4, I, 91

— do requerimento do deputado José Lino Coutinho, sobre a reforma das sentenças do Júri, pela Justiça ordinária. V.2. I, 217

— do requerimento do deputado Teófilo Benedito Otoni sobre o adiamento da discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade. V. 4, II, 300

— do requerimento do senador Francisco de Souza Paraiso, de preferência para o projeto de interpretação do Ato Adicional vindo da Câmara. V. 4, II, 105

— do requerimento do senador Francisco Carneiro de Campos, para que o tit. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 197

— do requerimento do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para que o titº 3º do projeto de lei sobre

a liberdade de imprensa seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 196

— do requerimento do Senador Vergueiro sobre a representação da Assembléia de Pernambuco sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 111

— dos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 99

— dos arts. 3º a 10º do projeto sobre naturalização, V.2, I, 137

— dos requerimentos dos deputados José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre o projeto de liberdade de imprensa do deputado Joaquim Gonçalves Ledo. V-2-I, 143

— do voto em separado do senador José Saturnino da Costa Pereira, contra a eleição de Feijó para o Senado. V.3, I, 325

— em 3ª discussão do art. 1º do projeto sobre naturalização, no Senado. V.2, I, 91

— em 3ª discussão, do epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 155

— em 1º discussão, do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Peopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V.3. I, 333

— em primeira discussão, do projeto do senador Feijó, sobre a criação de cursos de ensino elementar, V.2, I, 250

— em 2ª discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V.3, I, 246

— final do projeto de naturalização no Senado. V. 2, I, 92

— na Câmara e no Senado do Projeto de Código Criminal. V.2, II, 239

— no Senado, do art. 17 do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 113.

— pela Assembléia Geral, das emendas do Senado ao projeto de Orçamento. V. 3, I, 336

— pela Assembléia geral, da emenda do Senado ao Orçamento, sobre as contribuições diretas. V.3, I, 305

— pela Câmara, com emendas, do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais de Províncias. V. 3, II, 144
— pela Câmara da Resolução afastando José Bonifácio do cargo de Tutor, por 57 x 31.
— pela Câmara do projeto de Código Criminal. V.2, II, 340
— pela Câmara do projeto de criação dos cursos jurídicos. V.2. I, 236
— pela Câmara do requerimento sobre o Núncio e os Eclesiásticos, do deputado Diogo Antônio Feijó. V.2, I, 280
— pela Câmara, da emenda do Senado ao projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 99
— pela Câmara, da forma sobre o encaminhamento, para sanção, dos projetos aprovados pela Câmara. V.3, I, 218
— pelo Senado. V. 2, II, 341/342
— pelo Senado, da lei que dispõe sobre as atribuições da Regência permanente. V.3, I,121
— pelo Senado, da Resolução da Câmara sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— pelo Senado, do projeto autorizando o governo a conceder prêmios pela vulgarização da vacina. V. 2, I, 255
— pelo Senado do projeto de lei declaratório do art. 6º da Constituição (cidadania) apresentado pelo senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de, Caravelas). V.2, I, 33
— sem discussão, da proclamação da Assembléia Geral à Nação, ao ensejo do Sete de Abril. V. 3, I, 20

— **APTIDÃO**
— graus de. V.2, I,82
— que todos têm para o exercício dos empregos públicos. V.2, I, 64

— **APURAMENTO**
— do projeto deve ser feito na 2ª discussão V. 2, I, 96

— **AQUISIÇÃO**
— de propriedades: estímulo para a emigração. V.2, I, 67

— **ARACATI, Marquês de**
— Vide OYENHAUSEN, João Carlos Augusto de

— **ARAÚJO, Manuel do Monte Rodrigues de. Bispo do Rio de Janeiro. Deputado**

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I,200

— **ARAÚJO E ALMEIDA, Francisco de Paula de. Deputado**

— declaração de voto contra a pena de morte. V.2, II, 352

— **ARAÚJO BASTOS, Luiz Paulo de. (Visconde e Barão de Fiais) Deputado.**

— discussão da proposta do dep. Almeida e Albuquerque sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 147

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 137 e 141

— leitura do relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa estrangeira no Rio de Janeiro, V.2, II, 207

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— **ARAÚJO FRANCO, Manuel José de. Deputado**

— Voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **ARAÚJO LIMA, Pedro de Regente Deputado**

— assinatura no ofício que encaminhou ao Senado o projeto de lei aprovado pela Câmara sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 161

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre a recusa dos Ministros em prestarem informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, durante a sessão extraordinária de 1829. V.3, II, 42

— chama à ordem o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. V.2, I,155

— discussão do art. 9º do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 93

— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 195

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre as atribuições e deveres da Regência. V.3, I, 87

— discussão do requerimento do Deputado Holanda Cavalcânti sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 223

— esclarecimento à Câmara sobre a conduta da Presidência acerca da apreciação dos projetos como de lei ou de reforma da Constituição. V. 4, II, 203

— honrado, prestante, de bem, mas fraco. V.4, II, 232

— íntegra do Termo de Juramento do sr. .... como Regente interino. V.3, I, 147

— Juramento de... como Regente, V. 3, I, 146

— manifesta-se a favor do adiamento da discussão do decreto sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 183

— questão sobre a votação do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa V.2, I, 156

— referência a. V. 3, I, 69

— referência a acusações que fez ao governo. V. 3, I, 167

— referência à sua afirmação de que o complemento do 7 de abril é a destituição de Pedro II. V.3, I, 170.

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor, V.3, I, 200

— votos obtidos para o cargo de Tutor, em substituição a José Bonifácio. V.3, I, 209

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó) V.3, II, 117

— **ARAÚJO RIBEIRO, José de. Presidente da província do Rio Grande do Sul**

— acerto de sua nomeação para a presidência. V. 3, II, 248

— incidentes de sua posse. V. 3, II, 252

— missão ... à França, para resolver a questão do Oiapoque. V. 3, II, 198

— razões de sua escolha para o cargo. V. 3, II, 251

— referência a. V. 3, II, 236

— sua substituição pelo General Eliziário. V. 3, II, 243-44

— Vitórias legais depois de sua volta ao governo. V. 3, II, 244

— **ARAÚJO VIANA, Cândido José de. (Marquês de Sapucaí). Deputado. Senador.**

— assinatura no autógrafo do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 100

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição da Câmara, sobre a eleição de um novo membro da Regência, em substituição ao sr. João Bráulio Muniz, falecido. V. 3, I, 139

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— esclarecimento sobre precedente na tramitação de projetos na Câmara. V. 2, I, 36

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **ARBITRARIEDADES**

— do Ministério. V. 3, II, 113

— do Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 62

— dos maus empregados. V. 2, I, 213

— necessidade de alguém que possa reformar as ... dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166

— quando da chegada do Príncipe Regente D. João VI. V, 4, I, 81

— que há se sofrer o Brasil, se não houver recurso ex-officio das sentenças dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166

— que praticou o governo com a remoção do Tutor, invocando o Sete de Abril. V. 3, I, 196

— **ARBITRIOS**

— do ex-Regente Feijó superior à vontade geral. V. 3, II, 175

— o ... é insaciável. V. 3, II, 84

— quanto mais se o exercita, mais aparece a necessidade de seu uso. V. 3, II, 84

— que um Ministro pode tomar. V. 2, I, 85

— **ARCEBISPO DA BAHIA, Deputado.**
— vide SEIXAS, D. Romualdo Antônio de

— **ARCEBISPO DE ÉVORA,**
— negativa do Papa em confirmar a nomeação do. V. 2, I, 296

— **ARCHOTE**
— que levou o incêndio a muitos pontos do Brasil. V. 3, I, 75

— **ARESTOS**
— da Casa de Suplicação sobre a reforma da sentença do Júri, pela justiça ordinária, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 214

— **ARGUMENTOS**
— "ad terrorem". V. 4. II, 99
— "ad verecundiam". V. 2, I, 12
— de paridade. V. 3, I, 26
— de sentido contrário (art. 7º da Constituição) V. 2, I, 42
— extemporâneos na 1ª discussão das leis. V. 2, I, 164
— para se nomear um tutor provisório. V. 3, I, 22
— que podem surgir no debate. V. 2, I, 58
— que provam muito e por isso nada provam. V. 2, I, 246
— sobre a desnecessidade de lei interpretativa do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 22

— **ARISTOCRACIA**
— do talento e riqueza; não pode existir sociedade sem ela. V. 4, I, 42
— é que sustenta as monarquias. V. 4, I, 30
— foi e será sempre perniciosa nos Estados. V. 4, I, 40
— sentido que se quer dar à palavra. V. 4, I, 73
— de que se compõe o Senado. V. 4, I, 73

— **ARISTOCRATAS**
— açulamento do povo para enforcar os ... durante a Revolução francesa. V. 2, I, 173
— não é de ... o governo do Rio de Janeiro. V. 3, I, 130

— ARITMÉTICA

— emenda do Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos para que se ensine às meninas, as 4 operações, em aritmética. V. 2, I, 225

— estudo indispensável para guiar os homens na gerência de seus negócios domésticos. V. 2, I, 248

— ARMA

— dos demagogos, ímpios, libertinos e traidores é o abuso da palavra. V. 2, I, 173

— que se acharam no Paço. V. 3, I, 186

— ARMADA

— nacional: naturalização dos marinheiros estrangeiros que servirem durante dois anos à. V. 2, I, 79

— ARMAMENTO

— que se encontrava na Quinta da Boa Vista. V. 3, I, 136

— que se guardava no quarto do Imperador Pedro II, no palácio de São Cristóvão. V. 3, I, 190

— ARNON DE MELLO. Senador

— reconhecimento do autor. V. 2, I, XV

— sugestão de convidar o professor José Honório Rodrigues para dirigir esta obra. V. 2, I, VII

— sugestão para a publicação desta obra. V. 2, I, IV

— ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY

— V. 3, I, XII

— ARQUIVO NACIONAL

— V. 3, , XII

— ARQUIVO PÚBLICO

— guarda do autógrafo das leis no. V. 4, I, 213

— ARRANJOS DOMÉSTICOS

— educação que se deve dar às mulheres, para que, ao tomarem estado, os maridos não sejam obrigados a entrar nos. V. 2, I, 227

— **ARRAS**
— da ex-Imperatriz do Brasil devem ser fixadas pela Assembléia Geral. V. 3, I, 234
— pagamento de ... à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 233

— **ARRECADAÇÃO**
— da Fazenda (lei regulamentar). Vide FAZENDA.
— má ... das rendas. V. 3, I, 336

— **ARREMATAÇÃO**
— de direitos é inconstitucional. V. 3, I, 300
— dos direitos alfandegários. V. 3, I, 295

— **ARREPENDIMENTO**
— que sempre tiveram os príncipes abdicadores depois do ato. V. 3, I, 161

— **ARTIFÍCIOS**
— dos absolutistas. V. 3, II, 58
— e manobras com que uma camarilha pérfida nos que subjugar. V. 4, II, 273

— **ARTIGOS**
— aditivos ao título 3º da lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— da Constituição. Inadmissibilidade de sua discussão. V. 2, I, 21
— proposto pelo deputado Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, sobre a escolha do tutor: referência aos ... aditivos. V. 3, I, 27
— que precisamos da Rússia. V. 3, I, 288
— reformáveis da Constituição. V. 4, I, 32

— **ARVORE**
— difícil de se arrancar; homem casado. V. 2, I, 71

— **ÁSIA**
— comparação do clima brasileiro com o dos países da. V. 2, I, 78
— brasileiros residentes nas colônias da África e ... que aceitaram empregos da coroa de Portugal depois da Independência. V. 2, I, 12

— **ASPIRAÇÃO**

— preocupação do Parlamento com a ... nacional. V. 4, I, IV

— que têm os cargos da República os naturalizados. V. 2, I, 133

— que tem o Brasil pelo governo representativo. V. 2, I, 141

— popular; ressonância que encontrava no parlamento. V. 3, I, IV

— **"ASTRÉA"**

— anúncio prévio da desordem de 14 de julho que fez a. V. 3, I, 251

— insultos da ... a Martim Francisco. V. 3, I, 251

— **ASSALTOS**

— a que está sujeito o sistema de governo. V. 2, I, 113

— **ASSASSINATOS**

— ameaça de ... contra Feijó. V. 3, I, 130

— boatos de ... de deputados, espalhados no Senado. V. 3, I, 175

— da representação nacional, perpetrado pelo depositário de um dos poderes subalternos. V. 4, I, 37

— do Juiz de Paz Casemiro, de Rio Pardo, pela sociedade secreta existente naquela cidade. V. 3, II, 247

— do redator do **Diário de Pernambuco.** V. 3, II, 66

— em Pernambuco, dentro do Conselho de Jurados. V. 4, II, 115

— freqüência dos ... onde não há autoridade a que se recorrer. V. 3, II, 158

— freqüentes que há nos sertões. V. 3, II, 158

— **ASSÉDIO**

— que o governo da Regência mandou por à capital da província de Minas. V. 3, I, 165

— **ASSEMBLÉIA**

— **Constituinte**

— necessidade de uma ... V. 3, I, 72

— o grande número de felicitações que se fez quando foi dissolvida. V. 3, I, 189
— prisão e deportação de seus membros. V. 3, I, 53
— referência a ... da França. V. 3, I, 88
— rejeição do único projeto de aposentadorias e reformas, apresentado por Muniz Tavares. V. 3, I, 57
— de Censores da Virgínia em 1783 e 1784. V. 4, I, 266

**— Geral**

— abusos que pode cometer, na aprovação de aposentadorias decretadas pelo governo, V.3, I, 60
— a Constituição não lhe dá o direito de nomear o tutor do príncipe herdeiro, a não ser na falta de tutor testamentário ou hereditário. V.3, I, 26
— competência, em matéria de naturalização. V.2, I, 127
— competência para julgar da incapacidade física ou moral do Imperador, para governar, V. 4, II, 234
— competência privativa para anulação dos atos do Executivo e Judiciário. V.3, II, 13
— conversão da Câmara em. V. 4, I, 173
— discussão, na..., da vitaliciedade do Senado. V.4, I, 131
— está revestida de todos os poderes do Estado. V.3, I, 59
— faltas que se deve atribuir à. V. 3, I, 167
— medidas enérgicas da ... que o povo deve esperar depois do 7 de abril. V. 3, I, 18
— meios que tem negado ao governo, para que o 7 de abril produza seus resultados. V. 3, I, 168
— não é tribunal competente para conhecer dos recursos contra as decisões da Junta de Comércio. V. 2, I, 127
— pedido de confirmação à ... da designação de José Bonifácio para tutor de D. Pedro II. V. 2, I, 21
— primeira fusão das duas Câmaras. V. 3, I, 273

**— Geral Legislativa**

— abertura da primeira. V. 2, I, VII
— comemoração do Sesquicentenário da ... em 3 de maio de 1973. V. 2, I, VII
— primeira lei da. V. 3, I, 213

— primeira lei votada pela. V. 3, I, IX
— proclamação sobre a Abdicação. V. 3, I, V
— proclamação sobre o sete de Abril. V. 3, I, 16

— **Legislativa Provincial**
— Bispos e Magistrados deviam dela ser afastados. V. 4, I, 258
— competência. V. 4, I, 210-211
— criação pelo Ato Adicional. V. 4, I, 209
— deve ser composta de diversas classes e não apenas de empregados públicos. V. 4, I, 258
— duração das legislaturas. V. 4, I, 209
— duração das sessões. V. 4, I, 210
— limite ao seu poder. V. 4, I, 103
— número de seus membros. V. 4, I, 209
— prorrogação das sessões. V. 4, I, 210

— **Provincial**
— atos exorbitantes são imitação de atos semelhantes da Assembléia-Geral. V. 4, II, 95
— data da abertura. V. 4, I, 83
— de Minas Gerais; representação contra a Regência de D. Januária. V. 4, II, 256
— de Pernambuco; representação sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 161 e 172
— do Pará; entendimento sobre a sanção das resoluções aprovadas por 2/3 de votos. V. 4, II, 108
— do Rio Grande do Sul: espírito anárquico da. V. 3, II, 249
— exorbitou das atribuições que o Ato Adicional lhe concedeu. V. 4, II, 12
— representação da ... de Pernambuco. V. 4, II, 105
— restrições das atribuições. V. 4, II, 152
— representação da ... de Pernambuco. V. 4, II, 105
— restrições das atribuições. V. 4, II, 152
— legislativa: tendência que tem de usurpar os outros poderes nos governos livres. V. 4, I, 266

— **ASSENTIMENTO**
— que as galerias manifestavam à Maioridade. V. 4, I, VII

— **ASSINATURA**
— de D. Pedro I, no ato de Abdicação: dúvida que poderia existir quanto à. V. 3, I, 12

— **ASSIS BARBOSA, Francisco de. Deputado**
— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87
— Voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **ASSIS COELHO, Francisco Ramiro de. Deputado. Ministro da Justiça**
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 32
— discussão do projeto de Resolução da Câmara que manda proceder à eleição de um novo regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 144
— questão de ordem sobre o projeto de Maioridade de D. Pedro II, do deputado Carneiro Leão. V. 4, II, 222
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— **ASSIS MASCARENHAS, D. José de. Deputado.**
— apoio ao requerimento do dep. Rodrigues Torres para elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 3
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **ASSIS MASCARENHAS, Francisco de. (Marquês de São João da Palma) Senador.**
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **ASSOCIAÇÃO FORMIDÁVEL**
— a Sociedade Conservadora. V. 3, I, 68

— **ATAS**
— de eleição do novo Júri da Capital, pedidas pela Câmara. V. 3, I, 131
— da eleição do Regente. V. 4, I, 215
— das Sessões Extraordinárias dos Conselhos Presidenciais das Províncias da Paraíba, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe, enviadas à Assembléia Geral, V. 3, I, 33

— do Conselho de Estado: requisição pela Câmara. V. 3, II, 68
— feita na Bahia para exclusão de certos europeus da cidania brasileira. V. 2, I, 27

— **ATAQUES**

— a Presidentes de República ou soberanos estrangeiros, através da Imprensa, nenhum mal causam ao Brasil. V. 2, I, 160
— ao sistema vigente, não devem sofrer pena. V. 2, I, 147
— às tipografias. V. 3, I, 192
— de qualquer dos partidos faria a perdição do Império inteiro, V. 2, I, 150
— diretos e indiretos: distinguem-se como na Matemática as linhas retas e curvas. V. 2, I, 178
— dirigidos na Câmara ao Senado. V. 4, I, 202
— feitos a empregados públicos. V. 3, II, 48
— imprecisão da palavra. V. 2, I, 176
— indiretos ao sistema não devem ser condenados. V. 2, I, 148
— indiretos: definição por diversos senadores. V. 2, I, 175
— indiretos; sua inclusão na lei de imprensa, constitui uma tirania espantosa. V. 2, I, 175
— origem da palavra. V. 2, I, 184
— que em ocasião podem ser perigosos e em outras não. V. 2, I, 179
— significação que deve ter a palavra, na lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 176
— vigilância da lei deve ser nos ... indiretos. V. 2, I, 178

— **ATENTADOS**

— à forma de governo; expressões que poderão ser classificadas como. V. 2, I, 148
— atrocíssimo do Ministro da Guerra pela criação de um tribunal revolucionário em Pernambuco. V. 3, II, 88
— cometidos em 1822 e 1823. V. 3, I, 53
— contra a Nação. V. 2, I, 113
— contra redator de um jornal no Maranhão. V. 3, II, 66
— do Ministro contra a forma estabelecida de Governo. V. 3, II, 44

— do Ministro da Justiça, contra os Juízes de Paz na Bahia. V. 3, II, 84
— do traidor Bento Manuel. V. 3, II, 250
— perpetrados por Pinto Madeira no Ceará. V. 3, I, 152

— **ATEUS**
— podem ser bons cidadãos. V. 2, I, 132

— **ATITUDE**
— do governo para com os europeus incluídos na ata da Bahia. V. 2, I, 27

— **ATO**
— **Adicional**
— à Constituição. V. 4, I, 207 e seg.
— a iniciativa de sua interpretação é exclusiva do Legislativo. V. 3, II, 260
— a oposição e o Regresso. V. 3, II, 171
— discussão na Câmara do projeto de lei de interpretação do. V. 4, II, 83
— dúvidas na interpretação do. V. 4, II, 32
— é filho da Câmara e enteado no Senado. V. 4, II, 259
— embaraços que o ... tem oferecido na sua execução. V. 3, II, 259
— enfraqueceu o elemento monárquico da Constituição. V. 4, II, 35
— é um dos penhores da felicidade do país. V. 3, II, 178
— inteligência do. V. 3, II, 258
— interpretação do. V. 4, II, 3, 11, 23, 53, 83
— interpretação do, aprovação do projeto de lei pelo Senado e sanção da Regência. V. 4, II, 191
— interpretação: discussão da preferência entre os projetos da Câmara e Senado. V. 4, II, 101
— interpretação; discussão do art. 1º V. 4, II, 105
— interpretação do ... é uma transação com uma província poderosa. V. 4, II, 61
— interpretação pelas Instruções de 9 de dezembro de 1835. V. 4, II, 38
— lei de interpretação é uma reforma revolucionária. V. 4, II, 160

— lei de interpretação do. V. 4, I, VI e V. 4, II, 1
— não deve ser, em vez de carta de liberdade, carta de anarquia. V. 3, II, 17
— produção que, pela máxima parte deve ser atribuída ao Orador (Bernardo Pereira de Vasconcelos). V. 3, II, 178
— projeto de interpretação do Senado. V. 4, II, 100
— segunda discussão, no Senado, do projeto de lei de interpretação do V. 4, II, 100.
— anulação do ... do Executivo e Judiciário V. 3, II, 13
— anticonstitucional praticado na Bahia. V. 3, I, 39
— conspiração. V. 4, II, 308
— criminoso, que seria, se uma sociedade política requeresse ao Corpo Legislativo a decretação da Federação. V. 3, I, 126
— da Câmara Municipal; poder de aprová-lo que tem as Assembléias Provinciais. V. 4, II, 31
— de abdicação de D. Pedro I. V. 3, I, 11
— de barbaridade de outros países não nos interessa. V. 2, I, 148
— de hostilidade, significado da palavra ataque. V. 2, I, 176
— de navegação. V. 2, I, 80
— de reconhecimento do governo de D. Pedro II, por parte de outras nações, é dispensável. V. 3, I, 31
— deve ser público, onde há governos constitucionais. V. 2, I, 192
— legal; disposição que se nota no Rio de Janeiro para aprová-lo. V. 3, I, 41
— legislativo provincial; remessa pelo Presidente da Província à Assembléia e Governo gerais. V. 4, I, 213
— legislativo; seu pressuposto é a necessidade de medida geral. V. 2, I, 126
— praticado na Bahia, depois do 7 de abril, nada tinha em comum com as medidas de segurança pública tomadas antes. V. 3, I, 39
— praticado pelo soldado mineiro, no Rio, é próprio do serviço de ronda de que se lhe incumbiu. V. 3, I, 44
— revolucionário, não deve servir de exemplo. V. 4, II, 266
— todo ... do Poder Moderador é referendado. V. 3, I, 94
— virtuoso, que seria derrubar a Regência. V. 3, I, 69

— **ATRASO**

— em que estamos, tanto no ramo das ciências morais como nas demais ciências. V. 2, I, 137

— no pagamento de soldos e ordenados. V. 4, II, 162

— no pagamento dos empregados públicos. V. 4, II, 185

— **ATRIBUIÇÕES**

— ampliação das ... do Legislativo. V. 4, I, 60

— aniquilamento das ... Assembléias Provinciais. V. 4, I, 236

— anômala das Câmaras Municipais. V. 4, II, 156

— constitucionais da Regência. V. 3, I, 17

— da Assembléia Geral, face ao art. 15, § 8º da Constituição. V. 2, I, 24

— da Regência: a competência para fixá-las é da Assembléia Geral, e não de cada uma das Câmaras. V. 3, I, 107

— da Regência, competindo ao Legislativo, pode este poder alterar as que estão previstas na Constituição. V. 3, I, 96

— da Regência: discussão do projeto de lei sobre as ..., no Senado. V. 3, I, 116

— da Regência, matéria constitucional. V. 3, I, 107

— da Regência; projeto de lei que marca as. V. 3, I, 79

— da Regência, segundo o projeto apresentado à Câmara. V. 3, I, 79 — 80

— do Supremo Tribunal de Justiça (lei regulamentar) Vide SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

— do tutor: tramitação do projeto de lei sobre as ..., na Câmara e no Senado. V. 3, I, 28

— dos Conselhos Gerais de Províncias; aprovação do projeto de lei nº 19. V. 3, II, 149

— dos Juízes de Paz. V. 3, II, 165

— dos Juízes de Paz. (lei regulamentar) Vide JUÍZES DE PAZ

— dos Presidentes das Províncias, na lei sobre a competência da Regência matéria de lei regulamentar. V, 3, I, 107

— dos Presidentes de Províncias (lei regulamentar) Vide PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS.

— exclusivas do Senado, V. 4, I, 61

— honras e prerrogativas de qualquer autoridade fazem parte de suas. V. 3, I, 109
— nomeação e ... do tutor. V. 3, I, 25

— **AUGUSTO DA SILVA, Antônio**

Vide SILVA, Antônio Augusto da.

— **AUMENTO**

— da povoação. V. 2, I, 72
— de ordenados; a reforma financeira deve começar pelo. V. 3, I, 226

— **AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA, Coutinho. (Visconde de Sepetiba). Deputado.**

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre as atribuições da Regência V. 3, I, 80
— emenda ao projeto de lei que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 80
— leitura do projeto de resposta à Fala do Trono. V. 4, II, 213
— registro de seu discurso na 3ª discussão do Projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117

— **"AURORA FLUMINENSE"**

— anúncio prévio que fez da desordem de 14 de julho a. V. 3, I, 251
— interpelação da ... a Antônio Carlos para que declare seu credo político. V. 3, I, 251
— queixa que Martim Francisco a chamou de perjura; elogio que fez a seu discurso. V. 3, I, 251
— referência à. V. 3, I, 124
— referência ao jornal. V. 3, I, 75

— **AUSÊNCIA**

— de braços para exploração das riquezas. V. 2, I, 60

— do senador Domingos Borges de Barros do Senado, de 1826 a 1832. V. 3, I, 313
— dos brasileiros do Império não lhes obsta a cidadania. V. 2, I, 36
— espontânea a que se refere a proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 30

— **AUTO-DEFESA**

— de José Clemente Pereira, ao defender o parecer da Comissão de Constituição, sobre a denúncia contra seu colega de Ministério. V. 3, II, 78

— **AUTÓGRAFO**

— das emendas da Câmara ao projeto de lei sobre naturalização, aprovado pelo Senado. V. 2, I, 118
— do projeto de lei sobre cidadania, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 35
— do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa: remessa pela Câmara ao Senado. V. 2, I, 161
— e impresso: diferença dos males que podem causar. V. 2, I, 150

— **AUTÔMATO**

— semelhança com ... dos que não sabem ler e escrever. V. 2, I, 66

— **AUTORIDADES**

— conceder autoridade legal à proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 36
— criada no Ceará para perseguir os assassinos V. 4, II, 115
— da Regência; seus limites dependem da Assembléia Geral. V. 3, I, 83
— dos Presidentes das Províncias (Lei regulamentar). Vide PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS.
— nacionais: direito de ser membros das. V. 2, I, 82
— para firmar interpretação autêntica da Constituição. V. I, 26
— que decidem da vida do brasileiro, sem regimento, V. 3, II, 49
— que é concedida ao Imperador não é para seu bem ou conveniência, mas para prover os povos naquilo que lhes é necessário. V. 3, I, 112

— que têm as Câmaras, independentemente uma da outra. V. 3, II, 13
— sujeição das baionetas à ... civil. V. 3, II 165

— **AUTORIZAÇÃO**
— ao governo para dissolver a Câmara. V. 4, II, 221
— lei de ... para reformar a Constituição. V. 4, I, 165
— para a reforma constitucional. V. 4, I, 3

— **AUXÍLIO**
— aos constitucionais de Pernambuco. V. 3, II, 61
— prestado à Bahia, para debelar a rebelião, privou o Império das rendas daquela província. V. 3, II, 184
— que a Câmara tem dado ao governo. V. 3, I, 291

— **AVELINO BARBOSA, José. Deputado**
— Voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **AVIDEZ**
— ciúme e ... despertados pelos empregos públicos. V. 3, II, 116

— **AXIOMA DE JURISPRUDÊNCIA**
— sobre a inexequibilidade das leis bárbaras. V. 3, II, 23.

BIBLIOTECA
SENADO FEDERAL

# B

— **B. CORDEIRO**
Vide CORDEIRO, João Barbosa

— **BACELAR, José Teixeira da Mata**
Vide MATA BACELAR, José Teixeira da

— **BACHARÉIS**
— falta de. V. 4, II, 37

— **BACON**
— citação de. V. 2, I, 28
— V. 4, II, 79

— **BAEPENDI, Marquês e Visconde**
— Vide NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto

— **BAHIA**
— acontecimentos de 1831. V. 3, I, 39
— adesão ao Sete de abril. V. 3, I, 259
— atestado do Ministro da Justiça contra os Juízes de Paz da Bahia. V. 3, II, 84
— brasileiros que foram mortos na ..., em Pernambuco e no Maranhão. V. 2, I, 112
— condições que tinha de gozar da anistia. V. 3, II, 243
— cooperação da ... na rebelião de Afogados em Pernambuco, 1829. V. 3, II, 51
— frades Terésios da. V. 2, I, 266
— gratidão de José Bonifácio para com a. V. 3, I, 311
— maioria da população da ... deseja a separação. V. 4, I, 237
— mesmo na Bahia o Tutor era considerado restaurador. V. 3, I, 199

— não fez petições pela remoção do Tutor. V. 3, I, 189
— onde o espírito público está banzeiro. V. 4, II, 157
— o sangue derramado na rebelião da ... decorreu da obstinação dos rebeldes. V. 3, II, 185
— rebelião da ..., vencida quando o governo já se achava a braços com a Farroupilha. V. 3, II, 227
— representação sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 175 e 187
— revoluções na. V. 3, I, 130
— revolve-se debaixo do mortuário que a cobre. V. 4, II, 55
— vantagem que tem tirado da arrematação dos direitos da Alfândega. V. 3, I, 296

— **BAHIA,** Arcebispo da
Vide SEIXAS, D. Romualdo Antônio de

— **BAIANOS**
— desejavam e pedem a reforma da Constituição. V. 4, I, 45
— V. 3, II, 66

— **BAIONETAS**
— a Constituição que temos foi dada pelo déspota à ponta das. V. 3, I, 96
— sujeição das ... à autoridade civil. V. 3, II, 165

— **BAIXA, RAMPANTE**
— epítetos dados à maioria da Câmara. V. 3, I, 173

— **BALANÇO GERAL**
— da receita e despesa, V. 3, I, 303

— **BANCARROTA**
— meter espeques à ... que nos ameaça. V. 4, II, 175
— quase geral. V. 4, II, 162
— se aparecer no Rio de Janeiro, ai do Império. V. 4, II, 162

— **BANCO**
— quanto rendem no Brasil as ações de. V. 2, I, 103

— **BANCO DO BRASIL**
— emissão de notas pelo. V. 2, II, 41
— estabelecimento e reforma do. V. 2, II, 49
— extinção do: discussão do projeto no Senado. V. 2, II, 45
— Indicação do dep. Campos Vergueiro, para a designação de uma comissão mista destinada a examinar o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 27
— projeto de lei mandando extinguir o. V. 2, II, 35

— **BANCO DO REI**
— Tribunal inglês. V. 3, II, 4

— **BANDEIRA DE MELO, João Capistrano. Deputado.**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V, II, 82

— **BANDOS SERVIS**
— que fazem guerra aos homens liberais. V. 3, II, 65

— **"BANDURRA"**
— jornal ministerial. V. 3, II, 59

— **BANIMENTO**
— de Carlos X e da família de Napoleão. V. 3, I, 244
— de D. Pedro I. V. 3, I, 179 e 243
— de D. Pedro I; proposta rejeitada pelo Senado. V. 3, I, VII
— de D. Pedro I; rejeição do projeto pelo Senado. V. 3, I, 246
— dos cabeças da Revolução de 1824. V. 3, II, 47
— emenda propondo o ... de D. Pedro I. V. 3, I, 158
— possibilidade de revogação do ... se vier a ser decretado pela Assembléia-Geral, contra o ex-Imperador Pedro I. V. 3, I, 158
— projetos apresentados em 1831, 1833 e 1834. V. 3, I, 243

— **BANZEIRO**
— o espírito público na Bahia está. V. 4, II, 157

— **BARÃO DE ALCANTARA**
Vide CUNHA, João Inácio da

— **BARÃO DE ALFENAS**
Vide JUNQUEIRA, Gabriel Francisco

— **BARÃO DE BÜLOW**
— suspeito de Restaurador; relações que mantinha com José Bonifácio. V. 3, I, 205

— **BARÃO DE CAIRU**
Vide LISBOA, José da Silva

— **BARÃO DE CAMPO GRANDE**
Vide GOMES DE CAMPOS, Francisco

— **BARÃO DE ITAPOÃ**
— Vide NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim

— **BARÃO DE JAVARI (JORGE JOÃO DODSWORTH)**
— V. 2, I, IV

— **BARÃO DE PATI DO ALFERES**
— Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

— **BARÃO DE PINDARÉ**
Vide COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da

— **BARÃO DO RIO VERDE**
Vide LEMOS, João Antônio de

— **BARÃO DE VALENÇA**
Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

— **BARATA, Cipriano José**
— que aos 70 anos foi condenado a 10 anos de prisão com trabalhos forçados. V. 4, I, 179
— sentença de ... durante a administração de D. Pedro. V. 3, I, 165

— **BARBACENA, Visconde de**
Vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto

— **"BARBEIRO, O"**
— pasquim aparecido no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 248

— **BARBICACHO**

— posto às nossas idéias. V. 2, I, 181

— **BARBOSA, Francisco Vilela (1º Visconde e Marquês de Paranaguá). Senador.**

Vide VILELA BARBOSA, Francisco (1º Visconde e Marquês de Paranaguá)

— **BARBOSA, Joaquim José. Deputado.**

— referência a seu requerimento sobre o diploma do Conde de Lages (João Vieira de Carvalho). V. 3, I, 269

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **BARBOSA CORDEIRO, João. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **BARBOSA LIMA, Alexandre José.**

— V. 2, I, IV

— **BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José**

— V. 2, I, IV

— **BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de. (1º Barão de Pati do Alferes, Marquês de Jacarepaguá e Visconde de Lorena). Senador.**

— ameaça de perda de seu mandato. V. 3, I, IX

— discurso na discussão da emenda de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas), ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 80

— discurso sobre os projetos de naturalização. V. 2, I, 70

— discussão dos projetos sobre naturalização. V. 2, I, 73

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **BARNAVE**

— referência a. V. 4, I, 150

— **BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco**

— Vide MUNIZ BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco

— **BARRETO PEDROSO, Antônio Pereira. Deputado**

— discussão do projeto do deputado Antônio Carlos sobre a maioridade de D. Pedro. V. 4, II, 302

— propõe o adiamento da discussão do projeto de Resolução sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 123

— **BARROS, Domingos Borges de (Visconde de Pedra Branca). Senador.**

— assinatura no parecer da Comissão especial para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 278

— discussão do parecer da comissão especial designada para dar parecer sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 284

— discussão do parecer sobre os direitos do Duque e Duquesa de Bragança. V. 3, I, 234

— discussão do projeto sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 205

— não é Senador, por não ter tomado posse. V. 3, I, 317

— participação de ... ao Senado. V. 3, I, 313

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **BARROS LEITE, Luiz José de. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **BARROSO, Bento ... Pereira. Senador.**

— assinatura no autógrafo do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 317

— combate o projeto de interpretação ao art. 6º da Constituição (cidadania) de José Joaquim Carneiro de Campos, Visconde e Marquês de Caravelas. V. 2, I, 11

— defere o pedido de retificação da ata do senador José Inácio Borges. V. 4, I, 192

— eleição para a comissão especial destinada a tratar da eleição Regência Permanente. V. 3, I, 116

— emenda ao Requerimento do senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, para que seja nomeada uma Comissão Mista, destinada a estabelecer os limites da Regência Permanente. V. 3, I, 115

— esclarece as razões da convocação da sessão extraordinária de 1º de agosto. V. 4, I, 192

— submete a votos o novo pedido de retificação da ata, formulado pelo senador José Inácio Borges. V. 4, I, 192-3

— **BASE FUNDAMENTAL**

— do regime representativo é a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 27

— **BASTOS E OLIVEIRA, André. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **BATALHA DE LEUCTRA**

— V. 2, I, 67

— **BATALHÕES**

— de Montevidéu devastados pela varíola. V. 2, I, 253

— **BATISTA CAETANO DE ALMEIDA**

Vide CAETANO DE ALMEIDA, Batista

— **BATISTA DE OLIVEIRA, Cândido. Deputado.**

— assinatura no parecer da comissão "ad hoc" sobre o ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 173

— nomeação para a comissão "ad hoc" encarregada de dar parecer no ofício de demissão da Regência Trina. V. 4, I, 171

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **BATISTA PEREIRA, José Bernardino. Deputado**

— apresentação de emenda supressiva ao art. 4º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— aprovação de sua emenda de redação ao art. 4º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda sobre os projetos de cessação da emissão de notas e a extinção do Banco do Brasil. V. 2, II, 36

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda, sobre as contas, balanço e orçamento do Império para 1828. V. 2, II, 19

— assinatura no projeto de lei sobre a dívida nacional, apresentado pela Comissão de Fazenda. V. 2, II, 3

— contesta a questão de ordem do deputado Paula e Souza sobre a competência dos Ministros de Estado de apresentarem emendas na Câmara. V. 3, II, 39

— contesta as críticas do deputado Manoel José de Souza França à sua emenda ao projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 158

— discurso sobre a emenda adicional ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 111

— discussão da emenda do deputado José Clemente Pereira, sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 152

— discussão das emendas do Senado à dotação do Imperador proposta pela Câmara. V. 3, I, 225

— discussão das emendas sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 154

— discussão do art. 3º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V, 3, II, 143

— emenda ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— manifesta-se contrariamente ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 104

— **BEAUMARCHAIS**

— referência à sua comédia, **Le Mariage du Figaro.** V. 2, I, 189

— **BECA E CAPA**

— uso de ... pelos Magistrados do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 5

— **BEIJA-MÃOS**

— V. 4, II, 261

— **BELEZA, Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **BELISÁRIO, Deputado.**

— Vide SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário

— **BELISÁRIO, Bernardo ... Soares de Souza. Deputado.**

— assinatura no autógrafo do projeto aprovado pela Câmara, sobre o banimento de D. Pedro. V. 3, I, 179

— declaração de voto a favor da pena de morte e galés. V. 2, II, 352

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117

— **BELLEGARDE, Pedro de Alcântara. Deputado.**

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— **BELMONT, Gregório da Costa Lima**

— acusação de hostilidade à causa nacional. V. 3, I, V

— **BELMONTES**

— nome que não deve ser pronunciado na tribuna nacional. V. 3, I, 52

— reinstalação dos Pardais e ... V. 3, I, 52

— **BELO, Joaquim Mariano de Oliveira. Deputado.**

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **BEM PÚBLICO**

— indenização da propriedade do cidadão por exigência do. (Lei regulamentar). Vide INDENIZAÇÃO.

— **BENEFÍCIOS**

— a todos os brasileiros, pretendido pelo projeto de cidadania. V. 2, I, 36

— comuns aos brasileiros natos e aos estrangeiros naturalizados. V. 2, I, 64

— da naturalização automática. V. 2, I, 79

— gozo dos ... que a Nação concede a seus cidadãos; direito civil. V. 2, I, 64

— que advirão para o Brasil se não fizermos mais Tratados. V. 3, I, 284

— que resultaram da abertura dos portos. V. 2, I, 133

— que se deve conceder aos estrangeiros que trouxerem alguma fábrica de interesse para o país. V, 2, I, 101

— que se podem colher da ilimitada liberdade de escrever sobre governos estrangeiros. V. 2, I, 160

— **BENEPLÁCITO**

— as bulas pontifícias e o ... do governo brasileiro. V. 2, I, 279

— dado pelo governo brasileiro à bulas que são injuriosas ao Brasil. V. 2, I, 279

— **BENIGNIDADE**

— criminosa que houve para com Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V. 3, I, 265

— do governo. V. 2, I, 28

— **BENJAMIM CONSTANT**

— criação do Poder Moderador, por ele denominado Poder Real. V. 4, I, 53

— referência a. V. 2, I, 126, 188; V. 3, I, 82; V. 3, II, 96

— referências às doutrinas de. V. 3, II, 29

— **BENS**

— de raiz para naturalização. V. 2, I, 50

— posse de ... de raiz para o efeito de naturalização. V. 2, I, 59

— **BENTHAM**

— é estigmatizado como o cabeça dos Radicais da Inglaterra. V. 2, I, 188

— referência a. V. 2, I, 126, 188

— **BENTO GONÇALVES**

— agraciamento de ... não teve intenções republicanas. V. 3, II, 256

— conferência com o Presidente José de Araújo Ribeiro, para a posse deste. V. 3, II, 251

— convite que faz às províncias para uma federação geral. V. 4, II, 55

— divergências com Bento Manuel. V. 3, II, 235

— sua remoção, debalde pedida. V. 3, II, 247

— vinda ao Rio para se iniciar nos mistérios das sociedades secretas. V. 3, II, 247

— **BENTO MANUEL**

— a decisão de ... de abraçar a legalidade, decorreu da anistia. V. 3, II, 253

— atentado do traidor ... V. 3, II, 250

— conferência com o Brigadeiro Antero. V. 3, II, 250

— defecção de. V. 3, II, 235

— desaprovação da conduta de ... por Feijó. V. 3, II, 250

— prendeu o Presidente da província, porque ia ser por este preso, depois da demissão. V. 3, II, 256

— prisão do presidente da província por. V. 3, II, 237

— **BERING, Antônio José Ribeiro. Deputado.**

— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **BERNARDAS**

— notícias que se espalham no Rio de que haverá. V. 3, I, 41

— **BEXIGAS**

Vide VARÍOLA

— **BEZERRA, Eleutério José Velho. Juiz de Paz no Rio de Janeiro.**

— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **BIANCARDI, Conselheiro**

— referência ao. V. 3, I, 103

— **BIBLIOTECA DO SENADO**

— V. 4, I, IV

— **BIGNON**

— referência a. V. 4, I, 150

— **BIS DAT, QUI CITO DAT"**

— V. 4, I, 48

— **BISPOS**

— acumulação de emprego de ... e Senador. V. 3, I, 273

— direito de nomeação dos ... pelos monarcas, prerrogativa que lhes é assegurada pelo Direito Canônico. V. 3, II, 210

— juramento temível de obediência e fidelidade ao Papa que prestam os. V. 2, I, 271

— na província tem mais categoria que um membro da Regência no Rio. V. 4, I, 258

— nomeação dos ... sempre foi objeto de interesse das monarquias. V. 3, II, 210

— o direito do Papa de confirmar os Bispos envolve o direito de inspecionar a capacidade dos eleitos. V. 3, II, 215

— o poder de confirmação dois ... foi reconhecido ao Papa pelo último Concílio. V. 3, II, 215

— o poder de confirmação dos ... pertence ao Papa há quatro séculos sem qualquer contestação. V. 2, I, 293

— poder de nomeação dos ... não pode ser coartado por nenhum poder nacional ou estrangeiros. V. 2, , 293

— têm cedido ao Papa, com menoscabo da própria dignidade, os seus direitos. V. 2, I, 272

— **BISPO DE BEAUVAIS**

— na França; recusa do Papa em confirmá-lo, sem retratação. V. 3, II, 216-7

— **BISPO CAPELÃO-MOR. Senador.**

Vide COUTINHO, D. José da Silva

— **BISPO DE CUIABÁ**

Vide REIS, D. José Antônio dos

— **BISPO DO MARANHÃO**

Vide SOUZA, D. Marcos Antônio de

— **BISPO DO RIO DE JANEIRO**

— calúnias que houve contra o ... quando eleito. V. 3, II, 206

— confirmação do. V. 3, II, 204

— defeitos dos ... nomeados em substituição do Dr. Moura, recusado pela Santa Sé. V. 3, II, 213

— divergência quanto ao procedimento da Cúria Romana; pedido de retratação ou explicações? V. 3, II, 208

— formulário de sua retratação veio de Roma. V. 3, II, 210

— renúncia do. V. 3, II, 206

— sua renúncia foi solicitada pelo governo. V. 3, II, 211

— suspensão pelo Papa de sua eleição. V. 3, II, 206

— **BLACKSTONE**

— comentador das leis inglesas. V. 4, II, 241

— **BLASFÊMIAS**

— impraticabilidade de sua inclusão na lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 156

— não se evitam com penas. V. 2, I, 156

— **BLOQUEIO**

— das Ilhas Britânicas decretado por Napoleão. Vide BONAPARTE, Napoleão

— determinado por Pedro I contra Pernambuco, quando da revolta pela dissolução da Constituinte V. 3, I, 166

— **BOA CONDUTA**

— exigência para naturalização, V. 2, I, 50

— exigência prévia para naturalização. V. 2, I, 70

— **BOA POLÍCIA**

— é o maior bem de que pode gozar um país. V. 4, II, 122

— **BOAS PRESAS**

— quando feitas em decorrência de proclamações expedidas por Generais e Almirantes em caso de assédio ou bloqueio. V. 2, I, 9

— **BOATOS**

— de que o Duque de Bragança pretende vir com a sua esquadrilha conquistar o Brasil. V. 3, I, 74

— desvanecimento dos ... espalhados em setembro de 1834. V. 3, I, 176

— e notícias a que se referem as primeiras correspondências diplomáticas sobre a restauração. V. 3, I, 152

— espalhados no Rio de Janeiro. V. 3, I, 43

— que o partido Restaurador espalha na cidade. V. 3, I, 173

— que se espalham no Rio de que haverá bernardas. V. 3, I, 41

— sobre a abolição do tráfico. V. 3, II, 47

— **BOCAGE**

— referência a. V. 3, II, 163

— **BONAPARTE, Napoleão**

— banimento da família de. V. 3, I, 244

— bloqueio das Ilhas Britânicas decretado por. V. 2, I, 9

— referência a. V. 3, I, 87 e 196

— **BONDADE**

— absoluta; não há em política. V. 3, I, 58

— **BONIFÁCIO, João**

— prisão do português..., por ordem do Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 112

— **BONIFACIO, José**

Vide ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de

— **BONS ORDENADOS**

— e grandes honras que têm os Ministros. V. 3, II, 37

— **BORGES, José Inácio. Senador. Ministro.**

— apoia os argumentos do Senador Marquês de Inhambupe, para que o Senado se manifeste sobre a eleição do Conde de Lages, depois dos pareceres das Comissões, V. 3, I, 270

— apresentação de emenda ao art. 3º do projeto de naturalizacão. V. 2, I, 89

— discurso sobre os projetos de naturalização .V. 2, I, 61

— discussão da emenda ao projeto de lei que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 226

— discussão da emenda ao projeto de naturalização do Senador José Joaquim Carneiro de Campos. (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 85

— discussão da emenda do senador José Joaquim Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas, para que as meninas aprendam as 4 operações de aritmética. V. 2, I, 226

— discussão das emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 175

— discussão da proposta de suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, por cinco anos. V. 2, II, 115, 117 e 119

— discussão de sua emenda à epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 170

— discussão do art. 1º e das emendas da Câmara ao projeto de extinção do Banco do Brasil. V. 2, II, 46

— discussão do art. 2º do Projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 6

— discussão do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 87

— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 329

— discussão do parecer da comissão especial designada para dar parecer sobre a legalidade da reforma constitucional, feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 282

— discussão do parecer da comissão especial sobre o ofício da Câmara, comunicando a renúncia da Regência. V. 4, I, 194
— discussão do parecer sobre a vacância do lugar de senador de Domingos de Barros. V. 3, I, 317
— discussão do projeto de Código Criminal; Habeas-Corpus. V. 2, II, 361-2
— discussão do projeto de lei da Câmara dispondo sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 71 e 72
— discussão do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição , de autoria de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde e Marquês de Caravelas). V. 2, I, 15
— discussão do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 314
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; poder Moderador. V. 4, I, 52, 56
— discussão do Projeto de Resolução para que os atos dos poderes executivo e judiciário não possam ser anulados por ato de uma só Câmara. V. 3, II, 14
— discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 168
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional; Conselho de Estado. V. 4, I, 79
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 42
— discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição; Poder Legislativo. V. 4, I, 62
— discussão do projeto do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), sobre a anistia. V. 2, I, 20
— discussão do projeto que autoriza o Banco do Brasil a emitir notas. V. 2, II, 41, 43
— discussão do projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 89
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; referenda dos Ministros e o Poder Moderador. V. 4, I, 87
— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 203
— discussão, em Assembléia-Geral, de emenda sobre o prazo de arrecadação dos direitos alfandegários e consulares. V. 3, I, 299

— discussão, na Assembléia-Geral, sobre a arrecadação dos direitos alfandegários. V. 3, I, 295

— emenda ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 169

— emenda ao projeto de naturalização. V. 2, I, 82

— emenda ao projeto que dispõe sobre a reforma constitucional; Conselho de Estado. V. 4, I, 80

— emenda ao voto de Graças: referência. V. 3, II, 202

— emenda de sua autoria ao projeto sobre cidadania apresentado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 30

— emenda do ...; Prejudicada. V. 2, I, 174

— esclarecimento na discussão da arrematação dos direitos da Alfândega. V. 3, I, 297

— leitura de sua emenda ao projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 32

— manifesta-se contra a emenda da educação das meninas. V. 2, I, 229

— manifesta-se sobre a designação de José Bonifácio para tutor dos filhos de D. Pedro I. V. 3, I, 22

— pede a permanência da sessão, em face da crise com a demissão da Regência Trina. V. 4, I, 189

— referência a seu discurso, durante a discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 174

— referência a. V. 2, I, 64

— requer a remessa à Câmara das emendas constitucionais aprovadas e a votação da redação final das emendas ao Código de Processo Penal. V. 4, I, 197

— requer retificação da ata da sessão de 30 de julho. V. 4, I, 192

— resposta ao senador Marquês de Barbacena, que se opõe à prorrogação da sessão. V. 4, I, 190

— solicita nova retificação da ata da sessão de 30 de julho. V. 4, I, 192

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **BORGES DE BARROS, Domingos**
— Vide BARROS, Domingos Borges de

— **BORJA PEREIRA, João Francisco de. Deputado.**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **BOURBONS**
— domínio dos ... sacudido pelos franceses. V. 3, I, 54
— referência à tirania do ramo mais velho dos. V. 3, I, 127

— **BRAGANÇA Duque de**
— carta dirigida ao Senado pelo ... sobre seus direitos. V. 3, I, 23

— **BRAGANÇA, Duquesa de**
— pagamento de arras à. V. 3, I, 233

— **BRAMANES**
— comparação dos ... com a oposição. V. 3, II, 181

— **BRASIL**
— agrilhoado; tempos calamitosos que mantiveram o. V. 4, I, 58
— amor que o ... tem pelas instituições. V. 3, II, 43
— deve ser contemplado no seu Estado. V. 3, II, 137
— império dos diamantes e do ouro. V. 3, I, 234
— meios que o ... deve proporcionar ao Príncipe a quem deve sua existência política. V. 3, I, 234
— nação instruída, que não é governada senão da forma que quer. V. 3, II, 173
— não está tão ilustrado como os Estados Unidos. V. 4, I, 243
— será livre e dos brasileiros. V. 3, I, 18
— vanguarda da Santa Aliança na América. V. 3, I, 284

— **BRASILEIROS**
— como adquiriram nova cidadania. V. 2, I, 124

— considerados inimigos por não terem atendido à proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 17
— de todas as províncias preludiaram o 7 de abril, armando-se. V. 3, I, 47
— é ... o estrangeiro que se naturalizou português, antes da Independência do Brasil. V. 2, I, 119
— e portugueses que se declararam contra a Independência não têm direito ao foro de cidadania. V. 2, I, 113
— legitimamente impedidos de voltar ao Brasil não precisam do favor da lei. V. 2, I, 37
— natos; aceitação como cidadãos. V. 2, I, 44
— natos e naturalizados; igualdade entre ambos. V. 2, I, 83
— por extensão de graça. V. 2, I, 65
— que abandonaram a causa da Pátria não podem ser cidadãos. V. 2, I, 31
— que foram mortos por portugueses na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. V. 2, I, 112
— que não aderiram à Independência são portugueses. V 2, I, 19
— que não são dignos da cidadania por não terem regressado ao país no prazo estipulado pela proclamação de 8-1-1823. V. 2, I, 11
— residentes em Portugal e Algarves na época da Independência e que posteriormente aceitaram empregos. V. 2, I, 12
— residentes nas colônias da África ou Ásia e que aceitaram empregos, um ano depois da proclamação da Independência. V. 2, I, 12
— sentido que a Constituição dá à palavra. V. 2, I, 82

— **"BRASILEIRO, O"**
— acusação a Martim Francisco de que em sua administração começou a cunhagem de cobre. V. 3, I, 252

— **BRASILEIRO ADOTIVO**
— é uma classe inexistente. V. 3, II, 115

— **BRAULIO MUNIZ, João. Deputado. Membro da Regência.**
— assinatura no ofício de demissão da Regência. V. 4, I, 170

— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87
— eleição de um substituto em virtude de seu falecimento. V. 3, I, 139
— eleição, por 65 votos, para a Regência Trina Permanente. V. 3, I, 121
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **BRÍCIO, Marcos Antônio**
— Vide MARCOS ANTÔNIO BRÍCIO

— **BRIGADEIRO LIMA E SILVA**
— Vide LIMA e SILVA, Francisco de

— **BRIO NACIONAL**
— quando ofendido, não obra a sangue-frio. V. 3, I, 155

— **BRISSOT**
— referência a. V. 3, II, 9

— **BRITO, Paulo José de Melo de Azevedo. Deputado.**
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **BRITO GUERRA, Francisco de. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— Voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **BOUGHAM**
— grande orador da Câmara dos Comuns. V. 3, II, 4

— **BRUTUS**
— referência a. V. 3, II, 171

— **BUDEAUS**
— referência a. V. 3, I, 29

— **BULAS**
— beneplácito dado pelo governo a ... que são injuriosas ao Brasil. V. 2, I, 279
— do Sumo Pontífice devem ser enviadas pelo Governo à Assembléia Legislativa. V. 2, I, 279
— pontifícias e o beneplácito do governo brasileiro. V. 2, I, 279

— **BÜLOW, Barão de**
— suspeito de Restaurador; relações que mantinha com José Bonifácio. V. 3, I, 205

— **BURKE, Edmund**
— citação de. V. 2, I, 91
— referência a. V. 4, I, 150

— **BUSCAS NOTURNAS**
— determinadas pelo Ministério da Regência. V. 3, I, 123

# C

— **C. DIAS. Deputado**
Vide CUSTÓDIO DIAS, José

— **C.FRANÇA. Deputado.**
Vide FRANÇA, Cornélio Ferreira

— **C. DE VASCONCELOS. Deputado.**
Vide CUNHA VASCONCELOS, Antônio da

— **CABALA.**
— cometidas pelo Ministro da Justiça, durante a eleição. v. 3, I, 124
— em que se fala, sobre a eleição do Regente. v. 3, I, 90
— prodigiosa que existe para o afastamento do Tutor. V. 3, I, 203
— que predominou em Portugal. V. 2, I, 91

— **CABEÇAS.**
— que sopraram o fogo de uma rebelião. V. 3, II, 97
— coroadas; são plantas exóticas no Novo Mundo. V. 4, I, 241

— **CABEDAIS.**
— que tem adquirido homens analfabetos. V. 2, I, 76

— **CABOTAGEM**
— comércio de ... devem ser permitido aos estrangeiros. V. 2, I, 106

— **CAÇAPAVA.**
— vitórias rebeldes em... e Triunfo, na revolução Farroupilha. V. 3, II, 237

— **CADELA.**

— apodo à Assembléia. V. 3, II, 59

— **CADUCIDADE.**

— da proclamação do Imperador, de 8-1-23, face à Constituição. V. 2, I, 43

— do argumento da generalidade da aplicação do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 28

— **CAETANO DE ALMEIDA, Batista. Deputado**

— discussão da redação das emendas do Senado ao projeto de lei sobre os artigos reformáveis da Constituição. V. 4, I, 197

— discussão do projeto de anistia para o Maranhão. V. 2, II, 382

— discussão do requerimento para que as representações sobre a reforma constitucional sejam enviadas ao Senado. V. 4, I, 25

— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137

— requerimento para que as representações sobre reforma constitucional sejam remetidas ao Senado. V. 4, I, 21

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO**

Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

— **CAETÉ, Visconde de.**

Vide VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca.

— **CAIENA.**

— restituição de ... à França. V. 3, II, 203

— **CAÌRU, Barão e Visconde de.**

Vide LISBOA, José da Silva

— **CAJUEIRO, Luiz Carlos Cardoso. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **CALABROTE.**

— disciplina do. V. 2, I, 70

— **CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto (1º Visconde e Marquês de Barbacena). Senador.**

— apresentação de projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I. 49

— apresentação de projeto do Conselho de Estado. V. 3, II, 131

— aprovação de emenda da sua autoria ao projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 51

— assinatura no ofício comunicando à Câmara a designação de uma Comissão destinada a organizar o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 213

— assinatura no parecer das comissões conjuntas de Constituição, Diplomacia e Fazenda do Senado, sobre arras devidas à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 234

— assinatura no projeto de resposta à Fala do Trono de 1839. V. 3, II, 188

— contesta a qualidade oficial da participação do Ministro e Senador Francisco Carneiro de Campos, sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 192

— contesta o Senador Borges, que pede a permanência da sessão, em face da crise com a demissão da Regência. V. 4, I, 189

— designação para a comissão especial, destinada a dar parecer no ofício da Câmara sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 193

— designação para a comissão especial destinada a tratar da eleição da Regência Permanente. V. 3, I, 116

— discurso durante a discussão do projeto de lei sobre naturalização. V. 2, I, 65

— discurso na questão preliminar sobre a discussão de projetos com o mesmo objetivo. V. 2, I, 56

— discussão da emenda do Senado ao projeto de fixação das forças armadas. V. 2, II, 284

— discussão da emenda supressiva do Senador José Inácio Borges, ao art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89
— discussão da preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 205
— discussão da resposta do Senado à Fala do Trono de 1831. V. 3, I, 102
— discussão do parecer da comissão de Comércio sobre a proposta do Conselho Geral da Província da Bahia sobre a admissão de escravos como trabalhadores nas repartições públicas. V. 2, II, 165
— discussão do parecer da Comissão de Constituição do Senado, aprovando a designação do Senador Marquês de Santo Amaro, em missão do Governo. V. 3, I, 308
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos Senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 331
— discussão do parecer sobre a vacância do lugar do Senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 318
— discussão do Projeto de lei da Câmara permitindo a livre estipulação de juros. V. 2, II, 71, 73 e 74
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 83
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a colonização por estrangeiros. V. 2, II, 174
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a prestação de serviços por contrato. V. 2, II, 177
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 30, 41 e 44
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; poder Moderador. V. 4, I, 51
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional; votação da reforma. V. 4, I, 63
— discussão do projeto sobre a reforma constitucional; organização do Senado. V. 4, I, 69
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; Conselhos Provinciais. V. 4, I, 80
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; poder de veto suspensivo do Imperador. V. 4, I, 75

— discussão do projeto de Resolução sobre o **Habeas Corpus**. V. 2, II, 364
— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 109 e 112
— discussão do requerimento de adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, até a próxima sessão. V. 4, II, 161
— discussão do requerimento de sua autoria, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 204-205
— discussão, em Assembléia Geral, sobre a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 159
— discutindo a Indicação do senador Antônio Gonçalves Gomide, para que os projetos de naturalização sejam submetidos a uma comissão **ad hoc**. V. 2, I, 77
— emenda ao projeto sobre a reforma da Constituição; Conselhos Provinciais, V. 4, I, 83
— indicação para o adiamento da discussão do projeto do senador Francisco Carneiro de Campos, sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 70
— intervenção sobre a questão do Oiapoque. v. 3, II, 197
— leitura do parecer da Comissão Especial sobre o ofício da Câmara a respeito da denúncia da Regência. V. 4, I, 194
— manifestação favorável à anistia, mas contrária ao projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 29
— manifesta-se favorável ao afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— questão de ordem sobre o quorum da sessão. v. 4, II, 148
— pronuncia-se a favor do direito que tem o Senado de emenda a lei orçamentária. v. 3, I, 336
— referência a. V. 2, I, 61 e 75
— referência à discussão do requerimento de adiamento da questão do afastamento do Tutor em que tomou parte. v. 3, I, 204
— requerimento propondo o adiamento da declaração de vacância do lugar do senador Visconde de Pedra Branca, até o fim da sessão legislativa. V. 3, I, 319

— requerimento solicitando a elaboração de projeto de lei sobre demissão e aposentadoria de senadores. v. 3, I, 332

— requer se solicite da Câmara cópia do ofício da Regência solicitando sua demissão. V. 4, I, 198

— retirada de sua emenda ao projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 51

— solicita à Mesa esclarecimentos sobre o encaminhamento do pedido de renúncia da Regência, exclusivamente à Câmara. V. 4, I, 193

— voto a favor da vitaliciedade do Senado V. 4, I, 164

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208

— **CALÍGULA, Imperador**

— referência à. v. 3, II, 87

— **CALMON, Miguel... Du Pin e Almeida. Deputado.**

— assinatura no parecer da Comissão de Assembléia às Províncias, propondo projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 22

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda aos projetos de cessação da emissão de notas e a extinção do Banco do Brasil. v. 2, II, 36

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda, sobre as contas, balanço e orçamento do Império para 1828. v. 2, II, 19

— assinatura no parecer da comissão de Regimento Interno à Indicação do dep. Vasconcelos para que os Ministros assistam à discussão do Orçamento. v. 2, II, 21

— assinatura no projeto de lei sobre a dívida nacional apresentado pela Comissão de Fazenda. v. 2, II, 3

— discussão da resposta à fala do Trono; relações com a Santa Sé. v. 2, I, 293

— discussão da emenda do Senado ao art. 5º do projeto de lei de Orçamento para 1828. v. 2, II, 22

— discussão da Indicação do dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão dos projetos de Código Criminal. v. 2, II, 328

— discussão das emendas ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. v. 2, II, 146

— discussão das emendas do Senado à dotação do Imperador. v. 3, I, 226

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. v. 4, I, 117

— discussão do novo parecer da comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência Trina. v. 4, I, 182

— discussão do parecer sobre a acusação do Ministro da Guerra pela criação de comissão Militar em Pernambuco. v. 3, II, 101

— discussão do projeto de fixação das forças navais; tráfico de escravos. v. 2, II, 167-168

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre o saneamento do meio circulante. v. 2, II, 127

— discussão do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. v. 3, II, 164

— discussão do requerimento do dep. Rodrigues Torres, para elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 8

— emenda acrescentando artigos aditivos ao projeto sobre naturalização. v. 2, I, 137

— manifestação sobre o projeto de naturalização. v. 2, I, 134

— manifestando-se favoravelmente ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 130

— impossibilidade da ... pronunciar, manifestando sua aprovação aos atos da Bahia, v. 3, I, 40

— indiferença da ... para com a dignidade de seus membros. v. 3, I, 188

— iniciativa em matéria financeira, v. 3. I, 335

— invasões que tem feito sobre o Poder Executivo. v. 3, II, 13

— meio de que dispõe o governo para acabar com as. v. 3, I, 307

— não deve se dirigir pelos atos do Senado. v. 2, I, 95

— não é casa de Ministro de Estado. v. 3, II, 124

— não é tribunal competente para julgar os recursos contra os atos da Junta de Comércio. v. 2, I, 127

— não o Corpo Legislativo foi quem encetou a reforma. v. 3, I, 66
— não possui autoridade para indicar a reforma que deve ser feita na Constituição. v. 4, I, 5
— não quer usurpar atribuições. v. 4, I, 220
— onde há 3 ou 4 militares, e muitos Magistrados é que formulou a lei sobre a suspensão dos Juízes. v. 3, I, 112
— participação à ... das matérias em discussão no Senado; Votação. v. 2, I, 55
— participa das opiniões da Nação, no desejo de liberdade. v. 3, I, 36
— poderá morrer, mas coberta de glória e não de opróbrio. v. 3, I, 58
— pouco fez em 1826. v. 3, I, 258
— pretendida transferência da Câmara para a Quinta da Boa Vista. v. 4, I, VIII
— procedência das queixas contra a apatia da ..., depois da lei de reforma. v. 3, I, 176
— quase toda composta de funcionários públicos. v. 4, I, 256
— rejeição do projeto de lei do Senado sobre cidadania. V. 2, I, 44
— Senado envia à ... projeto aprovado sobre cidadania. v. 2, I, 35
— seu objetivo não é sustentar sentimentos nobres. v. 3, I, 90
— só tem autoridade independente uma da outra em coisas de seu Regimento. v. 3, II, 13
— volta de José Bonifácio à Câmara depois do exílio. v. 3, I, 311.

— **Dos Deputados da França**

— parecer sobre os direitos do Duque de Bragança e de sua Esposa. v. 3, I, 233

— **Dos Deputados Portuguesa**

— debate da. v. 4, II, 243
— nomeação para a deputação que levará a mensagem da Câmara à Regência resignante. v. 4, I, 89 e 188
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **CALOTEIRO**

— o que aumenta as despesas, quando suas rendas não chegam. v. 3, I, 224

— **CALÚNIA.**

— a que se presta a Imprensa. v. 2, I, 142

— dos órgãos do Partido Andradista contra o Governo da Regência. v. 3, I, 198

— lei que feche os antros da. v. 2, I, 142

— veículo das ... mais atrozes é o que temos tido no Brasil, em vez de liberdade de imprensa. v. 2, I, 142

— **CALVINO.**

— referência a; v. 3, I, 29

— **CÂMARA**

— **Dos Comuns**

— Brougham, grande orador da. v. 3, II, 4

— exemplo da ... de participação dos Ministros nos debates, não se aplica ao Brasil. v. 3, II, 128

— **Dos Deputados**

— a acusação contra Feijó significa que a ... quer a anarquia. v. 3, II, 110

— acusações de que a ... quer assassinar europeus. v. 3, I, 173

— apresentação à ... do projeto de naturalização dos estrangeiros. v. 2, I, 93

— competência exclusiva da ... para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— conduta de D. Pedro I, para com a. v. 3, I, 168

— devolução pela ... do projeto de lei sobre cidadania, rejeitado naquela Casa. v. 2, I, 45

— discussão na ... das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. v. 4, I, 91

— dissolução da ... na reforma constitucional. v. 4, I, 65
— é a única autoridade para fazer as reformas constitucionais. v. 4, I, 216
— em 1827 principiou a fazer alguma coisa. v. 3, I, 258
— é que formulam a política do Ministério. v. 3, II, 173
— exemplos de falta de consideração para com o Senado. v. 4, I, 199
— exorbitância de suas atribuições. v. 3, II, 14
— há de ser limitada pelo Senado, quando esta quiser impor restrições às liberdades públicas. V. 3, II, 176

— **Dos Pares**

— na França, passou de hereditária a vitalícia. V. 4, I, 163

— **Dos Vereadores**

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as eleições das ... e números dos Vereadores (art. 168). V. 2, I

— **Municipal**

— a única de eleição popular, em que há o elemento democrático. V. 4, II, 27
— autoridade policial que tinha, na época dos Conselhos Gerais de províncias. V. 4, II, 113
— composta de homens pouco instruídos. V. 3, II, 154
— é o corpo que melhor conhecimento tem do território. V. 3, II, 158
— é que deve fixar o número de Juízes de Paz. V. 3, II, 158
— é verdadeiro conselho federal. V. 3, I, 258
— exemplos de subserviência da. V. 3, II, 142
— pobreza da. V. 2, I, 255
— pode fazer posturas. V. 4, II, 155
— que foi obrigada a socar taipa por um capitão general. V. 3, II, 160
— que foi presa em galés pelos capitães-generais. V. 3, II, 160
— que se manifestou pela reforma da Constituição. V. 4, I, 25
— seu procedimento há de melhorar quando se lhe der autoridade. V. 3, II, 160

— sua inépcia não é tão exagerada como se tem dito na Câmara. V. 3, II, 159

— **Republicana**

— V. 4, II, 262

— **CÂMARA, Manuel Ferreira da.**

— Vide SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e.

— **CAMARILHA.**

— que se tem apoderado da administração. V. 4, II, 210

— **CAMPO GRANDE, Barão de.**

— Vide GOMES DE CAMPOS, Francisco

— **CAMPOS**

— de Goitacaz, desmembramento da província do Espírito Santo e anexação à do Rio de Janeiro. V. 3, I, 322

— em que se dividiu o Brasil, depois do golpe da dissolução da Constituinte. V. 4, II, 54

— **CANCELAMENTO**

— de votos nos colégios eleitorais de brasileiros que não regressaram após a Independência. V. 2, I, 31

— dos nomes dos brasileiros nas atas dos colégios eleitorais. V. 2, I, 31

— **CÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA**

— Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de

— **CAOS**

— ou vácuo em que estamos, entendendo por "causa pública", tudo. V. 3, I, 55

— **CAPELA**

— definição de. V. 2, I, XII

— proibição do estabelecimento de morgados, ... e outros vínculos. V. 2, II, 313 e 317

— **CAPITAL**

— de seis contos, no Brasil, proporciona uma renda maior que 300 mil réis. V. 2, I, 103

— estabelecido no projeto de naturalização do Visconde de Barbacena. V. 2, I, 61
— imposto sobre ... é inconstitucional. V. 3, I, 303
— posse de ... para naturalização. V. 2, I, 50
— posse de ... para o fim de naturalização. V. 2, I, 59

— **CAPITALISTAS**

— procedimento usual dos que procuram outros países. V. 2, I, 78

— **CAPITULAÇÃO**

— entre o Conquistador e a Nação conquistada. V. 4, I, 37

— **CAPRICHOS**

— a que podem ficar sujeitos os deputados provinciais sem inviolabilidade; exemplo do que ocorreu no Maranhão. V. 4, I, 233

— **CARAÇA**

— artigo para a expulsão dos frades do ... que deveria conter o projeto de proibição de entrada de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 262
— congregação da serra do; temor que inspira. V. 2, I, 271
— congregação do; se não são jesuítas em tudo se parecem. V. 2, I, 271
— expulsão de alunos, depois da confissão, pela quebra do sigilo que praticavam os frades. V. 2, I, 262
— frades congregados do ... em Minas, são verdadeiros jesuítas. V. 2, I, 261
— frades do ... exercem seu mister no Brasil sem licença da Assembléia Geral. V. 2, I, 262
— frades do ... não são estrangeiros, pois se encontram no Brasil, desde antes de 1819. V. 2, I, 263
— obrigação que se impõe aos meninos de confessarem todo mês sem poder escolher o confessor. V. 2, I, 262

— **CARACTERÍSTICAS**

— da cidadania brasileira. V. 2, I, 25

— **CARACTERIZAÇÃO**

— da Independência do Brasil em Portugal. V. 2, I, 22

— **CARAMURUS**
— comando dos ... no Senado. V. 4, I, 205
— conspiração dos. V. 3, I, 136
— **"CARAMURU, O"**
— referência ao jornal. V. 3, I, 65
— referência ao jornal. V. 3, I, 137
— **CARAPEBA**
— referência a ..., líder revolucionário de 1824. V. 3, II, 51
— **CARÁTER**
— conduta de Pedro I, reforçam a crença na trama da restauração. V. 3, I, 155
— do povo brasileiro; confiança que se deve ter no. V. 3, I, 36
— moral como primeira condição para naturalizar-se. V. 2, I, 75
— **CARAVELAS, 1º Visconde de.**
— Vide CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim
— **CARAVELAS, 2º Visconde de.**
— Vide ALVES BRANCO, Manoel
— **CARÊNCIA**
— de braços para exploração das riquezas. V. 2, I, 60
— **CARESTIA**
— que aflige aos que vivem de ordenados em 1828. V. 3, II, 5
— **CARGOS**
— **Públicos**
— accessibilidade aos. V. 2, I, 82
— de que dispõe o Ministro da Justiça (Feijó) é que lhe acarretam defensores. V. 3, II, 112
— não estavam em abandono por termos um governo absoluto. V. 2, I, 107
— que o governo tem dado a estrangeiros. V. 2, I, 110
— não são propriedade de ninguém. V. 3, I, 47
— que exigem o gozo de direitos políticos. V. 2, I, 64

— que pela Constituição não pode o naturalizado exercer. V. 2, I, 86

— que pela Constituição não podem ser exercidos por estrangeiros. V. 2, I, 62

— que são de nomeação do governo central nas províncias. V. 4, I, 12

— **CARICATURA**

— excita a curiosidade. V. 2, I, 158

— punição por seu uso injurioso. V. 2, I, 168

— **CARICATURISTA**

— o lápis do ... é um instrumento mais poderoso do que a imprensa. V. 2, I, 158

— **"CARIJÓ, O"**

— jornal restaurador. V. 4, I, 179

— referência ao jornal. V. 3, I, 65

— **CARLOS V.**

— exemplo de. V. 3, I, 73

— **CARLOS VI.**

— V. 4, I, 158

— **CARLOS X. Rei da França**

— V. 4, I, 5

— referência ao banimento de ... V. 3, I, 244

— **CARNEIRO DE CAMPOS, Carlos. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **CARNEIRO DE CAMPOS, Francisco. Senador.**

— aparte ao senador Ferreira de Mello, na discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 184

— apartes ao senador Albuquerque, na discussão do projeto de lei da Câmara que permite a livre estipulação de juros. V. 2, II, 79

— apresentação da Tabela das leis regulamentares indicadas na Constituição. V. 2, I, 4
— apresentação, em nome da Comissão de Legislação, de emendas ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 197
— assinatura no projeto de Resolução do Senado sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— comunica os motivos da falta de participação da Regência ao Senado, de sua renúncia. V. 4, I, 191
— declaração de voto. V. 3, I, 327
— discussão da preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— discussão da questão de ordem sobre o quorum necessário para haver sessão no Senado. V. 4, II, 149
— discussão da resposta à Fala do Trono; inteligência do Ato Adicional. V. 3, II, 261
— discussão das emendas ao art. 2º da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 178
— discussão do art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 182
— discussão do art. 6º do projeto que dispõe sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 194
— discussão do art. 28 do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça, v. 3, II, 9
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a eleição de Feijó para o Senado. v. 3, I, 326
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de aposentadoria dos senadores Visconde de São Leopolo e Manuel Ferreira da Câmara. v. 3, I, 332
— discussão do parecer sobre os direitos do Duque e Duquesa de Bragança. v. 3, I, 234 e 237
— discussão do projeto de Código de Processo Criminal. Habeas Corpus. v. 2, II, 361
— discussão do projeto de Feijó para a criação dos cursos de estudos elementares. v. 2, I, 246
— discussão do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a livre estipulação de juros. v. 2, II, 77
— discussão do projeto de lei de criação do Supremo Tribunal de Justiça. v. 3, II, 4

— discussão do projeto de lei interpretativa do art. 6º da Constituição (cidadania) do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). v. 2, I, 26
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; Poder Moderador. v. 4, I, 59
— discussão do projeto de lei que marca as atribuições da Regência permanente. v. 3, I, 119
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. v. 4, I, 49
— discussão do projeto de naturalização apresentado ao Senado pelo Visconde de Caravelas. (José Joaquim Carneiro de Campos) v. 2, I, 81
— discussão do projeto de sua autoria sobre a livre estipulação de juros. v. 2, II, 67
— discussão do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. v. 3, II, 10
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; referência dos Ministros e o Poder Moderador. v. 4, I, 87 e 88
— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 108
— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência Permanente. v 3, I, 118
— discussão dos projetos sobre naturalização. v. 2, I, 74
— discussão do requerimento do senador Ferreira de Melo, para que a Resolução que concede loterias para a proteção de uma fábrica de papel volte à comissão. V. 2, II, 155 e 156
— discussão do Requerimento do senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, solicitando reunião da Assembléia Geral, para eleição da Regência Permanente. v. 3, I, 115
— discussão do requerimento do senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja remetido a uma comissão. v. 4, II, 140
— discussão do requerimento do senado José de Alencar sobre a compatibilidade de artigos dos projetos de lei de interpretação do Ato Adicional, da Câmara e do Senado. v. 4, II, 153
— discussão do Requerimento para que o Senado declare a legalidade das reformas constitucionais feitas sem o concurso do Senado. v. 4, I, 285

— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 88
— discussão, em Assembléia Geral, da emenda relativa as despesas do Ministério dos Estrangeiros. v. 3, I, 281
— discussão em Assembléia Geral, das despesas do Ministério dos Estrangeiros. v. 3, I, 286 e 291
— discusão, no Senado, do projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. v. 3, II, 31
— discute o pedido de adiamento do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. v. 3, II, 11
— emenda a discussão da resposta à Fala do Trono. v. 3, II, 263
— emenda ao art. 1º do projeto de lei da Câmara que permite a livre estipulação de juros. v. 2, II, 78
— emenda ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 175 e 180
— emenda ao art. 28 do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. v. 3, II, 9
— emenda ao parecer da Comissão sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. v. 3, I, 332
— esclarece a informação que deu ao Senado sobre a demissão da Regência. v. 4, I, 192
— informa ao Senado sobre sua demissão do Ministério e a crise com a demissão da Regência. v. 4, I, 190
— manifesta-se sobre o projeto que dispõe sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 165
— projeto de lei que dispõe sobre a liberdade na estipulação de juros. V. 2, II, 59
— referência a. v. 2, I, 173 e 180
— referência a seu discurso durante a discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 174
— referência a sua emenda. v. 2, I, 169
— rejeição da 1ª parte de sua emenda ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 196
— requerimento para que o titº 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, seja remetido à Comissão de Legislação. v. 2, I, 197
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. v. 2, II, 209

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208

— **CARNEIRO, José Alcebíades. Deputado.**
— discussão do projeto de reforma constitucional; deputados provinciais empregados do governo central. v. 4, I, 259
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— **CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim (1º Visconde e Marquês de Caravelas). Senador.**
— apresentação de emenda substitutiva ao art. 1º de seu projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania). v. 2, I, 33
— apresentação de Indicação para que seja comunicada à Câmara a apresentação de Projeto ao Senado. v. 2, I, 51
— apresentação de projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição de 1824 (cidadania). v. 2, I, 7
— apresentação de projeto sobre naturalização. v. 2, I, 50
— assinatura no Parecer da Comissão de Constituição, sobre a eleição de Feijó como Senador. v. 3, I, 321
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o projeto de reforma constitucional. v. 4, I, 27
— assinatura no parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. v. 3, I, 269 e 271
— assinatura no parecer pela vacância do cargo do senador Domingos Borges de Barros. v. 3, I, 314
— assinatura no projeto de Resolução do Senado sobre a interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 101
— assinatura no termo de juramento da Regência Trina provisória. v. 3, I, 16
— contesta argumentos do Visconde de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa) sobre a sua emenda ao projeto de naturalização. v. 2, I, 80
— contesta os argumentos do senador José Inácio da Cunha (Barão de Alcântara), na discussão do projeto de naturalização. v. 2, I, 83

— contesta a opinião do Marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, na discussão do projeto de lei sobre escolas de primeiras letras. v. 2, I, 224

— contestação dos argumentos do Barão de Cairu, que combateu seu projeto declaratório do art. 6º da Constituição. v. 2, I, 10-11

— contestação dos argumentos do Visconde da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro) na discussão de seu projeto de cidadania. V. 2, I, 24-26

— declaração de voto. v. 3, I, 327

— defesa de sua Indicação. v. 2, I, 53

— designação para a comissão especial destinada a dar parecer no ofício da Câmara sobre a renúncia da Regência. v. 4, I, 193

— discurso defendendo seu projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania). v. 2, I, 14-15

— discurso durante a discussão do art. 2º de seu projeto de naturalização. v. 2, I, 82

— discurso na 3ª discussão do projeto de sua autoria sobre concessão de cidadania. v. 2, I, 30-31

— discurso sobre a emenda ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 191

— discurso sobre a indicação do senador Antônio Gonçalves Gomide, para que os projetos sobre naturalização sejam submetidos a uma comissão **ad hoc.** v. 2, I, 76

— discurso sobre a Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. v. 2, I, 52 e 55

— discurso sobre a questão preliminar levantada pelo Presidente sbore discussão simultânea de projetos semelhantes. v. 2, I, 57

— discussão da emenda do senador João Inácio da Cunha ao projeto de naturalização. v. 2, I, 84

— discussão da emenda do Visconde de Inhambupe ao art. 2º do projeto de naturalização. v. 2, I, 90

— discussão da emenda que dispõe sobre a educação das meninas. v. 2, I, 226 e 229

— discussão da emenda supressiva do senador José Inácio Borges, ao art. 3º do projeto de naturalização. v. 2, I, 89

— discussão da resposta à Fala do Trono; cessação do tráfico. v. 2, II, 161

— discussão das emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 177 e 181
— discussão das emendas aprovadas pelo Senado ao projeto de lei sobre os artigos reformáveis da Constituição. v. 4, I, 197
— discussão de sua emenda ao projeto sobre as escolas de primeiras letras. v. 2, I, 226
— discussão de seu projeto sobre a naturalização. v. 2, I, 78
— discussão do art. 2º do projeto de naturalização de sua autoria, depois da redação do vencido. v. 2, I, 85
— discussão do art. 2º e respectivas emendas do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 185
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a eleição de Feijó para o Senado. v. 3, I, 323 e 325
— discussão do parecer da comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos Senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. v. 3, I, 332
— discussão do parecer da comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. v. 4, I, 284
— discussão do parecer da Comissão especial, sobre a renúncia da Regência. v. 4, I, 195 e 196
— discussão do projeto de Código Criminal; **Habeas-Corpus.** v. 2, II, 261
— discussão do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. v 2, I, 237
— discussão do projeto de lei da Câmara permitindo a livre estipulação de juros. v. 2, II, 71, 75 e 79.
— discussão do projeto de lei do Senador Vergueiro sobre o casamento civil, v. 2, II, 309
— discussão do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capela e outros vínculos. v. 2, II, 313
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a colonização por estrangeiros. v. 2, II, 174
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. v. 2, II, 84 e 90
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; Poder Legislativo. v. 4, I, 60
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; poder Moderador. v. 4, I. 55, 56 e 60

— discussão do projeto de lei que proibe a admissão, no Império, de frades e congregados estrangeiros, exercendo funções religiosas. v. 2, I, 278

— discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 163

— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. v. 4, I, 34

— discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição; Poder Legislativo. v. 4, I, 61

— discussão do projeto de Resolução sobre **Habeas Corpus.** v. 2, II, 363

— discussão do projeto de sua autoria sobre cidadania. v. 2, I, 21

— discussão do projeto de sua autoria sobre naturalização. v. 2, I, 59 )

— discussão do projeto do Senador Francisco Carneiro de Campos, sobre a livre estipulação de juros. v. 2, II, 60

— discussão do projeto que autoriza o Banco do Brasil a emitir notas. v. 2, II, 41 e 43

— discussão do projeto que concede prêmios a quem vulgarizar a vacina. v. 2, I, 253-4

— discussão do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. v. 3, II, 7, 9 e 10

— discusão do projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. v. 2, II, 87

— discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 169

— discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa, na parte relativa às penas. v. 2, I, 185

— discussão do projeto sobre a reforma constitucional; dissolução da Câmara. v. 4, I, 66 e 67

— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição do Senado. v. 4, I, 72

— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; poder de veto suspensivo do Imperador. V. 4, I, 76

— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; poder suspensivo do Imperador. v. 4, I, 78

— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; referenda dos Ministros e o Poder Moderador. v. 4, I, 86

— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; Regência. v. 4, I, 84
— discussão do requerimento do Marquês de Barbacena solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 202
— discussão, em Assembléia Geral, da arrecadação das contribuições diretas. v. 3, I, 304
— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara, rejeitada pelo Senado, proibindo a acumulação dos empregos de Bispo e Senador. v. 3, I, 276
— discussão na Assembléia Geral, do poder de emenda do Senado em matéria orçamentária. v. 3, I, 335
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a arrematação dos direitos alfandegários. v. 3, I, 298
— discussão preliminar sobre questão regimental. v. 2, I, 56
— discussão sobre as penas cominadas aos delitos de imprensa. v. 2, I, 187
— eleição para presidir a sessão da Assembléia Geral, em 7 de abril de 1831. v. 3, I, 11
— eleição, por 40 votos, para a Regência Trina Provisória. v. 3, I, 14
— emenda ao art. 1º do projeto sobre a mineração e a propriedade das minas. v. 2, II, 91
— emenda dispondo sobre a extinção do Banco do Brasil. v. 2, II, 47
— emenda estabelecendo a igualdade de remuneração entre os professores dos dois sexos. v. 2, I, 224
— emenda para que as mestras ensinem às meninas. v. 2, I, 225
— episódio de sua eleição para a Regência. v. 3, I, 85
— explicação a respeito de sua emenda ao projeto de naturalização. v. 2, I, 79
— levanta questão regimental sobre a discussão de dois projetos semelhantes. v. 2, I, 58
— manifestação contrário à emenda do Visconde de Lorena, aos projetos sobre naturalização. v. 2, I, 70
— manifestação durante a 2ª discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 171
— manifesta-se contra o requerimento do Senador José Saturnino da Costa Pereira, solicitando os documentos so-

bre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 202
— manifesta-se na discussão do projeto de lei que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. v. 2, I, 224
— projeto de lei de sua autoria, sobre cidadania, aprovado pelo Senado. v. 2, I, 35
— propõe a convocação de uma nova reunião, a fim de tomar conhecimento da crise decorrente da renúncia da Regência. v. 4, I, 191
— proposta para adiamento da discussão dos projetos sobre naturalização. v. 2, I, 77
— redação do vencido do art. 2º do projeto de naturalização de sua autoria. v. 2, I, 85
— referência a. V. 2, I, 56, 73, 87, 166, 188 e 189
— referência a seu discurso, durante a discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 174
— referência a ... como Ministro, em 1831. v. 3, I, 103
— referência à sua emenda. v. 2, I, 187
— rejeição do art. 1º de seu projeto de naturalização. v. 2, I, 81
— requer, em nome da Comissão de Constituição, que se peça ao governo os originais da Ata da eleição do Conde de Lages. v. 3, I, 269
— requerendo que se envie a mesa a emenda a que aludiu o Senador Francisco Carneiro de Campos em seu discurso sobre o projeto que regula a liberdade de imprensa. v. 2, I, 180
— requerimento solicitando o adiamento da discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos Senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. v. 3, I, 333
— responde ao discurso do Senador José Inácio Borges, sobre seu projeto de naturalização. v. 2, I, 63
— resposta ao Senador Rodrigues de Carvalho, na discussão de seu projeto de cidadania. V. 2, I, 20
— sustenta seu requerimento para que se peça ao governo as atas da eleição do Conde de Lages. v. 3, I, 269
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164.
— voto em separado no parecer da comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional, feita sem o concurso do Senado. v. 4, I, 278

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208

— **CARNEIRO DA CUNHA, Francisco.**

— referência a ..., como Ministro dos Estrangeiros em 1831. v. 3, I, 103

— **CARNEIRO DA CUNHA, Joaquim Manuel. Deputado.**

— v. 3, I, VIII

— discussão da emenda de sua autoria, ao art. 1º do projeto sobre naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 130

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. v. 4, I, 10 e 17

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. v. 4, I, 92

— discussão das emendas sobre a abolição da pena de morte. v. 2, II, 350

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia. v. 3, I, 39

— discussão do projeto de Código Criminal. v. 2, II, 334

— discussão do projeto de anistia para o Maranhão. v. 2, II, 384

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 55

— discussão do pedido de urgência para o projeto do deputado Antônio Carlos, sobre a maioridade de D. Pedro II. v. 4, II, 282

— discussão do projeto do dep. Lino Coutinho que dispõe sobre os impostos de exportação e importação. v. 2, II, 108

— discussão do requerimento do dep. João Coelho Bastos sobre o projeto de maioridade do dep. Carneiro Leão, v. 4, II, 229

— discussão dos projetos de anistia. V. 2, II, 391

— manifesta-se favoravelmente ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 129

— questão de ordem para que se ponha em votação o pedido de retirada do projeto do dep. Carneiro Leão, sobre a Maioridade de D. Pedro II. v. 4, II, 267

— requerimento para que seja impresso o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 56

— solicitando a designação de uma comissão, para redigir um manifesto à Nação a propósito da Abdicação de D. Pedro I. v. 3, I, 11

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). v. 3, II, 117

— **CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. Deputado.**

— acusação por crime de responsabilidade, como Ministro da Justiça. v.3, I, XI

— adiamento da discussão da emenda de sua autoria, sobre o projeto da Regência. V. 3, I, 99

— apresentação de projeto sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 215

— assinatura na emenda substitutiva aprovada pela Câmara ao projeto de lei de anistia, vindo do Senado. V. 2, II, 397

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição da Câmara, propondo a eleição de um novo Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 144

— assinatura no parecer da Comissão de Assembléias Legislativas propondo projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 22

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre a eleição de um novo membro da Regência, em virtude do falecimento do sr. João Braulio Muniz. V. 3, I, 139

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa. v. 3, I, 242

— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés. V. 2, II, 352

— discussão da proposta de fixação das forças navais. V. 2, II, 249-256

— discussão da proposta do deputado José Gonçalves Martins sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 120

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 12

— discussão da resposta à Fala do Trono; reforma do art. 121 da Constituição; maioridade. V. 4, II, 213

— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 2, I, 293

— Discussão das emendas ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 273

— discussão das emendas ao projeto de anistia. V. 2, II, 392

— discussão do parecer da Comissão de Constituição da Câmara, sobre a eleição do Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 145

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro e da Bahia. V. 3, I, 42

— discussão do parecer da comissão sobre a denúncia contra o ministro da Justiça (Diogo Antônio Feijó). V. 3, II, 109

— discussão do parecer no ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 174 e 177

— discussão do projeto de anistia para o Maranhão. V. 2, II, 383

— discussão do projeto de fixação das forças terrestres e navais. V. 2, II, 235 e 266

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 25, 28 e 43

— discussão do projeto de lei sobre a Guarda Nacional. V. 2, II, 263

— discussão do projeto de sua autoria sobre a maioridade do Imperador. V. 4, II, 258

— discussão do projeto que dispõe sobre as atribuições deveres da Regência. V. 3, I, 82

— discussão sobre o parecer da Comissão de Constituição, sobre a eleição do Regente em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 146

— eleição para a comissão encarregada de organizar o projeto de lei sobre as atribuições e deveres da Regência. V. 3, I, 79

— emenda ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272

— emenda à resposta da Fala do Trono. V. 2, I, 295

— esclarecimentos sobre a questão de ordem acerca do projeto do deputado Souto Maior, relativo à Maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 200

— manifestação sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 197

— proposta para a discussão dos projetos de reforma constitucional. V. 4, I, 5

— proposta para que o projeto de lei de recrutamento para o Exército seja remetido à Comissão de Marinha de Guerra. V. 2, II, 224

— protesto contra o tumulto provocado pelo discurso do deputado Navarro de Abreu. V. 4, II, 276

— questão de ordem, para solicitar urgência para seu projeto de lei sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 227

— questão de ordem sobre a tramitação do seu projeto sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 222

— requerimento para que se faça a discussão conjunta do requerimento do dep. Rezende e do projeto de maioridade de sua autoria. V. 4, II, 230

— requerimento para que seu projeto sobre a maioridade seja discutido após a lei de fixação das forças de mar. V. 4, II, 228

— repele na Câmara exigências dos amotinados em julho de 1831. V. 3, I, VI

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto em separado na Comissão de Constituição ao projeto de Resolução sobre a participação dos deputados nos debates da Câmara. V. 3, II, 122

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— Voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **CARREIRA POLÍTICA**

— dos Andradas terminou em julho de 1823. V. 3, I, 249

— **CARRO DA REVOLUÇÃO**

— v. 4, II, 86

— **CARTA**
— de D. Pedro I, de nomeação do Tutor. V. 3, I, 21
— de naturalização. V. 2, I, 49
— de naturalização não devem servir para suprir nossa necessidade de homens, capitais e indústrias. V. 2, I, 102
— de naturalização não servem para chamar ao país homens úteis. V. 2, I, 109
— dirigidas a Pernambuco, anunciando que a sedição de 14 de julho tinha por fim entronizar Cavalcantis e Andradas. V. 3, I, 251
— endereçada ao Senadò pelo Duque de Bragança sobre seus direitos. V. 3, I, 233
— enviadas pelos correios não chegam a seu destino. V. 4, II, 111
— que têm vindo de Minas Gerais sobre as tentativas de restauração. V. 3, I, 34
— **De Naturalização**
— condições para que tenham validade as ... concedidas aos estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 119
— competência para passá-las. V. 2, I, 115
— não devem ser passadas aos inimigos da Independência. V. 2, I, 113
— não é necessária para os que são nascidos no Brasil. V. 2, I, 32
— não foram abolidas pela Constituição. V. 2, I, 125
— obrigação de prestar juramento para recebê-la. V. 2, I, 92
— prêmios a estrangeiro autor de invento útil. V. 2, I, 60
— se é necessária nova ... para os estrangeiros que se naturalizaram portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119 e 121
— **De Seguro**
— extinção da ... depende de lei regulamentar da Constituição. V. 3, II, 109
— leis aprovadas pela Câmara, admitindo a continuação das. V. 3, II, 109
— podem ser suspensas pelos Magistrados quando julgarem o caso duvidoso. V. 3, II, 110

— **CARVALHO, João Vieira de. (1º Conde, Visconde e Marquês de Lages). Senador nomeado. Ministro.**

— caso da rejeição do diploma de. V. 3, I, 269

— discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 200

— discussão do art. 17 do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 111

— discussão do parecer da Comissão de Comércio sobre a proposta do Conselho Geral da Província da Bahia sobre a admissão de escravos como trabalhadores nas repartições públicas. V. 2, II, 165

— proposta que, por seu intermédio, o Governo teria feito à Assembléia Constituinte para a instituição de Comissões Militares. V. 3, II, 49

— voto a favor da maioridade de D. Pedro II, v. 2, II, 209

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163

— voto pela destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3. I, 208

— **CARVALHO, José Joaquim de. Senador.**

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V 4, I. 164

— **CARVALHO, Manoel**

— referência a . . ., líder revolucionário de 1824. V. 3, II, 51

— **CARVALHO DE MENDONÇA, Manoel Inácio. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V 2, II, 82

— **CASA**

— do cidadão. Inviolabilidade da. (lei regulamentar) Vide INVIOLABILIDADE

— o Brasil não deve ser . . . de correção dos criminosos de outros países. V. 2, I, 135

— o estado da . . . Imperial não é tão inferior como pretendem inculcar. V. 3, I, 230

— **Da Suplicação.**

— arestos da . . . sobre a reforma das sentenças do Júri pela Justiça ordinária, nos delitos de imprensa. v. 2. I, 214

— Desembargadores que vieram de Goa e que eram filhos da Casa da Suplicação. v. 2, I, 20
— reforma da sentença do Júri pela. v. 2, I, 213

— **CASACAS**
— impropriedade da nomeação dos ... para a presidência do Rio Grande do Sul. v. 3, II, 244

— **CASADO, Mateus ... de Araújo Lima Arnaud. Deputado.**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— **CASADOS.**
— condição de ... para naturalização. V. 2, I, 66

— **CASAMENTO**
— civil e religioso; Vide MATRIMÔNIO
— com mulher brasileira, como condição para naturalização; ineficácia da disposição. v. 2, I, 100
— com brasileira; diminuição de um ano para o prazo de naturalização; rejeição da proposta. v. 2, I, 91
— com mulher brasileira, para efeito de naturalização. v. 2, I, 60
— com mulher brasileira, rejeição da 1ª condição estabelecida no projeto de naturalização. v. 2, I, 81
— com mulher nacional, não concede direito à naturalização, segundo as Ordenações. V. 2, I, 68
— como demonstração do ânimo de ficar no país. v. 2, I, 71
— contrato de ... de D. Pedro com D. Amélia. v. 3, I, 233
— da princesa herdeira só pode ser feita com aprovação da Assembléia-Geral, quando não houvesse Imperador. v. 3, I, 26
— da Princesa Real. v. 4, II, 249
— dos libertinos; não deve ser estimulado. v. 2, I, 66
— dos príncipes; os contratos são convenções pessoais. v. 3, I, 238
— dos Príncipes sempre foi considerado negócio de Estado. v. 3, I, 238
— é mau, quando feito sem dote. v. 2, I, 61
— estímulo ao ... entre os romanos. v. 2, I, 67

— exemplo inglês, v. 2, I, 66
— incentivo ao ... entre os romanos. v. 2, I, 75
— motivo bastante para que seja atendido o estrangeiro naturalizado. v. 2, I, 76
— não constitui prova incontestável do desejo de permanência no país. v. 2, I, 72
— não deve ser requisito único para naturalização. v. 2, I, 66
— o contrato de ... de D. Pedro I é um negócio particular nada tem nada tem com o interesse público. V. 3, I, 237
— pobres cumpre serem evitados. v. 2, I, 66
— que fazem os estrangeiros com mulheres nacionais, para conseguirem benefícios. v. 2, I, 100

— **CASOS AMBÍGUOS.**

— nos ... cabe a sentença mais benigna e favorável ao acusado. v. 3, II, 100

— **CASSIANO, Deputado. Senador.**

— Vide MELO MATOS, Cassiano Esperidião de

— **CASTAS.**

— a Constituição não reconhece. v. 2, I, 82

— **CASTIGO.**

— em excesso, além da lei, é uma ferida na lei. V. 3, II, 177
— horror ao estudo que adquirem as crianças, pelo uso da palmatória. v. 2, I, 247

— **Militares**

— v. 2, II, 215
— que merece os autores dos atos verificados na Bahia em 1831. v. 3, I, 40

— **CASTRO ALVES, Antônio. Deputado.**

— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 205
— discussão do art. 2º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 86 e 92
— discussão do ofício de demissão da Regência Trina. v. 4, I, 170

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal, sobre os acontecimentos na Bahia, em 1831. v. 3, I, 40

— discute o parecer da Comissão de Justiça Criminal, sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro, em julho de 1831, v. 3, I, 43

— manifestação contra o adiamento da discussão do projeto sobre naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 130

— registro de seu discurso na 3º discussão sobre o projeto de naturalização. v. 2, I, 137

— requerimento de supressão do art. 8º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 92

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). v. 3, II, 117

— voto em separado, sobre a denúncia contra o Ministro Diogo Antônio Feijó, v. 3, II, 109

— **CASTRO E SILVA, Manuel do Nascimento. Deputado.**

— discussão da denúncia contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). v. 3, II, 67

— discussão do projeto de recrutamento e fixação das forças militares. v. 2, II, 192

— emenda ao projeto de banimento de D. Pedro. v. 3, I, 245

— manifesta-se na Assembléia-Geral, a favor do poder de iniciativa do Senado em matéria orçamentária. v. 3, I, 335

— referência a seu Requerimento, no Parecer da Comissão de Justiça Civil, sobre a interpretação dos arts. 24 e 34 da lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 219

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó) v. 3, II, 117

— **CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira de. Deputado.**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. v. 3, II, 117

— **CASTRO VIANA, Antônio de. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **CATÃO.**

— citação de. v. 2, I, 30

— referência a. v 3, II, 171

— **CATOLICISMO.**

— não há catolicismo sem unidade. v. 2, I, 294

— **CAUSA.**

— da ignorância que grassava em São Paulo, quando foi Presidente da Província o orador. v. 2, I, 223

— da Revolução Farroupilha, segundo Feijó. v. 3, II, 230

— das revoluções no Brasil. v. 2, I, 151

— devotamento do Parlamento à ... popular. v. 4, I, IV

— o que entende por ... pública, V. 3, I, 55

— que tiveram para não voltar ao Brasil os estudantes que se encontravam no exterior. v. 2, I, 38

— **CAVALCANTI, Luiz.**

— vide Luiz Cavalcânti

— **CAVALCANTI, Antônio Francisco de Paula e Holanda ... de Albuquerque.** (Visconde de Albuquerque).

— vide HOLANDA, CAVALCÂNTI, ANTÔNIO FRANCISCO DE PAULA E ... DE ALBUQUERQUE. (VISCONDE DE ALBUQUERQUE).

— **CAVALCANTI DE LACERDA, Manoel Inácio. Deputado.**
— voto a favor da lei de interpretação do Ato Adicional. v. 2, II, 82
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— **CEARÁ.**
— agitação no. v. 4, II, 157
— cooperação do ... na rebelião de Afogados em Pernambuco (1829). v. 3, II, 51
— decreto de suspensão de garantias no. v. 3, II, 52
— senador que sempre trata de achincalhar o. v. 4, II, 115
— vacinação com leite de mamão, feita por um médico. v. 2, I, 254

— **CELIBATÁRIO.**
— pode ser o mais útil cidadão. v. 2, I, 67

— **CELIBATO.**
— concordância do Bispo diocesano de São Paulo, com a dispensa do. v. 2, I, 283
— dispensa do ... legitimaria as uniões ilegítimas. v. 2, I, 283
— lei do ... tem sido letra morta. v. 2, I, 283

— **Clerical**
— decretos do Papa de 1074, contra a incontinência do clero. V. 2, I, 285
— dispensa do ... é da competência dos Bispos. V. 2, I, 284
— não existiu desde o século III, quando a Igreja ia buscar seus Ministros entre os homens casados. V. 2, I, 285
— parecer da Comissão Eclesiástica da Câmara sobre o. V. 2, I, 283
— prática oposta ao voto da natureza, aos interesses da moral e às vantagens da sociedade. V. 3, I, 284

— **CENSURA**
— à conduta da Regência, pedindo demissão à Câmara apenas. V. 4, I, 202
— ao Ministro dos Estrangeiros. V. 3, II, 116

— ao Ministro da Guerra por sua portaria de 1º de agosto de 1831. V. 3, II, 116
— ao Ministro do Império, pela violação da liberdade de cátedra. V. 3, II, 116
— ao Ministro da Justiça (Feijó) por haver insultado a Magistratura. V. 3, I, 133
— ao Ministro da Marinha. V. 3, II, 116
— aos abusos da Magistratura é exagerada. V. 4, I, 38
— dos atos do Governo deve ser feita na discussão do Voto de Graça. V. 3, I, 126
— dos discursos parlamentares é feita pela opinião pública. V. 2, I, 194
— feita ao Regente Araújo Lima. V. 3, II, 174

— **Prévia.**
— autoridades que se criaram; três em vez de uma. V. 2, I, 170
— era mais ou menos generalizada, com exceção da Holanda. V. 2, I, 193
— liberdade de imprensa consiste no direito de imprimir e publicar sem. V. 2, I, 165
— mediante ... era permitido imprimir-se o pensamento em Portugal. V. 2, I, 170
— mera revisão que se fazia, segundo o juízo de três homens. V. 2, I, 169
— prática que já estava esquecida. V. 2, I, 169
— utilizada pelos governos timoratos. V. 2, I, 170

— **CENTRALIZAÇÃO .**
— brasileira não teve lugar nem na monarquia portuguesa. V. 4, II, 118
— excessiva no Brasil. V. 4, I, 33
— males a que está sujeito o Brasil pela. V. 4, I, 242
— males da ... V. 4, I, 82
— vilas que se vêm arrochadas pelos laços da. V. 4, I, 24

— **CEPO**
— do absolutismo. V. 3, II, 67

— **CERCO.**

— de Ouro Preto teve como finalidade reduzir os sediciosos à obediência. V. 3, I, 166

— **CERQUEIRA LEITE, Francisco de Paulo. Deputado.**

— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar a reforma constitucional. V. 4, I, 226

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **CESAR.**

— invocação a ... de Cícero. V. 2, I, 28

— **CÉSAR, Júlio.**

— referência à mulher de. V. 3, I, 204

— **CESIMBRA, João Gonçalves. Deputado.**

— voto contra a competência da Câmara para realizar com exclusividade as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **CESSAÇÃO.**

— do tráfico de escravos. V. 2, I, 77

— **CHAGAS, Marechal.**

— Presidente nomeado para a província do R. G. Sul. V. 3, II, 237

— **CHAGAS SANTOS, Francisco das. Deputado.**

— assinatura no projeto de fixação das forças militares, do dep. Cavalcânti de Albuqurque. V. 2, II, 195

— designação para a deputação encarregada de submeter à sanção do Imperador o primeiro projeto de lei aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **CHALAÇA, O.**

— vide SILVA, Francisco Gomes da

— **CHAMADA À ORDEM.**

— do senador José Inácio Borges. V. 2, I, 15

— pedido de ... do Barão de Cairu (José da Silva Lisboa). V. 2, I, 13

— **CHAMADO.**

— que fez o Imperador em sua proclamação de 08-01-1823 aos brasileiros que se encontravam fora do Império. V. 2, I, 18

— **CHARLES STUART.**

— frase sobre a Constituição brasileira. V. 3, II, 84

— **CHEFE DA NAÇÃO.**

— a ele deve-se dar quanto for de honra, brilho e aparato, e o menor que for de poder. V. 3, I, 225

— **CHEFE DE REVOLUÇÃO.**

— inexistência no Brasil de um só homem para ser. V. 3, II, 76

— **CHICANA.**

— o argumento contra a retroatividade da lei. V. 3, I, 83

— **CHICHORRO.**

— facinoroso, absolvido como salvador da província de São Paulo. V. 3, I, 62

— **CHICHORRO DA GAMA, Antônio Pinto.**

— Vide GAMA, Antônio Pinto Chichorro da

— **CHICHORRO, Manuel da Cunha de Azeredo Souza.**

— recusa de seu diploma. V. 3, I, 265

— **CHIMANGOS.**

— agitação provocada pelos. V. 3, I, 175

— festa da igreja da Cruz, promovida pelos ..., onde o monarca recebeu ordem de não comer um doce, vindo sua água do Paço. V. 3, I, 193

— mantenedores da ordem contra as facções. V. 3, I, 175

— **CHINA.**

— pelo aumento da população, o Império da ... é a melhor forma de governo do mundo. V. 4, I, 119-120

— que não admite estrangeiros, mas permite a entrada de frades para ensinar uma religião diferente. V. 2, I, 268

— **CHOQUE.**

— que no Brasil despertam as eleições que desafiam as ambições. V. 3, I, 144

— **CÍCERO.**

— citação de. V. 2, I, 28

— referência às doutrinas de. V. 3, I, 247

— **CICLO REFORMISTA.**

— da Constituição de 1824, que se encerrou em 1840. V. 4, I, VI

— **CIDADÃO.**

— brasileiro; inexistência dessa condição antes da Independência. V. 2, I, 23

— do Reino do Brasil; estrangeiro que se naturalizou português no Brasil-Reino. V. 2, I, 120

— indignos de se beneficiarem da condição de brasileiros. V. 2, I, 21

— inviolabilidade da casa do (lei regulamentar). Vide INVIOLABILIDADE

— indenização da propriedade do ... por exigência do bem público (lei regulamentar). Vide INDENIZAÇÃO

— passivo na Inglaterra. V. 2, I, 15

— que ainda arrastam os ferros da ignomínia pela ação das Comissões Militares. V. 3, II, 97

— são reputados brasileiros, todos os nascidos no Brasil. V. 2, I, 43

— **CIDADANIA.**

— a perda só pode ser declarada por sentença. V. 2, I, 40

— brasileira dos selvagens que se civilizam. V. 2, I, 32

— concedida genericamente pela Constituição a todos os que nasceram no Brasil. V. 2, I, 39
— concedida pela Constituição aos filhos de estrangeiros que não estejam a serviço de seu país. V. 2, I, 16
— concessão da brasileira, aos nascidos no país que não puderam recolher-se no prazo estipulado na Proclamação de 08-01-23. V. 2, I, 13
— condição constitucional. V. 2, I, 26
— constituição não revogou o direito à ... que tinham os naturalizados antes de sua promulgação. V. 2, I, 122
— direito à ... dos que continuaram a residir no Império depois da Independência. V. 2, I, 27
— direito à ... entre os romanos. V. 2, I, 15
— discussão na Câmara do projeto de lei sobre ... aprovado no Senado. V. 2, I, 35
— distinção que faz a Constituição Espanhola entre ... e naturalidade. V. 2, I, 15
— dos brasileiros natos que não incorreram na perda do foro. V. 2, I, 42
— dos filhos de brasileiros no exterior. V. 2, I, 11
— do Visconde da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro) ao projeto de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) sobre. V. 2, I, 13
— e direitos políticos. V. 2, I, 82
— emenda de Rodrigues de Carvalho ao projeto de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) sobre. V. 2, I, 12
— emenda substitutiva do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) ao art: 1º de seu projeto de. V. 2, I, 33
— emenda do Visconde da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro) ao projeto de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) sobre. V. 2, I, 13
— estabelecida pela Constituição. V. 2, I, 15
— leitura da emenda do senador José Inácio Borges ao projeto de. V. 2, I, 32
— não decorre da condição de nascimento. V. 2, I, 31
— não implica no desfrute de todos os direitos políticos V. 2, I, 61

— o direito de ... procede do ato do nascimento. V. 2, I, 15
— passiva, existente na Inglaterra. V. 2, I, 15
— perda da ... aos que não atenderam à proclamação para que se recolhessem ao Brasil, depois da Independência. V. 2, I, 7
— princípio estabelecido na Constituição, art. 6º, § 1º, sobre. V. 2, I, 16
— projeto de cidadania aprovado pelo Senado. Remessa à Câmara. V. 2, I, 35
— projeto de. Votação em 2ª discussão. V. 2, I, 29
— projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição de 1824. V. 2, I, 7
— reintegração na ... dos brasileiros que não recolherem ao Império, no prazo marcado na proclamação de 8-1-1823. V. 2, I, 12
— Rejeição pela Câmara do projeto de lei do Senado sobre. V. 2, I, 44
— revalidade dos direitos de ... pela Constituição. V. 2, I, 20
— são brasileiros todos os nascidos no Brasil. V. 2, I, 36

— **Brasileira**

— existência apenas a partir da Independência. V. 2, I, 23

— **Portuguesa**

— continuação do desfrute àqueles que não voltaram ao Brasil, depois da Independência. V. 2, I, 24

— **CIÊNCIA**

— atraso que estamos na ... moral, como nos outros ramos do conhecimento. V. 2, I, 137
— do sertão. V. 2, I, 234
— moral e política; monopólio que se tem feito da. V. 2, I, 147
— e estudo da ... jurídica não é o mais necessário ao Império; o de filosofia natural deve preferir a todos os outros. V. 2, I, 232
— política é prática e não especulativa. V. 4, I, 88

— CIRCUNSPECÇÃO
— que deve presidir o uso e escolha das palavras que constam da lei. V. 2, I, 176

— CIRCUNSTÂNCIAS
— dos que estavam fora do país, à época da Independência. V. 2, I, 39
— em que é permitido ao governo a suspensão das garantias constitucionais. V. 3, II, 50
— em que se encontra o Brasil, para não desprezar os brasileiros ausentes. V. 2, I, 41
— exigidas para o exercício dos primeiros cargos da Nação. V. 2, I, 64
— que atraem os imigrantes ao Brasil. V. 2, I, 130
— que devem concorrer para que a brasileiros ausente e a portugueses no Brasil seja concedida a. V. 2, I, 112
— que na vida do homem decidem de suas opiniões. V. 3, I, 45

— CIRURGIÃO
— encarregado da vacina, deixado em Santa Catarina pelo Senador Rodrigues de Carvalho, quando presidente da Província. V. 2, I, 253

— CISMAS
— nas Câmaras e na Nação. V. 4, I, 279

— CISPLATINA
— ainda estaria unida ao Brasil se tivéssemos adotado a Federação. V. 4, I, 106
— decreto de suspensão de garantias na. V. 3, II, 52
— intriga que o governo procura fazer para integrá-la outra vez ao Império. V. 3, I, 292
— nunca teve Presidente e Comandante de Armas segundo a lei de 20 de outubro de 1823. V. 3, II, 82
— o cargo de Presidente da província só foi criado depois da Revolução. V. 3, II, 82
— opressão em que sempre foi conservada. V. 3, II, 81-2
— representações que fez para partilhar do benefício de que desfrutavam as demais províncias do Império que juraram a Constituição. V. 3, II, 82

— revolta da ... motivada pela violenta dissolução da Constituinte de 23. V. 3, II, 255
— revolução da ... começou por uma dúzia de homens insignificantes. V. 3, II, 74
— sua perda se deve à falta de energia empregada pelo governo para preveni-la. V. 3, II, 81

— **CIÚME**
— e avidez despertados pelos empregos públicos. V. 3, II, 116

— **CLAMOR**
— contra a afirmação de que no Brasil não há revolucionários. V. 3, II, 83
— contra os Magistrados. V. 4, I, 34

— **CLASSE**
— da população, que não são as mais ativas. V. 2, I, 74
— de brasileiros ausentes. V. 2, I, 37
— de estrangeiros que podem vir nos procurar. V. 2, I, 77
— de população mais necessária ao Brasil. V. 2, I, 74

— **Militar**
— a doutrina do artigo não pode ser atribuída à. V. 3, I, 112
— sociedades que entretêm febre endêmica nas. V. 2, I, 174

— **Privilegiada**
— a dos Desembargadores. V. 3, II, 22

— **Trabalhadora**
— os portugueses não são a classe mais trabalhadora. V. 2, I, 72

— **CLÁSSICOS LATINOS**
— tradução que na escola devem fazer os meninos. V. 2, I, 247

— **CLASSIFICAÇÃO**
— dos indivíduos, segundo a classe de direitos que gozam V. 2, I, 86
— dos textos selecionados. V. 2, I, XIV

— CLÁUSULA

— para se processar os Magistrados, nas licenças para este fim dadas pelo Desembargo do Paço. V. 3, II, 23

— sob as quais são concedidos os empregos públicos. V. 3, I, 48

— CLEMENTE PEREIRA, José. Deputado

— apresentação de requerimento de preferência para se discutir o Regimento dos Juízes de Paz, no projeto que trata da administração Municipal. V., 3, II, 151

— apresentação do projeto de Código Criminal. V. 2, II, 324

— defesa do Ministro da Guerra, (Joaquim de Oliveira Álvares) na denúncia por crime de responsabilidade. V. 3, II, 92

— discussão da Indicação do dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos, que exclui os Ministros das Comissões Parlamentares. V. 3, II, 36

— discussão da Indicação do dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão do Código Criminal. V. 2, II, 327

— discussão das emendas ao projeto de anistia. V. 2, II, 397

— discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 227

— discussão de sua emenda sobre a fixação do número de Juízes de Paz, segundo a superfície. V. 3, II, 154

— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a denúncia contra o Ministro da Guerra, em 1829. V. 3, II, 70

— discussão do parecer da Comissão de Fazenda e da de Comércio à Indicação do deputado Vergueiro, para a criação de comissão mista destinada a examinar a situação do Banco do Brasil. V. 2, II, 30

— discussão do art. 3º V. 2, II, 188, 190 e 191

— discussão do art. 1º do projeto sobre os crimes de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 149

— discussão do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 234

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 53

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional; art. 2º v. 4, II, 46 e 50
— discussão do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças de terra e mar. V. 2, II, 181
— discussão do projeto de lei sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 31
— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 141
— discussão do projeto do dep. Cavalcanti de Albuquerque, sobre recrutamento. V. 2, II, 199
— discussão do projeto que proíbe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 265
— discussão do projeto que proibe a admissão de ordens religiosas no Brasil. V. 2, I, 273.
— discussão do projeto sobre a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 30
— discussão do requerimento do dep. Rezende, sobre o projeto de maioridade do dep. Carneiro Leão. V. 4, II, 230
— discussão sobre o modo de fixar a quantidade dos Juízes de Paz nas freguesias e comarcas. V. 3, II, 155
— discurso sobre o projeto de cidadania enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 42
— emenda à Indicação do deputado José da Costa Carvalho. V. 2, I, 99
— Emenda ao projeto de criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro, V. 2, I, 232
— emenda ao projeto de recrutamento e fixação de forças de terra e mar. V. 2, II, 182
— emenda ao projeto que dispõe sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 152
— julgamento de ... acusado pela Câmara, como Ministro da Guerra. V. 3, I, XI
— leitura, como membro da comissão de instrução pública, da redação final do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 236
— manifesta-se sobre a Indicação referente à tramitação na Câmara dos projetos oriundos do Senado, de autoria do deputado José da Costa Carvalho. V. 2, I, 98
— Ofício comunicando à Câmara terem sido expedidas ordens para ser passado diploma ao substituto imediato de

Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro, por não ter sido este admitido àquela Casa. V. 3, I, 268
— referência a. V. 2, I, 99
— requer urgência para que se discuta a constitucionalidade do art. 121 da Constituição. V. 4, II, 268
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V 2, II, 82
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **CLERO.**
— concordância do Bispo de São Paulo. com o estado de imoralidade do Clero. v. 2, I, 283

— **CLIMA.**
— brasileiro; sua excelência. v. 2, I, 78

— **CLÍMACO, João ... de Alvarenga Rangel. Deputado.**
— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 199

— **COAÇÃO.**
— em que foram postas todas as autoridades no Rio, em 1831. v. 3, I, 43
— em que se acha a Câmara pelos sinais de aprovação e desaprovação das galerias. v. 3, I, 164
— toda lei em geral é um mal, porque importa uma coação da liberdade. v. 3, II, 156

— **COADJUVAÇÃO.**
— que hão de dar a D. Pedro I, para a restauração, as potências européias. v. 3, I, 152

— **COCHES.**
— do Imperador é uma velha carruagem de D. João VI. v. 3, I, 225
— do Imperador, embora velhos são muito ricos. V. 3, I, 229

— **CÓDIGO**
— **Afonsino**
— V. 2, I, 68

— **Civil**
— necessidade de se organizar o. V. 4, II, 38

— **Criminal**
— competência para punir os crimes por injúria feita através de palavras, gravuras ou pinturas. v. 2, I, 168
— das Cortes de Espanha. v. 3, II, 164
— discussão na Câmara, 1830, v. 2, II, 331
— falta que faz um ... adaptado às luzes do século. v. 2, I, 158
— polícia constitui a quarta parte do. v. 4, II, 123
— prefência para dele ocupar-se o Legislativo. v. 4, II, 187
— projeto de José Clemente Pereira, de 1826. v. 2, II, 323
— projeto do dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Câmara, 1827. v. 2, II, 327
— referência ao. v. 2, I, 170

— **de Processo**
— projetos de ... prevêm a extinção das cartas de seguro. v. 3, II, 109

— **de Processo Criminal**
— v. 2, II, 353
— v. 4, II, 14
— de 1832. v. 2, I, XIII
— lei de reforma do. v. 4, I, VI
— preferência para dele ocupar-se o Legislativo. v. 4, II, 187
— reforma do. v. 4, II, 24
— deve ser o mesmo para todos os brasileiros. v. 3, II, 154
— direito de organizar os. v. 4, II, 48

— **Do Comércio**
— nomeação de uma comissão especial para exame do. v. 4, II, 319

— **Manoelino**
— v. 2, I, 68
— regularização do. v. 4, II, 65

— só tem servido para entronizar a anarquia no foro. v. 4, II, 65

— **COELHO NETO, Francisco José. Deputado.**

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. v. 3, II 117

— **COELHO, Francisco Ramiro de Assis.**

— Vide ASSIS COELHO, Francisco Ramiro de

— **COELHO, João ... Bastos. Deputado.**

— pedido de retirada de seu requerimento. v. 4, II, 230

— protesto contra o adiamento da Assembléia-Geral para dezembro de 1840. v. 4, II, 308

— discussão do projeto de lei do Deputado Carneiro Leão, sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 228

— requerimento para que se decida se a questão da maioridade é objeto de lei comum, ou de reforma da constituição. v. 4, II, 229

— voto contra a lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— **COELHO, Luís Carlos ... da Silva. Deputado.**

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— **COERÊNCIA.**

— necessidade da coerência da lei. v. 3, II, 33

— **COLABORADOR.**

— do despotismo; defesa do Senador Antônio Luiz Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe, da imputação de. v. 3, I, 13

— **COLÉGIO PEDRO II.**

— dificuldades que teve Bernardo Pereira de Vasconcelos para criá-lo. v. 2, I, 245

— **COLÉGIOS.**

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as universidades e ... de instrução pública. (art. 179, § 33). v. 2, I, 4

— **COLÔMBIA.**

— existência de mais de três mil religiosos na. v. 2, I, 263

— **COLONIZAÇÃO.**

— projeto de lei para promover a colonização por estrangeiros. v. 2, II, 171

— **COLUNAS.**

— referência a escrito dos. v. 2, I, 203

— **COMANDANTE**

— da Guarda Nacional é empregado geral e os oficiais empregados provinciais. V. 4, II, 170

— da polícia; sugestão para a mudança do . . . militar. V. 3, I, 104

— deposição de . . . de corpos na Paraiba. V. 3, I, 33

— **Das Armas.**

— deposição, em Santa Catarina do. v. 3, I, 33

— deposição, na Paraíba, do. v. 3, I, 33

— em Pernambuco nenhuma importância dá aos sediciosos de Afogados. v. 3, II, 80

— não podem fazer parte dos Conselhos de Guerra, pela lei de 11 de outubro de 1827. v. 3, II, 55

— no movimento de 7 de abril de 1831. vide LIMA E SILVA, Francisco de.

— **COMANDO.**

— de tropa. v. 2, I, 84

— **COMARCA DO SERTÃO**

— em Pernambuco. v. 3, II, 50

— **COMBATE AOS ABUSOS.**

— não pode ser considerado ataque ao governo e ao sistema monárquico. v. 2, I, 178

— **COMÉRCIO.**

— de cabotagem deve ser permitido aos naturalizados. v. 2, I, 106

— e navegação; medidas para aumentá-los. v. 2, I, 80
— estabelecimento de ... para naturalização. v. 2, I, 60
— nacionalização do. v. 2, II, 123

— **COMISSÃO.**

— **Acusadora**

— definição da lei de responsabilidade. v. 3, II, 35

— **De Constituição**

— da Câmara; parecer sobre a destituição de José Bonifácio da tutoria. v. 3, I, 181
— da Câmara; parecer sobre a eleição de um novo membro da Regência. v. 3, I, 139

— **Diretora do Senado.**

— acolhimento que deu à sugestão de publicar esta obra. v. 2, I, IV

— **Especial**

— da Câmara, encarregada da reforma constitucional. v. 4, I, 209
— eleição da ... para indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. v. 2, II, 338
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a abolição de ... (art. 179, § 17). v. 2, I, 4
— para exame do Código de Processo Criminal. v. 2, II, 355
— para o exame do Código de Comércio; nomeação na Câmara, em 1839. v. 2, II, 319
— tanto cíveis quanto criminosos são proscritas pela Constituição v. 3, II, 89

— **Geral**

— conversão das Câmaras em ..., conveniência. v. 2, I, 58
— transformação das Câmaras e. v. 2, I, 57
— transformação das Câmaras em ..., votação v. 2, I, 58

— **De Guerra**

— referência ao parecer da ... sobre o Projeto de Lei n.º 37 da Câmara. v. 3, I, 46

— **De Justiça Criminal**

— da Câmara; parecer sobre os movimentos ocorridos nas províncias da Paraíba, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe. v. 3, I, 33

— parecer da ... sobre o acontecimento da Bahia. v. 3, I, 39

— **De Legislação**

— emendas apresentadas pela ... ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 197

— **De Leis Regulamentares**

— pedido para que vá à ... o projeto do Senado sobre naturalização, enviado à Câmara. v. 2, I, 104

— **Militar**

— a proibição de se criar ... é duvidosa. v. 3, II, 93

— a repetição de sua criação é consequência dos mesmos males que criaram a primeira. v. 3, II, 95

— a sua criação é um ato extraordinário, como extraordinários são os acontecimentos que lhe deram origem. v. 3, II, 95

— autores das ... que se sentam no seio da representação nacional. v. 3, II, 97

— criação de uma ... em Pernambuco, ameaçou instantemente o Trono e apunhalou a Constituição. v. 3, II, 88

— criada por estar Pernambuco com as garantias suspensas. v. 3, II, 65

— criadas por D. Pedro I. v. 3, I, 154

— denúncia contra o Ministro da Guerra em 1829, pela criação de ... de Pernambuco. v. 3, II, 41

— de Pernambuco; decreto de 27 de fevereiro de 1829. v. 3, II, 49

— de Pernambuco; decreto de revogação da. v. 3, II, 49

— de Pernambuco, em 1829, não passou de ameaça. v. 3, II, 97

— de Pernambuco; nenhum dano dela adveio aquela porção da sociedade brasileira. v. 3, II, 95

— destetável juízo. v. 3, II, 95

— é um tribunal revolucionário. v. 3, II, 88

— é, segundo o Ministro da Guerra, uma comissão especial. v. 3, II, 90
— execução imediata das sentenças da ... em Pernambuco. v. 3, II, 49
— existiam de fato, estabelecidas e decretadas por ministros que haviam tido parte na redação da Constituição. v. 3, II, 99
— invento que manchará para sempre os anais da civilização do século XVIII. v. 3, II, 100
— juízo que julga pelas paixões do partido vencedor. v. 3, II, 95
— juízo que julga pelo timbre que lhe deu o poder que o instalou. v. 3, II, 95
— juízo que não admite a possibilidade de inocência da vítima. v. 3, II, 95
— justificativa do Ministro da Guerra para a sua criação em 1829. v. 3, II, 98
— não são o meio para prevenir e destruir revoluções. v. 3, II, 81
— não têm Regimento. v. 3, II, 49
— o poder conferido ao Presidente da ... foi contrário à boa razão e aos princípios de direito. v. 3, II, 55
— oposição do Conselho de Estado à sua criação. v. 3, II, 90
— os seus autores devem ficar para sempre maculado. v. 3, II, 98
— precedente na criação de ... com a tolerância da Assembléia. v. 3, II, 93
— proscrição das comissões especiais tanto no cível como no crime, pela Constituição. v. 3, II, 54
— que ensoparam de sangue as províncias onde foram estabelecidas. v. 3, II, 97
— que nos importa que sejam a mais santa e a mais justa das invenções? v. 3, II, 91
— reconhecimento, pelo governo, da insuficiência e inutilidade das. v. 3, II, 55
— responsabilidade dos ex-ministros pela criação de. v. 3, II, 99
— são desconhecidas de nossa legislação. v. 3, II, 49
— são contra a Constituição. v. 3, II, 42

— só podem engrossar o partido dos rebeldes. v. 3, II, 90
— sua criação importa em criar um tribunal, atribuição privativa do Legislativo. v. 3, II, 91
— tribunais onde o crime se confunde com a inocência. v. 3, II, 98

— **Mista**
— brasileiro-inglesa. v. 3, I, 282
— brasileira-portuguesa. v. 3, I, 282
— para organizar o projeto sobre as atribuições e deveres da Regência. v. 3, I, 79

— **Parlamentar**
— exclusão dos Ministros de Estado da. v. 3, II, 35

— **De Redação**
— envio do projeto sobre naturalização e respectivas emendas, à ... da Câmara. v. 2, I, 117

— **De Regimento**
— remessa à ... da Câmara, da Indicação e emendas, de autoria do deputado José da Costa Carvalho, sobre a tramitação na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. v. 2, I, 100

— **COMISSÁRIO GERAL DO EXÉRCITO.**
— Albino Gomes Guerra de Aguiar; parte no processo por delito de imprensa, cuja sentença foi reformada pela Justiça Ordinária. v. 2, I, 217

— **COMISSO**
— em que incorreram os brasileiros no exterior. v. 2, I, 25

— **"COMITÊ DE SALUT PUBLIC."**
— referência ao. v. 3, I, 56

— **"COMITÉ DE SURETÉ PUBLIQUE."**
— referência ao. v. 3, I, 124

— **COMITIVA DE PARASITAS.**
— de Príncipe Regente D. João VI. v. 4, I, 81

— **"COMMON PLEAS."**
— V. 3, II, 4

— **COMOÇÃO:**

— existentes no Brasil. v. 4, II, 7

— muito grande em que se acha a Capital do Império. v. 3, I, 42

— populares, em 5 de abril de 1831, não foram acalmadas nem com a Convocação da Constituinte, nem com a demissão do Ministério. v. 3, I, 104

— que o projeto de reformas e aposentadorias visava a prevenir. v. 3, I, 74

— rumores de ... que se espalharam na cidade, antes de 3 de abril. v. 3, I, 136

— **Política**

— sobre a ... do passado deve-se passar uma esponja. v. 3, I, 41

— **CÔMODOS.**

— da nação não podem ser sacrificados, em benefício da necessidade de atrair braços. v. 2, I, 106

— **COMPADRESCOS.**

— de adquire o homem casado. v. 2, I, 71

— **COMPAIXÃO.**

— do Senado; apelo que faz um senador à. v. 3, II, 240

— é a própria do coração brasileiro. v. 4, II, 187

— **COMPARAÇÃO.**

— artigo por artigo de projetos semelhantes; método de votação v. 2, I, 59

— da Constituição inglesa com a brasileira; impropriedade. v. 2, I, 10

— entre as constituições brasileiras de 1824 e francesa de 1791. v. 4, I, 102

— **COMPARECIMENTO.**

— de Ministros às Câmaras. v. 4, I, 32-33

— solicitação do Senado para o comparecimento do senador Domingos Borges de Barros, em maio de 1827. v. 3, I, 313

— **COMPATIBILIDADE.**

— das funções episcopais com as de mandato legislativo. v. 3, I, 274

— **COMPETÊNCIA.**

— cumulativa da União e das Províncias. v. 4, II, 15

— da Assembléia Geral, em matéria de naturalização. v. 2, I, 127

— da Assembléia Geral para a designação do tutor do Príncipe herdeiro. v. 3, I, 22

— da Assembléia Geral para interpretar a Constituição. v. 2, I, 25

— da Assembléia Geral para proceder à nomeação do tutor; decisão da Câmara. v. 3, I, 27

— da Assembléia para a remoção do Tutor e do Governo para a sua suspensão. v. 3, I, 205

— das Assembléias Legislativas Provinciais. v. 4, I, 210-211

— de interpretação doutrinal da Constituição, não é das legislaturas ordinárias. v. 2, I, 13

— do governo para conhecer os motivos da demora em virem os brasileiros do exterior. v. 2, I, 20

— do governo para expedir proclamações com força de lei, quando não está reunido o Parlamento. v. 2, I, 9

— do governo para vigiar os costumes dos estrangeiros naturalizados. v. 2, I, 72

— do Juri da pronúncia. v. 2, I, 185

— do Legislativo para interpretar as leis e a Constituição. v. 2, I, 30

— dos Presidentes das Províncias (lei regulamentar). Vide PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS.

— dos Presidentes de Província. v. 4, I, 214

— dúvida de ... no relatório do Ministro da Justiça. v. 4, II, 36

— exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais; votação na Câmara. v. 4, I, 226

— para criar e suprimir empregos. v. 4, II, 51

— para interpretação constitucional. v. 2, I, 26

— para passar cartas de naturalização. v. 2, I, 115

— para realizar a reforma constitucional. v. 4, I, 215 e seg.

— privativa da Câmara para as reformas constitucionais, votação. v. 4, I, 226

— **COMPILADOR DA CONSTITUIÇÃO.**

— devem se manifestar, face às dúvidas suscitadas pelo art. 6º V. 2, I, 31

— fala do Marquês de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha) na qualidade de. v. 2, I, 32

— **COMPOSIÇÃO**

— da Comissão de Militar em Pernambuco, em 1829. v. 3, II, 54

— **COMPOSIÇÃO SOCIAL.**

— do Brasil: Monarca e Povo. v. 4, I, 39

— **COMPREENSÃO.**

— do art. 6º da Constituição. v. 2, I, 26

— social do Brasil: Monarca e Povo. V. 4, I, 39

— **COMPROMETIMENTO INDIVIDUAL.**

— é sempre odioso nos corpos legislativos. v. 3, II, 139

— **COMPROMISSO.**

— traço essencial da personalidade básica brasileira. v. 4, I, VII

— **COMUNHÃO POLÍTICA.**

— incorporação dos brasileiros do exterior à. v. 2, I, 22

— **COMUNICAÇÃO.**

— à Câmara dos projetos apresentados ao Senado sobre naturalização. Indicação. v. 2, I, 50

— entre as Câmaras; desnecessidade. v. 2, I, 54

— onde há mais gente, mais comunicação há, e por isso mais vícios e deboches. v. 3, II, 157

— **CONCESSÃO.**

— de anistia e perdão, privativa do Poder Moderador. v. 2, I, 44

— **CONCILIAÇÃO.**

— a vantagem da pátria só se promove pelo espírito de ... e justiça. v. 3, I, 57

— das partes, pelos Juízes de Direito, v. 3, II, 164
— do espírito da Constituição com as necessidades públicas. v. 4, I, 14
— fórmula que é produto da habilidade política nacional, sobretudo mineira. v. 2, I, XII
— que se deve fazer dos diversos povos no Brasil. v .2, I, 133
— tentada no dia 7 de abril de 1831. v. 3, I, 104

— **CONCÍLIO**
— **De Constança**
— v. 3, II, 217

— **De Trullo**
— v. 2, I, 285

— **Geral**
— há trezentos anos que não se celebra um. v. 3, II, 284

— **Trento**
— reafirmação do princípio primitivo do celibato clerical. v. 2, I. 286

— **Tridentino**
— disposição do ... sobre o matrimônio. v. 2, II, 305
— exigência do Papa para que o Bispo do Rio de Janeiro declarasse que professava tudo quanto se declarasse no. v. 3, II, 207
— foi aceito entre nós sem restrição. v. 2, I, 275
— oposição ao projeto de proibição de entrada dos frades estrangeiros no Brasil, apoiada com a doutrina do. v. 2, I, 266

— **CONCLUSÕES.**
— do parecer das comissões reunidas de Diplomacia e Constituição, sobre a ameaça de restauração de D. Pedro, comunicada no expediente enviado pelo Governo à Câmara. v. 3, I, 157

— **CONCORDATA.**
— com a Santa Sé, proposta pelo governo brasileiro; art. 1º v. 3, II, 222

— feita com a Santa Sé, para dirimir a questão da nomeação do Bispo do Rio de Janeiro, v. 3, II, 208
— proposta pelo governo Feijó com a Santa Sé. v. 3, II, 219

— **CONCUSSÃO**
— caso em que há ... simples. V. 3, II, 33

— **CONDE DE BAEPENDI. Senador.**
— v. 2, I, IV

— **CONDE DE FUNCHAL.**
— protesto perante Tayllerando. v. 3, II, 203

— **CONDE DE GALVEAS.**
— D. João de Almeida .v. 3, II, 203

— **CONDE DE LAGES.**
Vide: CARVALHO, João Veira de

— **CONDE MOLÉ.**
— justificativa, na Câmara francesa, da ocupação do território do Brasil. v. 3, II, 197
— afirmação do ... (Ministro do Exteiror Francês), sobre a inação brasileira na questão do Oiapoque. v. 3, II, 198
— Ministro do Exterior francês; v. 3, II, 195

— **CONDE DE VALENÇA.**
Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

— **CONDENADOS.**
— às galés; penas de que não estão isentos. v. 2, I, 148
— às obras públicas em Portugal, no tempo das Cortes. v. 2, I, 148

— **CONDENAÇÃO.**
— de Epaminondas em Tebas, por não ser casado. v. 2, I, 67
— de escritor licencioso, no Maranhão, depois de absolvido pelo Juri. v. 4, I, 233
— de um ministro exige toda a circunspecção, prudência sangue-frio. v. 3, II, 94

— do escritor a serviços públicos. v. 2, I, 148
— sem julgamento é anticonstitucional. v. 3, I, 46

— **CONDESCENDÊNCIA DESEMBARGATÓRIA.**
— v. 3, II, 85

— **CONDIÇÃO.**
— constitucional de cidadania. v. 2, I, 36
— de nascimento não estabelece cidadania. v. 2, I, 31
— de que dispõe o Brasil para ter a primeira marinha do mundo. v. 2, I, 80
— estabelecida no projeto de naturalização para obter a respectiva carta; rejeição da exigência de casamento. v. 2, I, 81
— para a concessão de nova carta de naturalização dos estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. v. 2, I, 119
— para naturalização, no projeto do visconde de Barbacena, v. 2, I, 65
— para reaquisição da nacionalidade por parte dos brasileiros no exterior. v. 2, I, 22
— principal para naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 59
— que se requerem para a faculdade de sair qualquer cidadão do Império (lei regulamentar). Vide SAÍDA DO IMPÉRIO
— para a dispensa de formalidades que garantem a liberdade individual em casos de rebelião ou invasão de inimigos. Vide FORMALIDADES

— **CONDUTA.**
— de D. Pedro I, para com a Câmara. v. 3, I, 168
— do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), criando comissão militar, encontrou apoio na falta de desenvolvimento da Constituição. v. 3, II, 103
— dos estrangeiros; exigência de justificativa sobre a. v. 2, I, 111
— dos Juízes para promoção. v. 3, II, 5
— furta-cores de alguns homens conhecidos. v. 3, I, 56
— particular dos cidadãos; o método de examiná-la é invenção da Europa. v. 3, II, 163

— CONDUTA DO GOVERNO.
— desacreditou o povo brasileiro fora do Império. v. 3, II, 77

— CONFEDERAÇÃO.
— deputado que na Constituinte disse que o Brasil devia ser organizado por. v. 2, I, 190

— CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR.
— provocou o aparecimento da Constituição de. 24, v. 4, II, 54

— CONFERÊNCIA.
— que houve entre o orador (Evaristo da Veiga) e um Deputado. v. 3, I, 75

— CONFIANÇA.
— da Assembléia, de que desfrutam os membros nomeados para a Regência Trina Provisória. v.3 , I, 18
— perda da ... nacional pelo Ministério. v. 3, II, 61
— que o Soberano tem nos generais estrangeiros. v. 2, I, 84

— CONFIRMAÇÃO.
— do Bispo do Rio de Janeiro. v. 3, II, 204
— pedido à Assembléia Geral de ... da designação de José Bonifácio, como tutor de Pedro II. v. 3, I, 21

— CONFISSÃO.
— que fez um desembargador de ter negado o **habeas-corpus** a um dos implicados na conspiração restauradora, cedendo à força. v. 3, I, 195

— CONFISSIONÁRIO
— arma perigosíssima do ... que têm os frades estrangeiros. v. 2, I, 268

— CONFLITO
— com a França pela ocupação do Oiapoque deve ser a última meida. V. 3, II, 199
— entre as disposições constitucionais e a proclamação do Imprador de. 08-01-23. v. 2, I, 21

— entre o poder legislativo geral e os provinciais. v. 4, II, 47

— de jurisdição deve ser decidido pelo Supremo Tribunal de Justiça, V. 3, II, 5

— que deve ser evitado na marcha da lei. v. 2, I, 55

— **CONFUSÃO.**

— em que se acham os negócios públicos. v. 4, II, 197

— **CONGONHAS DO CAMPO, Visconde de.**

Vide MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio

— **CONGRAÇAMENTO.**

— da Nação consigo mesma, quando os partidos contendores depõem as armas. v. 2, I, 91

— **CONGRESSO.**

— dos Estados Unidos; proibição que existe de se falar de religião no. v. 2, I, 135

— homenagem do ... atual ao velho Parlamento Brasileiro. v. 2, I, XV

— **CÔNGRUA.**

— de 200$000. v. 2, I, 290

— do Bispo Capelão-Mór. v. 3, I, 273-4

— competência para legislar sobre. v. 4, II, 184

— **CONHECIMENTO**

— local, ninguém o tem melhor do que as Câmaras Municipais ou os Conselhos Gerais. V. 3, II, 157

— nossos ... não são nutridos pela nação escrava que tem feito a nossa povoação. V. 2, I, 72

— pela Câmara da matéria discutida no Senado. V. 2, I, 54

— práticos que deve ter o Monarca, adquiridos no país e no exterior. V. 4, II, 202

— que se deve proporcionar aos jovens de ambos os sexos. V. 2, I, 226

— que tiveram as pessoas apenas no Rio e em Lisboa da proclamação do Imperador. V. 2, I, 16

— servem para todas as mulheres, qualquer que seja o estado e a classe a que venham a pertencer. V. 2, I, 228

— **CONSCIÊNCIA**

— **Dos Militares**

— violação da ... dos lentes do curso jurídico de São Paulo. V. 3, II, 116

— poder que teve o governo para comprometer a ... empregados na comissão militar de Pernambuco em 1829, também o terá para comprometer a dos juízes togados. V. 3, II, 102

— **CONSELHEIRO**

— **De Estado**

— exclusão dos naturalizados. V. 2, I, 82

— garantias que lhes dá a Constituição; meios de puní-los. V. 3, I, 52

— o cargo de ... pode ser exercido por estrangeiro. pela constituição. V. 2, I, 62

— responsabilidade dos ...; como deve ser determinada. V. 3, II, 19

— **Provinciais**

— V. 4, I, 214

— rejeição pelo Senado da inviolabilidade dos. V. 3, II, 144

— **CONSELHO**

— de paz e moderação da minoria, deve ser dado aos pertubadores da ordem. V. 3, I, 132

— **De Estado.**

— V. 3, II, 68

— adoção do sistema francês de ... entre nós. V. 4, I, 33

— atas e votos em separado sobre os escritos incendiários apreendidos no Rio Grande do Sul, entre 1827 e 1828. V. 3, II, 246

— audiência do. V. 3, II, 8

— corretivo para o Poder Moderador. V. 4, I, 55

— exclusão dos Ministros do ... salvo se forem conselheiros nomeados expressamente. V. 4, I, 79

— incompatibilidade com a índole do governo representativo. V. 4, II, 117
— matéria sobre o ... incluído nesta seleção. V. 3, I, XI
— não tem voto deliberativo. V. 4, I, 79
— no projeto sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 79
— oposição do ... à criação de Comissões Militares. V. 3, II, 90
— organização defeituosa do. V. 4, I, 79
— parecer sobre a eleição de Feijó. V. 3, I, 325
— projeto de Regimento do. V. 3, II, 131
— recriação do. V. 4, II, 197
—seu voto é meramente consultivo. V. 4, I, 79
— supressão do. V. 4, I, 215

— **De Província**
— a maior parte dos Conselheiros serão tirados da ordem dos lavradores e negociantes. V. 3, II, 138
— componentes usuais do. V. 3, II, 142
— matéria sobre os ...; incluída nesta seleção. V. 3, I, XI
— projetos oriundos do ... devem passar nas Câmaras por uma só discussão. V. 2, I, 95
— necessidade de estabelecê-los. V. 3, II, 146
— no projeto sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 80
— Vide também CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA

— **De Instrução Pública**
— para evitar que o Ministro faça da educação um instrumento para especulações políticas. V. 2, I, 245

— **Geral**
— suas decisões só podem ser postas em execução depois da sanção da Assembléia Geral e em alguns casos, depois da aprovação do Imperador. V. 3, II, 160

— **Geral de Províncias**
— ampliação dos poderes do. V. 4, I, 95
— aprovação do projeto sobre sua atribuição. V. 3, II, 149
— aprovação, em redação final, do Regimento dos Censelhos Gerais de Províncias. V. 3, II, 148

— conversão em Assembléias Provinciais. V. 4, I, 227
— de São Paulo; representação que fez os bispos diocesano. V. 2, I, 283
— não podia satisfazer as necessidades das Províncias. V. 4, II, 34
— necessidade de ampliar-lhe a autoridade. V. 4, I, 33
— necessidade de reformar os artigos da Constituição que lhe diz respeito. V. 4, I, 8
— regimento dos. V. 3, II, 135. Vide REGIMENTO
— Vide também CONSELHO DE PROVÍNCIA
— restrições que lhe impunha o projeto do Ato Adicional. V. 4, I, 229
— é o corpo que melhor conhecimento tem das necessidades locais. V. 3, II, 158
— é verdadeira federação. V. 3, I, 258

— **Privado**
— do Imperador. V. 4, II, 218

— **Provincial de São Paulo**
— ofício do ... pedindo o andamento do projeto de banimento de Pedro I. V. 3, I, 179

— **Supremo de Justiça**
— referência à lei que dispõe sobre o. V. 2, I, 164

— **Supremo Militar**
— V. 2, I, 39

— **CONSEQÜÊNCIAS**
— do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 32
— que tem a prova testemunhal nos crimes de imprensa. V. 2, I, 166

— **CONSERVAÇÃO**
— a Regência não tem empenho na ... do Ministério. V. 3, I, 132
— da sociedade é a base eterna de toda a justiça. V. 3, I, 50

— **CONSIDERAÇÃO**
— falta de ... que se tem para com os professores de primeiras letras. V. 2, I, 224

— que devem merecer na Câmara os projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 96

— **CONSPIRAÇÃO**

— abordada no dia da posse do Presidente Mariani, no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 247

— anúncio que fez o governo de ter descoberto uma ... restauradora em que tinha parte o tutor. V. 3, I, 198

— ato de. V. 4, II, 308

— da Sociedade Defensora. V. 3, I, 174

— de Panelas, referência. V. 3, I, 195

— dos Caramurus. V. 3, I, 136

— dos restauradores. V. 3, I, 174

— o risco das ... não vem da generalidade dos conhecimentos. V. 2, I, 246

— proposta especial feita pelo governo para o estabelecimento de processo especial nos crimes de rebelião, sedição e. V. 2, II, 367

— que haverá com o aumento dos descontentes. V. 3, I, 56

— restauradora. V. 3, I, VII

— parte IV do V. 3, I, 149-210

— **CONSPIRADORES**.

— habilidade que tem, como ... os chefes do Partido Restaurador. V. 3, I, 73

— podem hoje ser apontados a dedo. V. 3, I, 73

— tornam-se ... os que, tendo educação literária não podem utilizar-se dela, por não acharem emprego. V. 2, I, 246

— **CONSTANT, Benjamin**

— referência a. V. 3, I, 82, 126 e 188

— **CONSTANTINOPLA**

— referência a. V. 2, I, 156

— **CONSTITUCIONALIDADE**

— das leis provinciais; controle da. V. 4, I, 213

— **CONSTITUIÇÃO**

— ainda não tem sido posta em prática. V. 4, I, 14

— alma da vida política do Imperador. V. 3, I, 6

— amor dos brasileiros pela. V. 3, II, 43
— a Nação está cada vez mais casada com a. V. 2, I, 194
— a nação não eõige por ora a reforma da. V. 4, I, 6
— aprovação da ... exige unanimidade. V. 2, I, 126
— a reforma será feita sem o Legislativo, se este não a fizer. V. 4, I, 39
— argumentos contra a reforma da. V. 4, I, 38
— as disposições da ... não excluem a pretenção de Guilherme Platt, inglês naturalizado português antes da Independência. V. 2, I, 125
— as omissões da ... exigem a interpretação mais óbvia e liberal. V. 3, I, 26
— capítulo do Poder Judiciário foi escrito pelo dedo desembargatório. V. 4, I, 253
— causas secretas da reforma da. V. 4, II, 40
— ciclo reformista da. V. 4, I, VI
— código sagrado que identifica a grandeza do príncipe com a grandeza do Império. V. 3, I, 6
— comissão constitucional, quanto ao direito de nomeação do tutor, pelo Imperador renunciante, não invalida essa nomeação. V. 3, I, 26
— competência da Assembléia Geral para interpretar a. V. 2, I, 25
— condições para a reforma da. V. 2, I, 121
— consórcio da liberdade com o governo de um. V. 4, II, 253
— da discussão do art. 1º e emendas ao projeto de naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 132
— da reforma dela, depende nossa felicidade futura. V. 4, I, 12-13
— defeitos que tem de sua origem. V. 3, I, 260
— de Portugal e de Espanha, que eram conhecidas entre nós, durante a elaboração da Carta de 1824. V. 3, I, 96
— desejo que se concentra no coração dos brasileiros. V. 3, I, 6
— desnecessidade de lei para interpretação do art. 6º da. V. 2, I, 14
— desnecessidade de sua interpretação. V. 2, I, 36

— detratores da. V. 4, I, 14
— deve ser entendida em seu sentido literal. V. 3, II, 73
— deve ser interpretada pelo Legislativo? V. 2, I, 39
— diferença que faz entre cidadão nato e naturalizado. V. 2, I, 83
— direitos assegurados aos naturalizados pela. V. 2, I, 86
— direitos que concede aos naturalizados. V. 2, I, 89
— discriminação dos poderes políticos; V. 2, I, 83
— dispositivos da ... que vedam ao brasileiro naturalizado o exercício de cargo de deputado, ministro e senador. V. 2, I, 83
— do Arcebispado da Bahia sobre o matrimônio. V. 2, II, 305
— é melhor tolerar-lhe os males do que alterá-la. V. 4, I, 29
— é o único bálsamo que nos pode unir. v. 3, II, 43
— exigência da ... sobre as discussões dos projetos nas Câmaras, quando oriundos da outra Casa. V. 2, I, 99
— foi dada pelo déspota à ponta de baionetas. V. 3, I, 96
— foi feita por conselheiros de Estado que atraiçoaram a Nação e comeram o seu dinheiro. V. 3, I, 96
— fórmulas longas e impraticáveis para reformá-la. V. 3, I, 96
— francesa de 1791; Espanhola de 1812, Norueguesa de 1814 e dos Estados Unidos; modo de reformá-las é o mesmo adotado na nossa. V. 4, I, 7
— impossibilidade de extinguir seus princípios democrático-representativos. V. 4, I, 99
— impossibilidade de interpretação doutrinal da ... através da lei. V. 2, I, 13
— impossibilidade de limitá-la com a proclamação do Imperador de ... 8-1-23. V. 2, I, 14
— incumbe à Assembléia Geral examinar, no início de cada sessão legislativa o cumprimento da. V. 3, I, 187
— infringência da ... e das leis, na criação da Comissão Militar de Pernambuco em 1829. V. 3, II, 54
— instituiu o direito que não tínhamos de imprimir nossos pensamentos sem censura prévia. V. 2, I, 168

— interpretação do art. 54 da. Parecer da comissão de constituição. V. 3, II, 105
— interpretação escolástica da. V. 3, I, 81
— juramento. V. 2, I, 47
— lei de autorização para reformar a. V. 4, I, 165
— lei interpretativa não pode alterar ou mudar dispositivo da. V. 2, I, 23
— leis exigidas pela. V. 2, I, 56
— limitações estabelecidas na ... para o exercício de certos cargos. V. 2, I, 62
— mais européia e menos americana. V. 4, I, 99
— medidas que se deve tomar contra os inimigos da. V. 2, I, 114
— modo de reformar a nossa, é o mesmo adotado na francesa de 1791. V. 4, I, 7
— não aboliu as cartas de naturalização já passadas. V. 2, I, 125
— não cogitou dos estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 120
— não concede, mas apenas assegura ao homem os seus direitos naturais. V.2, I, 171
— não devemos querer nada mais do que ... e nada menos do que ... V. 3, I, 72
— não dispondo de leis que a complementem não se pode julgá-la ainda integralmente em vigor. V. 3, II, 96
— não é compêndio de ciência. V. 2, I, 64
— não estabelece as qualidades que deva ter o naturalizando. V. 2, I, 123
— não estabeleceu divisão de direitos em civis e políticos. V. 2, I, 61
— não permite distinção entre naturalizados e meio-naturalizados. V. 2, I, 102
— não permite efeito retroativo. V. 2, I, 125
— não priva da cidadania os naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 123
— não revogou o direito à cidadania que tinham os naturalizados, antes da Constituição. V. 2, I, 122
— não revogou os direitos adquiridos antes de sua promulgação. V. 2, I, 123

— não se altera a cada passo. V. 3, I, 260
— necessidade da interpretação do art. 6º da. V. 2, I, 18
— necesisdade de reforma, para satisfazer aos reclamos locais na grande extensão do Império. V. 4, I, 27
— necessidade de sustentá-la para defender as liberdades da Nação. V. 3, II, 43
— negar a reforma, pode importar em uma Revolução que nos deixe sem Constituição e sem Império. V. 4, I, 31
— ninguém se atreverá a explicá-la, nas províncias. V. 2, I, 233
— no estado atual a reforma da ... pode ser feita por pequena mas numerosa minoria da Câmara. V. 4, I, 31
— nos Estados Unidos os grandes homens são apóstolos da. V. 4, I, 7
— nos tempos de crise é a tábua de salvação. V. 4, II. 161
— o governo faz o que quer à sombra delas e os governados se iludem com belas palavras e promessas. V. 3, II, 90
— opiniões quanto à excelência da V. 4, I, 13
— o que a nação pede é o cumprimento da. V. 4, I, 6
— pena contra os que escreverem contra a. V. 2, I, 185
— portuguesa; dispensa de domicílio, no caso de naturalização. V. 2, I, 71
— prazo para alteração. V. 2, I, 42
— privilégios que já concede aos estrangeiros. V. 2, I, 105
— projeto para a rëforma da ..., que está sendo proposto. V. 3, I, 82
— projeto sobre juramento da. V. 2, I, 47
— que temos foi dada pelo déspota à ponta de baionetas. V. 3, I, 96
— reconhecimento pela ... da abdicação tácita. V. 3, I, 29
— reforma dela exige todo o sossego e tranquilidade da Nação. V. 4, I, 13
— reformas sucessivas da ... levam a não termos lei fundamental nenhuma. V. 4, I, 7
— regra geral de cidadania na. V. 2, I, 25
— respeito ao Monarca são elementos suficientes de ordem, prosperidade e de ventura para o Brasil. V. 3, II, 175

— rito para a reforma da. V. 4, I, 5
— são o resultado de Revoluções. V. 4, I, 63
— sem defeito é impossível. V. 4, I, 75
— o seu pior defeito é o elemento democrático. V. 4, I, 39
— só temos ... no Rio de Janeiro. V. 3, II, 146

— **CONSTITUIÇÃO AMERICANA**
— principal excelência da. V. 4, II, 11
— reforma da. V. 4, II, 33
— seus princípios não se aplicam ao Brasil. V. 4, II, 77

— **CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA**
— foi calcado nos princípios doutrinários de Donou e de Benjamin Constant. V. 3, II, 96

— **DE 1824**
— a Nação a recebeu como uma capitulação e depois uma derrota. V. 4, I, 37
— capitulação entre o Príncipe Conquistador e a Nação Conquistada. V. 4, I. 44
— conseguiu parar a revolução e manter a integridade do Império. V. 4, I, 44
— descontentamento no modo por que a ... foi estabelecida. V. 4, I, 41
— é mais monárquica do que todas as outras. V. 4, , 39
— uma das mais antigas do mundo ocidental, ao ser derrubada a Monarquia. V. 4, I, VI

— **De Lamego**
— pulvurentas ... V. 4, II, 243

— **Espanhola**
— de 1812, revogada depois da revolução da Granja. V. 4, II, 243
— distinção que faz entre naturais e cidadãos. V. 2, I, 15

— **Francesa**
— de 1814 ou de 1830. V. 4, II, 242
— exemplo salutar da estabilidade e independência dos juízes. V. 4, I, 154
— nosso art. 174 (reformas) foi tirado do título 7º da francesa de 1791. V. 4, I, 102

— **Inglesa**
— elogios que a ela faz Montesquieu. V. 3, I, 223
— impropriedade dos exemplos tirados da. V. 2, I, 10
— perfeição dela, segundo Montesquieu. V. 4, I, 255

— **Portuguesa**
— foi copiada da nossa. V. 4, II, 243
— a dissolução da ... foi o assassinato da representação nacional. V. 4, I, 37
— dissolução violenta da ...; causa da revolta da Cisplatina. V. 3, II, 255
— não era ilimitada em seu poder. V., I, 103

— **CONSTRANGIMENTO**
— que as famílias impõem aos filhos para entrarem na vida religiosa. V. 2, I, 271

— **CONSULTA**
— à Câmara sobre normas para 1ª discussão dos projetos. V. 2, I, 36
— ao Desembargo do Paço. V. 2, I, 39
— ao Conselho Supremo Militar. V. 2, I, 39

— **CONTABILIDADE**
— da Fazenda (lei regulamentar). Vide FAZENDA

— **CONTEMPLAÇÃO**
— que não merecem os que não abraçaram a causa da Independência. V. 2, I, 37

— **CONTENTAR**
— a quem devemos? V. 3, I, 54

— **CONTINENTINA**
— sociedade secreta fundada em Porto Alegre e Rio Grande, depois do 7 de abril. V. 3, II, 247

— **CONTINUAÇÃO**
— da residência no Brasil; direito de cidadania. V. 2, I, 27

— "CONTINUO LEGIBUS FATIGARE REMPUBLICAM"
— v. 2, I, 10

— CONTRA A EXPERIÊNCIA NÃO HÁ ARGUMENTO
— v. 3, II, 243

— CONTRA-REVOLUCIONÁRIO
— acusação contra o governo. V. 3, I, 65

— CONTRADIÇÃO
— em que caem os que defendem as más causas. v. 2, I, 14
— em que se envolvem os que defendem má causa. v. 2, I, 11 e 12
— entre o decreto de naturalização do Governo e a Constituição. v. 2, I, 63
— entre os que se põem à lei de naturalização. v. 2, I, 134
— manifestada na discussão do projeto de anistia. v. 2, I, 31
— que há em punir uns pelas Justiças do País e outros por comissões especiais. v. 3, I, 55
— que influíram no ânimo dos brasileiros no exterior. v. 2. I, 22

— Verbal
— significado do termo "ataque". V. 2, I, 184

— CONTRASTE.
— dos atos que criaram comissões militares na Bahia, Pernambuco e Ceará, e o que criou a de Pernambuco em 1829. v. 3, II, 97

— CONTRATO
— De Casamento
— de D. Pedro I; conversação política e não pacto ou ajuste de família. v. 3, I, 238
— de D. Pedro I; cumprimento das disposições do artigo secreto do. v. 3, I, 238
— de D. Pedro I é nulo. v. 3, I, 237
— de D. Pedro I não é um tratado, mas apenas convenção particular. v. 3, I, 237

— de D. Pedro I não pode obrigar a Nação. v. 3, I, 237
— de D. Pedro I; necessidade de conhecer suas cláusulas. v. 3, I, 235
— dotação estabelecida no ... da Duquesa de Bragança. v. 3, I, 233
— projeto de lei dispondo sobre ... de prestação de serviços. v. 2, II, 177

— **CONTRIBUIÇÃO**
— devem ser impostas segundo os haveres de cada um. v. 3, I, 302
— diretas anuais; discussão na Assembléia Geral. v. 3, I, 301
— divisão das ... em diretas e indiretas é meramente sistemática. v. 3, I, 303
— e rendas de quaisquer denominações devem ser incluídas no Orçamento. v. 3, I, 303
— o que é uma? v. 3, I, 302

— **CONTRIBUIÇÕES DIRETAS.**
— anualidade das. v. 3, I, 301

— **CONTROVÉRSIA.**
— entre as Assembléias Provinciais e a Assembléia Geral. v. 4, II, 43

— **CONVENÇÃO.**
— da abolição da escravatura. v. 3, I, 292
— de 1828. v. 3, II, 239

— **Nacional**
— pedida no país, sinal de republicanismo. v. 3, II, 172
— premeditada em 1832. v. 3, II, 176

— **Real e Pessoal**
— distinção que fazem os publicistas. v. 3, I, 238

— **Secreta**
— adicional ao Tratado da Independência. v. 3, I, 282

— **CONVENIÊNCIA.**
— dos projetos. Exame em 1ª discussão. v. 2, I, 36

— **CONVENTO**

— **De Santo Antônio**

— no Rio de Janeiro; não conseguiu recrutar mais de 10 ou 12 noviços. v. 2, I, 265

— utilização de ... para a instalação do curso jurídico de São Paulo. v. 2. I, 235

— **CONVICÇÃO**

— dirigida por meio do raciocínio e não por meio das armas. v. 4, II, 257

— o juíz há de julgar pela ... da criminalidade. v. 3, II, 10

— quanto às tentativas de restauração de D. Pedro I. V. 3, I, 159

— **CONVOCAÇÃO**

— do Legislativo depois da dissolução, foi apressada pela revolta da Cisplatina. v. 4, I, 38

— feita pelo Imperador ao Marquês de Inhambupe, na tarde do dia 5 de abril de 1831. v. 3, I, 103

— **De Suplente.**

— quando se dá. v. 3, I, 266-7

— **Extraordinária**

— das Assembléias Provinciais. v. 4, I, 214

— **CÓPIA.**

— dos projetos. v. 2, I, 54

— **CORAGEM.**

— e presença de espírito não são partilhas iguais da natureza para todos os homens. v. 3, II, 137

— falta de ... dos que receiam comprometimentos nas eleições a descoberto. v. 3, I, 85

— também se aprende com o exemplo e a necessidade. v. 3, II, 1340

— **CORCUNDA.**

— designativo dado ao português conservador. V. 2, I, XII

— **CORIFEUS.**

— do Partido Republicano. v. 4, II, 245

— **CORNÉLIO, Deputado.**
— Vide FERREIRA FRANÇA, Cornélio

— **COROA.**
— de D. Pedro I; uma oferecida, outra herdada. v. 3, I, 21
— sucessão à ... do Império do Brasil. v. 3, I, 241

— **CORPO DE DELITO.**
— que se contém nas letras, nas gravuras e nos desenhos. v. 2, I, 166

— **CORPO LEGISLATIVO**
— é que se pôs à frente da Revolução do Sete de Abril. v. 3, I, 23
— para se colocar à testa da Revolução do 7 de abrill, não seria com leis de exceção que colheria bons frutos do movimento. v. 3, I, 49
— são focos de luzes científicas. v. 2, I, 231

— **CORPORAÇÕES**
— de mão morta; não podem adquirir bens sem consentimento do Governo. v. 2, I, 260

— **CORPOS MILICIANOS.**
— conservados em serviço em suas Províncias. v. 3, II, 46

— **CORREÇÃO**
— de erros de imprensa, de nomes de autores estrangeiros e de títulos de obras, nos textos selecionados. v. 2, I, XIII

— **CORREIA, Ângelo Custódio. Deputado.**
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— **CORREIA DE ALBUQUERQUE, Francisco José. Deputado.**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó) v. 3, II, 117

— **CORREIA PACHECO, José ... e Silva. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— **CORREIO**

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a responsabilidade da administração do. (art. 179, § 27). v. 2, I, 4
— reclamações contra os serviços dos. v. 4, II, 111
— tardança dos. v. 3, I, 89
— violação dos ... do Império. v. 4, II, 111

— **Da Bahia**

— jornal ministerial. v. 3, II, 59

— **Oficial**

— encarou o projeto de Maioridade como revolucionário. v. 4, II, 199
— notícias publicadas no ... a respeito de armas, soldados e cartuchame depositado em um quarto contíguo ao do jovem monarca. v. 3, I, 192
— notícia publicada no ..., informando que o Tutor removido, fôra preso para Paquetá. v. 3, I, 187
— pasquim aparecido no Rio Grande do Sul. v. 3, II, 248

— **CORRESPONDÊNCIA.**

— diplomática sobre a restauração. v. 3, I, 151
— que se deve estabelecer entre a Câmara e o Senado, na forma da Indicação do Deputado José Lino Coutinho. v. 2, I, 93
— que deve haver entre as duas Câmaras. v. 2, I, 54

— **CORRUPÇAO.**

— maioria e minoria podem ser acusadas de por em prática o sistema de. v. 4, II, 168
— meios de ... empregados pelo governo. v. 4, II, 167
— na eleição de senadores é a mesma que pode haver na de deputado. v. 4, I, 150

— **CORTE.**

— deve ser um lugar nacional. v. 4, I, 230
— é o centro de apoio. v. 4, II, 186

— **De Lisboa.**
— distinção que quizeram fazer as ... entre cidadania e naturalidade. v. 2, I, 15
— medida que tomaram, para a jubilação dos professores depois de trinta anos de serviços. v. 2, I, 225

— **Portuguesa**
— regulamento das. v. 2, I, 57

— **CORTESIA.**
— atos de ... podem ser classificados como peita sem o serem. v. 3, II, 33

— **COSTA, João Severiano Maciel da. (Marquês de Queluz) Ministro.**
— assinatura no ofício remetendo à Câmara o Balanço geral e o orçamento do Império. v. 2, II, 13
— assinatura no ofício remetendo à Câmara autógrafo sancionado do projeto de lei de orçamento para o exercício de 1828. v. 2, II, 25
— assinatura no parecer da Comissão de Poderes sobre a rejeição do diploma do Conde de Lages. v. 3, I, 271
— discussão das emendas ao art. 2º da lei sobre a liberdade de imprensa v. 2, I, 180
— discussão das emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 176
— ofício ao 1º secretário da Câmara comunicando ter participado aos diretores do Banco do Brasil sobre a reunião com a comissão de Fazenda da Câmara. v. 2, II, 36
— referência a. v. 2, I, 184
— referência a. v. 2, I, 178
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— **COSTA AGUIAR, José Ricardo da ... de Andrada. Deputado.**
— apresentação de requerimento de urgência para o projeto sobre os crimes de liberdade de imprensa do deputado Joaquim Gonçalves Ledo. v. 2, I, 143
— apresentação dos dois autógrafos sobre a primeira lei votada pela Assembléia Geral do Império. v. 3, I, 216
— assinatura, com restrições, no projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. v. 3, II, 17

— assinatura do expediente, devolvendo ao Senado, o projeto de lei sobre cidadania rejeitado pela Câmara. v. 2, I, 45

— assinatura do ofício encaminhando ao Senado a Resolução autorizando o Governo a conceder gratificações a quem possa vulgarizar a prática da vacina. v. 2, I, 253

— assinatura na emenda da Comissão de leis complementares ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. v. 2, I, 108

— assinatura na redação final das emendas aprovadas pela Câmara ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado. v. 2, I, 118

— assinatura na Resolução da Câmara sobre o projeto de lei relativo à responsabilidade dos Ministros. v. 3, II, 30

— assinatura no ofício comunicando ao Senado a sanção do Imperador ao primeiro projeto aprovado pela Câmara. v. 3, I, 219-20

— assinatura no ofício da Câmara comunicando ao Senado as emendas ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. v. 3, II, 144

— assinatura no ofício remetendo ao Senado a Resolução da Câmara sobre recrutamento e fixação das forças militares. v. 2, II, 203

— assinatura no ofício remetendo ao Senado o projeto de criação dos cursos jurídicos. v. 2, I, 236

— assinatura no ofício sugerindo ao Senado a data para ao solene reconhecimento do Príncipe Imperial. v. 3, I, 220

— assinatura no Parecer da Comissão de Justiça Criminal, que concluiu pela responsabilidade dos Ministros que reformaram a sentença do Júri, em delito de Imprensa, incorrendo em abuso do Poder. v. 2, I, 218

— assinatura no parecer da Comissão do Regimento Interno, sobre o projeto de lei de reconhecimento do Príncipe Imperial. v. 3, I, 214

— discussão da emenda do deputado Paula Souza ao projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. v. 2, I, 266

— discussão do projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 20

— discussão do projeto de lei sobre recrutamento e fixação das forças militares. v. 2, II, 185

— discussão do projeto de recrutamento do dep. Cavalcânti de Albuquerque. v. 2, II, 196

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. v. 3, II, 139

— discussão do projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. v. 2, I, 264

— discussão sobre a forma de se encaminhar ao Imperador, para sansão, os projetos de lei aprovados pela Assembléia. v. 3, I, 217

— discute o projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. v. 2, I, 124

— emenda de sua autoria e outros deputados, incluindo um artigo adicional ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. v. 2, I, 116

— leitura da emenda propondo um artigo adicional ao projeto de naturalização, na Câmara. v. 2, I, 110

— leitura da redação que a Comissão de leis regulamentares elaborou para as emendas ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. v. 2, I, 108

— leitura de Indicação dos deputados Luíz Augusto May e Pires Ferreira, relativo à formação dos Códigos Brasileiros. v. 2, II, 325

— leitura do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças de terra e mar. v. 2, II, 181

— leitura do projeto sobre naturalização vindo do Senado. v. 2, I, 100

— ofício ao Ministro da Fazenda (Visconde de Baependi), solicitando informações sobre o estado do Banco do Brasil. v. 2, II, 33

— ofício que lhe foi endereçado pelo Senado encaminhando projeto de lei sobre cidadania aprovado por aquela Casa. v. 2, I, 35

— referência a. v. 2, I, 115

— **COSTA BARROS, Pedro José da. Senador.**

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 163

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208

— **COSTA CARVALHO, José da. (Visconde e Marquês de Monte Alegre). Deputado Membro da Regência Trina.**

— apresentação de Indicação à Câmara. v. 2, I, 95

— assinatura no ofício de demissão da Regência. v. 4, I, 170

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre a recusa dos Ministros em prestarem informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, em 1829. v. 3, II, 42

— declaração de voto contra parecer da comissão de Constituição. v. 3, II, 87

— eleição, por 75 votos, para a Regência Trina Permanente. v. 3, I, 121

— sua eleição para a comissão destinada a organizar o projeto de lei sobre as atribuições e deveres da Regência. v. 3, I, 79

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da. (Barão de Pindaré). Deputado. Senador.**

— assinatura no projeto do senador Holanda Cavalcânti sobre a maioridade de D. Pedro II. v. 4, II, 206

— discussão do requerimento para que as representações sobre reforma constitucional sejam enviadas ao Senado. v. 4, I, 22

— discussão do requerimento do senador Vergueiro sobre dúvidas na interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 134

— discussão do requerimento do deputado Holanda Cavalcanti, sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 221

— discussão do projeto do senador Ferreira de Melo, propondo o adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, até a próxima sessão. v. 4, II, 170 e 175

— discussão do projeto de reforma da Constituição; garantias dos deputados provinciais. v. 4, I, 232

— discussão do projeto de reforma constitucional. v. 4, I, 241

— discussão do parecer sobre o ofício de demissão da Regência Trina. v. 4, I, 180

— discussão do novo parecer da comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência Trina. v. 4, I, 184
— discussão do art. 1º do projeto de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 105
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. v. 3, II, 205
— discussão da resposta à Fala do Trono. v. 3, II, 192
— discussão da emenda ao projeto de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. v. 2, II, 300
— emenda ao projeto de anistia. v. 2, II, 392
— manifesta-se sobre o projeto de naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 132
— referência a seu voto em separado, no parecer das comissões reunidas de Constituição e Diplomacia, sobre o expediente enviado pelo governo à Câmara, sobre a restauração de D. Pedro I. v. 3, I, 158
— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. v. 2, I, 137
— requerimento para que se solicite à Câmara cópia da representação da Assembléia Geral de Pernambuco sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 105
— sugestão para remessa da representação da Vila de Jacareí, sobre as reformas constitucionais, ao Senado. v. 4, I, 21
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. v. 2, II, 209
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I. 226
— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). v. 3, II, 117

— **COSTA MACHADO, José da. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226
— voto contra a destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— **COSTA MIRANDA, Joaquim Inácio da. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, I, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. v. 3, I, 200

— **COSTA PEREIRA, José Saturnino da. Senador. Ministro.**
— assinatura no projeto de Feijó, de criação de cursos de estudos elementares. v. 2, I, 241
— assinatura, vencido, no parecer da Comissão de Constituição do Senado sobre a eleição de Feijó. v. 3, I, 321
— discussão da proposta do governo e fixação das forças de terra. v. 2, II, 228 a 235, 238, 239 e 241
— discussão da questão de ordem sobre o quorum necessário para haver sessão no Senado. v. 4, II, 149
— discussão do art. 17 do projeto sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 110
— discussão do parecer da comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional, feita sem o concurso do Senado. v. 4, I, 281
— discussão do projeto de Feijó, para a criação de cursos de estudos elementares. v. 2, I, 246
— discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 166
— discussão do projeto de lei sobre as atribuições da Regência permanente. v. 3, I, 120
— discussão do projeto sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria v. 3, I, 201
— discussão do requerimento do senador Ferreira de Melo, para que o projeto que concede loterias em favor de uma fábrica de papel volte à Comissão. v. 2, II, 154 e 155
— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. v. 4, I, 205
— emenda ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 175
— Indicação para que o Senado se pronuncie sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. v. 4, I, 278
— requerimento para que, vencida a remoção do Tutor, sem que haja necessidade de sanção desse ato, seja tal fato participado à Câmara. v. 3, I, 207

— requerimento solicitando ao governo informações e documentos relativos à culpa imputada a José Bonifácio na Tutoria. v. 3, I, 202
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II, v. 2, II, 209
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 163
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208
— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. v. 2, II, 266, 267

— **COSTA PINTO, Antônio da. Deputado.**
— voto contra a lei interprtativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82

— **COSTA E SILVA, João da. Deputado.**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **COSTA VILAR, Galdino da. Deputado**
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104
— declaração de voto contra parecer da comissão de Constituição. v. 3, II, 87
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226

— **COSTUME.**
— arraigado que herdamos, de negar às mulheres o direito de se instruir. v. 2, I, 228
— desregramentos de nossos, v. 3, I, 249
— influência que sobre as leis tem os. v. 2, I, 133

— **"COURRIER".**
— jornal ministerial, v. 3, II, 59

— **COUTINHO, D. José da Silva. Bispo Capelão-Mór. Senador**
— v. 3, I, X
— anuncia que a carta de D. Pedro I, de designação de José Bonifácio para tutor de seu filho é manuscrita e autógrafada. v. 3, I, 21

— assinatura no termo de juramento da Regência Trina Permanente. v. 3, I, 16

— presidência da primeira reunião conjunta da Assembléia Geral, em 1830. v. 3, I, 273

— **COUTINHO, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza. Deputado.**

— assinatura na redação final das emendas aprovadas pela Câmara, ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado. v. 2, I, 118

— assinatura na Resolução da Câmara sobre o projeto de lei relativo à responsabilidade dos Ministros. v. 3, II, 30

— assinatura no ofício de devolução ao Senado, do projeto de lei sobre cidadania, rejeitado pela Câmara. v. 2, I, 45

— esclarecimento ao dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a discussão do projeto de lei de cidadania, aprovado pelo Senado. v. 2, I, 35

— esclarecimento ao dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a tramitação do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania), v. 2, I, 36

— **COUTO, João Pereira do. Deputado.**

— designação para a deputação que deveria submeter à sanção do Imperador o primiro projeto aprovado pela Assembléia. v. 3, I, 218

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— **CRÉDITO.**

— público está ameaçado. V. 4, II, 165

— público, fonte de riquezas desconhecidas ao despotismo. v. 3, I, 6

— **CREDO POLÍTICO.**

— de Antônio Carlos; interpelação da **Aurora Fluminense**, para que o declare. v. 3, I, 251

— **CRENÇA.**

— divisão da Câmara em. v. 3, I, 36

— que se incutiu em Pedro II de que se queria assassiná-lo. v. 3, I, 193

— **CRESCIMENTO.**

— da dívida, depois da Constituição, com os empréstimos que foram contraídos, v. 3, I, 224

— **CRIADOS.**

— do Imperador não pagos por falta de meios. v. 3, I, 225

— **CRIME.**

— a que se lançariam todos os que fossem destituídos de seus empregos. v. 3, I, 49

— civis e políticos; distinção que há entre uns e outros. v. 2, I, 135

— de desobediência não pode haver por se esconder o réu. V. 3, II, 11

— de que não se pode perdoar a oposição. v. 3, I, 127

— de rebelião; requisito essencial. v. 3, II, 57

— de rebelião, sedição e conspiração; processo especial; proposta feita pelo Governo. V. 2, II, 367

— deve ser punido mais rigorosamente o que é mais fácil de cometer. V. 2, I, 188

— do Ministério, criando comissões militares e suspendendo garantias em Pernambuco, sem que nenhum perigo corresse a Pátria. v. 3, II, 82

— do Ministro da Justiça (Lucio Soares Teixeira de Gouveia) são quase tantos quanto os seus atos. v. 3, II, 83

— dos cidadãos que se rebelaram na Bahia, em 1831. V. 3, I, 40

— dos Ministros de Estado; natureza do. V. 3, II, 18

— fatos que, não sendo ... demonstram hostilidade à causa nacional. v. 3, I, 52

— grande número de ... cometidos na Europa. v. 4, I, 121

— projeto de lei contra os ... por abuso da liberdade de imprensa. Apresentação à Câmara em 1826. V. 2, I, 141

— que existe em açular os partidos, guiá-los à guerra civil. v. 3, I, 73

— que se cometeram para sustentar o horrendo atentado da dissolução da Constituinte de 23. v. 4, I, 37

— que se tem feito do modo de pensar. v. 2, I, 147
— silêncio da Imprensa quanto ao. v. 2, I, 142
— só os alienados confessam os seus. V. 3, II, 37
— único crime de D. Pedro I, segundo o chefe da oposição, foi sair do Brasil abdicando. v. 3, I, 153

— **CRIMINALIDADE.**
— competência dos jurados para dizerem se há ou não ... nos atos. v. 2, I, 186
— dos delitos de imprensa. v. 2, I, 149

— **CRIMINOSA VERSATILIDADE.**
— do Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). v. 3, II, 65

— **CRIMINOSOS.**
— alguns que vieram para o Brasil e tem sido cidadãos úteis, v. 2, I, 132
— condenados, apresentados em juízo como autores de artigos infamantes, como ocorreu em Pernambuco. v. 2, I, 203
— é melhor prevení-los do que matá-los ou prendê-los. V. 3, I, 252
— malvados e perversos devem ser impedidos de entrar no país. V. 2, I, 135
— não podem ser considerados como tais todos os brasileiros que não voltaram ao país depois da Independência. V. 2, I, 32
— os que são vencidos. V. 3, I, 123
— que pegaram em armas contra o Brasil. V. 2, 1, 29

— **CRISE**
— do Prata; suporte parlamentar com que contou o governo durante as. V. 4, I, III
— melindrosa em que se encontra o Brasil. V. 3, I, 176
— no Rio de Janeiro e nas Províncias, depois da Abdicação. V. 3, I, V
— que assolaram o Brasil, logo após a Abdicação. V. 3, I, VI
— que se tornaram crônicas. V. 4, I, III

— **CRÍTICA**
— das deficiências do Parlamento; partiu de seu próprio âmbito. V. 3, I, IV
— **CROMWELL, Oliver**
— V. 4, II, 246
— referência a. V. 3, I, 196
— **CRÔNICA**
— de Machado de Assis sobre o Parlamento. V. 4, I, VIII
— **CRISE**
— **Financeira**
— da praça do Rio de Janeiro. V. 4, II, 162
— está ramificada nas Províncias. V. 4, II, 168
— **Monetária**
— da praça do Rio de Janeiro. V. 4, II, 165
— **CRUZ FERREIRA, José da. Deputado**
— assinatura do parecer da Comissão de Constituição, sobre a recusa dos Ministros em prestarem informações à Câmara, sobre a suspensão de garantias em Pernambuco na Sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 42
— assinatura do parecer da Comissão de Justiça Civil e Criminal ao projeto do Código Criminal do dep. José Clemente Pereira. V. 2, II, 324
— assinatura do parecer da Comissão de Justiça Criminal, que concluiu pela responsabilidade dos Ministros que reformaram a sentença do Juri, em delito de Imprensa, incorrendo em abuso do poder. V. 2, I, 218
— declaração da necessidade de voltar ao Senado, em virtude de ter sido emendado, o projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. v. 3, I, 216
— designação para a deputação que deveria submeter à sanção do Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218
— discussão do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania) na Câmara. v. 2, I, 38
— discussão do projeto de lei sobre naturalização, aprovado pelo Senado. v. 2, I, 100
— emenda ao projeto de criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro. V. 2, I, 234

— emenda ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara prejudicada. v. 2, I, 117
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra, v. 3, II, 104

— **CRUZ E SOUZA. Deputado.**
— manifestação contra a Indicação e respectiva emenda, sobre a tramitação, na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. v. 2, I, 97

— **CULPA.**
— casos de prisão sem ... formada (lei regulamentar). Vide PRISÃO.
— diferentes graus de ... e de pena que deve estabelecer a lei sobre a liberdade de imprensa. v. 2, I, 151
— os que tem ... devem ser castigados legalmente v. 3, I, 41

— **CUMPLICIDADE.**
— dos Ministros por não fazerem responsáveis os seus subalternos. v. 3, II, 24
— pena de ... imposta aos juízes que se mostrarem omissos na repressão dos conspiradores, segundo a lei de 6 de julho de 1831. v. 3, II, 113

— **CUNHA VASCONCELOS, Antônio da. Deputado. Senador.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais, V. 4, I, 226
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. v. 2, II, 209
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **CUNHA, Antônio Luiz Pereira da (Visconde e Marquês de Inhambupe) Senador.**
— apresentação de emenda ao art. 2º, durante a 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 90
— apresentação do Parecer sobre a anulação do diploma do Conde de Lages (João Vieira de Carvalho). V. 3, I, 270
— aprovação de sua emenda ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 196
— assinatura no parecer da Comissão de Legislação ao Projeto de Código Criminal. V. 2. II, 341

— assinatura no parecer sobre a rejeição do diploma do Conde de Lages. V. 3, I, 271
— assinatura no projeto de resolução do Senado, sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— assinatura no projeto de Resolução sobre o "habeas corpus". V. 2, II, 363
— combate o requerimento do Marquês de Caravelas sobre a necessidade das atas da eleição do Conde de Lages. V. 3, I, 269
— contradita o requerimento do Marquês de Caravelas, para que se peça ao governo as Atas das eleições do Conde de Lages. V. 3, I, 269
— defende-se da acusação de colaborador do despotismo, na sessão da abdicação de D. Pedro I. V. 3, I, 13
— depoimento sobre sua atuação no movimento de sete de abril. V. 3, I, 103
— discussão da emenda sobre o ensino das meninas, ao projeto que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 226
— discussão da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V. 2, I, 54
— discussão da lei que dispõe sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 164
— discussão da resposta à Fala do Trono, pelo Senado em 1831. V. 3, I, 103
— discussão do art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 190
— discussão do art. 17 da lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 110
— discussão do parecer da comissão de Comércio sobre a proposta do Conselho Geral da Província da Bahia sobre a admissão de escravos como trabalhadores nas repartições públicas. V. 2, II, 166
— discussão do parecer sobre a vacância do cargo do Senador Borges de Barros. V. 3, I, 314
— discussão do parecer da Comissão Especial sobre a legalidade da reforma constitucional, feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 279
— discussão do projeto de lei do Marquês de Caravelas (José Joaquim de Campos) sobre cidadania. V. 2, I, 16

— discussão do projeto de lei oriundo da Câmara que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 223
— discussão do projeto de Resolução que remove José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 201
— discussão do projeto de Resolução sobre o "habeas corpus". V. 2, II, 363
— discute a inclusão na Ordem do Dia do projeto sobre as atribuições da Regência Permanente. V. 3, I, 117
— discute o art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 190
— emenda ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 191
— emendas apresentadas, na qualidade de membro da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de de imprensa. V. 2, I, 197
— manifestação favorável, em 3ª discussão, do projeto de cidadania apresentado pelo Marquês de Caravelas. V. 2, I, 32
— manifestação sobre o art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 192
— manifesta-se na discussão do projeto sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 225
— propõe a discussão, artigo por artigo, do projeto sobre as atribuições da Regência Permanente. V. 3, I, 118
— proposta de adiamento do projeto que cria o Conselho Supremo de Justiça. V. 3, II, 11
— requerimento de urgência para discussão do parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. V. 3, I, 271
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

**CUNHA, João Inácio da. (Visconde de Alcântara)**

— assinatura no parecer das Comissões de Constituição, Diplomacia e Fazenda, sobre as areas devidas à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 234
— discussão da emenda do senador José Inácio Borges ao art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 82
— discussão do art. 2º do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 6

**CUNHA, João Inácio da. (Visconde de Alcântara)**

— discussão do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 87

— discussão do parecer sobre os direitos do Duque e Duquesa de Bragança. V. 3, I, 235

— discussão do projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 87

— discussão dos projetos sobre naturalização. V. 2, I, 72

— discurso na questão preliminar levantada pelo Presidente. V. 2, I, 57

— emenda ao projeto de naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 83

— referência a ... como Ministro, em 6 de abril de 1831. V. 3, I, 103

— referência a sua emenda. V. 3, I, 324

— subscritor da emenda da Comissão de Legislação, ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 197

— voto a favor da vitalicidade do Senado. V. 4, I, 164

— **CUNHA AZEVEDO, Manuel Mendes da. Deputado.**

— protesto contra o adiamento da Assembléia para dezembro de 1840

— **CUNHA BARBOSA, Januário da. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **CUNHA MATOS, Raimundo José da. Deputado.**

— apresentação de emenda. V. 2, II, 199

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre as medidas adotadas pelo governo em Pernambuco. (1839). V. 3,II, 53

— assinatura no projeto de fixação das forças militares, do dep. Cavalcanti de Albuquerque. V. 2, II, 195

— designação para a deputação que deveria submeter à sanção do Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218

— discurso sobre o uso da chibata no Exército. V. 2, II, 215 e 217

— discussão da proposta do Ministro da Fazenda de suspensão do pagamento da dívida externa, durante cinco anos. V. 2, II, 113 e 116
— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação das mercadorias provenientes de todas as nações. V. 2, II, 99
— discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 229
— discussão do adiamento da denúncia do Ministro da Guerra. V. 3, II, 68
— discussão do art. 3º do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 187
— discussão do art. 5º do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 189
— discussão do projeto de lei da Câmara, nº 37, que dispõe sobre a reforma de oficiais e a aposentadoria de empregados públicos, cuja Conservação fosse prejudicial à causa pública. V. 3, I, 46
— discussão do projeto de recrutamento do dep. Cavalcanti de Albuquerque. V. 2, II, 200
— discussão do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 182, 184, 186 e 188
— discussão do projeto do dep. Cavalcânti de Albuquerque. V. 2, II, 195-197 e 198
— discussão do projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 268 e 270
— discussão do relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa no Rio de Janeiro. V. 2, II, 205
— discussão, na Assembléia Geral, das despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 289
— referência a. V. 2, I, 266
— referência à Afirmação que lhe foi atribuída no **Diário** da Câmara, de que se tinha feito Governador das Armas para se eleger Deputado. V. 2, I, 195
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **CUNHAGEM DE COBRE.**
— atingiu mais de 460 contos em 1821. V. 3, I, 252
— atribuída a Martim Francisco pelo jornal **O Brasileiro.** V. 3, I, 252

— começou a ser mal escriturada desde 1821. V. 3, I, 252
— na administração de Martim Francisco foi inferior a 230 contos. V. 3, I, 252

— **CURADO, Joaquim Xavier**
— preterição na eleição do senador, V. 3,I, X

— **CÚRIA ROMANA**
— princípio segundo o qual seria necessário entregar o Brasil à. V. 2, I, 271
— Vide SANTA SÉ

— **CURRÍCULO**
— dos cursos elementares, propostos por Feijó, no Senado, V. 2, I, 241

— **CURSO JURÍDICO**
— condições favoráveis do Rio de Janeiro para a sua instituição. V. 2, I, 233
— criação de um ... inteiramente na Corte, enquanto a Assembléia não aprovar o projeto definitivo. V. 2, I, 237
— criação dos v. 2, I, 231
— de São Paulo. V. 3, II, 116
— discussão do projeto na Câmara. V. 2, I, 231-236
— discussão do projeto no Senado. V. 2, I, 237-239
— não é urgente a sua criação. V. 2, I, 238
— projeto de criação dos. V. 2, I, 241
— sanção da lei criando dois. V. 2, I, 239
— utilidade dos. V. 2, I, 237

— **CUSTO**
— da Revolução Farroupilha para o Império. V. 3, II, 226
— de casa e carruagem em 1828. V. 3, II, 5

— **CUSTÓDIO DIAS, José. Deputado.**
— apoio ao requerimento para leitura do relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa estrangeira no Rio de Janeiro. V. 2, II, 205 e 207
— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés. V. 2, II, 352

— declaração de voto, contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87

— discussão da 2ª parte do Parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 267

— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação de todas as nações. V. 2, II, 97

— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a denúncia contra os Ministros da Guerra e da Justiça sobre a insurreição de Afogados. V. 3, II, 84

— discussão do parecer sobre a acusação do Ministro da Justiça. V. 3, II, 62

— discussão do projeto de Resolução do deputado Almeida e Albuquerque sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Gerais de Províncias. V. 3, II, 145

— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara, rejeitada pelo Senado proibindo a acumulação dos empregos de Bispo e Senador. V. 3, I, 276

— discute a aceitação interina de José Bonifácio como tutor. V. 3, I, 22

— manifesta-se contra o adiamento do decreto sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 182

— manifesta-se contra a Indicação do deputado José da Costa Carvalho, que dispõe sobre a tramitação da Câmara dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 98

— manifesta-se contra a Indicação do deputado José da Costa Carvalho, que dispõe sobre a tramitação na Câmara dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 98.

— referência a discurso seu não registrado. V. 3, I, 266

— referência a seu discurso sobre a acumulação dos empregos de Bispo e Senador. V. 3, I, 279

— registro de discurso que não foi ouvido. V. 2, I, 216

— requerimento, solicitando votação nominal das emendas do Senado ao Projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 230

— solicita a impressão do parecer da Comissão de Poderes sobre a rejeição do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V. 3, I, 265

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

# D

— **D. A. FEIJÓ, Senador.**
Vide: FEIJÓ, Diogo Antônio

— **D'ALEMBERT.**
— referência a. V. 2, I, 126

— **D. ISABEL, Infanta.**
V. 4, II, 217

— **D. JANUÁRIA.**
— aprovação do projeto de seu reconhecimento como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil, V. 3, I, 242
— casamento de. V. 3, I, VIII
— reconhecimento como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 241

— **D. JOÃO VI.**
— ameaça que fez à Cúria Romana, pela negativa em confirmar o Arcebispo de Évora. V. 2, I, 296

— **D. JOSÉ.**
— proibiu recorrer a Roma. V. 2, I, 274-5

— **D. MARIA II.**
— declarada maior antes dos 18 anos. v. 4, II, 217

— **D. MIGUEL.**
— V. 4. II, 217

— **D. NUNO, Senador.**
Vide: SEILBITZ, D. Nuno Eugênio Lóssio e.

— **D. PEDRO I.**
— costumava escolher para seus empregados os que tinham mais conceito no povo, para mostrar que transigia com o povo ou para ver se os corrompia. V. 4. I, 259

— infelicidade que teve em crer quase sempre em prevaricadores ou ignorantes. V. 4, I, 100

— **DANTAS, Antônio Luiz ... de Barros Leite, Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **DANTON.**

— referência a. V. 3, I, 56

— **DAVID HUME.**

V. 4, II, 253

— **DEBATES**

— a que são submetidos os projetos. V. 2, I, 57

— artigo por artigo; utilidade. V. 2, I, 57

— do parlamento; tônica. V. 4, I, III

— no Tribunal da Relação sobre a concessão de fianças a certos réus. V. 2, I, 26

— publicação dos ... dos Parlamentos estrangeiros, no Brasil. V. 4, I, IV

— sobre a validade da designação do Tutor, feita por D. Pedro I. V. 3, I, 25-7

— **Do Parlamento**

— presença a participação dos Ministros de Estado. V. 3. II, 119

— **Parlamentares**

— na França e na Inglaterra era proibida a publicação dos. V. 2, I; 194

— sendo públicos pela Constituição, não podem sofrer restrições. V. 2, I, 193

— **DECADÊNCIA**

— da agricultura romana, pelo emprego de escravos. V. 2, I, 60

— em que se encontra o Poder Real em minoridade. V. 4, II, 225

— **DECIMAIS**

— dificuldade de encontrar professoras para ensinar ... às meninas. V. 2. I, 226

— **DECISÃO**

— em segunda instância dos delitos de imprensa é incompatível com a lei que assegurou tribunal privativo para esses delitos. V. 2, I, 214

— inexistência de ... sobre precedentes regimental na tramitação de projetos. V. 2, I, 36

— **DECLARAÇÃO**

— autêntica; leis interpretativas da Constituição. V. 2, I, 25

— de cidadania de Guilherme Platt, por ato do Legislativo, constitui uma sentença. V. 2, I, 127

— de nacionalidade, segundo o art. 6º da Constituição. V. 2, I, 10

— sobre sua pessoa e bens, só é válida, quando feita pelo cidadão depois dos 25 anos. V. 2, I, 102

— **DECLARAÇÃO DE VOTO**

— de diversos deputados, contra o parecer da Comissão de Constituição, que não encontrou motivos para denunciar o Ministro da Justiça, pelas medidas tomadas em Pernambuco, em 1829. V. 3, II, 87

— do senador José Martiniano de Alencar. V. 3, I, 327

— do senador José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas. V. 3, I, 327

— do senador Francisco Carneiro de Campos. V. 3, I, 327

— do senador João Antonio Rodrigues de Carvalho. V. 3, I, 327

— do senador Lucas Antônio Monteiro de Barros. V. 3. I, 327

— do senador Estevão Ribeiro de Rezende, Conde de Valença. V. 3, I, 327

— do senador João Evangelista de Faria Lobato sobre a votação do art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 196

— do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. V. 3, I, 319

— do senador Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas. V. 3, I, 319

— do senador José Teixeira da Mata Bacelar. V. 3, I, 319

— dos senadores Visconde de Cairu e João Evangelista de Faria Lobato. V. 2, II, 79

— **DECORO**

— e grandeza que deve rodear a pessoa do Imperador. V.3, I, 222

— e respeito que os legisladores devem guardar entre si. V.4, I, 204

— **DECRETO**

— conceituação. V.2, I, 123

— de abdicação, não comporta exame da fórmula por ser um ato da pessoa que o assinou. V.3, I, 12

— de chamamento dos brasileiros ausentes, feito pelo Imperador. V.2, I, 20

— de criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros. V.4, I, V

— de criação da Comissão Militar em Pernambuco (1839) é ilegal e abusivo. V.3, II, 53

— de dissolução da Câmara de 22 de julho de 1840. V.4, II, 204-5

— de 23 de maio de 1821, assegurando a liberdade individual. V.2, I, XIII

— de 22 de novembro de 1823, sobre abusos da liberdade de imprensa; vigência do. V.2, I, 207

— de 27 de fevereiro de 1829, criando uma Comissão Militar em Pernambuco. V.3, II, 49

— de 27 de abril de 1829; revogação da Comissão Militar de Pernambuco. V.3, II, 49

— de 18 de agosto de 1831, mandando proceder a medidas e exames sobre portugueses considerados indevidamente cidadãos brasileiros. V.3, II, 115

— de 14 de dezembro de 1833, do Ministro do Império, suspendendo da tutoria a José Bonifácio. V.3, I, 181

— de Milão, estabelecendo o bloqueio das Ilhas Britânicas. Vide BONAPARTE, Napoleão.

— de nomeação do ministério de 6 de abril de 1831, não chegaram a ser cumpridos. V.3, I, 105

— de suspensão das garantias em Pernambuco, em que tudo é crime e inconstitucionalidade. V.3, II, 83

— diferença entre Resolução e. V.2, I, 123

— do Imperador que sancionou a Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V.2, I, 128
— do Ministério da Justiça de 5 de outubro de 1824, sobre suspensão das garantias em Pernambuco. V.3, II, 52
— do Ministério da Justiça, de 18 de maio de 1825 sobre o movimento de pernambuco. V.3, II, 52
— para mais fortemente tributar a aguardente. V.3, I, 133
— sobre naturalização, de 29 de maio de 1801. V.2, I, 68
— de abdicação de Pedro I; entrega ao Tenente-Coronel Frias. V.3, I, 104

— **DECRETOS DE SANGUE**
— V.3, II, 42

— **DEFESA**
— de Antônio Carlos, por Martim Francisco. V. 4, II, 49-50
— do Ministro da Guerra, quando apadrinha a sua defesa de lugares comuns históricos. V. 3, II, 98
— do réu ausente. V.3, II, 10
— é matéria de Direito Natural. V.3, II, 10

— **DEFEITO**
— da Constituição é o elemento democrático. V.4, I, 39

— **DEFENSORES**
— da causa de Pedro I eram os homens fiéis a seu juramento. V.3, I, 73
— que não faltariam à peste, se esta tivesse despachos e pensões. V.3, II, 111

— **DEFENSORES DA LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**
— sociedade secreta fundada em Pelotas e Rio Pardo, depois do 7 de abril. V.3, II, 247

— **DEFICIT**
— brasileiro em 1826. V.3, I, 225

— **DEFINIÇAO**
— de direitos políticos e incabível na Constituição. V.2, I, 64

— de rebelião e sedição. V.3, II, 72
— de revolução, revolta e sublevação. V.3, I, 62
— dificuldade de se definir o que seja. V.2, I, 175
— do que seja ataque indireto; exemplos apontados por diversos senadores. V.2, I, 175
— dos direitos civis; necessidade de. V.2, I 63
— necessidade de definir o que sejam direitos políticos e direitos civis. V.2, I, 62

— **DEGREDADO**
— por toda a vida não perde o direito à cidadania. V.2, I, 25

— **DEGREDO**
— tem transformado péssimos homens em bons súditos. V.2, I, 187

— **DELEGADOS MUNICIPAIS**
— nomeação dos. V.4, I, 214

— **DELEGAÇÃO**
— da Nação não pode ser dada a brasileiros naturalizados. V.2, I, 83
— do Poder Moderador é privativa do Imperador não podendo ser atribuída ao Regente. V.3, I, 120
— que o povo faz à Assembléia, do direito de nomear uma regência. V.3, I, 38

— **DELÍRIO**
— a que chega o Senado. V.4, I, 22

— **DELITOS**
— de imprensa são dos maiores que se praticam contra a sociedade. V.2, I, 150
— determinação do... não é competência do Juiz, mas da lei. V.2, I, 185
— dos Ministros e Conselheiros pertencem a uma classe diferente da dos demais funcionários. V.3, II, 20
— dos Ministros de Estado não se confundem com os das demais autoridades. V.3, II, 18
— ingredientes essenciais dos. V.2, I, 160

— nossos legisladores têm-se cansado mais em castigar do que prevenir delitos. V.3, II, 166
— pelos quais devem ser responsáveis os Ministros de Estado. V.3, II, 18
— "prefiro a impunidade dos pequenos delitos a estas inspeções policiais dignas de Fouchés e Pombais. V.3, II, 163

— **DEMAGOGOS**
— imputação de... que fazem os fautores do despotismo para aterrar os povos e suprimir a liberdade de imprensa. V.2, I, 149
— mais facilmente agitam o povo rude. V.2, I. 68

— **DEMÊNCIA**
— que seria, entregar a felicidade do povo aos agentes do governo passado. V.3, I, 51

— **DEMISSÃO**
— da Regência não está prevista na Constituição. V.4, I, 201
— de empregados; não houve em 1822. V.3, I, 57
— de Senadores (Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira Câmara). V. 3, I, 329
— de Senadores; sugestão para a elaboração de um projeto de lei sobre a. V.3, I, 332
— do Ministério de armas na mão. V. 3, I, 156
— em Sergipe, do Comandante interino das Armas, imposta pelo povo e tropa. V.3, I, 33
— em Sergipe de todos os empregados civis e religiosos nascidos em Portugal. V.3, I, 33
— do Ministério em 5 de abril de 1831, não acalmou as comoções populares. V.3, I, 104

— **DEMOCRACIA**
— "a superabundância de vida nos torna próprios para a vida procelosa da democracia". V.3, II, 171
— onde existe? V.3, II, 6
— isto cheira à. V.3, II, 6

— **"DE MORIBUS GERMANORUM"**
—referência à obra de Tácito. V.2, I, 228

— **DEMÓSTENES**
— referência a. V.4, I, 150

— **DENÚNCIA**
— contra os Ministros; direito que eu tanto aprecio. V.3, II, 86
— contra os Ministros da Guerra e Justiça em 1829 pela suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco. V.3, II, 41
— contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), pela criação de comissão militar em Pernambuco em, 1829. Votação. V. 3, II, 104
— contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), em 1829; nomeação da comissão. V.3, II, 54
— contra o Ministro da Justiça (Diogo Antônio Feijó). V.3, II, 109
— contra o Ministro da Justiça (Feijó); votação da. V.3, II, 117
— contra o Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), anunciada por Bernardo Pereira de Vasconcelos. V.3, I, 59
— contra o Ministro da Justiça, apresentada pelo Deputado Berardo Pereira de Vasconcelos. V.3, II, 67
— íntegra da denúncia do Deputado Holanda Cavalcânti contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares) pela instituição de Comissões Militares em Pernambuco. V.3, II, 45
— íntegra da denúncia do Deputado Holanda Cavalcânti contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia), pela suspensão das garantias individuais em Pernambuco. V.3, II, 46

— **DEPENDÊNCIA**
— natural entre o Brasil e Portugal. V.2, I, 91

— **DEPOIMENTO**
— do Marquês de Inhambupe (Antonio Luiz Pereira da Cunha), sobre sua participação nos acontecimentos de sete de abril. V.3, I, 103
— que podiam fazer algumas pessoas por motivos particulares, na devassa aberta sobre os acontecimentos do

Rio de Janeiro, em virtude da exaltação dos ânimos. V.3, I, 42

— **DEPORTAÇÃO**

— de representantes do povo, feitas por D. Pedro I. V. 3, I, 154

— exigida pela tropa e política amotinadas em julho de 1831. V.3, I, VI

— não houve em 1822, pois o único Deputado que saiu pediu seu passaporte. V.3, I, 58

— pedida para 89 cidadãos sem culpa formada envolvidos nos acontecimentos do Rio, em 1831. V.3, I, 41

— pedida pelo Ministro da Justiça à Assembléia é a mesma que pediram os que se levantaram em 14 de julho. V. 3, I, 134

— que se fez em 1822 e 1823. V. 3, I, 53

— não houve ... violenta em 1822. V. 3, I, 55

— **DEPOSIÇÃO**

— do comandante das armas na Paraíba. V. 3, I, 33

— em Santa Catarina, do Presidente da Província e do Comandante das Armas. V. 3, I, 33

— manifestação da Revolução pelo pedido de ... do Ministério. V. 3, I, 102

— **DEPÓSITO**

— medidas para que o Brasil não se transforme no ... imundo da escória e enxurro de outras nações. V. 2, I, 77

— **DEPUTAÇÃO**

— à Regência, será sempre de 3 membros. V. 3, I, 95

— enviada à Regência, encaminhando o projeto de lei sobre as atribuições da mesma Regência. V. 3, I, 99

— não são meras etiquetas. V. 3, I, 98

— que deve levar ao Imperador, para sanção os projetos aprovados pela Assembléia. V. 3, I, 218

— **DEPUTADOS**

— devem ter mais conhecimento dos altos problemas políticos do que o procurador da Coroa. V. 3, II, 29

— é que imitam o povo brasileiro. V. 3, I, 36
— estão na Câmara não para fazer leis novas, mas para revogar as velhas e más. V. 3, II, 180
— estrangeiros não podem ser. V. 2, I, 62
— o povo brasileiro não imita os. V. 3, I, 36
— primeiro diploma de ... não aceito. V. 3, I, 265
— que se esconderam no dia 7 de abril são inimigos da causa pública. V. 3, I, 58
— que se julgam heróis. V. 3, I, 86
— uma boa parde dos ... é o resultado do acaso, do partido ou influência. V. 4, I, 265

— **Provinciais**
— disponibilidade dos funcionários centrais, quando eleitos V. 4, I, 255
— inviolabilidade. V. 4, I, 233
— inviolabilidade. V. 4, I, 210
— subsídios que vencerão. V. 4, I, 214
— indenização de viagem. V. 4, I, 214

— **DEUS E SILVA, João Cândido de. Deputado.**
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **DEVASSA**
— que o Ministro da Justiça mandou abrir sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro, em 1831. V. 3, I, 42
— geral; procedimento hoje tão reprovado. V. 3, II, 33

— **DEVASTAÇÃO**
— que tem causado a epidemia de varíola. V. 2, I, 253

— **DEVER**
— da Câmara de censurar os atos da Administração o. V. 3, I, 260

— **DESÁGIO**
— das letras do Tesouro. V. 4, II, 162

— **DESAGRAVO**
— ao Senado está na sua linha de conduta. V. 4, I, 205

— **DESAPROPRIAÇÃO**
— lei regulamentar da Constituição de 1824 para a indenização da propriedade do cidadão nos casos de. Vide INDENIZAÇÃO.
— V. 4, II, 40

— **DESAPROVAÇÃO**
— de Antônio Carlos à política de Feijó. V. 3, II, 174
— de nossa ventura social. V. 2, I, 27

— **DESAPARECIMENTO**
— nas Províncias, do elemento monárquico. V. 4, I, 247

— **DESCASO**
— dos Ministros pela Constituição. V. 3, II, 84

— **DESCONFIANÇAS**
— recíprocas que há entre as facções. V. 4, I, 177

— **DESCONHECIMENTO**
— do êxito que teve a Independência, entre os brasileiros no exterior. V. 2, I, 22
— do parlamento. V. 2, I, III

— **DESCONTENTAMENTO**
— não têm sido excitados pelo Ministro da Justiça. V. 3, I, 129
— que dão lugar a desvairos. V. 4, II, 131
— que se deve temer. V. 3, I. 54

— **DESCONTENTES**
— com a eleição da Regência. V. 3, I, 75
— sempre houve e haverá em todos os governos. V. 3, I, 56
— pretextos para novas sublevações. V. 4, II, 157

— **DESCRÉDITO**
— à Nação, imputando-lhe imoralidade que ela não tem. V. 3, I, 134

— **DESCULPA**
— que possam dar os brasileiros chegados ao país depois do prazo da proclamação de 8-1-1823. V. 2, I, 19

— **DESDOURO**

— que resultará à Câmara se admitir em seu seio Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— **DESEJO**

— do governo de aumentar a massa dos cidadãos e dos capitais. V. 2, I, 27

— que tinham os rapazes de servirem como caixeiros de casas estrangeiras, para se isentarem do serviço militar. V. 2, I, 75

— que se concentra no coração dos brasileiros a Constituição. V. 3, I, 6

— do Governo é de imortalizar os povos para os reduzir à escravidão. V. 3, II, 81

— **DESEMBARGADORES**

— aviso que receberam os ... para não comparecerem à Relação, no dia do julgamento de habeas-corpus de um dos implicados na conspiração restauradora. V. 3, I, 195

— na província, tem mais categoria que um membro da Regência no Rio, V. 4, I, 258

— que vieram de Goa, depois da Independência. V. 2, I, 20

— são empregados gerais, e os Juízes empregados provinciais. V. 4, II, 170

— são isentos de responsabilidade pela lei. V. 3, II, 22

— **DESEMBARGO DO PAÇO**

— as cartas de naturalização dos estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência, para que tenham validade devem ser passadas pelo. V. 2, I, 119

— V. 2, I, 39

— **DESENHOS INFAMATÓRIOS**

— punição por seu uso. V. 2, I, 168

— **DESERTOR**

— reclamação como ... dos marinheiros estrangeiros que servissem à nossa Marinha. V. 2, I, 79

— **DESFIGURAÇÃO**

— que sofreram os fatos relatados pelos diplomatas brasileiros no exterior, sobre a restauração, no parecer con-

junto das comissões de Diplomacia e Constitutição. V. 3, I, 159

— **DESGOSTOS**

— que a República trouxe a Machado de Assis. V. 4, I, VIII

— **DESGRAÇA**

— prevista, quando da organização do Ministério. V. 3, I, 123

— uma revolução violenta seria a ... do Brasil. V. 3, I, 66

— **DESÍDIA**

— da missão Araújo Ribeiro à França. V. 3, II, 198

— **DESIGUALDADE**

— na aplicação da pena a réus diferentes. V. 2, I, 148

— no tratamento do Ministro que criou a comissão Militar em Pernambuco em 1829, e dos seus antecessores que, fazendo o mesmo não sofreram acusação na Câmara. V. 3, II, 100

— situação de ... em que ficarão os brasileiros, face aos estrangeiros naturalizados. V. 2, I, 62

— **DESINTELIGÊNCIAS**

— do Brasil com a França, pela ocupação do Oiapoque. V. 3, II, 190

— **DESLEIXO**

— que tem havido por parte do Brasil em exigir a evacuação do Oiapoque. V. 3, II, 200

— **DESMENTIDO**

— sobre a falta de segurança individual no Brasil. V. 2, I, 132

— **DESNATURALIZAÇÃO**

— através da lei. V. 2, I, 44

— **DESOBEDIÊNCIA**

— que mostrou a Assembléia Provincial do Rio G. do Sul ao negar posse ao Presidente da Província. V. 3, II, 248

— **DESORDEM**

— de Pernambuco (Afogados), não era rebelião. V. 3, II, 65

— de 14 de julho estava anunciada com antecedência na **Astréa** e na **Aurora Fluminense.** V, 3, I, 251

— espírito da ... progride por toda a parte. V. 3, II, 233
— nas províncias pela ocupação dos empregados. V. 3, II, 116
— no Brasil são afeiadas pelos bandos servis. V. 3, II, 65
— providências para acabar as ... no Rio de Janeiro. V. 3, I, 49
— que abismarão o Brasil, quando nos afastarmos da Constituição. V. 4, II, 199
— que se levantou contra os que saíram do país em 1822 V. 3, I, 55
— que haverá se os centralizadores insistirem em manter esse sistema no Brasil. V. 4, I, 243
— que têm aparecido nas Mesas Paroquiais. V. 4, II, 173-174

— **DESONRA**
— que tinham os mestres de primeiras letras em serem professores. V. 2, I, 224

— **DESPERDÍCIO**
— de dinheiro na Legação Brasileira em Londres. V. 3, I, 283

— **DESPEDIDA**
— do Marquês de Aracati que apareceu nos jornais e serviu de base para o processo de seu mandato. V. 3, I, 315

— **"DESPERTADOR, O"**
— referência a comentários de ... sobre a questão do Oiapoque. V. 3. II, 198

— **DESPESAS**
— aumento das ... do Estado com as aposentadorias compulsórias. V. 3, I, 61
— da Casa Imperial, em 1825, somaram 700 contos. V. 3, I, 222
— da Legação Brasileira em Londres. V. 3, I, 283
— do contrato de casamento de D. Pedro I devem ser por ele sustentadas, pois não desejou submetê-los à Assembleia. V. 3, I, 237
— do Duque de Bragança que se reputa devam pertencer à Nação Brasileira. V. 3, I, 233
— do ex-Imperador; as que devem estar a cargo da Nação ou de seu bolsinho particular. V. 3, I, 235

— do Império não podem ser atendidas sem o concurso de todas as províncias. V. 4, I, 82
— do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 280
— feitas com a importação de colonos. V. 2, I, 60
— do Imperador. V. 3, I, 228
— ilegais feitas pelo Ministro da Marinha. V. 3, II, 116
— proibição de fazer ... de luxo. V. 3, I, 224
— Municipais; competência das Assembléias Provinciais para fixá-las. V. 4, II, 28
— quotas das Províncias para atender às ... gerais. V. 4, I, 238

— DÉSPOTA
— a Constituição que temos foi dada pelo ... à ponta de baionetas. V. 3, I, 96
— fugiu dentre nós. V. 3, I, 86

— DESPOTISMO
— colaborador do; defesa do senador Antônio Luiz Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe dessa imputação, que lhe foi feita. V. 3, I, 13
— das autoridades provinciais. V. 3, II, 66
— de uns ou de muitos, quando o equilíbrio dos poderes pende para o monarca ou para o povo. V. 4, I, 75
— jamais pousará no Brasil. V. 3, II, 43
— maneira como os fautores do ... procuram aterrar os povos e os escritores. V. 2, I, 149
— que poderá resultar de uma Regência permanente. V. 3, I, 84
— que teria caído sobre o Brasil, se tivessem sido concedidos poderes discricionários ao Ministério. V. 3, I, 127
— que se segue à anarquia. V. 4, I, 72
— restauração que se pretende do ... do Duque de Bragança. V. 3, I, 69
— Monárquico; em que pode se transformar o governo representativo. V. 4, I, 58

— DESPREZO
— que o Visconde de Pedra Branca demonstra pelo Senado V. 3, I, 319

— **DESREGRAMENTOS**
— de nossos costumes. V. 3, I, 249

— **DESTERRO**
— dos Andradas na França, onde tiveram notícia da nomeação da Duquesa de Goiás. V. 3, I, 248

— **DESTRUIÇÃO**
— da ordem pública pretendida pela Câmara, com a acusação contra Feijó. V. 3, II, 110
— do Ato Adicional. V. 4, II, 180

— **DESVIO**
— no sistema monárquico-constitucional nos abisma nas convulsões e desgraças de nossos vizinhos. V. 3, II, 44

— **DEVASSIDÃO**
— dos impressos malignos da Revolução Francesa. V. 2, I, 173

— **DEVOLUÇÃO**
— ao Senado do projeto de lei sobre cidadania, rejeitado pelo Senado. V. 2, I, 45

— **DIA DA GLÓRIA**
— rusgas e bernardas que estavam prognosticadas no Rio, no. V. 3, I, 41

— **DIAS, Custódio José. Deputado**
— declaração de voto contra parecer da comissão de Constituição. V. 3, II, 87
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— procedimento do ... em favor da restauração. V. 3, I, 34-5

— **DIAS DE CARVALHO José Pedro. Deputado.**
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **DIAS DE TOLEDO, Manoel. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— "DIÁRIO DAS CÂMARAS"
— infidelidade na reprodução dos discursos. V. 2, I, 195

— "DIÁRIO DA MANTEIGA"
— referência ao jornal. V. 3, I, 137

— "DIÁRIO DE PERNAMBUCO"
— V. 3, I, 66

— DIATRIBES
— da imprensa, desaparecerão com a maior civilização. V. 3, II, 174

— "DICAT QUI PROPRIUM ALIQUOD FACIT; ABDICAT QUI ALIENAT"
— V. 3, I, 30

— DICIONÁRIO DE CATAVENTOS
— V. 3, I, 126

— DIDEROT
— exemplos de ... que não tinha religião. V. 2, I, 132

— DIFAMAÇÃO
— da maioria do Senado, no parecer da comissão **ad hoc** da Câmara sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 199
— da Magistratura no Relatório do Ministro da Justiça (Feijó). V. 4, I, 200

— DIFERENÇA
— constitucional entre cidadão nato e naturalizado. V. 2, I, 83
— de prazos de domicílio para o naturalizando segundo sua condição civil. V. 2, I, 73
— entre a lei de imprensa em vigor e a que se discute na Câmara. V. 2, I, 203
— entre cidadãos naturalizados e meio-naturalizados. V. 2, I, 114
— entre o Decreto de Resolução. V. 2, I, 123
— entre direitos civis e políticos; art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 82
— entre Morgado e Capela. V. 2, I, XII

— entre a gravura e a imprensa. V. 2, I, 166
— entre nacionalidade e naturalização. V. 2, I, 112
— entre os delitos dos Ministros e Conselheiros e os dos funcionários subalternos, V. 3, II, 20
— que há entre crimes civis e políticos. V. 2, I, 135
— que há entre o português que não aderiu à Indeendência e o estrangeiro que pretende a naturalização. V. 2, I, 113
— que se deve estabelecer entre os graus mínimo e máximo nos delitos sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 158

— **DIFICULDADE**
— entre nós para correspondência. V. 2, I, 54
— para encontrar professores, decorre dos pequenos ordenados que se lhes paga. V. 2, I, 223

— **DIFUSÃO**
— na Inglaterra das questões tratadas nas Câmaras. V. 2, I, 54

— **DIGNIDADE**
— da Assembléia exige que se excluam os seus membros da Regência. V. 3, I, 90
— do povo brasileiro não deve ser sacrificada pela necessidade de atrair braços para o Brasil. V. 2, I, 106
— do Senado deve ser salva, já que a Administração não salvou a dignidade nacional, na questão com a Santa Sé. V. 3, II, 214
— não é próprio da ... da Nação fazer despesas que não pode. V. 3, I, 223
— que tem a Nação brasileira, para não permitir o triunfo do Partido Restaurador. V. 3, I, 74

— **DILAÇÃO**
— com que se tem procurado adiar a eleição da Regência Permanente. V. 3, I, 116

— **DILEMA**
— em que se está colocando o Brasil. V. 3, I, 35

— **DINAMARCA**
— diplomatas brasileiros na. V. 3, I, 285

— **DINASTIAS**
— as ... não são solidárias. V 3, I, 73
— mudança de. V. 3, I, 72

— **DINHEIRO**
— é o que vêm buscar a maior parte dos estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 101
— quase nunca o trazem os estrangeiros. V. 2, I, 101
— sobre os gastos dos ... da Nação não se deve passar uma esponja. V. 3, I, 41

— **DIPLOMA**
— de Deputado não aceito. V. 3, I, 265
— primeiro caso de rejeição de ... de Senador. V. 3, I, 269

— **DIPLOMACIA**
— americana. V.3, I, 281
— fonte das contestações e da guerra. V.3, I, 284
— o Brasil não pode prescindir da. V.3, I, 287
— inutilidade da... brasileira. V.3, I, 283

— **DIPLOMATAS**
— brasileiros; basta mantermos em duas potências da América, na França e na Inglaterra. V.3, I, 286
— brasileiros da Dinamarca e Rússia; é ridículo mantê-los. V. 3, I, 285
— brasileiros na Europa são desnecessários. V.3, I, 284
— brasileiros em Paris; ineficiência. V.3, I, 283
— devemos mantê-los na Europa, por reciprocidade e por interesse mútuo. V.3, I, 287
— exclusão dos naturalizados. V.2, I, 82
— exército de... brasileiros espalhados pelo mundo. V.3, I, 289
— intriga e calúnia não são o predicado de um bom. V.3, II, 196
— não devemos ter legiões de. V.3, I, 291
— pela Constituição, podem ser estrangeiros. V.2, I, 62.
— salário dos... brasileiros e americanos em Londres. V.3, I, 283

— à cidadania estabelecido na Constituição. V.2, I, 36
— à cidadania procede do ato do nascimento. V.2, I, 15
— à vida que têm os vencidos. V.3, I, 123
— com que foi feita a abdicação de Pedro I. V.3, I, 29
— constitucional que todos têm de comunicar seu pensamento por escrito. V.2, I, 145
— de D. Pedro II não derivam da abdicação. V.3, I, 71
— de comunicar o pensamento é inato no homem. V.2, I, 141
— de dissolver a Câmara, negado à Regência. V.3, I, 127
— de elegibilidade que os Estados republicanos concedem aos naturalizados V.2, I, 131
— de nação independente e soberana que gozamos, dispensam o reconhecimento de D. Pedro II. V.3, I, 31
— de naturalização que gozava o estrangeiro naturalizado português antes da Independência. V. 2, I, 120
— de que gozam os naturalizados; necessidade de defini-los. V.2, I, 63
— de voto para escolha das autoridades nacionais. V.2, I, 82
— igualdade de... de cada província. V.4, I, 263
— inquestionável à cidadania dos brasileiros natos. V.2, I, 42
— igualdade de... entre estrangeiros e brasileiros, entre nós, V.2, I, 75
— menores que pagavam na Alfândega os estrangeiros. V.2, I, 75
— naturais do homem não são concedidos mas apenas assegurados pela Constituição. V.2, I, 169
— naturais do homem; são assegurados pelas. V.2, I, 171
— paternos, devem ser respeitados, no caso da designação do tutor, feita por Pedro I, tal como se pratica em matéria de Direito Civil. V.3, I, 26
— que tinha o ex-Imperador Pedro I de nomear o tutor de seus filhos. V.3, I, 25
— que tinha o povo de representar no Sete de Abril. V.3, I, 156
— que competem ao Príncipe Imperial. V.4, II, 250

— que possuíam os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V.2, I, 123
— que pretende dar aos estrangeiros com a naturalização. V.2, I, 90
— reconhecimento do direito do Imperador de nomear o tutor do príncipe herdeiro significa o reconhecimento do direito de substituí-lo, a qualquer tempo, por outro. V.3, I, 26
— a Constituição apenas acautela o mau uso que poderíamos fazer do... de pensar. V.2, I, 169
— as modificações de um... primordial constituem novos direitos. V. 2, I, 172
— a Assembléia foi mais escrupulosa do que a Constituição ao reconhecer o... de propriedade. V.2, I, 171
— alfandegário; a arrematação deve ser anual, por se tratar de tributo. V.3, I, 297
— arrematação do... alfandegário. V.3, I, 295
— admissão ao... civil dos cidadãos que se recusaram a defender a Pátria. V.2, I, 44
— casos de perda do... de cidadania previsto no art. 7º da Constituição. V.2, I, 17
— civil: casamento com mulher brasileira assegura sua aquisição. V.2, I, 60
— civil; necessidade de defini-lo. V.2, I, 62
— civil é o que mais podem aproveitar os estrangeiros. V.2, I, 106
— de cidadania concedido pela Constituição aos filhos de brasileiros no exterior, mesmo que não estejam a serviço do país. V.2, I, 11
— de interpretar não deve ser confundido com o de entender. V.4, I, 220
— divino dos reis. V. 4, II, 260
— de doar; decorre do direito de propriedade. V.2, I, 172
— de escritor; pertence ao direito de propriedade. V.2, I, 170
— de falar é necessário para firmar a Constituição. V.2, I, 171
— de petição, é assegurado pela Constituição a todo brasileiro. V.4, I, 23
— de petição não tem termo, mesmo quando feito pela tropa armada. V.3, I, 40

— de petição. V.4, I, 21
— de propriedade; concedido como favor, pois os soberanos reputavam ser seus. V.2, I, 171
— direitos do escritor se incluem no... de propriedade. V.2, I, 170
— de representação que possui todo cidadão, individual ou coletivamente. V.4, I, 22
— de resistência: um dos quatro pilares do sistema constitucional. V.2, I, 155
— diferença entre o... cívico e o direito político. V.2, I, 90
— distinção entre... civil e direito político; art. 2º do projeto de naturalização. V.2, I, 82
— do cidadão entre os romanos. V.2, I, 15
— existente é estabelecido por Resolução. V.2, I, 123
— enumeração do... civil. V.2, I, 64
— é justo o que não ofende o... do cidadão. V.3, I, 47
— igualdade tarifária no... de importação. V.2, II, 97
— novo: instituido pela Constituição, de imprimirmos nossos pensamentos, sem censura prévia. V.2, I, 168
— novo: só pode ser estabelecido por Decreto ou Lei. V.2, I, 123
— de pensar: não está cogitado nem podia ser dado pela Constituição, porque vem de Deus. V.2, I, 169
— princípio de... criminal quanto às penas. V.2, I, 149
— propensão ao... divino. V.4, I, 260
— público inglês. V.4, II, 241
— obrigação da observância do... canônico por se ter consagrado uma religião oficial. V.3, I, 278
— presença do Parlamento, sempre que houve ameaça ao... individual.

— **Político**
— admissão ao ... V.2, I, 44
— art. 6º da Constituição. V.2, I, 43
— cidadania não o concede todo. V.2, I, 61
— cidadania não pressupõe. V.2, I, 82
— condições que devem apresentar os naturalizados para entrar no gozo do. V.2, I, 86

— dos naturalizados. V.2, I, 82
— enumeração do. V.2, I, 64
— exclusão dos estrangeiros. V.2, I, 63
— gozo do... nos países da Europa. V.2, I, 131
— não cabe à Constituição defini-lo. V.2, I, 64
— não se deve exigir o gozo do... para a vinda de imigrantes. V.2, I, 132
— necessidade de defini-lo. V.2, I, 62
— o que é. V.2, I, 82
— países que na Europa concedem o gozo do... aos 21 anos. V.2, I, 134
— parte dele é vedada aos brasileiros naturalizados. V.2, I, 83
— referido na Constituição. V.2, I, 50
— riscos que podem resultar do exercício de... no Brasil, por estrangeiros. V.2, I, 132
— só é concedido depois dos 25 anos. V.2, I, 61

— **DISCIPLINA**

— do calabrote. V.2, I, 70
— no Exército (lei regulamentar). Vide EXÉRCITO DO BRASIL
— propostas para os cursos de estudos, elementares, propostos no Senado por Feijó. V.2, I, 241
— segundo Teovellario é expressão do Dogma da Igreja. V.3, II, 216

— **Da Igreja**

— direito que tem o Poder Secular de alterá-la. V.3, II, 210
— não pode ser alterada pelos interesses do Estado. V.2, I, 294
— Poder Legislativo não pode modificar as leis da V.2, I, 266

— **DISCOLO SERVIL**

— que ataca a liberdade de imprensa. V.2, I, 142

— **DISCÓRDIA**

— que convêm ser esquecidas. V.3, I, 39

— **DISCRIMINAÇÃO**

— fiscal contra uma empresa brasileira de mineração. V.2, II, 149

— necessidade de se fazer a... dos direitos Civis e Políticos, não prevista na Constituição. V. 2, I, 61

— racial existente nos EEUU. V.4, I, 42

— **DISCURSOS**

— nas Câmaras; o que podem dizer os foliculários. V.2, I, 190

— que as Deputações encarregadas de levar os projetos à sanção, devem pronunciar perante o Imperador. V.3, I, 218

— **DISCUSSÃO**

— a que estão sujeitos os projetos oriundos dos Conselhos das Províncias, segundo o art. 85 da Constituição. V.2, I, 95

— adiamento da... do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V.3, II, 11

— adiamento da... do projeto de naturalização do Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V.2, I, 5

— artigo por artigo. quando há emendas. V.2, I, 56

— "com passos de minuete"; no Senado. V.4, I, VIII

— conjunta dos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 94-95

— continuação da... do projeto sobre naturalização do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V.2, I, 77

— consulta à Câmara sobre a primeira... dos projetos. V.2, I, 36

— da emenda do Deputado Francisco de Paula Souza e Melo, ao projeto de regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V.3, II, 136

— da Indicação do Deputado José da Costa Carvalho, para que os projetos oriundos do Senado tenham na Câmara uma só discussão. V.2, I, 95

— da Indicação do Deputado José Gonçalves Martins para que os Ministros assistam às sessões da Câmara e participem dos debates. V. 3, II, 118

— da Indicação do Senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V.2, I, 51
— da emenda do Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), para que as meninas aprendam as 4 operações de aritmética. V.2, I, 226
— da resposta à Fala do Trono em 1832. V.3, I, 65
— da resposta à Fala do Trono na Câmara, em 1832. V.3, I, 247
— da resposta à fala do Trono sobre a Abdicação de D. Pedro I e o reconhecimento de D. Pedro II. V.3, I, 29
— da resposta do Senado à Fala do Trono de 1831. V.3, I, 101
— da Resolução da Câmara, que manda proceder à eleição de um novo Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V.3, I, 144
— das emendas da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 199
— das propostas na Assembléia Constituinte. V.2, I, 54
– da utilidade das leis regulamentares. V.2, I, 56
— de projetos; regra geral. V.2, I, 56
— de projetos semelhantes; votação do método de. V.2, I, 59
— 3ª discussão do art. 1º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 155
— 3ª discussão do art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 156
— 3ª discussão, na Câmara, do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 155
— 3ª discussão do projeto que remove José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 207
— 1ª ... do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 243
— 2ª ... do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 245
— 2ª ... da epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 170
— 3ª discussão do projeto de naturalização apresentado ao Senado. V. 2, I, 90
— 3ª ... do projeto sobre a liberdade de imprensa, no Senado, em 7-6-1830. V. 2, I, 199

— do artigo adicional do deputado Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (Barão de Cimbres), ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 110
— do art. 1º do projeto sobre nacionalização; encerramento. V. 2, I, 136
— do art. 1º do projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108
— do art. 1º do projeto do Joaquim Gonçalves Ledo sobre a Liberdade de imprensa. V. 2, I, 143
— do art. 1º da proposta sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 130
— do art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114
— do art. 2º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 136
— do art. 2º e respectivo § 1º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 174
— do art. 3º, título do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 153
— do art. 3º do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 87
— do art. 3º, título 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 153
— do art. 4º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157
— do art. 8º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 91
— do art. 9º do projeto que dispõe a sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 92
— do art. 9º e respectivas emendas do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 93
— do art. 17 do projeto sobre as atribuições da Regência, no Senado. V. 3, I, 110
— do art. 21 do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 162
— do Orçamento em 1828. V. 3, II, 39
— do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio do Cargo de Tutor. V. 3, I, 182
— do parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado sobre a missão atribuída pelo governo ao Marquês de Santo Amaro. V. 3, I, 307

— do parecer da Comissão de Constituição, sobre a vacância do cargo do Senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 314

— do parecer da Comissão Especial designada para apreciar a denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), em 1829. V. 3, II, 56

— do parecer da Comissão de Poderes negando reconhecimento ao diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— do parecer das comissões conjuntas de Diplomacia e Constituição, sobre o expediente do governo sobre a conspiração restauradora. V. 3, I, 151

— do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania), na Câmara. V. 2, I, 36-45

— do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 53

— do projeto de lei sobre a reforma constitucional, no Senado. V. 4, I, 28

— do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 80

— projeto que regula o escrutínio para a eleição da Regência. V. 3, I, 94

— do projeto de naturalização apresentado ao Senado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos); continuação. V. 2, I, 81

— do projeto nº 37, sobre a reforma de todos os oficiais do Exército e da Marinha e aposentadoria dos empregados públicos civis e eclesiásticos, cuja conservação fosse prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45

— do art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199

— do projeto de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 119

— do projeto de Resolução da Comissão de Constituição que permite aos Ministros de Estado tomar parte nos debates da Câmara. V. 3, II, 122

— do projeto de Resolução para que os atos dos poderes executivo e judiciário não possam ser anulados por uma só Câmara. V. 3, II, 13

— dos arts. 3º a 10º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137
— dos projetos; questões regimentais. V. 2, I, 55
— do titº 6º do projeto de lei sobre a liberdade de Imprensa. V. 2, I, 197
— do Voto de Graças. V. 3, II, parte segunda, P. 170 e segs.
— encerramento da ... do art. 1º do projeto de lei sobre naturalização, na Câmara. V. 2, I, 110
— encerramento da ... do art. 2º do projeto de naturalização em curso no Senado. V. 2, I, 85
— encerramento da discussão do projeto de reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242
— encerramento da 2ª discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— encerramento da discussão do art. 6º e respectivas emendas do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 196
— encerramento da ... da emenda proposta pela Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199
— encerramento da ... das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 205
— encerramento da ... da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho, V. 2, I, 55
— encerramento das emendas adicionais ao projeto de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114
— encerramento da ... da epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 174
— encerramento da ... do art. 1º do projeto de lei sobre dos abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— encerramento da ... do art. 2º sobre o projeto de naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 115
— encerramento da ... do art. 2º dos projetos sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 117
— encerramento da ... do art. 2º do projeto que dispõe sobre as atribuições e deveres da Regência. V. 3, I, 87
— encerramento da ... do art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89

— encerramento da ... do art. 2º da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— encerramento da ... do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89

— encerramento da ... do art. 4º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2. I. 159

— encerramento da 2ª ... do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 52

— encerramento da ... do projeto do formulário de reconhecimento do Príncipe Imperial, na Câmara. V. 3, I, 215

— encerramento da ... do projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 117

— encerramento da segunda ... do projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 20

— encerramento da ... do projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros, naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127

— encerramento da ... do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II 167

— encerramento da ... do requerimento pedindo o adiamento da discussão do decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 183

— encerramento da discussão sobre o projeto de lei do Senado sobre cidadania. V. 2, I, 45

— encerramento da ... sobre a arrematação de impostos, na Assembléia Geral. V. 3, I, 301

— encerramento da discussão sobre a questão preliminar da tramitação de projetos semelhantes. V. 2, I, 58

— indicação apresentada à Câmara pelo deputado José da Costa Carvalho, para que os projetos vindos do Senado tenham uma só discussão. V. 2, I, 95

— na Assembléia Geral, da Vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 131

— na Câmara, das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201

— na Câmara do projeto de lei declaratório do art. 6º da Constituição (cidadania), aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35

— na Câmara do projeto de lei que proibe a demissão de ordens religiosas no Brasil, V. 2, I, 273

— na Câmara do projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 23
— na Câmara do projeto aprovado pelo Senado sobre naturalização. V. 2, I, 100
— na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 100
— na Câmara do projeto sobre naturalização aprovado pelo Senado. V. 2, I, 95
— na Câmara do projeto de lei vindo do Senado sobre o meio circulante. V. 2, II, 131
— na Câmara, da resposta à Fala do Trono de 1832. V. 3, I, 123
— na Câmara do parecer da Comissão do Regimento Interno, sobre o projeto do formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 214
— na primeira ... dos projetos, examina-se a utilidade em geral das proposições. V. 2, I, 96
— no Senado, do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 107
— no Senado do projeto de lei do Deputado Bernardo Pe-
— reira de Vasconcelos para a criação do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 3
— no Senado, do projeto de lei instituindo os cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 237
— no Senado, do projeto de lei proibindo a admissão e residência no Império de frades e congregados estrangeiros exercendo funções religiosas. V. 2, I, 277
— no Senado do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, I, 83
— no Senado, da Resolução da Assembléia Geral sobre a genuína inteligência do art. 8º do projeto de lei sobre abusos da liberdade de imprensa, mandado adotar pelo decreto de 22 de novembro de 1823. V. 2, I, 212
— no Senado, do Voto de Graças de 1839, V. 3, I, 187
— norma para discussão, enquanto não houver Regimento. V. 2, I, 56
— norma da primeira ... dos projetos. V. 2, I, 56
— por que passam os projetos. V. 2, I, 57
— quando em comissão geral. V. 2, I, 57
— revela a tendência do voto. V. 3, II, 139

— segunda ..., no Senado, do projeto de criação dos cursos jurídicos. V. 2, I, 239
— segunda ..., na Câmara, do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 19
— segunda ... do projeto de lei sobre naturalização (1832). V. 2, I, 129
— segunda ... no Senado do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 51
— segunda ... do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 227
— segunda ... no Senado do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 100
— segunda ... do projeto de criação dos cursos jurídicos. V. 2, I, 231
— simultânea de projetos semelhantes na Assembléia Constituinte, para se declarar a preferência. V. 2, I, 93
— simultânea nas duas Câmaras. V. 2, I, 54
— sobre a competência para realizar a reforma constitucional. V. 4, I, 215 e seg.
— terceira ... do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 235
— turno de ... dos projetos na Câmara. V. 2, I, 96

— **DISPENSA**

— concedida pelo Imperador aos estudantes brasileiros de Coimbra que não atenderam sua proclamação de 8-1-1823. V. 2, I, 9
— da lei para concessão de cidadania aos brasileiros legitimamente impedidos de voltar. V. 2, I, 37
— da primeira discussão. V. 2, I, 58
— das exigências para concessão de cidadania. V. 2, I, 50
— de emolumentos, para naturalização; decreto de 29 de maio de 1801. V. 2, I, 69
— de formalidades, na Câmara, para os projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 96
— de formalidades que garantem a liberdade individual em casos de rebelião, ou invasão de inimigos (lei regulamentar) Vide FORMALIDADES.
— do cumprimento da proclamação de 08-01-23 pedida pelos brasileiros estudantes em Coimbra. V. 2, I, 19

— do tempo de domicílio para a naturalização de portugueses. V. 2, I, 70
— dos Ministros de comparecerem às Comissões. V. 3, II, 36
— que se deve conceder para naturalização, quando o interessado for casado com mulher brasileira e possuir estabelecimento agrícola. V. 2, I, 101

— **DISPONIBILIDADE**
— dos funcionários centrais, quando eleitos para as Assembléias Provinciais. V.4,I,255

— **DISPOSIÇÃO**
— ininteligível do projeto de lei sobre cidadania. V.2,I,41

— **DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS**
— não devem ser repetidos nas leis. V.2,I,168

— **DISSEMINAÇÃO**
— dos princípios anárquicos através de impressos malignos durante a Revolução francesa. V. 2,I,173

— **DISSENSÕES**
— são filhas da má Administração. V.4,II,170

— **DISSOLUÇÃO**
— da Câmara, na reforma constitucional. V.4,I,65
— da Constituinte de 1823: assassinato da representação nacional. V.4,I,37
— da Constituinte; resentimento vivíssimo da. V. 4, I, 41
— da Constituinte de 1823; grande número de felicitações feitas ao Imperador. V.3.I.189
— da Sociedade Defensora, representa a destruição do governo. V. 3, I, 174
— da Câmara; está proibida pela Lei de Regência. V. 4, I, 65
— fraqueza do Regente ameaça a. V. 4, II, 232

— **Dissolução da Câmara**
— está proibida pela Lei da Regência. V.4,I,65

— **Dissolução do Estado**
— fraqueza do Regente ameaça a ... V.4,II,232

— **DISTRITOS**

— dos Juízes de Paz (lei regulamentar). Vide **JUÍZES DE PAZ.**

— **DISTINÇÃO**

— das nulidades não foi estabelecida pela lei de imprensa. V.2,I,214

— entre a interpretação e a declaração de que a Constituição é clara. V.2,I,126

— entre admissão e naturalização. V.2,I,67

— entre admissão e naturalização. V,2,I,88

— entre brasileiros natos e adotivos é uma ofensa direta dos direitos dos cidadãos. V.3,II,115

— entre direitos civis e políticos. V.2,I,60

— entre direitos civis e políticos é incabível em lei de naturalização. V.2,I,63

— entre residência e domicílio, para o efeito de naturalização. V.2,I,59

— entre cidadania e naturalidade na Constituição espanhola. V.2,I,15

— entre interpretação autêntica e doutrinal da Constituição. V.2,I,26

— entre o exercício das funções de General e Ministro de Estado. V.2,I,85

— entre segurança do Estado e perigo iminente da Pátria. V.3,II,79

— impraticabilidade da distinção entre ataque direto e indireto. V.2,I,176

— inadmissível no caso de cidadania. V.2,I,25

— inexistência de distinção entre direitos civis e políticos, no projeto de naturalização do Visconde de Caravelas, V.2,I,63

— inexistência de ... entre os atos do Ministério e os do Conselho de Estado. V.3,II,19

— inexistência de ... entre os brasileiros natos, segundo a Constituição, V.2,I,42

— inexistência de ... na Constituição, entre os nascidos no Brasil. V.2,I,42

— quanto à validade das declarações pessoais que o projeto do Senado, sobre naturalização, estabelece entre brasileiros e estrangeiros. V.2,I,102

— **DISTINTIVO**

— de honra da Província de São Paulo. V.3,I,129

— **DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS**

— durante o cerco a Ouro Preto. V.3,I,166

— **DITADURA**

— exercício da ... em que se encontrava, no dia de abril o General das Armas. V. 3, I, 105

— perpétua; de que está investido o chefe da Nação. V. 4, I, 76

— **DIVERGÊNCIA**

— de opiniões do deputado Ernesto Ferreira França com Feijó, desde sua administração na Província de São Paulo. V.3,II,111

— dos Magistrados na inteligência da lei. V.3,II,99

— inexistência de divergência no Gabinete. V.3,II,182

— que há entre os que apóiam o governo. V.3,I,65

— **DIVERSIDADE**

— de entendimento; é disto que se compõe o mundo. V.2,I,180

— de opiniões na Câmara. V.3,I,36

— entre a mulher e o homem. V.2,I,226

— **DÍVIDA**

— crescimento da ... depois da Constituição com os empréstimos que foram contraídos. V.3, I,224

— externa. V. 2, II, 113

— nacional em 1826. V. 3, I, 225

— projeto de lei para o reconhecimento, legislação, fundação e amortização da ... nacional. V. 2, II, 3

— **DIVISÃO**

— da Câmara em crenças. V.3,I,36

— do projeto sobre atribuições da Regência em várias leis por conter matéria de enorme diversidade. V.3,I,107

— dos direitos em civis e políticos. V.2,I,61
— inadimissíveis entre brasileiros natos e naturalizados. V.2,I,83
— que se fez no Rio de Janeiro, desde a nomeação dos eleitores, e que ainda hoje persiste. V.3,I,40
— que têm retalhado o nosso país. V.4,I,172

— **Dos Poderes**
— determinada pela Constituição. V.3,I,83
— primeiro dogma de todas as Constituições. V.3,I,89

— **DIVÓRCIO**
— em que temos vivido. V. 3,I,295

— **DIVULGAÇÃO**
— na Inglaterra, das questões tratadas nas Câmaras. V.2,I,54

— **"DO ESPÍRITO DAS LEIS"**
— referência à obra de Montesquieu. V.2,I,187

— **DOGMA JUDICIÁRIO**
— de que é infâmia morrer o colega nas mãos do colega. V.4,I,253

— **DOGMAS E DOUTRINAS**
— da Igreja devem ser invariáveis, mas não a disciplina. V.3,II,210

— **DOMICÍLIO**
— conceituação de. V.2,I,102
— conveniência da diminuição do tempo de ... para a naturalização de portugueses. V.2,I,74
— diminuição do tempo de ... em favor dos portugueses, para a naturalização; rejeição da proposta no Senado. V. 2, I, 92
— exigência de ... para concessão de cidadania. V. 2, I, 50
— no Império; condição essencial para naturalização. .... V.2,I,59
— para o efeito de naturalização, no projeto do Senador
— José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas); aprovação do prazo de 4 anos corridos. V. 2, I, 81

— prazo de ... para naturalização nos Estados Unidos. V.2,I,66
— pressupostos do. V.2,I,67
— tempo de ... necessário para naturalização. V. 2, I, 65

— **DOMÍNIO**
— dos Bourbons, sacudido pelos franceses. V. 3, I, 54
— português, de que está ameaçado o Brasil. V. 3, I, 173

— **DONOU**
— referência a V. 3, II, 96

— **DORMUND, João Ricardo da Costa. Deputado**
— assinatura no Parecer da Comissão de Justiça Civil, sobre a interpretação dos artigos 24 a 34 da lei de imprensa. V.2,I,219

— **DOTAÇÃO**
— anual de 100 contos estabelecida à Imperatriz do Brasil; continuação do pagamento. V.3,I,233
— com que o Imperador se conforma. V.3,I,228
— de 100 contos a que tinha direito D. Amélia enquanto Imperatriz do Brasil. V.3,I,236
— de 400 contos do Imperador, deve atender apenas às suas necessidades pessoais. V.31.227-8
— de 400 contos proposta pela Câmara, excede muito as dotações dos monarcas constitucionais. V. 3. I, 224
— do Imperador; elevação para mil contos, pelo Senado. V.3,I,IX
— de 1.000$000 do Imperador; o que se passou na votação da. V.3,I,87
— do Imperador; a Constituição manda aumentá-la, e não fixá-la. V. 3, I, 227
— do Imperador. V.3,I,221
— do Imperador deve ser fixada por princípios de justiça e não de economia. V.3,I,227
— do Imperador não deve ser calculada apenas pelas rendas do Estado. V.3.I, 226
— do Imperador; não há lei da Assembléia fixando-a. V.3,I,227

— do Imperador; é fixada para sempre ou deve ser acrescida. V.3,I,229
— do Imperador tem sido de 200 contos. V.3,I,229
— do Imperador, pretendida pelo Senado é 1/6 da renda da Nação. V. 3, I, 228
— do Imperador proposta pelo Senado é impatriótica, por ser desproporcional às rendas do Estado. V.3,I,229
— do Imperador; proporção sobre a renda nacional, comparativamente com a França. V.3,I,225
— do Imperador, Proposta pela Câmara, excede a de outros monarcas. V.3,I,225
— do Imperador, proposta pelo Senado excede as posses do Brasil. V.3,I,221
— do Imperador, votada pela Câmara, não cobre suas despesas. V.3,I,228
— do Imperador votada pela Câmara é o dobro do que ele se taxou. V.3,I,228
— do Ministério dos Estrangeiros, de 1827 a 1831. V. 3, I. 281
— do Rei da França é de 25 milhões de francos para uma renda do país de 900 milhões. V.3,I,224
— do Rei da Inglaterra. V. 3, I, 225
— do Rei em Portugal, onde as rendas eram maiores dc que no Brasil, foi fixada pelas Cortes em 265 contos. V.3,I,224
— quantia recebida pelo Imperador do Tesouro não pode ser considerada dotação. V.3,I,222

— DOTE

— de estrangeiros casado com brasileira. V.2,I,49
— estabelecido no projeto de naturalização do Visconde de Barbacena. V.2,I,61
— mau casamento, quando feito sem. V. 2, I, 61
— não é condição para naturalização. V.2,I,61
— serve para fazer vingar os filhos. V.2,I,61

— DOUTRINA

— da Sociedade Conservadora se têm repetido na Câmara. V. 3, I, 68

— da restauração. V. 3, I, 161
— da soberania popular é da Constituição que a adotou. V. 3, II, 81
— defendidas pelos Jornais "O Caramuru" e "O Carijó". V. 3, I, 65
— de Plato e Cícero. V. 3, I, 247
— ensinadas pelos frades estrangeiros so opostas ao senso comum e às idéias do século. V. 2, I, 260
— não condenada pelo Júri, não pode fundamentar o raciocínio, do Ministro para suspender as garantias em Pernambuco. V. 3, II, 80
— que se tem desenvolvido no interior da Câmara. V. 3, I, 68
— democrática; escrita por um periódico em Pernambuco. V. 3, II, 75
— do regresso, que a maioria quis estatuir. V. 4, II, 6-
— funestíssima a de que a oposição aos Ministros é feita ao chefe de Estado. V. 4, II, 263
— perniciosa, que precisa ser reformada. V. 4, I, 59
— revolucionária. V. 3, II, 58
— subversiva; de todo governo regular durante a Revolução Francesa. V. 2, I, 173

— **DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. Juiz de Paz.**
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **DUARTE SILVA, Diogo. Deputado.**
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— discussão das emendas ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145

— **DUPORT-DUTERTRE**
— referência a. V. 3, I, 124

— **DUQUE DE BRAGANÇA**
— boatos de que pretende vir com sua esquadrilha conquistar o Brasil. V. 3, I, 74
— carta endereçada ao Senado pelo ... sobre seus direitos. V. 3, I, 233
— despesas do ... que se reputa devam pertencer à Nação brasileira. V. 3, I, 233

— **DUQUESA DE BRAGANÇA**
— pagamento de arras à. V. 3, I, 233

— **DUQUESA DE GOIAS**
— nomeação da. V. 3, I, 248

— **DUQUE ESTRADA, Luiz Joaquim ... Furtado de Mendonça. Senador.**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— discussão do projeto de lei sobre as atribuições da Regência Permanente. V. 3, I, 120
— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, 111

— **DURAÇÃO**
— da Regência pode ser marcada pelo Poder Legislativo, que lhe determina as atribuições. V. 3, I, 84
— das contribuições diretas. V. 3, I, 301
— de um poder político não pode ser alterada. V. 3, I, 82
— dos mandatos das legislaturas provinciais. V. 4, I, 209
— dos mandatos. Vide **LEGISLATURAS.**
— das Sessões das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 210

— **DÚVIDAS**
— dos Ministros na interpretação do art. 6º da Constituição, face à proclamação do Imperador, de 8-1-1823. V. 2, I, 17
— existente quanto à validade da proclamação do Imperador de 8-1-23. V. 2, I, 40
— levantadas, até mesmo no Brasil, quanto à validade da Abdicação. V 3, I, 69

— quanto à interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 5
— quanto aos direitos de D. Amélia receber dotação, depois da abdicação. V. 3, I, 236
— na interpretação do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 18
— não podem existir ... quanto à existência do Partido Restaurador. V. 3, I, 68
— que poderia existir sobre a firma do ato de Abdicação de D. Pedro I, V. 3, I, 12
— sobre o Ato Adicional começaram um ano após sua promulgação. V. 4, II, 97
— suscitadas na Alfândega sobre a nacionalidade de estrangeiros naturalizados português antes da Independência. V-2, I, 120
— suscitada no governo quanto ao art. 6º da Constituição. V. 2, I, 29
— manifestada pelo sr. Feijó, quanto ao desejo da Assembléia de por termo à imoralidade pública. V. 3, I, 134
— manifestada pelos compiladores da Constituição, na interpretação do art. 6º. V. 2, I, 18

# E


— **ECONOMIA**

— a boa ... do Estado exige que todos os seus funcionários sejam bem sustentados por ele. V. 3, I, 226
— e economia policial. V. 4, II, 30

— **EDITOR**

— responsabilidade do ..., mesmo quando alegue não ser o autor, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 202
— responsaibilidade que lhe cabe nos delitos de imprensa. V. 2, I, 169

— **EDUCAÇÃO**

— da mulher deve se voltar para o governo doméstico da casa e os serviços a ela inerentes. V .2, I, 226
— da mulher é diferente da dos homens. V. 2, I, 226
— das mulheres, para que, ao tomarem estado, os maridos não sejam obrigados a entrar nos arranjos domésticos. V. 2, I, 227
— de Pedro II, interesse do Tutor na V. 3, I, 203
— do Imperador menor; compete à Nação curar dela. V. 3, I, 26
— é necessário aprender mais coisas do que palavras. V. 2, I, 247
— estado em que nos achamos. em matéria de. V. 2, I, 224
— objeto da. V. 2, I, 247
— problemas de ... na Câmara e no Senado. V. 2. I, 223-250
— comum, é possível até certo grau de idade e de conhecimentos. V. 2, I, 243
— emenda do Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, para que as mestras ensinem às meninas. V 2, I, 225
— só quem se dedica à ... dos meninos é que pode avaliar quanto isso custa. V. 2, I, 225
— negar a ... feminina não é conforme as luzes dos tempos em que vivemos. V. 2, I, 228

— primária; devem possuí-la, ricos e pobre. V. 2, I, 243
— primária; não se pode realizar em conhecimentos mais subidos, além de ler, escrever e contar. V. 2, 243

— **EFEITOS**
— da abdicação, seja ela expressa ou tácita, voluntária ou forçada, devem ser os mesmos. V. 3, I, 30
— retroativos da interpretação. V. 4, II, 81
— retroativos não são permitidos pela Constituição. V. 2, I, 125

— **EFERVESCÊNCIA PÚBLICA**
— V. 4, II, 309

— **EGOÍSTAS**
— os que se negaram a atender ao chamado do Imperador, depois da Independência. V. 2, I, 37

— **ELEGIBILIDADE**
— uma das vantagens mais preciosas para o cidadão. V. 2, I, 131

— **ELEIÇÃO**
— aperfeiçoamento da lei de. V. 4, I, 14-15
— corrupção que pode haver na eleição de senadores é a mesma na de deputados. V. 4, I, 150
— da comissão encarregada de organizar o projeto sobre as atribuições e deveres da Regência. V. 3, I, 79
— da Regência; descontentes que houve com a. V. 3, I, 75
— da Regência deve ser de quatro em quatro anos. V. 3, I, 82
— da Regência; método que deve ser adotado para a. V. 3, I, 84
— da Regência provisória deve ser feita por maioria absoluta de votos. V. 3, I, 14
— da Regência Trina Permanente. V. 3, I, 121
— da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 12
— defraudação das. V. 3, II, 233
— de um novo membro da Regência. V. 3, I, 139
— das autoridades nacionais; direito de voto na. V. 2, I, 82

— do novo Júri da Capital, a que mandou proceder o Ministro da Justiça (Feijó), V. 3, I, 131
— do novo Regente, em substituição a Feijó, em virtude de sua renúncia; resolução proposta pela Comissão de Constituição da Câmara. V. 3, I, 144
— do Presidente e Vice-Presidente nos EE.UU. V. 4, I, 274
— do Regente; receio das influências estrangeiras ou restauradoras. V. 4, I, 277
— do Regente pelas Assembléias provinciais. V. 4, I, 85
— do Regente permanente. V. 4, I, 215
— do Regente; províncias que em 1837 não poderiam participar. V. 3, I, 145
— dos Juízes de Paz deve ser à semelhança dos Vereadores. V. 3, II, 159
— dos membros da Regência; matéria regimental. V. 3, I, 107
— dos membros das Assembléias Legislativas Provinciais. V. 4, I, 209
— e nomeação de Feijó como Senador. V. 3, I, 321
— feitas em sentido liberal. V. 3, II, 62
— incômodo que dão as. V. 4, I, 65
— inconvenientes das eleições só se removem, eliminando-se as eleições. V. 4, I, 276
— inviolabilidade das. V. 4, I, 16
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre. (art. 97). V. 2, I, 3
— das Câmaras de Vereadores (lei regulamentar). Vide CÂMARA DOS VEREADORES.
— o fim da ... é o de obter o homem mais capaz. V. 4, I, 261-2
— os colégios dos centros são os que decidem as. V. 4, I, 226
— para a Regência, de deputados ou senadores não é proibida em nenhuma Constituição escrita no mundo. V. 3, I, 9[illegible]
— pela Assembléia Geral do novo Tutor. V. 3, I, 209
— primárias; direito de voto nas ... concedido aos estrangeiros. V. 2, I ,86
— são feitas no Brasil com a maior calma e regularidade. V. 3, II, 60

— tempo de ... é sempre tumultuoso. V. 3, II, 60
— termômetro para conhecer a vontade nacional. V. 4, II, 248
— votação secreta só deve ser admitida nas. V. 3, II, 136
— direta dos Estados Unidos e Inglaterra; não a possuimos. V. 4, I, 276
— da Regência; deve ser feita por votação pública. V. 3, I, 86

— **ELEITOR**
— brasileiro naturalizado, segundo a Constituição, pode ser, V. 2, I, 86
— de municipalidade. V. 2, I, 205

— **ELEMENTO DEMOCRÁTICO**
— fôrça que se tem procurado dar ao. V. 4, I, 72
— importância que se deve dar ao. V. 4, I, 39

— **ELEVAÇÃO**
— de D. Pedro II ao trono, se deu em virtude da lei fundamental do Estado. V. 3, I, 29
— de Pedro II ao trono só é devida à abdicação de seu pai. V. 3, I, 69

— **ELIZIÁRIO, General,**
— não tem o dom de magnetizar. V. 3, II, 244
— nomeação para a presidência da província do Rio Grande do Sul V. 3, II, 243

— **ELOGIO**
— feito pelo Ministro da Justiça (Feijó), ao promotor que serviu nos últimos tempos. V. 3, I, 133
— na Câmara aos atentados de Pinto Madeira no Ceará. V. 3, I, 152
— prodigalizados a D. Pedro I, depois do Sete de Abril. V. 3, I, 152
— que fez o Delegado do papa à educação do Imperador II e suas irmãs, quando menor. V. 3, I, 203

— **EMBAIXADOR**
— brasileiro junto ao governo francês; não estava habilitado a tratar da ocupação do Oiapoque. V. 3, II, 195
— traição que pode projetar. V. 2, I, 85

— **EMBARAÇOS**
— decorrentes da lei de naturalização. V. 2, I, 63
— não se deve opor ... aos que desejem escrever sobre qualquer assunto. V. 2, I, 177
— que há em toda a parte à marcha serena e legal da Revolução de sete de Abril. V. 4, I, 187

— **EMENDA**
— à Constituição; prazo para sua apresentação. V. 2, I, 42
— à lei sobre liberdade de imprensa só servem para postergá-la. V. 2, I, 157
— ao art. 1º do projeto de criação dos cursos jurídicos. V. 2, I, 231
— ao art. 2º do projeto de naturalização em curso no Senado. Rejeição. V. 2, I, 85
— ao projeto de naturalização do Senado, que ficaram prejudicadas. V. 2, I, 81
— ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz; rejeição. V. 3, II, 162
— aditiva do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde e Marquês de Caravelas) ao projeto de naturalização; rejeição. V. 2, I, 81
— apresentada pelo deputado Luiz Francisco de Paula Cavalcânti de Albuquerque ao projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119
— apresentadas ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 115.
— apresentada pela Comissão de leis complementares às propostas de plenário sobre o projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108
— apresentadas pela Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 197
— aprovação da ... ao art. 2º do projeto de naturalização, V. 2, I, 89
— aprovação da ... do deputado Antônio Pereira Rebouças, ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 138
— aprovação da ... do deputado Francisco de Paula Souza e Melo ao art. 4º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— aprovação da ... do deputado Manuel Odorico Mendes ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 138
— aprovação da emenda ao projeto que fixa a dotação do imperador, na Câmara. V. 3, I, 230
— aprovação da emenda do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ao art. 1º do projeto sobre crimes de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— aprovada pela Câmara ao projeto de anistia vindo do Senado. V. 2, II, 397
— aprovadas pela Câmara ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado. V. 2, I, 117
— da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa; discussão. V. 2, I, 199
— da Comissão da Marinha à proposta do governo para a fixação das forças navais. V. 2, II, 246
— da comissão de Fazenda ao art. 1º do projeto de reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 11
— discussão das emendas ao art. 2º do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 6
— discussão dos projetos quando há. V. 2, I, 56
— de José Clemente Pereira à Indicação do deputado José da Costa Carvalho, que dispõe sobre a tramitação na Câmara dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 99
— de Rodrigues de Carvalho ao projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania) de José Joaquim Carneiro de Campos. V. 2, I, 12
— do deputado Antônio Pereira Rebouças ao art. 3º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 88
— do deputado Antônio Pereira Rebouças ao projeto sobre as atribuições da Regência; adiamento para ser apreciada junto com o art. 14. V. 3, I, 99
— dos deputados Antônio Pereira Rebouças e Martim Francisco ao parecer da comissão "ad hoc", sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 181
— do deputado Augusto Vavier de Carvalho, sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 157
— do dep. Araújo Basto à Resolução do dep. Almeida e Albuquerque sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 147

— do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a responsabilidade dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 149
— do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 148-9
— do deputado Carneiro Leão ao art. 26 do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 272
— do deputado Souza Martins, ao art. 26 do projeto de emenda constitucional. V. 4, I, 272
— do deputado Cornélio Ferreira França, ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272
— do deputado Diogo Antônio Feijó ao projeto que dispõe sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V, 3, II, 152
— do deputado Diogo Antônio Feijó, ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz (art. 20). V. 3, II, 162
— do deputado Diogo Antônio Feijó, ao art. 20 do projeto de Regimento dos Juízes de Paz; aprovação. V. 3, II, 162
— do deputado Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (Barão de Cimbres), ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108
— do deputado Estevão Rafael de Carvalho, à Indicação do deputado José Gonçalves Martins sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 120
— do deputado Ernesto Ferreira França ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 130
— do deputado Evaristo da Veiga ao requerimento do dep. Rodrigues Torres para a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, I, 5
— do dep. Fernandes da Silveira ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145
— do dep. Visconde de Goiana ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145
— do dep. Vieira Souto ao projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145
— do deputado Francisco de Paula Souza e Melo, ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 113
— do deputado Francisco de Paula Souza e Melo ao projeto de formulário para o reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 215

— do deputado José Clemente Pereira ao projeto que dispõe sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 152

— do deputado Holanda Cavalcânti à Resolução do deputado Almeida e Albuquerque sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 147

— do deputado Holanda Cavalcânti ao parecer da comissão "ad hoc", sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 181

— do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão ao projeto sobre as atribuições da Regência; adiamento da discussão. V. 3, I, 99

— do deputado Joaquim Floriano Toledo, ao projeto de reforma constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 239

— do deputado José Antônio da Silva Maia ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 332

— do deputado José da Cruz Ferreira ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara; prejudicada. V. 2, I, 117

— do deputado José Lino Coutinho, ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— do deputado Manuel Odorico Mendes ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 112

— do deputado Manuel Odorico Mendes ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— do deputado Manuel Odorico Mendes ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara; aprovação da. V. 2, I, 114

— do deputado Marcos Antônio Brício ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao art. 1º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 136

— do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao projeto de lei que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 88

— do deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida oferecendo artigos aditivos ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 137

— do deputado Montezuma, ao projeto de lei vindo do Senado, que dispõe sobre o saneamento do meio circulante. V. 2, II, 131
— do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, à Indicação do deputado José da Costa Carvalho, sobre a tramitação, na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 100
— do deputado Paula Albuquerque ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 159-60
— do deputado Paula Cavalcânti, ao projeto que dispõe sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 156
— do deputado Paula e Souza ao Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias; rejeição. V. 3, II, 144
— do deputado Paula e Souza ao projeto de criação do curso Jurídico. V. 2, I, 234
— do deputado Cruz Ferreira, ao projeto de criação do curso Jurídico. V. 2, I, 234
— do deputado Paula e Souza ao projeto que proíbe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 259 e 265
— do deputado Veiga Passos ao projeto de Resolução sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 122
— do deputado Teixeira de Gouveia ao projeto de reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 6
— do deputado Bernardo Teixeira de Vasconcelos ao projeto de reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 8
— do Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), ao projeto sobre a reforma constitucional, no Senado; Conselhos Provinciais. V. 4, I, 83
— do Marquês de Inhambupe, Antônio Luiz Pereira da Cunha, ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. a, I, 191
— do Ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu ao requerimento do deputado Rodrigues Torres para elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 7
— do Ministro da Fazenda ao Orçamento de 1838; leitura de. V. 3, II, 39
— do Senado ao Orçamento de 1831-32, não aprovadas pela Câmara; 1ª reunião conjunta das duas Câmaras da Assembléia. V. 3, I, 273

— do Senado ao projeto de Orçamento de 1836 e 1837; discussão na Assembléia Geral. V. 3, I, 335

— do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa; discussão na Câmara das. V. 2, I, 201

— do Senado ao projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 99

— do senador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Visconde da Praia Grande) rejeição da. V. 2, I, 81

— do senador Câmara, outorgando a propriedade das minas à Nação. V. 2, II, 87

— do senador Francisco Carneiro de Campos, à resposta da Fala do Trono. V. 3, II. 263

— do senador Francisco Carneiro de Campos ao art. 28 do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 9

— do senador Francisco Carneiro de Campos ao parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 332

— do senador Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, à resposta do Senado à Fala do Trono de 1831. V. 3, I, 102

— do senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque ao projeto de resposta à Fala do Trono, pelo Senado, em 1831. V. 3, I, 102

— do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho, ao parecer da comissão especial sobre a renúncia da Regência, para que se reuna a Assembléia Geral. V. 4, I, 195

— do senador João Inácio da Cunha (Barão de Alcântara) ao projeto de naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 83

— do senador José de Alencar ao projeto de lei de interpretação do Ato Adicional; rejeição. V. 4, II, 139

— do senador Vergueiro ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. Rejeição. V. 4, II, 139

— do senador José Inácio Borges à epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa; discussão. V. 2, I, 170

— do senador José Inácio Borges ao parecer da comissão especial designada para dar parecer sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 284

— do senador José Inácio Borges ao projeto de cidadania apresentado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 30 e 32.
— do senador José Inácio Borges ao projeto de Naturalização. V. 2, I, 82
— do senador José Inácio Borges ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa; prejudicada. V. 2, I, 174
— do senador José Inácio Borges ao projeto que dispõe sobre a reforma constitucional; Conselho de Estado. V. 4, I, 80
— do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) substitutiva do art. 1º de seu projeto de cidadania. V. 2, I, 33
— do senador José Martiniano de Alencar, ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, sobre polícia judiciária. V. 4, II, 138
— do senador Vergueiro ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 138
— do senador Marquês de Caravelas ao projeto de lei sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 91
— do senador Marquês de Caravelas, sobre a liquidação do Banco do Brasil. V. 2, II, 47
— do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro à epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 170
— do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ao parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 330
— do senador Vergueiro, ao projeto que dispõe sobre a reforma da Constituição; Poder Moderador. V. 4, I, 60
— do senador Visconde de Alcântara ao projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 7
— do sr. Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ao Projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência V. 2, I, 127
— do sr. Paula Souza ao projeto do formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial, na Câmara; aprovação da 2ª parte e rejeição da 1ª. V. 3, I, 215
— do Visconde de Goiana (Bernardo José da Gama) ao requerimento do dep. Rodrigues Torres para a elaboração da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 6

— do Visconde de Inhambupe, Antônio Luiz Pereira da Cunha, ao art. 2º do projeto de naturalização, durante a 3ª discussão. V. 2, I, 90
— do Visconde da Praia Grande (Caetano Pinto de Miranda Montenegro) ao projeto de José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), sobre cidadania. V. 2, I, 13
— estabelecendo o dote de seis a oito contos para o efeito de naturalização, no caso de casamento com mulher brasileira; rejeição da. V. 2, I, 81
— fixando a idade de 25 anos para naturalização; rejeição da. V. 2, I, 81
— incluindo o dia 3 de maio como de festa nacional. V. 2, I, 36
— incluindo um artigo adicional no projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114-115
— no caso de dois projetos semelhantes, um deve ser considerado como. V. 2, I, 58
— pode ser apresentada para corrigir as insuficiências dos projetos. V. 2, I, 39
— propondo o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 158
— proposta no parecer conjunto das Comissões de Constituição e de Diplomacia do Senado, ao projeto de Resolução da Câmara concedendo uma dotação de 50 contos à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 239
— que fixa a idade de 21 anos para naturalização; aprovação. V. 2, I, 81
— que reserva ao governo o reconhecimento dos serviços prestados pelos naturalizandos. V. 2, I, 81
— referência à emenda do deputado Venâncio Henriques de Rezende, sobre os acontecimentos da Bahia. V. 3, I, 39
— referência à do sr. Manuel Odorico Mendes, ao art. 2º do projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114
— referência à do sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114
— referência à ... do deputado Evaristo da Veiga ao projeto de reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— rejeição das emendas ao art. 2º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137
— rejeição das emendas apresentadas ao projeto do banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— rejeição das emendas aos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 99
— Rejeição da ... apresentada ao projeto sobre as atribuições da Regência, no Senado, V. 3, I, 113
— rejeição da ... do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 91
— rejeição das emendas dos deputados Ernesto Ferreira França, Manoel Alves Branco e Fernandes da Silveira, ao projeto de autorização para a reforma constitucional. V. 4, I, 19-20
— supressiva do art. 3º do projeto de naturalização, apresentada pelo senador José Inácio Borges. V. 2, I, 89
— supressiva do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89
— supressiva do senador José Inácio Borges ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 169

— **EMIGRAÇÃO**

— que se acentuou em virtude das perturbações públicas. V. 2, I, 75

— **EMIGRADOS**

— inimigos da Independência que estão chegando ao Brasil. V. 2, I, 113
— portugueses; acolhimento no Brasil de. V. 3, II, 61

— **EMILIANO**

— referência a ..., líder revolucionário de 1824. V. 3, II, 51

— **EMISSÃO DE NOTAS**

— pelo Banco do Brasil. V. 2, II, 41
— projeto de lei mandando cessar a ... e extinguir o Banco do Brasil. V. 2, II, 35

— **EMOLUMENTOS**

— entre nós é coisa insignificante. V. 3, II, 5
— não cabem aos membros do supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 5

— necessidade dos Magistrados recebê-los. V. 3, II, 5
— percepção de ... só serve para aviltar a Justiça. V. 3, II, 5

— **EMPATE**
— caso de ... na eleição do Regente. V. 4, I, 215

— **EMPREGADOS**
— anti-nacionais e anti-constitucionais de que o Brasil está cheio. V. 3, I, 34
— criminosos; que sejam processados. V. 3, I, 52
— de primeira e segunda hierarquia. V. 3, II, 20
— do Arsenal de Guerra e Marinha, utilizados pelo governo para quebrar tipografias. V. 3, I, 190
— díscolos; que o projeto 37 da Câmara permite afastar de seus empregos. V. 3, I, 52
— municipais; quais são, segundo o Ato Adicional. V. 4, II, 52

— **Publicos**
— ataques feitos a ... em 1829. V. 3, II, 48
— Câmara quase toda composta de. V. 4, I, 256
— discussão do projeto nº 37, da Câmara, sobre a reforma dos ... civis e eclesiásticos cuja conservação fosse prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45
— molas que fazem andar a máquina do Estado. V. 3, I, 62
— não são os mais próprios para serem representantes de uma nação livre. V. 4, I, 259
— necessidade de prover meios para que o governo possa remover os maus. V. 3, I, 35
— que eram desafeiçoados do Sete de Abril. V. 3, I, 75
— sua remoção, sendo atribuição do governo, não necessita de lei especial. V. 3, I, 51

— **EMPREGOS**
— acumulação de ... de Bispo e Senador. V. 3, I, 273
— a posse de ... na sociedade, não é um direito. V. 3, I, 47
— de estrangeiros pelo Governo. V. 2, I, 87
— de parlamentar pelo governo deve ser fundamentado. V. 3, I, 307
— estrangeiro; a continuidade de seu exercício implica na perda da cidadania. V. 2, I, 40

— exigência do juramento prévio da Constituição para os candidatos a. V. 2, I, 47
— faculdade para criar e suprimir ... municipais e provinciais. V. 4, II, 21
— que o governo pode dar aos estrangeiros. V. 2, I, 88
— estrangeiros que buscam o país para exercerem ... civis. V. 2, I, 109
— estrangeiros que buscam o país para exercerem... eclesiásticos. V. 2, I, 109
— estrangeiros que buscam o país para exercerem... militares. V. 2, I, 109
— responsabilidade dos... díscolos promovida pelo Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 113

— **Públicos**
— a palavra ordenado pressupõe. V. 2, I, 104
— ciúme e avidez despertam. V. 3, II, 116
— desordem nas províncias pela ocupação dos. V. 3, II, 116
— faculdade de criar e suprimir. V. 4, II, 46
— foram criados para o bem do Estado, e não para desfrute dos ocupantes. V. 3, I, 50
— legalidade da extinção dos ... julgados inúteis. V. 3, I, 48
— males da instrução generalizada por aspirarem todos aos. V. 2, I, 250
— não podem ser objeto de lucro privado. V. 3, I, 50
— são serventias vitalícias. V. 3, I, 48
— seriam empolgados pelos estrangeiros, se aprovado o projeto de naturalização dos estrangeiros. V. 2, I, 109

— **EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO**
— discriminação contra uma. V. 2, II, 149

— **EMPRÉSTIMOS**
— a quem têm recorrido com vantagens outras nações. V. 4, I, 239
— de 30 milhões que se contraiu depois de promulgada a Constituição. V, 3, I, 224
— hipoteca de rendas para pagamento de. V. 3, I, 300
— indisposição contra os. V. 4, I, 239
— realizados por D. Pedro destinavam-se a abafar a revolução nas províncias. V. 3, I, 167

— ruinosos feitos por D. Pedro I. V. 3, I, 154
— exorbitantes realizados por ordem de D. Pedro I. V. 3, I, 166-7
— externos; debates na Câmara em 1828. V. 2, II, 93

— **ENCARGOS**
— que pesam sobre os homens casados. V. 2, I, 75

— **ENCARNAÇÃO E SILVA, Antônio Bernardo da. Deputado**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, III, 82

— **ENCERRAMENTO**
— da 1ª discussão do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania), na Câmara. V. 2, I, 41
— da 2ª discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 20
— da 2ª discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— da 2ª discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 52
— da 3ª discussão do art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157
— da discussão da emenda da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199
— da discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 205
— da discussão da epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 174
— da discussão do art. 1º do projeto sobre naturalização, V. 2, I, 136
— da discussão do art. 1º do projeto sobre os crimes de abuso contra a liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— da discussão do art. 1º do projeto de naturalização, na Câmara. V. 2, I, 110
— da discussão do art. 2º do projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 115/c 117
— da discussão do art. 2º do projeto de naturalização em discussão no Senado. V. 2, I, 85

— da discussão do projeto sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— da discussão do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 114

— da discussão do projeto de lei do Senado sobre cidadania, rejeitado na Câmara. V.2,I,45

— da discussão do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V.3,II,167

— da discussão do projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V.2,I,127

— da discussão do projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial, na Câmara. V.3,I,215

— da discussão do projeto sobre naturalização, enviado pelo pelo Senado à Câmara. V.2,I,117

— da discussão do requerimento de adiamento da discussão do decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V.3,I,183

— da discussão da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V.2,I,55

— da discussão, na Assembléia Geral, da questão da arrematação das rendas. V.3,I,301

— da discussão da questão preliminar sobre tramitação de projetos semelhantes. V. 2, I, 58

— da discussão, no Senado, do projeto sobre naturalização. V.2,I,80

— da discussão do art. 2º do projeto de naturalização no Senado. V.2,I,89

— da discussão do art. 3º do projeto de naturalização. V.2,I,89

— da discussão do art. 4º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— da discussão do art. 6º e respectivas emendas do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2.I,196

— **ENCÍCLICA PAPAL**

— de 13 de agosto de 1832, chama a liberdade de consciência de erro e a de imprensa uma fonte de males. V.2,I,284

— **ENERGIA**

— com que falou ao Imperador, no dia 7 de abril de 1831, o General das Armas. V.3,I,104

— falta de energia que poderiam ter os magistrados para punir os empregados públicos criminosos. V.3,I,45-6

— **ENFORCAMENTO**

— em São Paulo, em 1821. V.3,I,135

— **ENGAJAMENTO**

— de estrangeiros na Marinha e no Exército. V. 2,II,265

— **ENGANOS**

— que podem ocorrer na diversidade de meios para se obter a felicidade do povo. V.3,I,36

— **ENSINO**

— de quatro cadeiras de gramática latina e nenhuma de física ou outra ciência. V.2,I,247

— elementar. V.2,I,223

— das meninas; deve se cingir a ler, escrever, contar e gramática portuguesa. V.2,I,226

— matérias que deve conter o... das meninas. V.2,I,229

— o... das meninas, de Geometria, Aritmética e literatura deve ser dado às filhas das pessoas de ordens ricas e nobres. V.2,I,229

— método do... mútuo; falta de professores para aplicá-lo. V.2,I,226

— do... primário depende o bem da sociedade. V.2,I,224

— **ENTENDIMENTO**

— do Ato Adicional. V.3,II,258

— que cada um tem da liberdade, varia conforme suas inclinações e interesses. V.3,I,74

— que tem prevalecido na interpretação do art. 6º da Constituição. V.2,I,14

— **ENTRADA**

— proibição da entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2,I,259

— **ENTREVISTA**
— com Martim Francisco Ribeiro de Andrada, a que foi chamado Feijó, segundo seu depoimento. V.3,I,136
— dos Juizes de Paz e do General das Armas, com o Imperador, no dia 7 de abril de 1831. V.3,I,104

— **ENXURRO**
— de proletários; ao Brasil não interessa ser o. V.2,I,67

— **"EO Fundum, Unde Redire Necesse Mon Est"**
— V.3,I,123

— **EPAMINONDAS**
— condenação de V.2,I,67

— **EPIDEMIA**
— quem tem devastado o Império. V.2.I,253

— **EPÍGRAFE**
— das leis: resolução que a respeito tomou a Assembléia Constituinte. V.2,I,145
— deve ser discutida no fim das leis. V.2,I,166

— **EPÍTETO**
— que se dá aos adversários é o de republicano. V.4,II,263

— **EQUILÍBRIO ECONÔMICO**
— só a estabilidade da Constituição pode restabelecer o nosso. V.4,I,38

— **ERNESTO, Deputado**
— Vide FERREIRA FRANÇA, Ernesto

— **ERROS**
— de ortografia que cometem os mestres de primeiras letras entre nós. V.2,I,224
— que se inculca ao público, quando não lê opiniões contrárias. V.2,I,151
— dos Governos; são sempre as causas das revoluções. V.2,I,151

— **ESBULHO**
— pela Fazenda Pública do direito à cidadania que têm os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V.2,I,121

— que se pode alegar contra os empregados públicos, inimigos da liberdade e da independência, que foram expulsos pela opinião pública. V.3,I,34

— **ESCOLAS**

— de primeiras letras. V.2,I,223
— devem ser como oficinas. V.2,I,244
— dificuldades para se estabelecer... no Brasil V.2,I,223
— é nas... que a mocidade forma o espírito. V.2,I,224
— livros que se adotavam obrigatoriamente nas. V.2,I,147
— importância que têm. V.2,I,224
— instalação de... nos conventos. V.2,I,235
— Violação da liberdade de pensamento nas. V.2,I,147

— **ESCOLHA**

— dos governantes; direito político. V.2,I,82

— **ESCÓRIA**

— medidas que devemos tomar para que o Brasil não se transforme no depósito imundo da... e enxurro de outras nações. V.2,I,77

— **ESCRAVATURA**

— convenção da abolição da. V.3,I,292

— **ESCRAVOS**

— abjetos do poder, em que se transformaram alguns amigos extremosos da Independência. V.3,I,56
— admissão de... como trabalhadores nas repartições públicas. V.2,II,165
— decadência da agricultura romana pelo emprego de. V.2,I,60
— importação de... e mascates. V.2,II,163
— o que tem a desgraça de ser... nem por isso deixa de ser nosso irmão. V.3,I,44
— tráfico de; deve cessar brevemente. V.2,I,77
— tráfico de. V.2,II,167

— **ESCRITO**

— copiados por meio de estamparia devem ser considerados criminosos, quando contenham matéria subversiva. V.2,I,167

— em linguagem figurada, disfarça e encobre o crime. V.2,I,158
— podem ser remetidos júri, como prova, nos crimes de imprensa. V.2,I,166
— que abalem os fundamentos de nossa associação devem ser punidos com todo o rigor. V.2,I,183
— reproduzidos através de estamparia devem ser incluídos na lei sobre liberdade de imprensa. V.2,I,167
— são sempre posteriores as verdadeiras causas das revoluções. V.2,I,151
— são criminosos, quando contêm matéria subversiva. V.2,I,167
— lei de imprensa deve se cingir a... e gravuras e não a palavras. V.2,I,166

— **ESCRITOR**
— condenação do... a serviço público. V.2,I,148
— contra o sistema não devem ser temidos. V.2,I,150
— direito do... não se inclui na lei de imprensa. V.2,I,170
— indignos, que têm posto em dúvida a validade do regime instituído em 7 de abril. V.3,I,69
— mediante duas testemunhas, e independentemente do júri, qualquer autor pode ser criminado. V.2,I,203

— **ESCRUTÍNIO SECRETO**
— da eleição do Regente. V.4,I,215
— na Câmara, facilita aos votantes faltarem ao seu dever. V.3, I, 84
— visa a salvar a fraqueza dos votantes. V.3, I, 85

— **ESMAGAMENTO**
— em que vivia o país, sob o regime decaído em 7 de abril. V.3,I,47

— **ESPANCAMENTO**
— dos pretos no Rio, pelos soldados mineiros. V.3,I,44
— que fizeram os soldados mineiros no Rio de Janeiro, em quem não lhes tirava o chapéu embora tenham sido elogiados como constitucionais. V.3,I,43

— **ESPANHA**
— Constituição. da. V.3,I,96
— governo absoluto em que cairam, depois de Fernando e Isabel. V.4,II,243
— revolução contra os franceses foi iniciada por poucos homens. V.3,II,74
— unicameralismo da... seguiu o francês. V.4,I,73

— **ESPERANÇAS**
— óbices a que se cumpram as... do país, depois da Revolução de 7 abril de 1831. V.3,I,46-7

— **ESPERTEZA**
— costumeira do Ministro do Império. V. 3, II, 44

— **ESPETÁCULO**
— desagradável que a Câmara está dando à Nação. V.3,I,134

— **ESPIÕES**
— declaração do Intendente Geral de Polícia de que não tivera nem pagara. V.3,I,125
— exército de... que se faz necessário, para vigiar suspeitos. V.3,II,163

— **ESPIONAGEM**
— que se estabelece com o projeto de aposentadorias e reformas compulsórias. V.3,I,61

— **Política**
— que pode resultar da lei sobre a liberdade de imprensa. V.2,I,180
— que se praticava em Paris; exemplo citado pelo orador, quando lá esteve. V.2,I,180

— **ESPÍRITO**
— acusação aos partidários do governo de sustentarem no seio da Câmara, o V. 3, I, 65
— das leis; referência à obra. V. 3, I, 223
— do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 28
— humano; não pode retrogradar. V. 4, II, 158
— militar do Ministro da Guerra. V. 3, II, 92

— necessidade de tranquilizar o ... público, V. 3, I, 55
— reformista; males que nos tem feito. V.4, I, 14
— reformista, vem do Norte e do Nordeste. V. 4, I, 14
— Vulcanizados. V. 4, I, 177

— **ESPLENDOR**
— que é preciso dar ao Executivo. V. 3, I, 98

— **ESQUECIMENTO**
— das faltas dos que se opuseram à Independência. V. 2, I, 27
— do passado, recomendado pelo Tratado de Independência. V. 2, I, 91
— que se deve declarar sobre os acontecimentos da Bahia. V. 3, I, 39

— **"EST PRINCIPIS MUNUS ALIIS PROSPICERE, ET PUBLICIS CONSULERE COMMODIS."**
— V. 4, II, 61

— **ESTABELECIMENTO**
— de agricultura; naturalização. V. 2, I, 60
— de indústria; naturalização. V. 2, I, 60
— de comércio; naturalização. V. 2, I, 60

— **ESTABILIDADE**
— os verdadeiros elementos da. V. 2, I, 141
— razões que fazem útil o princípio da. V. 3, I, 81

— **ESTADO**
— contribuição do Parlamento para a elaboração e estruturação legal e jurídica do ... brasileiro. V. 2, I, IV
— da Magistratura segundo o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, I, 133
— de absolutismo ministerial. V. 3, II, 25
— financeiro, que ameaça uma crise na Capital. V. 4, II, 168
— não pode ser interessado em que a aflição seja aumentada ao aflito. V. 3, II, 177
— nenhum homem tem direito sobre outro, no ... natural. V. 2, I, 126
— prioridade do ... financeiro. V.4, II, 73

— relevante papel desempenhado pelo Parlamento, na construção do ... nacional. V. 2, I, IX
— Republicanos; direito de elegibilidade que concedem aos naturalizados. V. 2, I, 131
— revolucionário; em que nos encontramos. V. 3, I, 62

— **ESTADOS UNIDOS**
— a nação mais livre do Universo. V, 3, I, 98
— analogia entre a nossa e a organização política dos. V. 4, I, 120
— dissenções entre a Geórgia e a Carolina. V. 4, I, 115
— desordens que se verificaram nos ... com o sistema de quotas dos impostos. V.4, I, 244
— exemplo de sua lei de naturalização. V.2, I, 135
— exemplo dos direitos concedidos aos naturalizados. V. 2, I, 88
— exemplo dos ... a respeito de naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 66
— exemplo dos ... a respeito de imigração. V. 2, I, 78
— exemplo das reformas nos ... não se aplica ao Brasil, V. 4, I, 105
— exemplo do risco que correu o Congresso nos ... quando foi assaltado por soldados amotinados, sem que o governo provincial lhe pudesse dar socorro. V. 4, I, 228
— exemplos dos ... de que gosta muito o orador. V. 4, I, 231
— exemplo dos ... na rejeição dos vetos. V. 3, I, 98
— exemplo dos ... em suas relações externas. V. 3, I, 281
— Federação para o Brasil não é a dos. V.4, I, 242
— forma de governo dos ..., por ser diferente da nossa, não está excomungada. V. 4, I, 66
— governo dos ... quando à administração geral e externa é um governo imperfeito e pouco digno de ser invejado. V. 4, I, 120
— julgamento pelas Câmaras Legislativas dos magistrados. V. 4, I, 254
— não têm usado do direito de reformar a sua Constituição. V. 4, I, 7
— nunca fizeram um corpo compacto e unido. V.4, I, 105

— nos ... existe aristocracia mais altiva e exigente. V.4, I, 42
— onde até os Ministros têm férias para se divertirem. V. 4, I, 82
— onde não existe esta instituição opressiva. V. 3, II, 163
— para a nossa felicidade precisamos de um governo como nos. V. 4, I, 105
— poder judiciário nos. V. 4, II, 140
— prazo da Legislatura é de dois anos. V. 4, I, 68
— revolução dos ... atribuída às suas Assembléias Provinciais. V. 4, II, 82
— suas instituições políticas estão avançadas dois séculos V. 4, I, 116
— sua prosperidade nada tem com a forma de governo. V. 4, I, 119
— tendência muito grande que há para imitar-se os. V. 4, I, 244
— tolerância religiosa ilimitada nos. V. 2, I, 135
— tramitação legislativa nos, V. 4, I, 33
— tratado feito com os ...; o único em bases constitucionais. V. 3, I, 290
— utilidade que tem tirado da naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 129
— variedade de Códigos dos. V. 4, II, 154

— **ESTAMPAS**

— que excitam paixões de que podem resultar grandes males à sociedade. V. 2, I, 167

— **ESTAMPARIA**

— abusos cometidos pelo uso de ... são tão perniciosos quanto os escritos. V. 2, I, 167
— arma do ridículo de que se tem usado para abater e desacreditar os atos do governo. V. 2, I, 167
— meio de se espalhar pinturas indecentes que corrompem a moral. V. 2, I, 167

— **ESTATÍSTICA**

— carência que temos de. V. 4, I, 114
— da população brasileira, em 1821. V. 2, I, 245
— da população brasileira e portuguesa em 1826. V. 2, I, 74
— dos **Anais** Parlamentares. V. 2, I, VII

— **ESTATUTO**
— da Rainha Ana da Inglaterra. V. 4, I, 156
— dos frades proibem que os mesmos andem dispersos fora de seus conventos. V. 2, I, 259

— **ESTENOGRAFIA**
— é a perfeição da taquigrafia. V. 2, I, 196

— **ESTEREÓTIPO**
— classificado como imprensa. V. 2, I, 167

— **ESTÍMULOS**
— para a emigração destinada às zonas tórridas. V. 2, I, 67

— **ESTONTEADOS**
— e indiscretos que, de armas na mão, tramam contra as leis e a ordem pública. V. 3, I, 132

— **ESTRANGEIRA**
— espirituosa e jovial, que disse que o Brasil estava moribundo. V. 3, I, 123

— **ESTRANGEIRINHO**
— modo como os redatores da Constituição procuraram disfarçar o veto absoluto em veto suspensivo. V. 3, I, 96

— **ESTRANGEIROS**
— analfabetos que, por sua arte ou indústria, nos podem ser úteis. V. 2, I, 68
— apresentação à Câmara de projeto de lei sobre naturalização dos. V. 2, I, 93
— argumento vicioso, a necessidade de, V. 2, I, 88
— aspiram apenas proteção e segurança. V. 2, I, 106
— cargos públicos que o Governo tem dado a. V. 2, I, 110
— devem ser admitidos sob vigilância da polícia. V. 2, I, 67
— devem ser atraídos através do favorecimento ao casamento. V. 2, I, 75
— discussão, na Câmara, do projeto aprovado pelo Senado sobre naturalização dos. V. 2, I, 100
— em sua maior parte, vêm buscar dinheiro no Brasil. V. 2, I, 101

— engajamento de ... na Marinha e no Exército. V. 2, II, 265
— inimigos do Brasil são recebidos de braços abertos. V. 3, I, 285
— juramento a que estão obrigados, para receberem carta de naturalização. V. 2, I, 92
— mesmo naturalizados não podem representar bem a nação. V. 2, I, 87
— não existe impedimento constitucional para que os ... sejam senadores, conselheiros de Estado e diplomatas. V.2, I, 62
— não nos deixarão dar um passo. V. 3, I, 294
— naturalizados antes da Independência; decreto do Imperador que sancionou a Resolução da Assembléia Geral sobre os. V. 2, I, 128
— naturalizados antes da Independência; redação final da Resolução adotada pela Câmara. V. 2, I, 127
— naturalização de. Lei regulamentar. V. 2, I. 3
— naturalizados em outros países não devem ser naturalizados brasileiros. V. 2, I, 235
— naturalizados; gozo dos direitos políticos. V. 2, I, 82
— naturalizados não podem representar a Nação. V. 2, I, 83
— naturalizado não pode ter parte na representação nacional. V. 2, I, 88
— naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119
— naturalizados; sua exclusão do acesso aos cargos públicos atinge as prerrogativas do Imperador. V. 2, I, 84
— pena de expulsão dos ... nos crimes de abuso da liberdade de imprensa é viciosa, pois não priva o réu de continuar a escrever. V. 2, I, 151
— podem ser admitidos aos direitos Civis, mas não aos direitos políticos. V. 2, I, 8 2
— projeto de lei sobre naturalização do. V. 2, I, 129
— projeto de naturalização de. V. 2, I, 49 e 50
— que existem no Brasil afeiçoados à pessoa do ex-Imperador. V. 3, I, 63
— que podem aparecer entre nós para mudar a forma de governo. V. 2, I, 113

— que procuram revolucionar o Rio de Janeiro com artigos na Imprensa. V. 2, I, 132
— que queiram naturalizar-se devem ser afetos ao país e ao governo. V. 2, I, 67
— que se casam em todos os países. V. 2, I, 101
— que se opuseram à causa da Independência. V. 2, I, 111
— que se tenha oposto à Independência do Brasil é inibido de obter carta de naturalização. V. 3, I, 108
— que trazem dinheiro, nem sempre têm o ânimo de permanecer no país. V. 2, I, 101
— sempre acorrerão ao Brasil, mesmo não sendo fácil a naturalização. V. 2, I, 109
— sua exclusão dos direitos políticos. V. 2, I, 63
— sua utilização pelo Governo. V. 2,( I, 87
— vantagens que gozaram entre nós, são idênticas às dos brasileiros. V. 2, I, 75

— **ESTRANGEIRO NATURALIZADO**
— direito ao gozo dos privilégios assegurados aos brasileiros natos. V. 2, I, 64

— **ESTRATAGEMA**
— que se têm inventado para se justificar perante o Trono. V. 3, II, 61

— **ESTUDOS BIOGRÁFICOS**
— que possuímos, de inestimável importância. V. 3, I, III

— **ESTUDANTES**
— brasileiros em Coimbra. Pedido de dispensa formulado pelos. V. 2, I, 19

— **ESTUDOS DAS LETRAS**
— deve preferir o das ciências. V. 2, I, 244

— **ESTUDO DO LATIM**
— inutilidade do. V. 2, I, 247

— **ESTUDOS ELEMENTARES**
— projeto de criação dos cursos de. V. 2, I, 241

— **ESTUDOS HISTÓRICOS**
— e políticos; contribuição para os ... que pode representar esta coleção V. 2, I, IX

— **ETIQUETA**
— os três turnos de discussão dos projetos na Câmara não constituem mera. V. 2, I, 96
— que são as deputações. V. 3, I, 98

— **EUDEMONIA**
— que todos buscamos. V. 3, II, 173

— **EVANGELISTA**
Vide LOBATO, João Evangelista de Faria

— **EVANGELISTA, Senador.**
Vide FARIA LOBATO, João Evangelista de

— **EVARISTO**
— Vide VEIGA, Evaristo Ferreira da

— **EVASIVA**
— dos que alegam a impossibilidade de atenderem à proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 18

— **EX-IMPERADOR**
— aprovação da nomeação do tutor feita pelo V. 3, I, 25

— **EX-IMPERATRIZ**
— volta da ... com sua filha, anunciada pelos restauradores. V. 3, I, 157

— **EX-MINISTROS**
— que ainda estão sujeitos à denúncia pela criação de comissões militares. V. 3, II, 99

— **EXALTAÇÃO**
— espíritos exaltados e imprudentes adotaram a idéia da Federação. V. 4, I, 100

— **"EXALTADO, O."**
— referência ao jornal. V. 3, I, 131

— **EXALTADOS**
— união com os moderados. V. 3, I, 167

— **EXAME**
— da conveniência ou não dos projetos em 1ª discussão. V. 2, I, 36

— **EXCEÇÃO**

— de tempo em favor dos portugueses, para o efeito de naturalização. V. 2, I, 90

— em favor dos portugueses, nos casos de naturalização não têm cabimento. V. 2, I, 107

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre os casos de prisão sem culpa formada e as ... que lhe são relativas (art. 179, §§ 8º, 9º e 10). V. 2, I, 4

— pretendida pelo projeto sobre cidadania. V. 2, I, 41

— procedência das ... para a concessão de cidadania aos brasileiros que não atenderam à proclamação de 8-1-23. V. 2, I, 11

— proposta pelo deputado Antônio Pereira Rebouças sobre a vinda de estrangeiros que cultivam as ciências morais. V. 2, I, 137

— quanto à cidadania dos brasileiros natos. V. 2, I, 43

— sobre a cidadania estabelecida no projeto aprovado pelo Senado. V. 2, I, 36

— **EXCESSO**

— a administração da Regência não pode ser responsável pelos excessos cometidos em Minas. V. 3, I, 164

— coibição dos ... dos maus empregados. V. 2, I, 213

— da oposição. V. 3, I, 135

— dos periódicos ministeriais. V. 3, II, 59

— todo ... é um abuso do poder. V. 3, II, 177

— **EXCESSO DE TIRANIA**

— V. 2, I, 181

— **EXCLUSÃO**

— da cidadania brasileira, pela proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 14

— da cidadania dos brasileiros que não atenderam à proclamação do Imperador de 8-1-33. V. 2, I, 32

— da cidadania, segundo a Constituição. V. 2, I, 32 e 38

— da cidadania, segundo a proclamação do Imperador, de 8-1-1823, não é comtemplada pela Constituição. V. 2, I, 40

— de empregados públicos, oficiais e magistrados, depois do sete de abril. V. 3, I, 45

— de funcionários e oficiais. V. 3, I, V
— dos brasileiros do exterior pretendida pela proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 22
— do Senado da reforma constitucional. V. 4, I, 278
— dos analfabetos da naturalização; desnecessidade. V. 2, I, 76
— dos empregados públicos das Assembléias Legislativas provinciais. V. 4, I, 259
— dos Ministros das Comissões parlamentares é odiosa. V. 3, II, 36
— dos Ministros de Estado das Comissões Parlamentares, determinada pela lei de responsabilidade. V. 3, II, 35
— dos naturalizados do acesso ao cargos de representação política. V. 2, I, 84

— **EXCLUSÃO DE SENADORES**
— exemplo funesto. V. 3, I, 318

— **EXCLUSIVIDADE**
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a ... dos privilégios ou remuneração dos inventores. Vide PRIVILÉGIO.

— **EXECRAÇÃO**
— desprezo de que se acha coberto Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— **EXECRÁVEL TRIBUNAL**
— V. 3, II, 44

— **EXECUÇÃO**
— da lei, mediante interpretação. V. 2, I, 27
— falta de ... das Leis na época em que entrou para o governo o Ministério Feijó. V. 3, II, 110

— **EXECUTIVO**
— deve estar em boa relação com as Câmaras. V. 4, II, 131
— recomendações do Parlamento ao. V. 4, I, III

— **EXEMPLO**
— de outras nações não se aplicam ao Brasil no caso da imigração. V. 2, I, 106
— do Parlamento Inglês. V. 2, I, 58

— dos que se fizeram grandes; deve ser seguido pelo Brasil. V. 2, I, 80

— **EXERCÍCIO**

— continuado de emprego de outra nação implica na perda de cidadania. V. 2, I, 40

— das funções municipais (lei regulamentar). Vide FUNÇÕES MUNICIPAIS.

— do voto; direito político. V. 2, I, 64

— **EXÉRCITO**

— generais que o compõem. V. 2, I, 85

— licenciamento do. V. 3, I, 166

— projeto sobre a reforma de oficiais do ... e da Marinha cuja conservação fosse prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45

— recrutamento para o. V. 2, I, 223

— coragem invencível do ... Brasileiro no episódio do 7 de Abril. V. 3, I, 19

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a organização do ... do Brasil (art. 150). V. 2, I, 3

— **EXIGÊNCIA**

— das Ordenações para concessão de naturalidade ao filho de estrangeiro. V. 2, I, 68

— de alfabetização para naturalizar-se. V. 2, I, 67

— de juramento prévio da Constituição para os candidatos a ofícios, empregos e lugares. V. 2, I, 47

— do juramento da Constituição, para os pretendente a ofícios, empregos e lugares. V. 2, I, 47

— que cumpriu o cidadão inglês Guilherme Platt, para obter a cidadania brasileira. V. 2, I, 124

— **EXILADOS**

— em virtude da ação das comissões militares. V. 3, II, 97

— **EXISTÊNCIA NACIONAL**

— do Brasil começou em 7 de abril de 1831. V. 3, I, 18

— **EXISTÊNCIA DO ESTADO**

— a autoridade de D. Pedro II é a fiadora da. V. 3, I, 69

— **EXORBITÂNCIA**
— da Assembléia Geral sobre o direito das províncias. V. 4, I, 236
— das atribuições da Câmara. V. 3, II, 14
— remédio para a ... das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 243

— **EXPECTATIVA**
— em que ficou o país depois da revolução de abril de 1831. V. 3, I, 46

— **EXPLICAÇÕES**
— pedidas pelo Papa ao Bispo do Rio de Janeiro. V. 3, II, 206

— **EXPORTAÇÃO**
— isenção dos impostos dos produtos destinados à V. 2, II, 105
— não é feita por navios brasileiros, exceto para Montevidéu e Buenos-Aires. V. 3, I, 290

— **EXPRESSÃO**
— arbítrio na classificação do que seja ... atentatória. V. 2, I, 181
— do pensamento é um direito essencial dos governos representativos, porque instrui a Nação. V. 2, I, 171
— que pode ser repreensiva. V. 2, I, 192

— **EXPULSÃO**
— do Ministério de janeiro de 1827, segundo a narração do Marquês de Inhambupe, em 1831. V. 3, I, 103

— **EXTENSÃO**
— de benefícios aos portugueses no caso de naturalização, não tem cabimento. V. 2, I, 107
— do conceito de ataque indireto. V. 2, I, 176

— **EXTINÇÃO**
— do Banco do Brasil; projeto de lei para a. V. 2, II, 35

# F


— **F. CARNEIRO DE CAMPOS, Senador.**
— Vide: CARNEIRO DE CAMPOS, Francisco

— **F. DE CASTRO**
— Vide: CASTRO E SILVA. Vicente Ferreira de.

— **F. DE P. ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Deputado.**
— Vide: ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de.

— **F. TOLEDO, Deputado.**
— Vide: TOLEDO, Joaquim Floriano de.

— **F. DA VEIGA, Deputado.**
— Vide: VEIGA, Evaristo Ferreira

— **FACÇÃO**
— adversa ao Brasil; ultraje que sofremos da. V. 3, I, 17
— ameaças da ... restauradora. V. 4, I, 171
— centro e apoio à ... estrangeira, o tutor José Bonifácio. V. 3, I, 181
— deputados que vão ser chefes de ... devem ser criminosos. V. 3, I, 73
— extrema que têm tentado derrubar o governo. V. 3, I, 66
— inexistência de ... de restauradores na Câmara. V. 3, I, 243
— insurgida que incutem públicos terrores. V. 4, I, 28
— Lusitana. V. 2, I, 37
— peso e violência da. V. 3, I, 123
— que existe dentro do Brasil. V. 2, I, 150

— que insultou os brasileiros. V. 3, I, 18
— que se tem apresentado de armas na mão. V. 4, I, 36
— tom ameaçador da ... que se insurgiu em 17 de abril de 1832. V. 3, I, 190

— **FACCIOSOS**
— estrangeiros ... e sanguinolentos. V. 2, I, 69

— **FACHO**
— para incendiar as províncias. V. 4, II, 97

— **FACILIDADES**
— ausência de ... para correspondência. V. 2, I, 54
— proporcionadas subministradas pelos encarregados brasileiros em Portugal para o regresso dos naturais, quando da Independência. V. 2 I, 19
— que devem ser concedidas aos estrangeiros para naturalizarem-se. V. 2, I, 60

— **FACULDADE**
— de sair do Império (lei regulamentar). Vide Saída do Império
— essencial que tem sido negada aos Cidadãos. V. 2, I, 146
— intelectuais; uso que dela podemos fazer. V. 2, I, 169

— **FADIGAS**
— do espírito cansam em demasia. V. 3, I, 71

— **FALA**
— **Do Trono**
— dos membros do Corpo Legislativo deve ser pública. V. 2, I, 192
— V. 3, I, XII
— da Inglaterra e França. V. 3, I, 308
— de 1829; recomendação sobre a lei que regule os abusos da liberdade de Imprensa. V. 2, I, 178
— de 1832; discussão da resposta à. V. 3, I, 65
— discussão da resposta à ... de 1830; cessão do tráfico; Senado. V. 2, II, 161
— discussão da resposta à ... na Câmara em 1832. V. 3, I, 247

— discussão da resposta à ... sobre a abdicação de Pedro I e o reconhecimento estrangeiro de Pedro II. V. 3, I, 29
— discussão da resposta do Senado à ... de 1831. V. 3, I, 101
— discussão, na Câmara, da resposta à ... de 1832. V. 3, I, 123
— é uma peça ministerial. V. 3, I, 252
— referência à desordem em que se encontra o Brasil. V. 4, II, 197
— redigida à Regência. V. 3, I, 71
— resposta à ... é dirigida à Regência. V. 3, I, 71

— **FALAR MAL**
— da Magistratura; é moda. V. 3, I, 112
— do rei; pena de morte. V. 2, I, 146

— **FALSIFICAÇÃO**
— a que se vêm obrigados os homens do foro. V. 4, I, 253

— **FALSOS**
— pundonores; significado da palavra "ataque". V. 2, I, 184
— zelo; na questão da cidadania de Guilherme Platt, cidadão inglês, naturalizado antes da Independência. V. 2, I, 124

— **FALTA**
— cometida pelos brasileiros no exterior que vieram para o país, depois do prazo marcado. V. 2, I, 25
— cometida pelo Ministro da Justiça, no ato da nova eleição. V. 3, I, 124
— de açúcar, depois da Revolução Francesa. V. 2, I, 189
— de bacharéis. V. 4, II, 37
— de braços para exploração das riquezas. V. 2, I, 60
— de gazetas. V. 2, I, 54
— de terra; que se pretende prevenir com a vinda de estrangeiros. V. 2, I, 109
— do Marquês de Aracati, de sete dias; do Visconde de Pedra Branca, de sete anos. V. 3, I, 316
— que comete o empregado público sem que seja punido. V. 3, II, 23

— **FARDO**

— que mais custa transportar: o homem solteiro. V. 2, I, 61

— **FARIA LOBATO, João Evangelista de, Senador.**

— declaração de voto, relativa ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 196

— declaração de voto sobre o projeto de lei que dispõe sobre a livre estipulação de voto. V. 2, II, 79

— discussão sobre a emenda ao art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 196

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 83

— discussão do projeto do senador Vergueiro sobre casamento civil. V. 2, II, 311

— discussão sobre as penas cominadas no projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 189

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **"FAROL MARANHENSE"**

— V. 3, II, 59 e 75

— **FARROUPILHA**

— V. 3, II, 225

— a história da ... remonta a 1827 e 1828. V. 3, II, 246

— aliança proposta pelo governo ao Estado do Prata. V. 3, II, 231

— análise das causas da ... apontadas pelo Senador Feijó. V. 3, II, 235

— anistia concedida aos rebeldes da ... serviram para o inimigo escarnecer. V. 3, II, 249

— a anistia não acabou a revolução ... mas trouxe para a legalidade, grande número de revoltosos. V. 3, II, 253

— anistia oferecida aos rebeldes, na mudança do Gabinete. V. 3, II, 241

— apreensão de gado no acampamento de Canudos. V. 3, II, 238

— a revolução ... não teve por fim a República. V. 3, II, 251
— assédio dos rebeldes a São José do Norte e Porto Alegre. V. 3, II, 237
— as três causas, segundo Feijó. V. 3, II, 230
— atraso de um ano no pagamento do soldo da tropa do governo. V. 3, II, 227
— a tropa legal está em dia, bem armada, bem fardada e bem equipada. V. 3, II, 234
— cavalaria ... é de cinco mil homens, superior às forças do Império. V. 3, II, 227
— comércio de gado dos rebeldes. V. 3, II, 232
— conferência do Brigadeiro Antero com Bento Manuel. V. 3, II, 250
— contestação de que a revolução ... não tenha tido cor política no início. V. 3, II, 246
— custo para os cofres do Império. V. 3, II, 226
— demissão e reintegração do Presidente da República. V. 3, II, 236
— deportações feitas pelo Presidente da província. V. 3, II, 231
— deserções durante a revolta. V. 3, II, 253
— em 1837, a Oposição negou ao governo, para combater a ... pão, água, fogo e ar. V. 3, II, 226
— erros da administração, para com os rebeldes segundo Vasconcelos. V. 3, II, 243
— exacerbação dos ânimos com a. V. 3, II, 232
— excessos que fizeram crescer a força dos rebeldes. V. 3, II, 256
— incidente para a posse de Araújo Ribeiro, durante a revolução. V. 3, II, 252
— mais longa guerra civil de toda a América. V. 3, I, VI
— não tem fins políticos e sim vinganças particulares. V. 3, II, 254
— ocupação de Lages pelos rebeldes. V. 3, II, 228
— perseguições contra os anistiados, causa dos desastres da legalidade. V. 3, II, 256
— política do Gabinete para com os rebeldes da revolução. V. 3, II, 241

— política do gabinete para com os rebeldes, foi mal escolhida e péssimamente sustentada. V. 3, II, 242
— recurso dos rebeldes era a venda de gados, cavalos e bestas. V. 3, II, 232
— repressão reservada pelo Gabinete aos que não aderissem à anistia oferecida. V. 3, II, 241
— resultados que produziu a anistia. V. 3, II, 243
— são os jornais que não são ministeriais. V. 3, I, 126
— saques de letras do Rio Grande do Sul sobre o Tesouro, de 1836 a 1839. V. 3, II, 228
— tomada de armamento, munições e dinheiro, pelos rebeldes em Rio Pardo. V. 3, II, 245
— tropas do governo atingem no Rio Grande do Sul e Lages, 8.500 homens. V. 3, II, 227
— violências cometidas pelos legalistas. V. 3, 2, 233

— **FARSAS**
— como as que apareceram em Ouro Preto. V. 4, II, 257

— **"FARTAI-VOS MANDÕES**
— V. 3, II, 59

— **FASE**
— de nossa existência, começou em 7 de abril de 1831. V. 3, I, 18

— **FAUSTO**
— que não deve haver nos governos representativos. V. 3, I, 222

— **FAZENDA PÚBLICA**
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a administração, arrecadação e contabilidade da. (art. 170). V. 2, I, 3
— castigo que deve dar àqueles que prevaricarem. V. 3, I, 298
— decisão sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da independência. V. 2, I, 121
— falta de prestação de contas para se saber como gasta a. V. 4, II, 168

— **FECHAMENTO**
— dos livros para juramento da Constituição. V. 2, I, 47

— **FECUNDIDADE**
— das mulheres. V. 2, I, 76

— **FEDERAÇÃO**
— adepto apaixonado da ... que foi o Sr. Montezuma. V. 3, I, 151
— elementos da ... que tinham os EEUU, antes da Independência. V. 4, I, 10
— elemento federativo que se introduziu no Brasil com o Ato Adicional. V. 4, II, 43
— em que consiste. V. 4, I, 95
— é necessária para tirar o pretexto aos homens desordeiros. V. 4, I, 242
— grupos que proclamam a necessidade da. V. 3, I, 72
— imperiosos motivos que levaram os EEUU à federação. V. 4, I, 119
— não pode convir às nossas instituições. V. 4, I, 104
— no Brasil, visa apenas a dar maior poder às províncias. V. 4, I, 118 e 119
— os desejos de ... são excitados pela Regência. V. 3, I, 66
— panacéia capaz de curar todos os males da Nação. V. 4, I, 101
— pressuposto da palavra... aplicada a qualquer nação. V. 3, I, 249
— primeiro pasquim que aventou a idéia da. V. 4, II, 41
— que se quer para o Brasil não é a dos Estados Unidos. V. 4, I, 242
— representação da municipalidade da Parnaíba, pedindo a. V. 3, I, 125

— **FEDERALISMO**
— espírito do... que tem sido soprado pelo Governo. V. 3, I, 66
— o Brasil é federado. V. 4, I, 17

— **FEDERALISTAS**
— jacobinos que, segundo os restauradores, ameaçam o trono. V. 3, I, 161

— **FEIJÓ, Diogo Antônio. Deputado, Senador, Ministro**
— anulação de sua eleição como Senador e reeleição. V. 3, I, XI
— discussão do projeto de lei sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 94
— interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 99
— assinatura do parecer da Comissão especial para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 278
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre a interpretação do art. 54 da Constituição. V. 3, II, 105
— contesta a resposta dada pelo Ministro da Justiça a seu requerimento sobre o Núncio e os Eclesiásticos desembarcados na Corte. V. 2, I, 280
— contesta o senador Vasconcelos, na discussão da resposta à Fala do Trono; revolução Farroupilha. V. 3, II, 243
— defesa das imputações que lhe foram feïtas na discussão do voto de graças de 1832. V. 3, I, 134
— denúncia contra. V. 3, II, 109
— discussão da acusação contra o Ministro da Guerra. (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 90
— discussão da acusação contra os Ministros da Guerra e da Justiça. V. 3, II, 85
— discussão da preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V 4, II, 102
— discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 191
— discussão da resposta à Fala do Trono, na Câmara. V. 3, I, 129 e 137
— discussão da resposta à Fala do Trono; rebelião Farroupilha; resposta ao senador Visconde de São Leopoldo. V. 3, II, 250 e 251
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 206, 210 e 219
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações do Brasil com a Santa Sé. V. 3, II, 205

— discussão da resposta à Fala do Trono; revolução Farroupilha. V. 3, II, 229
— discussão da resposta à Fala do Trono, sobre a questão do Oiapoque. V. 3, II, 200
— discussão da 2ª parte do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 267
— discussão das emendas sobre a fixação do número dos Juízes de Paz. V. 3, II, 153
— discussão de seu projeto de criação de cursos de estudos elementares. V. 2, I, 248
— discussão do art. 9º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 94
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 331
— discussão do parecer da comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 282
— discussão do pedido de afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 204
— discussão do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 165
— discussão do projeto de Resolução sobre **habeas corpus.** V. 2, II, 364
— discussão do projeto que proíbe a admissão de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 259, 262, 271
— discussão do projeto que proibe a admissão de ordens religiosas no Brasil. V. 2, I, 274 e 275
— discussão do projeto que reduz para 15% aos direitos de importação das mercadorias provenientes de todas as nações. V. 2, II, 101
— discussão sobre o adiamento da denúncia contra o Ministro da Guerra, a fim de que fossem examinadas as atas do Conselho de Estado. V. 3, II, 68
— eleição e nomeação de... como Senador. V. 3, I, 321
— eleição para a Regência. V. 3, I, VII
— emenda ao projeto que dispõe sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 152

— explicações de... à Câmara. V. 3, I, VI
— manifesta-se contra o parecer sobre os direitos do Duque e Duquesa de Bragança. V. 3, I, 237
— manto religioso em que aparece envolvido em seu relatório. V. 3, I, 124
— memória sobre os estudos elementares que acampou seu projeto sobre o assunto. V. 2, I, 241 e 242
— projeto de criação de cursos de estudo elementares. V. 2, I, 241
— Portaria de 20 de julho de 1831 de. V. 3, II, 113
— Portaria de 23 de julho de 1831, de. V. 3, II, 113
— referência a. V. 3, I, 123
— requerimento para que o Senado declare a legalidade das reformas constitucionais votadas pela Câmara sem o concurso do Senado. V. 4, I, 285
— requerimento solicitando ao governo informações sobre o Núncio e os Eclesiásticos desembarcados na Corte. V. 2, I, 279
— resposta de... aos ataques de Martim Francisco na Câmara. V. 3, I, VI
— teimoso e emperrado como todos os paulistas. V. 4, II, 232
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— votação da denúncia contra. V. 3, II, 117
— voto pela remoção de José Bonifácio da Totoria. V. 3, I, 208

— **FELICIDADE**

— das nações que têm respeitado suas leis fundamentais. V. 4, I, 7
— pública; depende da liberdade de exprimir claramente as opiniões sobre matérias do interesse público. V. 3, II, 138

— **FELICITAÇÕES**

— grande número de ... feitas quando da dissolução da Constituinte em 1823. V. 3, I, 189

— **FELIPE II**

— exemplo do filho assassinado por. V. 4, I, 69 e 70

— **FELIPE, REI**

— Carta Régia de 2 de setembro de 1603, proibindo a existência de conventos de freiras no Brasil. V. 2, I, 269

— **FELISBERTO CALDEIRA BRANT**

— Vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto

— **"FEMMES SAVANTES, LES"**

— referência à comédia de Molière. V. 2, I, 227

— **FERIDOS**

— na encruzilhada de Mata-Porcos. V. 3, I, 72

— **FERNANDES BARROS, Manoel Joaquim. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **FERNANDES, Carlos F. de Souza**
V. 2, I, IV

— **FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano, Visconde de São Leopoldo. Senador**

— assinatura no Parecer conjunto das comissões do Senado sobre a Resolução da Câmara, concedendo dotação de 50 contos à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 239

— contestação ao Senador Diogo Antônio Feijó, na discussão da resposta à Fala do Trono; revolução Farroupilha. V. 3, II, 254

— discussão da resposta à Fala do Trono; rebelião Farroupilha. V. 3, II, 246

— discussão do Projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 82

— ofício ao 1º Secretário da Câmara comunicando a sanção do Imperador ao projeto que fixa a sua dotação. V. 3, I, 231

— pedido de demissão de. V. 3, I, 329

— pedido de demissão do cargo de Senador. V. 3, I, X

— **FERNANDES DA SILVEIRA, Antônio. Deputado**
— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352
— emenda ao projeto de lei da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. v. 2, II, 145
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **FERNANDES TORRES, José Joaquim. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição de Tutor. V. 3, I, 200

— **FERNANDES DE VASCONCELOS, João. Deputado**
— emenda ao projeto de anistia. V. 2, II. 392

— **FEROCIDADE**
— que é o ato de mandar enforcar homens, havendo ainda recurso legal contra a primeira instância. V. 3, I, 135

— **FERREIRA, José Gomes, Juiz de Paz**
— representação, pedindo à declaração de anistia. V.2,II,390

— **FERREIRA, Valério de Alvarenga, Deputado**
— voto pela destituição do Tutor. V.3,I,200

— **FERREIRA DA CAMARA, Senador**
— V.3, I, X

— **FERREIRA DE CASTRO, Vicente... e Silva**
— Vide CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira de

— **FERREIRA DA COSTA, João José. Deputado**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **FERREIRA FRANÇA, Antônio. Deputado**
— V. 3, I, VIII

— apresentação de projeto sobre a Maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 195
— declaração de voto contra a pena de morte. V.2,II,352
— declaração de voto contra parecer da comissão de Constituição. V. 3, II, 87
— discussão de seu projeto de Resolução, declarando extinta a pena de morte. V. 2, II, 343
— discussão do projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 214 e 215
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a cobrança das contribuições diretas V. 3, I, 302
— emenda ao projeto de banimento de D. Pedro I, para que os papéis sobre a restauração de D. Pedro I sejam remetidos ao Procurador da Coroa. V. 3, I, 246
— projeto de Resolução, declarando extinta a pena de morte. V. 2, II, 343
— questão de ordem sobre a decisão do Presidente sobre seu projeto de Resolução. V. 2, II, 343
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **FERREIRA FRANÇA, Clemente. Visconde de Nazaré. Deputado.**
— V. 2, I, 9
— apresentação da Tabela das leis regulamentares indicadas na Constituição. V. 2, I, 3
— comunicando o despacho aos expedientes relativos à renúncia de Feijó. V. 3, I, 142
— discussão do projeto do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), sobre cidadania. V. 2, I, 20
— discussão do projeto que autoriza o governo a conceder prêmios a quem generalizar a vacina. V. 2, I, 254
— discurso na discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 68

— leitura do parecer da Comissão de Constituição, sobre a renúncia de Feijó do cargo de Regente. V. 3, I, 143

— **FERREIRA FRANÇA, Cornélio. Deputado**

— emenda ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272

— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **FERREIRA FRANÇA, Ernesto. Deputado.**

— apresentação de emenda ao projeto de reforma da Constituição. Assembléias Legislativas Provinciais. V. 4, I, 227

— apoio ao projeto de Resolução de seu pai, dep. Antônio Ferreira França, declarando extinta a pena de morte. V. 2, II, 343

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352

— discussão do parecer da comissão de Constituição, sobre o art. 54 da Constituição. V. 3, II, 106

— discussão do projeto de Código Criminal. V. 2, II, 333

— discussão do projeto de decreto da Câmara, removendo José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 183

— discussão do projeto de fixação das forças navais; tráfico de escravos. V. 2, II, 168

— discussão do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 228

— discussão do projeto de reforma da Constituição; garantia dos deputados provinciais. V. 4, I, 233

— discussão do requerimento do dep. Paula e Souza sobre o projeto de Código Criminal. V. 2, II, 337

— emenda ao projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 20

— emenda oferecida ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 130

— emendas ao parecer da comissão de Justiça Civil e Criminal, ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 344

— manifesta-se contra a solicitação do dep. Paula Araújo, para que o projeto de Código seja discutido por capítulos e não por artigos. V. 2, II, 331

— manifesta-se contra o adiamento da discussão do decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 183
— manifesta-se contra o projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 129
— habilidade que tem o deputado... para lançar o odioso sobre os que não são da sua opinião. V. 3. II, 111
— referência a. IV. 3, II, 110 e 117
— requerimento de urgência para a representação dos Juízes de Paz do Rio de Janeiro, pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390
— responde ao deputado Melo, na discussão do projeto de decreto sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 185
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó) V. 3, II, 117
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **FERREIRA DE MELO, José Bento Leite. Senador.**

— apoio ao requerimento de urgência do deputado Venâncio Henriques de Rezende para a discussão do projeto de lei sobre as reformas constitucionais. V. 4, I, 91
— assinatura no parecer da comissão eclesiástica, sobre o celibato clerical. V. 2, I, 292
— assinatura no projeto do Senador Holanda Cavalcânti sobre a Maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 206
— declaração de voto a favor da pena de morte e galés. V. 2, II, 352
— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87
— discussão do art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 106
— discussão do art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 158, 178, 180 e 183
— discussão da Resolução que concede loterias para proteção e uma indústria. V. 2, II, 154
— discussão das emendas ao projeto de anistia. V. 2, II, 396

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal, sobre os movimentos verificados nas províncias de Sergipe, Alagoas, Paraíba e Santa Catarina. V. 3, I, 33

— discussão do parecer no ofício de Renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 176 e 178

— discussão do requerimento de sua autoria propondo o adiamento da discussão do projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 166 e 171

— discussão do requerimento do senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja remetido a uma comissão especial. V. 4, II, 142 e 144.

— discussão do requerimento do senador Vergueiro para que a Comissão de Assembléias Provinciais se manifeste sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 137

— discussão do requerimento do senador Vergueiro sobre a representação da Assembléia de Pernambuco a respeito da lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 111

— discussão do requerimento do senador Vergueiro sobre dúvidas na interpretação do art., 10, 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 130 e 133

— requer votação nominal para o parecer da Comissão de Poderes sobre o diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— requer que seja incluído na Ordem do Dia o parecer sobre o diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— requerimento de adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional para a próxima sessão. V. 4, II, 159

— requerimento para que a Resolução que concede loterias para proteção a uma indústria volte à Comissão. V. 2, II, 154

— discussão de seu requerimento de adiamento. V. 4, II, 160

— manifestação acerca da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209

— requerimento para que a comissão se manifeste sobre o art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 189

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas Constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 208
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **FERREIRA PENA, Herculano. Deputado**
— manifestação contra o art. 2º do projeto de interpretação do Ato Adicional V. 4, II, 50
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— **FERREIRA DA VEIGA**
— Vide VEIGA, Evaristo Ferreira da.

— **FERRETE**
— da ignomínia imposta pelas sociedades existentes no Brasil aos mais zelosos servidores da Nação. V. 2, I, 174
— que merece o infame Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V. 3, I, 265

— **FERTILIDADE**
— do solo brasileiro. V. 2, I, 78

— **FESTAS NACIONAIS**
— projeto de lei sobre. V. 2, I, 36

— **FEUDALISMO**
— roupas góticas com que vestira a justiça o. V. 3, I, 6

— **FIAIS, Visconde de**
— Vide ARAÚJO BASTO, Luiz Paulo de

— **FIANÇA**
— debate sobre a concessão de. V. 2, I, 26

— **FIDELIDADE**
— do povo brasileiro à língua, à história e aos objetivos comuns. V. 4, I, X
— garantias de ... que a função de general oferece. V. 2, I, 85

— **FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano. Deputado**
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 2, I, 294
— discussão das emendas do art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 275
— discussão do requerimento do dep. Rodrigues Torres, solicitando a elaboração do projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 4
— manifesta-se contra o adiamento da discussão do projeto de banimento de D. Pedro II. V. 3, I, 244
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **FIGUEIREDO, Manuel Joaquim Gomes de. Juiz de Paz**
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II,390

— **FILHA**
— última ... de Pedro I, apresentação de requerimento na Câmara para se tratar do negócio relativo ao seu nascimento. V. 3, I, 157

— **FILHO**
— de brasileiros no exterior (cidadania) V. 2, I, 11
— estrangeiros; que não estejam a serviço de seu país, têm o direito à cidadania, pela Constituição. V. 2, I, 16.
— ilegítimos; garantia da concessão de cidadania aos de mãe brasileira que viesse a se estabelecer no Império. V. 2, I, 7
— natural; como será havido perante as Ordenações. V. 2, I, 68
— ingrato; proteção que deve a Pátria aos. V. 2, I, 38
— terra; referência ao jornal. V. 3, I, 131
— só pode vingar com dote. V. 2, I, 61

— **FINALIDADE**
— da Sociedade Conservadora; é oposto à dignidade do povo brasileiro. V. 3, I, 68
— do projeto sobre cidadania. V. 2, I, 41

— **FINANÇAS**
— cáos das nossas. V. 3, I, 6
— nossas... não podem ser julgadas pelo estado atual. V. 3, I, 225

— **FIRMEZA E VALOR**
— que nem todos têm para afrontar um adversário poderoso. V. 3, II, 143

— **FISCALIZAÇÃO**
— da Assembléia Geral sobre as leis provinciais. V. 4, II, 16
— dos Juízes é mais própria do Presidente da Província do que do Imperador que deles fica distante. V. 3, I, 113

— **FITO**
— com que vêm ao Brasil os estrangeiros. V. 2, I, 109

— **FIXAÇÃO**
— das forças navais. V. 2, II, 245
— das forças de terra. V. 2, II, 227

— **FLAGELO DO UNIVERSO**
— são os heróis. V. 3, I, 87

— **FLEURY**
— referência a. V. 3, II, 221

— **FLORES, Manuel Lopes. Juiz de Paz**
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **FLORIANO DIAS. Deputado**
— Vide TOLEDO, Joaquim Floriano de

— **FLORIANO DE TOLEDO**
— Vide TOLEDO, Joaquim Floriano de

— **FLUIDO ELÉTRICO**
— os efeitos da palavra são comparáveis ao. V. 2, I, 173

— **FOGO**
— das eleições. V. 3, I, 323
— o efeito das palavras é mais incendiário do que o inextinguível... grego. V. 2, I, 173

— **FOLHAS**
— avulsas; e não livros, é o que o povo lê. V. 2, I, 182
— na Inglaterra. V. 2, I, 54

— **FONSECA, Mariano José Pereira da (Visconde e Marquês de Maricá). Senador**
— acusação por crime de responsabilidade como Ministro da Fazenda. V. 3, I, XI
— assinatura no parecer conjunto das Comissões de Constituição, Diplomacia e Fazenda, sobre as arras devidas à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 234
— discussão da emenda sobre o ensino das meninas, ao projeto que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 226
— discussão da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V. 2, I, 54
— discussão do art. 3º do projeto de naturalização no Senado. V. 2, I, 86
— eleição, em segundo escrutínio, para a comissão destinada a tratar da eleição da Regência Permanente. V. 3, I, 116
— referência a V. 2, I, 55 e 81
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **FONTES, Joaquim Martins. Deputado**
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a destituição do tutor. V. 3, I, 200

— **FONTES DIRETAS**
— textos de atores e autores da época. V. 2, I, VIII

— **FORÇA**

— com que conta D. Pedro I para sua restauração. V. 3, I, 152

— da opinião pública, a que cedeu D. Pedro I em sua abdicação. V. 3, I, 17

— falta de ... da Câmara de 1826. V. 3, I, 258

— fixação da ... de terra. V. 2, II, 227

— o que se conseguir pela força numérica há de ser momentâneo. V. 4, II, 160

— projeto de lei de fixação da ... de terra e mar. V. 2, II, 181

— só produz a tirania. V. 2, I, 183

— **Força de Decreto**

— das proclamações do Imperador, em vista da cláusula "O Brasil o exige e o vosso Imperador o manda". V. 2, I, 9

— **Legal**

— da proclamação do Imperador que determinou o prazo de seis meses para a volta ao país dos brasileiros que se encontrassem ausentes. V. 2, I, 9

— da proclamação do Imperador de 8-1-23. V. 2, I, 40

— proclamação do Imperador de 8-1-1823 carece de. V. 2, I, 36

— inexistência de ... da proclamação do Imperador de 8-1-23. V. 2, I, 42

— **Militar**

— distribuição das ... do Império, em 1839. V. 3, II, 238

— enviada pelo governo para a Bahia. V. 3, II, 184

— enviada pelo governo para o Rio Grande do Sul, para debelar a rebelião. V. 3, II, 185

— **Naval**

— V. 2, II, 245

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a organização da (art. 150). V. 2, I, 3

— **Paga**

— à disposição do Ministro da Justiça, no Rio. V 3, I, 129

— **FORMA DE GOVERNO**

— deve ser livre a qualquer cidadão escrever sobre a. V., 2, I, 177

— teríamos mudado, se a Regência não exercesse as atribuições dos poderes executivo e moderador. V. 3, I, 83

— **FORMALIDADES**

— dispensa de ... para os projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 96

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre dispensa das formalidades que garantem a liberdade individual, nos casos de rebelião ou invasão de inimigos (art. 179, § 35). V. 2, I, 4

— **FÓRMULA**

— do ato de abdicação; não deve ser discutida. V. 3, I, 12

— do processo é uma das principais garantias do cidadão. V. 4, II, 154

— legal é garantia do inocente nos processos criminais. V. 2, I, 214

— longa e impraticável para se reformar a Constituição. V. 3, I, 96

— para pedir a sanção; necessidade de reformá-la, por não ser decorosa à Câmara. V. 3, I, 95

— para sanção e veto das leis provinciais. V. 4, I, 212

— que deve acompanhar os projetos de lei aprovados pela Assembléia Geral, para serem submetidos à sanção do Imperador. V. 3, I, 217

— **FORMULÁRIO**

— do juramento a que estão obrigados os estrangeiros, para receberem carta de naturalização. V. 2, I, 92

— **FORO**

— conservado pelos brasileiros ausentes. V. 2, I, 43

— eclesiástico; foro militar. V. 4, I, 78

— privilegiado e juizes especiais; lei regulamentar não sancionada. V. 3, II, 99

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre abolição do ... privilegiado. (art. 179, § 17). V. 2, I, 4

— **FORTALEZA**

— deposição do comandante da ... na Paraíba. V. 3, I, 33

— **"FORTITER IN RE, SUAVITER IN MODO"**

— V. 3, II, 199

— **FORTUNA, Inácio de Almeida. Deputado**

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **FRACOS**

— que arrostam heroicamente o inimigo. V. 3, II, 139

— **FRADES** ..... ..... ..... ..... .... ..... ...

— expulsos do Paraguai. V. 2, I, 263

— meios de persuação e aliciamento que possuem. V. 2, I, 264

— são os instrumentos da liga da Europa que quer suplantar a liberdade. V. 2, I, 272

— **Beneditinos**

— não requereram uma bula de separação; o governo é que suplicou à Sé Apostólica em seu favor. V. 2, I, 273

— **Estrangeiros**

— a entrada de ... sempre foi proibida no Brasil. V. 2, I, 269

— andam barbudos, pedindo esmola, perturbando a ordem e espalhando idéias absolutistas e transmontanas. V. 2, I, 260

— ao entrarem no Brasil devem apresentar protestação de fé religiosa e política, autoridade eclesiástica e civis. V. 2, I, 269

— a permissão para que entrem no Brasil é uma injúria ao clero brasileiro. V. 2, I, 262

— a proibição da entrada de ... no Brasil se deu quando era proibida a admissão de qualquer estrangeiro. V. 2, I, 270
— doutrinas ensinadas pelos ... são opostas ao senso comum e às idéias do século. V. 2, I, 260
— era proibida a admissão de ... nos portos de beira-mar, quando o Brasil fazia parte de Portugal. V. 2, I, 269
— foram chamados pelo Ministério absolutista que quis cativar o Brasil. V. 2, I, 261
— grandes fazendas de gado que possuem nos sertões do Paranaíba e Uberaba. V. 2, I, 270
— imitação que vão fazendo dos jesuítas, tomando posse da educação dos jovens. V. 2, I, 270
— no Brasil. V. 2, I, 259
— penas de galés perpétuas que merecem os ... que entram na sociedade para a anarquizar. V. 2, I, 261
— professam um gênero de vida aprovado pela Igreja em todos os Estados católicos. V. 2, I, 267
— provêm de países absolutistas e pregam aqui essas idéias V. 2, I, 262
— sujeitinhos que costumam tomar diversos hábitos. V. 2, I, 261

— **FRANÇA**

— acontecimentos da França (1830) vão mudar a política européia. V. 3, I,286
— atos de barbaridade cometidos na ... não nos interessam. V. 2, I, 148
— Constituição da França era unicameralista. V. 4, I, 73
— debates nas Câmaras da ... sobre a questão do Oiapoque. V. 3, II, 197
— discussão da lei de responsabilidade dos Ministros na. V. 3, II, 29
— doutrina da maioridade. V. 4, II, 242
— exemplo da ... no que diz respeito à repressão dos abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 178 e 179
— exemplo da ... revolucionária; regimento que deu às suas Comissões. V. 3, II, 49
— experiência feita em um Colégio na ... com o ensino das artes e das ciências. V. 2, I, 249

— falas do Trono da. V. 3, I, 308
— ida de Antônio Carlos à ... quando em missão restauradora. V. 3, I, 194
— Ministro da França no Rio de Janeiro; insultos feitos no Senado, na discussão da questão do Oiapoque. V. 3, II, 201
— navios da ... que enchem nossos portos. V. 3, I, 293
— ocupação do Oiapoque pela. V. 3, II, 190
— país onde facilmente se muda de opiniões políticas. V. 2, I, 189
— parecer da Câmara dos Deputados da ... sobre os direitos que competem ao Duque de Bragança e à sua Esposa. V. 3, I, 233
— princípios adotados na Constituição da ... de 1793 e na de 1795. V. 2, I, 135
— proibição que havia de publicar os debates parlamentares. V. 2, I, 194
— proposições que fez ao governo o Ministro da. V. 3. I, 308
— publicação dos discursos parlamentares. V. 2, I, 190
— que foi república, atualmente é monarquia. V. 4, I, 114
— receios que em 1792 teve Portugal de invasão do Pará, pelo governo revolucionário francês. V. 3, II, 203
— referência à Assembléia Constituinte da. V. 3, I, 88
— reformas constitucionais de 1830 na França, foram feitas revolucionariamente. V. 4, I, 219
— reforma da hereditariedade da Câmara dos Pares na. V. 4, I, 49
— rito para a reforma da Constituição francesa de 1791. V. 4, I, 36
— teve 4 revoluções antes de Bonaparte. V. 4, I, 7
— tirania de que foi salva. V. 3, I, 127
— tramitação legislativa na. V. 4, I, 33
— transcrição dos debates do Supremo Tribunal de Justiça da. V. 2, I, 195

— **FRANCESES**

— entraram no Brasil com força de leão e com razões de raposa se têm conservado nele. V. 3, II, 192

— hábito que têm de casar-se em todos os países por onde passam. V. 2, I, 101

— ingleses e alemães, são os que mais nos servem para naturalizar-se. V. 2, I, 72

— **FRANCIA, Dr. Ditador do Paraguai**

— exemplo do ... que expulsou os frades de seu país. V. 2, I, 263

— referência ao. V. 3, I, 287

— **FRANCISCO DO REGO**

— Vide REGO BARROS, Francisco

— **FRANCISCO VILELA**

— Vide BARBOSA, Francisco Vilela

— **FRANCO-MAÇON**

— sou ... desde a idade de 18 anos. (Martim Francisco Ribeiro de Andrada). V. 3, I, 248

— **FRANKLIN, Benjamin**

— referência a. V. 4, I, 117

— **FRAQUEZA**

— do espírito; que torna inconveniente a votação a descoberto. V. 3, I, 85

— dos que, por receio, votam contra a consciência nas votações a descoberto. V. 3, I, 85

— **FREIRAS**

— poucas ... Sr. Presidente! Tratem de propagar a espécie humana. V. 2, I, 269

— sacrificadas pela avareza de um cruel pai à bárbara prisão de um convento. V. 2, I, 271

— **FRIAS, Tenente-Coronel**

— entrega ao ..., do decreto de abdicação do Imperador. V. 3, I, 104

— **FRIVOLIDADE**

— das mulheres que se dedicam ao estudo. V. 2, I, 227

— FRUSTRAÇÃO
— do movimento revolucionário de 7 de abril. V. 3, I, 47
— FUGA
— do réu não pode dar indício de culpabilidade. V. 3, II, 10
— prova legal que dá a ... do réu. V. 3, II, 9
— FUNCIONÁRIOS
— devem ser bem sustentados pelo Estado. V. 3, I, 226
— distinção entre os federais e os do Estado, nos Estados Unidos. V. 4, II, 59
— exclusão de ... e oficiais. V. 3, I, V
— onde os escolhia o governo anterior ao 7 de abril. V. 3, I, 51
— Públicos
— a maior parte nas províncias são de eleição popular. V. 4, I, 247
— a maior parte tem sido boa defensora da liberdade dos povos. V. 4, I, 259
— criminosos; falta de energia que poderiam ter os magistrados para puni-los. V. 3, I, 45 e 46
— é entre os ... que se encontra a maior massa de luzes e capacidades. V. 4, I, 258
— grande número de ... que há na Câmara. V. 4, I, 69
— tentativa para captá-los, fazendo-lhes crer que seus direitos estavam ameaçados. V. 3, I, 75
— FUNÇÕES
— que pela Constituição não são confiadas ao Imperador, passam para a Assembléia Geral. V. 3, I, 26
— Municipais
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre o exercício das. (art. 169). V. 2, I, 3
— Políticas
— do Parlamento francês; quando passou a exercê-las. V. 4, I, 158

— "FUNDA DE DAVID"
— jornal ministerial. V. 3, II, 59

— FUNDAMENTO
— constitucional de qualquer recurso exige deferimento da queixa. V. 2, I, 126
— da nulidade da nomeação do tutor, feita pelo ex-Imperador D. Pedro I. V. 3, I, 26
— do arbítrio que se concede aos jurados, não se aplica aos Magistrados. V. 2, I, 215
— do art. 2º do projeto de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— FUSÃO
— das duas Câmaras da Assembléia-Geral. V. 3, I, X e 273

# G


— **GABINETE**

— do regresso. V. 4, II, 63

— ministerial; os serviços dos governos não se podem avaliar por vitórias e derrotas. V. 3, II, 237

— oposição ao ... da Regência Permanente, 1º. V. 3, I, 123

— **GALERIAS**

— manifestação do povo nas ... durante a discussão do projeto da Maioridade. V. 4, II, 290 e 300

— proibição de manifestações das ... V. 4, I, IX

— sinais de aprovação e desaprovação, que deram, na discussão do parecer sobre o expediente relacionado com a tentativa de restauração de D. Pedro. V. 3, I, 163

— viviam repletas durante a discussão da Maioridade. V. 4, I, VII

— **GALÉS**

— pena de ... perpétuas para os frades que vivem propagando suas doutrinas. V. 2, I, 261

— penas de que não estão isentos os condenados às ... V. 2, I, 148

— **GALVÃO, Antônio Manuel, Presidente da província do Rio Grande do Sul**

— fatos da revolução Farroupilha relatados em seus ofícios. V. 3, II, 248

— **GALVÃO, Inocêncio José. Deputado**

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **GALVÃO, Inocêncio Rocha**
— Vide ROCHA GALVÃO, Inocêncio

— **GALVÃO, Manoel Antônio. Deputado**
— assinatura no parecer da Comissão especial designada para dar parecer na denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 56
— assinatura no projeto de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119
— discussão do projeto que reduz para 15% os direitos de importação das mercadorias provenientes de todas as nações. V. 2, II, 100
— emenda sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 154

— **GALVÃO DA ROCHA**
— referência a . . ., líder revolucionário de 1824. V. 3, II, 51

— **GAMA, Antônio Pinto Chichorro da. Deputado.**
— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352
— discussão do requerimento do deputado Paula e Souza sobre o Código Criminal. V. 2, II, 336
— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara rejeitada pelo Senado, que proíbe a acumulação dos cargos de Bispo e Senador. V. 3, I, 275
— emenda para abolição da pena de galés. V. 2, II, 344
— referência à sua reeleição, quando foi nomeado Ministro, no fim da legislatura de 1833. V. 3, I, 146
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a denúncia do Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **GAMA, Bernardo José da. (Visconde de Goiana). Deputado**
— discussão do parecer da Comissão de Constituição da Câmara sobre a eleição do Regente, em virtude da Renúncia de Feijó. V. 3, I, 145

— discussão do projeto de fixação das forças navais e terrestres. V. 2, II, 266
— discussão do projeto de Resolução sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 123
— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres sobre a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 6
— emenda ao projeto da Comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145
— emenda ao requerimento do deputado Rodrigues Torres para a elaboração de Lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 6
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **GAMEIRO PESSOA, Manoel Rodrigues. (Visconde de Itabaiana).**

— V. 3, I, VIII

— **GARANTIAS**

— a instrução geral é a maior e melhor ... do Governo. V. 2, I, 182
—no Brasil são maiores do que seria justo e conveniente assegurar aos estrangeiros. V. 2, I, 132
— nomeação de um indivíduo para qualquer emprego público, não constitui uma. V. 3, I, 50
— o que são. V. 2, I, 171
— que a lei de imprensa em vigor oferece aos escritores. V 2, I, 213
— que deve ser dada à sociedade, para o exercício de empregos. V. 2, I, 82
— silêncio da Imprensa com o atropelo das ... do Cidadão. V. 2, I, 142
— suspensão das ... Constitucionais; casos em que se dá. V. 4, I, 248
— suspensão das ... em Pernambuco; denúncia contra os os Ministros da Guerra e Justiça, em 1829, V. 3, II, 41
— suspensão de. V. 3, I, 45
— suspensão de ... em Pernambuco não atingiu a liberdade de escrever. V. 3, II, 70

— **GARRAFADAS**

— de março; ensaio das forças do Partido de D. Pedro I. V. 3, I, 168

— **GARROTE DA IMPRENSA**

— lei do. V. 2, I, 149

— **"GAZETA"**

— da Paraíba. V. 3, II, 66

— Paraibana; insultos feitos à pessoa do Imperador. V. 3, II, 75

— Ministeriais que convidam o povo ao cepo antigo do absolutismo. V. 3, II, 67

— **GAZETEIROS**

— venais; injúrias feitas por. V. 2, I, 210

— **GEMIDOS DO DESGRAÇADO**

—silêncio da Imprensa com os. V. 2, I, 142

— **GENERAIS**

— competência que têm na Inglaterra, para fazer proclamações em caso de assédio ou bloqueio. V. 2, I, 9

— de um exército em campanha; o cargo de maior confiança. V. 2, I, 84

— estrangeiros; emprego de. V. 2, I, 84

— nas Províncias, podendo ser suspensos pelo Presidente, em Conselho, é natural que os Magistrados também o possar ser. V. 3, I, 113

— naturalizados devem ser excluídos da função de. V. 2, I, 84

— os oficiais são a garantia de sua fidelidade. V. 2, I, 85

— que compõem um Exército. V. 2, I, 85

— **GENERAL BALCARCE**

— propinas que devem lhe ser pagas. V. 3, I, 282

— **GENERAL DAS ARMAS**

— que, com os Juízes de Paz foram à presença do Imperador, no 7 de abril de 1831. V. 3, I, 104

— **GENERAL GUIDO**

— propinas que lhe devem ser pagas. V. 3, I, 282

— **GENERAL VITORIOSO**

— que se demite, é porque foi grande a sua perseguição. V. 3, II, 256

— **GENERALIDADE**

— da doutrina de cidadania da Constituição. V. 2, I, 39

— de José Bonifácio, ao perdoar o Imperador, aceitando a investidura na tutoria de seus filhos. V. 3, I, 27

— do artigo 6º da Constituição. Impossibilidade de se admití-la. V. 2, I, 21

— do Governo. V. 2, I, 28

— dos brasileiros, depois da vitória do sete de abril. V. 3, I, 18

— dos brasileiros; o projeto nº 37 da Câmara é mais uma prova da. V. 3, I, 51

— que o Brasil deve ter com Portugal. V. 2, I, 91

— **GENGIS-KAN**

— referência a. V. 3, I, 87

— **GÊNIO**

— do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), propenso a toda espécie de estragos e horrores. V. 3, II, 88

— **GEOMETRIA**

— dificuldade de encontrar professoras que ensinem ... às meninas. V. 2, I, 226

— **GERAÇÕES POLÍTICAS**

— do Império se formavam no Parlamento. V. 4, I, X

— **GERVASIO. Deputado**

— Vide PIRES FERREIRA, Gervásio

— **GETÚLIO, Gabriel ... Monteiro de Mendonça. Deputado**

— indicação, sugerindo que se fixe a dotação do Imperador. V. 3, I, 221

— Voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117

— **GIBBON**
— referência a Edward Gibbon. V. 2, I, 186

— **GOIANA, Visconde de. Deputado**
— vide GAMA, Bernardo José da.

— **GOIÁS**
— onde a discórdia sacode o seu facho. V. 4, II, 157

— **GOIÁS, Duquesa de.**
— nomeação da. V. 3, I, 248

— **GOLPE DE ESTADO**
— assim como o Governo, a Câmara também não os deve dar. V. 4, I, 222
— de 30 de julho de 1832. V. 4, I, 167
— pelo qual D. Pedro II subiu ao Poder. V. 4, I, VII
— recursos à força, praticados pelos governos constituídos. V. 4, II, 216

— **GOMES, João de Medeiros. Deputado**
— assinatura no Parecer da Comissão de Justiça Civil sobre a interpretação dos artigos 24 e 34 da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 219

— **GOMES, Maria Beatriz Nascimento Freitas**
— ajuda para a elaboração desta obra. V. 2, I, XV

— **GOMES DE CAMPOS, Francisco. (Barão de Campo Grande). Deputado**
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 24

— **GOMES DA FONSECA, Manoel. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela destituição do tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— **GOMES RIBEIRO, Francisco Joaquim. Deputado**

— discussão do pedido de urgência para o projeto de maioridade de D. Pedro apresentado pelo Deputado Antônio Carlos. V. 4, II, 282
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **GOMIDE, Antônio Gonçalves. Senador**

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a colonização por estrangeiros. V. 2, II, 172 e 173
— discussão do projeto de lei que proíbe a admissão no Império de frades e congregados estrangeiros exercendo funções religiosas. V. 2, I, 277
— discussão do projeto que autoriza o Banco do Brasil a emitir notas. V. 2, II, 44
— discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 166
— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 203
— indicação para que os projetos de naturalização sejam submetidos a uma comissão **ad hoc**. V. 2, I, 76
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto contra a destituição de José Bonifácio da tutoria. V. 3, I, 208

— **GOMIDE, Francisco Peixoto. Senador**

— discussão do projeto que concede prêmios aos que generalizarem o uso da vacina. V. 2, I, 254

— **GONÇALVES LEDO, Joaquim**

— Vide LEDO, Joaquim Gonçalves

— **GONÇALVES MARTINS, Francisco (Visconde de São Lourenço). Deputado**

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição da Câmara, propondo a eleição de um novo Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 144

— discussão do projeto de decreto sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 185
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 28
— discussão do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 229
— discussão do projeto de reforma Constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 239
— discussão do requerimento do deputado Holanda Cavalcântil, sobre a competência para promover à votação das reformas constitucionais. V. 4, I, 216
— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres para elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 4
— requerimento para que a Comissão da Assembléia Provinciais se pronuncie sobre as dúvidas por elas suscitadas sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 4
— requerimento pedindo o adiamento da discussão do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio como tutor, até que o Governo envie documentos comprovatórios das acusações. V. 3, I, 182
— voto a favor da lei de interpretação do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **GONÇALVES MARTINS, José. Deputado**

— assinatura no Projeto de Resolução da Comissão de Constituição, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3. II, 122
— discussão do projeto de banimento de D. Pedro I, V. 3, I, 245
— discussão do Projeto de Resolução autorizando os Ministros a participarem dos debates da Câmara. V. 3, II, 125
— indicação para que os Ministros assistam às sessões e tomem parte nos debates. V. 3, II, 119
— proposta de adiamento da discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 243
— retirada de sua primeira Indicação sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara.
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto contra a competência da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— **GONGO-SOCO**

— discriminação fiscal contra a sociedade de mineração de. V. 2, II, 149

— petição para a redução de direitos. V. 2, II, 149

— **GOSTO**

— que têm todos os homens de entrar nos cargos de governança. V. 2, I, 107

— **GOUVEIA, Lúcio Soares Teixeira de.**

— TEIXEIRA DE GOUVEIA, Lúcio Soares

— **GOVERNO**

— ação do ... Central nas províncias. V. 4, II, 118

— acusação de ... Anárquico. V. 3, I, 53

— acusação que se fazem ouvir contra o. V. 3, I, 65

— agentes do ... que nos tinha oprimido. V. 3, I, 51

— arma do ridículo que se tem usado para abater e desacreditar os atos do. V. 2, I, 167

— as nações não se governam senão pela política que querem. V. 3, II, 171

— ausência de ... com a Abdicação de D. Pedro I. V. 3, I, 12

— auxílio que merece para que sua marcha seja forte. V. 3, I, 261

— cada nação deve ter seu ... particular adaptado às suas circunstâncias. V. 4, II, 166

— cargos públicos que o ... tem dado a estrangeiros. V. 2, I, 110

— competência do ... Britânico para expedir proclamações com força de Lei, quando o Parlamento não está reunido. V. 2, I, 9

— competência para examinar os costumes dos naturalizados. V. 2, I, 72

— conduta dos ... Anti-Nacionais. V. 4, II, 221

— constitucional; é por sua natureza, um governo que encontra sempre muitas resistências. V. 3, II, 242

— constitucional; seu sustentáculo é a liberdade de imprensa. V. 2, I, 181

— da mentira. V. 4, II, 153
— de D. Pedro II; dúvidas quanto à legalidade do. V. 3, I, 30
— descapacidades. V. 3, II, 209 e 218
— desejo de todo ... é que o partido contrário saia da lei, para sopeá-los. V. 4, II, 244
— desejo que demonstra nos relatórios, de amontoar e adquirir poderes. V. 3, I, 184
— **Despótico**
— abominam a difusão das luzes. V. 2, I, 248
— ainda que não se chame tal. V. 4, I, 78
— só devem proporcionar o estudo da religião católica, porque ela recomenda a obediência passiva da autoridade. V. 2, I, 248
— detestado governo de Pedro I. V. 4, I, 172
— deve ser ouvido, antes que lhe sejam feitas increpações. V. 3, I, 165
— do Partido Chimango. V. 3, I, 175
— e título de D. Pedro II; o que têm a fazer as nações estrangeiras a respeito do. V. 3, I, 29
— emprego de estrangeiros pelo. V. 2, I, 87
— emprego que pode dar aos naturalizados. V. 2, I, 88
— do instinto. V. 3, II, 232
— entrega do ... pela Regência. V. 3, I, 81
— falar mal do ... absoluto é atacar os homens de bem. V. 3, I, 62
— foram instituídos para a felicidade dos povos. V. 4, I, 81
— fundados sobre conquistas; ilegalidade dos. V. 3, I, 5
— imbecil, fraco e incapaz. V. 4, II, 159
— influência que tem na maioria da Câmara. V. 4, II, 99
— ingerência que nos ... representaivos os homens têm nos negócios públicos. V. 2, I, 248
— monárquico e representativo, sendo o melhor, não deve haver receio de que seja derrubado. V. 2, I, 147
— não tem interesse que o Brasil se dilacere e que se estagnem as rendas públicas. V. 3, I, 174
— necessidade de se habilitar o ... a remover os maus empregados. V, 3, I, 35

— nenhum povo é virtuoso debaixo de um governo tirânico e perverso. V. 4, I, 40
— o ... do Rio de Janeiro não consta de aristocratas. V. 3, I, 130
— opróbios de que os órgãos andradistas enchiam o governo e a maioria da Câmara. V. 3, I, 198
— o que deve governar a Nação são os princípios da justiça e da razão. V. 4, II, 160
— Oligárquico — o que lhe segue é a anarquia. V. 4, I, 72
— oposição que há em todos os ... livres e que tendem a aumentar as liberdades públicas. V. 3, II, 255
— Paternal. V. 2, I, 9
— participação no; direito político. V. 2, I, 82
— poderá naturalizar quem lhe aprouver, na ausência de de uma lei de naturalização. V. 2, I, 110
— preferência no Brasil pelo ... absoluto. V. 4, I, 99
— princípios do... quanto ao emprego de braços escravos. V. 2, I, 60
— prostituído. V. 4, II, 275
— qualquer povo tem o direito de estabelecer um ... democrático. V. 3, II, 75
— que mendigam votos. V. 4, II, 221
— regenciais; sempre são turbulentos. V. 4, II, 259
— regencial; é sempre fraco, segundo os publicistas. V. 3, I, 108

— **Representativo**

— condições do. V. 3, II, 173
— é governo de balanço. V. 4, I, 74
— é indispensável no.... que os cidadãos tenham os conhecimentos necessários para o desempenho dos cargos públicos. V. 2, I, 248
— é o único capaz de fazer a felicidade e a prosperidade das nações. V. 2, I, 141
— onde não convém. V. 2, I, 181
— por que suspirou o Brasil, tão logo desaferrou das prisões de Portugal. V. 2, I, 141
— possa durar arraigado na nossa Pátria, tantos séculos quanto durar o Brasil. V. 2, I, 141

— requisitos para o desempenho do... Federativo. V. 4, II, 44

— reserva ao... do conhecimento da importância dos serviços prestados pelos naturalizados. Aprovação da emenda. V. 2, I, 81

— revolucionário; da rebelião de Afogados; Pernambuco, 1829. V. 3, II, 50

— revolucionário é o... V. 3, I, 65

— sem ... não há liberdade. V. 3, I, 305

— se tem força para remover o tutor, por que não apanha os criminosos? V. 3, I, 194

— só não estavam no abandono os cargos públicos por termos um... absoluto. V. 2, I, 107

— sobre o... não deve recair a menor sombra de ilegalidade ou usurpação. V. 4, II, 226

— temporário não tem condições de oprimir o Brasil. V. 3, I, 60

— tem sido um grande anarquizador do Brasil. V. 4, II, 159

— tem soprado o espírito do federalismo. V. 3, I, 66

— tendem a restringir as liberdades públicas. V. 3, II, 255

— tentativa do... para colocar nos empregos os inimigos encarniçados do Brasil. V. 3, I, 33

— timoratos; sempre queriam ver o que se imprimia. V. 2, I, 170

— timoratos; seu poder mal constituído. V. 2, I, 170

— triúnviros é um monstro de 3 cabeças, 6 braços e 6 pernas. V. 3, I, 80

— usurpador dos direitos da família imperial. V. 4, II, 210

— **GRADUAÇÃO**

— das penas, nos delitos de Imprensa. V. 2, I, 185

— **GRANCHOS (Irmãos)**

— referência aos. V. 3, I, 87

— **GRADAÇÃO**

— a inexistência do princípio de ... da pena é um convite ao crime. V. 2, I, 149

— dificuldade que há para ser estabelecida pelo Juri a ... da pena. V. 2, I, 177
— dos delitos entre falar mal do Imperador e contra o mesmo escrever calúnias pela Imprensa. V. 2, I, 146

— **GRATIDÃO**
— de José Bonifácio para com a Bahia. V. 3, I, 311

— **GRATIFICAÇÃO**
— do cargo de Presidente do Ministério. V. 4, II, 198
— maior que se dava no Ceará a quem matava do que a quem prendia. V. 4, II, 116
— negação ao cirurgião encarregado da vacina em Santa Catarina. V. 2, I, 253
— para os professores, depois de doze meses de exercício. V. 2, I, 224

— **GRAVIDADE**
— das circunstâncias desde o mês de abril de 1831. V. 3, I, 71

— **GRAVURA**
— meio de perpetuar o pensamento. V. 2, I, 166
— podem ser tão perigosas quanto os escritos. V. 2, I, 158
— quando sediosa, difamatória ou imoral, deve ser punida como delito de imprensa. V. 2, I, 157

— **GROTIUS, Hugo**
— citação de. V. 3, I, 29
— citação de... sobre abdicação. V. 3, I, 30

— **GUARDAS**
— Municipal. V. 2, I, XII
— Nacional; bravura. V. 4, I, 203
— devem estar em harmonia com as necessidades do país. V. 4, II, 9
— instituição francesa. V. 2, I, XII

— **GUEDES, João Huet de Bacelar Pinto, Juiz de Paz**
— representação pedindo a declaração de anistia no Rio de Janeiro. V. 2, II, 390

— **GUERRA**

— aos atos da administração que se findou em 7 de abril. V. 3, I, 67

— continuação da ... Civil no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 188

— contra os escritores em todo o Brasil. V. 2, I, 216

— crime que há em açular os partidos à ... Civil. V. 3, I, 73

— flagelo da... Civil que D. Pedro I nos deixava, em troca do trono que lhe demos. V. 3, I, 19

— iminência da... Civil. V. 4, I, 172

— imprudência, mantida por D. Pedro I, para diminuir as forças do Exército Brasileiro. V. 3, I, 154

— meios de previnir a... Civil segundo o Imperador, em 6 de abril de 1831. V. 3, I, 104

— na hipótese de... Civil os naturalizados ficarão ao lado dos países de origem. V. 2, I, 105

— na hipótese de rejeição das reformas constitucionais. V. 4, I, 220

— no Rio Grande do Sul. Vide Farroupilha

— no Rio Grande do Sul. Vide Farrapos

— por que têm passado as nações mais cultas da Europa. V. 2, I, 91

— que haveria no Brasil, se os restauradores tentassem levantar a cabeça. V. 3, I, 74

— que tem declarado o Ministro da Justiça aos perturbadores da ordem pública. V. 3, I, 130

— surda e lenta entre a autoridade e a opinião pública. V. 3, I, 257

— **GUIANA**

— ameaça que fez o Duque de Richelieu de tomar posse da Guiana pela força. V. 3, II, 203

— devolução à França, estipulada pelo Art. 10 do Tratado de Paris. V. 3, II, 203

— restituição à França, foi feita mediante o reconhecimento dos limites definitivos com o Brasil. V. 3, II, 203

— restituição à França foi feita pelo Tratado de 1817, com garantia da mediação inglesa, no caso de contenda entre França e Portugal. V. 3, II, 203

— **GUERRA. Deputado**

— Vide BRITO GUERRA, Francisco de.

— **GUSTAVO**

— perigo que há de voltar a ocupar cargos no país que ele tem constantemente hostilizado. V. 3, I, 34

— **GUSTAVOS**

— e Belmontes continuem a sentenciar os brasileiros. V. 3, I, 51

— nomes que não devem ser pronunciados na tribuna nacional. V. 3, I, 52

— **GUIZOT**

— doutrina avançada por. V. 3, II, 172

# H


— **HABEAS-CORPUS**

— discussão sobre o. V. 2, II, 361

— o que se verificou na Relação, durante o julgamento de ... de um dos implicados na conspiração restauradora. V. 3, I, 195

— questão do. V. 2, I, XIII

— suspensão do ... na Inglaterra. V. 4, I, 157

— **"HABENDA EST PRO LEGE QUAM REPROBARE? AUT SINE ECCLESIAE AUCTORITATE NOTARE NON LICET"**

— V. 3, II, 217

— **HABILIDADE**

— que têm como conspiradores os chefes do Partido Restaurador. V. 3, I, 73

— que tem o Deputado Ernesto Ferreira França para lançar o odioso sobre os que não são de sua opinião. V. 3, II, 111

— **HABILITAÇÃO**

— para o gozo dos direitos políticos aos menores de 25 anos, através da naturalização. V. 2, I, 102

— **HÁBITO**

— antigo que herdamos de não desejar que as mulheres aprendam a ler, por motivos que a decência manda calar. V. 2, I, 228

— de liberdade ainda não está arraigado entre nós. V. 4, II, 265

— **HAITI**

— decreto de Independência do. V. 4, I, 5

— **"HANSARD'S PARLIAMENTARY DEBATES"**

— que a Biblioteca do Senado possuiu. V. 4, I, IV

— **HARMONIA**

— em que deve estar o povo com seus representantes. V. 4, I, 67

— **HENRIQUES DE REZENDE, Venâncio. Deputado**

— apresentação de emenda ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, na Câmara (1830) V. 2, I, 201

— autor do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, VIII

— discussão da emenda ao projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 245

— discussão da emenda do Senado ao projeto de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 298

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 5

— discussão das emendas ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 91

— discussão do art. 5º do projeto de fixação das forças navais; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 265

— discussão do parecer da Comissão de Constituição da Câmara, sobre a eleição do Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 145 e 146

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia. V. 3, I, 39

— discussão do parecer da comissão especial, sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 140

— discussão do parecer do projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. (art. 3º) V. 2, II, 144

— discussão do pedido de urgência para o projeto sobre a maioridade de D. Pedro II, apresentado pelo Deputado Antônio Carlos. V. 4, II, 284

— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. V. 2, II, 231

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 25

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional; art. 2º V. 4, II, 43
— discussão do projeto de lei sobre a Guarda Nacional. V. 2, II, 263
— discussão do projeto que dispõe sobre as atribuições e deveres da Regência. V. 3, I, 82
— discussão do requerimento do Deputado Rodrigues Torres para elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 3
— discussão do requerimento para impressão do projeto de lei sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 56
— discussão do requerimento para que as representações sobre reforma constitucional sejam enviadas ao Senado. V. 4, I, 25
— emenda à proposta de autorização para as reformas constitucionais. V. 4, I, 18
— esclarecimentos sobre a questão de ordem relativa ao projeto de maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 201
— manifesta-se a favor do projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 131
— manifesta-se afirmando que votará contra o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, por não concordar com sua epígrafe. V. 2, I, 201
— manifesta-se contra o adiamento da discussão do decreto de remoção do Tutor. V. 3, I, 182
— manifesta-se sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 184
— participa a ausência do deputado Carneiro da Cunha da sessão de proclamação da maioridade do Imperador. V. 4, II, 310
— pedido para que seja franqueado à publicação o parecer da Comissão Eclesiástica da Câmara sobre o celibato clerical. V. 2, I, 283
— pedido para que se mande chamar o General Francisco de Lima e Silva para tomar posse do cargo de membro da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 14
— projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 243
— questão de ordem sobre o projeto da maioridade de D. Pedro, do deputado Carneiro Leão. V. 4, II, 221
— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137

— requer a inclusão na Ordem do Dia do projeto sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 91
— requerimento de urgência para a discussão do projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 22
— requerimento para que se discuta a constitucionalidade do art. 121 da Constituição. V. 4, II, 229
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó) V. 3, II, 117

— **HERDEIRO PRESUNTIVO DA COROA**
— V. 4, II, 250

— **HERESIA POLÍTICA**
— que seria entre nós o sistema republicano, na situação crítica de nossos negócios. V. 3, I, 249

— **HERMENÊUTICA**
— para defender revolucionários. V. 3, II, 73
— principal regra de ... jurídica. V. 2, I, 27

— **HERMETO**
— Vide CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto

— **HERÓIS**
— os deputados que são ... não podem exigir que os outros o sejam igualmente. V. 3, I, 86
— têm sido o flagelo do universo. V. 3, I, 87

— **HIPERTROFIA**
— do Parlamento, no início de nossa vida constitucional. V. 4, I, III

— **HIPOCRISIA**
— política que é a resposta do Visconde de Pedra Branca à intimação do Senado para que viesse tomar assento de sua cadeira. V. 3, I, 317

— **HIPOTECA**
— de rendas para pagamento de empréstimos. V. 3, I, 300

— HISTÓRIA

— **Da Companhia de Jesus no Brasil**

— V. 2, I, X

— **Da decadência do Império Romano**

— referência à obra de Gibbon. V. 2, I, 186

— de uma revolução de fatos isolados, guardada apenas a ordem cronológica, pouco satisfará. V. 3, II, 246

— diletantes da ... fórmula sediça que criaram a respeito do Parlamento. V. 3, I, III

— **Do Império, Primeiro Reinado**

— V. 3, I, IX

— **Dos Fundadores do Império do Brasil**

— V. 2, I, III e X

— **Moderna do Brasil**

— obra em elaboração do Professor José Honório Rodrigues. V. 2, I, VII

— **Parlamentar**

— elaboração futura de uma. V. 2, I, IX

— elementos para a. V. 2, I, VII

— é um dos capítulos de maior animação da História do Brasil. V. 4, I, XI

— não é ainda um gênero em nossa historiografia. V. 3, I, III

— tem que ser escrita com emoção, com sentimento. V. 4, I, XI

— **Prática do Habeas-Corpus**

— V. 2, I, XIII

— **Historiografia**

— dívida da ... brasileira para com o Parlamento. V. 3, I, IV

— relações do Parlamento com a. V. 2, I, III

— **"Hoc est urgere modestiam SENADTUS, et eandem vim ad me tramittere"**

— V. 2, I, 12

— **HOLANDA**

— o único país onde não existia censura prévia. V. 2, I, 193

— Vide ALBUQUERQUE, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcânti de

— **HOLANDA CAVALCANTI, Antônio Francisco de Paula e de Albuquerque. (Visconde de Albuquerque). Deputado, Senador**

— apresentação do projeto sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 205

— concorrente de FEIJÓ para a eleição da Regência. V. 3, I, VII

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 13

— discussão da Resolução que concede loterias para proteção a uma indústria. V. 2, II, 153

— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação de todas as nações. V. 2, II, 98

— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201

— discussão do parecer da Comissão de Constituição, sobre a recusa dos Ministros em prestarem informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, em 1829. V. 3, II, 43

— discussão do parecer da Comissão de Constituição, sobr a a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 187

— discussão do parecer da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 139 e 146

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 98

— discussão do projeto de recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 194

— discussão do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 231

— discussão do projeto de sua autoria. V. 2, II, 196

— discussão do projeto de sua autoria, sobre recrutamento. V. 2, II, 201

— discussão do projeto sobre o reconhecimento da dívida nacional. V. 2, II, 3

— discussão do requerimento de sua autoria, sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 220
— discussão do requerimento do deputado Diogo Antônio Feijó, pedindo informações ao governo sobre o Núncio e os Eclesiásticos desembarcados na Corte. V. 2, I, 279
— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres, para elaboração do projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 8
— discussão do requerimento do Senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional vá a uma comissão especial. V. 4, II, 146
— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena, sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 85 e 86
— discussão do requerimento do senador Vergueiro sobre as dúvidas na interpretação do artigo 10 § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 127 e 131
— discussão do requerimento para que a Resolução que concede loterias para uma fábrica de papel, volte à Comissão. V. 2, II, 156
— emenda ao parecer da comissão ad hoc sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 181
— emenda à Resolução do deputado Almeida e Albuquerque, sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 147
— esclarecimento sobre a questão de ordem relativa ao projeto de maioridade de D. Pedro II, V. 4, II, 201
— esclarecimentos sobre a questão de ordem relativa ao quorum necessário para haver sessão no Senado. V. 4, II, 149
— esclarecimentos sobre os projetos dos deputados Rafael de Carvalho e Souto Maior. V. 4, II, 204
— participa a ausência do Visconde de São João da Palma, na sessão de proclamação da Maioridade do Imperador. V. 4, II, 310
— projeto de lei de fixação das forças militares. V. 2, II, 194 e 195
— proposta para que se trate, na sessão extraordinária de 1829, da suspensão das garantias individuais em Pernambuco. V. 3, II, 41

— referência a. V. 3, II, 117
— requer contagem dos votos dados ao projeto de banimento de D. Pedro I, aprovado por 61 a 19. V. 3, I, 247
— requer o adiamento da discussão do parecer da Comissão da Câmara, sobre a designação do tutor, feita por D. Pedro I, a fim de que seja o assunto tratado em Assembléia Geral. V. 3, I, 25
— requerimento para que a Câmara decida sobre a competência exclusiva da Câmara em proceder às reformas Constitucionais. V. 4, I, 216
— resposta a Evaristo da Veiga, na discussão do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 194
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **HOMEM** . .
— a instrução é o maior inimigo do . . . botafogo V. 2, I, 182
— a população adventícia que nos convém trazer deve ser de . . . industrioso. V. 2, I, 77
— casado árvore difícil de se arrancar. V. 2, I, 71
— de letra não é tão perigoso. V. 2, I, 188
— de letra número reduzido dos que poderão vir nos procurar para se naturalizarem. V. 2, I, 77
— de pouca inteligência. V. 2, I, 74
— encargos que pesam sobre . . . casado. V. 2, I, 75
— é produto de sua organização. V. 3, I, 86
— não se faz; nasce feito. V. 3, II, 141
— solteiro fardo que mais custa transportar. V. 2, I, 60

— **HOMENAGEM**
— que se deve à Nação brasileira, da qual provém todos os poderes. V. 3, I, 88

— **HONÓRIO**
— Vide CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto

— **HONRA**

— é o princípio da Monarquia, supondo-se o maior esplendor e aparato em torno do Chefe da Nação. V. 3, I, 222

— Os Ministros têm bons ordenados e grandes honras. V. 3, II, 37

— **HORROR**

— à tirania. V. 3, II, 98

— com que encaram o Sete de Abril, os beneficiários do governo deposto. V. 3, I, 151

— que causa a Portaria do Ministro da Guerra de 1º de agosto de 1831. V. 3, II, 116

— que inspiram as comissões militares. V. 3, II, 102

— **HOSTILIDADE**

— à causa nacional dos Gustavos, Belmontes e Pardais. V. 3, I, V

— à causa nacional; pequenos fatos que, não sendo criminosos, mostram. V. 3, I, 52

— razões da abertura das ... na revolução Farroupilha. V. 3, II, 253

# I


— **IBIAPINA, José Antônio Pereira. Deputado.**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **IDADE**

— cada idade tem a sua opinião. V. 3, II, 172

— contradição entre a idade para naturalizar-se e o limite para gozo dos direitos políticos. V. 2, I, 131

— de 21 anos para a naturalização; aprovação da emenda que fixa a. V. 2, I, 81

— de 21 anos para a naturalização não é recomendável. V. 2, I, 132

— de 25 anos para a naturalização; rejeição da emenda que fixa a. V. 2, I, 81

— em que pode o indivíduo reputar-se homem. V. 2, I, 61

— limite de ... para a eleição do Regente. V. 3, I, 89

— limite mínimo para naturalização. V. 2, I, 65

— mínima legal, para que o cidadão possa fazer declarações válidas. V. 2, I, 102

— mínima para votar aplica-se indistintamente a brasileiros e naturalizados. V. 2, I, 107 ...

— para a jubilação dos professores. V. 2, I, 225

— para gozo dos direitos políticos. V. 2, I, 61

— para naturalização; necessidade de se estabelecer. V. 2, I, 62

— para o casamento. V. 2, I, 61

— **IDÉIAS**

— adquiridas na escola deixam impressão profunda. V. 2, I, 224

— as mais exageradas devem ser toleradas. V. 4, II, 158
— chamadas à praça pública. V. 4, II, 54
— do povo não são, necessariamente as dos deputados. V. 3, I, 36
— dos folhetos são fornecidas pelos livros. V. 2, I, 189
— erradas de nossa civilização que a Imprensa dá à Europa. V. 2, I, 142
— filosófico-políticas; quando sua emissão é um mal. V. 2, I, 181
— luminosas do século e da nossa Constituição. V. 2, I, 144
— que circulam na Câmara, são as mesmas que se têm espalhado fora dela. V. 3, I, 153
— que no tempo da elaboração da Constituição dominavam o Brasil. V. 3, I, 95
— que vêm dos EE UU para serem aqui enxertadas. V. 4, I, 66

**— Absolutistas**

— que espalham os frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I. 260

**— Da Liberdade**

— que, estendendo-se por toda a Europa transbordaram para a América. V. 3, II, 254

**— Democráticas**

— propagandas pelos periódicos do Maranhão. V. 3, II, 59
— que germinaram no Rio Grande do Sul, pela contigüidade dos estados republicanos que o rodeiam. V. 3, II, 246

**— Dominantes**

— vai mal o homem de estado que não faz caso das. V. 4, II, 158

**— Exageradas**

— insinuadas ao povo. V. 3, I, 65
— suspeição de ... contra os que sustentam o governo regencial. V. 3, I, 67

**— Federativas**

— só apareceram na Câmara depois do Sete de Abril. V. 3, I, 248

— **Idênticas**
— devem ser enunciadas por palavras idênticas; axioma em legislação. V. 3, II, 79
— **Liberais**
— que o Brasil já professava antes da vinda de D. João VI. V. 4, II, 53
— sobre as quais se funda o nosso sistema de governo. V. 3, I, 89
— **Republicanas**
— não são próprias da idade apenas. V. 3, II. 176
— **Transmontanas**
— que espalham os frades estrangeiros no Brasil. V. 2. I, 260

— **ÍDOLO**
— de que carecemos. V. 3, I, 154

— **IGNORÂNCIA**
— a que se presta a Imprensa. V. 2, I, 142
— em que ficam os estrangeiros sobre os direitos de que gozam. V. 2, I, 63
— e negligência da Magistratura; acusação do Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, I, 133
— que havia nas vilas e lugares mais populosos de São Paulo, quando foi presidente da província o orador. V. 2, I, 223

— **IGREJA, A**
— e o Estado. V. 2, I, Parte VI, 259

— **IGUALDADE**
— coisas desiguais. V. 2, I, 228
— condição necessária à existência de todo povo livre. V.2, I, 141
— da lei. V. 2, I, 148
— da natureza e justiça de ambos os sexos. V. 2, I, 228
— de educação para ambos os sexos. V. 2, I, 226
— de direitos entre brasileiros e estrangeiros. V. 2, I, 75
— dos homens na sociedade; impraticabilidade. V. 2, I, 82

— entre brasileiros natos e naturalizados. V. 2, I, 83
— entre os que lutaram e os que assistiram à Independência. V. 2, I, 28
— princípios de. V. 2, I, 82
— tarifária nos direitos de importação. V. 2, II, 97

— **Da Lei**
— V. 2, I, 28

— **ILDEFONSO. Deputado.**
— Vide PESSOA, José Maria Ildefonso Jácomo da Veiga

— **ILEGALIDADE**
— da eleição de Feijó para o Senado. V. 3, I, 323
— da Regência, na hipótese de se negar autoridade à Assembléia extraordinária para a designação interina do tutor. V. 3, I, 23
— de projeto tendente a interpretar a Constituição. V. 2, I, 42
— dos arestos da Casa de Suplicação sobre a reforma das sentenças do Júri pela Justiça ordinária, nos delitos de Imprensa. V. 2, I, 214
— dos governos fundados sobre conquistas. V. 3, I, 5

— **ILHA**
— **De Mapá**
— ocupação pelos franceses. V. 3, II, 192

— **De Sant'Ana**
— no Rio Paraguai, por paraguaios. V. 3, II, 193

— **De Santa Catarina**
— vítimas da varíola na. V. 2, I, 254

— **ILHAS BRITANICAS**
— bloqueio das... decretado por Napoleão. Vide BONAPARTE, Napoleão.

— **ILUSTRAÇÃO**
— do país cabe às letras, e não às ciências. V. 2, I, 244
— do povo é maior do que se supõe. V. 3, I, 37

— IMIGRAÇÃO
— dos portugueses que combateram a causa da independência. V. 2, I, 111
— estímulos à. V. 2, I, 67
— que nos interessam. V. 2, I, 87
— vantagem de convocar a imigração. V. 2, I. 65

— IMITAÇÃO
— das nações cultas equivale a prescrever leis que não terão aplicação entre nós. V. 2, I, 226
— das opiniões da Câmara pelo povo, supô-la é fazer triste idéia do povo brasileiro. V. 3, I, 37
— dos Estados Unidos; tendência muito grande que há para a. V. 4, I, 244
— dos males de outras nações. V. 2, I, 148
— necessidade de... de outras nações, nas medidas para aumentar a população. V. 2, I, 74
— que constitui atribuir-se à Assembléia Geral poderes estritamente provinciais. V. 4, I, 227

— IMORALIDADE
— Pública
— acusação de Feijó, de que a Assembléia não quer por termo à. V. 3, I, 134
— conceito vago. V. 2, I, 159
— em que se encontra hoje o povo brasileiro. V. 3, I, 40
— enquanto continuarem os meios de... e corrupção não se poderá dar ao Brasil empregados públicos honrados, capazes e probos, apenas expulsando os maus. V. 3, I, 45
— estado na nossa... atual. V. 3, I, 248
— se a... de qualquer nação fosse razão para não se alterar sua Constituição, nunca haveria melhora na forma de qualquer governo. V. 4, I, 45
— tem sido apregoada e praticada com grande prejuízo da Nação. V. 4, II, 168

— IMPEACHMENT
— não foi definido na Constituição americana. V. 4, II, 72

— **IMPEDIMENTO**

— canônico para a eleição dos Bispos. V. 3, II, 222
— constitucional para o exercício de cargos por estrangeiros. V. 2, I, 62
— dos membros da Regência. V. 3, I, 91
— Legítimo de brasileiros ausentes. V. 2, I, 37

— **IMPERADOR**

— abdicação do... Pedro I. V. 3, I, 11
— Decreto do... que sancionou a Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 128
— delitos de falar mal do... e contra ele escrever injúrias na Imprensa. V. 2, I, 146
— despesas do ... são de 600 e 700 contos, não podendo, portanto, sustentar-se com a dotação de 400 contos fixada pela Câmara. V. 3, I, 228
— dizem que é muito poupado. V. 3, I, 229
— dotação do. V. 3, I, 221
— é cidadão privilegiado. V. 4, II, 260
— enquanto menor, pertence à Nação. V. 3, I, 26
— a Regência não substitui o. V. 3, I, 84
— as funções que não lhe incumbem, pela Constituição, passam à Assembléia Geral. V. 3, I, 26
— ataques e imputações dirigidas ao. V. 2, I, 201
— liberdade que deve ter na escolha do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 6.
— liberdade que tem para a escolha dos homens de sua confiança, nos cargos públicos. V. 2, I, 84
— não é pródigo. V. 3, I, 229
— não paga seus criados por falta de meios. V. 3, I, 225
— ofensa às atribuições do. V. 3, I, 6
— poder de veto suspensivo do; projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 75
— poder legislativo do. V. 2, I, 40
— referência ao... da Rússia. V. 2, I, 180
— referência ao... do Marrocos. V. 2, I, 135

— sanção do... à Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127
— saudação ao..., em 7 de setembro de 1828. V. 3, I, V
— saudação de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao..., como orador da deputação da Câmara no dia 7 de setembro de 1828. V. 3, I, 5
— sua casa de campo foi feita para nela viver um negociante. V. 3, I, 225

— IMPERATRIZ DO BRASIL
— continuação do pagamento da dotação de 100 contos. V 3, I, 233

— IMPERFEIÇÃO
— da legislação humana. V. 2, I, 30
— de nossas leis sobre a faculdade de falar. V. 2, I, 146

— IMPÉRIO
— ambiente político do... II. V. 2, I, III
— da Lei, que nas Revoluções desaparece pela opressão mútua dos partidos. V. 3, I, 57
— Luso-Hispano; fantasiado por D. Pedro I, V. 3, I, 162
— Romano; contribuição que deu para a sua decadência a admissão de estrangeiros. V. 2, I, 132

— IMPOPULARIDADE
— das concessões aos portugueses para naturalização. V. 2, I, 91
— da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 71
— do Ministério que provocou o 7 de abril. V. 3, I, 17

— IMPORTÂNCIA
— do Rio de Janeiro; a situação financeira do país e a. V. 4, II, 161

— IMPOSSIBILIDADE
— da exclusão do benefício da cidadania, fora dos casos previstos na Constituição. V. 2, I, 38

— IMPOSTO
— conceito de. V. 3, I, 302
— decretação ânua dos. V. 3, I, 302

— iniciativa das propostas sobre. V. 2, II, 103
— interprovinciais. V. 2, II, 105
— isenção de... de produtos exportados. V. 2, II, 105
— não se igualam. V. 4, I, 114
— o que é? V. 3, I, 302
— sobre capitais é inconstitucional. V. 3, I, 303

— **De Importação**

— Assembléias Legislativas Provinciais não poderão legislar sobre. V. 4, I, 212
— é pago pelos consumidores. V. 4, I, 240
— é provincial. V. 4, I, 239

— **IMPRENSA**

— abusos da... em Pernambuco. V. 3, II, 51
— acusação de que a... está assalariada ao governo. V. 3, II, 183
— tribuna da Assembléia circula por todo o país através da. V. 2, I, 171
— diferença entre a gravura e a. V. 2, I, 166
— entre nós deixa dormir tranqüilo o crime. V. 2, I, 142
— instituição que tanto há de contribuir para a nossa grandeza. V. 2, I, 179
— instrumento da ociosidade. V. 2, I, 142
— lei do garrote da. V. 2, I, 149
— liberdade de (lei regulamentar). Vide LIBERDADE DE IMPRENSA
— não difere da estamparia senão no processo que se emprega para tirar as cópias. V. 2, I, 167
— não há instrumento mais danoso do que a... bem manejada. V. 2, I, 172
— não nos deve aterrar. V. 2, I, 184
— não tem o poder mágico de dispor dos Impérios. V. 2, I, 184
— o que os estrangeiros publicam na... no Brasil. V. 2, I, 132
— os delitos de... são dos maiores que se praticam contra a sociedade. V. 2, I, 150

— palavra... tomada no sentido restrito pode dar causa a equívocos dos jurado. V. 2, I, 167
— papel da. V. 2, I, 142
— providências muito prudentes e muito sábias de que necessita a. V. 2, I, 178

— IMPRESSÃO
— da matéria em discussão, depois da 2ª leitura. V. 2, I, 55
— dos projetos de lei. V. 2, I, 54

— IMPRESSO
— diferença dos males que podem causar um ... e um autógrafo. V. 2, I, 150
— a lei de imprensa deve punir apenas o ... incendiário. V. 2, I, 177
— o sentido dos ... não pode ser fixado pela leitura de linhas destacadas. V. 3, II, 81

— IMPROPÉRIOS
— com que são atacados os deputados. V. 3, II, 145
— em vez de lançarmos ... contra os revolucionários, lastimemos a triste necessidade de punir erros de opiniões. V. 3, II, 83

— IMPROPRIEDADE
— da emenda do Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) ao projeto de naturalização. V. 2, I, 80

— IMPUNIDADE
— dos escritos dos estrangeiros, atentatórios ao governo, no caso de sua expulsão. V. 2, I, 151
— dos que o Ministro da Justiça reputa réus aflige-o. V. 3, I, 124
— geral, que se nota em toda parte. V. 4, II, 247
— "prefiro a impunidade dos pequenos delitos a estas insções policiais, dignas de Fouchés e Pombais". V. 3, II, 163

— IMPUTAÇÃO
— a que estão sujeitos os que se animam a emitir uma opinião livre, ou acusar uma autoridade mais elevada. V. 2, I, 149

— com o intuito de se desacreditar a maioria da Câmara. V. 3, I, 74
— de revolucionária que se faz à Câmara. V. 4, II, 68

— **IMUNIDADE**
— de violabilidade legal dos Magistrados. V. 3, II, 22
— que perdem os estrangeiros quando se naturalizam. V. 2, I, 78

— **"IN GENERALIBUS LATE ERROS"**
— V. 2, I, 28

— **"IN OMNEM TERRAM EXIVIT SONUS"**
— V. 2, I, 9

— **"IN QUO VOS SPIRICTUS SANCTUS POSSUIT EPISCOPUS REGERE ECCLESIAM DEI"**
— V. 3, I, 276

— **INAMOVIBILIDADE**
— dos Conselheiros de Estado. V. 4, II, 119

— **INAPLICABILIDADE**
— da Constituição aos fatos anteriores à Independência. V. 2, I, 23

— **INCAPACIDADE**
— de Feijó, como Regente. V. 3, II, 174
— do Monarca. V. 3, I, 12
— física ou moral do Imperador; competência da Assembléia para declará-la. V. 4, II, 234
— para ser deputado de Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro, deve ser declarada pela Câmara. V. 3, I, 265

— **INCÊNDIO**
— que pôs no teatro a cidadãos inermes. V. 3, I, 137

— **INCERTEZA**
— quanto ao estado civil dos brasileiros que se encontram no exterior. V. 2, I, 28

— quanto às tentativas de restauração, pela dificuldade de levá-la a efeito. V. 3, I, 159
— sobre a interpretação do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 22

— INCIDENTE
— entre o deputado Navarro de Abreu e o Sr. Carneiro Leão. V. 4, II, 278-9

— INCITAÇÃO
— dos ânimos que se fez no Rio de Janeiro. V. 3, I, 41

— INCLINAÇÃO PARA O BEM
— que tem a Nação brasileira. V. 2, I, 179

— INCLUSÃO
— no caso do art. 7º da Constituição dos que não aderiram à causa do Brasil. V.2, I, 43

— INCOERÊNCIA
— de princípios do deputado Ernesto Ferreira França na administração da província de São Paulo. V. 3, II, 111
— dos senadores que argumentam com a revogação da proclamação do Imperador de 08-01-1823 e combatem o projeto de cidadania. V. 2, I, 17

— INCOMPATIBILIDADE
— da legislação anterior à Constituição com esta. V. 2, I, 16
— da paz e da segurança interna com certos homens. V. 3, I, 136
— entre a Constituição e a proclamação do Imperador. V. 2, I, 21

— INCOMPETÊNCIA
— do Ministro da Justiça. V. 3, I, 124

— INCOMUNICABILIDADE
— dos presos, determinada pelo Ministério. V. 3, I, 123
— dos presos, sem lhes comunicar o motivo da prisão, permitida em Pernambuco, durante a insurreição dos Afogados. V. 3, II, 83

— **INCONFORMISMO MILITAR**

— não tem lugar certo. V. 4, I, VII

— **INCONSTANCIA**

— e versatilidade humanas, prevenidas pela Constituição. V. 4, I, 29

— **INCONSTITUCIONALIDADE**

— da criação de uma Comissão Militar em Pernambuco em 1829; parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 52

— das Comissões Militares. V. 3, II, 42

— em se atribuir aos presidentes de província e ao governo central o direito de punir empregados. V. 3, I, 55

— **INCONVENIENTE**

— apontado pelo Visconde de Maricá. V. 2, I, 55

— da multiplicidade de leis. V. 3, II, 19

— de medida geral no caso de Guilherme Platt cidadão inglês naturalizado antes da Independência. V. 2, I, 126

— do escrutínio secreto e do voto a descoberto nas votações parlamentares. V. 3, I, 86

— na demora da discussão da lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 108

— que resultaram à causa pública e ao crédito dos próprios conselheiros, a inexistência de um Regimento do Conselho de Estado. V. 3, II, 131

— **INCREDULIDADE**

— quanto à restauração de D. Pedro I. V. 3, I, 159

— **INCREPAÇÃO**

— de incapacidade lançada contra o ex-Regente Feijó. V. 3, II, 174

— **INDENIZAÇÃO**

— de despesas de viagem para os deputados provinciais que residirem fora da sede da Assembléia. V. 4, I, 214

— lei regulamentar da Constituição de 1824 para ... da propriedade do cidadão, quando o bem público exigir o uso e emprego da mesma (art. 179, § 22). V. 2, I, 4

— **INDEPENDÊNCIA**

— amigos extremosos da ... que se transformaram em absolutistas. V. 3, I, 56

— apenas separou Estados que estavam politicamente unidos. V. 2, I, 122

— convenção secreta adicional ao Tratado da. V. 3, I, 282

— decreto de ... do Haiti. V.4, I, 5

— do Brasil. Como foi encarada em Portugal. V. 2, I, 22

— do Judiciário é entendida a favor de seus membros porém não a favor dos interesses da Nação. V. 4, I, 235

— do Rio Grande do Sul; projeto apresentado para a. V. 4, II, 199

— do Senado, deixou de existir face à interpretação do art. 61 da Constituição. V. 4, I, 30

— dos Estados Unidos; causa da. V. 4, I, 243

— dos poderes não tem sido observada. V.3, II, 13

— D. Pedro I, obstáculo à nossa. V. 3, I, 19

— ensaio de ... em 1817. V. 4, II, 231

— tentativa dos inimigos do Brasil para destruírem a nossa. V. 3, I, 33

— tratado da. V. 2, I, 91

— vai ser uma realidade, a partir do dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 19

— **Do Brasil**

— estrangeiros que se naturalizaram portugueses, antes da. V. 2, I, 119

— estrangeiros que se opuseram à causa da. V.2, I, 111

— nações européias, adversas aos governos da América. V.2, I, 109

— não se deve a D. Pedro I, mas aos próprios brasileiros. V. 3, I, 245

— os que se declaram contra, não têm direito ao foro de cidadania. V. 2, I, 113

— proibição de se conceder carta de naturalização aos estrangeiros que se opuseram à. V. 2, I, 108

— **INDEPENDÊNCIA DOS MAGISTRADOS**

— necessidade de punir os abusos da. V. 4, I, 34

— **INDEPENDÊNCIA OU MORTE**

— V. 3, I, 5

— **"INDEPENDENTE, O"**

— interpretação que deu esse jornal à recusa de Antônio Carlos de Missão a Londres. V. 3, I, 251

— **INDICAÇÃO**

— apresentada à Câmara pelo Deputado José da Costa Carvalho, para que os projetos oriundos do Senado tenham apenas uma discussão. V. 2, I, 95

— apresentada pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 50

— apresentada por João Antônio Rodrigues de Carvalho, em aditamento à de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 51

— do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, para que os Ministros de Estado sejam excluidos das Comissões Parlamentares. V. 3, II, 35

— do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão do Código Criminal. V. 2, II, 327

— do deputado Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, propondo a fixação da dotação do Imperador. V. 3, I, 221

— do deputado José Gonçalves Martins, para a participação dos Ministros nos debates da Câmara; retirada. V. 3, II, 121

— do deputado José Gonçalves Martins, para que os Ministros assistam às sessões e tomem parte nos debates da Câmara. V. 3, II, 119

— do deputado José Lino Coutinho para que se estabeleça correspondência entre a Câmara e o Senado. V. 2, I, 93

— do deputado Limpo de Abreu para a designação de comissão especial designada a propor medida adequada à decretação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 270

— do deputado Manoel José de Souza França sobre os projetos de lei de responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 21

— do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, propondo a reunião da Assembléia Geral para a decretação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 271

— do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, de uma comissão mista para examinar o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 27

— do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, sobre a tramitação regimental dos projetos na Câmara. V. 2, I, 36

— do senador Antônio Gonçalves Gomide, sobre os projetos de naturalização. V. 2, I, 76

— do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho; encerramento da discussão. V. 2, I, 55

— em notas de pé de página, dos trechos citados. V. 2, I, XIV

— do senador José Saturnino da Costa Pereira para que o Senado se pronuncie sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem a sua participação. V. 4, I, 278

— **ÍNDICES**

— inexistência de. V. 2, I, IV

— **INDIFERENÇA**

— da população pelo projeto da maioridade. V. 4, II, 289

— **INDIGNAÇÃO POPULAR**

— que se manifestava contra os desafetos do Sete de abril. V. 3, I, 75

— **INDIGNIDADES**

— o orador, não sendo herói, se satisfaz de não ter cometido ... V. 3, I, 86

— **ÍNDIOS**

— cidadania dos. V. 2, I, 31

— civilizados adquirem tacitamente a cidadania brasileira. V. 2, I, 32

— que têm instrução e são escolhidos para cargos municipais. V. 3, II, 159

— **INDISCIPLINA**

— em que a Portaria do Ministro da Guerra iria lançar a tropa. V. 3, II, 116

— **INDOLÊNCIA**

— dos que governam. V. 3, II, 98

— **INDULGÊNCIA**
— do Senado. V. 3, I, 324

— **INDÚSTRIA**
— a palavra ... compreende as expressões ofício, ocupação e profissão. V. 2, I, 103
— dispensa da exigência de posse de ..., para concessão de cidadania. V. 2, I, 50
— estabelecimento de ... para naturalização. V. 2, I, 60
— proteção à. V. 2, II, 153

— **INÉPCIA**
— do Ministro da Marinha. V. 3, II, 116

— **INÉRCIA**
— que existia no Brasil antes de 1808. V. 2, I, 133

— **INEXEQÜIBILIDADE**
— das leis para a punição dos funcionários públicos. V. 3, II, 23

— **INEXISTÊNCIA**
— da revalidação da cidadania, na Constituição. V. 2, I, 31
— de Regimento Interno no Senado. V. 2, I, 56

— **INFALIBILIDADE**
— não é partilha do gênero humano. V. 3, II, 178

— **INFAMES PROCEDIMENTOS**
— para os quais se quer a aprovação da Câmara. V. 3, I 188

— **INFLUÊNCIA**
— oculta nas votações. V. 4, II, 129
— perniciosa que atualmente dirige o Brasil. V. 4, II, 262
— portuguesa no Brasil, acentuando as resistências às reformas. V. 2, I, XII
— que, dadas às nossas peculiaridades, podem exercer entre nós os estrangeiros. V. 2, I, 133
— que os jornais exercem nos países livres. V. 3, I, 65
— que sobre as leis têm os costumes. V. 2, I, 133
— que têm os Bispos nas suas dioceses. V. 3, II, 210

— **INFORMAÇÕES**
— que circulam na cidade, sobre a Restauração. V. 3, I, 173

— **INFRATORES**
— da Constituição devem ser punidos para que ela possa ser sustentada. V. 3, II, 43

— **INFRINGÊNCIAS**
— da Constituição na criação da Comissão Militar em Pernambuco, em 1829. V. 3, II, 54

— **INGERÊNCIA**
— do Tutor em negócios políticos. V. 3, I, 181
— nos negócios internos das nações. V. 3, I, 30
— que os homens têm nos negócios públicos, nos governos representativos. V. 2, I, 248

— **INGLATERRA**
— aristocracia da. V. 3, I, 286
— chegada de Antônio Carlos à ..., onde esperava encontrar o Duque de Bragança. V. 3, I, 194
— debate nas Câmaras da ... sobre a questão do Oiapoque. V. 3, II, 197
— deficiência das instituições da. V. 3, II, 4
— dotação do Rei da. V. 3, I, 225
— exame de passaportes na. V. 3, II, 164
— exemplo da ... na concretização das reformas. V. 3, I, 260
— exemplo da ... na sucessão do trono pelos príncipes da casa Imperial. V. 3, I, 91
— exemplo da ... no caso da liberdade de Imprensa. V. 2, I, 147
— exemplo da ... no caso de naturalização. V. 2, I, 79
— exemplo da ... onde o povo se reúne para fazer petições. V. 3, I, 198
— exemplo da ... onde os Juízes de Paz têm muito poder. V. 3, II, 162
— exemplo da ... para o recrutamento de marinheiros; aplicação dessas medidas ao Brasil. V. 2, I, 79

— exemplo da ... quanto à mudança dos empregos públicos, quando ocorre mudança de administração. V. 3, I, 48
— exemplo da ... sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 123
— exemplos que não se aplicam a nosso país. V. 4, I, 67
— facilidade com que na ... se congrega o poder legislativo. V. 3, I, 305
— falas do trono da. V. 3, I, 308
— fonte donde temos copiado muitas das nossas instituições. V. 4, II, 241
— garantia da ... no Tratado de limites com a Guiana; Tratado de Utrecht, art. 16. V. 3, II, 202
— grande mestra que nos ensinou o sistema que nos rege. V. 4, II, 241
— inexistência de Constituição sistematicamente coordenada. V. 4, I, 156
— inutilização que tem feito dos planos da Santa Aliança. V. 2, I, 125
— inviolabilidade dos deputados na. V. 4, I, 234
— Juízes de Paz na ... são lugares ambicionados pelos grandes do Reino. V. 3, II, 161
— julgamento dos Magistrados pelas Câmaras legislativas. V. 4, I, 254
— lei sobre a liberdade de pensamento proposta por Pitt, na ... durante, a Revolução Francesa. V. 2, I, 186
— mediação da ... deve ser pedida pelo Brasil, no caso do Oiapoque, para verificação de limites. V. 3, II, 204
— medidas que tomou para chegar a ser a primeira potência marítima. V. 2, I, 80
— nação que é o tipo das nações constitucionais. V. 4, II, 241
— não possui tutores nem Regentes. V. 4, II, 241
— navios da ... que enchem nossos portos. V. 3, I, 293
— onde há opulência, sem federação. V. 4, I, 120
— os atos legislativos servem de Constituição. V. 4, II, 167
— princípio da sujeição da autoridade militar de que se orgulha a. V. 3, II, 165
— princípios sobre a liberdade de imprensa vigente na ... que devem ser aplicados ao Brasil. V. 2, I, 149

— privilégio que merece esta Nação briosa. V. 2, I, 125
— proibição que havia na ... de publicar os debates parlamentares. V. 2, I, 194
— proposições que fez ao governo o Ministro da. V. 3, I, 308
— publicação dos debates parlamentares pelos jornais na. V. 2, I, 190
— que já foi república, hoje é monarquia. V. 4, I, 114
— recurso à intermediação da ... que o governo brasileiro deveria invocar na questão do Oiapoque. V. 3, II, 196
— referência ao exemplo da Câmara dos Comuns da ... em matéria de poder de emenda ao Orçamento. V. 3, I, 335
— referência ao 1º Ministro Pitt, que, com 22 anos governa a. V. 3, I, 89
— referência ao tempo de eleições na. V. 3, II, 60
— relações entre as Câmaras. V. 2, I, 54
— restrições no gozo de direitos dos estrangeiros. V. 2, I, 75
— risco que correu de se precipitar no cáos dos turbilhões franceses. V.2, I, 173
— suporte parlamentar do governo durante o rompimento com a. V. 4, I, III
— tramitação legislativa na. V. 4, I, 33
— Tribunais da. V. 3, II, 4
— tribunais da ... a que estão entregues os brasileiros. V. 3,I, 291

— **INGLESES**
— apego que têm às suas instituições. V. 3, II, 4
— devem ser recebidos de braços abertos. V. 2, I, 125
— franceses e alemães, são os que mais nos servem para naturalizar-se. V. 2, I, 72

— **INHAMBUPE, Marquês de**
— Vide CUNHA, Antônio Luiz Pereira da

— **INICIATIVA**
— da Câmara em matéria financeira. V. 3, I, 335
— das leis entre nós não compete ao governo, mas sim aos membros das Câmaras. V. 3, II, 124
— sobre impostos. V. 2, II, 103

— **INIMIGOS**
— acérrimo de todas as reformas, que foi o sr. deputado Montezuma. V. 3, I, 151
— da causa sagrada. V. 2, I, 37
— da Constituição devem ser afastados da representação nacional. V. 3, I, 267
— da Constituição já vão levantando a cabeça em todo o Império. V. 3, I, 34
— da Constituição; medidas que se deve tomar contra os. V. 2, I, 114
— da liberdade e da Independência, expulsos dos empregos pela opinião pública. V. 3, I, 34
— das liberdades públicas; acusação contra o governo. V. 3, I, 65
— deve-se fazer justiça até aos. V. 3, II, 252
— do Brasil; tentativa do Governo para colocá-los no Governo, com o fim danado de acabar com a nossa Independência. V. 3, I, 33
— do glorioso acontecimento do 7 de abril; não o podem, por esse fato, ser processados. V. 3, I, 52
— não podemos continuar a ser governados por nossos. V. 3, I, 51

— **INIQÜIDADE**
— que seria negar a D. Amélia o direito que tem à sua decente subsistência. V. 3, I, 236

— **INJÚRIAS**
— à Câmara, a imputação de restauradora. V. 3, I, 70
— aos diplomatas; direito que os mesmos têm de acusar as que lhe forem feitas, como a qualquer brasileiro. V. 2, I, 160
— às intenções puras dos autores do ato constitucional. V. 4, II, 48
— contra a pessoa do Imperante. V. 2, I, 201
— contra o Barão de Cairu (José da Silva Lisboa) e o Senado. V. 2, I, 12
— deve ser punida através do Código Criminal e não através da lei de Imprensa. V. 2, I, 158
— feitas à Assembléia, como se deve entender. V. 2, I, 210

— feitas a um deputado não são injúrias feitas à Assembléia Geral. V. 2, I, 210
— irrogada ao Presidente da Câmara. V. 4, II, 275
— pode ser vingada pela justiça ordinária, independentemente da lei de imprensa. V. 2, I, 195
— por palavras, gravuras ou pinturas compete ao Código Criminal. V. 2, I, 168
— por palavras, gravuras ou pinturas não podem ser compreendidas na lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 168
— que fazem as nações, intrometendo-se nos negócios internos das outras nações. V. 3, I, 30

— **INJUSTIÇA**
— arbitrariedades do governo na Cisplatina. V. 4, I, 106
— com que a oposição tem sido taxada de republicana. V. 3, I, 175
— o primeiro dos vícios. V. 3, I, 112

— **INOCENTE**
— não pode ter a certeza do êxito do processo. V. 3, II, 11
— que podem sofrer com a aplicação das aposentadorias e reformas compulsórias. V. 3, I, 63

— **INOVAÇÕES**
— a mocidade tem menos receio das. V. 3, II, 176
— imoderado desejo de... que parece ter infectado grande parte dos habitantes do Brasil. V. 4, I, 30

— **INSATISFAÇÃO**
— do país, com os agentes do regimem que dominava o Brasil, até o 7 de abril de 31. V. 3, I, 47

— **INSPEÇÃO ESCOLAR**
— necessidade de um sistema de. V. 2, I, 244

— **INSPEÇÕES POLICIAIS**
— "prefiro a impunidade dos pequenos delitos a estas inspeções policiais dignas de Fouchés e Pombais". V. 3, II, 163

— **INSTALAÇÃO**
— das Assembléias Legislativas Provinciais. V. 4, I, 210

— **INSTINTO**
— que leva o homem a procurar reaver os bens que perdeu; móvel da restauração. V. 3, I, 169

— **INSTITUIÇÃO**
— a nossa é confusa. V. 4, II, 167
— auxiliar da forma de governo. V. 4, II, 9
— brasileira não é derivada nem da aristocracia da Inglaterra nem do absolutismo da Rússia. V. 3, I, 286
— deve ser reformada legal e não revolucionariamente. V. 4, II, 167
— é mais obra dos séculos do que dos homens. V. 3, II, 27
— estudos sobre a... parlamentar na República. V. 2, I, 111
— liberal com que foi o país dotado. V. 3, II, 242
— não é conseqüência da instrução e virtude dos povos. V. 4, I, 46
— nem... feudal nem república do Piratini. V. 4, II, 64
— nossa... não é democrática. V. 3, II, 6
— pia; desviada de sua função. V. 4, II, 186
— política inútil, deve ser prescrita. V. 4, I, 51
— se esperarmos que o povo se civilize para ter boa..., não a teremos nunca. V. 4, I, 40
— social; nenhum povo a tem escrita melhor do que nós. V. 4, I, 116

— **INSTRUÇÃO**
— colégios de... pública (lei regulamentar). Vide COLÉGIOS.
— do Ministro da Justiça para cumprimento do Ato Adicional. V. 4, II, 49
— geral é a alma de todo governo bem constituido. V. 2, I, 182
— melhor organização do sistema de... pública. V. 3, II, 188
— necessária a todos os cidadãos. V. 2, I, 249
— perigo da generalização da. V. 2, I, 246
— primária; conhecimento que o governo pode exigir que possuam os seus súditos. V. 2, I, 243
— que nos falta no país. V. 2, I, 182

— **INSTRUMENTO**

— de morte que a arte tem apurado para flagelo e destruição da espécie humana. V.3, II, 100

— mais poderoso do que a imprensa; o lápis do caricaturista. V. 2, I, 158

— **INSUBORDINAÇÃO**

— da tropa estrangeira no Rio de Janeiro. V. 2, II, 205

— da tropa no Rio de Janeiro em 1831, V. 2, II, 219

— espírito de insubordinação no Rio Grande do Sul, V. 3, II, 242

— **INSUBSISTÊNCIA**

— da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V.2, I, 31

— da proclamação do Imperador, face à Constituição. V. 2, I, 21

— de projeto tendente a interpretar artigo Constitucional. V. 2, I, 42

— **INSUFICIÊNCIA**

— do projeto sobre cidadania. V. 2, I, 38

— dos requisitos para a naturalização dos estrangeiros. V. 2, I, 105

— **INSULTO**

— ao Ministro francês no Rio de Janeiro, na questão do Oiapoque. V. 3, II, 201

— aos brasileiros, o decreto contra as garantias que não podem ser suspensas. V. 3, II, 44

— aos deputados liberais. V. 3, II, 67

— feito a Antônio Luiz Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe, com a acusação de colaborador do despotismo. V. 3, I, 14

— feito à Assembléia pelo sr. Feijó. V. 3, I, 134

— não há... e injúria maior à Nação brasileira do que supor que ela é incapaz de se governar. V. 3, I, 154

— praticados pelo Ministério contra Deputados e Senadores. V. 3, I, 123

— que alguns indivíduos fizeram da galeria aos deputados. V. 3, II, 111

— que se fazem ao governo também devem ser censurados. V. 3, I, 133
— que sofrerão os funcionários que, punidos pelo governo, tiveram a punição rejeitada pela Câmara. V. 3, I, 55
— sacrilegamente arremessados contra S.M. O Imperador. V. 3, II, 51

— **INSURGENTES**
— de Pernambuco (Afogados), em 1829; ignóbeis, abjetos e sem nome. V. 3, II, 51

— **INSURREIÇÃO**
— armada e rebelião. V. 3, II, 69
— de 17 de abril de 1832; tom ameaçador da facção que fez a. V. 3, I, 190
— feita pelo Brasil. V. 2, I, 65
— no Rio Grande do Sul. Vide FARROUPILHA

— **INSURRETOS**
— do Sete de Abril que hoje andam zombando dos brasileiros. V. 4, I, 176

— **INTEGRIDADE DO IMPÉRIO**
— golpe na V. 4, II, 41
— sustentação da. V. 2, I, 20

— **INTEMPESTIVIDADE**
— da discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I, V. 3, I, 243
— dos casamentos não deve ser estimulada. V. 2, I, 66

— **INTENÇÃO**
— maliciosa tanto pode ser manifestada através de gravuras, quanto por escrito. V. 2, I, 158

— **INTENDENTE GERAL DE POLÍCIA**
— declaração do... de que não tivera nem pagara espiões. V. 3, I, 125

— **INTERESSE**
— de classes na Câmara são neutralizados uns pelos outros. V. 4, I, 258

— de viver subordinado. V. 2, I, 68
— estrangeiro no Brasil. V. 3, I, 294
— nacionais não devem ser sacrificados pela necessidade de atrair braços de que carecemos. V. 2, I, 106
— na promoção de conhecimentos. V. 2, I, 50
— particular dos que deixaram de se opor à Independência. V. 2, I, 27
— que têm os estrangeiros. V. 2, I, 78
— recíproco que deve existir entre o naturalizado que recebe a carta e o país que a concede. V. 2, I, 73

— INTERPELAÇÕES
— aos Ministros; supressão das. V. 4, I, VIII

— INTERPRETAÇÃO
— à Constituição devem ser dadas pelo corpo Legislativo. V. 2, I, 39
— arbitrária da Constituição. V. 2, I, 28
— autêntica e doutrinal da Constituição; distinção. V. 2, I, 26
— constitucional à vista da letra e espírito do artigo. V. 2, I, 26
— da Constituição. Competência da Assembléia Geral. V. 2, I, 25
— da Constituição conforme à Constituição, e não restritiva dela. V. 2, I, 20
— da Constituição; força de lei. V. 2, I, 25
— da Constituição não é necessária. V. 2, I, 36
— das leis; atribuição exclusiva do Legislativo. V. 4, I, 61
— de artigos do Ato Adicional. V. 4, II, 4
— desnecessidade de lei para ... do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 14
— diversa que se dá, quando se pretende exprimir a mesma coisa com palavras diferentes. V. 2, I, 166
— do art. 6º da Constituição. Licitude e necessidade. V. 2, I, 26
— do espírito ou da mente e intenção da lei. V. 2, I, 27
— dos arts. 24 e 34 da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 219

— doutrinal da Constituição. V. 2, I, 25
— doutrinal da Constituição é temporária. V. 2, I, 26
— doutrinal da Constituição. Impossibilidade de fazê-la através de lei. V. 2, I, 13
— doutrinal. Não é da competência das legislaturas ordinárias. V. 2, I, 13
— força de lei da Constituição. V. 2, I, 25
— impossibilidade de ... constitucional que mude ou altere o dispositivo, antes de 4 anos. V. 2, I, 23
— lei de ... do Ato Adicional. V. 4, II, 1
— lei de ... do Ato Adicional; aprovação pelo Senado e sanção pela Regência. V. 4, II, 191
— literal da Constituição. V. 2, I, 40
— literal do art. 6º da Constituição. Efeitos danosos que traria. V. 2, I, 18
— necessidade da interpretação literal do texto constitucional. V. 2, I, 10
— necessidade de ... do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 18
— projeto de lei de ... do Ato Adicional, discussão no Senado. V. 4, II, 83
— que se podem dar a todas as palavras inocentes, no caso dos delitos de imprensa. V. 2, I, 150
— que se tem dado ao art. 6º da Constituição. V. 2, I, 14
— segunda discussão, no Senado, do projeto de lei de ... do Ato Adicional. V. 4, II, 100
— só é possível sem alteração do objeto interpretado. V. 2, I, 29

— **INTERPRETAÇÃO DO ATO ADICIONAL**
— projeto de lei de ...; discussão no Senado. V. 4, II, 83

— **INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO**
— força de lei. V. 2, I, 25

— **INTERVENÇÕES ARMADAS**
— só a necessidade justifica as. V. 4, II, 260

— **ÍNTIMA CONVICÇÃO**
— princípio do julgamento pelo Juri. V. 2, I, 150

— **INTIMAÇÃO**

— para comparecimento que se fez ao Visconde de Pedra Branca e não se fez ao Marquês de Aracati. V. 3, I, 316

— **INTOCABILIDADE**

— da Constituição. V. 2, I, 21

— **INTOCÁVEIS**

— devem ser ... os que, por poltrões ou por conscienciosos não concorreram para o sete de abril. V. 3, I, 58

— **INTRODUÇÃO HISTÓRICA**

— desta obra. V. 2, I, X

— **INUTILIDADE**

— da diplomacia brasileira. V. 3, I, 283

— de aprenderem as meninas a prática de frações decimais e outras operações em que não são usuais. V. 2, I, 226

— de catálogos de crimes. V. 3, II, 28

— do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição; discurso do deputado José Antônio da Silva. V. 2, I, 36

— **INVASÃO**

— ameaça de ... estrangeira. V. 4, I, 276

— de estrangeiros nos empregos públicos; receio infundado. V. 2, I, 87

— de inimigos.; caso em que é permitida a suspensão de garantias. V. 3, II, 50

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a dispensa das formalidades que garantem a liberdade individual, nos casos de rebelião ou ... de inimigos. Vide REBELIÃO.

— pelo Ministro da Justiça (Feijó) das atribuições do Judiciário. V. 3, II, 114

— que tem feito a Câmara, no Poder Executivo. V. 3, II, 13

— **INVENTO ÚTIL**

— produzido por estrangeiro, para naturalização. V. 2, I, 60

— **INVENÇÃO EUROPÉIA**
— vigiar a conduta particular do indivíduo. V. 3, II, 163

— **INVENTORES**
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre o privilégio exclusivo ou remuneração dos. Vide PRIVILÉGIO

— **INVESTIDURA**
— do Imperador, na autoridade suprema do Estado. V. 3, I, 30

— **"INVESTIGADOR PORTUGUÊS"**
— transcrição do protesto do Conde de Funchal ao Príncipe Tayllerand, pela inclusão no Tratado de Paris da devolução de Guiana à França. V. 3, II, 203

— **INVIOLABILIDADE**
— das eleições. V. 4, I, 16
— do lar. Lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a. (art. 179, § 6º). V. 2, II, 4
— do monarca. V. 3, I, 252
— do Monarca; é compatível com a felicidade da Nação. V. 4, I, 15
— dos Conselheiros Gerais das Províncias; necessidade da. V. 3, II, 148
— dos Conselheiros Provinciais; rejeição pelo Senado. V. 3, II, 144
— dos deputados provinciais. V. 4, I, 210 e 232
— dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias; emenda do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. V. 3, II, 148-9
— dos monarcas, nos sistemas constitucionais. V. 3, I, 162

— **IPIRANGA**
— grito do. V. 3, I, 5

— **IPOJUCA**
— freguesia de ... em Pernambuco; quase comoção em. V. 3, II, 47

— **IRONIA**
— da resposta do Senado à Fala do Trono, em 1839, segundo Feijó.

— **IRRACIONAIS**
— segundo Feijó. V. 3, II, 205
— analfabetos pouco diferem dos. V. 2, I, 66

— **IRRESOLUÇÃO**
— em que se acha o Governo face ao art. 6º da Constituição. V. 2, I, 32
— é o maior dos males em todos os casos. V. 4, II, 48

— **IRRESPONSABILIDADE**
— dos jurados, pelo julgamento que emitem. V. 2, I, 150
— dos Ministros é prática conexa do governo absoluto. V. 3, II, 24
— em que ficam os empregados de segunda ordem, pela inexistência de lei de responsabilidade. V. 3, II, 22
— legal dos Desembargadores. V. 3, II, 22

— **IRRETROATIVIDADE**
— da lei. V. 2, I, 65
— da lei; argumento que a sustenta é uma chicana. V. 3, I, 83

— **ISENÇÃO**
— das leis brasileiras, por parte dos estrangeiros. V. 2, I, 75
— de impostos dos produtos exportados. V. 2, II, 105

— **ISOLAMENTO**
— das províncias — **status in statu.** V. 3, II, 146

— **ITABORAÍ, Visconde de**
— Vide RODRIGUES TORRES, Joaquim José

— **ITANHAÉM, Marquês de**
— Vide SOUTO MAIOR, Manuel Inácio de Andrade

— **ITAPOÃ, Barão de**
— Vide NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim

# J

— **J. A. RODRIGUES DE CARVALHO. Senador**
— Vide RODRIGUES DE CARVALHO, João Antônio

— **J. B. OTONI. Deputado**
— Vide OTONI, Teófilo Benedito

— **J. JOAQUIM COSTA. Deputado**
— Vide COSTA, Inácio Joaquim da

— **JACAREPAGUÁ, Marquês de**
— Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

— **JACOBINA, Antônio de Araújo Ferreira. Deputado**
— voto contra vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **JACOBINOS**
— federalistas que, segundo os restauradores, ameaçam o trono. V. 3, I, 161

— **JACQUES II**
— referência a ... que tentou arrancar o cetro à sua filha. V. 3, I, 73

— **JACTÂNCIA**
— do Ministro da Justiça, de ser sustentado pelos proprietários e capitalistas. V. 3, I, 124

— **JANÍSAROS**
— reduzir os brasileiros adotivos à sorte de meros. V. 3, I, 65

— **JARDIM, Manoel Rodrigues. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **JEFFERSON, Thomas**
— exemplo da gratidão dos Estados Unidos a ..., levantando-lhe estátuas. V. 3, I, 203

— **JESUITISMO**
— não é o hábito fradesco que decide o ... dos estrangeiros. V. 2, I, 268

— **JOÃO EVANGELISTA**
— Vide LOBATO, João Evangelista de Faria

— **JOÃO FERNANDES DE VANCONCELOS. Deputado**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **JOÃO LOPES**
— que no Ceará vacinou contra varíola, com leite de mamão. V. 2, I, 255

— **JOÃO SOARES LISBOA**
— sentença de ... durante a administração de D. Pedro I, V. 3, I, 165

— **JOGO**
— da **primeira das duas.** V. 2, I, 10

— **JORNAIS**
— aparição de certos ... que continham a mesma linguagem. V. 3, I, 65
— da Sociedade Conservadora. V. 3, I, 68
— desaparecimento dos ... inimigos do governo, se deveu a não haver quem os comprasse. V. 3, I, 137
— do Maranhão. V. 3, II, 59
— do Partido Andradista; sua oposição ao governo. V. 3, I, 198
— ministeriais. V. 3, II, 59

— que não são ministeriais são farroupilhas. V. 3, I, 126
— da Europa; notícia que deram da missão de Antônio Carlos. V. 3, I, 194

— **"JORNAL DO COMÉRCIO"**
— V. 4, I, III
— jornal ministerial. V. 3, I, 59
— notícia sobre o envio do processo de criminalidade de José Bonifácio, ao Juri. V. 3, I, 201

— **JORNALISMO**
— é desprezado na linguagem de alguns. V. 3, I, 65

— **JORNALISTA**
— desgraça de ser. V. 3, I, 192

— **JOSÉ BONIFÁCIO**
— Vide ANDRADA E SILVA, José Bonifácio

— **JOSÉ CUSTÓDIO. Deputado**
— Vide DIAS, José Custódio

— **JOSÉ EGÍDIO**
— Vide ALMEIDA, José Egídio Alvares de

— **JOSÉ PEDRO. Deputado**
— Vide DIAS DE CARVALHO, José Pedro

— **JUBILAÇÃO**
— de professores. V. 2, I, 224
— de professores, depois de 30 anos de serviços; medida tomada pelas Cortes de Lisboa. V. 2, I, 225
— de professores; não se lhes pode obrigar a servir por toda a vida. V. 2, I, 225
— dos mestres de primeiras letras não é conveniente. V. 2, I, 225

— **JUDICIÁRIO**
— deve ser geral ou provincial. V. 4, II, 170
— invasão das atribuições do Poder ... pelo Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 114
— prática das recomendações do Parlamento ao. V. 4, I, III

— **JUGO ESTRANGEIRO**

— os brasileiros têm horror ao. V. 3, I, 18

— **JUÍZES**

— de seu jaez, profissão e fé, é o que deseja ter o Ministro da Justiça. V. 3, I, 124

— prevenção de ânimo dos ... de fato, que pode levar à condenação dos escritores como chefes de motins. V. 2, I, 149

— que, por negligência, deu causa a absolvição do crime de 14 de julho. V. 3, I, 133

— que têm excitado afetos. V. 3, II, 97

— **De Direito**

— incompetência do povo para nomeá-los. V. 3, II, 8

— perpetuidade dos. (Lei regulamentar). Vide PERPETUIDADE DOS JUÍZES

— remoção dos. (Lei regulamentar). Vide PERPETUIDADE DOS JUÍZES

— a nomeação de ... especiais tem sido sempre fatal à liberdade e segurança. V. 3, II, 55

— inviolabilidade de fato dos ... de fora. V. 3, II, 22

— de fora; são as verdadeiras Câmaras do Brasil, V. 3, II, 143

— militares; não têm por si a presunção da lei. V. 3, II, 50

— **De Paz**

— a fixação de seu número deve ser atribuição das Câmaras. V. 3, II, 153

— atribuição dos. V. 3, II, 165

— chamados ao Paço, sob falso pretexto de que pretendiam roubar o monarca (D. Pedro II). V. 3, I, 184

— desejo de aclimatar essa instituição ao Brasil. V. 3, III, 155

— de sua multiplicidade se seguirá, necessariamente a depressão dessa autoridade. V. 3, II, 161

— devem conhecer dos atos que tendem a prevenir delitos. V. 3, II, 162

— devem conhecer dos crimes que são como encaminhamento a outros. V. 3, II, 162

— devem ter toda a jurisdição que possam exercer. V. 3, II, 162
— dirigiram grupos que chegaram a ameaçar a representação nacional. V. 3, I, 186
— discussão do projeto de Regimento dos. V. 3, II, 151
— do Rio de Janeiro; representação pedindo a declaração da anistia. V. 2, II, 387
— é encarregado da tranqüilidade pública. V. 3, II, 153
— faculdade de conciliar as partes. V. 3, II, 164
— grande consideração que devem ter esses empregos. V. 3, II, 161
— instituição nova adotada de outros países, pelos bons resultados que tem produzido. V. 3, II, 162
— invenção tão digna de homens livres. V. 3, II, 153
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as atribuições e distritos dos (art. 162).). V. 2, I, 3
— magistratura que se criou sem alçada. V. 3, II, 165
— não gozarão de consideração se não tiverem ampla jurisdição. V. 3, II, 162
— não são Juízes nem ordinários nem vintenários. V. 3, II, 162
— não sendo vitalícios e não recebendo dinheiro do Estado, não importa o seu número. V. 3, II, 158
— necessidade de sua jurisdição civil e criminal nas pequenas causas e delitos. V. 3, II, 155
— nem todos são versados em jurisprudência. V. 3, II, 79
— poder que têm na Inglaterra. V. 3, II, 162
— pretensão de reduzi-los a juízes de vintena e a menos que almotacés. V. 3, II, 164
— que em conseqüência de uma devassa reuniu 50 homens e matou o Juiz de Direito. V. 4, II, 115
— que foram a presença do Imperador, no dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 104
— representação e poder de que necessitam, para que essa instituição vingue no Brasil. V. 3, II, 155
— reunião dos ... sob pretexto de que se pretendia roubar o monarca menor. V. 3, I, 190
— são magistrados de muita importância. V. 3, II, 161

— seu número deve ser fixado pelas Câmaras Municipais. V. 3, II, 158
— seus distritos, pela Constituição, devem ser marcados por lei. V. 3, II, 161
— sua eleição deve ser à semelhança dos Vereadores. V. 3, II, 159
— suas atribuições não devem incluir a prisão de suspeitos, pois isto abre a porta a arbitrariedades. V. 3, II, 163
— suas atribuições não devem incluir a de vigiar os suspeitos, pois isto estabeleceria a mais horrosa polícia. V. 3, II, 163
— togados; como homens são também sujeitos à imoralidade. V. 3, II, 102
— de vintena. V. 3, II, 161
— vintenais; não há hoje a quem apeteça esse emprego. V. 3, II, 162

— **JUÍZO POLICIAL**
— V. 3, II, 166

— **JUÍZOS**
— necessidade de organizar os novos. V. 3, II, 4
— que a Câmara pode fazer sobre a mensagem e documentos enviados pelo governo sobre a tentativa de restauração de Pedro I. V. 3, I, 159
— só é reconhecido pela Constituição Juízo estabelecido em lei anterior. V. 3, II, 88

— **JULGAMENTO**
— condenação sem ... é anticonstitucional. V. 3, I, 46
— de D. Pedro I, de que a Nação não o queria. V. 3, I, 70
— do réu, pela presunção que dá a. V. 3, II, 10
— dos ministros de Estado; necessidade de lei específica para o. V. 3, II, 18
— dos escritores só pode ser feito por seus pares. V. 2, I, 213
— entre os romanos. V. 3, II, 10
— pelo Poder Executivo é inconstitucional. V. 3, I, 55

— **JÚLIO CASSIANO**
— que, com hereges, condenava o casamento. V. 2, I, 284

— **JUNQUEIRA, Gabriel Francisco. Deputado. Barão de Alfenas.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiço (Feijó). V. 3, II, 117

— **JUNTA DE COMÉRCIO**
— esbulho que praticou contra Guilherme Platt cidadão inglês naturalizado antes da Independência. V. 2, I, 127

— **JURADOS**
— competência dos ... na qualificação dos atos criminosos. V. 2, I, 149
— devem estar em harmonia com as necessidades do país. V. 4, II, 9
— juízo por ..., um dos quatro pilares do sistema constitucional. V.: 2, I, 155
— na França, não são da confiança da Nação, por que são eleitos. V. 2, I, 179
— que se tem de ir buscar a 30 léguas. V. 2, I, 181
— que temos são da confiança da Nação, porque são apontados pelos prefeitos. V. 2, I, 179

— **JURAMENTO**
— à Constituição; a falta do mesmo, não exclui a cidadania, mas apenas sujeita o infrator às penas que a respectiva ordem comina. V. 2, I, 123
— apresentação de projeto sobre ... da Constituição. V. 2, I, 47
— a que estão obrigados os estrangeiros para a outorga de carta de naturalização; aprovação da proposta no Senado. V. 2, I, 92
— da Constituição. V. 2, I, 47
— da Constituição apenas, não é bastante para concessão de cidadania. V. 2, I, 47
— da Constituição, como condição para que sejam considerados brasileiros os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 121

— da Constituição; dispensável no caso dos estrangeiros naturalizados antes da Independência. V, 2, I, 123
— da Constituição está conforme os princípios da razão. V. 2, I, 126
— da Princesa Imperial. V. 4, II, 250
— da Regência pressupõe a sua permanência. V. 3, I, 82
— de fidelidade que, na Inglaterra, os empregados públicos são obrigados a depositar nas mãos do Rei. V. 3, I, 48
— do Sr. Pedro de Araújo Lima, como Regente. V. 3, I, 146
— falta de juramento da ... não exclui a cidadania dos brasileiros natos. V. 2, I, 47
— ignominioso que obrigou a dar-se de estar o Brasil sujeito à Constituição que se fizesse em Lisboa. V. 4, I, 280
— prestado pelos membros da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 14-5

— **JÚRI**

— baluarte constitucional contra o absolutismo togado. V. 3, I, 213
— da pronúncia e da julgação. V. 2, I, 185
— de comarca; extinção do. V. 3, I, 165
— de município; criação, em substituição ao Júri de comarca. V. 3, I, 165
— eleição do novo ... na Capital, a que mandou proceder o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, I, 131
— magistrados que arrogam a si a autoridade do. V. 2, I, 216
— para sentenciar os funcionários públicos criminosos. V. 3, I, 46
— provas que são feitas perante o ... nos crimes de imprensa. V. 2, I, 166
— reforma da sentença do ... pela Casa de Suplicação. V. 2, I, 213

— **JURISCONSULTOS FRANCESES**

— as Comissões do Senado não fizeram caso do que disseram os ... que deram parecer sobre os direitos do Duque de Bragança e sua esposa. V. 3, I, 236

— JURISDIÇÃO
— ampla, no cível e no crime que devem exercer os Juízes de Paz. V. 3, II, 161
— dos Juízes de Paz é uma usurpação da Magistratura. V. 3, II, 162
— que passou dos Capitães Generais aos Presidentes de Províncias. V. 3, I, 120

— JURISPRUDÊNCIA
— de suspeitas. V. 3, I, 45

— JURO LEGAL
— e usura. V. 2, II, 59

— JUROS
— sobre o capital de propriedade, para efeito de naturalização. V. 2, I, 49

— JUSTIÇA
— administração gratuita da. V. 3, II, 5
— a si mesmo que se faz nos sertões, quando é necessário fazer jornadas muito longas e dispendiosas. V. 3, II, 158
— desordem em que está a administração da ... por causa das leis. V. 4, II, 85
— deve-se fazer ... até aos inimigos. V. 3, II, 252
— deve ser sempre a mesma, nos tempos ordinários ou extraordinários. V. 3, I, 49
— é a primeira das virtudes. V. 3, I, 112
— inglesa; defeitos que lhe reconhecem os publicistas. V. 3, II, 4
— inglesa; demora na. V. 3, II, 4
— vestida pelo feudalismo com roupas góticas. V, 3, I, 6

— JUSTIFICAÇÃO
— da conduta; necessidade de. V. 2, I, 44
— de atos injustificáveis, não tem cabimento. V. 3, I, 41
— do legítimo impedimento em voltar. V. 2, I, 37
— do Presidente da Câmara sobre a conduta acerca dos projetos de Maioridade considerados como de reforma da Constituição. V. 4, II, 203

— dos brasileiros no exterior que não se declararam abertamente a favor da Independência. V. 2, I, 27
— dos naturalizandos. Objeto sobre o qual têm que depor. V. 2, I, 117
— dos naturalizandos; pessoas que entram na. V. 2, I, 117
— dos naturalizandos; prova testemunhal admissível na. V. 2, I, 117
— dos naturalizandos, testemunhas que devem depor. V. 2, I, 117
— exigida dos naturalizandos. V. 2, I, 116
— para o efeito da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 30
— prova testemunhal na justificação refere-se apenas à conduta. V. 2, I, 117
— que deve ser pedida pelo governo sobre a conduta dos estrangeiros. V. 2, I, 111
— judiciária; permitida aos brasileiros no exterior. V. 2, I, 30

# L


— **LABATUT,** General Pedro
— procedimento injusto do Ministro da Guerra contra o. V. 3, II, 14
— reparação que pediu ao Parlamento o General. V. 4, I, III

— **LACOMBE, Américo Jacobina.** Presidente da Fundação da Casa de Rui Barbosa
— agradecimentos a. V. 2, I, XV

— **LAGES**
— ocupação pelos rebeldes Farroupilhas. V. 3, II, 228

— **LAGES, Conde de**
— Vide CARVALHO, João Vieira de

— **LÁGRIMAS**
— do dia 7 de abril não devem resultar. V. 3, I, 50

— **LAMARTINE**
— referência a. V. 3, II, 177

— **LAMENHAS**
— nomes que não devem ser pronunciados da tribuna nacional, V. 3, I, 52
— perigo que há de voltar a ocupar cargos no país que ele tem hostilizado constantemente. V. 3, I, 34

— **LATIM**
— inutilidade do estudo de . . . se não entendemos bem nem os líricos. V. 2, I, 247
— não serve para as artes ou indústrias; só para a carreira eclesiástica V. 2, I, 248

— **LAVALLEJA**
— plano subversivo por ele proposto nas sociedades secretas do Rio Grande do Sul. V. 3, II, 247

— **LAVOISIER**
— referência. V. 3, I, 124

— **"LAW OF NATIONS"**
— referência à obra de Martens. V, 3, I, 31

— **"LE MARIAGE DU FIGARO"**
— referência à comédia de Beaumarchais. V. 2, I, 189

— **LEDO, Joaquim Gonçalves. Deputado**
— análise de seu projeto sobre abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 144
— apresentação dos artigos adicionais ao título 3º de seu projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda, sobre as contas, balanço e orçamento do Império para 1828. V. 2, II, 19
— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda sobre os projetos de cessão da emissão de notas e a extinção do Banco do Brasil. V. 2, II, 36
— assinatura no projeto de lei sobre a dívida nacional, apresentado pela Comissão de Fazenda. V. 2, II, 3
— defesa do Ministro da Guerra, na denúncia por crime de responsabilidade em 1829. V. 3, II, 94
— discurso de apresentação do projeto de lei contra os crimes por abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 141
— discussão do parecer das Comissões de Fazenda e de Comércio sobre a Indicação do deputado Vergueiro sobre o exame do estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 30
— discussão do projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 27
— leitura da nova redação do projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— votação a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **LEGAÇÕES**

— brasileira em Londres; despesas. V. 3, I, 283
— inúteis do Brasil. V. 3, I, 284

— **LEGALIDADE**

— da eleição do novo Júri da Corte a que mandou proceder o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, I, 131
— do ato de nomeação da Regência Provisória. V. 3, I, 101
— do governo regencial; dúvidas quanto à. V. 3, I, 30

— **LEGALIZAÇÃO**

— da Revolução de 7 de abril; feita através da convocação da Assembléia geral extraordinária. V. 3, I, 23

— **LEGISLAÇÃO**

— civil e criminal não precisa de correções. V. 4, II, 64
— deve atender às circunstâncias do país. V. 2, I, 226
— deve ser feita a par do estado em que nos encontramos, e não para o futuro. V. 2, I, 226
— disposições que possui a ... militar para todas as providências relativas aos oficiais acusados de contrários à causa pública. V. 3, I, 46
— inquisitorial, a dos abusos sobre a liberdade de imprensa. V. 3, II, 174
— não deve ser feita para manter as coisas como estão. V. 2, I, 226

— **LEGISLADOR**

— não deve ser dominado por paixões ou por partidos. V. 4, I, 36
— não pode ser membro da Regência. V. 3, I, 90

— **LEGISLATURA**

— acepção constitucional da palavra. V. 4, I, 218
— a que se refere a Constituição, não compreende o Senado. V. 4, I, 216
— a que se refere a Constituição também abrange o Senado. V. 4, I, 216

— de 1830 — seus atos prepararam a Revolução no Brasil. V. 3, I, 258
— diminuição para dois anos. V. 4, I, 66
— na Inglaterra. V. 4, I, 157
— ordinária não tem competência para interpretar através da lei ordinária a Constituição. V. 2, I, 13
— provinciais; duração das. V. 4, I, 209
— que reconhece a necessidade da reforma da Constituição não as indica. V. 4, I, 27
— tempo de duração na Inglaterra, Suécia e Noruega. V. 4, I, 68
— vigor que tinha a ... de 1830. V. 3, I, 258

— **LEGITIMIDADE**

— da firma de D. Pedro I no ato de Abdicação. V. 3, I, 12
— do título de cidadania de Guilherme Platt, cidadão inglês natulização antes da Independência. V. 2, I, 126

— **"LEGUM LEGES OU TRACTATUS DE FONTIBUS UNIVERSI JURIS"**

— V. 4, II, 79

— **LEI**

— aperfeiçoamento a ... de eleições, permitirá a entrada na Câmara de um republicano. V. 3, II, 172
— artigo de lei estabelecendo que este é o melhor governo do mundo, para que ninguém fale sobre o mesmo. V. 2, I, 181
— atroz e bárbara para a punição dos funcionários. V. 3, II, 23
— boa e fielmente executada, é quanto basta para atrair estrangeiros. V. 2, I, 105
— boa; sua rejeição não inibe qualquer membro da Câmara de apresentá-la de novo. V. 3, I, 98
— canônica, que será atacada, com a aposentadoria compulsória de párocos. V. 3, I, 56
— condições de elegibilidade que apresenta a ... de eleição. V. 3, I, 88
— contrária à Constituição. V. 4, II, 85

— da decência e do decoro não precisa estar escrita para ser guardada. V. 4, I, 202
— da maioria é secundária. V. 2, I, 126
— da Regência. V. 3, I, 79
— das Prefeituras. V. 4, II, 45
— de 15 de setembro de 1827. V. 3, II, 67
— de 6 de junho de 1831, impondo a pena de cumplicidade aos juízes que não promoverem a repressão dos amotinadores. V. 3, II, 113
— de 12 de outubro de 1832; reforma constitucional. V. 4, I, 3
— de cada país deve acomodar-se às circunstâncias. V. 2, I, 78
— declaratória; desnecessidade de. V. 2, I, 42
— declaratória geral, para interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 5
— de exceção se opõe ao fim a que teve em mira a Revolução do Sete de Abril. V. 3, I, 49

— **de imprensa**

— compreende não só os abusos cometidos através da imprensa, mas também os de escritos não impressos. V. 2, I, 165
— de 1823; disposições sobre a malícia. V. 2, I, 195
— dupla finalidade. V. 2, I, 182
— é o desenvolvimento de um artigo constitucional, e como tal deve contê-lo. V. 2, I, 166
— em vigor favorece o que ataca a honra do cidadão e persegue o escritor liberal e o que ataca o poder. V. 2, I, 203
— em vigor, foi mandada por em execução pelo governo, sobre o projeto elaborado pela Assembléia Constituinte. V. 2, I, 205
— em vigor é própria para cassar escritores liberais e os que atacam o poder. V. 2, I, 203
— identificação com o governo monárquico constitucional representativo. V. 2, I, 164
— mudanças que tem havido na França na. V. 2, I, 178
— não pode abranger a escritura, a linguagem da ação e os sinais. V. 2, I, 170

— não pode se chamar lei dos abusos. V. 2, I, 171
— de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 1 e seg.
— de residência. V. 3, II, 22

— **de responsabilidade**
— a existência de uma ... não pressupõe a necessidade de passar as acusações contra os Ministros. V. 3, II, 103
— arma que deve ser manejada com suma economia e discrição. V. 3, II, 103
— deve ser compreensiva dos Ministros e funcionários. V. 3, II, 24
— dos Ministros de Estado. V. 3, II, 17
— dos Ministros, taxada de republicana pelo então Ministro Visconde de São Leopoldo. V. 3, II, 255
— que classifique os crimes ministeriais é uma tentativa. V. 3, II, 28
— de suspeitas. V. 3, I, 56
— de suspeitos. V. 3, I, 251
— deve ser adequada ao sistema progressivo, removendo o que retardar o espírito humano. V. 3, I, 50
— deve ser feita com toda latitude. V. 2, I, 181
— de interpretação do Ato Adicional; encerramento do ciclo reformista da Constituição. V. 4, I, VI
— do Brasil vai ser realidade desde o dia 7 de Abril de 1831. V. 3, I, 19
— do despotismo não admitia a criação de Comissões Militares. V. 3, II, 49
— dos foros. V. 4, I, 78
— é e deve ser sistemática. V. 3, II, 33
— bárbara é inexeqüível por sua natureza. V. 3, II, 23
— expressão da vontade do legislador. V. 2, I, 40
— fantástica; o orçamento. V. 4, II, 168
— geral da navegação. V. 2, I, 70
— imperfeita; sujeição à. V. 3, I, 247
— influência que os costumes têm sobre a. V. 2, I, 133
— injusta, iníqua e arbitrária, o projeto nº 37 da Câmara. V. 3, I, 49
— Júlia (entre os romanos). V. 2, I, 75

— má; seu efeito e imediato. V. 3, I, 98
— nº 52, de 3-10-1833, determinando a substituição da moeda de cobre em circulação. V. 2, II, 129
— nº 57, de 8-10-1833, concedendo a anistia a todos os crimes políticos cometidos em quaisquer províncias do Estado. V. 2, II, 397
— nº 109, de 11-10-1837, que dispõe sobre medidas para a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 147
— não deve conter as razões ou motivos. V. 2, I, 163
— necessidade da ... para justificação do legítimo impedimento em voltar ao país. V. 2, I, 38
— necessidade de lei que marque as circunstâncias em que o Senado pode dar a demissão a seus membros. V. 3, I, 331
— necessidade de uma ... de sesmarias liberal. V. 2, I, 67
— Pápia (entre os romanos). V. 2, I, 75
— pátria que nos regule. V. 2, I, 69

— **policial**

— o projeto de lei de imprensa. V. 2, I, 181
— o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa é uma. V. 2, I, 180

— **provincial**

— caso em que é submetida à Assembléia Geral. V. 4, I, 213
— guarda dos autógrafos no Arquivo Público. V. 4, I, 213
— de Minas sobre remoções e demissões de párocos. V. 4, II, 106
— de Pernambuco, que violou o Ato Adicional. V. 4, II, 14
— do Ceará, que violou o Ato Adicional. V. 4, II, 14
— prazo para sanção. V. 4, I, 213
— que versa sobre polícia. V. 4, II, 23
— sanção e veto. V. 4, I, 212
— sanção provisória, V. 4, I, 213
— ociosa. V. 3, II, 13
— perigo que há em discuti-lo em uma só Câmara. V. 4, I, 223
— pretextos que se deve evitar para prevenir a burla da. V. 2, I, 112

— pretexto de que se servem os executores da ... para torná-la ilusória. V. 2, I, 113
— primeira lei da Assembléia Geral Legislativa. V. 3, I, 213
— primeira ... orçamentária do Brasil. V. 2, II, 13
— promulgação apenas das que são absolutamente indispensáveis à sociedade. V. 3, II, 156
— que contém, repetidos, dispositivos constitucionais. V. 2, I, 164
— que regula a forma do processo; a que se liga com a liberdade civil. V. 4, II, 154
— reciprocidade da ... da união. V. 4, II, 35

— **regulamentar**
— V. 2, I, 56
— a exigência constitucional de ... não exclui as leis existentes sobre o assunto. V. 2, I, 125
— da Constituição, deve tratar dos delitos de imprensa e dos de palavra. V. 2, I, 146
— da Constituição, sobre a liberdade de imprensa, deve ser compreensiva da repressão dos abusos. V. 2, I, 172
— de responsabilidade só é exigida para os Ministros e Conselheiros e outra para os membros do Judiciário. V. 3, II, 25
— exigência da Constituição. V. 2, I, 50
— intervenção de Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a tramitação dos projetos de. V. 2, I, 36
— necessidade de se completar a. V. 4, I, 38
— pedido para que seja enviado à Comissão de ... o projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 104
— tabela da ... indicada na Constituição de 1824. V. 2, I, 3
— revisão da ... penal. V. 3, II, 188
— revogação da ... eclesiástica não exige o acordo dos poderes. V. 2, I, 275
— sem execução, na época em que entrou para o governo o Ministério Feijó. V. 3, II, 110
— sobre a Marinha inglesa, V. 2, I, 79
— sobre liberdade de imprensa; a que temos é imperfeitíssima e provisória. V. 2, I, 141

— sobre liberdade de imprensa; interpretação dos arts. 24 e 34. V. 2, I, 219
— sobre naturalização de estrangeiros aprovada pela Assembléia e sancionada pela Regência. V. 2, I, 138
— sobre os crimes policiais. V. 4, I, 202
— sobre reforma de Oficiais e a aposentadoria de empregados públicos, não é contra os atos hostis ou criminosos, mas contra os inocentes. V. 3, I, 49
— só deve ser aprovada depois de fortes discussões. V. 3, II, 126
— sua irretroatividade. V. 2, I, 65
— suspensão inconstitucional de algumas ... pelo ex-Imperador. V. 4, I, 58
— toda ... em geral é um mal; porque importa uma coação da liberdade. V. 3, II, 156
— tratada simultaneamente nas duas casas do legislativo. V. 2, I, 53
— tropeços à marcha da. V. 2, I, 55
— utilidade da ... preventiva. V. 3, I, 80

— **LEIBNITZ**
— referência ao princípio de. V. 2, I, 184

— **LEITÃO, Agostinho ... de Almeida. Deputado.**
— leitura, como relator da comissão de fazenda, do projeto de lei para o reconhecimento, legislação, fundação e amortização da dívida nacional. V. 2, II, 3
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— **LEITE, Padre Serafim da Silva**
— V. 2, I, X

— **LEITE DE MAMÃO**
— vacinação no Ceará, contra varíola, com V. 2, I, 254

— **LEITURA**
— da redação final do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— pelo 1º Secretário da Câmara da Indicação sobre a dotação do Imperador. V. 3, I, 221

— **LEMOS, João Antônio de. (Barão do Rio Verde). Deputado.**
— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés. V. 2, II, 35
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— **LESSA, Antônio João de. Deputado.**
— emenda ao parecer da comissão "ad hoc" sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 181
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destinação do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117

— **LETRAS DO TESOURO**
— não acham desconto nem a 10 por cento. V. 4, II, 162

— **LEUCTRA**
— batalha de. V. 2, I, 67

— **"LEXICON JURIS"**
— referência à obra jurídica. V. 3, I, 30

— **LIBELOS EMBLEMÁTICOS**
— não são menos criminosos do que os impressos. V. 2, I, 157

— **LIBERAIS**
— entrega do poder aos ... por D. Pedro II, logo após a Maioridade. V. 4, I, VII
— guerra que sofrem dos bandos servis. V. 3, II, 65
— que se diziam moderados, mas viviam indignados. V. 3, I, VII

— **LIBERALIDADES**
— que a Civilização tem introduzido. V. 3, II, 33

— **LIBERDADE**
— a causa da ... avança sempre que há tribuna e imprensa livre. V. 3, I, 258

— "antes confusa, que nenhuma". V. 4, I, VIII
— argumento para tirar a ... dos debates. V. 2, I, 12
— a segurança da ... individual deve ser garantida pelo pacto social. V. 3, II, 24
— a **Tribuna Nacional** fez desenvolver o espírito da liberdade. V. 3, I, 257
— beneficia aos escritores de todas as tendências. V. 2, I, 150
— cada um a entende conforme suas inclinações e interesses. V. 3, I, 74
— de comunicar o pensamento. V. 2, I, 141
— decreto de 23 de maio de 1821 que assegurava a ... individual. V. 2, I, XIII
— de discussão, quando as câmaras se transformam em comissão geral. V. 2, I, 58
— de escolha que deve haver na eleição do Regente. V. 3, I, 88
— de falar. V. 2, I, 145

— **De Imprensa**

— abusos que se tem praticado. V. 3, II, 174
— admitir a punição dos ataques indiretos significa acabar com a. V. 2, I, 179
— a falta de ... sempre faz com que os erros sejam inculcados ao público. V. 2, I, 151
— a legislação sobre os abusos da ... ainda é inquisitorial. V. 3, II, 174
— apresentação à Câmara, em 1826, do projeto de lei contra os crimes por abuso da. V. 2, I, 141
— aprovação, em 3ª discussão, da epígrafe do projeto de lei sobre a. V. 2, I, 155
— artigos aditivos ao Título 3º da lei sobre. V. 2, I, 152
— atentado à ... praticado pelo governo da Regência, ao determinar a eleição de novo Júri na Capital. V. 3, I, 165
— balisas da. V. 2, I, 143
— base sólida do edifício constitucional. V. 2, I, 213
— calca o colo da anarquia. V. 3, I, 6
— conceito. V. 2, I, 144

— deve estar em harmonia com as necessidades do país. V. 4, II, 9
— direito de imprimir e publicar sem censura prévia. V. 2, I, 165
— 3ª discussão do art. 2º do projeto de lei sobre a V.2, I, 156
— discussão (2ª), do art. 2º e respectivo § 1º do projeto de lei sobre a. V. 2, I, 174
— discussão do projeto de lei sobre a. Senado, 1830. V. 2, I, 199
— 3ª discussão, na Câmara, do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa (1827). V. 2, I, 155
— discussão no Senado (1ª e 2ª) do projeto de lei sobre a. V. 2, I, 163 a 206
— é melhor que nos chamem o que quiserem e que escrevam livremente, do que atar-se a liberdade de imprensa. V. 3, II, 174
— interpretação dos arts. 24 e 34 da lei sobre a. V. 2, I, 219
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a. (art. 179, § 4º), V. 2, I, 4
— lei sobre a ... aprovada pela Assembléia Geral e sancionada pelo Imperador. V. 2, I, 206
— maior defeito da ... existente. V. 2, I, 155
— mais vale sofrer seus inconvenientes do que destruí-la. V. 3, II, 174
— maneira como os fautores do despotismo procuram aterrar os povos e suprimir a. V. 2, I, 149
— não temos tido nem temos no Brasil. V. 2, I, 142
— necessidade de qualificar o escrito. V. 2, I, 150
— "os que mais falam, são os que menos querem". V.2, I, 156
— Parte III do V. 2, Tomo I
— primeiro paládio das instituições livres. V. 3, II, 174
— princípios vigentes na Inglaterra que devem ser aplicados ao Brasil. V. 2, I, 149
— qual a administração que obrou contra a... como a de Pedro I? V. 3, I, 153

— remessa ao Senado, pela Câmara, do projeto de lei sobre a. V. 2, I, 161
— remorso que teria o orador, se visse que uma palavra sua faria acabar a instituição da. V.2, I, 179
— requisito para que dure, se fortifique e cresça o governo representativo. V.2, I, 141
— segundo a comédia de Beaumarchais. V. 2, I, 189
— se nela tocarmos temerariamente, com o fim de coibir os abusos, talvez a destruamos. V.3, II, 174
— se o abuso é inerente ao uso, resignemo-nos com paciência. V. 3, II, 174
— seus abusos serão tanto maiores, quanto menos civilizada for a Nação. V. 3, II, 174
— sustentáculo dos governos constitucionais. V. 2, I, 181
— uma fonte de males; Encíclica de 13 de agosto de 1832. V. 2, I, 284
— um dos quatro pilares do sistema constitucional. V. 2, I, 155
— utilidade da V. 2, I, 141
— vigência do Decreto de 22 de novembro de 1823, sobre abusos da liberdade de. V. 2, I, 207
— votação, em 2ª discussão, do epígrafe e do art. 1º do projeto de lei sobre a. V. 2, I, 174
— de imprimir; existia em Portugal e proibia-se no Brasil por tirania. V. 2, I, 170
— de indústria; atrativo para os estrangeiros. V. 2, I, 109
— de opinião. V. 2, I, 12
— de pensamento; está fora do alcance do Legislativo, por ser questão de foro íntimo. V. 2, I, 144
— de pensar; direito essencial ao homem. V. 2, I, 146
— de pensar; tem sido coarctada pelo governo. V. 2, I, 147
— de que goza entre nós os estrangeiros e que serve como desestímulo para que se naturalizem. V. 2, I, 78
— do homem é tirada pela espionagem política. V. 2, I, 180
— do pensamento; sendo inata ao homem, a Constituição não a concede, mas apenas garante a... de expressão. V. 2, I, 163
— dos prelos; é a primeira das liberdades do governo representativo. V. 3, I, 192

— e franqueza com que se discute na tribuna francesa. V. 3, II, 177
— é incompatível com poderes ilimitados. V. 4, I, 103
— e segurança individuais. V. 2, I, 77
— é sempre nos governos fracos que a... pública se consolida. V. 4, I, 261
— fim da... pela infringência da Constituição. V. 3, II, 43
— inimigo da... pública; acusação contra o governo, V. 3, I, 65
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a dispensa de formalidades que garantem a... individual nos casos de rebelião ou invasão de inimigos (art. 179, § 35). V. 2, I, 4
— licenciosa dos periódicos. V. 3, II, 66
— medidas tendentes a abafar a... de escrever. V. 2, I, 216
— não é uma surda-muda, nem paralítica. V. 4, I, IX
— num país constitucional, nunca é demais o respeito a... do cidadão. V. 3, II, 83
— ordem e... se apoiam mutuamente. V. 3, I, 54
— permitirá que es refute as expressões contrárias ao sistema que porventura aparecerem. V. 2, I, 151
— pode-se querer de diversos modos. V. 3, I, 36
— proteção à... do cidadão. V. 2, I, 144
— pública; governos tendem a restringi-la. V. 3, II, 255
— sem anarquia. V. 4, I, 35
— sem... não há governo estável e legítimo. V. 3, I, 305
— soldado veterano da. V. 3, I, 23
— só mantendo a ordem se pode gozer da verdadeira. V. 3, II, 111
— toda lei em geral é um mal, porque importa uma coação da liberdade. V. 3, II, 156

— **LIBERTINOS**
— estímulo ao casamento dos. V. 2, I, 66

— **LICENÇA**
— do Desembargo do Paço exigida para se acusar um Magistrado. V. 3, II, 23

— do Senado ao Visconde de Pedra Branca não foi indefinida. V. 3, I, 3.7
— indefinida concedida pelo Senado ao senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 315
— para comissionamento de Senador. V. 3, I, 307
— pedida pelo senador Domingos Borges de Barros em 1828, quando ainda não tinha tomado posse, embora nomeado desde 1826. V.3, I, 313

— **LICENCIAMENTO**
— do Exército, durante a Regência. V. 3, I, 166

— **LICITUDE**
— de toda e qualquer opinião na Inglaterra. V. 2, I, 147

— **LIÇÃO**
— da liberdade americana que D. Pedro II deve receber. V. 3, I, 18
— de Machado de Assis, que deve ser cultivada por amor à Pátria. V. 4, I, IX

— **LICURGO**
— exemplo de. V. 4, I, 36

— **LÍNGUA ESTRANGEIRA**
— estudo de uma... deve ser a base da educação. V. 2, I, 244

— **LIMA, Raul. Diretor do Arquivo Nacional**
— agradecimento a. V. 2, I, XV

— **LIMA E SILVA, Francisco de. Brigadeiro. General. Membro da Regência Trina. Senador.**
— assinatura no ofício de demissão. V. 4, I, 170
— assinatura no termo de juramento da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 16
— eleição para a Regência Trina Provisória por 35 votos. V. 3, I, 14
— entrega ao Presidente da Assembléia Geral, José Joaquim Carneiro de Campos, o Ato de Abdicação de D. Pedro I, V. 3, I, 11

— introdução no recinto do Senado, para tomar posse como membro da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 14
— sua eleição, por 81 votos, para membro da Regência Trina Permanente. V. 3, I, 121
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II, V. 2, II, 209

— **LIMA E SILVA, José Joaquim de. Deputado.**

— assinatura, com restrições, no parecer ao projeto de lei de fixação das forças navais. V. 2, II, 246
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **LIMA E SILVA, Manoel da Fonseca. Ministro**

— V. 3, II, 116

— **LIMITAÇÃO**

— dos poderes da Regência. V.3, I, 109
— impossibilidade de se admitir a... de princípio constituição pela proclamação do Imperador. V. 2, I, 20

— **LIMITE**

— à liberdade de pensar só pode ser estabelecido pelo poder divino. V. 2, I, 145
— brasileiro com Guiana Francesa; tentativa francesa em 1817, V. 3, II, 196
— de idade para a eleição do Regente. V. 3, I, 89
— de idade para que o indivíduo possa reputar-se homem. V. 2, I, 60
— de idade para votar nas eleições primárias; diferença entre os nacionais e o que se postula para os naturalizados. V. 2, I, 107
— do Brasil com a Guiana Francesa, segundo o art. 8º do Tratado de Utrecht. V. 3, II, 202
— do Brasil com a Guiana; o tratado de restituição da Guiana de 1817, estabelece o **minimum** do direito territorial do Brasil. V. 3, II, 203

— do Brasil com a Guiana; receio que teve Portugal, de invasão pelo governo revolucionário francês em 1792. V. 3, II, 203
— do Brasil com a Guiana é assegurado pelo título de antiga posse e de ocupação não interrompida. V. 3, II, 203
— entre o Brasil e as possessões francessas; estabelecido pelos tratados de Utrecht e Viena. V. 3, II, 196
— posto pela Constituição ao direito de cidadania. V. 2, I, 17
— que deve ter a liberdade de imprimir o que se pensa. V. 2, , 144

— **LIMPO DE ABREU, Antônio Paulino. (Visconde de Abaeté). Deputado. Ministro.**

— apreciação sobre o parecer isentando de culpa o Ministro da Guerra, na denúncia que contra ele foi apresentada à Câmara em 1829. V. 3, II, 87
— apresentação de indicação para que se nomeie comissão especial destinada a propor a medida conveniente à maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 270
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio do cargo de tutor. V. 3, I, 182
— assinatura no parecer da Comissão especial, V. 2, II, 340
— assinatura no parecer da Comissão especial encarregada de elaborar o projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 215
— assinatura no projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119
— debate sobre a retirada do projeto de Maioridade de autoria do deputado Carneiro Leão. V. 4, II, 267
— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés nos casos do Código Criminal. V. 2, II, 352
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 2, I, 295
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 2, I, 296
— discussão do pedido de adiamento da discussão do decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 183

— discussão do pedido de urgência para o projeto do deputado Antônio Carlos sobre a maiorida de de D. Pedro II. V. 4, II, 288
— discussão do projeto de fixação das forças de terra; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 269
— discussão do projeto de fixação das forças de terra; organização do exército. V. 2, II, 277
— discussão do projeto de lei da fixação das forças navais. V. 2, II, 254
— discussão do projeto de lei sobre a Guarda Nacional. V. 2, II, 263
— discussão do projeto de reforma constitucional; responsabilidade dos Presidentes de Província e dos Magistrados. V. 4, I, 248
— discussão do projeto do deputado Carneiro Leão sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 248
— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres para elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 4 e 7
— discussão do voto de Graças de 1838. V.3, II, 175
— discussão sobre a maioridade de D. Pedro, face à retirada do projeto do deputado Carneiro Leão. V.4, II, 279
— discurso sobre a reforma de sentença do Júri pela Casa de Suplicação. V. 2, I, 213
— eleição, em primeiro escrutínio para a comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 338
— eleição, em segundo escrutínio para a comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 339
— esclarecimento ao deputado Lino Coutinho, sobre sua proposta de Resolução, sobre a reforma das sentenças do Júri, pela justiça ordinária, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 215
— esclarecimentos sobre a questão de ordem a respeito do projeto da maioridade de D. Pedro II, apresentado pelo deputado Carneiro Leão. V. 4, II, 223
— nomeação para Presidente de Minas. V. 3, I, 191
— protesto contra o adiamento da Assembléia-Geral para dezembro de 1840. V. 4, II, 307

— referência a requerimento que fez, quando Ministro, para que só se admitissem interpelações sobre documentos que houvesse na Casa. V. 3, II, 186
— Resolução de sua autoria, proibindo aos tribunais emendar as sentenças do Júri, nos delitos de imprensa, no caso de nulidade do processo declarada pela Justiça ordinária. V. 2, I, 215
— responde ao deputado Francisco Gonçalves Martins, na discussão do projeto de decreto sobre a remoção do Tutor. V. 3, I, 186
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 166
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **LINGUAGEM**

— constitucional dos periódicos liberais. V. 3, II, 66
— e tática dos restauradores. V. 3, I, 161
— que teve o nosso Monarca na proclamação que, como tutor de D. Maria II dirigiu portugueses. V. 3, II, 80
— que usam os restauradores. V. 3, I, 157

— **LINO COUTINHO, José. Deputado.**

— aparte ao discurso do deputado Cunha Matos sobre a denúncia do Ministro da Justiça. V.3, II, 70
— apresentação de projeto dispondo sobre a nacionalização do comércio. V. 2, II, 124
— apresentação do projeto sobre juramento da Constituição. V. 2, I, 47
— aprovação da emenda de sua autoria ao art. 2º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157
— assinatura na emenda da Comissão de Leis Complementares ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108

— assinatura no parecer da Comissão designada para dar parecer sobre a denúncia do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). em 1829. V. 3, II, 56

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre a recurso dos Ministros em prestar informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, na sessão extraordinária de 1829. V.3, II, 42

— assinatura no projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 119

— debate o Projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 120

— debate sobre as condições do comércio no país e a necessidade de sua nacionalização. V. 2, II, 123

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352

— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87

— discurso sobre os empréstimos externos. V. 2, II, 93

— discussão da acusação ao Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 63

— discussão da emenda do deputado Paula e Souza ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 136

— discussão da Indicação do deputado José da Costa Carvalho para que os projetos oriundos do Senado tenham na Câmara uma só discussão. V. 2, I, 95

— discussão da proposta do deputado Limpo de Abreu sobre a reforma das sentenças do Júri, pela Justiça ordinária, nos delitos de imprensa. V.2, I, 215

— discussão do art. 3º do projeto de lei de fixação das forças militares e de recrutamento. V. 2, II, 188

— discussão do art. 2º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 85

— discussão do parecer da Comissão de Constituição, sobre a recusa dos Ministros em prestarem informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, na sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 42

— discussão do projeto de Código Criminal. V. 2, II, 332

— discussão do projeto de criação do curso jurídico. V. 2, I, 234
— discussão do projeto de lei de fixação das forças militares e de recrutamento. V. 2, II, 183
— discussão do projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V.3, II, 19
— discurso do projeto de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. V.2, I, 38
— discussão de projeto de lei de sua autoria, sobre os impostos de exportação e importação dos gêneros do Brasil. V. 2, II, 105 e 110
— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 139
— discussão do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 80
— discussão do projeto sobre naturalização, apresentado à Câmara pelo deputado José Antônio da Silva Maia. V. 2, I, 93
— discussão, na Assembléia Geral das despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 293
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a arrematação dos direitos alfandegários. V.3, I, 297
— discussão sobre a forma de se submeter ao Imperador, para sanção, os projetos aprovados pela Assembléia Geral. V. 3, I, 217
— dispensa da leitura do relatório do Ministro da Guerra sobre insubordinação da tropa estrangeira no Rio. V. 2, II, 205 e 207
— emenda ao art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 156
— emenda ao projeto de lei de fixação das forças militares e de recrutamento. V. 2, II, 183
— emenda de sua autoria e outros deputados, incluindo um artigo adicional no projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 116
— esclarecimentos sobre a denúncia do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 86
— leitura da redação dada pela Comissão de Leis Complementares às emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre

naturalização de estrangeiros, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, 115
— manifesta-se a favor do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V. 3, I, 265
— manifesta-se contra o adiamento da discussão proposta pelo deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, da Indicação do deputado José da Costa Carvalho. V. 2, I, 99
— manifesta-se durante a 3ª discussão do art. 2º da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 156
— pede que se ponha a votos o parecer da Comissão de Poderes sobre o diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 266
— projeto de lei sobre os impostos de exportação e importação dos gêneros do Brasil. V. 2, II, 105
— requerimento ao Ministro da Justiça, para promover a acusação contra os Magistrados que reformam as decisões do Júri. V. 2, I, 216
— requerimento para que o seu projeto e o do deputado Evaristo da Veiga, sobre o mesmo assunto — dispondo sobre a nacionalização do comércio —, sejam remetidos à Comissão de Comércio e Indústria. V.2, II, 125
— requerimento para que vá à Comissão de Constituição a resposta do Ministro da Justiça ao requerimento da Câmara, apresentado pelo deputado Diogo Antônio Feijó. V. 2, I, 281
— requer votação por aclamação para o parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 266
— resposta ao Deputado Paula Cavalcânti, na discussão do requerimento do deputado Limpo de Abreu, sobre a reforma pela Justiça ordinária, das sentenças do Júri, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 217
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **LISBOA, José da Silva. (Barão e Visconde de Cairu). Senador.**
— apoio ao requerimento do senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 199

— assinatura no parecer conjunto das Comissões de Constituição, Fazenda e Diplomacia do Senado, sobre as arras devidas à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 234

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 329

— assinatura no parecer da comissão especial para examinar a legalidade da reforma constitucional feita sem o o concurso do Senado. V. 4, I, 278

— contraditando os argumentos de José Joaquim Carneiro de Campos, na defesa de seu projeto de lei sobre cidadania. V. 2, I, 12

— declaração de voto sobre o projeto de lei que dispõe sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 79

— discussão da emenda do senador Visconde de Inhambupe, Antônio Luiz Pereira da Cunha, ao art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 90

— discussão da emenda que dispõe sobre a educação das meninas. V. 2, I, 228

— discussão das emendas ao art. 2º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 184

— discussão do afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 202

— discussão do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 88

— discussão do parecer da Comissão de Constituição do Senado, sobre a eleição de Feijó. V. 3, I, 323

— discussão do parecer da Comissão sobre o pedido de demissão dos Senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 331

— discussão do parecer da Comissão especial sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 279

— discussão do projeto de casamento civil do senador Vergueiro. V. 2, II, 310

— discussão do projeto proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 314

— discussão do projeto de lei da Câmara dispondo sobre a livre estipulação de juros. V.2, II, 72

— discussão do projeto de lei do senador Francisco Carneiro de Campos, sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 63
— discussão do projeto de lei do senador Vergueiro sobre o matrimônio civil. V. 2, II, 310
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição: Poder Moderador. V. 4, I, 54
— discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 172
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 28, 38 e 86
— discussão do projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 84, 89 e 91
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; organização do Senado. V. 4. I, 69
— discussão do projeto sobre a reforma da Constituição; Regência. V. 4, I, 85
— discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 66
— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4. I, 201
— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara rejeitada pelo Senado, sobre a proibição de acumular os empregos de Senador e Bispo. V. 3, I, 277
— discussão, na Assembléia Geral, das despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 294
— discussão sobre as penas aplicáveis aos delitos de imprensa. V. 2, I, 185
— discussão sobre as penas cominadas no projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 186
— homem estacionário, hoje reformista. V. 4, I, 217
— intervenção na 3ª discussão do projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 29
— manifestação contrária ao projeto de cidadania apresentado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 28
— manifestação contrária ao projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania) do Visconde de Caravelas. V. 2, I, 8-10

— manifestação durante a discussão dos projetos sobre naturalização. V. 2, I, 69-70
— rebate os argumentos do Marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, durante a discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 188
— referência a. V. 2, I, 73
— sustenta a necessidade de se aguardar o pronunciamento do Judiciário sobre a criminalidade de José Bonifácio, para então se apreciar o seu afastamento da Tutoria. V. 3, I, 207
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **LISBOA, Venâncio José. Juiz de Paz**
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **LÍSIAS**
— referência a. V. 4, I, 150

— **LISTAS**
— de proscrição que os agitadores da Restauração espalham. V. 3, I, 175
— dos componentes e sócios das sociedades federal e conservadora. V. 3, I, 347

— **LITÍGIOS**
— pode haver ... com as demais nações, sem haver rompimento. V. 3, I, 189
— sobre direitos entre as nações não são princípio de hostilidade. V. 3, II, 189

— **LITOGRAFIA**
— deve ser incluída na lei sobre liberdade de imprensa. V. 2. I, 167
— sua inclusão nos delitos relativos à liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— **LIVRE ADMINISTRAÇÃO**
— dos bens, só depois dos 25 anos. V. 2, I, 65

— **LIVRE EXERCÍCIO**
— de escrever e comunicar as opiniões pela imprensa. V. 2, I, 145

— **LIVRO**
— de grande volume só é lido por homens de letras. V. 2, I, 185 e 189
— de mais de 100 páginas, deve poder circular porque o povo não o lê. V. 2, I, 182
— em língua estrangeira causam menos mal do que em português. V. 2, I, 188
— para o juramento da Constituição. V. 2, I, 47
— que se mandava adotar nas escolas. V. 2, I, 147
— vedado nas escolas, que não seguisse a doutrina adotada. V. 2, I, 147

— **LOBO DE SOUZA, Bernardo. Deputado. Ministro**
— emenda substitutiva ao projeto de autorização para as reformas constitucionais. V. 4, I, 19
— expõe as razões por que se opôs ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 132
— nomeação para Presidente do Pará. V. 3, I, 191
— proposta de adiamento do projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 130
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **LONDRES**
— quartel-general da política do mundo. V. 3, I, 289

— **LOPES GAMA, Caetano Maria. Deputado. Senador**
— discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 201
— discussão do art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 107
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 97
— discussão do requerimento do senador Ferreira de Melo, para o adiamento da discussão do projeto de interpretação do Ato Adicional até a próxima sessão. V. 4, II, 165

— discussão do requerimento do senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja remetido a uma comissão especial. V. 4, II, 143 e 146

— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 90

— discussão do requerimento do senador Verguero sobre as dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 129

— discussão sobre os incidentes na sessão de 20 de julho. V. 4, II, 279

— emenda ao requerimento do senador Vergueiro, sobre a representação da Assembléia de Pernambuco sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 111

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V.2, II, 164

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **LORD WELLINGTON**

— intervenção de ... na restituição da Guiana à França. V. 3, II, 196

— **LOUREIRO, João**

— cartas escritas ao Conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá. V. 3, I, IX

— **LOURENÇO DE ANDRADE (LOURENÇO RODRIGUES DE ANDRADE). Senador**

— Vide RODRIGUES DE ANDRADE, Lourenço

— **LUCRO**

— dos arrematantes dos tributos públicos é um desfalque para a Fazenda. V. 3, I, 298

— que aufere quem possui no Brasil seis contos de capital. V. 2, I, 103

— **LUGARES COMUNS**

— são bons para persuadir, mas não para convencer. V. 3, II, 136

— **LUIZ XIV**

— costumes do tempo de. V. 4, I, 121

— **LUIZ CARLOS, Deputado**

— Vide CAJUEIRO, Luiz Carlos Cardoso.

— **LUIZ CAVALCANTI, (LUIZ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE). Deputado**

— aparte na discussão do Requerimento do deputado Limpo de Abreu, sobre a reforma de sentenças do Júri pela Justiça ordinária, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 217

— apresentação de projeto dispondo sobre a maioridade do Imperador e do Príncipe Imperial. V. 4, II, 195

— assinatura, em voto vencido, no parecer da Comissão de Constituição da Câmara sobre a eleição de um membro da Regência, em substituição ao sr. João Braulio Muniz, falecido. V. 3, I, 139

— assinatura no parecer da Comissão especial sobre as emendas ao Código Criminal. V. 2, II, 340

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— assinatura no projeto do senador Holanda Cavalcânti sobre a maioridade de D. Pedro II. V.4, II, 206

— assinatura no termo de juramento da Regência Trina Permanente. V. 3, I, 16

— contesta o discurso do deputado José Lino Coutinho sobre o projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 120

— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 205

— discussão das emendas sobre a abolição da pena de morte. V. 2, II, 347 e 349

— discussão do projeto de lei do deputado Lino Coutinho que dispõe sobre a exportação e importação dos gêneros. V. 2, II, 107

— discussão do projeto de reforma constitucional; garantia dos deputados provinciais. V. 4, I, 234

— discussão do projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119 e 126

— discussão do projeto sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 156

— discussão do requerimento do deputado Holanda Cavalcânti, sobre a competência para proceder às reformas constitucionais. V. 4, I, 216

— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres, para elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 5

— eleição, em primeiro e segundo escrutínio, para a comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao Código Criminal. V. 2, II, 338-9

— emenda ao art. 20 do projeto sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 156

— emenda ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 156

— emenda de sua autoria ao projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119

— eleição como Secretário da Assembléia Geral, em 7 de abril de 1831. V. 3, I, 11

— manifesta-se, em Assembléia Geral, contra o poder de iniciativa do Senado em matéria orçamentária. V. 3, I, 335

— projeto de lei dispondo sobre a isenção dos impostos dos produtos destinados à exportação. V. 2, II, 105

— proposta para que as emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa sejam discutidas por título, fazendo-se a votação por parágrafos. V. 2, I, 202

— rebate os argumentos do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, durante a discussão, na Câmara, das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 203

— rejeição de sua emenda ao projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127

— requer votação nominal para o projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 235

— requerimento adiando a discussão do problema de tutoria para quando houver número na Assembléia Geral. V. 3, I, 24
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **LUIZ DE MENEZES**

— referência à denúncia contra. V. 3, I, 125

— **LUTA**

— constante da opinião nacional contra o poder é o que se verifica no país, de 1826 a 1831. V. 3, I, 47

— **LUZES DO TEMPO**

— não é conforme as ... deixar de facilitar às brasileiras a aquisição de conhecimentos. V. 2, I, 228

# M


— **M. MONTE, Deputado.**

Vide ARAÚJO, Manuel do Monte Rodrigues de

— **MACEDO, José Vicente de. Deputado**

— Voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.

— Voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200.

— **MACIEL DA COSTA, João Severiano.**

— Vide COSTA, João Severiano Maciel da

— **MACIEL MONTEIRO, Antônio Peregrino. Deputado.**

— discussão do projeto de fixação das forças navais e terrestres. V. 2, II, 266.

— discussão do projeto de lei sobre recrutamento para o Exército. V. 2, II, 225, 233 e 235

— discussão do requerimento do Deputado Rodrigues Torres para a elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 7.

— manifesta-se contra o projeto de resolução que dispõe sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 196.

— Voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82.

— Voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **MACIEL, Salvador José. Deputado.**

— emenda ao projeto de anistia. V. 2, II, 391.

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça, (Feijó). V. 3, II, 117.

— **MACHADO DE ASSIS**
— Crônica sobre o Parlamento. V. 4, I, VIII.
— desgostos que a República lhe trouxe. V. 4, I, VIII.

— **MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. Deputado.**
— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V. 3, II, 87.
— Voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.

— **MACHADO E SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada**
— Vide ANDRADA MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro de... e Silva.

— **MAÇON**
— sou franco... desde a idade de 18 anos. (Martim Francisco Ribeiro de Andrada). V. 3, I, 248.

— **MÃES BRASILEIRAS**
— direito de cidadania, concedido pela Constituição aos filhos ilegítimos de. V. 2, I, 16.

— **MAGISTRADO**
— ao contrário dos jurados, julgam sobre o alegado e provado. V.2, I, 214-215
— clamor contra os. V. 4, I, 34.
— competência para a suspensão e demissão. V. 4, II, 20.
— corruptos que absolveram Pinto Madeira, que quase despovoou o Ceará. V. 4, I, 180.
— demissão de... dependente dos Presidentes de Província. V. 4, II, 19.
— do Supremo Tribunal de Justiça devem ser tirados das relações. V. 3, II, 4.
— invasão das atribuições alheias pelos. V. 2, I, 213.
— não freqüentam a escola em que os verdadeiros princípios da liberdade sejam ensinados. V. 4, I, 253.

— não são os mais indicados para julgar os colegas. V. 4, I, 253.
— nos Estados Unidos e Inglaterra são julgados pelas Câmaras Legislativas. V. 4, I, 254.
— pela Constituição só por sentença podem perder seus lugares. V. 3, I, 49.
— penas para puni-los estão nas Ordenações. V. 2, I, 216.
— prevaricação dos. V. 2, I, 216.
— privativos que os estrangeiros tinham entre nós. V. 2, I, 75.
— que absolveram Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, recusado pela Câmara como Deputado, não podem também ter assento na representação nacional. V.3, I, 267
— que arrogam a si a autoridade de Júri. V.2, I, 216
— que atentam contra a liberdade de imprensa reformando as sentenças do Júri. V.2, I, 216
— que querem garrotear a liberdade do Júri, opondo-se ao sistema constitucional, reformando suas sentenças. V.2, I, 216
— sendo vitalícios pela Constituição, não podem ser suspensos a não ser por crimes. V.3, I, 56
— seus direitos políticos estão atacados pelo projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 111
— solidariedade de classe dos. V.3, II, 23
— suspenso das garantias dos... não pode ser atribuída aos Presidentes de Províncias, sem audiência do Conselho de Estado. V.3, I, 110
— suspensão de... pelo Poder Moderador. V.4, I, 57
— suspensão dos... era da competência dos Presidentes de Províncias, segundo a lei de 20 de outubro de 1825. V.3, I, 110

— MAGISTRATURA

— é ignorante e negligente; acusação do Ministro da Justiça. V.3, I, 133
— é moda falar mal da. V.3, I, 112

— MAGNETISMO ANIMAL

— e seus efeitos. V.3, II, 244

— **MAIA, José Antônio da Silva. Deputado**

— apresentação à Câmara de projeto sobre naturalização dos estrangeiros. V.2, I, 93

— apresentação de emenda ao projeto de Código Criminal. V.2, II, 332

— assinatura do ofício que remeteu ao Senado o projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, aprovado pela Câmara. V.2, I, 161

— assinatura do parecer da Comissão de Constituição sobre as medidas tomadas em Pernambuco em 1839. V.3, II, 53

— assinatura na redação final das emendas aprovadas pela Câmara ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado. V.2, I, 118

— assinatura na Resolução da Câmara sobre o projeto de lei relativo à responsabilidade dos Ministros. V.3, II, 30

— assinatura no expediente devolvendo ao Senado o projeto de lei sobre cidadania rejeitada pela Câmara. V.2, I, 45

— assinatura no ofício encaminhando ao Senado a Resolução aprovada pela Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V.2, I, 127

— assinatura no ofício encaminhando ao Senado a Resolução da Câmara sobre o projeto de lei que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V.2, I, 223

— assinatura no parecer da Comissão do Regimento Interno à indicação do Deputado Vasconcelos para que os Ministros assistam à discussão do Orçamento. V.2, II, 22

— assinatura no parecer da Comissão de Regimento Interno sobre o projeto de formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V.3, I, 214

— comunica que se acha sobre a Mesa o relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação dos soldados estrangeiros no Rio. V.2, II, 205

— contesta os argumentos do Deputado Paula Souza sobre seu requerimento. V.2, I, 210

— discurso durante a 2ª discussão do projeto sobre cidadania enviado pelo Senado à Câmara.

— discussão do artigo 4º do projeto de Código Criminal. V.2, II, 331

— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o artigo 54 da Carta Magna. V.3, II, 106
— discussão do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (nacionalidade) aprovado pelo Senado. V.2, I, 36
— discussão do projeto sobre cidadania aprovado pelo Senado. V.2, I, 41
— discussão sobre a leitura do relatório do Ministro. V.2, II, 207
— discute o projeto de Resolução dos estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V.2, I, 121
— discutindo o expediente enviado pelo Ministério da Justiça sobre as dúvidas decorrentes da aplicação da lei sobre os abusos da liberdade de imprensa, em vigor. V.2, I, 209
— eleição, em primeiro escrutínio, para a Comissão Especial destinada a indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. V.2, II, 338; em segundo escrutínio. V.2, II, 339
— emenda supressiva do artigo 16 do projeto de criação de um curso jurídico. V.2, I, 235
— esclarecimentos sobre a denúncia do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 86.
— leitura, como relator da comissão de redação, do projeto de lei do Orçamento para 1828. V.2, II, 25
— leitura do título e do artigo 1º do projeto sobre liberdade de imprensa do Deputado Joaquim Gonçalves Ledo. V.2, I, 143
— leitura sobre o acórdão relativo a Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V.3, I, 265
— ofício ao Ministro da Fazenda (Marquês de Queluz) para uma reunião com a Comissão de Fazenda da Câmara. V.2, II, 35
— ofício ao Senado comunicando sanção do Imperador ao projeto que fixa a dotação da Casa Imperial. V.3, I, 231
— ofício ao Senado, remetendo autógrafo da Resolução da Câmara sobre a vigência das disposições do Concílio Tridentino sobre o matrimônio religioso. V.2, II, 305
— responde ao Deputado Almeida e Albuquerque sobre o requerimento de sua autoria. V.2, I, 211

— resposta ao Deputado José Carlos Pereira de Almeida Torres durante a discussão de seu requerimento. V.2, I, 210

— MAIORIA

— de 2/3 necessária para rejeição do veto. V.3, I, 96

— de 2/3 que se exige para rejeição do veto não é absurda. V.3, I, 98

— deve-se fazer por ato revolucionário. V.4, II, 269

— é a própria Câmara por que dela saem os seus atos. V.3, I, 175

— é filha do pacto social. V.2, I, 126

— é que, nos governos constitucionais, criam e derrubam os governos. V.3, I, 127

— exigida para a eleição da Regência provisória. V.3, I, 14

— lei da... é secundária. V.2, I, 126

— no sistema constitucional não se governa sem maioria. V.3 II, 124 ,

— objeção que a... faz à oposição. V.3, II, 171

— MAIORIDADE

— de D. Maria II. V. 4, II, 251

— de D. Pedro II; projetos apresentados à Câmara e debatidos em 1837. V.4, II 197

— de D. Pedro II; sessão da Assembléia Geral Legislativa que proclamou a. V.4, II, 309.

— de D. Pedro II. V.4, I, VI

— de D. Pedro II. V. 4, II, parte segunda; 193 e seg.

— legal no Brasil. V. 2, I, 131

— retirada pelo autor do projeto sobre a maioridade, do Deputado Carneiro Leão. V.4, II, 268

— um dos movimentos mais populares do Império. V.4, I, VII

— de D. Pedro II; discussão do projeto do Senador Holanda Cavalcânti no Senado. V.4, I, 205

— de D. Pedro II; projetos apresentados à Câmara desde 1835. V.4, I, VI

— do Imperador; implica reforma da Constituição. V. 4, II, 195

— MAIS SABE O TOLO NO SEU QUE O AVISADO NO ALHEIO
— V.4, I, 82

— MAL
— que podem fazer estrangeiros naturalizados é o mesmo que podem fazer os não naturalizados. V.2, I, 131
— que se pretende fazer aos brasileiros com o projeto sobre cidadania. V.2, I, 42
— sempre aparece quando há liberdade para uns escritores e não para outros. V.2, I, 151
— mal do Brasil é a falta de pessoas aptas para os cargos superiores da administração. V.3, I, 176

— MALAGUETA
— referência aos jurados da. V.3, I, 165
— V.4, I, IX

— MALAQUIAS
— vide PIRES FERREIRA, Domingos Malaquias de Aguiar

— MALES
— da fraqueza que podem recair sobre nós com a imigração. V.2, I, 106.
— da Revolução Francesa estão entre nós. V.2, I, 174
— que ao Brasil causaria D. Pedro I, mesmo voltando só. V.3, I, 152
— que uma liberdade ilimitada acarretaria sobre a Nação. V.2, I, 183
— os que servem à causa da República e à Causa de D. Pedro I, são a origem de todos os ... públicos. V.3, I, 72

— MALESHERBES
— referência a. V.3, I, 124

— MANDATO
— dos Senadores deve ser de 12 anos. V.4, I, 162
— duração dos. vide LEGISLATURAS
— duração do ... dos Deputados às Assembléias Pronvinciais. V.4, I, 209

— **MANDO**
— amor do ..., natural ao coração do homem. V.2, I, 109
— os que procuram o ..., derramando o sangue dos cidadãos. V.3, I, 72

— **MANDO MILITAR**
— cessão de tudo à vista dos que professam o. V.3, II, 23

— **MANIFESTAÇÕES**
— da galeria na discussão do projeto da maioridade. V.4, II, 290 e 300
— sobre a utilidade dos projetos dispensam 1ª discussão. V.2, I, 39

— **MANIFESTO**
— de Feijó renunciando à Regência. V.3, I, 142
— dos rebeldes, em que um dos Andradas é proclamado Regente. V.3, I, 136
— Nação brasileira; requerimento para se instituir uma comissão encarregada de dirigir um. V.3, I, 11

— **MANOBRAS**
— para que fosse jurado como Constituição o projeto elaborado depois da dissolução da Constituinte de 23. V. 4, I, 37

— **MANOEL CAVALCANTI, ... Inácio ... de Lacerda. Deputado.**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **MANTO RELIGIOSO**
— em que aparece envolvido o Ministro da Justiça em seu relatório. V. 3, I, 124

— **MANUEL AMARAL**
— vide MARIA DO AMARAL, Manuel

— **MANUEL CARVALHO**
— referência a..., líder revolucionário de 1824. V. 3, I, 51

— **MANUSCRITOS**
— necessidade de se diferençar... e impressos, no caso dos delitos de imprensa. V. 2, I, 150

— pela Constituição são suscetíveis de abusos. V. 2, I, 167

— MÃO MORTA

— corporações de..., não podem adquirir bens sem autorização do Governo. V. 2, I, 260

— MAQUIAVELISMO

— com que tem agido a Corte de Roma. V. 2, I, 280

— MÁQUINA

— Constitucional; ainda não está montada no Brasil. V. 2, I, 150

— social do Brasil não pode ser sustentada com os elementos de força e ordem à disposição do Governo. V. 3, I, 131

— MAQUINAÇÕES

— contra a Constituição. V. 3, II, 84

— no Ministério para ter motivo de oprimir os brasileiros. V. 3, II, 83

— notórias no golpe de julho de 32. V. 4, I, 200

— MAQUINADORES

— desprezíveis que são os que pretendem a restauração. V. 3, I, 162

— MAR DE QUESTÕES

— não nos engolfemos neste. V. 3, I, 70

— MARANHÃO

— arde na guerra. V. 4, II, 55

— aspecto medonho que apresenta. V. 4, II, 157

— brasileiros que foram mortos na Bahia, em Pernambuco e no. V. 2, I, 112

— capuchos no... sujeitos a prelados estrangeiros. V. 2, I, 267

— cooperação do... na rebelião de Afogados em Pernambuco. V. 3, II, 51

— hospício ou colégio de mercenários, cujos frades são sujeitos ao prelado em Espanha. V. 2, I, 266

— **MARANHÃO, João de Albuquerque. Deputado.**
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200.

— **MARBLY**
— referência a. V. 4, I, 150

— **MARCELINO DE BRITO, Joaquim. Deputado.**
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **MARCHA**
— da lei; tropeços à. V. 2, I, 55.

— **MARCONDES DE SÁ, Lourenço. Deputado.**
— assinatura no parecer da Comissão Eclesiástica sobre o celibato clerical. V. 2, I, 292
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **MARCOS ANTÔNIO, Senador.**
— vide MONTEIRO DE BARROS, Marcos Antônio

— **MARCOS ANTÔNIO BRÍCIO (Barão de Jaguaribe). Deputado.**
— discurso sobre o projeto de lei sobre cidadania, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 41
— discussão do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 231
— discussão dos projetos de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 26
— emenda ao artigo 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114
— manifestação contra o pedido de adiamento da localização do curso jurídico que se pretende criar no Brasil. V. 2, I, 232
— referência a V. 2, I, 106
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **MARIA DO AMARAL, Manoel. Deputado.**

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352

— discussão, na Assembléia Geral, das contribuições diretas anuais. V. 3, I, 301

— discussão do projeto de lei do deputado Lino Coutinho que dispõe sobre os impostos de exportação e importação. V. 2, II, 105, 107.

— discussão do requerimento de deputado Holanda Cavalcânti sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 222

— discussão, na Assembléia Geral, sobre a arrematação dos direitos da Alfândega. V. 3, I, 297

— discussão, na Assembléia Geral, sobre as despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 283

— emenda, à proposta de autorização para as reformas constitucionais. V. 4, I, 19

— leitura de emenda sobre arrematação de direitos, na Assembléia Geral. V. 3, I, 299

— rejeição do requerimento do Deputado. V. 4, I, 5

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **MARIA DA GLÓRIA, D.**

— declaração de perda da cidadania brasileira por ter aceitado o trono de Portugal. V. 3, I, 241

— **MARIA DE MOURA, Antônio. Deputado.**

— assinatura no projeto de Resolução sobre o **habeas corpus**. V. 2, II, 363

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— voto pela remoção do Tutor. V. 3, I, 200

— **MARIA II, D.**

— V. 3, II, 80

— **MARIA II DE PORTUGAL, D.**

— maioridade de. V. 4, II, 251

— **MARIANI, Presidente da Província do Rio Grande do Sul.**

— conspiração abortada no dia de sua posse. V. 3, II, 247

— **MARICÁ, Visconde de.**

— vide FONSECA, Mariano José Pereira da.

— **MARINHA**

— condições do Brasil para ter a primeira... do mundo. V. 2, I, 80

— projeto sobre a reforma de Oficiais do Exército e da... cuja conservação fosse prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45

— **MARINHEIROS**

— estrangeiros; naturalização automática. V. 2, I, 79

— grande precisão que temos de. V. 2, I, 79

— engajamento de... estrangeiros na Marinha. V. 2, II, 265

— **MARINHO, José Antônio. Deputado.**

— discussão da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 286

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— **MÁRIO (Cônsul Romano)**

— referência a... e Sila. V. 3, I, 196

— **MARQUÊS DE SAMPAIO, Antônio. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **MARQUÊS DE ARACATI**

— vide OYENHAUSEN, João Carlos Augusto.

— **MARQUÊS DE BAEPENDI**
— vide NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacintho

— **MARQUÊS DE BARBACENA**
— V. 4, I, VII

— **MARQUÊS DE ITANHAÉM**
— vide SOUTO MAIOR, Manuel Inácio de Andrade

— **MARQUÊS DE JACAREPAGUÁ**
— vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

— **MARQUÊS DE LAGES**
— vide CARVALHO, João Vieira de.

— **MARQUÊS DE MARICÁ**
— vide FONSECA, Mariano José Pereira da

— **MARQUÊS DE MONTE ALEGRE**
— vide COSTA CARVALHO, José da

— **MARQUÊS DE PALMA**
— vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis

— **MARQUÊS DE PARANAGUÁ, 1º**
— vide BARBOSA, Francisco Vilela

— **MARQUÊS DE QUELUZ**
— vide COSTA, João Severiano Maciel da

— **MARQUÊS DE RESENDE**
— correspondência do. V. 3, I, VIII
— V. 2, I, XI

— **MARQUÊS DE SANTO AMARO**
— Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

— **MARQUÊS DE SÃO JOÃO DA PALMA**
— V. 3, I, X

— **MARQUÊS DE SAPUCAÍ**
— Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de

— **MARQUÊS DE VALENÇA**
— Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

— **MARROCOS**
— referência ao Imperador do. V. 2, I, 135

— **MARTENS**
— referência à obra de. V. 3, I, 31

— **MARTIGNAC**
— referência ao Ministro que sucedeu Villele. V. 3, I, 127

— **MARTIM FRANCISCO, Deputado**
— Vide RIBEIRO DE ANDRADA, Martim Francisco

— **MARTINS, José Gonçalves. Deputado**
— Vide GONÇALVES MARTINS, José

— **MASCARENHAS, D. Francisco de Assis. (Marquês de São João da Palma). Senador**
— discurso da emenda ao projeto de naturalização. V. 2, I, 84
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a colonização por estrangeiros. V. 2, II, 171
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **MASCARENHAS, D. José de Assis.**
— Vide ASSIS MASCARENHAS

— **MASCATES**
— importação de escravos e. V. 2, II, 163

— **MASSA**
— de descontentes que temos. V. 4, I, 187
— jamais se dirigem pelo meio termo das coisas. V. 4, I, 100
— de descontentes, que aumentará com as aposentadorias compulsórias. V. 3, I, 56

— **MATAS**

— de construção que possui o Brasil, aproveitáveis para a construção naval. V. 2, I, 80

— **MATA BACELAR, José Teixeira. Senador.**

— declaração de voto. V. 3, I, 319

— emenda ao artigo 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 175

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **MATA-PORCOS**

— feridos na encruzilhada de. V. 3, I, 72

— **MATÉRIA**

— Constitucional; a Resolução sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 121

— Constitucional, segundo a Carta de 1824. V. 3, I, 111

— iniciativa da Câmara em ... financeira. V. 3, I, 335

— principal; quando se considera, no caso da discussão simultânea de duas proposições, V. 2, I, 59

— são criminosos os escritos que contêm ... subversiva. V. 2, I, 167

— **MATO GROSSO**

— da Europa. V. 4, I, 121

— onde a discórdia sacode o seu facho. V. 4, II, 157

— **"MATRACA, A"**

— referência ao jornal. V. 3, I, 131

— **MATRIMÔNIO**

— projeto de lei do Senado sobre o. V. 2, II, 307

— religioso. V. 2, II, 305

— **MATURIDADE**

— na meia idade inclina-se à monarquia constitucional representativa. V. 3, II, 172

— **MAU CASAMENTO**

— feito sem dote. V. 2, I, 61

— **MÁXIMA**

— dos tiranos: dividir para reinar. V. 4, I, 242

— **MAY, Luís Augusto. Deputado.**

— cede a palavra para votar. V. 3, I, 279

— discussão da indicação do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, excluindo os Ministros das Comissões Parlamentares. V. 3, II, 36

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 93

— discussão do projeto de lei declaratória do artigo 6º da Constituição, aprovado pelo Senado. V. 2, I, 41

— discussão, na Assembléia Geral, das despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 294

— redator de **A Malagueta.** V. 4, I, IX

— requerimento para que seja enviado a uma Comissão o ofício do Ministro do Império sobre a suspensão de garantias em Pernambuco. V. 3, II, 68

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— **MECKLEMBURGO**

— enviado do Brasil em. V. 3, I, 286

— **MEDEIROS, Desembargador.**

— não pode ter assento na representação nacional, por ter absolvido Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro, cujo diploma foi recusado pela Câmara. V. 3, I, 267

— **MEDEIROS GOMES, João de. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **MÉDICO PARA O CURAR, PADRE PARA O CONFESSAR E ADVOGADO PARA FAZER-LHE O TESTAMENTO.**

— o que o Brasil morimbundo tem à sua cabeceira. V. 3, I, 123

— **MEDIDAS**

— circunstanciais tomadas pelo Governo no caso da concessão de cidadania. V. 2, I, 26

— necessárias para concessão da cidadania. V. 2, I, 38

— que se deve empregar, nos delitos de opinião, e que em outra ocasião não teriam cabimento. V. 2, I, 147

— que se deve tomar contra os inimigos da Constituição. V. 2, I, 113/14

— que se deve tomar para que o 7 de abril não sirva de desgraça, mas seja aurora de felicidade para o Brasil. V. 3, I, 48

— reclamadas pelo trono para consolidar as instituições. V. 3, II, 175

— sugeridas pela Comissão de Justiça Criminal da Câmara, sobre os acontecimentos da Bahia, em 1831. V. 3, I, 40

— tomadas em Pernambuco contra a insurreição de Afogados, visava a irritar e provocar os povos à rebelião. V. 3, II, 82

— tomada pela Comissão sobre a nacionalidade de estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 120

— arbitrárias; que derrubaram a liberdade francesa. V. 3, II, 84

— enérgicas é que podem salvar a Nação. V. 4, I, 173

— excepcionais exigidas pelos amotinados em julho de 1831 V. 3, I, VI

— quando se aconselham ... fortes estas devem ser apontadas. V. 3, I, 22

— repressivas; desnecessidade de tomá-las, na Bahia, depois do 7 de abril. V. 3, I, 39

— subversivas. V. 3, II, 45

— desnecessidade de ... violências depois de consumada a revolução. V. 3, I, 45

— **MEDIOCRIDADE**

— e charlatães é só o que conhece o orador. V. 3, I, 74

— **MEDO**

— dos que se deixaram de se opor à Independência. V. 2, I, 27

— que deve se desterrar da alma dos que têm assento na representação nacional. V. 4, I, 22/3

— **MEIO**

— através do qual exprimimos nossos pensamentos. V. 2, I, 166

— de convidar ao crime, não estipulado a gradação da pena. V. 2, I, 149

— de obstar a vinda de estrangeiro. V. 2, I, 61

— de que devemos lançar mão para atrair população. V. 2, I, 106

— que a Assembléia Geral tem negado ao Governo para que o 7 de Abril produza todos os resultados. V. 3, I, 168

— que cada um julga apropriados para fazer felicidade do povo brasileiro. V. 3, I, 36

— **Circulante**

— e a situação econômica. V. 2, II, 131.

— lei nº 109, de 11-10-1937, que dispõe sobre medidas para a melhoria do. V. 2, II, 147.

— medidas para o saneamento do. V. 2, II, 139.

— melhoramento do. V. 3, II, 188.

— projeto para a redução, pela metade, da moeda de cobre em circulação. V. 2, II, 127.

— **MELANCOLIA**

— da viuvez de que parece sofrer o Visconde de Pedra Branca. V. 3, I, 318.

— **MELHOR GOVERNO**

— lei estabelecendo que este é o ... para que ninguém fale dele. V. 2, I, 181.

— **MELHORAMENTO**

— introduzido em estabelecimento de agricultura, indústria ou comércio para naturalização. V. 2, I, 50.

— produzido por estrangeiro para o fim de naturalização. V. 2, I, 60.

— do meio circulante, depende da interpretação do Ato Adicional. V. 3, II, 261.

— do meio circulante. V. 3, II, 258.

— "MELIUS EST SISTERE IN GRADU QUAM PROGREDI PER TENEBRAS."
— V. 4, II, 63

— MELO, ANTÔNIO DE. Deputado.
— discussão das emendas do artigo 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 274.
— discussão do projeto de reforma constitucional; responsabilidade dos Presidentes de Província e dos Magistrados. V. 4, I, 247 e 263.
— nomeação para Presidente da Paraíba. V. 3, I, 191.
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.
— voto pela destituição de Tutor. V. 3, I, 199.

— MELO FRANCO, Afonso Arinos de.
— V. 2, I, III.

— MELO MATOS, Cassiano Espiridião de. Deputado e Senador.
— discussão do requerimento do Senador Marquês de Barbacena, para audiência de comissões no projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 84.
— discussão do requerimento do Senador Vergueiro sobre a representação da Assembléia Provincial de Pernambuco, a respeito da lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 111.
— discussão, em Assembléia Geral, de sua emenda para exclusão do Orçamento da côngrua do Bispo Capelão-Mór, por ser Senador. V. 3, I, 274.
— esclarecimentos sobre a questão de ordem a respeito do quorum necessário para haver sessão no Senado. V. 4, II, 149.
— leitura do ofício do Senado, comunicando encontrar-se aquela Casa em sessão permanente. V. 4, I, 181.
— questão de ordem sobre a discussão do projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 92.
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209.
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117.

— **MELO MATOS, Eustáquio Adolfo de. Deputado.**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82.

— **MELO E SOUZA, Manoel Inácio de. Senador.**

— assinatura no Projeto do Senador Holanda Cavalcânti so bre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 206.

— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209.

— **MELO, Pascoal José de. (Jurisconsulto)**

— V. 2, I, 26 e 68.

— **MEMBROS**

— número de membros das Assembléias Legislativas Provinciais. V. 4, I, 209.

— **MEMÓRIA**

— do grande dia 7 de Abril não está esquecida. V. 3, I, 69.

— **MENDES, Manuel Odorico. Deputado.**

— aprovação da emenda de sua autoria ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 138.

— aprovação de sua emenda ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— assinatura de novo parecer da comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 182.

— assinatura no parecer da comissão **ad hoc** sobre o ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 173.

— contesta as afirmações do Arcebispo da Bahia na discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 223.

— discurso apoiando a proposta do Deputado Carneiro da Cunha para se redigir um manifesto à Nação brasileira a respeito do 7 de Abril. V. 3, I, 11.

— discurso sobre o artigo adicional ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 111.

— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia e do Rio de Janeiro. V. 3, I, 41.

— discussão do parecer sobre o ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 180.

— discussão do projeto do Senado sobre a dotação do Imperador. V. 3, I, 221.

— discussão do requerimento para que as representações sobre a reforma constitucional sejam remetidas ao Senado. V. 4, I, 24.

— discute a aceitação interina do Tutor de D. Pedro II, nomeado por seu pai. V. 2, I, 22.

— emenda ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 112

— justificação das emendas de sua autoria ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108.

— nomeação para a Comissão **ad hoc** encarregada de dar parecer no ofício de demissão da Regência Trina. V. 4, I, 171.

— referência à emenda de. V. 2, I, 113.

— referência à emenda de sua autoria ao artigo 2º do projeto de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114.

— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137.

— resposta ao repto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, para que aponte os nomes dos Ministros que estão empregando emigrados inimigos da Independência. V. 2, I, 113.

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117.

— **MENDES RIBEIRO, João José Lopes. Deputado.**

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117.

— **MENDES DOS SANTOS, Gabriel. Deputado.**

— assinatura em novo parecer da comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 182.

— assinatura do parecer da comissão **hac hoc** no ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 173.
— nomeação para a Comissão **ad hoc** encarregada de dar parecer no ofício de demissão da Regência Trina. V. 4, I, 171.
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82.
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200.

— **MENDONÇA, Gabriel Getúlio Monteiro de.**
— vide GETÚLIO, Gabriel ... Monteiro de Mendonça.

— **MENDONÇA, Luiz Joaquim Duque-Estrada Furtado de.**
— vide DUQUE-ESTRADA, Luiz Joaquim ... Furtado de Mendonça.

— **MENEZES, Manuel Inácio da Cunha. (Visconde do Rio Vermelho). Senador.**
— voto pela remoção de José Bonifácio da tutoria. V. 3, I, 208.

— **MENINAS**
— devem ter a mesma educação que os meninos. V. 2, I, 226.
— ensino das; deve se cingir a ler, escrever, contar e gramática portuguesa. V. 2, I, 226.
— não têm necessidade do mesmo grau de ensino que os meninos. V. 2, I, 228.
— o uso da razão nas ... é pouco desenvolvido. V. 2, I, 229.

— **MENORES**
— brasileiros que foram para Portugal em companhia dos pais e não regressaram. V. 2, I, 32
— são os mais aptos para conceberem aferro ao país. V. 2, I, 134

— **MENORIDADE**
— do Monarca em Portugal. V. 4, II, 243

— do Monarca na Espanha. V. 4, II, 243
— do Monarca na França. V. 4, II, 242

— MENOSCADO
— pelo sistema constitucional jurado. V. 3, II, 67.

— MENSAGEM
— do Ministro dos Estrangeiros à Câmara, sobre o exército que o Duque de Bragança estava formando para a restauração. V. 3, I, VII.
— Presidencial; documento político que não é debatido nem respondido. V. 3, I, XII.

— MERCÊ
— que a nação outorga aos estrangeiros: naturalização. V. 2, I, 88.

— MERECIMENTO
— dos estrangeiros deve ser reconhecido pela representação nacional. V. 2, I, 106.
— particular de cada um, como requisito para o exercício dos cargos públicos. V. 2, I, 82.

— MESTRES
— do príncipe herdeiro são mais importantes do que o tutor. V. 3, I, 26.
— falta de... em nossos navios. V. 2, I, 70.

— MÉTODO
— para discussão simultânea de dois projetos. V. 2, I, 56.

— METTERNICH, Príncipe
— V. 4, II, 261.

— MIDOSI, João Batista
— memória apresentada à Câmara para aumentar as rendas da Nação e extinguir a dívida nacional. V. 2, II, 3.

— MIGUEL, Dom
— proclamação de Pedro I contra o infante. V. 3, II, 80.

— **MILÃO, Decreto de**

— expedido por Napoleão Bonaparte. Vide BONAPARTE, Napoleão.

— **MILITARES**

— a não ser por sentença, não podem ser privados de sua patente, segundo a Constituição. V. 3, I, 49.

— desgosto que causou aos... no Rio Grande do Sul o periódico de Pedro Chaves. V. 3, II, 230.

— exercício em que se fazem credores do reconhecimento nacional. V. 3, II, 49.

— Presidente de Província; hábito que têm de ver centenas e milhares de homens moverem-se prontamente ao sinal de sua voz. V. 3, II, 138.

— preterições escandalosas de oficiais. V. 3, II, 61.

— prisão de oficiais na Bahia por não terem aderido a convites de absolutismo. V. 3, II, 62.

— que devem ser reformados pelo projeto 37 da Câmara. V. 3, I, 56.

— são instituídos para defender a Pátria com as armas na mão. V. 3, II, 49.

— serão aptos para julgar? V. 3, II, 49/50.

— **MILTON, John**

— referência a. V. 2, I, 147.

— **MINAS**

— mineração e propriedade das. V. 2, II, 81.

— **MINAS GERAIS**

— adesão ao Sete de Abril. V. 3, I, 259.

— ameaças de suspensão de garantias em. V. 3, II, 62.

— carta proveniente de... lida na Câmara, através da qual se asseverou que a província estava em guerra civil. V. 3, I, 164.

— reuniões que lá tem havido em conventículos para se tentar a restauração. V. 3, I, 34.

— **"MINERVA"**

— jornal ministerial. V. 3, II, 59.

— periódico absolutista do Maranhão. V. 3, II, 59.
— discriminação fiscal contra uma empresa brasileira de. V. 2, II, 149.
— e propriedade das minas. V. 2, II, 81.
— embora assunto peculiar à província de Minas interessa a todo o país. V. 4, I, 244.

— MINISTÉRIO
— de homens hostis à causa da liberdade, o que provocou o 7 de Abril. V. 3, I, 17.
— é o tribuno militar a que se refere Tito Lívio. V. 3, I, 123.
— é réu de alta traição. V. 3, II, 44.
— impopularidade do... que provocou o 7 de Abril. V. 3, I, 17.
— inexistência do... face à abdicação de Pedro I. V. 3, I, 17.
— manifestação pelo pedido de demissão do... feito pela Revolução de Sete de Abril. V. 3, I, 102.
— marcha dos... durante o governo do ex-Imperador Pedro I. V. 3, I, 51.
— no dia 6 de abril de 1831, não houve... V. 3, I, 105.
— proposta de Mensagem para completar o. V. 4, II, 162.
— poder entre o Monarca e o Povo. V. 4, I, 58.
— que proclamava o absolutismo. V. 2, I, 261.
— que quis cativar o Brasil. V. 2, I, 261.
— que se demitiu, não perdeu a confiança pública. V. 4, I, 186.
— regressista. V. 4, II, 136, 158.
— solidariedade do. V. 3, II, 182.
— solidariedade do. V. 4, II, 165.
— Provisório. V. 4, II, 162.
— dos Estrangeiros; desfavor com que é olhado. V. 3, I, 282.
— despesas do... dos Estrangeiros. V. 3, I, 280.
— dos Estrangeiros; dotações de 1827 a 1831. V. 3, I, 281.
— faccioso. V. 3, I, 123.

— da Fazenda; onde se regulariza e examina toda a despesa. V. 4, I, VI.
— criação do... da Instrução Pública. V. 2, I, 245.

— **MINISTROS**

— afrouxarão as penas dos que atacam a liberdade e apertarão mais as que atacam o poder. V. 2, I, 203.
— brasileiros em Paris; durante 4 ou 5 meses nada reclamou contra a ocupação do Oiapoque. V. 3, II, 198.
— da Inglaterra e da França que, no dia 7 de Abril, ficaram em companhia do Imperador depois da entrega do ato de abdicação. V. 3, I, 104.
— da Inglaterra, França e Alemanha, proposições que fizeram ao governo, depois das Falas do Trono da França e Inglaterra. V. 3, I, 308.
— de que classe são tirados. V. 4, I, 59.
— desinteresse pelas discussões na Assembléia. V. 3, II, 62.
— devem se sujeitar à lei geral de responsabilidade. V. 3, II, 19.
— dos Estrangeiros; referência a seu relatório. V. 3, I, 31.
— esforços que fazem para derrubar a Constituição. V. 3, II, 84.
— férias dos... nos Estados Unidos. V. 4, I, 82.
— mais déspota que já houve em Portugal foi quem lá introduziu o hábito de vigiar a vida particular dos cidadãos. V. 3, II, 163.
— mesquinhez dos recursos de que dispõem os. V. 3, II, 183.
— não podem ser estrangeiros. V. 2, I, 62.
— nomeação de 56 Ministros, no período de 5 anos. V. 4, I, 80.
— os... e a Regência são aptos para guardar e zelar pela pessoa do novo Imperador. V. 3, I, 24.
— para satisfação da maioria. V. 3, I, 129.
— prevaricadores. V. 3, II, 45.
— que ameaça um cidadão para que lhe ceda algo em seu proveito. V. 3, II, 33.
— que estão empregando emigrados inimigos da Independência devem ser denunciados. V. 2, I, 113.

— que minam as instituições com o poder que possuem. V. 3, II, 43.
— que prevalece do cargo para aterrar e extorquir. V. 3, II, 33.
— que são deputados, devem sofrer os trabalhos de ambos os empregos. V. 3, II, 36.
— que têm atentado contra a liberdade de imprensa. V. 2, I, 216.
— reeleição dos. V. 3, I, 146.
— responsabilidade dos...; um dos quatro pilares do sistema constitucional. V. 2, I, 155.
— são muitos os que, depois do Sete de Abril, estão sujeitos a acusação. V. 3, I, 59.
— sendo Senador discute a proposta do Governo tanto na Câmara como no Senado. V. 3, II, 105.
— sendo Senador ou Deputado, vota e assiste à votação. V. 3, II, 105.
— têm ocultado à Câmara coisas bem vergonhosas. V. 3, I, 290.

— **De Estado**

— ao Senado não compete zelar e vingar a fraqueza dos. V. 3, II, 14.
— arbítrios que podem tomar. V. 2, I, 85.
— auxiliares do poder, do esplendor e talvez de grande solércia. V. 3, II, 37.
— chamados "reizinhos de pau de laranjeira" durante a Regência. V. 4, II, 261.
— comparecimento às Câmaras. V. 4, I, 32/33.
— condescendência com os...; a Câmara ainda não apresentou exemplos de. V. 3, II, 36.
— contacto contínuo dos... com seus agentes que têm assento na Câmara é demasiadamente perigoso. V. 3, II, 125.
— delitos dos... devem ser especificados em lei especial. V. 3, II, 20.
— devem ser dispensados de comparecerem às Comissões, assistindo-as quando convidados. V. 3, II, 36.
— é incompetente para determinar prisões. V. 3, I, 125.

— escusas que dão para não assistirem às discussões na Câmara. V. 3, II, 121.
— estão mais habilitados do que qualquer membro das Câmaras a conhecer as medidas que o país reclama. V. 3, II, 125.
— impossibilidade de bem desempenharem seus cargos e os deveres como Deputados. V. 3, II, 35.
— impressão que causam ao orador os Ministros, enfeitados de tanto brilho e armados de tão formidáveis poderes. V. 3, II, 37.
— influência que podem ter nas comissões parlamentares. V. 3, II, 37.
— lei de responsabilidade dos. V. 3, II, 17.
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a responsabilidade dos (art. 134). V. 2, I, 3.
— não eram responsáveis antes de jurado o sistema constitucional. V. 3, II, 27.
— não existem razões para que sejam privados das honras e regalias dos demais membros da Câmara. V. 3, II, 36.
— não podem apresentar emendas no Parlamento. Câmara, 1828. V. 3, II, 39.
— não podem ser homens pusilânimes. V. 3, II, 85.
— não podem ser responsáveis por não conterem os empregados de segunda ordem nos seus deveres. V. 3, II, 24.
— não têm competência para apresentar emendas na Câmara. V. 3, II, 39.
— natureza dos delitos dos. V. 3, II, 18.
— necessidade da presença dos... aos debates parlamentares para ouvirem a censura a seus atos. V. 3, II, 124.
— necessidade de lei específica para qualificação dos delitos dos. V. 3, II, 18.
— necessidade de responsabilizar os ... nasce do governo representativo, V. 3, II, 24.
— no Império, que eram parlamentares. V. 3, I, III.
— obrigação que têm de dar contas ao Legislativo das prisões e medidas de prevenção durante a suspensão das garantias. V. 3, II, 41.
— o quanto podem tramar. V. 3, II, 37.

— parte IX do V. 3, II.
— podem apenas apresentar requerimentos ou petições à Câmara, mas não emendas. V. 3, II, 39.
— pouco se importam com as vozes que na Câmara se levantam contra as suas arbitrariedades. V. 3, II, 43.
— presença e participação dos ... nos debates do Parlamento. V. 3, II, 119.
— que a nação paga tão generosamente, e que tão negligentemente exercem seus deveres. V. 3, II, 80.
— que não têm sabido conservar-se na sua dignidade. V. 3, II, 14.
— referenda dos ... e o Poder Moderador, no projeto sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 85.
— responsabilidade dos ... não exige lei específica pela Constituição. V. 3, II, 19.
— sua admissão aos debates da Câmara não tira a iniciativa dos parlamentares. V. 3, II, 126.
— sua exclusão das comissões parlamentares. Câmara. 1828. V. 3, II, 35.
— sua presença na Câmara destina-se a informar o corpo legislativo e não a debater as propostas. V. 3, II, 126.
— têm grandes honras e pingues ordenados. V. 3, II, 36.
— vão à Câmara para ilustrar e não para fazer emendas. V. 3, II, 39.

— **Dos Estrangeiros**

— censura ao. V. 3, II, 116.
— envio que fez à Câmara do contrato de casamento de D. Pedro I. V. 3, I, 237.

— **Da Fazenda**

— leitura de emenda do ... na discussão do Orçamento de 1828.
— proposta do ... para suspensão, por cinco anos, do pagamento da amortização e juros da dívida pública brasileira em Londres. V. 2, II, 113.

— **Da Guerra (José Manuel de Morais)**

— censura ao. V. 3, II, 116.

— denúncia contra o ... vide ÁLVARES, Joaquim de Oliveira.
— exigência feita por Feijó ao ... para que retirasse da Quinta da Boa Vista duas peças de artilharia que lá existiam. V. 3, I, 136.
— o que se passou na votação da responsabilidade do. V. 3, I, 87.
— ofício à Câmara sobre a insubordinação da tropa em 1831. V. 2, II, 221.

— **Do Império**

— acusação ao ... não fica implícita na decisão da Câmara sobre o afastamento do Tutor. V. 3, I, 197.
— censura ao. V. 3, II, 116.
— leitura de tres ofícios do. V. 3, I, 141.
— ofício do 1º Secretário do Senado comunicando à Câmara o expediente que recebeu do Ministro do Império, participando a sanção do Imperador à Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127.

— **Da Justiça**

— acusação ao relatório do ... Sr. Feijó. V. 3, I, 135.
— bem que fez em mandar tirar devassa sobre os acontecimentos do Rio de Janeiro em 1831. V. 3, I, 42.
— declaração da inexistência de lei sobre a responsabilidade dos Juízes. V. 2, I, 216.
— denúncia contra o ... vide GOUVEIA, Lúcio Soares Teixeira de.
— falta de defesa do. V. 3, II, 63.
— manto religioso em que aparece revestido em seu relatório. V. 3, I, 124.
— refutação de que o ... por meios ignóbeis da imprensa acobarda os escritores que devem censurar o governo. V. 3, II, 183.
— relatório do ...; referência. V. 3, I, 71.
— remessa à Câmara das Atas das Sessões Extraordinárias dos Conselhos Presidenciais das Províncias da Paraíba, Alagoas e Santa Catarina, sobre movimentos ali verificados. V. 3, I, 33.

— representações enviados à Câmara, em julho de 1831. V. 3, I, V-VI.
— vide FEIJÓ, Diogo Antônio.

— **Da Marinha (José Joaquim Rodrigues Torres)**
— censura ao. V. 3,. II, 116.
— discussão do projeto de fixação das forças navais; tráfico de escravos. V. 2, II, 167
— não tem préstimo senão para ser cortesão de uma corte despótica. V. 3, II, 116.
— Vide RODRIGUES TORRES, José Joaquim.

— **MINORIA**
— acusações feitas à. V. 3, I, 125.
— desde quando se estabelecem as teorias das minorias? V. 3, I, 175.
— é que governa. V. 4, I, 151.
— não dispõe de meios para corromper. V. 4, II, 168.
— não pode governar o Brasil. V. 3, I, 175.
— que salvou a França da tirania do ramo mais velho dos Bourbons V. 3, I, 127.

— **MINORIDADE**
— de D. Pedro II. V. 3, I, 79
— do Monarca não existe na Inglaterra. V. 4, II, 241.
— toda ... é fraca. V. 4, II, 231.

— **MIRABEAU**
— citação do caso da senhora que lia. V. 2, I, 188.
— referência a. V. 4, I, 150.

— **MIRANDA, Caetano Pinto de.**
— vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda.

— **MIRANDA RIBEIRO, José Cesário de. (Visconde de Uberaba). Deputado.**
— apartes ao deputado Teófilo Otoni na discussão do projeto do deputado Carneiro Leão sobre a Maioridade de D. Pedro II, V, 4, II, 258.

— assinatura no projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V, 4, II, 53.
— discussão do parecer sobre a acusação do Ministro da Guerra. (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 102.
— discussão do projeto de criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro. V. 2, I, 232.
— eleição para a comissão especial do Código de Processo Criminal. V. 2, II, 355.
— substitutivo ao projeto de autorização para a reforma da Constituição; discussão. V. 4, I, 19.
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82.
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.
— voto contra a denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117.

— MISCIGENAÇÃO
— dos estrangeiros, que ocorrerá no Brasil dentro de dois ou três séculos. V. 2, I, 110.

— MISSÃO
— do Marquês de Santo Amaro. V. 3, I, 307.

— MISSÃO ARAÚJO RIBEIRO
— objetivos da ... à França, para a questão do Oiapoque. V. 3, II, 198.

— MOCIDADE
— é a idade das utopias e idealidades. V. 3, II, 180.
— ficará perdida, se nas escolas não lhe ensinarem sólidos princípios. V. 2, I, 224.
— na... inclina-se mais ao republicanismo. V. 3, II, 172
— o seu espírito se forma nas escolas. V. 2, I, 224
— pouco, acautelada; riscos de se espalhar no seu meio pinturas indecentes. V. 2, I, 167
— também tem opinião monárquica e não só republicana. V. 3, II, 180.
— tem menos receio das inovações. V. 3, II, 176.

— MOÇOS

— entre os ... é que se encontram indivíduos cheios de patriotismo, de amor à liberdade e de conhecimentos. V. 3, I, 89.

— MODA

— que é falar mal da Magistratura. V. 3, I, 112.

— MODERAÇÃO

— de Antônio Carlos, foi ensinada pela pesada mão do infortúnio. V. 3, II, 172.

— dos brasileiros, depois da vitória do Sete de Abril. V. 3, I, 18.

— necessária aos Ministros membros das Câmaras. V. 4, II, 167.

— MODERADOS

— união com os exaltados. V. 3, I, 167.

— MODIFICAÇÃO DO REGIME

— a que se está procedendo no Brasil. V. 3, I 176.

— MODO

— por que exprimimos nossos pensamentos. V. 2, I, 166.

— de cada um; crime gravíssimo que se tem feito do ... de pensar, V. 2, I, 147

— MOEDA DE COBRE

— e a situação econômica. V. 2, II, 131.

— redução para a redução, pela metade da moeda de cobre em circulação. V. 2, II, 127.

— MOLAS

— do antigo regimem devem ser substituídas no novo. V. 3, I, 48.

— MOLIÈRE

— referência à sua comédia **Les Femmes Savantes.** V. 2, I, 227.

— MONARCA

— abdicação do. V. 3, I, 12.

— a autoridade do ... é o mais seguro fiador que hoje há da prosperidade pública. V. 3, I, 68.
— abusos que pode cometer na escolha do Senado, corrompendo-o. V. 4, I, 152.
— competência da Assembléia-Geral para julgar de sua incapacidade física ou moral para o governo. V. 4, II, 234
— é um incapaz. V. 3, I, 12.
— lei inglesa não admite incapacidade do Monarca. V. 4, II, 241.
— obrigatoriedade que tem de receber o voto do Conselho. V. 4, I, 79.
— poder de perdoar as prevaricações dos Ministros. V. 4, I, 78.
— poder legislativo do. V. 2, I, 40.
— proibição da sucessão estrangeira do. V. 4, I, 33.
— redução que se quer fazer do ... a Chanceler do Reino. V. 4, I, 72.
— sucessão dos ... quase sempre produzem guerras e desgraças. V. 4, I, 33.

— **MONARQUIA**

— a aristocracia é que as sustenta. V. 4, I, 40.
— desejo que não tem o orador (Antônio Carlos) de monarquizar demais o país. V. 3, II, 182.
— os Andradas e a. V. 3, I, 247
— queda da. V. 4, I, V
— sem despotismo e liberdade sem anarquia. V. 4, I, 35
— única forma de governo compatível com a nossa educação. V. 4, I, 263
— vantagens que os publicistas acham na. V. 3, I, 81
— brasileira. Parte V, do V. 3, I

— **Constitucional**

— beleza e superioridade da. V. 4, I, 30
— embora passe como obra-prima, não pode servir a todos os povos. V. 2, I, 180
— é o sistema mais compatível com a felicidade e liberdade no Brasil. V. 3, II, 44
— européia; onde todos os poderes são derivações do poder monárquico. V. 3, I, 98

— noção complexa de ... Federal. V. 3, I, 249
— jurídica. V. 4, II, 136
— portuguesa; diferentes juízes que tinha e diferentes modos de administrar a Justiça. V. 4, II, 141

— **MONARQUISMO**
— monopólio que fazem do. V. 4, II, 263

— **MONOPÓLIO**
— das ciências morais e políticas. V. 2, I, 147
— do Monarquismo. V. 4, II, 263
— que se faria dos livros, na Província onde se estabelecesse um curso jurídico. V. 2, I, 233
— que se tem feito entre nós, das ciências morais e políticas. V. 2, I, 147

— **MONTE, Manuel do ... Rodrigues de Araújo. (Bispo do Rio de Janeiro). Deputado.**
— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **MONTE ALEGRE, Marquês de.**
— vide COSTA CARVALHO, José da.

— **MONTEIRO, Tobias.**
— V. 3, I, IX

— **MONTEIRO DE BARROS, Antônio Augusto. Senador.**
— voto conta a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio. Senador. (Visconde de Congonhas do Campo).**
— assinatura no ofício encaminhado à Câmara o projeto sobre a dotação do Imperador, aprovado pelo Senado. V. 3, I, 221
— assinatura no projeto de Resolução sobre o "Habeas Corpus". V. 2, II, 363
— declaração de voto. V. 3, I, 319, 327

— discussão do parecer da Comissão de Legislação ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 341
— discussão do projeto oriundo da Câmara que dispõe sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 223
— emenda ao artigo 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 175
— emenda ao projeto de anistia. V. 2, II, 391
— ofício que lhe foi encaminhado pelo 1º Secretário da Câmara, enviando a Resolução daquela Casa sobre os estrangeiros naturalizados, antes da Independência. V. 2, I, 127
— sustenta o parecer da Comissão de Constituição do Senado, aprovando a missão conferida pelo Governo ao Marquês de Santo Amaro V. 3, I, 307
— voto a favor da remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— voto contra a maioridade de D. Pedro II, V. 4, II, 209
— votos obtidos para o cargo de Tutor, em substituição a José Bonifácio. V. 3, I, 209
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117

— **MONTEIRO DE BARROS, Marcos Antônio. Senador.**
— assinatura no parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. V. 3, I, 271
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **MONTEIRO DE BARROS, Rodrigo Antônio. Deputado.**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda. (Visconde da Praia Grande). Senador.**
— discurso na discussão do projeto sobre naturalização do Visconde de Caravelas. (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 77
— discussão do artigo 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 88

— emenda ao projeto de lei de José Joaquim Carneiro de Campos. (Visconde de Caravelas) sobre cidadania. V. 2, I, 13

— manifesta-se contrário ao projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro da Cunha). V. 2, I, 28/29

— rejeição de sua emenda ao projeto de naturalização. V. 2, I, 81

— resposta ao Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) na discussão de seu projeto sobre cidadania. V. 2, I, 23

— **MONTESQUIEU**

— opinião de. V. 4, II, 154

— para entendê-lo é preciso ler toda a sua obra. V. 4, I, 255

— referência a. V. 3, I, 222

— referência a. V. 4, I, 120

— referência à obra **Do Espírito das Leis.** V. 2, I, 187

— referência ao princípio estabelecido por. V. 2, I, 132

— **MONTEVIDÉU**

— batalhões em ... devastados pela varíola. V. 2, I, 253

— **MONTEZUMA, Francisco Gê de Acaiaba. Deputado.**

— discurso defendendo seu projeto sobre naturalização de estrangeiros e manifestando-se contra o adiamento da discussão. V. 2, I, 130

— discussão da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 299

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 8

— discussão da resposta à fala do trono, sobre a abdicação de Pedro I e o reconhecimento de Pedro II. V. 3, I, 29

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre as reformas da Constituição. V. 4, I, 93 e 98

— discussão do parecer da comissão sobre a denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 113

— discussão do projeto de anistia para o Maranhão, em 1832. V. 2, II, 377

— discussão do projeto de lei nº 37 da Câmara que dispõe sobre a reforma de Oficiais e a aposentadoria dos funcionários, cuja conservação seja prejudicial à causa pública. V. 3, I, 45

— discussão do projeto do Deputado Carneiro Leão sobre a antecipação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 221

— discussão do requerimento da comissão especial propondo que o Senado seja convidado a designar uma comissão especial para tratar da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 289

— discussão do requerimento para a impressão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 56

— discussão do requerimento para que as representações sobre reforma constitucional sejam enviadas ao Senado. V. 4, I, 25

— emenda ao projeto de lei vindo do Senado, que dispõe sobre o meio circulante. V. 2, II, 131

— emenda para que se decida sobre a inclusão de artigos da Constituição reformáveis, na lei de autorização para a reforma constitucional. V. 4, I, 19

— lembra a prática de se remeter as representações à Comissão pertinente. V. 4, I, 21

— manifestação sobre as cenas na sessão do dia 20 de julho. V. 4, II, 278

— manifestação sobre o projeto de naturalização. V. 2, I, 135

— manifesta-se favoravelmente às emendas acrescentando artigos aditivos ao projeto sobre naturalização, oferecidas pelo Deputado Miguel Calmon du Pin e Almeida. V. 2, I, 137

— questão de ordem sobre a prorrogação da sessão. V. 4, II, 297

— referência a. V. 3, I, 166

— referência a ... como chefe da oposição. V. 3, I, 151

— referência ao seu artigo aditivo na questão da escolha do Tutor. V. 3, I, 27

— requerimento para inclusão na ordem do dia do projeto sobre importação de escravos, vindo do Senado. V. 2, II, 163

— requerimento para que seja nomeada pelo Presidente a Comissão **ad hoc** para dar parecer no ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 171

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó) V. 3, II, 117
— voto a favor da vitaliziedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— V. 3, I, VIII
— V. 4, I, VII

— MORAL PÚBLICA
— falta de definição, criará embaraços aos jurados. V. 2, I, 157

— MORALIZAÇÃO
— dos empregados públicos só se conseguirá revogando as causas da corrupção. V. 3, I, 45

— MORDAÇA
— posta nos homens para não falarem. V. 2, I, 181

— MORGADO
— diferença entre Morgado e Capela. V. 2, I, XII
— proibição de..., capelas e outros vínculos. V. 2, I, XII
— proibição do estabelecimento de..., capelas e outros vínculos. V. 2, II, 313 e 317

— MORIBUNDO
— estado em que estava o Brasil. V. 3, I, 123

— MORTE
— de patriotas perpetradas pelo poder. V.3, I, 123
— ou deportação que o Ministro da Justiça (Feijó) preconiza contra os seus adversários. V.3, I, 124

— MORTOS
— e feridos, relação de... que no dia 4 ou 5 de abril de 1831, deram entrada na Santa Casa de Misericórdia. V.3, I, 104

— MOTIM
— condenação dos escritores como chefes de motim. V. 2, I, 149

— da tropa e da polícia, em 15 de julho de 1831. V.3, I, V.
— da tropa estrangeira no Rio de Janeiro em 1820. V. 2, II, 205
— no Rio de Janeiro da tropa estrangeira. V. 3, I, 166
— que tem afligido o Brasil. V. 3, I, 74

— **MOTIVOS**
— contra o projeto sobre cidadania. V.2, I, 42
— para a rejeição do projeto sobre cidadania aprovado pelo Senado V.2, I, 37
— por que os estrangeiros não tinha desejo de se naturalizar no Brasil. V.2, I, 75
— que fazem o homem arraizar. V.2, I, 71
— que influíram para a permanência dos brasileiros na Europa; necessidade de examiná-los. V.2, I, 32
— que obrigaram os membros da Assembléia que nomearam a Regência a não preenchê-la com os indivíduos que deviam assumí-la pela Constituição. V.3, I, 102

— **MOURA, Antônio Joaquim de. Deputado**
— declaração de voto contra parecer da comissão de Constituição. V.3, II, 87
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V.3, II, 117

— **MOURA, Antônio Maria de. Deputado**
— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés. V.2, II, 352

— **MOURA, D. Marcos Antônio de. (Bispo do Maranhão). Deputado**
— combate o projeto que proíbe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 262/3/4.
— discussão do projeto que proíbe a admissão de ordens religiosas no Brasil. V.2, I, 273
— discussão do projeto que proíbe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 259/60

— **MOURA MAGALHÃES, João José de. Deputado**

— assinatura no autógrafo do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 100

— assinatura no parecer da comissão de Fazenda à petição da Cia. de Mineração de Gongo-Soco. V.2, II, 151

— discussão da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V.2, II, 301

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 30, 42, 45

— discussão do projeto de lei de recrutamento para o Exército. V.2, II, 224

— discussão da redação final do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 61

— questão de ordem sobre a votação da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V.2, II, 301

— requerimento para a nomeação de uma comissão especial para examinar o projeto de Código de Comércio. V.2, II, 319

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V.2, II, 82

— **MOVIMENTOS**

— nas províncias. V.3, I, 33

— populares; só servem para alterar os elementos de liberdade. V.4, II, 244

— ascenção de D. Pedro II ao trono não se deu por... revolucionários, mais sim em virtude da lei fundamental do Estado. V.3, I, 29

— investigação de... revolucionários; acusação ao Governo. V.3, I, 65

— perigo dos grandes... revolucionários. V.4, I, 187

— **MUDANÇA**

— de opinião do Ministro do Império (Vasconcelos) se deve à experiência, segundo seu depoimento. V.3, II, 179

— do presidente das Câmaras, durante o debate. V.2, I, 58

— grande, nobre e gloriosa, consumada no dia 7 de abril. V.3, I, 11

— de Ministros; talvez chegassem a 100. V.3, I, 261
— de opinião, deve ser combatida quando é fingida. V.3, II, 175
— de opinião; pecado em que todos incidem. V.3, II, 175

— **MUDAR**
— diferença entre... e alterar. V.4, I, 97

— **MULHERES**
— devem ser educadas para boas mães de família. V.2, I, 226
— mania frívola que têm as... de se aplicarem a estudos. V.2, I, 227
— que são capazes de ensinar aritmética e geometria às meninas; sua existência no Brasil. V. 2, I, 226
— que têm havido de capacidade varonil. V.2, I, 229
— são dotadas dos mesmos talentos dos homens. V. 2, I, 227
— perigo que se reconhecia desde longo tempo de... na clausura. V.2, I, 269

— **MULTA**
— que se deve estabelecer nos crimes de abuso da liberdade de imprensa. V.2, I, 152

— **MULTIPLICIDADE DE LEIS**
— é desnecessária. V.3, II, 19

— **MUNICIPALIDADE**
— da Parnaíba; representação da... pedindo a Federação. V.3, I, 125
— importância nos Estados Unidos. V.4, II, 27

— **MUNICIPALIZAÇÃO**
— da política judiciária. V.4, II, 123

— **MUNICÍPIOS**
— da corte; exclusão da autoridade da Assembléia Legislativa Provincial. V.4, I, 209
— que não valem nada. V.4, II, 30

— **MUNIZ, João Bráulio**
— Vide BRÁULIO MUNIZ, João

— **MUNIZ BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco. Deputado**
— declaração de voto a favor da pena de morte e de galés. V.2, II, 352
— discurso apoiando a designação de Comissão para redigir um manifesto à Nação brasileira, a propósito do 7 de Abril. V.3, I, 12
— manifesta-se favorável ao adiamento da discussão do projeto de banimento de Pedro I. V.3, I, 243
— referência à sua emenda. V.3, I, 84/86
— requerimento de prorogação da sessão, rejeitado. V. 3. I, 93
— requerimento para designação de comissão especial do Código de Processo Criminal. V.2, II, 355
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4. I, 164

— **MUNIZ TAVARES, Francisco. Deputado Constituinte**
— referência a seu projeto. V.3, I, 57

— **MURAT, General**
— referência a. V.3, II, 244

# N


— **NABUCO, Joaquim**
— V.2, I, III

— **NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim. Barão de Itapoã. Senador**
— assinatura, como voto vencido, no parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. V.3, I, 271
— voto a favor da vitaliciedade do Senador. V.4, I, 164
— voto pela destituição de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 208

— **NABUCO DE ARAÚJO, José Thomás. Deputado. Senador**
— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226
— pensamento de..., lembrado por seu filho Joaquim Nabuco. V.4, I, IX
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209
— voto pela destituição do Tutor. V.3, I, 199
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— **NAÇÃO**
— a ... é que formula a política que quer seguir. V.3, II, 173
— atemorizada e oprimida depois da dissolução da Constituinte. V.4, I, 38
— duas ... que existiam no Brasil. V.3, I, 51
— mais favorecida; Portugal. V.2, I, 91
— que têm aceitado os que pegaram em armas contra si. V.2, I, 38
— escrava; que tem feito a nossa povoação. V.2, I, 72

— **Brasileira**
— está cada vez mais casada com a Constituição. V.2, I, 194

— é mansa e inclinada para o bem. V.2, I, 179
— se não tem poder para promover sua prosperidade sem o consentimento da Cúria romana, então não é independente; não é nação. V.2, I, 274

— **NACIONALIDADE**
— brasileira, concessão feita pela Constituição aos brasileiros em Portugal e aos portugueses no Brasil. V.2, I, 112
— declaração de... dos nascidos no Brasil segundo o art. 6º da Constituição. V.2, I, 10
— e naturalização. V.2, I, 112

— **NACIONALIZAÇÃO**
— do comércio. V.2, II, 123

— **NAMIER, LEWIS**
— V. 3, I, III

— **NAPOLEÃO BONAPARTE**
— governo despótico de. V. 4, I, 72
— banimento da família de. V.3, I, 244
— referência a. V.3, I, 87 e 196

— **NARRAÇÃO**
— do Marquês de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha), sobre sua participação no sete de abril. V.3, I, 103

— **NASCIMENTO**
— como condição de cidadania, segundo a Constituição. V.2, I, 40

— **NASCIMENTO, Francisco Manuel do**
— V.2, I, 247
— referência a. V.3, II, 270

— **"NASCITUR EXIGUUS, SEDE OPES ADQUIRIT EUNDO; QUAQUE VENIT MULTAS ACCIPIT OMNIS AQUAS"**
— V.3, II, 74

— NATURALIDADE

— brasileira não constitui, para os que estavam ausentes, pressuposto de cidadania. V.2, I, 23

— distinção que faz a Constituição espanhola entre cidadania e. V.2, I, 15

— portuguesa dos nascidos nas colônias, antes da Independência. V.2, I, 24

— NATURALIZAÇÃO

— a Constituição não estabeleceu diferentes tipos de V.2, I, 84

— apresentação à Câmara do projeto sobre. V. 2, I, 93

— aprovação da emenda que fixa em 21 anos a idade para. V.2, I, 81

— aprovação final do projeto de ... no Senado. V.2, I, 92

— ato de favor que se concede ao estrangeiro. V. 2, I, 90

— como brasileiro, de estrangeiros naturalizados em outros países, deve ser evitado. V.2, I, 135

— competência da ... em matéria de naturalização. V.2, I, 127

— de brasileiro em país estrangeiro (art. 7º da Constituição). V.2, I, 17

— de estrangeiros, intervenção obrigatória do Procurador da Coroa, neste caso. V.2, I, 116

— de estrangeiros; projeto. V. 2, I, 49 e 50

— de estrangeiros que tiverem dote e propriedade. V.2, I, 68

— de estrangeiros; condição principal. V.2, I,. 59

— de portugueses feita contrariamente à Constituição. V.2, I, 63

— deve ser distinguida da admissão. V.2, I, 88

— diferença entre nacionalidade e. V.2, I, 112

— discussão de dois projetos sobre. V.2, I, 55

— discussão do art. 1º do projeto sobre naturalização de estrangeiros. V.2, I, 130

— discussão do art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 114

— discussão do projeto de José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), sobre ... de estrangeiros. V.2, I, 59

— discussão na Câmara dos projeto sobre ... aprovado pelo Senado. V.2, I, 95

— discussão, na Câmara, do projeto de lei aprovado no Senado sobre ... dos estrangeiros. V.2, I, 100

— distinção entre residência e domicílio, para o fim de. V.2, I, 59

— dos casados sem meios de subsistência é inconveniente. V.2, I, 66

— dos portugueses; deve ser facilitada. V.2, I, 70

— dos trabalhadores braçais, independentemente de pedirem suas respectivas cartas. V.2, I, 74

— emenda do Visconde de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha), ao art. 2º do projeto de ..., durante a 3ª discussão. V.2, I, 90

— emendas ao art. 2º do projeto de lei sobre ... enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 114

— emendas aprovadas pela Câmara ao projeto sobre naturalização de estrangeiros, enviado pelo Senado. V.2, I, 118

— emenda do Deputado Manuel Odorico Mendes ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 112

— emenda do Senador José Inácio Borges ao projeto de. V.2, I, 82

— encerramento da discussão das emendas adicionais ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 115

— votação dos artigos adicionais ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, 1, 114

— estrangeiros naturalizados antes da Independência, encerramento da discussão sobre o respectivo projeto de Resolução da Câmara. V.2, I, 127

— estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência, V.2, I, 119

— facilidades concedidas pelo Decreto de 22 de maio de 1801, V.2, I, 69

— indicação do Senador Antônio Gonçalves Gomide para que os projetos sobre naturalização sejam submetidos a uma Comissão **ad hoc**. V.2, I, 76

— lei de ... nos Estados Unidos. V.2, I, 135

— lei sobre ... aprovada pela Assembléia Geral e sancionada pela Regência. V.2, I, 138

— mercê que a nação outorga aos estrangeiros. V.2, I, 88

— nações que concedem-na até com um ano de residência. V.2, I, 133

— não deve ser expediente para atrair homens, capitais e industriais. V.2, I, 102

— não deve ser dificultada nem excessivamente facilitada. V.2, I, 66

— necessidade de imitar outras nações, para o fim de. V.2, I, 74

— necessidade de se estabelecer idade para a. V.2, I, 66

— necessidade de uma lei de ... a fim de evitar que o Governo naturalize quem lhe aprouver. V. 2, I, 110

— nos Estados Unidos, V.2, I, 88

— obtenção de carta de. V. 2, I, 49

— para os marinheiros que servirem durante dois anos à Armada nacional. V.2, I, 79

— proibida pelas Ordenações. V.2, I, 68

— projeto de lei de. (1832). V.2, I, 129

— projeto de lei sobre ... proposta de adiamento do Deputado Bernado Lobo de Souza. V.2, I, 130

— projeto de Redação do artigo 2º, na forma do vencido. V.2, I, 85

— projeto de rejeição de seu art. 1º no Senado. V.2, I, 81

— projeto de rejeição do art. 2º. V. 2, I, 89

— projeto sobre ... aprovação dos arts. 3º a 10. V. 2, I, 137

— projeto sobre encerramento da discussão no Senado. V.2, I, 80

— rejeição da emenda que fixa a idade de 25 anos para a naturalização. V.2, I, 81

— requisitos para a. V. 2, I, 11 e 69

— só deve ser concedida com conhecimento de causa. V.2, 1, 67
— 3ª discussão do projeto de. V. 2, I, 90 e 37
— texto do projeto de ... enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 100
— sanção pela Regência do projeto sobre ... aprovado pela assembléia Geral. V.2, I, 138
— tramitação no Senado do projeto sobre ... enviado pela Câmara. V.2, I, 138
— votação do art. 1º do projeto de ..., na Câmara. V.2, I, 110
— votação do art. 3º do projeto de. V. 2, I, 89
— votação, em 3ª discussão, do art. 1º do projeto sobre naturalização no Senado. V.2, I, 91
— estabelecimentos dos direitos políticos na ... de estrangeiros. V.2, I, 62
— lei regulamentar sobre ... de estrangeiros. V.2, I, 3
— de estrangeiros nos Estados Unidos. V.2, I, 66

— **NATURALIZADOS**

— cargos que não podem exercer. V.2, I, 62
— diferença entre brasileiros natos e. V.2, I, 82
— direito que tem ao gozo dos direitos políticos sem outras formalidades. V.2, I, 86
— durante o regime colonial eram muito poucos. V.2, I, 120
— reconhecimentos dos ... antes da Constituição. V.2, I, 122

— **NATUREZA**

— do escrito que constitui delito de imprensa deve ser especificado na lei. V.2, I, 150
— dos crimes dos Ministros de Estado. V.3, II, 18

— **NAVARRO, Antônio... de Abreu. Deputado**

— apartes ao deputado Montezuma, na discussão do requerimento da Comissão Especial sobre a maioridade. V.4, II, 290
— apartes aos deputados Álvares Machado e Limpo de Abreu sobre a retirada do projeto do deputado Carneiro Leão relativo à maioridade de D. Pedro. V.4, II, 267

— discussão do pedido de urgência para o projeto sobre a maioridade, do deputado Antônio Carlos. V.4, II,285
— homenagem que lhe foi prestada na sessão de proclamação da maioridade do Imperador. V.4, II, 310
— protesta contra o adiamento da discussão sobre a maioridade de D. Pedro II. V.4, II, 273
— participação no tumulto na sessão do dia 20 de julho
— apartes aos deputados Nunes Machado e Carneiro Leão, V.4,II, 275-6-7
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V.2,II,82

— **NAVEGAÇÃO**
— ato de. V. 2, I,80
— de longo curso; quase inexistentes, V.2, I, 70.
— costeira; composta de escravos e libertos. V. 2. I,70
— e comércio; medidas para aumentar. V.2, I, 80
— projeto para promover a. V. 2, I,70

— **NAVIOS**
— brasileiros; não há nenhum no Tâmisa. V.3, I,293
— ingleses, enchem nossos portos. V.3, I,293
— falta de mestres em nossos. V. 2, I,70

— **NAZARÉ, Visconde de**
— Vide FERREIRA FRANÇA, Clemente

— **NECESSIDADE**
— de se executar a lei de responsabilidade. V.3, II,88
— de braços industriosos. V. 2, I,60
— de braços para o Brasil. V.2 I, 106
— de homens, indústrias e capitais do Brasil deve ser suprida por meios decorosos. V.2, I,102
— de se atender aos motivos dos que não voltaram ao país depois da Independência. V.2, I,32
— de ouvir o tutor arbitrariamente removido de seu cargo pelo Governo, ainda que fossem verdadeiras as acusações movidas contra ele. V.3. I, 182

— **NECESSIDADE SOCIAL**

— o governo de D. Pedro II. V.4, II, 239

— também têm sua lógica. V.4, II, 239

— **NEGATIVA**

— da Câmara em conceder ao Ministério poderes discricionários e o direito de suspender garantias. V.3, I,127

— **NEGLIGÊNCIA**

— do Ministro brasileiro em Paris (Araújo Ribeiro) na questão do Oiapoque. V.3, II, 198

— **NEGÓCIOS PARTICULARES**

— perda de tempo que a Câmara tem feito com. V. 2, I, 125

— **NEPOTISMO**

— silêncio da Imprensa quanto ao. V.2. I,142

— **NETO, deputado**

— Vide COELHO NETO, Francisco José

— **NETO, Francisco José Coelho**

— Vide COELHO NETO, Francisco José

— **NEUTRALIDADE**

— do parecer conjunto das Comissões de Diplomacia e Constituição, sobre o expediente enviado pelo governo sobre a ameaça de restauração de D. Pedro I. V.3, I,161

— **NOÇÃO DO JUSTO**

— que se deve unir à legitimidade do poder. V. 3, I,247

— **NOGUEIRA, Octaciano**

— V. 2, I, VIII

— V.2, I, X

— V.2, I, XIV

— **NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacintho. (Conde e Visconde de Baependi). Ministro**

— assinatura no parecer conjunto das Comissões de Constituição, Diplomacia e Fazenda sobre as arras devidas à Duquesa de Bragança. V.3, I,234

— discussão do art. 1º e das propostas feitas pela Câmara ao projeto de extinção do Banco do Brasil. V.2, II, 45
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V.4, I,164
— voto pela destituição de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I,208
— discussão do projeto proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V.2, II, 315
— discussão da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V.2, I,52.
— discussão da Indicação do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V.2, I,51
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V.2, II, 81
— manifestação favorável à Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. V.2, I,52
— discussão do projeto de lei para que os atos dos poderes Executivo e Judiciário não possam ser anulados por uma só Câmara. V.3, II, 13
— ofício à Câmara, transmitindo parte das informações solicitadas sobre o estado atual do Banco do Brasil. V.2, II, 33

— NOMEAÇÃO

— carta de D. Pedro I de ... do tutor. V.3, I,21
— da comissão especial para apreciar a denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), em 1829. V.3, II,54
— da regência, deve preceder a discussão sobre os poderes de que se deve investir. V.3, I,12
— da Regência Provisória, não foi ratificada pelo Senado. V.3, I, 101
— da Regência Provisória, um ato contra a Constituição, mesmo que tivesse sido praticado pela Assembléia Geral. V.3, I,101
— do novo Tutor. V.3, I,209
— do tutor, ao contrário da do Regente, não é imprescindível. V.3, I,24
— do tutor do princípio herdeiro, pelo pai; casos em que pode ter lugar. V.3, I,21
— do tutor por D. Pedro I; declaração de nulidade pela Câmara. V.3, I,27

— dos empregados públicos; o que houve na administração anterior ao sete de abril. V.3, I,59
— dos membros da Regência. V.3, I,79
— e atribuições do tutor. V.3, I,25
— eleição e ... de Feijó, como Senador. V.3, I,321
— proibição de ... sem concurso. V.4, II, 258
— que em 1827 o governo de um Senador, no intervalo das sessões. V. 3, I,308
— de Senador, em 1827, feita pelo governo. V.3, I,308

— **NOMENCLATURA**
— infringência da ... adotada na jurisprudência, o uso da palavra **rebelião,** contra o Imperador. V.2, I,201

— **NOMES**
— que não devem ser pronunciados na tribuna nacional: Gustavos, Lamenhas, Belmontes e Pardais. V. 3, I, 52

— **"NON IGNORA MALI MISERIS SECCURRERE DISCO"**
— V.3, I,45

— **"NON LIQUET"**
— fórmula de julgamento romano, V.3, II, 102

— **NORMA**
— adotada no Parlamento Inglês. V.2, I,58
— adotada no preparo dos textos selecionados. V.2, I,XIII
— da doçura que tem guiado os brasileiros. V. 3, I, 51
— para discussão simultânea de dois projetos. V.2, I,56

— **NORTE**
— interesses do ... são sufocados pelo Partido do Sul. V.3, I,196
— seus interesses jamais foram menoscabados. V.3, I,197
— único projeto em que se tratou dos interesses do ... foi o projeto sobre o imposto do algodão, que mereceu a sanção da maioria da Câmara. V. 3, I, 197

— **NORUEGA**
— adoção do unicameralismo da. V.4, I, 62-3

— NOTA
— diplomática do Encarregado de Negócios do Brasil junto à Santa Sé, lembra a de Lord Strangford ao Ministro do Grão Turco. V. 2, I, 294
— que o governo brasileiro dirigiu ao Gabinete das Tulherias, pela ocupação do Oiapoque. V. 3, II, 195

— NOTÍCIAS ATERRADORAS
— que espalham no Rio as pessoas que deviam trabalhar pela tranqüilidade pública. V. 3, I,40

— NOTIFICAÇÃO
— às nações estrangeiras, da subida ao trono dos príncipes. V.3,I,31

— NOVA ERA
— que começou no Brasil, depois do 7 de Abril. V.3, I. 34

— NOVICIADO
— do sistema representativo. V.3, II, 137

— NOVIÇOS
— proibição pelo governo da entrada de noviços nos Conventos. V.2, I, 265

— NULIDADE
— declaração, pela Câmara, da... da nomeação do tutor feita por D. Pedro I. V.3, I,27
— da sentença dada por juiz incompetente. V.2, I,199
— razões da... da nomeação de tutor feita por D. Pedro I. V. 3, I, 26
— insanável, que possa ser suprimida pela justiça ordinária, nos processos do Júri relativos a delitos de imprensa. V. 2, I, 214

— NULIFICAÇÃO
— do Ato Adicional. V.4, II, 53

— NÚMERO LEGAL
— de Senadores só pode ser exigido para abertura das sessões e votações. V. 4, II, 149

— **NUNES MACHADO, Joaquim. Deputado.**

— assinatura no autógrafo do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4. II,100

— assinatura no parecer da comissão especial sobre o projeto de maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 289

— discussão da proposta de fixação das forças armadas; emenda do Senado sobre engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 283

— discussão do pedido de urgência para o projeto sobre a maioridade do deputado Antônio Carlos. V. 4, II, 284

— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 24

— idem, V. 4, II, 26

— protesto contra os tumultos provocados pelo deputado Navarro de Abreu. V. 4, II, 274

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **NUNES, Odilon. Professor.**

— V. 2, I, VII

— **NUNES PIRES, Feliciano. Deputado.**

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

# O

— **OBEDIÊNCIA**

— passiva da autoridade; recomendada pela religião católica. V. 2, I, 248

— **OBEDIÊNCIA OU MORTE**

— V. 3, II, 241

— **OBJETIVO**

— das diferentes discussões dos projetos. V. 2, I, 86

— **OBJETO**

— sobre o qual têm de depor os naturalizandos, na respectiva Justificação judicial; V. 2, I, 117

— **OBRIGAÇÃO**

— de servir à Pátria. V. 2, I, 37

— que tem a oposição de exigir do governo que se circunscreva à lei, sem excedê-la. V. 3, II, 117

— que tinham os brasileiros de atender à proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 18

— **OBSCENIDADES**

— são mais perigosas aos costumes que as imoralidades. V. 2, I, 159

— **OBSERVÂNCIA**

— literal da Constituição. Desnecessidade de interpretação do art. 7º. V. 2, I, 17

— **OBSTÁCULO**

— à nossa Independência: D. Pedro I. V. 3, I, 19

— à vinda de estrangeiros. V. 2, I, 79
— que representou para a Nação o seu Chefe. V. 3, I, 62

— ÓCIO
— a que se entregam os mestres até a jubilação, quando há falta de vigilância. V. 2, I, 234

— OCIOSIDADE
— de lei para a naturalização de homens de letras, dado o pequeno número dos que virão. V. 2, I, 77

— OCLOCRACIA
— V. 4, I, 157
— V. 3, I, XII

— "O CONSELHEIRO FRANCISCO JOSÉ FURTADO"
— V. 2, I, III

— OCUPAÇÃO
— do Oiapoque. V. 3, II, 188
— honesta como condição adicional para naturalização. V. 2, I, 81

— "O DESPERTADOR"
— entrevista do Ministro brasileiro ao ... sobre a questão do Oiapoque. V. 3, II, 199

— ÓDIO AO BRASIL
— critério utilizado para a nomeação aos empregos públicos, na administração anterior ao sete de abril. V. 3, I, 59

— ODIOSIDADE
— da discussão sobre indivíduos. V. 3, I, 54
— do regime decaído em 7 de abril. V. 3, I, 48

— ODORICO MENDES, Manuel
— Vide MENDES, Manuel Odorico

— "O FEDERALISTA"
— de Hamilton. V. 4, I, 265

— V. 4, II, 33

— OFENSAS

— ao Senado foram feitas por um ou outro deputado individualmente. V. 4, I, 200

— casos em que os escritos ou palavras podem constituir ofensas. V. 2, I, 144

— que recebeu o orador de D. Pedro I. V. 3, I, 248

— OFERTAS DOS FIÉIS

— meios torpes e escandalosos de que se usa para obter dos fiéis ofertas e conhecenças. V. 3, II, 207

— OFICIAIS

— acusados de desafetos da causa do Brasil, podem ser punidos pelas leis militares existentes, não havendo necessidade de legislação de exceção. V. 3, I, 46

— exclusão de funcionários e. V. 3, I, V

— que se declararam contra a revolução do sete de abril; a remoção de comandantes de corpos ou de companhias não garante a eliminação dos. V. 3, I, 54

— que se afastaram do sentimento do povo do Brasil. V. 3, I, 52

— reforma de ... do Exército e da Marinha cuja conservação fosse prejudicial à causa pública; projeto sobre. V. 3, I, 45

— são a garantia da fidelidade dos generais. V. 2, I, 85

— de sessenta e tantos do corpo de artilharia da Marinha, apenas sete quiseram tomar parte no sete de abril. V. 3, I, 52

— responsabilidade dos ... de Justiça. Lei regulamentar da Constituição de 1824 (art. 156). V. 2, I, 3

— "OFICINA VIRORUM"

— V. 2, I, 70

— OFÍCIO

— como condição adicional para naturalização. V. 2, I, 81

— da Câmara ao Ministro da Fazenda, Visconde de Baependi, solicitando informações sobre o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 32

— do Ministro da Fazenda (Visconde de Baependi) ao 1º Secretário da Câmara transmitindo parte das informações solicitadas pela Câmara sobre o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 33

— da Câmara ao Senado, comunicando a sanção do primeiro projeto aprovado pela Assembléia Geral. V. 3, I, 219

— da Câmara ao Senado, devolvendo o projeto de lei sobre cidadania, rejeitado. V. 2, I, 45

— da Câmara ao Senado, remetendo os autógrafos do projeto de criação dos cursos jurídicos no Brasil. V. 2, I, 236

— da Câmara, encaminhando ao Senado a Resolução por ela aprovada sobre os estrangeiros naturalizados antes Independência. V. 2, I, 127

— da Câmara ao Senado encaminhando Resolução que autoriza o governo a conceder prêmios a quem vulgarizar a vacina no Império. V. 2, I, 253

— da Mesa da Câmara à do Senado, enviando os autógrafos do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 161

— de justiça e da fazenda, segundo a lei de 1827, são serventias vitalícias. V. 3, I, 48

— dirigido por Feijó a Pedro de Araújo Lima, Ministro do Império, comunicando-lhe a renúncia ao cargo de Regente e solicitando-lhe assumir o referido cargo. V. 3, I, 141

— do Conselho Provincial de São Paulo, pedindo o andamento do projeto de banimento de D. Pedro I, V. 3, I, 179

— do Deputado José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, 1º Secretário da Câmara, ao senador João Antônio Rodrigues de Carvalho, 1º Secretário do Senado, enviando os autógrafos das emendas aprovadas pela Câmara ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado. V. 2, I, 118

— do General das Armas ao Marquês de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha), Ministro do Império, no dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 105

— do Ministro da Fazenda (Marquês de Queluz), remetendo à Câmara autógrafo sancionado da lei de Orçamento para o exercício de 1828. V. 2, II, 25

— do Ministro da Fazenda (Marquês de Queluz), remetendo à Câmara o balanço e o orçamento do Império. V. 2, II, 13

— do Ministro da Justiça à Câmara, em 5 de maio de 1829, sobre a suspensão das garantias em Pernambuco. V. 3, II, 47

— do Ministro da Justiça à Câmara, respondendo às informações requeridas pelo Deputado Diogo Antônio Feijó. V. 2, I, 280

— do Ministro da Justiça, Estevão Ribeiro de Rezende (Conde e Marquês de Valença) ao 1º Secretário da Câmara, encaminhando expediente do promotor fiscal dos abusos da liberdade de imprensa, sobre dúvidas acerca da lei em vigor. V. 2, I, 209

— do Ministro da Justiça, José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde e Marquês de Caravelas), ao 1º-Secretário do Senado, comunicando a sanção do Imperador à Resolução da Assembléia que deu vigência ao decreto de 22 de novembro de 1823, que dispõe sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 207

— do Ministro do Império, Pedro de Araújo Lima, comunicando sua nomeação para a pasta. V. 3, I, 141

— do Ministro do Império (Pedro de Araújo Lima), transmitindo à Câmara, o ofício e manifesto de renúncia de Feijó à Regência, e comunicando haver assumido, interinamente, esse cargo. V. 3, I, 141

— do Ministro dos estrangeiros sobre a missão atribuída pelo governo ao Marquês de Santo Amaro, Senador. V. 3, I, 307

— do Ministro José Feliciano Fernandes Pinheiro, designando dia e hora para ser submetido ao Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia Geral. V. 3, I, 218

— do 1º-Secretário da Câmara ao Ministro José Clemente Pereira comunicando ficar a Câmara de São Paulo autorizada a passar diploma ao colocado depois de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro, por não ter sido este admitido como Deputado. V. 3, I, 267-268

— do 1º-Secretário da Câmara ao Senado, remetendo a Resolução da Câmara sobre o Projeto de lei sobre as escolas de primeiras letras. V. 2, I, 223

— do 1º-Secretário da Câmara ao Senado, remetendo autógrafo da Resolução da Câmara sobre fixação das forças militares e recrutamento, aprovada pela Câmara. V. 2, II, 203

— do 1º-Secretário da Câmara, comunicando a concordância daquela Casa na reunião conjunta para a nomeação do novo Tutor. V. 3, I, 209

— do 1º-Secretário do Senado, comunicando haver aquela Casa rejeitado o projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246

— do 1º-Secretário da Câmara, encaminhando ao Ministro da Justiça a Resolução da Câmara sobre a genuína inteligência do art. 8º do projeto de lei mandado observar pelo decreto de 22 de novembro de 1823. V. 2, I, 211

— do 1º-Secretário do Senado, comunicando à Câmara a sanção do Imperador à Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127

— do Senado à Câmara, comunicando a não aceitação das emendas desta ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 144

— do Senado à Câmara comunicando a sanção, pela regência, do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 191

— do Senado à Câmara, concordando com a data fixada para a sessão solene de reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 220

— do Senado à Câmara, enviando o Projeto de Regimento dos Conselhos Gerais de Província aprovado pelo Senado. V. 3, II, 135

— do Senado à Câmara, remetendo o projeto aprovado naquela Casa sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 213-14

— da Câmara ao Senado sugerindo a data para a sessão solene de reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 220

— do Senado comunicando à Câmara a aprovação do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 191

— do Senado comunicando a organização de uma comissão de 5 membros para organizar o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 213

— do Senado, convidando a Câmara para reunião destinada à escolha do tutor de D. Pedro II. V. 3, I, 27
— do Senado devolvendo à Câmara a Resolução aprovada naquela Casa sobre a dotação do Imperador. V. 3, I, 221
— do Senado, enviando ao Imperador, através do Ministério, a Resolução da Assembléia Geral, mandando por em vigência o Decreto de 22 de novembro de 1823, sobre abusos da liberdade de imprensa, enquanto outra deliberação não adotar o Corpo legislativo. V. 2, I, 207
— exigência do juramento prévio da Constituição para os candidatos a. V. 2, I, 47
— fabril; exigência para naturalização. V. 2, 1, 49

— OIAPOQUE

— continuação da ocupação do ... depois da remoção do pretexto dado pelo governo francês, é ofensiva ao país. V. 3, II, 199
— esforços do governo brasileiro para a evacuação pela França do. V. 3, II, 197
— imobilismo brasileiro na questão do. V. 3, II, 198
— início da questão do ... segundo o Ministro dos Estrangeiros à época (1835). V. 3, II, 194
— ocupação do ... pelos franceses foi feita contra o Direito das Gentes. V. 3, II, 193
— ocupação do ..., princípio da honra nacional que está envolvido na questão. V. 3, II, 200
— ocupação do. V. 3, II, 188
— os limites com a Guiana não são provisórios. V. 3, II, 202
— pretexto francês na ocupação do Oiapoque. V. 3, II, 199
— questão do ... é de antiga data. V. 3, II, 190
— questão do ... iniciou-se em 1835. V. 3, II, 194
— questão do ...; missão Araújo Ribeiro. V. 3, II, 198
— recusa do governo brasileiro em aceitar as reclamações brasileiras sobre o. V. 3, II, 196

— OLIGARQUIA

— conceituação do governo oligárquico. V. 4, I, 112
— de cem homens. V. 4, I, 76
— que oprime o Brasil. V. 4, II, 244

— Ministerial. V. 4, I, 86

— **"OLINDENSE"**

— referência ao jornal. V. 3, I, 75

— **OLIVEIRA, Senador**

— vide OLIVEIRA MENDES, LUIZ JOSÉ DE

— **OLIVEIRA, André Bastos de. Deputado.**

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— **OLIVEIRA, Saturnino de Souza e**

— vide SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA

— **OLIVEIRA BRAGA, Bento de. Deputado.**

— assinatura no projeto, aprovado pela Câmara de banimento de D. Pedro. V. 3, I, 179

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **OLIVEIRA COUTINHO, Aureliano de Souza e**

— vide AURELIANO DE SOUA E OLIVEIRA COUTINHO. Visconde de Sepetipa.

— **OLIVEIRA MENDES, Luiz José de. Senador.**

— discussão do parecer da Comissão de Comércio sobre a proposta do Conselho Geral da Província da Bahia sobre a admissão de escravos como trabalhadores nas repartições públicas. V. 2, II, 165

— assinatura no autógrafo do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 317

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209

— **OLIVEIRA TORRES, João Camilo de**

— v. 3, I, XII

— **OMISSÃO**

— da Constituição, exigem a interpretação mais óbvia e literal. V. 3, I, 26

— constitucional quanto ao direito que tem o Imperador designante de nomear o tutor de seus filhos, não invalida essa nomeação. V. 3, I, 26

— ONIPOTÊNCIA

— dos Presidentes e Magistrados, a que ficariam sujeitos os deputados provinciais sem inviolabiladade. V. 4, I, 234

— dos Presidentes de Província. V. 2, I, 233

— barreiras à ... parlamentar. V. 4, I, 103

— OPÇÃO

— do Brasil depois da Constituição; abdicação do monarca ou regime arbitrário. V. 4, II, 54

— que puderam exercer os brasileiros pela cidadania portuguesa ou brasileira, quando da Independência. V. 2, I, 18

— OPERAÇÕES REPUBLICANAS

— centro das ... em Pastos Bons. V. 3, II, 66

— OPINIÃO

— brasileira é eminentemente monárquica. V. 3, II, 172

— diversa quanto aos meios de fazer a felicidade do povo brasileiro, não significa que uns queiram o bem e os outros a desgraça de nossa gente. V. 3, I, 36

— diversidade de ... nos debates Parlamentares. V. 4, I, III

— dos que não querem medidas contra a Restauração. V. 3, I, 171

— importância, segundo D. Pedro II, de ouvir a opinião de todos os Partidos. V. 4, I, V

— liberdade de. V. 2, I, 12

— ninguém é obrigado a seguir a ... de outrem sem ser convencido. V. 3, II, 115

— ofensivas ao Senado não foram da Câmara, mas de 4 ou 5 de seus membros. V. 4, I, 201

— que se emitem livremente na Câmara, não devem ser criminadas. V. 3, I, 73

— é a juventude. V. 3, II, 171

— imputações a que estão sujeitos os que se animam a emitir uma ... livre. V. 2, I, 149

— **Nacional**

— a Assembléia Geral não pode por-se contra a. V. 3, I, 203-4

— é a única que deve guiar a Câmara. V. 3, I, 49

— em que se funda o sistema político no Brasil V. 4, I, V

— mal que seria para o país e a oposição, que não conta com a ..., voltasse ao poder. V. 3, II, 171

— **Pública**

— a grande rainha. V. 4, II, 232

— concessão de anistia por. V. 2, I, 29

— estigmatizou os que obtiveram distinção do governo que antecedeu o sete de abril. V. 3, I, 60

— farol da ... levantado pelá liberdade de imprensa. V. 3, I, 6

— força da ... a que cedeu D. Pedro I em sua abdicação. V. 3, I, 17

— luta da ... contra o poder. V. 3, I, 47

— não é a dos círculos do Palácio. V. 4, I, 44

— quando luta contra o poder se fortalece. V. 3, I, 47

— reformistas são pessoas ávidas da. V. 4, I, 6

— só pode ser conhecida pelos papéis públicos, representações, etc. V. 4, I, 9

— toda ... política conscienciosa é igualmente respeitável. V. 3, II, 171

— **Republicana**

— apregoada pela Imprensa, quando a oposição se achava no poder. V. 3, II, 172

— é a opinião da juventude. V. 3, II, 171

— **OPOSIÇÃO**

— a aspiração da ... pelo poder não é uma paixão menos nobre. V. 3, II, 183

— a condição de toda oposição política é aspirar ao poder. V. 3, II, 183

— a ... compete censurar as más ações, não envenená-las. V. 3, I, 132

— acusação do republicanismo, feita à. V. 3, II, 171
— acusação de revolucionária, à ... de 1830, que hoje constitui a maioria. V. 3, I, 67
— à naturalização dos estrangeiros tem diminuido com a civilização moderna. V. 2, I, 133
— ao 1º gabinete da Regência Trina Permanente. V. 3, I, 123
— ao regime deposto em 7 de abril; dela partiram as leis e instituições livres de que o Brasil hoje se honra. V. 3, I, 67
— aos rebeldes em Pernambuco tem sido feita pela maioria da população. V. 3, II, 76
— censura tudo o que o governo faz, tudo quanto fez, mas até tudo quanto ainda não fez e nem sabe se fará. V. 3, I, 170
— condição ... e ser advogada da causa da justiça. V. 3, II, 177
— de José Bonifácio ao projeto de lei da Câmara nº 37, V. 3, I, 46-6
— de 1827 e 1828 é que se opôs às tendência republicanas que se manifestaram depois de 1831. V. 3, II, 255
— de 1830 é a maioria atual. V. 3, I, 67
— desejo da ... de que a vontade e o arbítrio de um Ministro qualquer não sejam superiores à Constituição e à lei. V. 3, II, 177
— entre os desejos nacionais e a marcha do Governo. V. 3, I, 257
— excessos da. V. 3, I, 135
— fértil em grandes atos em pról das liberdades públicas. V. 3, I, 68
— francesa atacou o governo de seu país, pela invasão do território do Brasil. V. 3, II, 197
— Injustiça da acusação de republicanismo que se tem feito a. V. 3, II, 175
— necessidade da oposição. V. 3, II, 126
— objeção que a maioria faz à. V. 3, II, 171
— obrigação que tem, mesmo detestando os atos dos que se levantam contra a Constituição, de exigir que o governo se circunscreva a aplicar as leis, sem excedê-las. V. 3, II, 177

— o poder perseguiu a ... ao governo em 1829. V. 3, I, 258
— o regresso e o Ato Adicional. V. 3, II, 171
— o termo de sua ambição é o poder. V. 3, II, 183
— o que há em todos os governos livres e que tendem a aumentar as necessidades públicas. V. 3, II, 255
— se é patriótica, derrubando o governo, deve levantar sobre ele o reinado de sua opinião. V. 3, II, 171
— situação melindrosa, quando tem que advogar por um partido vencido. V. 3, II, 181
— tem penetrado todos os poros do corpo nacional. V. 3, II, 242
— tem se manifestado no Brasil em toda a parte. V. 3, II, 242

— **O PRESENTE ESTÁ PRENHE DO FUTURO**
— referência à citação de Leibnitz. V. 2, I, 184

— **OPRESSÃO**
— das liberdades das províncias. V. 4, II, 53
— dos agentes do governo é que tornou necessário o movimento de 7 de abril. V. 3, I, 51
— exercida pelo governo sobre os comprometidos. V. 3, I, 65
— instituição opressiva desconhecida nos Estados Unidos. V. 3, II, 163
— que indignava os corações brasileiros. V. 3, I, 5

— **OPRIMIDOS**
— defesa dos ... implica sempre na acusação de rebeldia e republicanismo. V. 3, II, 177

— **ORÇAMENTO**
— deve conter contribuições e rendas de qualquer denominação. V. 3, I, 303
— discussão do ... em 1828. V. 3, II, 39
— do custo para o plano de cursos elementares do senador Feijó, feito por Vasconcelos. V. 2, I, 245
— é uma lei fantástica. V. 4, II, 168
— geral das despesas públicas. V. 3, I, 303
— lei do ... é a primeira necessidade do país. V. 4, I, 14
— primeira lei de. V. 2, II, 13

— **ORDEM**
— e liberdade se apoiam mutuamente. V. 3, I, 54
— espírito da. V. 3, II, 240
— alteração da .. do dia em virtude da aprovação do requerimento de urgência para o projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 136
— do dia; da Câmara; discussão do projeto sobre naturalização, aprovado pelo Senado. V. 2, I, 100
— inclusão na ... do dia do projeto sobre naturalização enviado pelo Senado. V. 2, I, 95
— do dia; requerimento do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para que o título 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 196
— destruição da ... pública pretendida pela Câmara, com a acusação contra Feijó. V. 3, II. 110
— responsabilidade da União pela ... pública. V. 4, II, 18
— competência do Governo Britânico para expedir ... em conselho. V.2, I, 9
— ilegal; resistência que se deve opor ao seu cumprimento. V.3, I, 44
— religiosa no Brasil. V.2, I, 273
— social. V.2, I, 144
— sujeição temerária e injuriosa da ... religiosa a vínculos estrangeiros. V.2, I, 266
— vantagens para a ... social, em se exigir alfabetização para o naturalizando. V.2, I, 68

— **ORDEM, QUESTÃO DE**
— levantada pelo Deputado Francisco de Paula Souza e Melo, na discussão do Orçamento de 1828. V.3, II, 39

— **ORDENAÇÃO**
— abrandamento do rigor da. V.3, II, 9
— do Reino. Revogação tácita pela Constituição. V.2, I, 21
— pena prevista nas ... para quem falar mal do rei. V.2, I, 146
— proibição de naturalizar-se, contida nas. V.2, I, 68

— **ORDENADO**
— atraso no pagamento dos. V.4, II, 162

— dos Magistrados do Supremo Tribunal de Justiça. V.3, II, 5
— faz o trabalho mais suave e mais apetecido. V.3, II, 154
— palavra que pressupõe emprego público. V.2, I, 104
— que devem ter os professores para subsistirem com decência. V.2, I, 234
— que recebiam os professores em São Paulo: 50 mil réis anuais. V.2, I, 223
— reforma financeira deve começar pelo aumento dos. V.3, I, 226

— **ORDENANÇA**
— real de 26 de janeiro de 1610. V.2, I, 68
— sobre a organização do Exército do Brasil. Vide EXÉRCITO DO BRASIL, lei regulamentar. V. 2, I, 3
— real. V.2, I, 68

— **ORGANIZAÇÃO**
— da Força Naval (lei regulamentar). Vide FORÇA NAVAL
— das Secretarias de Estado (lei regulamentar). Vide SECRETARIAS DE ESTADO
— democrática que o Brasil passou a ter depois de 1830. V.3, I, 258
— do Senado na reforma constitucional. V.4, I, 69
— e programas ministeriais. V.2, I, IV
— jurídica; com ele têm de harmonizar-se as regras do processo civil e criminal. V.4, II, 14
— municipal; causa da prosperidade dos EE.UU. V.4, II, 27
— política; diferenças entre a dos Estados modernos e antigos. V.2, I, 133

— **ORIGEM**
— da palavra ataque. V.2, I, 184

— **ORNELAS, Manoel Joaquim de. Deputado**
— assinatura no parecer da Comissão de Justiça Criminal, que conclui pela responsabilidade dos Ministros que reformaram a decisão do Júri, nos delitos de imprensa, incorrendo em abuso do poder. V.2, I, 218

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— **ORTOGRAFIA**

— modernização da ... nos textos desta seleção. V.2, I, XIII

— **OSCILAÇÕES**

— que têm minado os americanos espanhóis. V.3, II, 44

— **OTONI, Teófilo Benedito. Deputado**

— discussão da redação final do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 57 e 67

— discussão do projeto de maioridade de D. Pedro II, do Deputado Carneiro Leão. V.4, II, 254

— requerimento para adiamento do requerimento da comissão especial da maioridade. V.4, II, 294

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V.4, II, 82

— **OURO PRETO**

— episódio restaurador em. V.3, I, 152

— farsas como as que apareceram em. V.4, II, 257

— meios usados pelo governo para reduzir à obediência os sediciosos de. V.3, I, 166

— vacinação incompleta em. V.2, I, 254

— **O VELHO SENADO**

— crônica de Machado de Assis de 1860. V.4, I, X

— **OYENHAUSEN, João Carlos Augusto de. Marquês de Aracati. Senador.**

— exemplo do ... no caso de demissão de Senadores. V.3, I, 333

— expulsão do Senado sem ser ouvido e sem sentença. V.3, I, 314

— não foi expulso do Senado sem processo. V. 3, I, 315

— perda do mandato de Senador. V.3, I, IX

# P


— **PACHECO, Joaquim José. Deputado**

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda sobre a redução de direitos da cia. de mineração de Gongo-Soco. V.2, II, 151

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V.2, II, 82

— **PACHECO, José Correia. Deputado. Senador**

— assinatura na emenda substitutiva ao projeto de lei de anistia vindo do Senado. V.2, II, 397

— assinatura no projeto de Resolução sobre o **habeas corpus**. V.2, II, 363

— **PACHECO PIMENTEL, Manuel. Deputado**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **PACIFICAÇÃO**

— do Rio Grande do Sul. V.3, II, 225

— **PAÇO**

— da Câmara dos Deputados; cerco pelos sediciosos em julho de 1831. V.3, II, 114

— chegada do Ministério de 5 de abril de 1831 ao Paço, segundo o Marquês de Inhambupe. V.3, I, 103

— durante a tutoria de José Bonifácio, veio a ser o covil da gente mais baixa e vil. V.3, I, 204

— é uma antiga habitação dos governadores da Província. V.3, I, 225

— ficou deserto, durante a minoridade, parecendo que não havia monarca no Brasil. V.3, I, 204
— no dia 7 de abril só havia três criados no. V.3, I, 205
— quartel-general do partido Restaurador, e de onde uma vez já saiu para combater a nacionalidade e a liberdade. V.3, I, 205

— **PACTO**
— feito pelo governo com os retrógrados. V.3, I, 65
— social; deve ser unanimemente aprovado. V.2, I, 126
— social; vínculo sólido e sagrado. V.3, I, 5

— **PADRÃO DE VERDADE**
— levantado ao pé do trono. V.3, I, 6

— **PADRE COSTA. Deputado**
— vide COSTA VILAR, Galdino da.

— **PADRE SOYÉ**
— perdão dado ao ... por delito de imprensa. V.3, II, 59

— **PADRES**
— podem servir à propagação das luzes entre o povo. V.2, I, 277
— que abundam nos Conselhos Gerais da Província. V.4, I, 258

— **PADROADO**
— direito de, que vigorava em Portugal. V.2, I, 267

— **PAGAMENTO**
— da dotação de 100 contos à Imperatriz do Brasil. V.3, I, 233
— de arras à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 233

— **PAI**
— que não souber ser filha da Nação que tanto o idolatrou. V.3, I, 22

— **PAIM, Honorato José de Barros. Deputado**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— **PAIS DE ANDRADE, Francisco de Carvalho. Senado**
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V.2, II, 209
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **PAIS DE BARROS, Antônio. (Barão de Piracicaba.) Deputado**
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **PAISES**
— influência que os jornais exercem nos ... livres. V.3. I, 65
— que não reconheceram a ascenção de D. Pedro II ao Trono. V.3, I, 30

— **PAIXÕES**
— choque de paixões em que está o Rio de Janeiro. V.3. I, 40
— que existem em todos os homens. V. 3, I, 35
— Subversivas. V. 4, II, 245
— violentas do Príncipe D. Pedro I. V. 3, I, 17

— **PALAVRA**
— abuso da ... é a maior arma dos demagogos, ímpios, libertinos e traidores. V. 2, I, 173
— abuso da ... não cabe numa lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 166
— da lei; jamais são supérfluas. V. 3, II, 67
— metafísica; deve ser evitada na lei. V. 2, I, 176
— não contém em si o corpo de delito, como as letras, as gravuras e os desenhos. V. 2, I, 166
— seus efeitos são mais incendiários do que o inextinguível fogo grego. V. 2, I, 173

— **PALMA, Marquês de.**
— Vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis

— **PALMAS NAS GALERIAS**
— uso de dar. V. 4, I, IX

— **PALMATÓRIA**

— horror que causa às crianças o uso da. V. 2, I, 247

— **PANELA**

— episódio restaurador em. V. 3, I, 152

— **PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguilar. Ministro. Juiz de Paz.**

— acusação de hostilidade à causa nacional. V. 3, I, V

— leitura da proposta do governo para o estabelecimento de processo especial nos crimes de rebelião, sedição e conspiração. V. 2, II, 368

— representação, pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **PAPA**

— colisão em que está o governo imperial com Sua Santidade. V. 2, I, 293

— direito que tem de inspecionar o preenchimento dos requisitos dos Bispos eleitos. V. 3, II, 206

— fraqueza e vergonha que é mendigarmos ao Papa aquilo que nem ele mesmo pode. V. 2, I, 274

— não tem o direito de negar confirmação aos Bispos eleitos por causa das idéias dos mesmos. V. 3, II, 209

— pena imposta pelo. V. 2, I, 148

— poder absoluto que quis exercer ao negar confirmação a um Bispo canônicamente eleito. V. 3, II, 215

— posse incontestável do poder de confirmar os Bispos, há quatro séculos. V. 2, I, 293.

— regras canônicas de que se desviou, ao negar confirmação a um Bispo canônicamente eleito. V. 3, II, 215

— **PAPA-MOSCAS**

— que se devia botar no Brasil, como em Paris, para fiscalizar a liberdade de imprensa. V. 2, I, 180

— **PAPEL**

— caramuru e restaurador. V. 3, I, 153

— da imprensa. V. 2, I, 142

— incendiário; afixado no Maranhão em 1829. V. 3, II, 47

— público. V. 2, I, 54

— **PARÁ**

— dúvidas quanto à sua participação na eleição do Regente. V. 3, I, 145

— fatos do ... e Rio Grande, devidos às Assembléias provinciais. V. 4, II, 8

— onde a ordem ainda não lançou raízes. V. 4, II, 157

— onde há cerca de 40 igrejas sem párocos. V. 2, I, 277.

— rebelião na província do. V. 3, II, 245

— **PARÁGRAFOS**

— introdução de ... nos textos selecionados. V. 2, I, XIII.

— **PARAÍBA**

— anulação da primeira eleição de Regente na. V. 3, I, 145.

— movimentos ocorridos na. V. 3, I, 33.

— **PARAISO, Francisco de Souza. Senador. Deputado.**

— assinatura no projeto de Feijó, de criação de cursos de estudos elementares. V. 2, I, 241

— requerimento de preferência para o projeto de interpretação do Ato Adicional, vindo da Câmara. V. 4, II, 103

— requerimento para divisão do parágrafo da resposta à Fala do Trono, em três partes. V. 3, II, 270 e 271.

— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209.

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117.

— **PARALELO**

— entre a administarção da Regência e a de Pedro I. V. 3, I, 153.

— entre a administração da Regência e a de D. Pedro I, nada tem a Restauração. V. 3, I, 164.

— entre Chichorro e o Desembargador Medeiros que o absolveu. V. 3, I, 627.

— que faziam os restauradores entre a administração de D. Pedro I e a da Regência. V. 3, I, VII.

— **PARANAGUÁ, Visconde de**

— Vide BARBOSA, Francisco Vilela

— **PARANHOS, Manoel ... da Silva Veloso. Deputado.**

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição da Câmara, propondo a eleição de um novo Regente, em virtude da renúncia de Feijó. V. 3, I, 144.

— assinatura no projeto de Resolução da Comissão de Constituição, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 122.

— discussão do projeto de fixação das forças navais. V. 2, II, 258-9.

— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199.

— **PARASITAS**

— que andam ao cheiro dos empregos públicos. V. 2, I, 109.

— **PARCIALIDADE CRIMINOSA**

— V. 3, II, 65.

— **PARDAL, João Carlos**

— acusação de hostilidade à causa nacional. V. 3, I, V

— **PARDAIS**

— nome que não deve ser pronunciado da tribuna nacional. V. 3, I, 52.

— reinstalação dos ... e dos Belmontes. V. 3, I, 52.

— **PARECER**

— conjunto das Comissões da Câmara e do Senado encarregadas de organizar o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 213.

— conjunto das Comissões de Constituição, Diplomacia e Fazenda sobre a carta do Duque de Bragança, sobre seus direitos e os de sua esposa. V. 3, I, 233.

— conjunto das Comissões de Constituição e Poderes sobre a rejeição do diploma de Senador Conde de Lages (João Vieira de Carvalho). V. 3, I, 270.

— conjunto das Comissões de Diplomacia e Constituição do Senado, sobre a Resolução da Câmara que concede uma prestação anual de 50 contos à Dequesa de Bragança. V. 3, I, 238.

— da Comissão da Câmara sobre a nomeação do tutor. V. 3, I, 25.

— da Comissão de Assembléias Legislativas propondo projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 11.

— da Comissão de Comércio sobre a proposta do Conselho Geral da Província da Bahia, relativa à admissão de escravos como trabalhadores nas repartições públicas. V. 2, II, 165.

— da Comissão de Constituição à Indicação do deputado José Gonçalves Martins, para que os Ministros participem dos debates da Câmara. V. 3, II, 121.

— da Comissão de Constituição do Senado, sobre a eleição de Feijó. V. 3, I, 321.

— da Comissão de Constituição e Justiça sobre a recusa do Ministro da Guerra em tratar da suspensão das garantias em Pernambuco, durante a sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 41.

— da Comissão de Constituição sobre a participação do senaca). V. 3, I, 313.
dor Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca). V. 3. I, 313

— da Comissão de Constituição sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 181 e 182.

— da Comissão de Constituição sobre o entendimento do art. 54 da Constituição. V. 3, II, 105

— da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 329

— da Comissão de Constituição, sobre os expedientes relativos à renúncia de Feijó ao cargo de Regente. V. 3, I, 143

— da Comissão de Constituição sobre o ofício do Secretário do Senado, convidando a Câmara para proceder, em reunião de Assembléia Geral à eleição de um novo membro da Regência. V. 3, I, 139

— da Comissão de Constituição sobre os ofícios dos Ministros da Justiça e da Guerra sobre as medidas tomadas em Pernambuco em 1829. V. 3, II, 50

— da Comissão de Fazenda da Câmara, sobre a petição da companhia de mineração de Gongo-Soco. V. 2, II, 149

— da Comissão de Fazenda, sobre o projeto de reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 11

— da Comissão de Fazenda sobre o relatório e contas do Ministério da Fazenda, contendo o Orçamento para 1828. V. 2, II, 13

— da Comissão de Fazenda sobre os projetos dos deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos e Holanda Cavalcânti, sobre a cessão da emissão de notas e sobre a extinção do Banco do Brasil. V. 2, II, 36

— da Comissão de Justiça Civil e Criminal ao projeto de Código Criminal do deputado José Clemente Pereira. V. 2, II, 324

— da Comissão de Justiça Civil sobre a interpretação dos arts. 24 e 34 da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 219

— da Comissão de Justiça Criminal da Câmara sobre os movimentos ocorridos nas províncias da Paraíba, Alagoas, Santa Catarina, Sergipe. V. 3, I, 33

— da Comissão de Justiça Criminal concluindo pela responsabilidade dos ministros que reformaram a sentença do Júri, no caso de delito de imprensa, por terem incorrido em abuso do poder. V. 2, I, 217 e 218

— da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia, em 1831. V. 3, I, 39

— da Comissão de Legislação ao projeto de Código Criminal, enviado pela Câmara. V. 2, II, 341

— da Comissão de Leis Regulamentares, sobre o projeto do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, para o estabelecimento do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 3

— da Comissão de poderes sobre o diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V. 3, I, 265

— da Comissão de Redação da Câmara ao projeto de lei de recrutamento para o Exército. V. 2, II, 223

— da Comissão de Regimento Interno da Câmara sobre o projeto de lei enviado pelo Senado dispondo sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 214

— da Comissão do Regimento Interno, sobre a Indicação do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos para que

os Ministros assistam às discussões do Orçamento. V. 2, II, 21

— da Comissão Eclesiástica da Câmara, sobre o celibato clerical. V. 2, I, 283

— da comissão especial da Câmara sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 209

— da comissão especial designada para apreciar a denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 87

— da comissão especial destinada à revisão das emendas ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 339

— da comissão especial incumbida de examinar a denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 54

— da Comissão especial para examinar a legalidade da reforma constitucional, feita sem a participação do Senado. V. 4, I, 278

— das Comissões conjuntas de Diplomacia e Constituição, sobre o expediente do governo sobre a conspiração restauradora. V. 3, I, 151

— das Comissões de Constituição e de Justiça Criminal, sobre a insubordinação da tropa no Rio de Janeiro e, 1831. V. 2, II, 222

— das Comissões de Fazenda e Comércio à Indicação do deputado Campos Vergueiro, para que seja designada uma comissão mista destinada a examinar o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 28

— do Conselho de Estado sobre a eleição de Feijó. V. 3, I, 325

— do Corpo de Advogados de Paris e da Câmara dos Deputados da França, sobre os direitos que competem ao Duque de Bragança e à sua Esposa. V. 3, I, 233

— sobre o projeto de reforma constitucional iniciado na Câmara. V. 4, I, 27

— votação do ... da Comissão de Constituição sobre o art. 54 da Carta Magna. V. 3, II, 107

— **PARIDADE**

— argumento de. V. 3, I, 26

— **PARLAMENTARES**

— aos ... compete dar pleno exercício à lei moral de não comer o pão alheio quando tiverem fome. V. 3, I, 57

— que foram Ministros de Estado, no Império. V. 3, I, III

— são representantes da Nação, mas também são homens privados. V. 3, I, 71

— **PARLAMENTO**

— contribuição do ... para a construção do Brasil. V. 2, I, X

— existência quase ininterrupta de 150 anos do ... no Brasil. V. 4, I, IV

— força atuante do ... na evolução nacional; visão deixada por Machado de Assis. V. 4, I, XI

— francês era corpo judicial. V. 4, I, 158

— nascimento e uso da palavra. V. 4, I, V

— no recinto do ... deve imperar a razão e a justiça. V. 3, I, 57

— onde se ensinava ao jovem o valor da vida pública. V. 4, I, X

— papel do ... na vida brasileira. V. 2, I, IX

— papel do; se agigantou nas crises. V. 4, I, III

— relações do ... com a historiografia. V. 2, I, III

— relevante papel desempenhado pelo ... na construção do Estado Nacional. V. 2, I, IX

— **Brasileiro**

— convocação e inauguração do. V. 2, I, VII

— **Britânico**

— representações que são dirigidas ao. V. 4, I, 23

— **Do Império**

— faltas de que pode ser acusado. V. 3, I, IV

— fascínio, caráter e singularidade. V. 3, I, XII

— **Inglês**

— aprovou numa sessão 84 atos legislativos interpretativos de outras tantas leis. V. 4, II, 167

— PARNAÍBA

— representação da municipalidade da ..., pedindo a Federação. V. 3, I, 125

— PÁROCOS

— são empregados mistos. V. 4, II, 183

— PARRICÍDIO

— dois casos atrozes de ... julgados nesta Corte. V. 4, I, 121

— PARTE

— que tomou, como Ministro do Império, na suspensão das garantias de Pernambuco, o sr. José Clemente Pereira. V. 3, II, 78

— PARTICIPAÇÃO

— à Câmara das matérias em discussão no Senado; votação. V. 2, I, 55

— da Câmara ao Senado sobre a resolução por ela adotada sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127

— feita ao governo pelos agentes brasileiros nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, da partida para o Brasil dos líderes de 1824. V. 3, II, 51

— imediata à outra casa da matéria em discussão. V. 2, I, 55

— que vieram de nossos diplomatas na Europa, sobre a restauração. V. 3, I, 73

— PARTICULARIZAÇÃO

— da pena de exclusão da cidadania não está contemplada na Constituição. V. 2, I, 40

— PARTIDISTA DO EX-IMPERADOR

— acusação que se faria ao governo. V. 3, I, 36

— PARTIDO

— acusações de que é o ... chimango quem governa. V. 3, I, 175

— agentes do ... restaurador que percorrem as ruas da cidade para espalhar boatos de deportação. V. 3, I, 175

— anárquico; que se levantou em Afogados (Pernambuco) em 1829. V. 3, II, 57
— anda muito irritado. V. 4, I, 176
— andradista. V. 3, I, 198
— aristocrático; foi quem lançou a idéia aterradora das reformas. V. 4, I, 99
— as comissões militares só podem engrossar o ... dos rebeldes. V. 3, II, 90
— ataque de qualquer dos ... faria a perdição do Império inteiro. V. 2, I, 150
— a vontade dos ... é que prevalece nas revoluções. V. 3, I, 57
— composto de homem liberal e de homem estacionário ou retrógrado. V. 4, I, 241
— corifeus do ... republicano. V. 4, II, 245
— corte que se dará ao ... restaurador com o projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 244
— crime que há em açular o ... à guerra civil. V. 3, I, 73
— da ordem; tem se aprofundado muito na Nação. V. 3, I, 179
— da revolução; força que ganhou com as perseguições. V. 3, I, 258
— de D. Pedro I; ensaios que fez das forças de seu partido o ex-Imperador nas garrafadas de março. V. 3, I, 168
— democrata, que se formou no Rio Grande do Sul, na época da preparação da Farroupilha. V. 3, II, 246
— desorganizador. V. 3, II, 47
— dos colunas. V. 4, II, 257
— exaltado; engrossou-se de todos os descontentes. V. 3, I, 252
— exaltado; sua separação do Partido Moderado. V. 3, I, 252
— existência de um ... do sul para sufocar os interesses do Norte. V. 3, I, 196
— existente em 1834: o da ordem, o restaurador e o republicano. V. 3, I, 179
— federal. V. 3, I, 247
— inglês; Toty e Whig. V. 4, II, 259

— liberal; quer estabelecer o sistema democrático. V. 4, I, 241
— luta do ... em torno das opiniões. V. 3, I, 57
— moderado; influência em todo o Brasil. V. 4, I, 276
— moderado; sua separação do Partido Exaltado. V. 3, I, 252
— não deve ser temido. V. 4, I, 43
— "não o conheço nesta Câmara". V. 3, II, 104
— no sistema representativo não existe para fazer sedição e conspiração. V. 4, I, 47
— pasquins mostram a fraqueza de meios e forças do ... conspirador. V. 3, II, 66
— possibilidade do aparecimento em campo do ... restaurador. V. 3, I, 72
— que ameace a segurança pública; poder de anistia que tem o Imperador. V. 4, I, 78
— que em março de 1831 se insurgiu contra as instituições liberais. V. 3, I, 156
— que existe no seio da legislatura do Brasil favorável a D. Pedro I. V. 3, I, 244
— que quer aviltar a Nação. V. 3, I, 74
— que retalha o Brasil. V. 4, I, 275
— receio do ... extremo. V. 4, I, 175
— restaurador. V. 3, I, 68 e 247
— restaurador; agita a cidade e não tem pejo de proclamar saudades de seu senhor. V. 3, I, 173
— restaurador; alento que teve com as opiniões expendidas por legisladores. V. 3, I, 73
— restaurador; força que ganhou com as dissenções dos que fizeram o 7 de abril. V. 3, I, 73
— restaurador; já não restam dúvidas quanto à sua existência. V. 3, I, 151
— restaurador; não é uma quimera. V. 3, I, 68
— restaurador; que conheceu o chefe da oposição. V. 3, I, 193
— restaurador; seu triunfo é impossível porque a Nação brasileira tem muita dignidade. V. 3, I, 74

— restaurador; seus elementos já se encontravam disseminados no Brasil. V. 3, I, 73

— restaurador; sua existência no Brasil; proteção que lhe dá o Tutor. V. 3, I, 205

— retrógrado; prega abertamente pela imprensa a restauração do detestado governo de Pedro I. V. 4, I, 172

— retrógrado; tem trabalhado por lançar nódoas sobre o 7 de abril. V. 3, I, 70

— **PASQUINS**

— a utilização dos ... indica mais a fraqueza que a força. V. 3, II, 58

— autor dos ... que apareceram em Pernambuco em 1829, foi o escrivão da devassa. V. 4, II, 257

— de má prosa e pior verso. V. 3, II, 51

— insolentes. V. 3, II, 47

— mostram fraqueza. V. 3, II, 65

— nas esquinas da Corte. V. 3, II, 58

— o que valem aos olhos de um governo inteligente e desempoeirado? V. 3, II, 65

— que apareceram em Pernambuco, concitando o povo à rebelião. V.3, II, 74

— são aos olhos dos homens sensatos, documentos duvidosos. V.3, II, 66

— **PASSAPORTE**

— a atribuição de vigiar os passaportes, dada aos Juízes de Paz, serve apenas para privar da liberdade aos pacíficos cidadãos. V.3, II, 163

— exame de passaporte na Inglaterra. V.3, II, 164

— negar ... para os Deputados irem para as suas províncias. V.4, II, 131

— poder da Regência de negar o ... dos membros da Assembléia, para fazê-los permanecer na Corte. V.3, I, 108

— **PASSIVIDADE**

— a religião católica recomenda a obediência passiva da autoridade. V.2, I, 248

— **PASTOS BONS**
— V.3, II, 58
— distrito de ... lugar onde deveria ser proclamado o sistema republicano, na rebelião de 1829. V.3, II, 48

— **PATI DO ALFERES, Barão de**
— vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

— **PÁTRIA**
— a vantagem da ... só se promove pelo espírito de conciliação e justiça. V.3, I, 57
— conceito. V.2, I, 131

— **PATRÍCIO JOSÉ DE ALMEIDA E SILVA**
— vide ALMEIDA E SILVA, Patrício José de

— **PATRIOTAS**
— do Sete de Abril, que foram para a cadeia. V. 4, I, 179
— risco que correm de acabar no patíbulo. V.4, I, 176

— **PATRIOTISMO**
— coisas que acontecem sob o pretexto de ... V.3, I, 57

— **PATRONATO**
— é melhor o da corte que o da aldeia. V.4, II, 45

— **PAULA ALBUQUERQUE, Francisco de ... de Almeida. Deputado. Senador**
— eelição para a comissão especial do Código de Processo Criminal. V.2, II, 355
— emenda ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V.3, II, 159-60
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. (Feijó). V. 3, II, 117
— voto a favor da maioridade de D. Pedro LL. V. 4, II, 209
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— **PAULA ARAÚJO ,Francisco de . . . e Almeida. Deputado**

— assinatura no parecer da comissão especial encarregada de elaborar o projeto de reforma da Constituição. V.4, I, 215

— discurso na Câmara em 1º de julho de 1833. V.3, I, VII

— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. V.4, I, 91

— discussão do ofício de demissão da Regência Trina. V.4, I, 170

— discussão do parecer das comissões de Diplomacia e Constituição, sobre a conspiração restauradora. V.3, I, 151

— discussão do pedido de urgência para a apreciação do projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V.4, II, 22

– discussão do projeto de lei que dispõe sobre as atribuições e deveres da Regência. V.3, I, 83

— discussão do projeto de reforma da Constituição. V.4, I, 229

— discussão do projeto de reforma constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V.4, I, 235

— discussão do projeto de reforma constitucional; garantias dos Deputados provinciais. V.4, I, 234

— discussão do projeto nº 37 da Câmara, sobre reforma de oficiais e aposentadoria de empregados públicos cuja conservação fosse prejudicial à causa pública. V.3, I, 46

— proposta para que a discussão do projeto de Código Criminal se faça por capítulo e não por artigos. V.2, II, 331

— manifesta-se a favor da remoção de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 196

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. V.3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— discussão do parecer ao ofício da renúncia da Regência Trina. V.4, I, 178

— leitura, como relator da Comissão **ad hoc**, do parecer sobre o ofício de renúncia da Regência Trina. V.4, I, 172

— leitura de novo parecer da Comissão **ad hoc**, sobre a renúncia da Regência Trina. V.4, I, 182

— nomeação para a Comissão **ad hoc** encarregada de dar parecer no ofício de demissão da Regência Trina. V.4, I, 171

— pedido de dispensa de impressão do Código de Processo Criminal. V.2, II, 357

— requerimento para que a Câmara se declare em sessão permanente até a solução do pedido de demissão da Regência Trina. V.4, I, 171

— **PAULA CÂNDIDO, Francisco de. Deputado**

— discussão do pedido de urgência para o projeto de maioridade apresentado pelo Deputado Antônio Carlos. V.4, II, 287

— **PAULA CAVALCANTI, Luiz Francisco de ... de Albuquerque. Deputado**

— vide LUIZ CAVALCANTI. (LUIZ FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE)

— **PAULA SIMÕES, Francisco de. Deputado**

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— **PAULA E SOUZA, Francisco de ... e Melo. Deputado. Senador**

— aparte ao discurso do Deputado Lino Coutinho, sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V.3, I, 265

— apresentação de emenda ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais de Província. V.3, II, 136

— aprovação de sua emenda ao art. 4º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 159

— aprovação de sua emenda ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 114

— assinatura no parecer da Comissão. V.2, II, 340

— assinatura no parecer da Comissão de Regimento Interno à Indicação do Deputado Vasconcelos, para que os Ministros assistam à discussão do Orçamento. V.2, II, 22

— contesta afirmações que lhe foram atribuídas, durante a discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 205

— contesta o Bispo do Maranhão, na discussão do projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 261

— contesta o Deputado José Antônio da Silva Maia, na discussão de seu requerimento. V.2, I, 211

— discurso na discussão de sua emenda ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 113

— discurso sobre a abolição das chibatadas no Exército. V.2, II, 217

— discussão sobre o papel do Parlamento. V.3, I, 257

— discussão da emenda do Deputado José Antônio da Silva Maia, ao art. 16 do projeto de criação dos cursos jurídicos. V.2, I, 235

— discussão da participação feita pela Câmara de aprovação das reformas constitucionais votadas sem o concurso do Senado. V.4, I, 285

— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação das mercadorias provenientes de todas as nações. V.2, II, 99

— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 203

— discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V.3, I, 227

— discussão do art. 2º sobre o projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 86

— discussão do art. 8º do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 91

— discussão do ato de remoção do Tutor. V.3, I, 207

— discussão do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V.3, I, 266

— discussão do projeto de Código Criminal. V.2, II, 334

— discussão da oportunidade da leitura do relatório do Ministro. V.2, II, 207

— discussão do projeto de lei de recrutamento e fixação das forças militares. V.2, II, 184

— discussão do projeto nº 37 da Câmara, sobre demissão de Oficiais e aposentadoria de empregados públicos. V.3, I, 47

— discussão do projeto que cria um curso jurídico no Rio de Janeiro. V.2, I, 231

— discussão do projeto que fixa as atribuições e deveres da Regência. V.3, I, 81

— discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V.3, I, 179

— discussão do projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V.3, I, 215

— discussão dos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 95

— discutindo o requerimento do Deputado José Antônio da Silva Maia, que pede a sustação da remessa ao Senado do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, face ao ofício recebido do Ministério da Justiça. V.2, I, 209

— eleição com 35 votos, para a Comissão encarregada de organizar o projeto sobre as atribuições e deveres da Regência. V.3, I, 79

— eleição, em primeiro escrutínio, para a Comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao Código Criminal. V.2, II, 338 e 339

— emenda ao projeto de criação do curso jurídico do Rio de Janeiro, propondo a instituição de um em Olinda e um em São Paulo. V.2, I, 234

— emenda ao projeto de recrutamento e fixação das forças militares. V.2, II, 185

— emenda ao projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 259

— emenda ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 113

— emenda para a conservação da pena de morte nos crimes de homicídio e de cabeças de insurreição. V.2, II, 347

— indicação para reduzir os turnos de discussão dos projetos oriundos do Senado, quando em tramitação na Câmara. V.2, I, 97

— manifesta-se contra o adiamento da discussão do afastamento de José Bonifácio do cargo de Tutor. V.3, I, 204

— manifesta-se favoravelmente ao afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 203
— pede adiamento da discussão sobre a acumulação dos cargos de Bispo e Senador. V.3, I, 279
— proposta verbal sobre o projeto de naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 117
— referência a. V. 2, I, 99 e 113
— referência a seu discurso sobre a acumulação dos cargos de Bispo e Senador. V. 3, I, 279
— requer a leitura do relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa no Rio de Janeiro. V. 2, II, 205
— requer o envio à Comissão de Poderes do Parecer sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro. V. 3, I, 267
— requerimento para designação de comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 336
— retira a proposta de adiamento sobre a questão da localização do curso jurídico a ser criado no Rio de Janeiro. V. 2, I, 232
— usa a palavra pela ordem. V. 3, II, 39
— voto em separado ao parecer da Comissão especial designada para examinar a legalidade da reforma constitucional, feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 278
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **PAULINO José Soares de Souza. Deputado.**

— aparte ao deputado Álvares machado na discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 54
— assinatura no parecer da Comissão de Assembléias Provinciais propondo a adoção de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 22
— assinatura no projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 53
— discussão da redação final do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 68
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 24 e 26 e 33

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **PECULIARIDADES**

— dificuldade em se limitar o que é do interesse peculiar de cada Província. V. 4, I, 244

— **PEDIDO**

— de demissão de Senadores (Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira Câmara). V. 3, I, 329

— **PEDRA BRANCA, Visconde de**

— Vide BARROS, Domingos Borges de

— **PEDREIRA, Deputado.**

— Vide COUTO, João Pedreira do.

— **PEDRO DE ALCANTARA. Deputado.**

— Vide BELLEGARDE, Pedro de Alcântara

— **PEDRO CHAVES**

— referência a. V. 3, II, 230

— o pasquim de ... não foi causa, mas efeito da Revolução Farroupilha. V. 3, II, 248

— **PEDRO I**

— abdicação de. V. 3, II, 11

— a nação brasileira deve a ... sua Independência e Constituição. V. 3, I, 245

— a Nação brasileira não deve deixar viver à mingua o fundador do Império. V. 3, I, 234

— apuros financeiros de. V. 3, I, IX

— avareza de. V. 3, I, 169

— banimento de. V. 3, I, 179 e 243

— caráter volúvel de. V. 3, I, 169

— carta de ... de nomeação do Tutor. V. 3, I, 21

— carta do Marquês de Resende a. V. 2, I, XI e XII

— assassinato da representação nacional em 1823. V. 4, I, 58

— capitulação que conseguiu com a nação conquistada. V. 4, I, 37

— carta dirigida ao Senado pelo ex-Imperador ..., como Duque de Bragança, sobre seus direitos. V. 3, I, 233
— causas da perda de sua popularidade. V. 3, I, 156
— como fundador do Império deve gozar de certa consideração. V. 3, I, 234
— confiança que os brasileiros deviam ter em D. Pedro, porque a realeza é fácil de perdoar. V. 3, I, 155
— conselheiros que cercam o Duque de Bragança fazem-no acreditar que é desejado no Brasil. V. 3, I, 244
— defesa que viria fazer do trono de seu filho. V. 3, I, 161
— em lugar de imortalizar seu nome, não soube senão preparar a ruína do povo que lhe deu um trono. V. 3, I, 158
— era filho, todavia não hesitou em retalhar a monarquia portuguesa, vivendo ainda seu pai dirigindo a coroa de Portugal. V. 3, I, 163
— esmola que aceitou para pagamento das despesas e dívidas de sua desgraçada mulher. V. 3, I, 169
— foi mais português que brasileiro. V. 3, I, 245
— já é um estrangeiro. V. 3, I, 245
— jamais teve opinião sua. V. 3, I, 155
— já não pertence à comunhão brasileira. V. 3, I, 244
— mesquinharia de. V. 3, I, 169
— não achou em Portugal as simpatias que esperava encontrar. V. 3, I, 245
— não calcou impunemente o Brasil por 10 anos. V. 3, I, 60
— os Andradas nunca o insultaram, porque isto seria insultar seu filho. V. 3, I, 248
— perdas que sofreu com a abdicação. V. 3, I, 169
— perdeu o trono por desprezar os partidos e julgá-los todos anarquistas. V. 4, I, 43
— preferiu o bem do povo que governava às relações de família. V. 3, I, 163
— princípio da necessidade, invocado por ... para dissolver a Constituinte, é o mesmo que o governo usa para remover o Tutor. V. 3, I, 196
— príncipe que mostrou não ter habilidade, prudência e dignidade alguma para exercer o lugar que ocupava. V. 3, I, 154

— príncipe que procura sepultar o país no abismo da guerra civil e da anarquia. V. 3, I, 158
— promoveu a desmoralização pública. V. 3, I, 158
— proposta de seu banimento, rejeitada pelo Senado. V. 3, I, VII
— provas de incapacidade que deu. V. 3, I, 154
— receio que devemos ter das tentativas de. V. 2, I, 136
— rejeição, pelo Senado, do projeto de banimento de. V. 3, I, 246
— repetidas provas que deu de sua volubilidade e inconstância. V. 3, I, 155
— sangue dos brasileiros que fez correr. V. 3, I, 158
— segundo Antônio Carlos, só ele, pelo longo hábito de ser obedecido podia salvar o Brasil. V. 3, I, 193
— seu caráter vacilante. V. 3, I, 244
— só abdicou quando, chamado pelos soldados, se viu unicamente com duas sentinelas. V 3, I, 156
— sua conduta e seu caráter, reforçam a crença na trama da restauração. V. 3, I, 155
— também era estrangeiro em Portugal. V. 3, I, 162
— tentativa de golpe de Estado praticada por ..., quando viu a impossibilidade de reformar a Constituição. V. 3, I, 168

**PEDRO II**

— V. 2, I, III
— conselhos políticos à Regente. V. 4, I, V
— escurecimento do nome de .. no voto de graças. V. 3, I, 71
— espírito de harmonia e atitude de conciliação predominantes em. V. 4, I, VI
— estava vestido e ataviado, no dia em que rebentou a rusga restauradora no Rio. V. 3, I, 192
— habilidade que tinha, quando menor, muito superior à sua idade, segundo o Delegado do Papa. V. 3, I, 203
— Imperador constitucional, com a abdicação de seu pai. V. 3, I, 17
— maioridade de. V. 4, I, VI

— maioridade de. V. 4, II, parte segunda, 193 e seguinte.
— minoridade de. V. 3, I, 79
— reconhecimento estrangeiro de. V. 3, I, 29
— remanso, que é o reinado de. V. 4, I, VI
— respeitador das liberdades públicas e garantidor da liberdade de imprensa. V. 4, I, VI
— seu trono; em que está fundado. V. 3, I, VII
— seu trono funda-se na simpatia e no amor dos cidadãos. V. 3, I, 161
— seu trono não carece de apoio e de proteção estrangeira. V. 3, I, 161

— **PEITA**

— qualidade da ... agrava o abuso do poder. V. 3, II, 33

— **PEIXOTO, Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque. Deputado.**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— **PENAS**

— aflitivas e informantes impostas pelo Governo. V. 4, II 186
— afrouxamento das ... dos que atacam a liberdade e aperto dos que atacam o poder. V. 2, I, 203
— aplicáveis aos delitos de imprensa. V. 2, I, 144
— bondade absoluta e bondade relativa que têm as. V. 2, I, 178
— cominada aos estrangeiros, nos casos de crimes por abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 151
— cominadas pela proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 17
— de açoite. V. 2, I, 148
— de expulsão dos estrangeiros, nos crimes de abuso da liberdade de imprensa, não priva o réu de continuar a escrever. V. 2, I, 151
— de expulsão dos estrangeiros, nos delitos de imprensa, é viciosa. V. 2, I 151
— de galé e degredo, nos casos dos delitos de imprensa. V. 2, I, 205

— morte; das Ordenações (livº 5, Titº 7º) para os que falarem mal do Rei. V. 2, I, 146
— morte; discussão na Câmara do Projeto de Código Criminal. V. 2, II, 343
— morte; regulada pelo Código de Processo Criminal de 1832. V. 2, I, XIII
— de perda de cidadania aos que não atenderam à proclamação para voltar ao Brasil, no prazo de seis meses. V. 2, I, 7
— de perda de cidadania prevista na proclamação do Imperador de 8-1-1823 não é constitucional. V. 2, I, 40
— de que estão isentos os homens livres. V. 2, I, 148
— de servios públicos para um escritor equivale à pena de morte. V. 2, I, 148
— de serviços públicos; supressão da. V. 2, I, 149
— devem ser acomodadas às circunstâncias dos réus e às suas qualidades físicas e morais. V. 2, I, 148
— diferentes graus de ... devem corresponder a diferentes graus de delitos. V. 2, I, 148
— diminuição da ... nos escritos de mais de 100 folhas. V. 2, I, 187
— do Código para os que comunicam pensamentos injuriosos através das palavras. V. 2, I, 168
— delitos de imprensa devem ser rigorosas. V. 2, I, 150
— e castigos servem para aterrar os servis inimigos da associação brasileira. V. 3, II, 43
— graduação das ... na lei de imprensa. V. 2, I, 185
— grande variedade que houve na imposição de pena de morte. V. 2, I, XIII
— imposta aos que escreverem contra a Constituição. V. 2, I, 185
— militares. V. 2, II, 215
— não deve existir... por se atacar o sistema adotado entre nós. V. 2, I, 147
— não evitam blasfêmias. V. 2, I, 156
— não se pode acumular. V. 2, I, 149
— ordinária; não se pode impor ao réu em conseqüência de sua confissão. V. 3, II, 37

— pecuniária; é terrível. V. 2, I, 187
— pecuniária; que se deve estabelecer nos delitos contra a liberdade de imprensa. V. 2, I, 152
— princípio de direito criminal, quanto às. V. 2, I, 149
— que devem sofrer os estrangeiros, nos casos de abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 151
— são mais para aterrar do que para punir. V. 3, II, 24
— temporais; que os prelados estrangeiros podem impor às ordens religiosas que lhe estão subordinadas significa a subordinação temporal de brasileiros e estrangeiros. V 2, I, 274

— **PENEDO**

— vila de... em Alagoas; insurreição, exigindo-se a demissão dos empregados civis eclesiásticos e militares nascidos em Portugal. V. 3, I, 33

— **PENSAMENTOS**

— alheios; respondo por eles, quando os faço meus. V. 2, I, 165
— antologia do ... político brasileiro; idéia inicial desta obra. V. 2, I, VII
— dominante dos membros da Câmara. V. 3, I, 66
— maneiras pelas quais exprimimos nossos. V. 2, I, 166
— opostos que se combatem: do progresso e da retrogradação. V. 4, II, 136

— **PEQUENAS PRIVAÇÕES**

— em Pernambuco, a suspensão das garantias. V. 3, II, 83

— **PERDA**

— de mandato; pela nomeação para o Ministério. V. 3, I, III
— do direito de cidadania. V. 2, I, 44
— do direito de cidadania; por parte dos que não voltaram ao Brasil no prazo marcado pela Proclamação do Imperador de 08-01-1823. V. 2, I, 22
— dos lavradores e comerciantes. V. 4, II, 162

— **PERDÃO**
— aos presos que os Capitães Generais com o Desembargo do Paço, podiam conceder na Sexta-Feira Maior. V. 3, I, 120
— concedido por quase todos os soberanos, depois de grandes revoluções ou rebeliões. V. 2, I, 29
— do poder Moderador, como recurso para obtenção da cidadania. V. 2, I, 30
— dos crimes que podem ter os escravos e não pode obter o orador. V. 3, I, 129
— que José Bonifácio deu ao ex-Imperador, pelos maus tratos com que este pagou os relevantes serviços que o Patriarca lhe prestou. V. 3, I, 27
— que representa o projeto de aposentadoria e reforma em curso na Câmara. V. 3, I, 51

— **PERDIGÃO, Floriano Vieira da Costa Delgado. Deputado**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **PERDIMENTO**
— do foro de cidadania. V. 2, I, 25

— **PEREIRA, Barão de**
— Vide COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da

— **PEREIRA, João Gonçalves. Juiz de Paz no Rio de Janeiro**
— representação pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 390

— **PEREIRA, José Clemente**
— Vide CLEMENTE PEREIRA, JOSÉ

— **PEREIRA, José Saturnino da Costa**
— Vide COSTA PEREIRA, JOSÉ SATURNINO DA

— **PEREIRA, Plácido Martins**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **PEREIRA DE BRITO, Francisco Xavier. Deputado**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **PEREIRA DA CUNHA, Antônio Luiz**

— Vide CUNHA, ANTÔNIO LUIZ PEREIRA DA.

— **PEREIRA DE MELO, José Cardoso. Deputado**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **PEREIRA RIBEIRO, Antônio. Deputado.**

— discussão das emendas ao projeto de anistia. V. 2, II, 392

— manifesta-se favorável ao projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 132

— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **PERFECTIBILIDADE**

— para que marcha o gênero humano. V. 4, II, 239

— **PERFEIÇÃO**

— a que chegam nas respectivas artes, muitos analfabetos. V. 2, I, 76

— **PERFÍDIA**

— de uma sociedade que apenas julgava indiscreta. V. 3, I, 136

— **PERIGOS**

— de uma Regência Permanente. V. 3, I, 81

— e segurança do Estado; diferença entre ... iminente da Pátria. V. 3, II, 79

— que há nas diferentes espécies de escritos. V. 2, I, 185

— resultantes da introdução dos absolutistas. V. 2, I, 134

— **PERIODICIDADE**

— que deve ter a Regência. V. 3, I, 80

— **PERIÓDICOS**

— e folhas avulsas e não livros, é o que o povo lê. V. 2, I, 183

— ministeriais; divergências quanto a sua existência. V. 3, II, 182
— liberais; não convém escrever em tal crise. V. 2, I, 216
— nojentos que apareceram no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 248
— que formavam o quadro das escrituras liberais. V. 3, II, 66

— **PERITOS**

— em matéria judicial que nunca freqüentaram a Universidade. V.3, II, 9

— **PERMANENTE**

— significado constitucional da palavra... relativamente à Regência. V. 3, I, 80

— **PERMISSÃO**

— para que estrangeiros exerçam cargos com anuência do Legislativo é inconstitucional. V. 2, I, 115

— **PERNAMBUCO**

— adesão ao Sete de Abril. V. 3, I, 259
— as três revoluções em. V. 3, I, 130
— brasileiros que foram mortos na Bahia... e no Maranhão. V. 2, I, 112
— consideração que deve merecer. V. 4, II, 172
— criação de comissões militares em; denúncia contra o Ministro da Guerra em 1829. V. 3, II, 41
— demasiado amor à liberdade de. V. 4, II, 157
— desrespeito à lei e à autoridade. V. 4, II, 115
— em ... apenas uma Câmara fez petição pela remoção do Tutor. V. 3, I, 189
— lealdade da província de. V. 3, II, 76
— lei policial que pôs termos às desordens. V. 4, II, 119
— mesmo em ... o Tutor era considerado restaurador. V. 3, I, 199
— participação do Presidente da Província de ... sobre a rebelião de Afogados em 1829. V. 3, II, 47
— perseguido, vexado e tiranizado. V. 3, II, 59

— prevenção desfavorável a. V. 3, II, 76
— província que tem se distinguido na manutenção da ordem. V. 4, II, 174
— rebeldes não podem desacreditar a província de. V. 3, II, 77
— suspensão das garantias em...; denúncia contra os Ministros da Guerra e Justiça em 1829. V. 3, II, 41
— vantagem que tem tirado da arrematação dos direitos da Alfândega. V. 3, I, 296

— PERPETUIDADE DOS JUÍZES
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a. (art. (art. 153). V. 2, I, 3

— PERSEGUIÇÕES
— do Ministério são um título de glória para os perseguidos. V. 3, II, 61
— e atropelamento do redator do BAHIANO. V. 3, II, 66
— pessoal que se faz no Rio de Janeiro. V. 3, I, 40
— que movem aos adversários, os que têm a força a seu lado. V. 3, I, 40
— religiosas na Europa, favorecendo a imigração dos Estados Unidos. V. 2, I, 78
— acabaram nos Estados Unidos com a emancipação. V. 2, I, 129
— da ordem verificadas em julho de 1831. V. 3, II, 113-4
— em que está o Brasil. V. 4, II, 157
— públicas; famílias que se dispersaram e emigraram em virtude das. V. 1, I, 75

— PERVERSÃO
— do povo; trabalho que durante tantos anos se fez para a. V. 3, I, 40

— PESCADORES
— de baleias e garoupas; naturalização automática. V. 2, I, 79

— PESQUISA
— contribuição do Congresso para a... histórica. V. 2, I, III

— para a história do Piauí; V. 2, I, VII

— **PESOS**

— da Marinha, que pesam os gêneros alimentícios não são aferidos há mais de 40 anos. V. 3, II, 116

— **PESSOAS OCULTAS**

— que podiam copiar a rebelião de Afogados. V. 3, II, 75

— **PESTE**

— "se a peste tivesse pensões e despachos não lhe faltariam defensores". V. 3, II, 111

— **PETIÇÃO**

— ao Legislativo contra esbulho praticado pela Fazenda Pública. V 2, I, 121

— que fez o povo, através da tropa armada. V. 3, I, 40

— **PILARES**

— do sistema representativo; liberdade de Imprensa e jurados no crime. V. 2, I, 141

— **PILATOS**

— capitão-general que fez uma Câmara Municipal socar taipas. V. 3, II, 160

— **PIMENTEL, Manuel Pacheco. Deputado**

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352

— **PINHEIRO, José Feliciano Fernandes**

— Vide FERNANDES PINHEIRO, JOSÉ FELICIANO

— **PINTO DE ALMEIDA, Inácio . . . Castro. Deputado**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **PINTO CICHORRO, Deputado**

— Vide GAMA, Antônio Pinto Chichorro da.

— **PINTO COELHO, José Feliciano... da Cunha. Barão de Cocais. Deputado**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **PINTO DO LAGO, Pedro Antônio Pereira. Deputado**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **PINTO MADEIRA**
— referência aos atentados de. V. 3, I, 153
— sua aparição no Ceará, proclamando Pedro I, de armas na mão, depois do 7 de abril. V. 3, I, 152

— **PINTO DE MENDONÇA, Antônio. Deputado**
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **PINTO PEIXOTO, José Maria .Deputado.**
— assinatura no parecer da Comissão de Marinha à proposta de fixação das forças navais. V. 2, II, 246
— remessa à Mesa do Ofício do Ministro da Justiça solicitando ao ... que reassuma o comando da Guarda Nacional. V. 4, I, 169
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **PINTURAS**
— indecentes; meios de espalhá-las através de estamparia. V. 2, I, 167
— injuriosa não pode ser incluída na lei sobre liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— **PIRES, Clotilde Lourenço**
— V. 2, I, XV

— **PIRES, Felício Nunes**
— presidente nomeado para a província do RGS. V. 3, II, 237

— **PIRES FERREIRA, Domingos Malaquias de Aguiar (Barão de Cimbres). Deputado**
— emenda ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108

— referência a. V. 2, I, 108 e 112
— referência à emenda de ... ao projeto de naturalização na Câmara. V. 2, I, 110
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **PIRES FERREIRA, Gervásio. Deputado**
— assinatura do parecer da comissão "ad hoc" no ofício da renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 173
— assinatura em novo parecer da comissão "ad hoc" sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 182
— declaração de voto a favor da pena de morte nos casos do Código Criminal. V. 2, II, 352
— discussão do projeto do dep. Lino Coutinho, que dispoe sobre os impostos de exportação e importação. V. 2, II, 109, 111 e 112
— nomeação para a comissão "ad hoc" encarregada de dar parecer no ofício de demissão da Regência Trina. V. 4, I, 171
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **PITÁGORAS**
— dogmas de. V. 2, I, 284

— **PITT, William**
— Primeiro Ministro Ingles. V. 3, II, 203
— referência a. V. 3, I, 89 e 150
— referência ao ministro inglês. V. 2, I, 186
— referência às palavras de. V. 3, I, 253
— reforma do Parlamento inglês. V. 4, I, 48

— **PLACET**
— negado às determinações do Papa não implica em estarem em pecado os brasileiros, por não cumprí-las. V. 2, I, 275

— **PLANO**
— de educação; do Senador Vasconcelos deve prever instrução primária elementar para todos; instrução primária superior para os menos abastados e universidade para os mais abastados. V. 2, I, 244

— de estudos elementares; do Senador Diogo Antônio Feijó. V. 2, I, 241
— com ramificações que existia para a restauração de Pedro I. V. 3, I, 152
— que se atribui à Sociedade Conservadora. V. 3, I, 68
— que se urdia em São Cristóvão, contra o governo da Regência e o Trono de D. Pedro II. V. 3, I, 190
— subversivo; da federação das repúblicas do Rio Grande, Montevidéu e Entre Rios, proposto por Lavalleja, nas sociedades secretas do RGS. V. 3, II, 247
— tenebrosos; que nosso governo envia às cortes européias. V. 3, I, 284
— vasto ... republicano que se tem figurado no Brasil. V. 3, II, 61
— inicial desta obra. V. 2, I, X
— inicial desta obra; uma antologia do pensamento político brasileiro. V. 2, I, VII
— inicial desta obra; proposto e aceito pelo Presidente Petrônio Portella. V. 2, I, VII

— **PLATÃO**

— dogmas de. V. 2, I, 284
— referência às doutrinas de. V. 3, I, 247

— **PLATT, Guilherme**

— inglês domiciliado no Brasil e naturalizado portugues antes da Independência. V. 2, I, 119
— referência a ... cidadão inglês. V. 2, I, 120 e 124

— **PLOWDEN**

— V. 4, II, 241

— **PLUTARCO**

—referência à máxima de. V. 3, II, 63

— **POBRES**

— casamentos ... cumpre serem evitados. V. 2, I, 66

— **POBREZA**

— do Brasil em braços industriosos. V. 2, I, 78

— **PODER**

— a aspiração pelo poder é própria dos homens políticos que amam o seu país. V. 3, II, 183

— a Assembléia Geral está revestida de todo o ... do Estado. V. 3, I, 59

— a Assembléia Geral não possui o ... Constituinte. V. 2, I, 38

— absoluto; não negou nem podia negar o direito de manifestação do pensamento. V. 2, I, 171

— ao Chefe da Nação se deve dar quanto for de honra, brilho e aparato, e o menor que for de poder. V. 3, I, 225

— da Nação. V. 2, I, 64

— de emenda do Senado. V. 3, I, 335

— de veto suspensivo do Imperador; projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 75

— discricionário; o de perdoar as sentenças. V. 4, I, 57

— distinção entre os ... V. 4, I, 56

— ditatorial; concedido pelo projeto nº 37 da Câmara. V. 3, I, 45

— ditatorial; de que o projeto 37 reveste o Governo. V. 3, I, 60

— do Estado; são todos delegações da Nação. V. 3, I, 95

— equilíbrio entre os poderes que compõem a monarquia. V. 4, I, 75

— especial; para realizar as reformas deve ser concedido apenas aos deputados. V. 4, I, 218

— inexistência de ... revisor nas reformas constitucionais, pela exclusão do Senado. V. 4, I, 216

— judicial; deve ser independente. V. 3, II, 8

— judicial; não é poder político. V. 3, II, 7

— luta da opinião pública contra o. V. 3, I, 47

— maior ... que tem o Rei que perdoa depois da sentença. V. 4, I, 57

— mal constituído dos governos timoratos. V. 2, I, 170

— ministerial; há de decrescer, na razão do crescimento e do progresso da civilização. V. 3, II; 27

— ministerial; pode baldar e inutilizar as disposições de toda e qualquer lei de responsabilidade. V. 3, II, 28
— os membros do ... judicial não são eleitos pela Nação. V. 3, II, 7
— que deve exercer a Regência. V. 3, I, 12
— que teve a Assembléia para criar uma Regência, também tem para criar um tutor interino. V. 3, I, 22
— relação de regras que estabelecem o ... do Estado. V. 3, I, 82
— resistência ao ... arbitrário que representou o Sete de Abril. V. 3, I, 48
— temporal; não pode sujeitar a liberdade de pensamento. V. 2, I, 145
— temporal; pode proibir os religiosos de prestar obediência a prelados de outros países. V. 2, I, 274
— zoubou da Câmara em 1826. V. 3, I, 258

— **Executivo**
— anulação dos atos do. V. 3, II, 13
— esplendor que é preciso dar ao. V. 3, I, 98
— invasões que a Câmara tem feito no. V. 3, II, 13

— **Judiciário**
— V. 3, II, 1
— clamor geral e pronunciamento contra o. V. 4, I, 31
— competência do ... nas questões sobre cidadania. V. 2, I, 44
— destruição da independência do. V. 3, I, 111
— empenho que há no ... de escusar as mútuas fraquezas. V. 4, I, 253
— estado do ... depois do 7 de abril. V. 3, I, 54
— independência do. V. 3, I, 110
— na Constituição foi escrito pelo dedo desembargatório. V. 4, I, 253
— não oferece garantias ao cidadão, da maneira como está organizado. V. 4, I, 235
— nos Estados Unidos. V. 4, II, 140
— unidade e não-unidade do. V. 4, II, 141

— **Legislativo**

— a plenitude do ... possuia a Assembléia Geral antes do Ato Adicional. V. 4, II, 13

— atenção para com o ... que tem o Executivo, quando manda pessoalmente seus expedientes. V. 3, I, 98

— avaliação histórica da contribuição do ... à evolução política social do Brasil. V. 2, I, V

— é federativo, ao contrário dos demais. V. 4, II, 139

— invasão das atribuições do ... com a criação da Comissão Militar de Pernambuco em 1829. V. 3, II, 54

— não pode reformar as leis da disciplina da Igreja. V. 2, I, 266

— no projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 60

— residia no monarca. V. 2, I, 40

— **Moderador**

— V. 4, I, VI

— a mais brilhante jóia do diadema imperial. V. 4, I, 38

— atribuições do ... serão exercidos pela Regência, durante a menoridade de D. Pedro II. V. 3, I, 79

— competência privativa para conceder anistia e perdão. V. 2, I, 44

— corretivos que deve ter. V. 4, I, 55

— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição, no Senado. V. 4, I, 51

— é indelegável. V. 3, I, 110

— inovação no sistema constitucional, incompatível com a inviolabilidade do Monarca. V. 4, I, 32

— não é reconhecido por nenhuma outra constituição. V. 4, I, 39

— não toma parte na reforma constitucional. V. 4, I, 216

— necessidade e utilidade de se conservá-lo. V. 4, I, 119

— suas atribuições não podem ser delegadas à Regência. V. 3, I, 81

— todos os seus atos são referendados. V. 3, I, 94

— vigia dos demais poderes. V. 3, II, 8

— Político
— a duração de um ... faz parte do mesmo. V. 3, I, 82
— a Regência não é um. V. 3, I, 81 e 82
— da nação; conceito constitucional. V. 2, I, 83
— devem marchar paralelamente. V. 4, II, 169
— do Imperador; durante a menoridade é exercido pela Regência. V. 3, I, 83
— que há no governo monárquico-constitucional representativo V. 3, I, 82

— POLÍCIA
— constitui a quarta parte do Código Criminal. V. 4, II, 123
— divisão da... segundo os publicistas. V. 4, II, 20
— irregular; pode ser um flagelo. V. 4, II, 122
— judiciária. V. 4, II, 58
— má; é preferível não ter nenhuma. V. 4, II, 122
— municipal é administrativa e não judiciária. V. 4, II, 20
— preventiva dos delitos; atribuição dos Juízes de Paz. V. 3, II, 164
— vigiar suspeitos, significa a mais horrorosa. V. 3, II, 163
— vigilância da polícia sobre os estrangeiros admitidos. V. 2, I, 67

— POLÍTICA
— as nações não se governam senão pela política que querem. V. 3, II, 171
— da força bruta nunca pesou na balança política do Brasil. V. 3, II, 173
— diferentes graus de aptidão. V. 2, I, 82
— do Brasil é a da força intelectual. V. 3, II, 173
— em... não há bondade absoluta. V. 3, I, 58
— influência que tem a.... na decisão da Assembléia Geral. V. 3, I, 145
— na... entre as paixões e as fações, o julgamento é a batalha e o processo é a vitória. V. II, 177
— nem sempre pode estar de acordo com os sentimentos. V. 2, I, 158

— repressão; para com os rebeldes do Rio Grande do Sul, na revolução Farroupilha. V. 3, II, 241

— que segue a Câmara é nacional. V. 3, II, 173

— quem a formula são as Câmaras. V. 3, II, 173

— **POLÍTICO**

— as mais das vezes abraça as razões de conveniência, com preferência às de justiça. V. 3, II, 103

— **POLÔNIA**

— desgraças que tiveram origem nas repetidas eleições do Monarca. V. 4, I, 33

— **POMBAL, MARQUÊS DE**

— golpe de mestre que sobre os jesuitas descarregou o. V. 2, I, 270

— **POMPA**

— desperta a atenção do povo rude e do ilustrado. V. 3, I, 226

— **PONTES**

— referência a..., líder revolucionário de 1824. V. 3, II, 51

— **PONTES, FRANCISCO ALVES. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **PONTES DE MIRANDA**

— V. 2, I, XIII

— **PONTES VISGUEIRO, JOSÉ CÂNDIDO DE. Deputado**

— testemunha sobre o incidente em que agarrou o deputado Navarro de Abreu, para impedir a agressão do dep. Carneiro Leão. V. 4, II, 278

— **PONTO DE HONRA**

— dos Magistrados, um colega nunca deve nomear nas unhas de outro colega. V. 3, II, 23

— **POPULAÇÃO**

— adventícia que nos convém trazer. V. 2, I, 77
— brasileira em 1826. V. 2, I, 74
— brasileira; pequena e desigualmente espalhado. V. 3, II, 153
— do Brasil é de 1/3 de escravos. V. 4, I, 121
— do Brasil, estimada em 1821. V. 2, I, 245
— do Rio de Janeiro; de que se compõe em sua maior parte. V. 4, I, 232
— livre, fundamento da riqueza das nações. V. 2, I, 104
— meios que temos para aumentar a. V. 2, I, 104
— necessidade de aumentar a... imitando outras nações. V. 2, I, 74
— pela imigração, não exige lei de naturalização. V. 2, I, 132
— portuguesa em 1826. V. 2, I, 74
— que temos perdido na guerra. V. 2, I, 75

— **POPULACIONAMENTO**

— dos Estados Unidos. V. 4, I, 116

— **POPULARIDADE**

— de D. Pedro I; causas da perda de sua. V. 3, I, 156
— do parlamento durante o Império. V. 4, I, III
— preocupação com a..., da Câmara. V. 3, II, 97
— que granjeavam os que incorriam no ódio do governo que antecedeu o sete de abril. V. 3, I, 60

— **PORTARIA**

— de 1º de agosto de 1831 do Ministro da Guerra, sobre o serviço militar. V. 3, II, 116
— de 20 de julho de 1831 do Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 113
— do governo; anulação. V. 2, I, 47
— do governo que têm suspendido leis provinciais. V. 4, II, 91
— do Ministro da Justiça (Feijó), de 23 de julho de 1831. V. 3, II, 113

— **PORTELA, Petrônio Senador**

— acolhimento da sugestão de convidar o professor José Honório Rodrigues para dirigir esta obra. V. 2, I, VII

— apoio que deu, quando Governador do Piauí, para a impressão da obra **Pesquisa para a História do Piauí**. V. 2, I, VII

— interesse do... em comemorar o Sesquicentenário da Independência. V. 2, I, IX

— reconhecimento do autor. V. 2, I, XV

— **PORTENTO**

— como são reputadas mulheres nos países onde a educação é igual, quando aparece uma com grandes talentos. V. 2, I, 227

— **PORTO ALEGRE**

— cidade do heroísmo. V. 3, II, 249

— **PORTOS, ABERTURA DOS**

— benefícios que resultaram da. V. 2, I, 133

— multiplicidade dos... do Brasil. V. 2, I, 80

— **PORTUGAL**

— cabala que predominou em. V. 2, I, 91

— Constituição de. V. 3, I, 96

— generosidade que o Brasil deve ter com. V. 2, I, 91

— há de ser a "nação mais favorecida". V. 2, I, 91

— homens acima de trabalhadores servindo nas obras públicas em... no tempo das Cortes. V. 2, I, 148

— ida de Antônio Carlos à Portugal, em sua missão restauradora à Europa. V. 3, I, 194

— liberdade de imprimir o pensamento, que existia em... e era negado no Brasil. V. 2, I, 70

— **oficina virorum** do Brasil. V. 2, I, 70

— recursos de... não podem estar em paralelo com os do Brasil. V. 3, I, 225

— remoinha incerta entre a luta do poder e a restauração dos direitos. V. 3, I, 7

— revolução contra os franceses foi iniciada por poucos homens. V. 3, II, 74

— viveiro de nossa recrescente população puritana. V. 2, I, 70

— **PORTUGUESES**

— adesão dos ... à causa do Brasil. V. 2, I, 18

— concessão da nacionalidade brasileira. V. 2, I, 47

— convém atraí-los para o Brasil. V. 2, I, 91

— desafetos à causa do Brasil que continuam a residir no Imperial. V. 2, I, 20

— diminuição do tempo em favor dos portugueses em caso de naturalização; rejeição da proposta no Senado. V. 2, I, 92

— dispensa de formalidades para a naturalização. V. 2, I, 90

— e brasileiros que se declararam contra a Independência não tem dito ao foro de cidadão. V. 2, I, 113

— estrangeiros que se naturalizaram... antes da Independência. I, 119

— exceção de tempo em favor dos ... para naturalização. V. 2, I, 91

— extensão de benefícios para a naturalização é incabível. V. 2, I, 72

— não é ... o cidadão estrangeiro que se naturalizou português no Brasil, antes da Independência. V. 2, I, 120

— não nos são tão úteis como outros estrangeiros. V. 2, I, 72

— não podem ser considerados estrangeiros. V. 2, I, 91

— não pode ser considerado ... o naturalizado no Brasil antes da Independência, que nunca sequer foi à Portugal. V. 2, I, 122

— não são a classe mais trabalhadora. V. 2, I, 73

— não são mais indolentes e ociosos. V. 2, I, 73

— não são os que melhor podem nos servir. V. 2, I, 72

— naturalizados por um decreto oposto à Constituição. V. 2, I, 63

— necessidade de definir se são ou não brasileiros. V. 2, I, 63

— participação na insurreição da Independência. V. 2, I, 65

— pedido de prisão de 3 ou 4 ... feita pelo povo reunido no campo da Aclamação, no dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 104

— pelas relações de amizade e parentesco não precisam de convite para se naturalizar. V. 2, I, 72
— que combatera, a Independência e estão voltando ao país. V. 2, I, 111
— que estão sendo nomeados empregados públicos depois de terem matado nossos patrícios na Bahia, Pernambuco e Maranhão. V. 2, I, 112
— redução dos prazos para naturalização dos portugueses. V. 2, I, 101
— são os mais próprios a se identificarem conosco. V. 2, I, 74
— sua naturalização deve ser facilitada. V. 2, I, 70
— vindos depois da Independência; cidadania. V. 2, I, 47

— POSSE
— de Araújo Ribeiro na província do Rio Grande do Sul, durante a Farroupilha. V. 3, II, 252
— de bens territoriais aos estrangeiros; proibição de. V. 2, I, 110
— de capitais para naturalização. V. 2, I, 50

— POSTILIMÍNIO
— V. 2, I, 44

— POSTURAS
— competência das Câmaras Municipais. V. 4, II, 155
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre ... municipais (art. 169). V. 2, I, 3

— POTÊNCIA EUROPÉIAS
— auxílio que, segundo nossos agentes diplomáticos, deverão dar à restauração de D. Pedro II. V. 3, I, 152

— POTIUS PIETAS, QUAM JUSTITIA
— V. 3, II, 101

— POVO
— a indignação do ... do Rio de Janeiro foi contrária à lei, mas honra a sua moralidade. V. 3, I, 192
— alfabetizado; interesse que tem de viver, subordinado. V. 2, I, 68

— brasileiro; comparação com os primeiros da Europa. V. 4, I, 45
— censura que se faz a todos os. V. 4, I, 45
— civilizado; inglês, francês e alemão. V. 2, I, 69
— concorrência do ... às galerias, na discussão do projeto da Maioridade. V. 4, II, 289 e 300
— conduzido pela Polícia. V. 3, I, 188
— distanciamento do ... de sua liderança. V. 4, I, X
— do Rio de Janeiro; amigo da paz, da liberdade e da ordem. V. 3, I, 176
— do Rio de Janeiro; exprimiu no 7 de abril a opinião de todo o Brasil. V. 3, I, 47
— do Rio de Janeiro; resolução heróica do. V. 3, I, 70
— do Rio de Janeiro; tem dado exemplos de progresso intelectual que honrariam qualquer país do mundo. V. 3, I, 176
— é admirável em sua escolha, mas o mesmo não se pode afirmar de uma assembléia pouco numerosa. V. 4, I, 261
— igualdade, condição necessária à existência de todo ... livre. V. 2, I, 141
— ilustração do ... é maior do que se supõe. V. 3, I, 37
— industrioso; francês, inglês e alemão. V. 2, I, 72
— nenhum povo é ... virtuoso debaixo de um governo tirânico e perverso. V. 4, I, 40
— português; injustiça de confundi-lo com o "conciliábulo dos revolucionários". V. 2, I, 91
— presença do ... nas galerias da Câmara. V. 3, I, IX
— presença do ... nas galerias do Parlamento. V. 3, I, IV
— quer ser feliz. V. 3, I, 36
— referência de John Milton ao. V. 2, I, 147

— **POVOAÇÃO**

— aumento da. V. 2, I, 72

— **POVOADORES**

— de que o Brasil mais necessita. V. 2, I, 74

— **POVOAMENTO**

— do Brasil; necessidade do. V. 2, I, 109
— é requisito para riqueza. V. 2, I, 60

— **PRAIA GRANDE, Visconde da**

— Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

— **PRAIEIRA**

— passageira e nacionalista revolta. V. 4, I, VI

— **PRATA**

— suporte parlamentar do governo durante as crises do. V. 4, I, III

— **PRÁTICA**

— adotada nos países constitucionais, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 122

— do Parlamento, durante o Império. V. 4, I, III

— **PRAZO**

— da proclamação do Imperador, inexistente na Constituição. V. 2, I, 42

— de domínio para naturalização, deve ser de 10 anos e não quatro. V. 2, I, 100

— de domínio para naturalização é ilegal quanto aos menores de 25 anos. V. 2, I, 102

— de domínio para naturalização nos Estados Unidos. V. 2, I, 66

— de permanência, não indica ânimo de permanecer no país. V. 2, I, 71

— de prescrição do crime de liberdade de imprensa (abuso). V. 2, I, 148

— de realização desta obra. V. 2, I, IX

— esgotamento do ... dado pela proclamação do Imperador de 08-01-1823. V. 2, I, 41

— necessário para que o estrangeiro radicado entre nós demonstre suas qualidades. V. 2, I, 87

— para a Concessão de direitos aos naturalizados nos Estados Unidos. V. 2, I, 88

— para aquisição de cidadania, estabelecido no projeto do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35

— para a Regência dar as razões de negar a sanção. V. 3, I, 97

— para a Regência dar sua sanção. V. 3, I, 79
— para emendas à Constituição. V. 2, I, 42
— para o autor de crime de abuso da liberdade de imprensa responder por seu delito. V. 2, I, 148
— para que os brasileiros residentes no exterior voltassem no prazo de seis meses, a fim de adquirirem a cidadania, depois da Independência. V. 2, I, 7
— para sanção das leis provinciais. V. 4, I, 213
— proposto no projeto de naturalização de Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas); aprovação do prazo de 4 anos corridos. V. 2, I, 81
— razoável para se obter a naturalização. V. 2, I, 67
— razões para diminuir o prazo necessário à naturalização dos portugueses. V. 2, I, 101

— **PRECEDÊNCIA**
— da Constituição sobre a proclamação do Imperador. V. 2, I, 20
— regimental na discussão de projetos com o mesmo objetivo. V. 4, I, 55

— **PRECEDENTE**
— funesto; o da legitimidade das comissões militares. V. 3, II, 90
— sobre a criação de comissões militares. V. 3, II, 103
— sobre tramitação regimental na Câmara. Intervenção do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. V. 2, I, 36

— **PRECIPITAÇÃO**
— na discussão dos projetos oriundos do Senado, com a dispensa de formalidades regimentais. V. 2, I, 97

— **PREÇOS**
— do gado no comércio dos rebeldes farroupilhas. V. 3, II, 232

— **PREFERÊNCIA**
— discussão simultânea de projetos semelhantes que se praticava na Assembléia Constituinte, para se estabelecer. a. V. 2, I, 93

— do projeto mais amplo, na discussão simultânea de proposições. V. 2, I, 59

— PREJUÍZO

— causado ao cidadão e ao Império, pelo projeto sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 36

— decorrente da importação de braços que temos feito. V. 2, I, 60

— PRELIMINAR

— levantada pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) sobre discussão simultânea de dois projetos. V. 2, I, 56

— de constitucionalidade do projeto de Maioridade. V. 4, II, 222

— PRELOS

— não eram consentidos no Brasil. V. 2, I, 170

— PRÊMIO

— concedido a estrangeiro, autor de invento útil. V. 2, I, 60

— deve ser dado aos que concorreram para o sete de abril. V. 3, I, 58

— PREPOTÊNCIA

— dos presidentes de Províncias. V 3, II, 145

— PRERROGATIVA

— do governo para expedir proclamações com força de lei, face ao disposto no art. 102 da Constituição. V. 2, I, 9

— dos nacionais devem ser superiores às dos estrangeiros, como incentivo à naturalização. V. 2, I, 75

— PRESCRIÇÃO

— prazo de ... dos crimes por abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 148

— PRESENÇA

— dos Imperadores, para o reconhecimento do Príncipe Imperial; necessidade da. V. 3, I, 215

— **PRESIDÊNCIA**

— da Regência, segundo o projeto que estabelece as atribuições da. V. 3, I, 79

— **PRESIDENTE**

— criação do cargo de ... do Ministério. V. 4, II, 198

— da Câmara; anuncia a votação das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 230

— da Câmara; anuncia a votação do parecer da comissão especial sobre o projeto de Código Criminal. V. 2, II, 331

— da Câmara; chama à ordem o deputado Álvares Machado. V. 4, II, 55

— da Câmara; encerramento da discussão e votação da Indicação do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão dos projetos de Código Criminal. V. 2, II, 329

— da Câmara; esclarece questão de ordem sobre o projeto do deputado Carneiro Leão, a respeito da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 223

— da Câmara; não é considerado como tal, nos intervalos das sessões. V. 3, I, 91

— da Câmara; questão de ordem sobre a urgência para a Indicação do deputado José Gonçalves Martins, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 119

— da Câmara; resposta à proposta do deputado Antônio Ferreira França, sobre a preferência para seu Projeto de Resolução sobre a pena de morte. V. 2, II, 343

— da província; é delegado do Poder Executivo, e não do Poder Moderador. V. 3, I, 110

— da província; não podem ser considerados delegados do Poder Moderador. V. 3, I, 120

— da província; atribuição que tinham, segundo a lei de 20 de outubro de 1825, de suspender os Magistrados. V. 3, I, 110

— da província; competência. V. 4, I, 214

— de província; é o herdeiro dos Capitães-Generais. V. 2, I, 233

— de província; exclusão dos naturalizados.V. 2, I, 82

— de província; herdeiro e fiel imitador dos capitães-generais. V. 3, II, 145
— de Santa Catarina; deposição do ... da província. V. 3, I, 33
— do Conselho de Ministros; conveniência de ser sempre Ministro da Fazenda. V. 4, I, VI
— do Conselho de Ministros; decreto de criação do cargo de. V. 4, I, V
— do Senado; anuncia a leitura do projeto sobre as atribuições da Regência Permanente. V. 3, I, 117
— do Senado; anuncia a votação destinada a eleger o novo Tutor. V. 3, I, 209
— do Senado; anuncia a votação do requerimento do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para que o titº 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 196
— do Senado; atas dos colégios eleitorais na eleição do Regente. V. 4, I, 215
— do Senado; chama à ordem o senador Vasconcelos. V. 4, II, 109
— do Senado; consulta a Câmara sobre se os expedientes relativos à renúncia de Feijó à Regência devem ser enviados à Comissão de Justiça. V. 3, I, 142
— do Senado; põe a votos a resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 271
— do Senado; responde a questão de ordem do Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 104
— do Senado; submete ao plenário questão de preferência, na discussão dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— do Senado; suspende a sessão e convoca nova reunião extraordinária, para tomar conhecimento das medidas decorrentes da renúncia da Regência. V. 4, I, 191
— do Supremo Tribunal de Justiça; escolha do. V. 3, II, 6
— lei de outubro de 1823, que fixa suas atribuições; referência à ... da Província. V. 3, I, 109
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as atribuições, competência e autoridade do... da província. (art. 166). V. 2, I, 3

— onipotência do ... de província. V. 2, I, 233
— prepotência do ... de província. V. 3, II, 145
— substituição do ... durante os debates. V. 2, I, 58

— **PRESTAÇÃO**
— a que tem direito D. Amélia, segundo o parecer das Comissões do Senado. V. 3, I, 236
— falta de ... de contas para se saber como gasta a Fazenda Pública. V. 4, II, 168
— projeto de lei dispondo sobre contratos de ... de serviços. V. 2, II, 177

— **PRESTÍGIO**
— maior ... em relação aos demais Ministros que deve ter o Presidente do Conselho. V. 4, I, VI
— que dá o longo hábito de mandar e de ser obedecido. V. 3, II. 164

— **PRESUNÇÃO LEGAL**
— em caso de dúvida. V. 3, II, 57

— **PRETERIÇÃO**
— das propostas. V. 2, I, 53
— de outras ciências, pela jurídica. V. 2, I, 233
— do Senado, como se fosse zero no sistema constitucional. V. 4, I, 199
— escandalosas de oficiais militares. V. 3, II, 61

— **PRETEXTOS**
— de que se servem os executores das leis para as tornarem ilusórias. V. 2, I, 113
— que deseja ter o Ministério para retirar-se. V. 3, I, 132
— que devem ser prevenidos, para se evitar a burla das leis. V. 2, I, 112
— que se deve tirar a D. Pedro, para que dirija novas representações à Assembléia. V. 3, I, 22

— **PRETOS**
— é o homem como qualquer Rei e Imperador, sendo cidadão. V. 3, I, 44

— PREVALÊNCIA
— da Constituição sobre a proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 42
— PREVARICAÇÃO
— de alguns magistrados. V. 2, I, 216
— dos magistrados; exemplo do membro do Supremo Tribunal de Justiça, com a declaração que fez na Assembléia. V. 2, I, 217
— PREVENÇÃO
— de uma parte da população do Rio, contra as reformas federais. V. 3, I, 176
— do delito só nos traz o mal da pena. V. 3, II, 163
— que existe contra a vacinação. V. 2, I, 255
— PRIMEIRA DISCUSSÃO
— dispensa de ... nas leis regulamentares. V. 2, I, 56
— dos projetos. Consulta à Câmara. V. 2, I, 36
— dos projetos deve ater-se a sua utilidade ou inutilidade. V. 2, I, 39
— encerramento da ... do projeto de lei declaratória sobre o art. 6º da Constituição (cidadania). V. 2, I, 41
— norma na. V. 2, I, 56
— PRIMOGENITURA
— ordem regular de. V. 3, I, 215
— PRINCESA IMPERIAL
— juramento. V. 4, II, 250
— PRÍNCIPE
— Imperial do Brasil; título que caberia à D. Maria da Glória. V. 3, I, 241
— mal aconselhado. V. 3, I, 17
— reconhecimento do ... Imperial V. 3, I, 213
— PRINCÍPIO
— adoção dos ... da minoria, significa lançar o poder nas mãos da oposição. V. 3, II, 171
— a maioria que sustenta a Regência vai acostumando a Nação pensar que entre nós não vinga o ... monárquico. V. 3, I, 68

— aplicável em caso de dúvida nas matérias criminais. V 3, II, 101
— contido; defendido por Evaristo da Veiga na Câmara, depois da Abdicação. V. 3, I, VI
— constitucional; é lícito o que a lei não proíbe. V. 2, I, 165
— contrário à ordem social no projeto de cidadania. V. 2, I, 24
— da conservação e revolucionário. V. 4, II, 85
— de igualdade. V. 2, I, 82
— da interpretação de nossa Constituição. V. 4, II, 120
— de que os ingleses tanto se ufanam. V. 3, II, 165
— de resistência; consagrado em nosso Código. V. 4, II, 97
— derivado de outras nações não devem ser usados entre nós. V. 2, I, 72
— desnecessidade de referência ao ... religioso no projeto sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 131
— disseminação do ... anárquico através de impressos malignos na Revolução francesa. V. 2, I, 173
— do governo quanto ao emprego de braços escravo. V. 2, I, 60
— equitável; que deve ter nosso tratado. V. 3, I, 294
— falta de cabimento na alegação do ... da necessidade para o afastamento do Tutor. V. 3, I, 196
— liberal; do Senado. V. 2, I, 69
— proibição que existe nos Estados Unidos de se exigir de alguém declaração de ... religioso. V. 2, I, 135
— que envolve o decoro do belo sexo. V. 2, I, 228
— receio da introdução, pelos frades estrangeiros de ... subversivo de nossa liberdade. V. 2, I, 267
— subversivo; usado por um Senador, para desculpar Bento Manuel. V. 3, II, 250
— triunfo do ... constitucional na Europa. V. 2, I, 134

— **PRIORIDADE**

— na discussão das propostas. V. 2, I, 54

— **PRISÃO**

— de Bento Gonçalves, na ilha do Fanfa. V. 3, II, 249
— de Luiz de Menezes, sem que tivesse acusador ou testemunhas contra ele. V. 3, I, 125

— do português João Bonifácio, por ordem do Ministro da Justiça (Feijó) V. 3, II, 112
— do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pelos rebeldes Farroupilhas. V. 3, II, 245
— do tutor, anunciada pelo **Correio Oficial**. V. 3, I, 187
— dos deputados provinciais; casos em que se pode dar. V. 4, I, 234
— e deportação dos anistiados na revolução Farroupilha. V. 3, II, 256
— e processo dos Conselheiros Gerais das Províncias, mediante prévia licença da Assembléia. V. 3, II, 148
— em que fica o homem, depois do casamento. V. 2, I, 61
— horror e falta de ar de certa. V. 3, I, 123
— os Ministros de Estado são incompetentes para decretar. V. 3, I, 125
— pedida pelo povo reunido no campo da Aclamação, de 3 ou 4 portugueses, no dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 104
— projeto de lei de regulamento da. V. 2, II, 357
— provável como incendiários e republicanos de estudantes e mestres do curso jurídico que se estabelecesse nas províncias. V. 2, I, 233
— sem culpa formada. Lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre os casos de (art. 179, §§ 8º, 9º e 10). V. 2, I, 4

— **PRIVILÉGIO**

— assegurado aos cidadãos é extensível aos que gozam de direitos civis. V. 2, I, 64
— de classes; que se pretende estabelecer no Brasil V. 4, I, 259
— dos réus. V. 4, II, 238
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre o ... exclusivo ou remuneração dos inventores (art. 179, § 26). V. 2, I, 4
— para dar apartes ofensivos. V. 4, II, 130
— que a Constituição concede aos estrangeiros. V. 2, I, 105

— **PROBIDADE**

— conduzida ao cadafalso. V. 3, II, 83

— **PROCEDIMENTO**

— do Tutor é digno de todo louvor. V. 3, I, 188

— **PROCESSO**

— casos em que se processarão os Conselheiros Gerais das Províncias. V. 3, II, 148

— de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, como redator do Tamoio, em 1823. V. 3, I, 165

— dezoito espécies. V. 4, II, 153

— dos presos de Pernambuco convence a existência de rebelião. V. 3, II, 79

— é geral em todo o Império. V. 4, II, 154

— e prisão dos Conselheiros Gerais Províncias mediante prévia licença da Assembléia. V. 3, II, 148

— modo do ... e julgamento dos delitos de imprensa. V. 2, I, 144

— nos crimes de Rebelião, Sedição, e Conspiração, proposto pelo Governo. V. 2, II, 367

— nulo não pode produzir efeito. V. 2, I, 214

— por mais sumário que seja, não pode deixar de ter acusação escrita e defesa do réu. V. 3, II, 55

— verbal e sumaríssimo dos cabeças da rebelião de Afogados em Pernambuco. V. 3, II, 49

— violentação do. V. 4, I, X

— **PROCESSUALÍSTICA PARLAMENTAR BRASILEIRA**

— onde eram buscados os exemplos da. V. 4, I, IV

— da Assembléia-Geral Legislativa, depois da Abdicação. V. 3, I, V

— da Assembléia Geral Legislativa, sobre a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. V. 3, I, 17

— do Imperador; de 8-1-1823. Sua vigência. V. 2, I, 17

— direito do governo de expedi-las, com força de lei, quando não está reunido o Parlamento. V. 2, I, 9

— do Imperador para que voltassem ao país, no prazo de seis meses, os brasileiros ausentes, à época da Independência. V. 2, I, 8 e 9

— do Imperador ao povo, no dia 7 de abril de 1831. V. 3, I, 104

— do Imperador de 8-1-1823,não tem força legal. V. 2, I, 36

— do Imperador de 8-1-1823. Proposta de revogação. V. 2 I, 12
— do Presidente do Rio Grande do Sul, mandando atirar aos rebeldes como a feras. V. 3, II, 256
— do Imperador; revogação pela Constituição. V. 2, I, 15
— dos representantes do povo, em 8 de abril de 1831. V 3, I, 162
— impossibilidade da ... do Imperador limitar a Constituição. V. 2, I, 15
— respeito devido à ... do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I,14
— sobre a eleição da Regência; emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 88

— PROCURADOR DA COROA

— manifestação obrigatória nos feitos em que é parte a Coroa ou a fazenda. V. 2, I, 116

— PROFESSORES

— de primeiras letras, analfabetos. V. 2, I, 224
— de primeiras letras; jubilação. V. 2, I, 224
— devem ser poucos, bons e bem pagos. V. 2, I, 234
— dificuldades para se encontrar professores para as escolas, que bem desempenhem as suas obrigações. V. V. 2, I, 223
— do curso jurídico de São Paulo. V. 3, II, 116
— são os que mais se cansam. V. 2, I, 235

— PROFISSÃO

— como condição adicional para naturalização. V. 2, I, 81

— PROGRESSO

— brasileiro depois da emancipação é superior aos 300 anos de domínio colônia. V. 4, I, 243
— dos Estados Unidos não se deve à Federação. V. 4, I, 116
— há de destruir tudo o que se opuser à sua marcha. V. 3, I, 50
— intelectual; que se observa em uma parte da população. V. 3, I, 176

— PROIBIÇÃO

— aos estrangeiros na Inglaterra de possuirem terras, edificar e comerciar a miudo. V. 2, I, 75

— da entrada de Frades estrangeiros no Brasil; projeto de lei de. V. 2, I, 259

— de consultar-se requerimento de estrangeiro para naturalização. V. 2, I, 68

— de falar; inconvenientes. V. 2, I, 58

— de naturalizar-se; Ordenação, L. 2º, tit. 55. V. 2, I, 68

— de posse de bens territoriais aos estrangeiros. V. 2, I, sas no Brasil. V. 2, I, 273

— de se admitir no Império frades ou congregados estrangeiros, exercendo funções religiosas. V. 2, I, 277

— de se falar de religião no Congresso dos Estados Unidos. V. 2, I, 135

— do estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 313 e 317

— inexistente na Inglaterra para os ataques ao sistema vigente. V. 2, I, 147

— projeto de lei para a ... da entrada de ordens religiosas no Brasal. V. 2, I, 273

— vigente nos Estados Unidos de se exigir de alguém declaração de princípios religiosos. V. 2, I, 135

— PROJETO

— anárquico. V. 4, II, 96

— apresentado para a Independência do Rio Grande do Sul. V. 4, II, 199

— assinado pelo Bispo do Rio de Janeiro na Câmara, quando deputado, e que levou à recusa de sua confirmação pelo Papa. V. 3, II, 207

— criando uma taxa para as despesas do culto e seus Ministros. V. 3, II, 207

— de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 243

— de banimento de D. Pedro I, aprovado pela Câmara. V. 3, I, VIII

— da Comissão de Constituição da Câmara, reconhecendo D. Januária como herdeira presuntiva da coroa do Brasil. V. 3, I, 241

— de cidadania aprovado pelo Senado. Remessa à Câmara. V. 2, I, 35
— de cidadania; emenda substitutiva do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas) ao art. 1º de seu. V. 2, I, 33
— de cidadania; leitura da emenda do senador José Inácio Borges. V. 2, I, 32
— de cidadania; votação em 2ª discussão. V. 2, I, 29
— de criação dos cursos jurídicos. V. 2, I, 231
— de Decreto, sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 179
— de Diogo Antônio Feijó, para a criação de cursos de estudos elementares. V. 2, I, 241
— discussão do; questão regimental. V. 2, I, 55
— de lei; autorizando o Banco do Brasil a emitir notas. V. 2, II, 41
— de lei contra os crimes por abuso da liberdade de Imprensa; apresentação na Câmara, em 1826. V. 2, I, 141
— de lei; da Câmara, sobre a livre estipulação de juros discussão no Senado. V. 2, II, 71
— de lei; de anistia para o Maranhão. V. 2, II, 384
— de lei de banimento de D. Pedro I; rejeição pelo Senado. V. 3, I, 246
— de lei; declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania). Discussão na Câmara. V. 2, I, 35
— de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania); rejeição pela Câmara. V. 2, I, 44
— de lei declaratória do art. 6º, § 4º da Constituição. V. 2, I, 47
— de lei de interpretação do Ato Adicional; discussão no Senado, em 1839. V. 4, II, 83
— de lei; de interpretação do Ato Adicional; segunda discussão no Senado. V. 4, II, 100
— de lei; de José Clemente Pereira, estabelecendo o Código Criminal. V. 2, II, 323
— de lei; de naturalização (1832). V. 2, I, 129
— de lei; de recrutamento e fixação das forças de terra e mar. V. 2, II, 181
— de lei, dispondo sobre a Maioridade de D. Pedro II, não admitindo à discussão na Câmara. V. 4, II, 195

— de lei; dispondo sobre contratos para a prestação de serviços. V. 2, II, 177

— de lei; do deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada declarando maior o Imperador D. Pedro II. V. 4, II, 281

— de lei; do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre o Código Criminal. V. 2, II, 327

— de lei; do deputado Evaristo da Veiga, dispondo sobre a obrigatoriedade de emprego e caixeiros brasileiros, nas lojas de comércio. V. 2, II, 125

— de lei; do deputado Lino Coutinho, dispondo sobre a nacionalização do comércio. V. 2, II, 124

— de lei do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada propondo o imediato reconhecimento da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 272

— e lei; do deputado Souto Maior, sobre a maioridade de D. Pedro II; rejeição pela Câmara. V. 4, II, 204

— de lei; do Senado sobre o matrimônio civil. V. 2, II, 307

— de lei; do senador Holanda Cavalcânti sobre a maioridade de D. Pedro II Rejeição. V. 4, II, 209

— de lei mandando cessar a emissão de notas e mandando extinguir o Banco do Brasil. V. 2, II, 35

— de lei para a criação do Supremo Tribunal de Justiça; tramitação. V. 3, II. 3

— de lei para o estabelecimento do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 3

— de lei; para promover a colonização por estrangeiros. V. 2, II, 171

— de lei; para regulamento das prisões. V. 2, II, 357

— de lei; proibindo o estabelecimento de morgados, capelas e outros vínculos. V. 2, II, 313 e 317

— de lei que marca as atribuições da Regência. V. 3, I, 79

— de lei; que proibe a admissão de ordens religiosas no Brasil. V. 2, I, 273

— de lei; que proibe a admissão e residência no Império de frades ou congregados estrangeiros exercendo funções religiosas. V. 2, I, 277

— de lei que proibe a entrada de estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 259

— de lei: sobre a liberdade de imprensa; discussão do art. 2º e respectivo § 1º V. 2, I, 174
— de lei; sobre a liberdade de imprensa; votação do art. 1º e epígrafe. V. 2, I, 174
— de lei; sobre a liberdade de imprensa; remessa ao Senado. V. 2, I, 161
— de lei; sobre a liberdade de imprensa; discussões (1ª e 2ª) no Senado. V. 2, I, 163 e 206
— de lei; sobre a liberdade de imprensa; 3ª discussão do art. 2º do projeto. V. 2, I, 156
— de lei; sobre a liberdade de imprensa; 3ª discussão na Câmara, 1827. V. 2, I, 155
— de lei; sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 81
— de lei; sobre a reforma constitucional; discussão no Senado. V. 4, I, 28
— de lei; sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado; apresentação. V. 3, II, 17
— de lei sobre as atribuições da Regência; aprovação, pela Câmara, da emenda do Senado. V. 3, I, 99
— de lei sobre as atribuições da Regência; aprovação pelo Senado. V. 3, I, 122
— de lei sobre as atribuições da Regência, discussão no Senado. V. 3, I, 107
— de lei sobre as atribuições da Regência; encerramento da discussão do art. 2º V. 3, I, 87
— de lei sobre as atribuições da Regência; redação do art. 2º, aprovada pela Câmara. V. 3, I, 87
— de lei sobre as atribuições da Regência; votação do art. 2º V. 3, I, 87
— de lei sobre as atribuições da Regência; tramitação na Câmara e no Senado. V. 3, I, 99
— de lei sobre as atribuições da Regência; votação dos arts. 11 a 13; V. 3, I, 99
— de lei sobre as atribuições do tutor; tramitação do mesmo, na Câmara e no Senado. V. 3, I, 28
— de lei sobre as festas nacionais. V. 2, I, 36
— de lei; sobre os abusos da liberdade de imprensa; artigos adicionais ao título 3º V. 2, I, 152

— de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35
— de lei sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 49 e 50
— de lei sobre naturalização dos estrangeiros apresentação à Câmara. V. 2, I, 93
— de lei; sobre naturalização; 3ª discussão. V. 2, I, 137
— de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara; discussão do art. 2º V. 2, I, 114
— de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. Emendas ao art. 2º V. 2, I, 114
— de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara; encerramento da discussão dos artigos adicionais. V. 2, I, 114
— de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara; votação das emendas adicionais. V. 2, I, 114
— de naturalização; aprovação final no Senado. V. 2, I, 92
— de naturalização; discussão. V. 2, I, 55
— de naturalização; emenda do senador José Inácio Borges. V. 2, I, 82
— de naturalização; emenda do Visconde de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha), ao art. 2º, durante a 3ª discussão. V. 2, I, 90
— de naturalização; encerramento da discussão. V. 2, I, 89
— de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 100
— de naturalização; rejeição da emenda aditiva do senador José Joaquim Carneiro de Campos (visconde de Caravelas). V. 2, I, 81
— de naturalização; rejeição do art. 1º no Senado. V. 2, I, 81
— de naturalização; rejeição do art. 3º V. 2, I, 89
— de naturalização; 3ª discussão. V. 2, I, 90
— de naturalização. Votação do art. 1º na Câmara. V. 2, I, 110
— de reforma constitucional, apresentado pela Comissão especial da Câmara. V. 4, I, 209
— de reforma da Constituição; segunda discussão. V. 4, I, 227
— de Regimento do Conselho de Estado. V. 3, II, 131

— de Regimento dos Juízes de Paz; discussão na Câmara. V. 3, II, 151

— de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros antes da Independência. V. 2, I, 127

— de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência e domiciliados no Brasil. V. 2, I, 119

— de Resolução permitindo a participação dos Ministros nos debates da Câmara; rejeição. V. 3, II, 128

— emenda do senador José Inácio Borges ao ... de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 30

— eminentemente conspirador. V. 4, II, 200

— estratégico; de Carneiro Leão sobre a Maioridade. V. 4, II, 231

— interpretativo do Ato Adicional; parecer da Comissão de Assembléias Provinciais, propondo a elaboração de um ... de lei. V. 4, II, 11

— limitando os impedimentos dirimentes do casamento. V. 3, II, 207

— menos amplos são considerados emendas dos mais amplos, na discussão simultânea. V. 2, I, 59

— mesmo incompleto pode ser digno de deliberação. V. 2, I, 39

— nº 37 sobre a reforma de oficiais e aposentadoria de funcionários, cuja conservação fosse prejudicial à causa pública; discussão do. V. 3, I, 45

— oriundo do Senado deve merecer na Câmara a mesma consideração que os oriundos dos Conselhos de Províncias. V. 2, I, 96

— para a criação de um presbitério em cada Bispado. V. 3, II, 207

— para promover a navegação. V. 2, I, 70

— prática de assinar... por outro que não seja o seu autor. V. 2, I, 243

— revolucionário. V. 4, II, 68

— sobre as atribuições e deveres da Regência. V. 3, I, 79

— sobre naturalização; encerramento da discussão no Senado. V. 2, I, 80

— sobre os crimes por abuso da liberdade de imprensa, de Joaquim Gonçalves Ledo; remessa à Comissão de leis complementares. V. 2, I, 143
— monstro; o de criação do Conselho de Estado. V. 4, II, 264
— monstro; o do banimento de D. Pedro I, segundo o deputado Montezuma. V. 3, I, VIII
— resolução; da comissão de Constituição, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara, em substituição à Indicação do deputado José Gonçalves Martins. V. 3, II, 122
— resolução; da comissão especial do Código de Processo Criminal, sobre o **Habeas Corpus**. V. 2, II, 363
— resolução; para que os atos do Executivo e Judiciário não possam ser anulados por uma só Câmara. V. 3, II, 13

— **PROLE**
— exigência de... para naturalização. V. 2, I, 76

— **PROLEJUS**
— obra de. V. 3, I, 30

— **PROLETÁRIOS**
— ao Brasil não interessa ser o enxurro de. V. 2, I, 67
— que tanto mal fazem ao país. V. 4, II, 246
— serão eles exclusivamente os rusguentos e restauradores? V. 3, I, 124

— **PROMOÇÃO**
— dos Juízes. V. 3, II, 5
— no Exército (lei regulamentar). Vide EXÉRCITO DO BRASIL

— **PROMOTORES DE REBELIÕES**
— não são descendentes dos Vieiras e Camarões. V. 3, II, 83

— **PRONÚNCIA**
— dos deputados provinciais; procedimento no caso de. V. 4, I, 210

— **PROPINAS**
— dos Tratados. V. 3, I, 288
— 8 contos em brilhantes. V. 3, I, 282

— pagamento em reciprocidade. V. 3, I, 289
— pelo tratado de Convenção preliminar com a república de Buenos Aires. V. 3, I, 282
— que devem ser pagas aos generais Guido e Balcarce. V. 3, I, 282

— PROPORÇÕES

— dificuldade de encontrar professoras para ensinar... às meninas. V. 2, I, 226

— PROPOSIÇÃO

— ofensiva ao Senado. V. 4, I, 200
— que avançou os autores da Constituição em matéria de de cidadania. V. 2, I, 39
— que fez ao governo os Ministros da Inglaterra, França e Alemanha, depois da Fala do Trono da França e Inglaterra. V. 3, I, 308

— PROPOSTA

— de Código de Processo Criminal, apresentado à Câmara pelo Governo. V. 2, II, 353
— de encarramento da reunião da Assembléia, convocada para apreciar a carta de designação de José Bonifácio como Tutor. V. 3, I, 22
— de Resolução, proibindo aos tribunais emendar as sentenças do Júri reformadas pela Justiça ordinária. V. 2, I, 215
— do deputado José Gonçalves Martins sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 120
— do Ministro da Fazenda para a suspensão, por cinco anos, do pagamento da amortização e juros da dívida externa em Londres. V. 2, II, 113
— feita nas Cortes portuguesas por Antônio Carlos para que o Brasil se unisse a Portugal através de uma Federação. V. 4. I, 116
— feita pelo Governo à Asesmbléia Constituinte para a criação de Comissões Militares. V. 3, II, 49
— intempestiva da Comissão de Constituição da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 122
— obrigatoriedade de seu registro em livro, na Assembléia Constituinte. V. 2, I, 53

— para a segunda discussão do projeto de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 41
— para se recorrer ao Imperador a fim de dirimir as dúvidas quanto à incompatibilidade da Constituição com a Proclamação de 8-1-1823. V. 2, I, 16
— rejeição, antes da 2ª discussão. V. 2, I, 52
— verbal do deputado Francisco de Paula Souza e Melo, ao projeto de naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 117

— **PROPRIEDADE**
— aquisição de propriedades; estímulo à imigração. V. 2, I, 67
— dos empregos ou de serventia vitalícia, destrói os fins para os quais os mesmos foram criados. V. 3, I, 50
— indenização da... por exigência do bem público (lei regulamentar). Vide INDENIZAÇÃO.
— lei sobre a... faz honra ao Senado. V. 2, I, 171
— não consiste somente em bens de raiz. V. 2, I, 72
— territorial, para naturalização. V. 2, I, 49

— **PROPRIETÁRIOS**
— capitalistas amigos da ordem; força com que conta o Ministro Feijó. V. 3, I, 123
— que são eleitos deputados e não vêm tomar posse. V. 4, I, 69

— **PRORROGAÇÃO.**
— poder que tem a Câmara de prorrogar-se. V. 4, I, 225

— **PROSCRIÇÃO**
— aquele que foi vítima da... é o seu primeiro inimigo. V. 3, I, 45
— o projeto de aposentadoria e reforma não é de proscrição, mas de perdão. V. 3, I, 51
— que representa, criar magistrados de comissão para a punião de delitos. V. 3, I, 50

— **PROSPERIDADE**
— a autoridade do monarca é o mais seguro fiador que há da... pública. V. 3, I, 68

— da nação, só se consegue mantendo a ordem. V. 3, II, 111
— do Brasil depende da disponibilidade de braços. V. 2, I, 78
— felicidade das Nações; o governo representativo é o único capaz de fazer a. V. 2, I, 141
— o sistema atual é a única forma de governo que pode fazer a... do Brasil. V. 2, I, 179

— PROTEÇÃO

— à indústria. V. 3, II, 153
— de que gozavam os estrangeiros entre nós. V. 2, I, 75
— o trono de D. Pedro II não carece de apoio e... estrangeira. V. 3, I, 161

— PROTEU

— inaplicabilidade da imputação de... que se fez à minoria. V. 3, I, 126

— PROVA

— a palavra não constitue prova nos crimes de imprensa porque se extinguem. V. 2, I, 166
— das circunstâncias do art. 6º da Constituição para a concessão de cidadania. V. 2, I, 47
— de que se trama a restauração. V. 3, I, 154
— documental exigida na Justificação Judicial dos naturalizandos. V. 2, I, 117
— de que deve dar os naturalizandos. V. 2, I, 67
— testemunhal; na Justificativa judicial dos naturalizandos. V. 2, I, 117
— testemunhal; que se remete ao júri, nos crimes de imprensa. V. 2, I, 116

— PROVIDÊNCIA

— para aumentar o número de professores, consiste em dar-lhes melhor remuneração. V. 2, I, 223

— PROVINCIALISMO

— capaz de conduzir os Deputados como cordeiros. V. 3, I, 197
— espírito de... que se desenvolveu no Rio Grande do Sul, depois do 7 de abril. V. 3, II, 247

— **PROVÍNCIAS**

— afetadas pelas comissões militares consagram a mais honrosa das coroas cívicas aos que as criaram. V. 3, II, 98

— apenas as... do Sul é que estão gozando dos benefícios da Constituição. V. 3, II, 146

— aspiração das... por reformas justas e não arbitrárias, depois do 7 de abril. V. 3, I, 49

— do Norte; não parecem pertencer à família brasileira. V. 3, II, 146

— em que a primeira eleição de Regente foi anulada. V. 3, I, 145

— é necessário fazer-lhes justiça, quanto à capacidade de escolha que têm demonstrado. V. 3, II, 159

— igualdade dos direitos das. V. 4, I, 263

— movimentos nas. V. 3, I, 33

— nem todas fizeram petições pela remoção do tutor. V. 3, I, 189

— onde o despotismo está em maior furor do que no Rio de Janeiro. V. 2, I, 233

— quatro... se recusaram a aceitar a Constituição de 1824. V. 4, I, 44

— que não podem participar da eleição do Regente. V. 3, I, 145

— que tiveram poucos deputados, será sempre escrava. V. 4, I, 243

— reformas são necessárias para evitar o desmembramento das. V. 4, I, 83

— repúblicas independentes. V. 4, I, 240

— são muito infantis, por isso é preciso que na Corte se expeçam seus negócios. V. 4, I, 42

— **PUBLICAÇÃO**

— da proclamação do Imperador, de 8-1-23 apenas na Capital do Império. V. 2, I, 16

— das causas não deve ser confundida com as causas em si. V. 2, I, 184

— das leis provinciais. V. 4, I, 213

— desta obra; idéias da. V. 2, I, VII

— dos debates do Parlamento no **Jornal do Comércio**. V. 4, I, III

— dos debates parlamentares; era proibida na Inglaterra e França. V. 2, I, 194
— dos debates parlamentares, pelos jornais. V. 2, I, 190
— feita nos periódicos estrangeiros da proclamação do Imperador de 8-1-1823. Vol. 2, I, 18
— sem censura prévia; dispositivo constitucional. V. 2, I, 165

— **PUBLICIDADE**

— das leis provinciais. V. 4, I, 213
— inexistência da... legal da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 16

— **PUNIÇÃO**

— a que estão sujeitos os que se opuseram à Independência. V. 2, I, 40
— de uns pelas Justiças do país, e de outros por comissões militares constitui enorme contradição. V. 3, I, 55
— dos que não concorreram para o sete de abril, poderá recair sobre os proprios deputados. V. 3, I, 58
— militar. V. 2, II, 215
— para os que abusarem da liberdade de imprensa, truncando ou glosando os discursos parlamentares. V. 2, I, 191
— que se deve dar aos que não seguiram a causa da Independência. V. 2, I, 19
— sem processo que se praticou em 1822 e 1823. V. 3, I, 53

# Q


— **QUALIDADES**

— de Bernardo Pereira de Vasconcelos como parlamentar. V. 3, I, V

— de Feijó. V. 3, I, VI

— de José Bonifácio, reconhecidas pela Assembléia. V. 3, I, 27

— exigidas para os diferentes direitos políticos previstos na Constituição. V. 2, I, 64

— exigidas pela Constituição para a concessão de cidadania brasileira. V. 2, I, 50

— exigidas pela Constituição para os diferentes cargos previstos na Constituição. V. 2, I, 64

— para obter carta de naturalização. V. 2, I, 49

— que devem ter os naturalizandos são estabelecidas na Constituição. V. 2, I, 123

— **QUALIFICAÇÃO**

— que se deve exigir dos imigrantes. V. 2, I, 134

— **QUADROS ARANHA, João Dias de. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **"QUANDO A NECESSIDADE BATE À PORTA, SALTA PELA JANELA A VIRTUDE"**

— V. 4, II, 185

— **QUEBRA**

— que pode sofrer a máquina constitucional, que ainda não está montada no Brasil. V 2, I, 150

— **QUEDA**

— da cotação de nossas apólices em Londres. V. 3, II, 83
— das apólices brasileiras em Londres. V. 3, II, 77

— **"QUEM AMA O FRADE, AMA O SEU CAPELÃO"**

— V. 3, II, 36

— **"QUEM DEUS VULT PERDERE PRIUS DEMENTAT"**

— V. 4, I, 49

— **QUEIROZ CARREIRA, José Gervásio de. Deputado**

— emenda ao projeto de lei de recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 185
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **QUEIXAS**

— dos povos da Cisplatina, contra a Administração da província. V., 4, I, 106

— **QUELUZ, Marquês de**

— Vide: COSTA, João Severiano Maciel da.

— **QUESTÃO**

— a se resolver quanto à designação do tutor feita por D. Pedro I. V. 3, I, 23
— delicada, a da abdicação. V. 3, I, 70
— de ordem levantada pelo deputado Francisco de Paula Souza e Melo, na discussão do Orçamento de 1828. V. 3, II, 39
— encerramento da discussão sobre a ... preliminar. V. 2, I, 58
— preliminar levantada pelo senador Visconde de Caravelas. (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 56
— regimentais V. 2, I, 55
— suscitadas na discussão do projeto sobre a liberdade de imprensa, no Senado V 2, I, 168
— ventiladas nas câmaras inglesas; divulgação. V. 2, I, 54

— **"QUID LEGES SINE MORIBUS"**

— V. 4, II, 158

— **QUIMERA**

— o Partido Restaurador não é uma. V. 3, I, 68

— **QUINTA DA BOA VISTA**

— exigências de Feijó para que de lá fossem retiradas duas peças de artilharia lá existentes. V. 3, I, 136

— **"QUINTUS"**

— referência ao Conselheiro Prussiano. V. 2, I, 186

— **"QUOD INITIO IRRITUM EST, TRACTU TEMPORIS CONVALESCERE NO POTEST"**

— V. 4, II, 125

— **"QUOERITIS ME, ET NON INVENIETIS, ET IN PECCATO VESTRO MORIEMNI"**

— V. 4, II, 236

— **"QUORUM"**

— necessário para haver sessão no Senado. V. 4, II, 148

— **QUOTIDIANA**

— gazeta francesa; referência a. V. 2, I, 189

OLUÇÃO OS. 294

# R


— **RABELO, José ... de Souza Pereira. Deputado**

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164.

— **RAFAEL DE CARVALHO, Estevão. Deputado**

— aparte ao deputado Álvares Machado na discussão de seu projeto. V. 4, II, 204

— apresentação de emenda à Indicação do deputado José Gonçalves Martins sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 120

— apresentação de projeto que determina que o Imperador D. Pedro II, faça uma viagem pelo exterior, durante 5 anos. V. 4, II, 202

— discussão da Indicação do deputado José Gonçalves Martins, para que os Ministros assistam às sessões e participem dos debates na Câmara. V. 3, II, 119

— discussão do projeto de lei de fixação das forças navais. V. 2, II, 247

— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. V. 2, II, 227, 228 e 229

— esclarecimento sobre a questão de ordem levantada acerca do projeto para a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 201

— Requerimento para que a Indicação do deputado José Gonçalves Martins, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara, vá à Comissão de Constituição. V. 3, II, 121

— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto contra a urgência da Indicação do deputado José Gonçalves Martins, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 119

— **RAMALHETES ESPIRITUAIS**

— é o que se poderá escrever, com uma lei de imprensa em que não haja graduação de pena. V. 2, I, 147

— **RAMIRO. Deputado**

— Vide: Assis Coelho, Francisco Ramiro de

— **RAMIRO GONÇALVES MARTINS. Deputado**

— discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 297

— leitura do parecer da Comissão especial, sobre o projeto de maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 288/9

— **RANCOR**

— que tem o deputado Ernesto Ferreira França ao Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 111

— **RAPTO**

— das Sabinas. V. 2, I, 67

— **RATIFICAÇÃO**

— da escolha da Regência Provisória não pode ser feita pela Assembléia Geral nem pelo Senado. V. 3, I, 101

— da nomeação da Regência Provisória pelo Senado; não houve. V. 3, I, 101

— pedido de ... de sua nomeação que, na Fala do Trono faz à Regência Provisória. V. 3, I, 102

— **RATOEIRA**

— não deixemos passar esta. V. 4, II, 137

— **RAZÃO**

— a ... a justiça e a verdade vencem infalivelmente, quando a liberdade é de fato geral e para todos. V. 2, I, 151

— que teve o autor, para subscrever o projeto de aposentadorias e demissões. V. 3, I, 75

— **REAÇÃO**

— que traz em si toda a ação. V. 3, I, 49

— **REALEZA**

— risco que, segundo Gameiro Pessoa, corria no Brasil a. V. 3, I, VIII

— **REATORES**

— contra o 7 de abril, e não restauradores, é o que há. V. 3, I, 153

— **REBELDES**

— argumentos para os. V. 4, II, 157

— da Cisplatina; aliança do governo brasileiro com. V. 3, II, 231

— não podem desacreditar a província de Pernambuco. V. 3, II, 77

— obstinação dos ... da Bahia. V. 3, II, 185

— que foram mortos, quando de mãos postas suplicavam a vida. V. 3, I, 137

— incendiários. V. 4, II, 64

— **REBELIÃO**

— a definição adotada no projeto sobre a liberdade de imprensa é incompatível com a jurisprudência. V. 2, I, 202

— caso em que é permitida a suspensão de garantias. V. 3, II, 50

— conceito, segundo os criminalistas. V. 3, II, 72

— condenadas por um deputado que tomou parte na revolução da Independência. V. 3, II, 83

— costumam a marchar surdas e por grupos e ganham tanto terreno quanto o que despeja a indolência dos que governam. V. 3, II, 98

— da Bahia. V. 3, II, 184

— da província do Rio Grande do Sul. V. 3, II, 184

— de Afogadas iniciada por 10 ou 12 homens. V. 3, II, 69

— do Corpo Legislativo contra a Constituição. V. 4, II, 171

— do Pará. V. 3, II, 245

— do Pará e Rio Grande. V. 4, II, 98

— e insurreição armada. V. 3, II, 69

— e sedição; a força dessas palavras não está determinada na nossa legislação. V. 3, II, 71

— em Pernambuco não estava provada quanto foram suspensas as garantias na Província. V. 3, II, 79

— Independência do Brasil, encarada em Portugal como. V. 2, I, 22

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a dispensa das formalidades que garantem a liberdade individual em casos de ... ou invasão de inimigos (art. 179, § 35). V. 2, I, 4

— não é ... qualquer ajuntamento criminoso. V. 3, II, 57

— não provando o governo que houve ... nem se pode suspender as formalidades que garantem a liberdade, nem usurpar as atribuições do Legislativo. V. 3, I, 184

— nenhuma começou por grande estampido. V. 3, II, 98

— nenhuma ... dos governos começou por grande estampido. V. 3, II, 98

— no Rio Grande do Sul. Vide FARROUPILHA

— proposta feita pelo governo para estabelecimento de processo especial nos crimes de ... sedição e conspiração. V. 2, II, 367

— requisito essencial do crime de. V. 3, II, 57

— revalidação do direito de cidadania nos casos de. V. 2, I, 20

— segundo a jurisprudência, só pode ser perpetrada contra o Estado, e nunca contra o Imperador. V. 2, I, 201

— de Afogados, em Pernambuco em 1829, parecer da Comissão de Constituição sobre as providências do Governo V. 3, II, 50

— do Pará; pretexto para a ocupação francesa no Oiapoque. V. 3, II, 199

— **REBOUÇAS, Antônio Pereira. Deputado**

— V. 2, I, III

— adiamento da discussão da emenda de sua autoria, ao projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 99

— aprovação da emenda de sua autoria ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 138

— contesta argumentos expedidos durante a discussão, na Câmara das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 205

— contesta os argumentos do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 204

— discurso sobre à importação de escravos africanos. V. 2, II, 164

— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 6
— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201 e 205
— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 108 e 121
— discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 92
— discussão do projeto de Código Criminal. V. 2, II, 333
— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. V. 2, II, 234, 243
— discussão do projeto do deputado Lino Coutinho sobre os impostos de exportação e importação. V. 2, II, 108
— discussão do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 91
— discussão do projeto que permite a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 126
— discussão do requerimento do deputado Antônio Ferreira França, sobre a declaração de extinção da pena de morte. V. 2, II, 344
— discussão do requerimento do deputado Paula e Souza sobre o projeto de Código Criminal. V. 2, II, 338
— discussão do requerimento para que as representações sobre reformas constitucionais sejam remetidas ao Senado. V. 4, I, 21
— discussão, em Assembléia Geral, sobre a arrematação dos direitos alfandegários. V. 3, I, 296
— discussão, na Assembléia Geral da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 131
— emenda ao artigo 3º do projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 88
— emenda ao parecer da comissão "ad hoc", sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 181
— emenda ao projeto de anistia. V. 2, II, 392
— leitura do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia. V 3, I. 39
— proposta para a leitura do Código Criminal e votação do mesmo. V. 2, II, 340
— referência a. V. 3, I, 97

— referência a. V. 2, I, 137
— referência à afirmação de que não houve revolução em 7 de abril por não ter Pedro I renunciado coacto. V. 3, I, 155
— referência à sua opinião de que não há restauradores, mas sim reatores contra a revolução de sete de abril. V. 3, I, 153
— requerimento de urgência para a discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos da Bahia. V. 3, I, 39
— requerimento de urgência para a discussão e votação da emenda do Senado ao projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 99
— requerimento de urgência para apreciar o parecer da Comissão sobre o tutor do Imperador Pedro II e suas irmãs. V. 3, I, 25
— requerimento recomendando ao governo que faça executar as leis que proibem aos estrangeiros a venda a retalho no país. V. 2, II, 164
— requerimento, solicitando o adiamento da discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **RECEIO**

— da restauração que há no povo do Brasil. V. 3, I 170
— do futuro que dão os atos do Executivo. V. 4, II, 197
— imigrantes que serão atraídos quando não houver no Brasil ... de perturbações. V. 2, I, 129
— que os Ministérios de D. Pedro I tinham dos brasileiros. V. 3, I, 51
— que manifestam os brasileiros que se encontram no exterior. V. 2, I, 28
— que tem os que votam em escrutínio a descoberto, de se indispor com os que tem maior número de votos. V. 3, I, 85
— que terão os membros dos Conselhos Provinciais de pagar com a sua pessoa e sua família a liberdade de votar contra Presidentes das Províncias. V. 3, II, 138

— **RECEITA**

— nacional, em 1826 é de 13 mil contos. V. 3, I, 229

— **RECIPROCIDADE**

— na discussão de propostas. V. 2, I, 54

— princípio que tem sido sempre contra nós. V. 3, I, 293

— que deve haver entre a Câmara e o Senado, na discussão dos projetos enviados por uma Casa à outra. V. 2, I, 95

— **RECLAMAÇÃO**

— contra o serviço dos Correios. V. 4, II, 111

— do monarca abdicante; possibilidade de. V. 3, I, 12

— **RECOLONIZAÇÃO**

— as algemas da. V. 3, I, 5

— **RECOMPENSA**

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as ... dos serviços civis e militares (art. 179, § 28). V. 2, I, 4

— que representa a reforma. V. 3, I, 56

— **RECONHECIMENTO**

— de D. Pedro I de que não podia ser o Imperador dos brasileiros. V. 3, I, 17

— do Príncipe Imperial. V. 3, I, 213

— do Príncipe Imperial; necessidade da presença e declaração dos Imperadores para o. V. 3, I, 215

— do Príncipe Imperial; primeira lei votada pela Assembléia-Geral. V. 3, I, IX

— estrangeiro de D. Pedro II. V. 3, I, 29

— implica decisão quanto à legitimidade, que no caso da ascenção de D. Pedro II é dispensável. V. 3, I, 31

— que a Constituição dá à abdicação tácita. V. 3, I, 29

— **"RECOPILADOR, O"**

— pasquin aparecido no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 248

— **"RECORDAÇÕES DA VIDA PARLAMENTAR"**

— V. 2, I, III

— **RECRIMINAÇÕES INJUSTAS**

— peso das. V. 3, I, 129

— **RECRUTAMENTO**

— agitação destinada a impedir a aprovação do. V. 3, I, 175

— condições de recrutamento da tropa forasteira que o Duque de Bragança tem a seu soldo. V. 3, I, 159

— de empregados pelo governo é feito apenas num pequeno círculo. V. 3, I, 167

— de marinheiros na Marinha inglesa; medidas aplicáveis ao Brasil. V. 2, I, 79

— ilegal mandado proceder pelo Ministro da Guerra. V. 3, II, 46

— para o exercício. V. 2, II, 223

— projeto de lei de ... e de fixação das forças de terra e mar. V. 2, II, 181

— **RECURSO**

— aos compiladores da Constituição para interpretação do art. 6º Desnecessidade da medida proposta. V. 2, I, 18

— a prelados estrangeiros é proibido por duas Portarias de 1823. V. 2, I, 274

— decreto suspendendo o recurso dos réus das Comissões Militares às graças do poder Moderador. V. 3, II, 45

— da revista; poder do Tribunal de Cassação. V. 3, II, 11

— do punhal. V. 4, II, 257

— fundado em dispositivo constitucional deve ser deferido. V. 2, I, 126

— indeferidos contra um enforcamento em São Paulo em 1821. V. 3, I, 135

— necessidade de ... das decisões dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166

— **RECUSA**

— à eleição pelos deputados provinciais que sejam funcionários do governo central. V. 4, I, 255

— de Antônio Carlos de missão a Londres. V. 3, I, 250

— de Martim Francisco a uma Pasta, quando ainda preso na Ilha das Cobras. V. 3, I, 250

— de Martim Francisco em aceitar a Pasta da Fazenda durante a Regência Permanente. V. 3, I, 250

— do governo francês em aceitar as reclamações brasileiras sobre o Oiapoque. V. 3, II, 196

— dos Ministros da Guerra e Justiça em dar informações à Câmara sobre a suspensão das garantias em Pernambuco, durante a sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 41
— em entregar as peças da artilharia da Quinta da Boa Vista. V. 3, I, 136
— primeiro caso de ... de diploma de Deputado. V. 3, I, 265

— **REDAÇÃO**

— aprovação da ... final do projeto de lei sobre naturalização. V. 2, I; 138
— aprovação, em ... final, do projeto sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 148
— aprovada pela Câmara do art. 2º do projeto de lei sobre a Regência. V. 3, I, 87
— do art. 3º do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 96
— dos projetos deve ser examinada na 3ª discussão dos projetos. V. 2, I, 96
— final da Resolução adotada pela Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127
— final da resolução removendo José Bonifácio do lugar de Tutor. V. 3, I, 200
— final do projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara e por esta emendado. V. 2, I, 117

— **REDUNDANCIA**

— das disposições da emenda do artigo adicional, proposto pelo deputado José Lino Coutinho e outros, ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 116
— do projeto sobre cidadania, face à Constituição. V. 2, I, 38

— **REELEIÇÃO**

— dos deputados anti-reformistas. V. 4, I, 221
— dos deputados provinciais. V. 4, I, 209
— dos Juízes de Paz deve ser anual. V. 3, II, 159
— dos Ministros; eleitores competentes para promovê-la, no fim da legislatura. V. 3, I, 146

— **REFERENDO**

— dos atos do Poder Moderador, quando exercido pela Regência é indispensável V. 3, I, 93

— dos atos do Poder Moderador, quando ficam pertencendo à Regência. V. 3, I, 92

— dos Ministros e o Poder Moderador, no projeto sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 85

— todos os atos do Poder Moderador recebem o ... dos Ministros. V. 3, I, 94

— **REFORMAS**

— a Constituição o permite e o progresso da civilização assim o exige. V. 4, I, 34

— aprovação, pela Câmara do requerimento de urgência para a discussão das emendas do Senado ao projeto sobre a ... Constitucional. V. 4, I, 91

— autorização para a ... Constitucional. V. 4, I, 3

— como nasceu o desejo da reforma da Constituição no Brasil. V. 4, I, 98

— competência exclusiva da Câmara para realizar a ... Constitucional; votação. V. 4, I, 226

— da Constituição no Poder Legislativo. V. 4, I, 60

— da Constituição perfeitas revoluções. V. 4, II, 42

— da Constituição será feita por meios violentos, se não a fizerem as Câmaras. V. 4, I, 45

— da Constituição; rito para a. V. 4, I, 5

— da Constituição, visando a torná-la mais européia e menos americana. V. 4, I, 99

— dada ordinariamente supõe impossibilidade de servir. V. 3, I, 56

— das sentenças do Júri nos casos de delito de imprensa; entendimento de alguns magistrados, admitindo a. V. 2, I, 214

— de artigos que não foram julgados reformáveis. V. 4, II, 49

— de oficiais do Exército e Marinha, cuja conservação fosse prejudicial à causa pública; projeto sobre a. V. 3, I, 45

— desejo da reforma não teve origem no amor à liberdade, mas no da aristocracia. V. 4, I, 105

— de sentença tem cabimento, nos delitos de imprensa, para julgamento apenas da validade do processo. V. 2, I, 215
— deve ser feita pela forma prescrita na Constituição. V. 3, I, 259
— discussão do projeto de lei sobre a ... Constitucional, no Senado. V. 4, I, 28
— discussão da ... Constitucional na Câmara das emendas do Senado. V. 4, I, 91
— do Ato Adicional sob pretexto de interpretá-lo. V. 4, II, 57
— dos abusos da administração anterior ao sete de abril. V. 3, I, 57
— é entre nós sinônimo de anarquia, de guerra civil. V. 4, I, 246
— encetada nas duas Casas da Assembléia Legislativa a ... Federativa. V. 3, I, 66
— Financeira deve iniciar-se pelo aumento dos funcionários. V. 3, I, 226
— lei de autorização para a ... Constitucional. V. 4, I, 165
— necessidade de lei interpretativa do artigo 177 da Constituição. V. 4, I, 282
— entusiasmo com que foi recebida depois de 1831. V. 4, II, 54
— federativa, encetada no Senado. V. 3, I, 66
— filha de ambas as Câmaras. V. 4, I, 217
— inimigo acérrimo de toda a ... que foi o deputado Montezuma. V. 3, I, 151
— justa; aspiração das províncias por ..., depois do sete de abril. V. 3, I, 49
— necessária à felicidade do Brasil. V. 3, I, 72
— organização do Senado na ... Constitucional. V. 4, I, 69
— por desafeto à causa publica é meio de ódio. V. 3, I, 56
— pregada pelo Ministério regressista. V. 4, II, 158
— projeto de ... Constitucional apresentado pela Comissao especial da Câmara. V. 4, I, 209
— que a Regência parece querer já e já. V. 3, I, 66
— que tem pedido os oficiais que perderam a opinião, depois do sete de abril. V. 3, I, 61

— Radicais são impossíveis e perigosíssimas em ocasião de pública efervescência. V. 4, I, 101
— representação da Vila de Jacareí na ... Constitucional; direito de petição. V. 4, I, 21
— representa recompensa. V. 3, I, 56
— resistência dos ingleses à. V. 3, II, 4
— segunda discussão, na Câmara, do projeto de ... Constitucional. V. 4, I, 19 e 227
— sentido da palavra. V. 4, I, 7
— significação jurídica da palavra ... de Sentença. V. 2, I, 215
— simulacro de. V. 4, I, 243
— só a ... da Constituição pode prevenir as agitações políticas. V. 4, I, 29
— Voto da ... é dos anarquistas. V. 4, I, 42

— **REFORMISTAS**

— idéias que os inimigos das luzes têm querido ligar à palavra. V. 4, I, 245-246
— reeleição dos deputados reformistas. V. 4, I, 218

— **REFUGIADOS POLÍTICOS**

— espanhóis no Marrocos. V. 2, I, 136

— **REGÊNCIA**

— aprovação, pelo Senado, do projeto de lei sobre as atribuições da. V. 3, I, 121
— artigo que se funda na permanência da. V. 3, I, 82
— aspirações que têm alguns de mudar a. V. 3, I. 72
— atribuição que se faz à ... de conservação da pátria grande. V. 3, I, VI
— atribuições da; discussão do projeto de lei no Senado. V. 3, I, 116
— a última eleição para a .... deveria se fazer em 1839, a fim de incidir com a maioridade do Imperador. V. 3, I, 145
— caberá ao parente mais chegado do Imperador. V. 3, I, 82
— composição da ..., segundo o projeto de lei que marca suas atribuições. V. 3, I, 79

— da princesa. D. Januária. V. 4, II, 231
— de D. Pedro I é inconstitucional, por ser ele estrangeiro. V. 3, I, 162
— demissão da ... pela oposição de alguns membros da Câmara e Senado. V. 4, I, 173
— deputados que entenderam que na ... devia ter entrado um dos irmãos Andrada. V. 3, I, 197
— descontentes que houve com a eleição da. V. 3, I, 75
— deve ser apenas uma, durante a menoridade do Imperador. V. 3, I, 82
— deve ser de um só membro. V. 4, I, 17
— discussão, no Senado, do projeto sobre as atribuições da. V. 3, I, 107
— doutrinas da ... são anomalias no sistema monárquico. V. 4, II, 253
— eleição da ... Trina Permanente. V. 3, I, 121
— eleição de um novo membro da. V. 3, I, 139
— emenda do Senado ao projeto de lei sobre as atribuições da. V. 3, I, 99
— é poder político V. 3, I, 82
— entrega do governo pela. V. 3, I, 81
— é um corpo coletivo, cujos indivíduos não podem ser perpétuos. V. 3, I, 109
— faltou à verdade, quando afirmou que a reforma foi feita pelo Corpo Legislativo, quando na realidade, o foi pela Câmara. V. 3, I, 66
— governo de ... é sempre fraco. V. 3, I, 108
— impedimento de seus membros. V. 3, I, 91
— inconveniente que seus membros sejam 3. V. 3, I, 90
— legislador não pode ser membro da. V. 3, I, 90
— lei da. V. 3, I, 79
— limitação dos poderes da. V. 3, I, 109
— limites de sua autoridade dever ser marcados pela Assembléia Geral. V. 3, I, 83
— mandato anual da. V. 4, I 260
— não é poder constitucional nem político. V. 3, I, 81
— não pode ficar apenas com as atribuições do Poder Executivo, pois o poder de nomear Ministros compete ao Poder Moderador. V. 3, I, 93

— não pode ser permanente. V. 3, I, 109
— não podendo negar sanção à lei autorizativa de reforma da Constituição, esta não pode ser feita. V. 4, I, 30
— não substitui o Imperador, pois suas atribuições são marcadas pelo Legislativo. V. 3, I, 84
— necessidade de nomeá-la, determinar o número de componentes e os poderes que deve exercer. V. 3, I, 12
— necessidade de se decidir quanto ao número dos que devem compor a regência provisória. V. 3, I, 12
— nenhum membro do Corpo Legislativo pode fazer parte da. V. 3, I, 89
— nomeação da. V. 3, I, 11
— nomeação da ... pela Assembléia Geral é um mau encargo . V. 4, I, 8
— nomeação da ... Permanente. V. 3, I, 115
— o caráter da administração da ... é o medo. V. 3, I, 166
— os erros da administração da ... não afetam os direitos do ex-Imperador. V. 3, I, 164
— os membros da ... não podiam se acercar da pessoa do Imperador, por receio de que ele fosse assassinado. V. 3, I, 193
— os Ministros são aptos para guardar e zelar pela pessoa do novo Imperador. V. 3, I, 24
— parece querer a reforma já é já. V. 3, I, 66
— parlamentar que votou no Marquês de Caravelas para a Regência, depois que já estava eleito. V. 3, I, 85
— parte III do V. 3, I.
— partidos que trabalham para derrubar a V. 3, I, 69
— pedido de demissão encaminhado apenas à Câmara, embora eleita pela Assembléia. V. 4, I, 199
— poderes da ... não devem ser discutidos antes da investidura. V. 3, I, 12
— projeto de lei que marca as atribuições da; 2ª discussão. V. 3, I, 84
— projeto de lei sobre as atribuições da ...; encerramento da discussão do art. 2º V. 3, I, 87
— provisional. V. 3, I, 17
— provisória; a escolha não podia atender às condições do art. 124 da Constituição. V. 3, I, 17

— provisória; dúvida se a nomeação dos membros deve ser feita junto ou separadamente. V. 3, I, 14
— provisória; eleição da. V. 3, I, 14
— provisória; necessária de maioria absoluta de votos para a sua eleição. V. 3, I, 14

— **Provisória**

— v. 3, I, 11
— a nomeação da ..., posto que feita sem fórmulas constitucionais, foi justíssima. v. 3, I, 102
— determinada pela Constituição, deveriam ser os Ministros, cuja deposição foi pedida pela Revolução do sete de abril. v. 3, I, 102
— eleição da. v. 3, I, V
— legalidade do ato de nomeação da. v. 3, I, 101
— O Senado não ratificou a nomeação da. v. 3, I, 101
— pedido que fez, na Fala do Trono de 1831, da ratificação de sua. v. 3, I, 102
— sua nomeação decorreu da mais forte de todas as Leis. v. 3, I, 101
— renúncia de Feijó à. v. 3, I, 141
— representante temporário dos poderes moderador e executivo. v. 3, I, 81
— resposta à Fala do Trono é dirigida à. v. 3, I, 71
— revolução que produziria no Brasil uma. v. 3, I, 81
— só na falta do parente mais chegado do Imperador, pode a escolha ser feita pela Assembléia Geral. v. 3, I, 82
— sua nomeação é uma sub-delegação de autoridade. v. 3, I, 88
— substituição dos membros da. V. 3, I, 79
— tem de caminhar com leis fracas, com meios incompletos. v. 4, I, 187
— temporária exige reforma da Constituição. v. 3, I, 83
— toda ... é impotente. v. 4, II, 231
— toda Regência é fraca; e a de 3 ainda mais fraca. v. 4, I, 33
— tramitação final, na Câmara e no Senado, do projeto sobre as atribuições da. v. 3, I, 99

— trina e una, no projeto sobre a reforma da Constituição. v. 4, I, 83
— Trina Permanente oposição a seu primeiro gabinete. v. 3, I, 123
— única; rejeição quase unânime no Senado. v. 4, I, 199
— utilidade de ser a ... temporária. v. 3, I, 82
— votação dos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da. v. 3, I, 99

— **REGENTE**

— v. 4, I, 215
— censura feita ao ... (Feijó). v. 3, II, 174
— contundido com os Ministros. v. 4, II, 263
— deve ser nomeado pelo povo. v. 4, I, 261
— direito que tinha de governar o Brasil por 4 anos. v. 4, II, 256
— direitos majestáticos do atual. v. 4, II, 246
— eleição do. v. 4, I, 260
— foram nomeados antes de se pronunciar por eles a Nação. v. 4, I, 17
— influência que sobre ele pode ter a maioria que o eleger da Assembléia Geral. v. 4, I, 260
— insuflado pelo espírito de partido. v. 4, I, 84
— juramento do sr. Pedro de Araújo Lima como. v. 3, I, 146
— não deve ser escolhido pela Assembléia Geral. v. 4, I, 260
— substitutos do. v. 4, I, 215

— **REGIMENTO**

— ausência de ... interno no Senado. v. 2, I, 56
— interno da Assembléia Constituinte. v. 2, I, 53
— interno da Câmara; alteração praticada na tramitação de projetos. v. 2, I, 36
— interno das Assembléias Legislativas Provinciais. v. 4, I, 210
— interno das Cortes portuguesas. v. 2, I, 57
— interno do Senado. Lei regulamentar. v. 2, I, 3
— interno do Senado não pode obrigar homens velhos a estarem sentados quatro horas seguidas. v. 4, II, 149

— dos Conselhos Gerais de Província. v. 3, II, 135
— dos Conselhos Gerais de Província; aprovação em redação final do projeto sobre o. v. 3, II, 148
— dos Conselhos Gerais de Província. Lei regulamentar da Constituição de 1824, art. 89. v. 2, I, 3
— dos Juízes de Paz,; discussão do projeto. v. 3, II, 151
— duas Indicações do deputado José Gonçalves Martins de emenda ao ... interno da Câmara. v. 3, II, 119
— questões sobre o ... interno. v. 2, I, 55

— **REGISTRO**
— das propostas, em livro, na Assembléia Constituinte. v. 2, I, 53
— inexistência de ... dos trabalhos do Conselho de Estado. v. 3, II, 131

— **REGO BARROS, Francisco do. Deputado**
— assinatura no parecer da comissão de Marinha sobre a proposta de fixação das forças navais. v. 2, II, 246
— discussão da proposta do governo sobre a Guarda Nacional. v. 2, II, 262
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226
— voto contra a destituição do Tutor. v. 3, I, 200
— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— **REGO BARROS, Sebastião do. Deputado**
— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. v. 2, II, 231 e 232
— discussao do requerimento do deputado Rodrigues Torres para elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 3
— emenda sobre a extinção da pena de morte nos crimes políticos. v. 2, II, 347
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. v. 4, I, 226
— voto a favor da lei de interpretação do Ato Adicional. v. 2, II, 82
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164

— **REGO MONTEIRO, Antônio da Costa. Deputado**
— protesto contra o adiamento da Assembléia Geral para dezembro de 1840. v. 4, II, 308

— **REGRA**
— constitucional para o gozo dos direitos políticos. v. 2, I, 62
— de direito aplicável aos brasileiros legitimamente impedidos de voltar. v. 2, I, 37
— de direito não beneficia aos brasileiros que não voltaram por inimigos declarados. v. 2, I, 37
— de hermenêutica. v. 4, II, 75
— de hermenêutica jurídica. v. 2, I, 27
— geral, para discussão dos projetos. v. 2, I, 56
— impossibilidade de se estabelecer regras para caracterização do caráter difamatório das gravuras. v. 2 I, 159
— para discussão simultânea de dois projetos. v. 2, I, 56
— que deve ser fixada enquanto não houver Regimento Interno no Senado. v. 2, I, 56
— que todo legislador deve ter diante dos olhos. v. 2, I, 226
— sobre as comissões militares; reconhecimento da necessidade de se estabelecer uma ... definitiva. v. 3, II, 99
— sobre cidadania estabelecida na Constituição. v. 2, I, 36

— **REGRESSO**
— exemplo de ... que não é infame. v. 3, II, 173
— oposição e o Ato Adicional. v. 3, II, 171
— palavra ominosa. v. 3, II, 173
— quando é prudente e necessário. v. 3, II, 173
— que nos aproxima da meta desejada é um verdadeiro progresso. v. 3, II, 181
— sentido da palavra. v. 3, II, 173 e 270

— **REGULAMENTO**
— das Cortes Portuguesas. v. 2, I, 57
— projeto de lei sobre ... das prisões. v. 2, II, 357

— **REGULARIDADE**
— alteração na regularidade da marcha das leis. v. 2, I, 55

— **RÉGULO**

— referência a. v. 3, II, 171

— **REI DA FRANÇA**

— dotação que possui. v. 3, I, 224

— **REINAU, Miguel José Deputado**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **REITEGRAÇÃO**

— do Ministério demitido em 5 de abril de 1831, pedido pelo povo reunido no campo da Aclamação. v. 3, I, 104

— na cidadania brasileira. Emenda de Rodrigues de Carvalho. v. 2, I, 12

— **REIS**

— mais ricos são os reis constitucionais. v. 3, I, 226

— **REIS, Baltazar Pinto dos**

— jornalista que foi parte no processo por delito de imprensa. cuja sentença do Júri foi reformada pela Justiça ordinária. v. 2, I, 217

— **REIS, D. José Antônio dos. Deputado**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2. II, 82

— **"REIS DE PAU DE LARANJEIRA"**

— v. 4, II, 247 e 261

— **REJEIÇÃO**

— da 5ª condição estabelecida no projeto de naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). v. 2, I, 81

— da 1ª condição estabelecida no projeto de naturalização, para obter a respectiva carta. v. 2, I, 81

— da emenda aditiva do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde e Marquês de Caravelas) ao projeto de naturalização. v. 2, I, 81.

— da emenda ao art. 17 do projeto sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 113

— da emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 91

— da emenda do deputado Paula e Souza ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. v. 3, II, 144

— da emenda do deputado Veiga Pessoa ao Projeto de Resolução da Comissão de Constituição sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. v. 3, II, 122

— da emenda do deputado Visconde de Goiana ao requerimento do deputado Rodrigues Torres para a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 9

— da emenda do Ministro Limpo de Abreu ao requerimento do deputado Rodrigues Torres para a elaboração de emenda interpretativa do Ato Adicional. v. 4, II, 9

— da emenda do senador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Visconde da Praia Grande) ao projeto de naturalização. v. 2, I, 81

— da emenda do senador José de Alencar ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional; polícia judiciária. v. 4, II, 139

— da emenda do senador Vergueiro ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 139

— da emenda estabelecendo a exigência do dote de seis a oito contos, no caso de casamento com mulher brasileira, para o efeito de naturalização. v. 2, I, 81

— da emenda que fixa a idade de 25 anos para o efeito de naturalização. v. 2, I, 81

— da proposta de adiamento da discussão do projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros, na Câmara. V. 2, I, 130

— das emendas à proposta de autorização para reforma da Constituição dos deputados Lobo de Souza e Henrique de Rezende. V. 4, I, 19

— das emendas ao art. 2º do projeto sobre naturalização. V. 2, I, 137

— das emendas aos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V 3, I, 99

— de emendas ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 162

— do adiamento da discussão do projeto de Resolução sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 123

— do art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— do art. 3º, tit. 3º do projeto de lei sobre liberdade de imprensa. V. 2, I, 153

— do art. 4º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 159

— do art. 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89

— do art. 2º do projeto de naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 85

— do art. 2º do projeto de naturalização no Senado. V. 2, I, 89

— do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. V. 2, II, 316

— do projeto de Resolução permitindo a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 128

— do requerimento de adiamento da discussão da proposta do deputado José da Costa Carvalho sobre a tramitação, na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 100

— do requerimento do deputado Antônio Pereira Rebouças, solicitando o adiamento da discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201

— do requerimento do deputado Gonçalves Martins para que a Comissão de Assembléias Provinciais se pronuncie sobre as dúvidas na interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 9

— do requerimento do deputado Holanda Cavalcânti de Albuquerque, para que a designação do tutor, feita por D. Pedro I, seja tratada em Assembléia Geral. V. 3, I, 25

— do requerimento do deputado Rodrigues Torres para a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional V 4, II, 9

— do requerimento do Marquês de Barbacena, sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 92

— do requerimento do senador Ferreira de Mello, para se adiar, até a próxima sessão, a discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 176

— do requerimento do Senador José de Alencar sobre a compatibilidade dos artigos dos projetos de lei de interpretação do Ato Adicional da Câmara e do Senado. V 4, II, 156

— do requerimento do senador Vergueiro para que a comissão de Assembléias Provinciais se manifeste sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 137

— do requerimento do senador Vergueiro, para que se peçam informações ao governo sobre dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 136

— do requerimento do senador Vergueiro, sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 92

— dos projetos pode ser feita em qualquer discussão. V. 2, I, 96

— não é aconselhável, desde que a matéria do projeto seja atendível. V. 2, I, 39

— pela Câmara do projeto de lei do Senado sobre cidadania. V. 2, I, 44

— pela Câmara, do projeto do deputado Rafael de Carvalho sobre a viagem de 5 anos de D. Pedro II ao exterior. V. 4, II, 204

— pela Câmara, do projeto do deputado Souto Maior, sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 203

— pelo Senado, do projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246

— pelo Senado, do projeto sobre a Maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209

— primeiro caso de... de diploma de Senador. V. 3, I, 269

— **REAÇÃO**

— íntima que têm o 7 de abril de 1831 e o 12 de novembro de 1823. V. 4, I, 37

— que as leis do país devem ter com o tempo, as circunstâncias e os costumes de seus habitantes. V. 2, I, 78

— **RELAÇÕES**

— com a Santa Sé. V. 2, I, 293

— comerciais com Portugal, como "nação mais favorecida". V. 2, I, 91

— devem decidir em última instância. V. 4, I, 15

— diplomática com os governos europeus. V. 3, I, 280

— do Brasil com a Santa-Sé; confirmação do Bispo do Rio de Janeiro. V. 3, II, 204

— externas V. 3, II, 189

— particulares entre os parlamentares em outros países. V. 2, I, 54

— que se estreitam com o casamento. V. 2, I, 61

— **RELATÓRIO**

— do Ministro da Fazenda de 1826; referência ao. V. 3, I, 224

— do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa estrangeira no Rio de Janeiro. V. 2, II, 213

— do Ministro da Justiça; acusação de ser a hipocrisia e a ferocidade personalizadas. V. 3, I, 135

— do Ministério da Justiça de 1835. V. 4, II, 36

— do Ministro da Justiça de 1836. V. 4, II, 38

— do Ministro da Justiça, (Feijó) difama a Magistratura. V. 4, I, 200

— do Ministro da Justiça; referência ao. V. 3, I, 71

— do Ministro dos Estrangeiros. V. 3, I, 31

— **RELIGIÃO**

— imigrantes não devem ser obrigados a declarar sua religião. V. 2, I, 132

— não sofre míngua com a censura feita a eclesiásticos. V. 4, I, 151

— católica recomenda a obidiência passiva da autoridade. V. 2, I, 248

— **REMESSA**

— à Câmara do projeto de cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35

— ao Senado, pela Câmara, do autógrafo do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 161

— que fazem os Ministros, ao corpo legislativo, dos requerimentos declaratórios de cidadania dos brasileiros que se encontravam no exterior ao tempo da proclamação do Imperador, de 8-1-1823. V. 2, I, 17

— **REMÍGIO, Deputado**

— Vide ALBUQUERQUE MELO, Francisco Remígio de

— **REMOÇÃO**

— de comandantes de corpos ou de companhias, não elimina muitos oficiais que se declararam contra a revolução. V. 3, I, 54

— de José Bonifácio, da Tutoria. V. 3, I, 181

— de José Bonifácio da Tutoria, provocada pela conspiração restauradora. V. 3. I. VII

— do Tutor, não é uma sentença da Câmara, mas o uso de uma prerrogativa que lhe compete. V. 3, I, 182

— dos empregos, previstos no projeto nº 37 da Câmara, ficará sujeita à aprovação da Assembléia. V. 3, I, 50

— dos empregados públicos é atribuição do governo, não necessitando de lei especial. V. 3, I, 51

— dos Juízes de Direito na Constituição de 1824 (art. 153). Vide, Juízes, remoção dos.

— dos maus empregados; necessidade de se armar o governo do meio para promover a. V. 3, I, 35

— pela Constituição, das penas impostas. V. 2, I, 40

— **REMOÇÃO AD LIBITUM**

— dos presidentes de províncias e comandantes das armas é permitida ao governo. V 3, I, 52

— **REMORSO**

— que têm os brasileiros no exterior que não atenderam ao prazo da proclamação do Imperador de 8-1-23. V. 2, I, 28

— que teria o orador se visse que uma palavra sua faria acabar a instituição da liberdade de imprensa. V. 2, I, 179

— **RENDA**

— discriminação de. V. 4, I, 241

— hipoteca de... para pagamento de empréstimos. V. 3, I, 300

— má arrecadação das. V. 3, I, 336
— nacionais, em 1826, somam 34 milhões. V. 3, I, 224
— que produzem no Brasil as ações de Bancos. V. 2, I, 103
— que proporciona no Brasil um Capital de seis contos de reis. V. 2, I, 103

— **RENDIMENTO**

— que no Brasil produzem as ações de Bancos. V. 2, I, 103

— **RENOVAÇÃO**

— da Câmara de dois em dois anos. V. 4, I, 67

— **RENÚNCIA**

— à cidadania dos brasileiros que não atenderam à proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 19
— à cidadania, por parte dos brasileiros que estando em Portugal não acorreram ao Brasil, depois da proclamação do Imperador. V. 2, I, 19
— à cidadania por parte dos brasileiros que não atenderam à proclamação de 8-1-23. V. 2, I, 11
— à cidadania portuguesa para que possa desfrutar da brasileira. V 2, I, 23
— à cidadania, raramente é praticada de boa-fé. V. 2, I, 103
— de Feijó à Regência. V. 3, I, 141
— de Feijó ao cargo de Regente; parecer da Comissão de Constituição da Câmara. V. 3, I, 143
— do Presidente da Província no Rio Grande do Sul durante a Farroupilha. V. 3, II, 230-31
— tácita à cidadania dos que se recusarem a defender a pátria. V. 2, I, 44
— tácita ou manifesta à cidadania. V. 2, I, 38

— **REPARTIÇÕES PÚBLICAS**

— admissão de escravos como trabalhadores ou oficiais nas repartições públicas. V. 2, II, 165

— **REPETIÇÃO**

— nas leis, de dispositivos contitucionais. V. 2, I, 164

— **REPRESENTAÇÃO**

— da Assembléia de Pernambuco. V. 4, II, 105

— da municipalidade da Parnaiba pedindo a Federação. V. 3, I, 125

— da Vila de Jacareí; direito de petição. V. 4, I, 21

— das Guardas Nacionais, durante o golpe de Estado de Julho de 1832. V. 4, I, 173

— do Conselho Geral da Província de São Paulo ao bispo diocesano. V. 3, I, 283

— do Imperador deve ser superior a de todos os outros cidadãos do Império. V. 3, I, 222

— dos Juízes de Paz do Rio de Janeiro, pedindo a declaração de anistia. V. 2, II, 387

— dos Juízes de paz do Rio, sobre o golpe de estado de 30 de julho de 1832. V. 4, I, 171-172

— enviadas pelo Ministro da Justiça à Câmara, em julho de 1831. V. 3, I, V-VI

— que Antônio Carlos levou para a Europa, em favor de Pedro I. V. 3, I, 193-194

— de Piratini foi um efeito da Revolução. V. 3, II, 251

— na ... assenta muito bem a simplicidade e frugalidade do Chefe da Nação. V. 3, I, 222

— os brasileiros não querem a. V. 3, II, 76

— os que servem à causa da. V. 3, I, 72

— pasquins concitando o povo à ... na rebelião de Afogados, em Pernambuco (1829). V. 3, II, 51

— incorporação da ... cisplatina ao Brasil. V. 3, II, 255

— **REPUBLICANISMO**

— acusação de ... feita à oposição. V. 3, II, 171

— de Antônio Carlos, confessado por ele. V. 3, II, 171

— de Antônio Carlos na mocidade, confessado por ele mesmo. V. 3, II, 175

— de Pastos Bons. V. 3, II, 58

— é próprio da juventude, da superabundância da força que não acha emprego no curso ordinário da vida. V. 3, II, 171

— exame da conveniência em adotá-lo. V. 3, II, 171

— genealogia do ... do Rio Grande do Sul. V. 3, II, 255

— injustiça da acusação de ... à oposição. V. 3, II, 175
— não é exclusivo da idade. V. 3, II, 176
— remoção do ... promovendo o absolutismo. V. 3, I, 265

— **REPUBLICANOS**

— anarquistas que, segundo os restauradores, ameaçam o trono de D. Pedro II. V. 3, I, 169
— conscienciosos não tomarão assento, no Parlamento, pela negativa em prestar juramento em favor da monarquia. V. 3, II, 172
— do Rio Grande do Sul. V. 4, II, 245
— empenho em mostrar os oposicionistas como. V. 3, II, 177
— honrados e virtuosos que há no seio da Câmara. V. 3, I, 249
— inexistência de ... no Brasil. V. 3, II, 76
— no Brasil não são para temer. V. 3, II, 76
— são chamados os oposicionistas. V. 4, II, 263

— **"REPÚBLICA"**

— V. 4, II, 41

— **REPRESENTAÇÃO**

— que há contra empregados públicos. V. 3, I, 59
— sobre a reforma constitucional; requerimento para que sejam enviadas ao Senado. V. 4, I, 21

— **REPRESENTAÇÃO NACIONAL**

— é que deve reconhecer méritos aos estrangeiros. V. 2, I, 88
— estrangeiros naturalizados não podem tomar parte na. V. 2, I 88

— **REPRESENTANTES**

— do povo devem refletir as opiniões do povo. V. 3, I, 36

— **REPRESSÃO**

— do governo inglês, contra as abusivas liberdades de comunicar pensamentos, durante a Revolução francesa. V. 2, I, 173
— que se deve fazer aos que atacam o sistema atual. V. 2, I, 179

— **REPROVAÇÃO**

— da Câmara aos atos da Bahia, equivale a condenar a anistia recomendada no parecer da Comissão de Justiça Criminal. V. 3, I, 40

— solene da Câmara aos acontecimentos do Rio de Janeiro, nos dias 14, 15 e 16 de julho de 1831. V. 3, I, 39

— **REPTO**

— de Bernardo Pereira de Vasconcelos a Manuel Odorico Mendes para que aponte o nome dos ministros que estão empregando emigrados inimigos da Independência. V. 2, I, 113

— **REPÚBLICA**

— as reformas são nocivas porque admiti-las é admitir uma. V. 4, I, 39

— cerebrina, sonhada pelo Presidente do Maranhão. V 3, II, 66

— conversão de monarquia, em. V. 4, I, 76

— desgostos que trouxe a Machado de Assis. V. 4, I, VIII

— é o complemento do 7 de abril. V. 3, I, 170

— exemplo tirado da ... da Guatemala para a substituição do Regente pelos Presidentes do Senado e da Câmara. V. 3, I, 92

— de Piratinim; foi o meio dos rebeldes se salvarem do abismo em que se achavam. V. 3, II, 254

— **REQUERIMENTO**

— apresentado à Câmara para se tratar do negócio relativo ao nascimento da última filha de Pedro I. V. 3, I, 157

— aprovação do requerimento de preferência do senador Francisco de Souza Paraiso, de preferência para o projeto de interpretação do Ato Adicional, vindo da Câmara. V. 4, II, 105

— aprovação do ... do deputado Teófilo Otoni, solicitando adiamento da discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade. V. 4, II, 294 e 300

— aprovação do ... do senador Vergueiro, solicitando esclarecimentos ao governo pela remessa à Câmara, e não ao Senado, da representação da Assembléia Provincial de Pernambuco, sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 111

— de estrangeiros para naturalização; proibição de consultar-se. V. 2, I, 68

— de mestres, que têm chegado às mãos do orador, que revelam que os mesmos não sabem ler e escrever. V. 2, I, 224

— de urgência do deputado Evaristo da Veiga, para encerramento da 2ª discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 20

— de urgência do senador Marquês de Inhambupe para discussão do parecer pela rejeição do diploma do Marquês de Lages. V. 3, I, 271

— de urgência para a discussão das emendas do Senado ao projeto sobre as reformas constitucionais. V. 4, I, 91

— de urgência para o projeto sobre naturalização. V. 2, I, 136

— do deputado Álvares Machado, para que o projeto de interpretação do Ato Adicional seja submetido a uma quarta discussão. V. 4, II, 55

— do deputado Antônio Pereira Rebouças, solicitando o adiamento da discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 201

— do deputado Carneiro da Cunha para a impressão do projeto de interpretação do Ato Adicional. Retirada. V. 4, II, 57

— do deputado Diogo Antônio Feijó, pedindo informações ao governo sobre o Núncio e os Eclesiásticos desembarcados na Corte. V. 2, I, 279

— do deputado Holanda Cavalcânti de Albuquerque, para que o parecer da Comissão da Câmara sobre a designação do tutor feita por D. Pedro I, seja discutido em Assembléia Geral. V. 3, I, 25

— do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, para a discussão dos projetos de reforma constitucional. V. 4, I, 5

— do deputado José Custódio Dias pedindo votação nominal das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 230

— do Deputado José Joaquim Rodrigues Torres solicitando designação de comissão especial para elaborar projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 3.

— do deputado José Lino Coutinho sobre a reforma das sentenças do Júri pela Justiça ordinária. V. 2, I, 217

— do deputado Luiz Augusto May, solicitando a remessa a uma Comissão do ofício do Ministro do Império sobre a insurreição de Afogados. V. 3, II, 68

— do deputado Luiz Cavalcanti solicitando o adiamento da discussão da designação do tutor para quando houver número na Assembléia Geral. V. 3, I, 24

— do deputado Manoel Inocêncio Galvão para a imediata decretação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 271

— do deputado Moura Magalhães, para nomeação de uma comissão especial destinada a examinar o Código de Comércio. V. 2, II, 319

— do deputado Muniz Barreto, para designação de comissão especial para o Código de Processo Criminal. V. 2, II, 355

— do deputado Paula e Souza, propondo a designação de comissão especial destinada a indicar as emendas necessárias ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 336

— do deputado Teófilo Otoni, solicitando adiamento da discussão do requerimento da comissão especial sobre a maioridade. V. 4, II, 294

— do Marquês de Barbacena, para que o projeto de interpretação do Ato Adicional vá às Comissões de Constituição e Assembléias Provinciais; rejeição. V. 4, II, 92

— do Marquês de Barbacena, para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, enviado pela Câmara, seja remetido às Comissões de Constituição e de Assembléias Provinciais. V. 4, II, 84

— do requerimento do senador Vergueiro sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. Rejeição. V. 4, II, 92

— do senador Antônio Pedro da Costa Ferreira, solicitando cópia da representação da Assembléia Legislativa de Pernambuco, sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 105

— do senador Carvalho, para adiamento da discussão do projeto de Habeas Corpus. V. 2, II, 365

— do senador Felisberto Caldeira Brant Pontes solicitando que a Comissão de Legislação elabore projeto sobre aposentadoria ou demissão de senadores. V. 3, I, 332

— do senador Ferreira de Melo, de adiamento, até a próxima sessão, da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. Rejeição. V. 4, II, 176

— do senador Ferreira de Melo, para que seja ouvida a Comissão, sobre o art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 189

— do senador Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque solicitando reunião da Assembléia Geral, para a nomeação da Regência Permanente. V. 3, I, 115

— do senador Francisco de Souza Paraíso, de preferência para o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, vindo da Câmara. V. 4, II, 103

— do senador José Bento Leite Ferreira de Melo, para que o projeto que concede loterias para o estabelecimento de uma fábrica de papel, volte à Comissão. V. 2, II, 154

— do senador José Bento Leite Ferreira de Melo, solicitando o adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional para a próxima sessão. V. 4, II, 159

— do senador José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, solicitando o adiamento da discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 333

— do senador José Martiniano de Alencar para que se discuta previamente sobre a semelhança dos arts. 1º e 2º da Câmara e do Senado, dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 151

— do Senador Marquês de Barbacena, propondo o adiamento da declaração de vacância do lugar do senador Visconde de Pedra Branca, até o fim da sessão legislativa. V. 3, I, 319

— do senador Marquês de Paranaguá, solicitando o adiamento da discussão sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria, até a decisão do Júri. V. 3, I, 204

— do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro para publicação do parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lajes. V. 3, I, 271

— do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para que o título 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 196

— do senador Paula e Souza, para que o Senado declare a legalidade das reformas constitucionais feitas pela Câmara, sem o concurso do Senado. V. 4, I, 285
— do senador Paula e Souza, solicitando que, vencida a questão do afastamento do Tutor, fosse convidada a Câmara para, em Assembléia Geral, se proceder à nomeação de novo Tutor. V. 3, I, 207
— do senador Vergueiro para a substituição da palavra Habeas Corpus por outra equivalente em português. V. 2, II, 362
— do senador Vergueiro para que a comissão de Assembléias Provinciais se manifeste sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. v. 4, II, 137
— do senador Vergueiro para que o projeto de interpretação do Ato Adicional seja remetido a uma Comissão especial. v. 4, II, 91
— do senador Vergueiro para que se peçam informações ao governo sobre as dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. v. 4, II, 126
— do senador Vergueiro, para retificação da resposta à Fala do Trono, no Senado, em 1839. v. 3, II, 194
— do senador Vergueiro, solicitando esclarecimentos ao governo pela remessa à Câmara, e não ao Senado, da representação da Assembléia Provincial de Pernambuco, sobre a lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 110
— feito de armas na mão. V. 3, I, 42
— para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional seja remetido a uma Comissão. V. 4, II, 140
— rejeição do ... do deputado Francisco Gonçalves Martins para que a comissão de Assembléias Provinciais se pronuncie sobre as dúvidas na interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 9
— rejeição do ... deputado Rodrigues Torres para a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 9
— rejeição do ... do senador Vergueiro para que a comissão de Assembléias Provinciais se manifeste sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 137
— rejeição do ... do senador Vergueiro para que se peçam informações ao governo sobre as dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 136

— **REQUISIÇÕES**

— dirigidas ao governo e à Câmara, pelos sediciosos, em julho de 1831. v. 3, II, 114

— **REQUISITOS**

— de naturalização no direito antigo. v. 2, I, 68

— para a naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 11

— para naturalização. V. 2, I, 69

— para naturalização constantes do projeto remetido pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 100

— para se obter carta de naturalização, segundo o projeto aprovado pelo Senado. V. 2, I, 81

— **RESENHA**

— do que se passou entre nós, depois da Independência. V. 3, I, 55

— **RESIDÊNCIA**

— obrigatória de 2/3 dos membros das Câmaras na Capital, durante os intervalos das sessões. V. 3, I, 108

— que se tira, ficando o Magistrado reputado um santo. V. 3, II, 23

— **RESIGNAÇÃO**

— com que, nos últimos dias da vida, se recebe uma reforma, demissão ou proscrição. V. 3, I, 46

— **RESISTÊNCIA**

— ao poder arbitrário; o sete de abril. V. 3,I, 48

— direito de; um dos quatros pilares do sistema constitucional. V. 2, I, 155

— espírito de... e insubordinação que se criou no Rio Grande do Sul, com a Farroupilha. V. 3, II, 229

— exemplo de ... legal que têm dado os ingleses à injustiça. V. 4, I, 81

— exemplos de ... às mudanças, no Brasil. V. 2, I, XII

— princípio de ... que se manifestou no sete de abril. V. 3, I, 70

— que devem opor os Ministros às invasões de atribuições do Poder Executivo. V. 3, II, 14

— que houve no Brasil, quando se presumiu que se pretendia voltar ao sistema absoluto. V. 4, I, 45
— que o Partido da Ordem é capaz de opor a qualquer embate. V. 3, I, 179
— que o senado oporá à Câmara, quando esta quiser impor restrições às liberdades públicas. V. 3, II, 176
— que se deve opor ao cumprimento de ordens ilegais. V. 3, I, 44
— no Brasil, ... conservadora às mudanças. V. 2, I, XII

— **RESOLUÇÃO**
— conceito de. V. 2, I, 123
— da Câmara, aprovando, com emendas, o projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias, enviado pelo Senado. V. 3, II, 144
— da Câmara sobre a genuina inteligência do art. 8º do projeto de lei mandado executar pelo Decreto de 22 de novembro de 1823, sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 211-212
— da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência; redação final. V. 2, I, 127
— da comissão de Constituição da Câmara, propondo a eleição de um novo Regente, face à renúncia de Feijó. V. 3, I, 144
— da comissão de Constituição, sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência, deve servir de regra. V. 2, I, 124
— de 23 de setembro de 1828 sobre acusação por escrito e defesa do réu em todos os processos. V. 3, II, 55
— diferença entre Decreto e. v. 2, I, 123
— heróica do povo do Rio de Janeiro. V. 3, I, 70
— geral proposta pela Comissão da Câmara sobre o caso dos estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 121
— oferecida pelo parecer das Comissões reunidas de Constituição, Diplomacia e Fazenda do Senado, sobre os direitos da Duquesa de Bragança. V. 3, I, 233
— para explicar a lei é desnecessária. V. 2, I, 216
— que deve tomar a Câmara, no caso dos naturalizados, antes da Independência. V. 2, I, 123

— sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência é dispensável. V. 2, I, 124

— **RESPEITO**

— ao repouso, pessoas e propriedades dos nossos adversários, depois do 7 de abril. V. 3, I, 18

— devido à proclamação do Imperador de 08-01-1823. V. 2, I, 14

— devido às convicções da oposição. V. 3, II, 177

— falta de respeito pelas decisões da Câmara, que revelou o Senado, ao aumentar em mais do dobro a dotação do Imperador. V. 3, I, 221

— **RESPONSABILIDADE**

— da administração do Correio (lei regulamentar). Vide Correio

— de Ministros por sentenças transitadas em julgado, mandada promover pela Câmara, sem audiência do Senado. V. 3, II, 14

— do editor, mesmo que alegue não ser o autor. V. 2, I, 202

— do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares) em 1829, pela criação de uma Comissão Militar em Pernambuco. V. 3, II, 54

— do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares) por negar informações à Câmara, em sessão extraordinária. V. 3, II, 56

— do Ministro da Guerra; o que se passou na votação da. V. 3, I, 87

— dos atos do Poder Moderador. V. 4, I, 60

— dos Conselheiros de Estado; impossibilidade de apurá-la pela inexistência de registro dos respectivos votos. V. 3, II, 131

— dos empregos díscolos promovida pelo Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II 113

— dos funcionários por seus crimes e culpas. V. 3, II, 18

— dos Juízes de Direito (lei regulamentar). Vide Juízes de Direito, responsabilidade dos.

— dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 149

— dos Ministros de Estado (lei regulamentar) Vide Ministros de Estado.
— dos Ministros e funcionários públicos deve ser regulada numa só lei. V. 3, II, 19
— dos Ministros é mais para iludir, do que para outra coisa. v. 4, II, 186
— dos Ministros, pela Constituição, não deve ser estabelecida em lei específica. V. 3, II, 19
— dos Ministros pelos atos do Soberano. V. 4, I, 89
— dos Ministros; um dos quatro pilares do sistema constitucional. V. 2, I, 155
— dos Oficiais de Justiça (lei regulamentar) Vide Oficiais de Justiça.
— dos primeiros funcionários da Nação. V. 3, I, 6
— dos que forem maliciosos, segundo a lei de imprensa de 1823. V. 2, I, 195
— inexistência de lei sobre a ... dos juízes. V. 2, I, 216
— geral e compreensiva dos Ministros e funcionários públicos. V. 3, II, 22
— que cada um deve ter não só pelos próprios pensamentos, mas também pelos alheios, fazendo-os seus. V. 2, I, 165
— inexistência de lei sobre a ... funcional. V. 3, II, 22

— **Dos Ministros**

— artigo constitucional sobre a ... foi tirado da Constituição Portuguesa de 1822. V. 3, II, 29
— envio ao Senado do projeto sobre a ... aprovado pela Câmara. V. 3, II, 30
— lei de. v. 3, II, 17
— o artigo constitucional sobre a ... é tirado da Constituição Francesa e não da Portuguesa. V. 3, II, 30
— tramitação na Câmara sobre o projeto de lei sobre a ... v. 3, II, 30

— **RESPONSÁVEIS**

— pessoas que devem ser ... pelos delitos de Imprensa. V. 2, I, 144

— **RESPOSTA**

— à falta do Trono de 1832; discussão da resposta da Câmara; V. 3, I, 123

— à Fala do Trono; discussão da resposta. V. 3, I, 65

— de José Bonifácio de Andrada e Silva, aceitando a tutoria de D. Pedro II; referência à. V. 3, I, 21

— discussão da ... à Fala do Trono, na Câmara em 1832. V. 3, I, 247

— discussão da ... à Fala do Trono, sobre a abdicação de Pedro II e o reconhecimento estrangeiro de Pedro II. V. 3, I, 29

— discussão, no Senado, da resposta à Fala do Trono de 1831. V. 3, I, 101

— proposta para a... da Câmara ao Ofício através do qual o Senado convidou a Casa para a reunião da Assembléia Geral destinada à escolha do tutor. V. 3, I, 27

— que dão os países, quando são notificados da ascenção ao trono de um príncipe. V. 3, I, 31

— que deu o Imperador à deputação que submete à sua sanção o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 219

— que deu o Imperador do Marrocos ao cônsul espanhol que reclamava a devolução de refugiados políticos. V. 2, I, 136

— **RESSENTIMENTO**

— vivíssimo da dissolução da Constituinte. V. 4, I, 41

— **RESTAURAÇÃO**

— através do programa de colonização do Brasil, confiado a uma companhia inglesa. V. 3, I, 160

— de D. Pedro I. V. 3, I, 151

— dificuldade em se consumar a ... no Brasil, onde o povo quer a liberdade. V. 3, I, 54

— doutrina da. V. 3, I, 161

— entre os dirigentes da ... estão os Diretores da Sociedade Conservadora. V. 3, I, 68

— e restauradores. V. 4, I, 96

— há de ser tentada. V. 3, I, 63

— hipótese da. V. 3, I, 54

— impossibilidade de se deixar de temê-la. V. 3, I, 36
— medidas que devem ser tomadas para impedi-la. V. 3, I, 54
— não deve ser temida, se a Câmara obrar com justiça. V. 3, I, 49
— não é conseqüência necessária do suposto mau governo. V. 3, I, 168
— não existem provas, mas presunções das tentativas de. V. 3, I, 194
— não tendo havido mudança de dinastia, não pode haver. v. 3, I, 72
— participações de nossos diplomatas na Europa sobre as tentativas de ... no Brasil. V. 3, I, 73
— perigo que há dos empregados públicos afastados pela opinião pública, tentarem a. V. 3, I, 34
— pouca importância da Câmara ao movimento de ... se prova pelo arquivamento e rejeição das mensagens do governo a respeito desse fato. V. 3, I, 195
— que se pretende, do despotismo do Duque de Bragança. V. 3, I, 69

— **RESTAURADORES**

— acabar com os ... é o objetivo da união entre exaltados e moderados. V. 3, I, 167
— apoio que receberam do tutor, José Bonifácio. V. 3, I, 181
— inexistência de facção de ... na Câmara. V. 3, I, 243
— linguagem dissimuladora que usavam. V. 3, I, VII
— linguagem que usam. V. 3, I, 157
— mudança de tática dos ... depois da chegada do paquete inglês. V. 3, I, 157
— não podem amar o trono de D. Pedro II. V. 3, I, 167
— negação da existência de. V. 3, I, 151

— **RESTRIÇÃO**

— ao art. 6º da Constituição é inadmissível. V. 2, I, 43
— inconstitucional estabelecida no projeto sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 36
— não pode haver ... à publicação dos debates parlamentares. V. 2, I, 193

— que devem pesar sobre os estrangeiros, como incentivo para que se naturalizem. V. 2, I, 78
— mental; que dizem haver quando se fala no Imperador. V. 3, I, 69

— **RESULTADOS**
— da luta da opinião pública contra o poder: fortalecimento da primeira e queda do segundo. V. 3, I, 47
— não justificam os meios. V. 3, I, 243

— **RETARDAMENTO**
— da saída de D. Pedro I, do porto do Rio de Janeiro. V 3, I, 22

— **RETRATAÇÃO**
— do Bispo do Rio de Janeiro, exigida pelo Papa para a sua confirmação. V. 3, II, 212

— **RETROATIVIDADE**
— da Constituição; impossibilidade. V. 2, I, 44
— impossibilidade da ... da lei. V. 2, I, 38

— **RETRÓGRADOS**
— pacto feito pelo governo com os. V. 3, I, 65

— **RÉU**
— assassinato de ... em Pernambuco para que não fosse defendido. V. 4, II, 115
— pena do ... deve ser correspondente ao delito. V. 2, I, 149
— nomeação de advogado ao ... ausente. V. 3, II, 9
— pronunciado pela Constituição, não precisa de providência para livrar-se solto, quando a pena de que é acusado, não exceder 6 meses ou desterro para fora da comarca. V. 3, II, 109

— **REUNIÃO**
— de empregados dos arsenais de marinha e de guerra. V. 3, I, 186
— do Ministério de 5 de abril, na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. V. 3, I 103

— **REVALIDAÇÃO**

— concedida pela Constituição dos direitos perdidos pela transgressão da proclamação do Imperador de 8-01-23. V. 2, I, 20

— do direito de cidadania concedida pela Constituição aos brasileiros que não atenderam à proclamação de 8-1-23. V. 2, I, 10

— do direito de cidadania pela Constituição é inexistente. V. 2, I, 31

— dos direitos para com os portugueses desafetos à causa do Brasil. V. 2, I, 20

— impossibilidade da ... do direito de cidadania, por lei ordinária. V. 2, I, 20

— **REVALIDAR**

— sentido da palavra. V. 2, I, 24

— **REVISTA**

— necessidade de revista das decisões dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166

— **REVOGAÇÃO**

— da lei anterior pela posterior. V. 2, I, 21

— da proclamação do Imperador de 8-01-1823 proposta de Rodrigues de Carvalho. V. 2, I, 12

— da proclamação do Imperador, pretendida pelo projeto de cidadania. V. 2, I, 44

— das leis provinciais; casos em que se dará. V. 4, I, 214

— das proclamações do Imperador pela Constituição. V. 2, I, 16

— de leis provinciais pela interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 23

— do banimento de D. Pedro I; possibilidade de. V. 3, I, 158

— do decreto do governo sobre naturalização. V. 2, I, 63

— tácita da legislação sobre garantias pela Constituição. V. 2, I, 16

— tácita da lei. Impossibilidade, face à lei brasileira. V. 2, I, 8

— tácita das leis pela Constituição. V. 2, I, 31

— **REVOLTA**

— as Nações nunca se revoltam, quaisquer que forem as instituições, uma vez que não se abuse do poder. V. 2, I, 151

— da Cisplatina, apressou a convocação do Poder Legislativo. V. 4, I, 38

— do Sete de Abril foi contra um homem que havia abjurado. V. 3, I, 58

— e não revolução, contra o chefe do Executivo que nunca cumpriu a Constituição que jurou. V. 3, I, 57

— **REVOLUÇÃO**

— ação moral da. V. 3, I, 257

— adesão do Brasil à ... em Portugal. V. 4, II, 54

— a história de uma ... por fatos isolados, guardada apenas a ordem cronológica, pouco satisfará. V. 3, II, 246

— a imprensa só concorre para a ... patenteando as causas que devem produzi-las. V. 2, I, 184

— as três ... em Pernambuco. V. 3, I, 130

— causas verdadeiras. V. 2, I, 184

— Constituições são o resultado de. V. 4, I, 63

— definição da palavra. V. 3, I, 56

— desejo de afastar de nós a hidra medonha e devastadora da. V. 3, I, 32

— de sete de abril declarou-se pelo pedido de deposição do Ministério. V. 3, I, 102

— de sete de abril, de sessenta e tantos oficiais do corpo de artilharia da Marinha, apenas 7 tomaram parte na. V. 3, I, 52

— de sete de abril originou-se no Paço. V. 3, I, 204-205

— de sete de abril podia ter mudado os agentes do governo que nos tinham oprimido. V. 3, I, 51

— de sete de abril,; vantagens que dela o Brasil espera. V. 3, I, 34

— do sete de abril foi legalizada pela convocação da Assembléia Geral extraordinária. V. 3, I, 23

— e golpe de estado é exceção. V. 4, II, 266
nado não deixará suas cadeiras. V. 4, II, 99

— Espanha; da Granja. V. 4, II, 243

— espírito da ... se afrouxou com a suspensão das garantias constitucionais. V. 3, I, 257
— excitadas de longe. V. 2, I, 29
— feita contra o chefe que não gozava da confiança da Nação. V. 3, I, 261
— foi feita pelas senhoras do Rio de Janeiro. V. 3, I, 43
— **Francesa**
— acelerada pelos que ridicularizavam a censura prévia. V. 2, I, 189
— os males da ... estão entre nós. V. 2, I, 174
— paroxismos da. V. 2, I, 173
— refutação da idéia de que a ... teria sido produzida por um folheto. V. 2, I, 184
— repercussões na Inglaterra com a "Sociedade Correspondente". V. 2, I, 173
— resultados funestos. V. 2, I, 189
— frustação da. V. 3, I, 257
— gloriosa do 7 de abril. V. 3, I, 17
— inevitável a que seria levado o país pelo depotismo de uma Regência permanente. V. 3, I, 84
— na Bahia. V. 3, I, 130
— na hipótese de ... deve-se proibir falar e escrever sobre o sistema de monarquia constitucional representativa. V. 2, I, 180
— não podem ser produto de miseráveis folhas de papel. V. 2, I, 184
— não são necessárias nos povos que têm instituições livres. V. 4, II, 118
— não são reguladas pelas leis dos países onde acontecem. V. 3, I,162
— nascem sempre dos abusos da administração, não da liberdade de escrever. V. 2, I, 151
— nova ... de que precisará o país, quando a Nação se persuadir de que o governo é traidor. V. 3, I, 34
— o Brasil não resiste à torrente da. V. 4, I, 163
— o Corpo Legislativo é que se pôs à frente da ... do 7 de abril. v. 3, I, 23

— O Rio de Janeiro é o foco de todas as ... que têm lavrado pelo Brasil. v. 4, II, 41
— parciais que hão de aparecer nas províncias. v. 4, I, 173
— participação dos líderes da ... de 1824, na insurreição de Afogados, em Pernambuco (1829). v. 3, II, 51
— partida para Pernambuco dos cabeças da. v. 3, II, 47
— pensamento dos que apoiam o governo é o de obstar uma ... violenta. v. 3, I, 66
— perigo que ela arrasta consigo. v. 3, I, 70
— precedida de convite e pasquins não se chega a efetuar. v. 3, II, 65
— principiadas por poucos homens não podem ser temíveis. v. 3, II, 74
— proclamação do Imperador de 8-1-23 feita em tempo de. v. 2, I, 16
— que podem tramar os estrangeiros, convidando D. Pedro I para nos hostilizar. v. 3, I, 63
— que rebentou no dia 17, composta de gente do Paço. v. 3, I, 136
— que se seria necessária para acabar com um governo de triúnviros. v. 3, I, 82
— que teve a França, antes, durante e depois de Bonaparte. v. 4, I, 7
— que uma Regência produziria no Brasil. v. 3, I, 81
— remédio quando o Senado marche contra o voto nacional. v. 4, I, 222
— são golpes de estado dos povos. v. 3, I, 162
— são mais fáceis no povo rude. v. 2, I, 68
— são o último remédio de que só se deve lançar mão na derradeira extremidade. v. 3, I, 70
— se convém ou não marchar no sentido da. v. 3, I, 55
— sua causa são os erros dos governos. v. 2, I, 151
— terrível que produzirá a lei de reforma, autorizando uma verdadeira convenção nacional com poder de reforma da Constituição. v. 4, I, 28
— um partido muito pequeno é que fomenta a. v. 3, II, 69

— **REVOLUCIONÁRIO**

— acusação que se faz ao governo e a seus partidários. v. 3, I, 65

— de julho de 32 mandàram por fogo nas províncias. v. 4, I 203

— iputação de ... que fazem os fautores do despotismo para aterrar os povos e suprimir a liberdade de imprensa. v. 2, I, 149

— injustiça que há em confundir o povo portugues com o conciliábulo dos. v. 2, I,91

— não é incompatível com o ... a profissão dos melhores sentimentos. v. 3, II, 83

— os que sutentam o governo não são. v. 3, I, 66

— **REZENDE, Estevão Ribeiro de. (Barão, Conde, Marquês e Visconde de Valença). Deputado. Senador.**

— anuncia, em nome da Comissão de Poderes que esta não pode dar seu parecer sobre o diploma do Conde de Lages enquanto as Comissões de Constituição e Poderes não se pronunciarem sobre o requerimento do Deputado José Joaquim Barbosa. v. 3, I, 269

— assinatura no autógrafo do projeto de lei proibindo o estabelecimento de Morgados, Capelas e outros vínculos. v. 2, II, 317

— assinatura no autógrafo do projeto de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. v. 2, I, 35

— assinatura no parecer pela rejeição do diploma de Conde de Lages. v. 3, I, 271

— comunica o recebimento do ofício da Câmara informando a demissão da Regência e a resposta que deu àquela Casa. v. 4, I, 193

— comunica ser uma das exigências da Câmara a remessa das reformas da Constituição, aprovadas há sete dias, e informa ter mandado apanhá-las em casa do Senador que as levou. v. 4, I, 197

— declaração de voto. v. 3, I, 327

— leitura da emenda supressiva do art. 3º do projeto de naturalização, apresentada pelo senador José Inácio Borges. v. 2, I, 89

— leitura do art. 3º do projeto de naturalização do Senado. v. 2, I, 89

— leitura da Indicação do senador João Augusto Rodrigues de Carvalho. v. 2, I, 51

— leitura da Indicação do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). v. 2, I, 51
— leitura do projeto de Visconde de Caravelas, declaratório do art. 6º da Constituição (cidadania). v. 2, I, 8
— leitura dos projetos de naturalização do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) e do Visconde de Barbacena, (Felisberto Caldeira Brant Pontes). v. 2, I, 59
— manifesta-se contrário à aprovação do projeto sobre cidadania, apresentado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos. v. 2, I, 23
— ofício comunicando à Câmara haver recebido a participação da renúncia da Regência, e informando que se reunirá às 17 horas. v. 4, I, 171
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. v. 3, I, 208

— **REZENDE, Venâncio Henrique de.**

— Vide Henriques de Rezende, Venâncio.

— **REZENDE COSTA, José de. Deputado**

— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda aos projetos sobre a cessão de emissão de notas e a extinção do Banco do Brasil. v. 2, II, 36
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. v. 3, II, 104

— **RIBAS, Lourenço Pinto de Sá. Deputado**

— declaração de voto contra a pena de morte. v. 2, II, 352
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). v. 3, II, 117

— **RIBEIRO, Lourenço José. Deputado**

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— **RIBEIRO DE ANDRADA, Martim Francisco. Deputado**

— alusão à defesa que fêz de seu irmão Antônio Carlos, a respeito de sua viagem à Europa. v. 3, I, 194
— apresentação de emenda ao projeto de lei sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 88

— aprovação de sua emenda ao art. 1º do projeto sobre naturalização. v. 2, I, 136
— assinatura, vencido, no parecer da comissão da Fazenda à petição da cia. de mineração de Gongo-Soco. v. 2, II, 151
— combate que fez à Feijó, quando este era Ministro da Justiça. v. 3, I, VI
— contesta o discurso do Evaristo da Veiga sobre o projeto nº 37 da Câmara, que dispõe sobre aposentadorias e reformas. v. 3, I, 55
— contradições em sua afirmação de que o comércio vai mal e a indústria fenece. v. 3, I, 170
— declaração de voto contra a pena de morte. v. 2, II, 352
— discurso de ... combatendo a pena de morte. v. 2, I, XIII
— discurso na discussão da resposta à Fala do Trono. v. 3, I, 247
— discurso sobre a insubordinação da tropa no Rio de Janeiro, e 1831. v. 2, II, 219
— discussão da emenda de sua autoria do projeto de lei que dispõe sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 90
— discussão da proposta de anistia para o Maranhão, em 1832. v. 2, II, 373
— discussão da proposta de fixação das forças de terra; engajamento de estrangeiros. v. 2, II, 270
— discussão da proposta do Ministro da Fazenda para a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, durante 5 anos. v. 2, II, 121
— discussão do art. 3º do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 89
— discussão do ofício de demissão da Regência Trina. v. 4, I, 170
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional; art. 2º v. 4, II, 48
— discussão do projeto de resolução que permite a participação dos Ministros nos debates da Câmara. v. 3, II, 124
— discussão do projeto de resposta à Fala do Trono, em 1832, na Câmara. v. 3, I, 123
— discussão do projeto sobre a maioridade de D. Pedro II, do deputado Carneiro Leão. v. 4, II, 251

— discussão do projeto sobre o estabelecimento e a reforma do Banco do Brasil. v. 2, II, 49
— discussão do requerimento do deputado Antônio Ferreira França sobre a declaração de extinção da pena de morte. v. 2, II, 346
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 146
— discussão, na Assembléia Geral, sobre as contribuições anuais diretas. v. 3, I, 302
— emenda ao parecer da comissão ad hoc, sobre a renúncia da Regência Trina. v. 4, I, 181
— emenda ao projeto de lei do governo sobre a Guarda Nacional. v. 2, II, 261
— indicação para que se reuna a Assembléia Geral a fim de decretar a maioridade de D. Pedro II. v. 4, II, 271
— manifestação contra a Indicação do deputado Limpo de Abreu acerca da maioridade de D. Pedro II. v. 4, II, 271
— manifestação favorável ao projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros. v. 2, I, 131
— processo de ..., como redator do **Tamoio.** v. 3, I, 165
— projeto de lei decretando maior desde já o Imperador D. Pedro II. v. 4, II, 272
— protesto contra o adiamento da Assembléia-Geral para dezembro de 1840. v. 4, II, 306
— referência à sua afirmação de que o Brasil está ensopado de sangue. v. 3, I, 169
— rejeição de sua emenda ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. v. 3, I, 91
— repele na Câmara exigências dos amotinados em julho de 1831. v. 3, I, VI
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. v. 4, I, 164
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— **RIBEIRO DUARTE, Marcelino Pinto. Deputado.**
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. v. 2, II, 82

— **RIBEIRO DE REZENDE, Estevão. (Conde de Valença) Senador.**
— Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

— **RICHELIEU, Duque de.**

— ameaça que fez de tomar posse da Guiana pela força. v. 3, II, 203

— **RIEGER**

— referência a. v. 3, II, 221

— **RIGOR**

— que deve cair sobre os Ministros que abusam da confiança do Monarca. v. 3, II, 43

— **RIO GRANDE DO SUL**

— continuação da guerra civil no. V. 3, II, 188

— desordem, imoralidade e corrupção que existe em toda a província. V. 3, II, 233

— dúvida quanto à sua participação na eleição do Regente. V. 3, I, 145

— falsa origem do republicanismo do. V. 3, II, 255

— genealogia do republicanismo do. V. 3, II, 255

— Guerra Civil; Vide Farroupilha

— hostilidade ao Presidente enviado para a província. V. 3, II, 241

— nenhuma outra província revelou tão profundos sentimentos republicanos. V. 3, I, VI

— nomeação de dois Presidentes. V. 3, II, 237

— obstinada oposição rebelde do. V. 4, I, VI

— projeto de reconhecimento da Independência do. V. 4, II, 199

— rebelião do. V. 4, II, 157

— resistência em integrar-se à Monarquia. V. 3, I, VI

— triunfa sobre todos os empenhos da legalidade. V. 4, II, 55

— **RIO DE JANEIRO**

— acontecimentos de 1831. V. 3, I, 39

— a mudança do regime não afeta a população do. V. 3, I, 176

— aplauso do Brasil à resolução heróica do povo do. V. 3, I, 70

— choque de paixões em que se acha o. V. 3, I, 40

— cidade mais iluminada, onde os déspotas não estão tão livres como nas províncias. V. 2, I, 233
— condições favoráveis que possui para a instalação de um curso jurídico. V. 2, I, 233
— de onde têm partido o foco de todos os movimentos revolucionários. V. 4, II, 40-41
— de que se compõe, na maior parte, sua população. V. 4, I, 232
— deve ficar sob a tutela da Assembléia Provincial e não da Assembléia Geral. V. 4, I, 231
— diferença do caso de Washington. V. 4, I, 231-232
— enquanto aqui houver ordem, confiança e crédito, pode-se dizer que a Monarquia e a integridade do Império estão salvas. V. 4, II, 162
— esperanças que o orador alimenta na terra onde nasceu, onde triunfará a causa da liberdade e da revolução. V. 3, I, 163
— estrangeiros que procuravam revolucionar o... no dia 17 de abril com artigos pela imprensa. V. 2, I, 132
— ficaria privado de voto na eleição do Regente pelas Assembléias Provinciais. V. 4, I, 85
— fragmento da Nação. V. 4, I, VII
— importância do. V. 4, II, 161
— laboratorio de todas as revoluções. V. 4, II, 41
— liderança do... expressa num pensamento do Marquês de Barbacena, no Senado. V. 4, I, VII
— melancólico quadro financeiro da praça do. V. 4, II, 162
— onde se defenderam os caminhos e descaminhos do Brasil. V. 4, I, VII
— o povo do... exprimiu, no 7 de abril, a opinião de todo o país. V. 3, I, 47
— proteção maior que existe no... contra o despotismo. V. 2, I, 233
— quadro melancólico e tristinho do. V. 3, I, 253
— resposta que deu, pelo seu povo, aos estímulos mais gerais da universalidade brasileira. V. 4, I, VII
— se a Revolução houvesse de sucumbir no... o Brasil não seguiria a sorte da capital. V. 3, I, 163
— situação financeira do país e a importância do. V. 4, II, 161

— sua população não deve ficar sujeita aos representantes de outras Províncias (Assembléia Geral). V. 4, I, 231
— tranquilidade do. V. 3, I, 177

— **RIO PARDO**
— vitória dos rebeldes farroupilhas em. V. 3, II, 245

— **RIO VERDE, Barão do.**
— Vide LEMOS, João Antônio de

— **RIO VERMELHO, Visconde do.**
— Vide MENEZES, Manuel Inácio da Cunha

— **RIQUEZA**
— mineral do Brasil. V. 2, I, 78
— o povoamento é condição para. V. 2, I, 60

— **RISCO**
— que correm nossas relações políticas e comerciais com outros povos, pela reforma da Constituição. V. 4, I, 29

— **"RISUM TENEATIS"**
— V. 3, I, 188

— **RIVALIDADE**
— feita de propósito. V. 3, I, 41
— que pode haver entre as duas Câmaras. V. 2, I, 54

— **ROBESPIERRE**
— referência às suas palavras, na Convenção francesa. V. 3, I, 124

— **ROBESPIERRISMO**
— do Ministro da Justiça. V. 3, II, 78
— do Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 57

— **ROCHA, Justiniano José da**
— V. 2, I, XII

— **ROCHA FRANCO, Antônio. Deputado**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **ROCHA GALVÃO, Inocêncio. Deputado**
— manifesta-se contra a indicação do deputado Limpo de Abreu, para a nomeação de uma comissão especial destinada a propor a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 271
— requerimento para imediata decretação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 271
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **RODRIGUES, Leda Boechat.**
— V. 2, I, VIII e IX
— plano da obra sugerido por. V. 2, I, XIV
— trabalho de orientação e revisão nesta obra. V. 2, I, XIV

— **RODRIGUES, José Honório**
— V. 2, I, IV
— o primeiro historiador a apontar a dívida da historiografia brasileira para com o Parlamento. V. 3, I, IV

— **RODRIGUES DE ANDRADE, Lourenço. Senador.**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— **RODRIGUES DE ARAÚJO**
— Vide Araújo, Manuel do Monte Rodrigues de

— **RODRIGUES BARBOSA, José. Deputado.**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **RODRIGUES DE CARVALHO, João Antônio. Senador.**
— aditamento à Indicação de José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 51
— apresentação da Tabela das leis regulamentares indicadas na Constituição. V. 2, I, 3
— assinatura no autógrafo do projeto de lei sobre cidadania aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35

— assinatura no Ofício enviado à Câmara projeto de lei sobre o Regimento dos Conselhos Gerais de Província. V. 3, II, 135

— assinatura no Ofício do Senado à Câmara, comunicando a rejeição das emendas por esta aprovadas ao projeto de Regimento dos Conselhos gerais das Províncias. V. 3, II, 145

— assinatura no parecer da Comissão de Legislação ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 341

— assinatura no projeto de Feijó, de criação de cursos de estudos elementares. V. 2, I, 241

— assinatura no projeto de Resolução sobre o **habeas-corpus.** V. 2, II, 363

— declaração de voto. V. 3, I, 327

— discussão da proposta sobre naturalização do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 77

— discussão do parecer da comissão especial sobre o ofício da Câmara comunicando a renúncia da Regência. V. 4, I, 194

— discussão do projeto de Resolução sobre o **habeas corpus.** V. 2, II, 364

— discussão do projeto que autoriza o governo a conceder prêmios a quem vulgarizar a prática da vacina.

— discussão do projeto sobre cidadania, de autoria do Marquês de Caravelas( José Joaquim Carneiro de Campos), sustentando a vigência da proclamação do Imperador. 2, I, 17

— discussão do requerimento do senador Ferreira de Melo, para que a Resolução que concede loterias para proteção de uma fábrica de papel volte à Comissão. V. 2, II, 155

— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, sobre o projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 88

— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, solicitando à Câmara cópia do ofício de renúncia da Regência. V. 4, I, 204-205

— emenda ao parecer da comissão especial sobre a renúncia da Regência, a fim de se convidar a Câmara para se reunir em Assembléia-Geral. V. 4, I, 195

— emenda ao projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania) de José Joaquim Carneiro de Campos. V. 2, I, 12

— manifesta-se contra o projeto do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) sobre a cidadania. V. 2, I, 22

— Ofício encaminhando ao Ministro da Justiça, a Resolução da Assembléia Legislativa mandando vigorar, até deliberação em contrário do Corpo Legislativo, o Decreto de 22 de novembro de 1823, que dispõe sobre os abusos da liberdade de imprensa. V. 2, I, 207

— Ofício participando à Câmara que o Senado aceitou a data sugerida para o solene reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 220

— Ofício que lhe foi enviado pela Câmara, remetendo os autógrafos das emendas aprovadas por aquela Casa ao projeto de lei sobre naturalização, oriundo do Senado. V. 2, I, 118

— Ofício remetendo à Câmara projeto sobre cidadania. V. 2, I, 35

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **RODRIGUES TORRES, Joaquim José. (Ministro da Marinha, Visconde de Itaboraí). Deputado.**

— combate a emenda do deputado Antônio Ferreira França, para que os papéis sobre a restauração sejam enviados ao Procurador da Coroa. V. 3, I, 246

— discussão da resposta à Fala do Trono, relações com a Santa Sé. V. 2, I, 295

— discussão das emendas ao art. 26 da reforma constitucional. V. 4, I, 275

— discussão de seu requerimento solicitando designação de comissão especial para elaborar lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 3 e 5

— discussão do projeto de fixação das forças navais. V. 2, II, 258

— discussão do projeto de reforma constitucional eleição do Regente. V. 4, I, 260

— discussão do projeto de resolução que permite a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 125
— manifesta-se a favor do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 189
— manifesta-se contra o adiamento da discussão do projeto sobre o banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 244
— requerimento de constituição de uma comissão especial para melhoria do meio circulante. V. 2, II, 139
— requerimento solicitando designação de comissão especial para elaborar lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 3
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **ROMA**

— decadência da vida em ... pelo emprego de escravos. V. 2, I, 60
— ingerência dos conhecidos ..., na insurreição de Afogados, em Pernambuco, (1829). V. 3, II, 51
— lançou mão da imigração durante a fase da ruína. V. 2, I, 106
— naturalização em. V. 2, I, 106

— **ROMANOS**

— estímulo ao casamento entre os. V. 2, I, 67
— julgamento entre os. V. 3, II, 10

— **ROUBO DO MONARCA**

— figurado pelo Tutor. V. 3, I, 186

— **ROUSSEAU, Jean-Jacques**

— obras de; referência às. V. 2, I, 182
— palavras de ... aproveitadas em **A Malaqueta**. V. 4, I, IX
— referência a. V. 2, I, 188

— **RUMORES**

— que se espalharam na cidade, antes de 3 de abril. V. 3, I, 136

— sobre a eleição da Regência, a que cumpre por termo. V. 3, I, 90

— **RUSGAS**

— bernardas prognosticas no Rio de Janeiro do Dia da Glória. V. 3, I, 41

— **RÚSSIA**

— absolutismo da. V. 3, I, 286

— artigos da ... de que necessitamos. V. 3, I, 288

— consumo da. V. 3, I, 288

— diplomatas brasileiros na. V. 3, I, 285

— nenhuma simpatia que tem para com o Brasil. V. 3, I, 285-286

— o muito que temos com a. V. 3, I, 288

— produtos de que a ... precisa, por não ter colônias. V. 3, I, 288

# S


— **S. OLIVEIRA. Deputado**

— Vide OLIVEIRA, Saturnino de Souza e.

— **SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e. Senador**

— discurso fundamentando sua emenda. V. 2, II, 87

— discussão do art. 2º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, II, 185

— discussão do projeto de lei que autoriza a emissão de notas pelo Banco do Brasil. V. 2, II, 41

— discussão do projeto que dispõe sobre a mineração e a propriedade das minas. V. 2, II, 88

— emenda outorgando a propriedade das minas à Nação. V. 2, II, 87

— pedido de demissão de. V. 3, I, 329

— referência a. V. 2, I, 187

— **SÁ DA BANDEIRA**

— discurso na Câmara dos Deputados em Portugal, sobre a restituição da Guiana à França. V. 2, II, 203

— **SÁ RIBAS, Lourenço Pinto de. Deputado**

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **SABEDORIA**

— é uma aquisição feita com estudo e trabalho. V. 4, I, 161

— legislativa não é como a moda, que a última chegada é sempre preferida pelos casquilhos. V. 4, I, 161

— **SABER**

— declarado ... como exigência para naturalização. V. 2, I, 50

— **SABINAS**

— rapto das. V. 2, I, 67

— **SABINO**

— chefe da rebelião na Bahia. V. 3, II, 245

— **SAÍDA**

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a faculdade de ... do império (art. 179, § 6º). V. 2, I, 4

— o direito de ... do Império era considerado uma graça. V. 2, I, 171

— pretextos para retardar a ... de D. Pedro do porto do Rio de Janeiro. V. 3, I, 22

— **SALÁRIO**

— de 4 mil cruzados, proposto para os professores do curso jurídico a ser criado no Brasil. V. 2, I, 234

— dos embaixadores brasileiro e americano em Londres. V. 3, I, 283

— **SALGADO, João Crisóstomo de Oliveira. Deputado**

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **"SALUS POPULI SUPREMA LEX"**

— V. 3, II, 98

— **SALVAÇÃO DO ESTADO**

— princípio da ... é das escolas inglesa, francesa e americana. V. 3, I, 199

— **SALVADOR DA PÁTRIA**

— V. 2, I, 20

— **SANÇÃO**

— dada pela Assembléia Constituinte de 1823 aos atos praticados antes de sua reunião. V. 2, I, 17

— dada pela Regência ao projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 191

— da Regência ao projeto de lei de autorização para a reforma da Constituição do Império. V. 4, I, 165

— das leis; direitos de suependê-la, que deve ser concedido à Regência. V. 3, I, 96

— das leis votadas pelas Assembléias Legislativas provinciais. V. 4, I, 212
— do Imperador à Resolução da Assembléia Geral sobre a genuína inteligência do art. 8º do projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa, mandado adotar pelo decreto de 22 de novembro de 1823. V. 2, I, 212
— do Imperador à Resolução da Assembléia Geral sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 127
— do projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 191
— do projeto de lei aprovado pela Assembléia Geral, dispondo sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 206
— fórmula que deve acompanhar os autógrafos dos projetos de lei submetidos pela Assembléia à sanção do Imperador. V. 3, I, 217
— não é necessária nas reformas constitucionais. V. 4, I, 217
— pela Regência do projeto sobre naturalização aprovado pela Assembléia Geral. V. 2, I, 138
— provisória das leis provinciais. V. 4, I, 213
— tácita no caso das razões da negativa não chegarem ao Legislativo no prazo de um mês. V. 3, I, 97

— **SANEAMENTO**

— do meio circulante. V. 2, II, 127

— **"SANS-COULOTISMO"**

— nivelador. V. 4, I, 39

— **SANTA ALIANÇA**

— aliança infernal. V. 3, I, 291
— Brasil, vanguarda da ... na América. V. 3, I, 284
— fujamos das potências baluartes da. V. 3, I, 291
— perda de seu poder executivo. V. 3, I, 284
— referência à inutilização dos planos da ... pela Inglaterra. V. 2, I, 125

— **SANTA BÁRBARA, João de. Deputado**

— assinatura no parecer da Comissão Eclesiástica sobre o celibato clerical. V. 2, I, 292

— leitura do parecer da Comissão Eclesiástica da Câmara, sobre o celibato clerical. V. 2, I, 283
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **SANTA CATARINA**
— adesão ao Sete de Abril. V. 3, I, 259
— massacrada e perseguida pelos falsos amigos da legalidade. V. 4, II, 55
— mortes em ... pela varíola. V. 2, I, 253
— movimentos ocorridos em. V. 3, I, 33

— **SANTA SÉ**
— morosidade nas relações com a. V. 3, II, 206
— questão com a Santa Sé, pela não confirmação do Bispo do Rio de Janeiro, estava pendente em 1835. V. 3, II, 212
— relações com a. V. 2, I, 293
— relações com a. V. 3, II, 187
— relações com a ..., motivos da questão que abalou as. V. 3, II, 207
— relações com a ..., não realização das promessas do Trono. V. 3, II, 206
— relações com a ..., ordem para a retirada de nosso Ministro junto à Cúria Romana. V. 3, II, 212
— relações do Brasil com a. V. 3, II, 204
— situação desairosa para o Brasil na questão com a Santa Sé. V.3, II, 208

— **SANTO AMARO, Marquês de**
— responsabilidade do. V. 3, II, 116
— Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

— **SANTO AMARO, Missão**
— V. 3, I, 307

— **SANTO ANTÃO**
— movimento de Afogados, em ... passou de insurreição. V. 3, II, 69

— **SANTOS**
— Vide MENDES DOS SANTOS, Gabriel

— **SANTOS AZEVEDO, Antônio Ferreira dos. Deputado.**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— **SANTOS PINTO, Francisco dos. Senador**
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto pela destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— **SÃO JOÃO DA PALMA, Marquês de**
— Vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis
— **SÃO JOÃO DEL REI**
— suspensão das garantias, por posturas das Câmaras de. V.3, I, 165
— **SÃO LEOPOLDO, Visconde de**
— Vide Fernandes Pinheiro, José Feliciano
— referência ao ... como Ministro. V. 3, II, 39
— **SÃO LOURENÇO, Visconde de**
— Vide GONÇALVES MARTINS, Francisco
— **SÃO PAULO**
— adesão ao Sete de Abril. V. 3, I, 259
— administração do Sr. Ernesto Ferreira França na província de. V. 3, II, 111
— sintomas de desordem. V. 4, II, 157
— **"SAPIENTES EST MUTARE CONCILIUM"**
— V. 3, I, 151
— **SAPUCAÍ, Marquês de**
— Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de
— **SARCASMOS**
— e risos que aparecem no Senado, com um homem a mais. V. 3, II, 199
— **SATÉLITES**
— de D. Pedro I. V. 4, I, 173
— do despotismo; alcunha inculcada pelas sociedades existentes no Brasil. V. 2, I, 174

— **SATURNINO, José ... da Costa Pereira. Senador**
— Vide COSTA PEREIRA, José Saturnino da
— **SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA. Deputado**
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio do cargo de tutor. V. 3, I, 182
— combate a emenda do deputado Antônio Ferreira França ao projeto de banimento de D. Pedro I. V. 3, I, 246
— discussão do pedido de adiamento da discussão sobre o decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 182
— discussão do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 259
— discussão do projeto de reforma constitucional garantia dos deputados provinciais. V. 4, I, 235
— discussão do requerimento do deputado Rodrigues Torres, solicitando a elaboração de projeto de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 4
— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— **SAUDAÇÃO**
— de Bernardo Pereira de Vasconcelos, como orador da deputação da Câmara, ao Imperador no dia 7 de setembro de 1828. V. 3, I, 5
— **SAÚDE PÚBLICA**
— V. 2, I, Parte V, 253-5
— **SCHILLER**
— V. 4, II, 252
— **SCHMIT**
— citação de. V. 2, I, 61
— **SCRIPTA MANENT**
— V. 2, I, 187
— **SEARA, Antônio Correia. Deputado**
— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **SEBASTIÃO DO RÊGO BARROS. Deputado**
— Vide REGO BARROS, Sebastião do
— **SECRETARIAS DE ESTADO**
— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a organização das. (Art. 131). V. 2, I, 3
— **SECRETÁRIO DA CÂMARA (1º)**
— leitura da memória apresentada por João Batista Midosi para aumentar a renda da Nação e extinguir a dívida nacional. V. 2, II, 3
— leitura do decreto de dissolução da Câmara dos Deputados. V. 4, II, 304
— leitura do decreto nomeado Bernardo Pereira de Vasconcelos Ministro da Justiça. V. 4, II, 304
— leitura do parecer da comissão especial às emendas ao projeto de Código Criminal. V. 2, II, 331
— ofício do Ministro da Justiça sobre a insubordinação da tropa. V. 2, 220
— **SECRETÁRIO DO SENADO**
— leitura do art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de Imprensa. V. 2, I, 174
— leitura do Art. 2º do projeto de naturalização do Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V.2, I, 82
— **SÉCULO XIX**
— século iluminado. V.3, II, 23
— **SEDIÇÃO**
— ajuntamento de homens armados para conspirar contra alguma autoridade constituída. V.3, II, 72
— a simples demissão ou espoliação de empregados não passa de. V.3, II, 57
— do campo da Honra, em 14 de julho. V.3, I, 130
— e conspiração promovida por alguns amotinadores, segundo a Portaria do Ministro da Justiça (Feijó), V. 3, II, 113
— em São Paulo, em virtude do recrutamento. V.3, II, 246
— e rebelião; não estão conceituadas em nossa legislação. V.3, II, 71

— proposta feita pelo governo para estabelecimento de processo especial nos crimes de rebelião ... e conspiração. V.2, II, 367
— rebelião; linha divisória entre. V.3, II, 79
— são mais fáceis no povo rude. V.2, I, 68
— se houve ... no Sete de Abril, cumpre que se punam os sediciosos. V.3, I, 162

— **SEDICIOSOS**

— não eram amotinados e ... os que estiveram no campo da honra no 7 de abril. V.3, I, 70
— pretextos para novas sublevações. V.4, II, 157

— **SEGUNDA DISCUSSÃO**

— exemplos em outros países. V. 2, I, 57
— do projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania), na Câmara. V.2, I, 41
— impressão da matéria depois da. V.2, I, 55
— leis regulamentares entram na. V.2, I, 56
— proposta para passagem do projeto de cidadania à. V.2, I, 41
— uso da palavra por três vezes. V.2, I, 57
— votação sobre a transformação das Câmaras em Comissão Geral, durante a. V.2, I, 58

— **SEGURANÇA**

— a lei de imprensa visa a garantir a liberdade de expressão e atender à ... do Estado. V.2, I, 182
— das pessoas e da propriedade que os estrangeiros devem achar entre nós. V.2, I, 67
— dos bens e das pessoas; interesse que têm aqui os estrangeiros. V.2, I, 78
— do Estado e perigo iminente da Pátria; diferença entre. V.3, II, 79
— exemplos perigosos para a ... do Estado que se verificaram na Paraíba, em Alagoas, Sergipe e Santa Catarina. V.3, I, 33
— inexistência de ... individual no Brasil. V.2, I, 131
— que algumas leis reformistas deram às forças conservadoras para manter o sistema monárquico e enfrentar as revoltas. V.4, I, VI

— **SEILBITZ, D. Nuno Eugênio Lássio e. Senador**

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V.3, I, 329

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— **SEITAS**

— tolerância das ... que os estrangeiros devem achar entre nós. V.2, I, 67

— **SEIXAS, D. Romualdo Antônio de. (Marquês de Santa Cruz). Arcebispo da Bahia e Deputado**

— contesta os argumentos do deputado Odorico Mendes, na discussão do projeto sobre a dotação do Imperador. V.3, I, 223

— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V.2, I, 294

— discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V.3, I, 221

— discussão do parecer sobre a acusação ao Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), pela criação de comissão militar em Pernambuco. V.3, II, 99

— discussão do projeto que proíbe a admissão de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 267

— discussão do projeto que proíbe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V.2, I, 270

— discussão do requerimento do Deputado Holanda Cavalcânti sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 223

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor. V.3, I, 200

— voto obtido para o cargo de Tutor, em substituição a José Bonifácio. V.3, I, 209

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— **SELEÇÃO**

— que faz o projeto de cidadania entre brasileiros que acorreram e que não acorreram ao Brasil depois da Independência. V.2, I, 39

— **SELVAGENS**

— brasileiros adquirem a cidadania, quando se civilizam. V.2, I, 32

— brasileiros cidadania. V. 2, I, 31

— **SEMELHANÇA**

— das circunstâncias de Portugal em 1834 e do Brasil em 1840. V.4, II 251

— do caso de Guilherme Platt, cidadão inglês naturalizado brasileiro antes da Independência, com outro que foi decidido antes pela Câmara. V.2, I, 124

— do projeto de cidadania com a Constituição. V.2, I, 38

— **SENADO**

— a Constituição não lhe outorga a faculdade de conceder demissão a seus membros. V.3, I, 329

— adesão às reformas. V.4, I, 278

— ao Senado não compete zelar e vingar a fraqueza dos Ministros. V.3, II, 14

— aristocracia que o compõe. V.4, I, 73

— a ser vitalício. melhor fora sê-lo hereditário. V.4, I, 18

— atribuições exclusivas do. V.4, I, 61

— baldões emitidos contra o. V.4, I, 203

— barreira à inconsideração da mocidade. V.4, I, 62

— carta dirigida ao ... pelo Duque de Bragança sobre seus direitos. V.3, I, 233

— comissão Diretora do ... acolhimento que deu à sugestão para a publicação desta obra. V.2, I, IV

— competência que tem para emendar a lei de orçamento. V.3, I, 335

— composição do ... nos Estados Unidos. V.4, I, 137

— composto de um número fixo de membros é imperfeito. V.4, I, 151

— confiança que o orador (Limpo de Abreu) tem no ... brasileiro. V.3, II, 176

— convivência com os conspiradores. V.4, I, 204

— corpo conservador que é o. V.4, II, 87

— corpo respeitável composto de anciãos probos e amantes do sossego público. V.4, I, 201

— da forma como está organizado, pouco préstimo terá para o futuro. V.3, II, 181
— dever do ... a publicação dos volumes dos Anais em falta. V.2, I, XI
— dignidade que perde com os abusos da Câmara. V.3, II, 14
— discussão (1º e 2º) do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 163 a 206
— discussão, em Assembléia-Geral, da vitaliciedade do. V.4, I, 131
— discussão na Câmara do projeto sobre naturalização aprovado pelo. V.2, I, 95
— dois gravíssimos defeitos da organização do. V.4, I, 32
— envia à Câmara projeto sobre cidadania. V.2, I, 35
— é o fiscal das formalidades. V.3, I, 323
— está muito reformista. V.4, I, 220
— está perro. V.4, I, 22
— estilo apurado do ..., segundo Machado de Assis. V.4, I, VIII
— é uma garantia da Nação. V.4, I, 73
— há de acabar em oligarquia veneziana ou de ser de novo fundido no molde eletivo. V.3, II, 181
— homens criminosos que há no. V.4, I, 180
— idéia da extinção do Senado, radiou na primeira constituição francesa. V.4, I, 73
— inconveniência da inexistência de suplentes. V.4, I, 32
— independência que perdeu, depois da interpretação do art. 61 da Constituição. V.4, I, 30
— indulgência do. V.3, I, 324
— julgou melhor ir com a Cúria Romana do que sustentar a dignidade de seu governo. V.3, II, 207
— limites que o ... há de impor à Câmara, quando esta quiser ofender as atribuições do Executivo. V.3, II, 176
— não deve suicidar-se votando por sua extinção ou diminuição. V.4, I, 69
— não está resolvido a ser governado. V.4, II, 130
— não é transitório como o Governo. V.3, II, 193
— não participação do ... na reforma constitucional. V.4, I, 278

— não pode indicar artigos reformáveis da Constituição, além dos que foram relacionados pelo projeto aprovado pela Câmara. V.4, I, 51
— não pode julgar os atos da outra Câmara. V.4, I, 280
— não possui maioria ou minoria marcada. V.4, II, 155
— não vitalício perde a independência, pelo desejo da reeleição. V.4, I, 74
— Ofício da Câmara ao ... devolvendo o projeto de lei sobre cidadania, rejeitado em 22-8-26. V.2, I, 45
— onde, segundo Machado de Assis, não havia barulho. V.4, I, VIII
— organização do ... na reforma constitucional. V.4, I, 69
— palco que foi do golpe de Estado pelo qual D. Pedro II assumiu o poder. V.4, I, VII
— participação à Câmara das matérias em discussão no. V.2, I, 55
— pode cair em decrepitude. V.4, I, 162
— poder de emenda. V.3, I, 335
— poder exorbitante que teria se votasse as reformas constitucionais, autorizadas pela legislatura anterior. V.4, I, 216
— poderes que recebeu para participar das reformas constitucionais. V.4, I, 217
— pouca afeição que tem o orador (Antônio Carlos), ao Senado. V.3, II, 181
— prática que adota de excluir das Comissões os Ministros de Estado. V.3, II, 35
— princípios liberais. V.2, I, 69
— projeto apresentado ao Senado sobre naturalização de estrangeiros. V.2, I, 49 e 50
— quorum necessário para haver sessão no. V.4, II, 148
— referência ao ... Romano. V.3, I, 87
— reformas necessárias na organização do. V.4, I, 69
— regimento interno do. Vide REGIMENTO INTERNO
— rejeição pela Câmara dos projetos de lei sobre cidadania aprovado pelo. V.2, I, 44
— renovação do ... pelo terço. V.4, I, 163
— resistência às reformas. V.4, I, 24

— santidade eterna do. V.4, I, 144
— segundo alguns publicistas representa a propriedade. V.4, I, 62
— se o ... houvesse de cair pelo ímpeto dos tempos, deveriam ser outras mãos que lhe preparassem a queda. V.4, I, 69
— só pode julgar os Ministros contra os quais a Câmara decreta a acusação. V.3, II, 103
— sujeito à vontade do Monarca seria a pior de todas as instituições. V.4, I, 162
— toma parte em todos os atos legislativos, sem excessão, não podendo ser excluído das reformas. V.4, I, 223
— tramitação no ... do projeto sobre naturalização enviado pela Câmara. V.2, I, 138
— um de seus maiores deveres é parar a torrente de paixões. V.4, II, 134
— vezes que tem aberrado, admitindo senadores nulos. V.4, I, 222
— vitalício resiste a todo melhoramento. V.4, I, 160

— **SENADOR**

— a Constituição não lhe outorga o arbítrio de demitir-se de seu cargo. V.3, I, 329
— acumulação de empregos de ... e Senador. V.3, I, 273
— eleição e nomeação de Feijó como. V.3, I, 321
— exclusão dos naturalizados. V.2, I, 82
— licença para comissionamento de. V.3, I, 307
— não pode ser juíz por ser irresponsável. V.4, I, 152
— nulo que o Senado tem admitido. V.4, I, 222
— pedido de demissão de ... (Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira Câmara). V.3, I, 329
— pela Constituição os estrangeiros podem ser. V.2, I, 62
— possue poder para trabalhar vitaliciamente, tanto nas leis ordinárias, quanto nas reformas constitucionais. V.4, I, 221
— primeiro caso de rejeição de diploma de. V.3, I, 269
— romano. V.4, II, 132
— são irresponsáveis perante a Constituição. V.4, I, 75
— vacância do cargo de. V.3, I, 313

— **SENHORAS**

— do Rio de Janeiro são as terroristas. V.3, I, 43

— **SENSATEZ**

— do povo, que deseja a ordem e o sossego público. V.3, I, 49

— **SENSIBILIDADE POLÍTICA**

— de Bernardo Pereira de Vasconcelos. V.3, I, V

— **SENTENÇA**

— a que equivale a manifestação da Câmara, condenando os atos da Bahia, em 1831. V.3, I, 40

— bem dada; não tem o promotor direito de embargá-la. V.3, I, 133

— da Comissão Militar de Pernambuco; execução sumária e imediata. V.3, II, 49

— dada por juiz incompetente é nula. V.2, I, 199

— dada por um juiz de Fora a pedido de um Ministro; pena em que incorrem ambos. V.3, II, 33

— dada pelo Juiz de Paz; necessidade de recurso das. V.3, II, 166

— de Catão no Senado Romano. V.2, I, 30

— de João Soares Lisboa e (Cipriano José) Barata, durante a administração de D. Pedro I. V.3, I, 165

— deve ser regulada pelas provas. V.3, II, 10

— do Júri, arguida de nulas não pode ser reformada, porque não produz efeito. V.2, I, 214

— do Júri, quando reformada, deixa de ter validade, mas não pode ser alterada pela justiça comum. V.2, I, 215

— fundada sobre o arbítrio dos jurados não pode ser emendada por magistrados. V.2, I, 214

— necessidade de ... para declarar a perda da cidadania. V.2, I, 40

— reforma da ... do júri pela Casa de Suplicação. V.2, I, 213

— só por ... os militares podem ser privados de suas patentes e os magistrados de seus lugares. V.3, I, 49

— **SENTENCIADOS A MORTE**

— cabeças da Revolução de 1824. V.3, II, 47

— **SENTIDO**
— interpretativo do projeto sobre cidadania. V.2, I, 22
— que deve ser dado ao art. 6º da Constituição. V.2, I, 31

— **SENTIMENTOS**
— inexistência de lei ou artigo que autorize o governo a punir os. V.3, I, 55
— o objetivo da Câmara não é sustentar ... nobres. V.3, I, 90
— republicanos que nenhuma província revelou tão profundos como o Rio Grande. V.3, I, VI

— **"SENTINA OMNIUM GENTIUM"**
— V. 2, I, 67

— **SEPARAÇÃO**
— das províncias. V. 3, I, 134
— das províncias do norte e do sul. V. 4, I, 241
— dos dois Partidos que mais contribuíram para o Sete de Abril, o Moderado e o Exaltado. V. 3, I, 252
— receio da ... províncias. V. 4, II, 177

— **SEPARATISMO**
— do Brasil que causaria a restauração. V. 3, I, 157

— **SEPETIBA, Visconde de.**
— Vide AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO

— **SERGIPE**
— agitação em. V. 4, II, 157
— a primeira eleição para Regente em ... foi anulada. V. 3, I, 145
— movimentos ocorridos em. V. 3, I, 33

— **SERQUEIRA LEITE, Francisco de Paula**
— Vide CERQUEIRA LEITE, Francisco de Paula

— **SERTÕES**
— e lugares longínquos e quase desertos, onde há frequentes assassínios. V. 3, II, 158

— **SERVENTIAS VITALÍCIAS**

— os ofícios da justiça e da Fazenda são serventias vitalícias. V. 3, I, 48

— **SERVIÇO**

— a população não conta com o número de capacidades requeridas pelo ... público. V. 3, I, 89

— de D. Pedro I ao Brasil. V. 3, I, 21

— importante feito à Nação. V. 2, I, 50

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre as recompensas do ... civis e militares. Vide RECOMPENSAS.

— militar isenção que se concedia aos caixeiros de casas inglesas no Brasil. V. 2, I, 75

— necessidade de emolumentos para que haja bom ... público. V. 3, II, 5

— pena de ... público deve ser suprimida nos delitos de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 149

— prestado pelo naturalizando; aprovação da emenda que reserva ao Governo o reconhecimento dos. V. 2, I, 81

— **SERVILISMO**

— a instrução pública aborrece o. V. 2, I, 182

— a que se presta a imprensa. V. 2, I, 142

— **SERVIS**

— alcunha inculcada sobre os cidadãos pelas sociedades existentes no Brasil. V. 2, I, 174

— **SESMARIA**

— necessidade de uma lei liberal de. V. 2, I, 67

— **SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**

— interesse do Presidente Petrônio Portella em comemorar o. V. 2, I, IX

— justificativa para a escolha do período abrangido por esta obra. V. 2, I, IV

— **SESSÃO**

— das Assembléias Provinciais; duração. V. 4, I, 210

— desejo da Câmara de permanecer em ... permanente. V. 3, I, 71

— extraordinária deve tratar dos assuntos propostos pelo Trono. V. 3, II, 41
— permanente da Câmara de 15 a 20 de julho de 1831. V. 3, I, V
— quorum necessário para haver ... no Senado. V. 4, II, 148

— SETE DE ABRIL

— ainda não está preenchido. V. 4, I, 38
— a revolução de. V. 3, I, parte II, P. 10
— a revolução de ... originou-se no Paço. V. 3, I, 205
— dele resultou a passagem da coroa do Monarca para a Regência eletiva. V. 3, I, 204
— depoimento do Marquês de Inhambupe (Antônio Luiz Pereira da Cunha) sobre sua participação no movimento de. V. 3, I, 103
— dia glorioso que firmou o Império da lei, não pode ser invocado para justificar arbitrariedades. V. 3, I, 196
— esperava-se um rico vaso, saiu um moringue. V. 3, I, 46
— é um dia nacional. V. 3, I, 47
— não é resultado da opinião e dos esforços do Rio de Janeiro somente, mas de todo o país. V. 3, I, 47
— não foi uma revolução. V. 3, I, 57
— no dia .. começou a nossa existência nacional. V. 3, I, 18
— o governo de ... é revolucionário. V. 3, I. 65
— partidos que mais contribuiram para o. V. 3, I, 252
— perda que representou para os asseclas de D. Pedro I. V. 3, I, 169
— proclamação da Assembléia Geral Legislativa sobre o. V. 3, I, 17
— representou a resistência ao poder arbitrário. V. 3, I, 48
— saudação de Bernardo Pereira de Vasconcelos como orador da deputação da Câmara, ao Imperador em comemoração do ... em 1828. V. 3, I, 5
— seu íntimo relacionamento com a dissolução da Constituinte de 23. V. 4, I, 37
— temor da repetição das cenas do. V. 4, I, 176
— teve como fim estabelecer o Império da lei e não o da arbitrariedade. V. 3, I, 48

— **SEYBERT**

— referência a. V. 2, I, 88

— **SEYÉS, Abade**

— referência às doutrinas de. V. 3, II, 29

— lei de imprensa feita por. V. 2, I, 181

— **"SI NON SIT IN SACRIS, AUT SI ILLEGITIMO CONNUBIO NATUS"**

— V. 3, II, 222

— **SIGNIFICAÇÃO**

— que se deve dar à palavra ataque, na lei de imprensa. V. 2, I, 176

— **SILA (consul romano)**

— referência a Mário e. V. 3, I, 196

— **SILVA, Antônio Augusto da. Deputado.**

— assinatura no parecer da comissão de Justiça Civil e Criminal ao projeto de Código Criminal do deputado José Clemente Pereira. V. 2, II, 324

— assinatura no Parecer da Comissão de Justiça Civil sobre a interpretação dos arts. 24 e 34 da lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 219

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar a reforma constitucional. V. 4, I, 226

— voto contra a destituição do Tutor, V. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **SILVA, Francisco Gomes da. (o Chalaça)**

— possibilidade de sua nomeação como tutor, na hipótese de se reconhecer o direito de escolha ao Imperador Pedro I. V. 3, I, 26

— **SILVA, Sebastião Luiz Tinoco da. Senador.**

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— V. 3, I, X
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, $, 164

— **SILVA, Vicente Ferreira de Castro e. Deputado.**
— Vide CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira de

— **SILVA GUIMARÃES, João Joaquim de. Deputado**
— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda, sobre as contas, balanço e Orçamento do Império para 1828. V. 2, II, 19
— assinatura no projeto sobre a dívida nacional, apresentado pela comissão de Fazenda. V. 2, II, 3
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **SILVA PONTES, Rodrigues de Souza da. Deputado**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adiiconal. V. 2, II, 82

— **SILVA E SOUSA, Joaquim da. Deputado.**
— voto pela destituição do tutor. V. 3, I, 200

— **SILVA VELOSO, Manuel Paranhos da. Deputado.**
— Vide PARANHOS, Manuel ... da Silva Veloso

— **SIMÕES, Francisco de Paula, Deputado.**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **SINTOMAS**
— de dissolução terrível. V. 4, II, 148

— **SISTEMA**
— atual que alguns brasileiros presumem ser incompatível com a liberdade. V. 3, II, 43
— atual única forma de governo que pode fazer a prosperidade do Brasil. V. 2, I, 179
— democrático, tentativa de implantação em Pernambuco. V. 3, II, 51
— de quotas, para as despesas gerais do Império, à semelhança dos Estados Unidos. V. 4, I, 246
— de transações e corrupções. V. 4, II, 168

— efeito do ... representativo é a segurança da liberdade individaul. V. 3, II, 24
— entre nós não está bem consolidado. V. 2, I, 147
— falta de experiência no ... federativo. V. 4, II, 34
— inexistência no Brasil de um ... de educação. V. 2, I, 247
— impraticabilidade do ... federal entre nós. V. 4, I, 114
— monárquico, nem todos estão convencidos de que é o melhor. V. 2, I, 150
— não temos um ... de governo monárquico-constitucional-representativo, durante a Regência. V. 3, I, 82
— no ... constitucional não se governa sem maioria. V. 3, II, 124
— no ... representativo os partidos representam a opinião pública. V. 4, I, 47
— o direito parlamentar do ... representativo impede que uma Câmara ataque a outra. V. 4, I, 25
— o efeito do ... absoluto é a opressão dos povos. V. 3, II, 24
— os ataques ao ... não devem sofrer pena. V. 2, I, 147
— parlamentar adotado no Brasil como concessão mútua entre os Poderes Moderador e Legislativo. V. 4, I, VI
— parlamentar inteiramente adotado no Brasil, depois de 1847. V. 4, I, V
— político do Brasil, em que se funda, segundo D. Pedro II. V. 4, I, V
— quatro pilares do ... constitucional. V. 2, I, 155
— representativo é incompatível com a vitaliciedade do Senado, por fazer os Senadores irresponsáveis. V. 4, I, 89
— representativo é incompatível com os países onde a opinião pública não pode enunciar-se livremente. V. 2, I, 141
— representativo é o da livre e inteira discussão. V. 4, II, 153
— republicano o mais perfeito, para Martim Francisco Ribeiro de Andrada. V. 3, I, 248
— tentativa de implantação do ... democrático em Pernambuco por duas vezes. V. 3, II, 48

— tentativa de ressuscitar o ... colonial. V. 2, I, 91
— unitário não pode prevalecer no Brasil. V. 4, I, 44

— **SITUAÇÃO**

— a que fica reduzida a sociedade, durante as. V. 3, I, 56
— do Rio de Janeiro, é de tranquilidade e não de terror. V. 3, 42
— financeira do país e a importância do Rio de Janeiro. V. 4, II, 161
— financeira no Rio de Janeiro. V. 4, II, 162

— **SOARES DA ROCHA, José Ribeiro. Deputado.**

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352
— discussão do art. 2º e emendas do projeto de lei que marca as atribuições da Regência. V. 3, I, 84
— referência à sua emenda. V. 3, I, 86
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **SOARES DE SOUZA, Bernardo Belisário**

— vide BELISÁRIO, Bernardo ... Soares de Souza

— **SOBERANIA**

— nacional assumida pela Nação, com a abdicação de D. Pedro I. V. 3, I, 23
— o mais precioso dos direitos das nações. V. 3, I, 30
— reside essencialmente na Nação. V. 3, II, 81
— reside no povo. V. 3, I, 88

— **SOBERANO**

— confiança que tem nos generais estrangeiros. V. 2, I, 84
— de outra nação que tem subido ao trono com 15 anos. V. 4, II, 244
— é considerado uma espécie de divindade. V. 3, I, 222

— **SOCIEDADE**

— acusações à ... Defensora. V. 3, I, 174
— civil, só pode ser organizada pela força ou pela convenção. V. 2, I, 183

— conservadora. V. 3, I, 68 e 247
— conservadora é a mesma dos Caramurus. V. 4, I, 178-9
— correspondente na Inglaterra, que abriu comunicação com os facciosos da Revolução Francesa. V. 2, I, 173
— defensora a que pertence o orador (Evaristo da Veiga). V. 3, I, 174
— defensora a que pertenceu o orador (Martim Francisco Ribeiro de Andrada). V. 3, I, 247
— defensora da liberdade e independência nacional; representação que foi à Câmara. V. 4, I, 23
— defensora tem sido o apoio do governo. V. 3, I, 174
— defesa da ... defensora. V. 3, I, 174
— dos colunas, é a mesma dos caramurus. V. 4, I, 179
— existente no Brasil; males que causa. V. 2, I, 174
— federal. V. 3, I, 247
— federal que foi enviada à Câmara. V. 4, I, 23
— filantrópica representação que foi enviada à Câmara. V. 4, I, 23
— males que podem resultar à ... a excitação de paixões através de estampas. V. 2, I, 167
— não se lhe pode negar o direito de representação que se assegura a todos. V. 4, I, 24
— secreta fundada no Rio Grande do Sul, depois do 7 de abril. V. 3, II, 247

— SOFRIMENTO

— decorrente da guerra com Portugal. V. 2, I, 91

— SOLDADOS

— de tarimba; jornal ministerial. V. 3, II, 59
— engajamento de ... estrangeiros no Exército. V. a, II, 265
— engajamento de ... polacos nas tropas do Duque de Bragança. V. 3, I, 160
— estrangeiros que servissem no Exército; naturalização automática. V. 2, I, 79
— ingleses não podem marchar contra ingleses sem ordem por escrito dos Juízes de Paz. V. 3, II, 165

— mandados vir de fora e que estão espancando e insultando as pessoas no Rio de Janeiro. V. 3, I, 41
— mineiros são muito bons cidadãos. V. 3, I, 43
— motim e insubordinação de ... estrangeiros no Rio de Janeiro em 1828. V. 2, II, 205
— veterano da liberdade .V. 3, I, 23
— vindos de Minas para o Rio e que estão espancando e insultando as pessoas. V. 3, I, 43

— **SOLDOS**

— no Exército (lei regulamentar). Vide EXÉRCITO DO BRASIL

— **SOLEDADE, Antônio Vieira da. Senador.**

— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **SOLENIDADE**

— para a naturalização. V. 2, I, 117

— **SOLIDARIEDADE**

— da Câmara ao Ministério, apesar de suas arbitrariedades. V. 3, I, 123
— de classe dos Magistrados. V. 3, II, 23
— do Ministério. V. 3, II, 182
— do Ministério. V. 4, II, 165
— do Ministério; em que consiste. V. 3, II, 182

— **SÓLON**

— referência ao exemplo de. V. 2, I, 22

— **SOSSEGO**

— em que se encontra o Rio de Janeiro. V. 3, I, 42
— restabelecimento do ... público por Feijó. V. 3, II, 110

— **SOUZA, D. Marcos Antônio de. Bispo do Maranhão e Deputado**

— discussão do parecer sobre a acusação ao Ministro da Guerra. V. 3, II, 100
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **SOUZA, Octávio Tarquínio de**

— v. 2, I, X

— **SOUZA FRANÇA, Manoel José de. Deputado**

— aprovação de uma emenda ao art. 1º do projeto sobre os crimes de abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 152

— assinatura no parecer da comissão de Fazenda, sobre as contas, balanço e Orçamento do Império para 1828. V. 2, II, 19

— assinatura no projeto de lei sobre a dívida pública, apresentada pela Comissão de Fazenda. V. 2, II, 3

— combate a emenda do artigo adicional proposto pelo deputado José Lino Coutinho e outros ao projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 116

— discussão da emenda da Comissão de Leis Complementares ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 108

— discussão da Indicação do deputado Vergueiro para a criação de comissão mista destinada a examinar o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 29

— discussão da proposta do deputado Almeida e Albuquerque, para a adoção provisória de um Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 146

— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação de todas as nações. V. 2, II, 97

— discussão das emendas sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 153 e 158

— discussão do art. 3º da lei de imprensa. V. 2, I, 158

— discussão do art. 2º da lei sobre liberdade de imprensa. V. 2, I, 157

— discussão do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 266

— discussão do parecer sobre a denúncia contra o Ministro da Guerra, pela criação de comissão militar em Pernambuco em 1829. V. 3, II, 98

— discussão do projeto de lei de recrutamento do deputado Cavalcanti de Albuquerque. V. 2, II, 202

— discussão do projeto de lei sobre as responsabilidades dos Ministros. V. 3 ,II, 21

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 136 e 137
— discussão dos projetos sobre a lei de responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 24
— discussão sobre a oportunidade da leitura do relatório do Ministro da Guerra sobre a insubordinação da tropa estrangeira no Rio. V. 2, II, 207
— discussão sobre os empréstimos externos. V. 2, II, 94
— discute a Indicação do deputado José da Costa Carvalho, para que os projetos oriundos do Senado tenham na Câmara uma só discussão. V. 2, I, 96
— discute o art. 1º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 155
— discute o projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 121
— discute o projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 126
— manifestação sua concordância com a explicação dada pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a emenda da Comissão de leis complementares sobre o projeto de naturalização. V. 2, I, 108
— manifesta-se contra as emendas do Senado que aumentaram a dotação do Imperador. V. 3, I, 229
— referência a. V. 2, I, 97
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **SOUZA FRANCO, Bernardo de. Deputado**
— apartes ao discurso do deputado Álvares Machado, na discussão do projeto do deputado Carneiro Leão sobre a maioridade. V. 4, II, 246
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 31

— **SOUZA MARTINS, Francisco de. Deputado**
— discussão do projeto de reforma constitucional atribuições das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 240
— discussão do requerimento do deputado Holanda Cavalcanti, sobre a competência para promover a reforma da Constituição. V. 4, I, 217

— emenda ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272

— emenda ao projeto de banimento de D. Pedro. V. 3, I, 245

— manifesta-se contra o adiamento da discussão do decreto de remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 183

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto contra a competência privativa da Câmara para realizar as reformas coistitucionais. V. 4, I, 226

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— **SOUZA MELO, Francisco de Paula. Deputado**

— Vide PAULA E SOUZA, Francisco de ... e Melo.

— **SOUZA E MELO, José de. Deputado**

— designação para o deputado que deveria submeter à sanção do Imperador o primeiro projeto de lei aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218.

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.

— **SOUZA OLIVEIRA**

— Vide, OLIVEIRA, Saturnino de Souza e

— **SOUTO, José Ferreira. Deputado**

— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226.

— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— **SOUTO, José Joaquim Vieira. Deputado**

— apresentação de projeto de lei dispondo sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 197.

— resposta ao deputado Álvares Machado que o atacou pela apresentação do projeto da maioridade do Imperador. V. 4, II, 199.

— **SOUTO MAIOR, Manuel Inácio de Andrade. (Marquês de Itanhaém), tutor.**

— eleição para o cargo de Tutor, em substituição a José Bonifácio. V. 3, I, 209.

— "STAATHOUER DA HOLANDA"
— poderes do. V. 4, I, 95.
— STRANGFORD, Lord
— V. 2, I, 294.
— "STRUCTURE OF POLITICS AT THE ACCESSION OF GEORGE III, The"
— V. 3, I, III
— SUBLEVAÇÃO
— contra o chefe do Executivo; o sete de abríl. V. 3, I, 57
— SUBORNO
— acusação de ... no caso dos portugueses. V. 3, II, 112.
— simples quando alguém pedir ao subalterno que faça alguma injustiça. V. 3, II, 33.
— tentativa de ... aos membros da comissão mista brasileiro-portuguesa. V. 3, I, 282.
— SUBSÍDIO
— dos deputados provinciais. V. 4, I, 214.
— ordem para não se pagar o ... enquanto as Câmaras funcionarem. V. 4, II, 131.
— para os membros da Regência; matéria econômica. V. 3, I, 107.
— SUBSISTÊNCIA
— condição de ... para os que casam. V. 2, I, 66.
— decente que precisam os professores para desempenharem suas funções. V. 2, I, 224.
— determinada pelo Ministro da Justiça, de ato ilegal e violento do Presidente da Bahia, suspendendo um Juiz de Paz. V. 3, II, 84
— dos que forem removidos dos empregos públicos, por hotis à causa nacional, deve ser preservada. V. 3, I, 50
— SUBSTITUIÇÃO
— dos membros da Regência, segundo o projeto de lei que marca suas atribuições. V. 3, I, 79.

— **SUBSTITUTOS**

— do Regente. V. 4, I, 215.

— **SUBTERFÚGIOS**

— odiosos que usam os que perderam o direito a cidadania. V. 2, I, 28.

— **SUBVERSÃO**

— a ascenção de D. Pedro II ao trono se deu em virtude da lei fundamental do Estado, e não por ... dos princípios e direitos público. V. 3, I, 29.

— a que pode ser exposta a causa pública. V. 3, I, 63.

— da Constituição, pela proposta de transformação da Câmara em Asembléia Nacional. V. 4, I, 199.

— da ordem que procuram os membros da administração que antecedeu o Sete de Abril. V. 3, I, 151.

— indesculpável de toda a organização social. V. 4, I, 111.

— **SUCESSÃO**

— à Coroa do Império do Brasil. V. 3, I, 241.

— do Trono; direito de. V. 3, I, 215.

— inexistência de alteração na forma de ... do trono brasileiro. V. 3, I, 30.

— **SUCUPIRA, José Ferreira Lima. Deputado.**

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82.

— **SUCURI**

— que vai lançar as províncias e esmagá-las contra a Capital V. 4, II, 53.

— **SÚDITOS VENCIDOS**

— anistia concedida aos. V. 2, I, 29.

— **SUÉCIA**

— comércio vantajoso que mantém conosco. V. 3, I, 288.

— **SUICÍDIO**

— a que seriam levados os literatos condenados à penas de serviços públicos. V. 2, I, 148.

— meio de facilitar o ... entre nós. V. 2, I, 148.

— monacal. V. 2, I, 271.

— **SUJEIÇÃO**
— às leis, por parte dos nacionais, e isenção por parte dos estrangeiros. V. 2, I, 75.
— das baionetas à autoridade civil. V. 3, II, 165.
— de ordens religiosas a prelados estrangeiros. V. 2, I, 266 e 267.

— **SUPERIORIDADE**
— que um deputado achou em seu protegido, o Ministro da Justiça. V. 3, I, 127.

— **SUPLENTE**
— de deputado eleito membro da Regência, deve ser chamado ao exercício? V. 3, I, 90.
— presença de mais de 15 na Câmara, em virtude das dificuldades de comunicações. V. 4, I, 68.
— quando se dá a convocação de. V. 3, I, 266 e 267.

— **SÚPLICA**
— que devem dirigir ao Imperador os que perderam a cidania. V. 2, I, 28.

— **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**
— V. 2, I, IX

— **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
— V. 3, II, 3.
— anomalia em que se acha perante a Constituição. V. 4, I, 15.
— atravancamento do. V. 4, I, 15.
— desnecessidade do. V. 4, I, 18.
— deve ser o foro dos magistrados. V. 4, I, 15.
— escolha do Presidente. V. 3, II, 6
— Lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre o. (arts. 163 e 164). V. 2, I, 3.
— na França; transcrição dos debates. V. 2, I, 195.
— não pode saber da coleção da legislação de 18 províncias. V. 4, II, 139.
— nomeação do Presidente do ... opiniões sobre a. V. 3, II, 7.
— nomeação implícita do Presidente do. V. 3, II, 6.
— número de vogais. V. 3, II, 4.

— ordenado dos Magistrados do. V. 3, II, 5.
— projeto de lei para o estabelecimento do. V. 3, II, 3.
— requisito de ser letrado para a Presidência do. V. 3, II, 7.

— **SUPRESSÃO**

— do Conselho de Estado. V. 4, I, 215.
— legalidade da supressão dos empregos públicos julgados inúteis. V. 3, I, 48.

— **SUSPEIÇÃO**

— de idéias exageradas, contra os que sustentam o governo da Regência. V. 3, I, 67.
— que deu causa ao afastamento de José Bonifácio do cargo de Tutor. V. 3, I, 201.

— **SUSPEITOS**

— temor que devemos ter da influência dos estrangeiros, suspeitos à nossa Independência. V. 2, I, 109.

— **SUSPENSÃO**

— atribuição para a ... de magistrados. V. 4, I, 53.
— das garantias constitucionais em Pernambuco; denúncia contra os Ministros da Guerra e Justiça pela. V. 3, II, 41
— de garantias. V. 3, I, 45.
— de garantias casos em que é permitida, pela Constituição V. 3, II, 56
— de garantias em Minas, por posturas das Câmaras de São João Del Rei. V. 3, I, 165.
— de garantias permitidas pela Constituição. V. 3, II, 42.
— dos magistrados por autoridade incompetente. V. 3, I, 111.
— emenda para a suspensão dos Presidentes de Províncias pelas Assembléias Provinciais. V. 4, I, 247.

— **SUSTAÇÃO**

— da matéria em tramitação. V. 2,. I, 55.

— **SUSTO**

— em que se encontravam as senhoras do Rio de Janeiro, a que aludira o orador na Câmara. V. 3, I, 43.
— que concedeu o desalentado Ministro da Justiça. V. 3, II, 66.

— **SUTILEZA TEOLÓGICA**

— V. 2, I, 44.

# T

— **TACIANO**

— que, com os hereges condenava o casamento. V. 2, I, 284.

— **TÁCITO**

— citação de V. 2, I, 10 e 12.

— referência a. V. 3, I, 248.

— referência à obra de ... **De Moribus Germanorum.** V. 2, I, 228

— **TALENTO**

— o ... acaba por triunfar de todas as dificuldades de aparecer na cena pública, presidindo os destinos do Estado. V. 3, I, 176

— militar, que possuem os generais estrangeiros. V. 2, I, 84.

— também constitui propriedade. V. 2, I, 72

— verbal de Bernardo Pereira de Vasconcelos. V. 3, I, V.

— **"TAMOIO, O"**

— processo de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, como redator do. V. 3, I, 165.

— **TAQUIGRAFIA**

— dificuldade na transcrição taquigráfica dos debates parlamentares. V. 2, I, 195

— **TARQUÍNIO DE SOUZA, Octávio**

— V. 2, I, III.

— **TÁTICA**

— usada contra o Governo. V. 3, I, 65.

— **TAUNAY, Visconde de**
— V. 2, I, III.

— **TAVARES DE LYRA, Augusto**
— V. 2, I, III.
— V. 3, I, XII.

— **TAXAÇÃO**
— que se deve lançar sobre as quantias com que se pode honestamente viver. V. 2, I, 103.

— **TAYLLERAND, Príncipe de**
— V. 3, II, 203.

— **TEBAS**
— Governo de. V. 2, I, 67.

— **TEIXEIRA, Domingos da Mota. Senador.**
— excusa que obteve do cargo de Senador. V. 3, I, 270.
— exemplo de ... no caso de demissão concedida a Senador. V. 3, I, 333.

— **TEIXEIRA DE GOUVEIA, Lúcio Soares. Deputado. Ministro.**
— apresentação à Câmara de proposta de Código do Processo Criminal do Governo. V. 2, II, 353.
— apresentação de denúncia contra. V. 3, II, 67.
— assinatura no parecer conjunto das Comissões do Senado à Resolução da Câmara concedendo dotação anual de 50 contos à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 239.
— assinatura no parecer da Comissão do Regimento Interno à indicação do Deputado Vasconcelos, para que os Ministros assistam à discussão do Orçamento. V. 2, II, 22.
— assinatura no projeto de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V. 2, I, 119.
— denúncia contra ... pela suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco. V. 3, II, 41.
— discussão da emenda do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, ao projeto de lei sobre o reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 10.
— discussão do parecer sobre a acusação do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 101.

— discussão do projeto de lei sobre o reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 6.

— discussão do Projeto de Regimentos dos Conselhos de Províncias. V. 3, II, 143.

— discussão dos projetos de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V. 3, II, 21.

— discurso sobre o artigo adicional ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 112.

— é tão criminoso ou mais criminoso que o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 54.

— emenda ao projeto de criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro. V. 2, I, 231.

— emenda ao projeto de reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 6.

— firmeza e coragem com que outrora defendeu as liberdades públicas. V. 3, II, 56.

— ofício participando à Câmara as medidas adotadas em Pernambuco com a suspensão de garantias em 1829. V. 3, II, 48.

— recusa em dar informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, durante a sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 41.

— requer o adiamento da discussão da indicação apresentada pelo Deputado José da Costa Carvalho, sobre a tramitação, na Câmara, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 99.

— voto contra a denúncia do Ministro da Guerra. V. 3, II, 104.

— **TELES, Antônio da Silva. Deputado.**

— assinatura no parecer da Comissão de Justiça Civil e Criminal ao projeto de Código Criminal do Deputado José Clemente Pereira. V. 2, II, 324.

— **TELES DA SILVA LOBO, Manoel. Deputado.**

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Guera. V. 3, III, 104

— **TEMÁRIO**

— do volume 2. V. 2, I, XI.

— **TEMAS**

— predominantes nos debates parlamentares. V. 4, I, III.

— **TEMÍSTOCLES**

— referência a. V. 2, I, 105.

— **TEMOR**

— de que faltem terras aos nossos descendentes pela vinda de estrangeiros. V. 2, I, 109.

— dos Ministros que tem o orador. V. 3, II, 37

— pânico. V. 4, II, 47

— que têm os que atacam a liberdade de imprensa, que o archote da razão ilumine o horror de sua conduta política. V. 2, I, 142.

— **TEMPO**

— de domicílio deve ser reduzido, na medida em que aumenta a prova do desejo de permanência do naturalizando. V. 2, I, 73

— de domicílio para naturalização; necessidade de se estabelecer. V. 2, I, 75.

— em que se deve formar a culpa, nos casos de prisão sem culpa formada (lei regulamentar). Vide Prisão.

— para se conhecer a capacidade dos estrangeiros. V. 2, I, 84

— **"TEMPO, O"**

— referência ao jornal. V. 3, I, 137

— **TEMPORARIEDADE**

— da Regência. V. 3, I, 11.

— da Regência exige reforma da Constituição. V. 3, I, 83.

— das interpretações doutrinais da Constituição. V. 2, I, 26.

— **TENDÊNCIA**

— dos juízes de fato. V. 2, I, 150.

— que têm de votar no que possui o maior número de votos, os que votam em último lugar numa eleição a descoberto. V. 3, I, 85.

— retrógadas do Governo atual. V. 4, II, 257.

— **TENTATIVAS**

— de D. Pedro que nos possam ser danosas; providências que se deve tomar. V. 3, I, 22.

— republicanas; só servem para mostrar a sua pouca importância. V. 3, II, 76

— de D. Pedro I; receio que devemos ter das. V. 2, I, 136

— **TEORIA**

— de um temor pânico. V. 4, II, 47.

— desconhecimento entre nós da ... constitucional. V. 3, I, 96

— destrutiva. V. 3, I, 259

— orgânica. V. 3, I, 259

— senadores que não professam a sublime ... do regresso. V. 3, II, 261

— **TEORISTA**

— defeito dos. V. 3, I, 259.

— **TEOVELLARIO**

— referência a. V. 3, II, 216.

— **TERMO**

— de juramento prestado pelos membros da Regência Trina Provisória. V. 3, I, 16.

— **TERRAS**

— abundância de ... no Brasil. V. 2, I, 110.

— **TERROR**

— estado de ... em que se acha a Capital do Império. V. 3, I, 42.

— imposto à capital do Império por vários soldados. V. 3, I, 44.

— inexistência de clima de ... no Rio de Janeiro. V. 3, I, 42.

— juramento do projeto de Constituição foi conseguido à sombra do V. 4, I, 37.

— pânico do que parece estarmos possuídos relativamente aos estrangeiros. V. 2, I, 87.

— que cerca a pessoa do Imperador Pedro II. V. 3, I, 193.

— que facilmente impressiona o comércio. V. 3, I, 175.
— pânico que se apoderou do Governo com a rebelião de Afogados. V. 3, II, 74
— que teriam os membros dos Conselhos das Províncias, no caso de representações contra a nomeação de Presidentes militares. V. 3, II, 138.
— que viveu o Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de julho. V. 3, I, 43.
— silêncio da Imprensa com sonhados... dirigido a satisfazer vinganças pessoais. V. 2, I, 142.

— **TERRORISMO**

— que se espalhou por toda a parte. V.3, II, 62

— **TERRORISTA**

— as senhoras do Rio de Janeiro eram. V.3, I, 43

— **TERRORIZAR**

— os cidadãos. V.3, II, 23

— **TESOURO**

— espiritual, que o Parlamento legou à Nação. V.4, I, XI
— melancólico quadro financeiro do ... nacional. V.4, II, 162
— público; referência do Marquês de Inhambupe, ao episódio de sua designação para o Tesouro Público, pelo Imperador em novembro de 1826. V.3, I, 103

— **TESTEMUNHAS**

— que depuseram contra um preso, em 19 de julho de 1832 e que depois não conheceram quando acareadas. V.3, I, 125
— que devem depor na justificação dos naturalizados. V. 2, I, 117

— **TESTEMUNHO**

— dos Deputados sobre os fatos ocorridos na Glória, no Rio de Janeiro, em julho de 1831. V.3, I, 43

— **TEXTOS**

— vastidão dos ... parlamentares. V.2, I, VIII

— secundários; autores indiretos que analisaram os acontecimentos posteriormente. V.2, I, VIII

— **TIBÉRIO**

— o que Tácito dizia, referindo-se a. V.3, I, 248

— **TÍMIDOS**

— não prestam nem para a salvação. V.3, II, 85

— **TINOCO, Senador.**

— Vide: SILVA, Sebastião Luiz Tinoco da

— **TIPOGRAFIAS**

— de interpretação constitucional. V.2, I, 25

— **TIPOS**

— que o governo mandou quebrar. V.3, I, 190

— **TIRANIA**

— a força só produz a. V.2, I, 183

— corresponde à escravidão. V.2, I, 183

— de muitos é pior do que a de um só. V.3, I, 80

— de Robespierre; referência à. V.3, I, 123

— fim da ... no Brasil, com o 7 de abril. V.3, I, 34

— horror à. V.3, II, 98

— os brasileiros abominam a. V.3, I, 18

— que é o governo de Sete de Abril. V.3, I, 166

— que representa a inlcusão dos ataques indiretos entre os crimes sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 175

— resistência que à ... oporão as Câmaras Municipais e os Conselhos de Província. V.3, I, 258

— sonhos insensatos da ... que foram desmentidos pelo Exército Brasileiro. V.3, I, 19

— **TIROS**

— de que foram alvo alguns populares que passaram perto da guarda do Correio. V.3, I, 44

— **TITO FRANCO DE ALMEIDA**

— V.2, I, III

— **TITO LÍVIO**
— referência a. V.3, I, 123
— tradução que se manda fazer de ... nas escolas. V.2, I, 247

— **TÍTULO**
— dado a filhos adulterinos de reis é muito raro. V.3, I, 248
— de D. Pedro II; o que têm as nações estrangeiras a fazer a respeito do ... e o governo do mesmo? V.3, I, 29
— que o governo deu ao infame Manuel da Cunha de Azeredo Souza Chichorro. V.3, I, 265

— **TOBIAS DE AGUIAR, Rafael. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **TOLEDO, Joaquim Floriano de. Deputado**
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V.4, II, 82
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V.3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

— **TOLEDO, Manoel Alves de. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V.4, I, 226

— **TOLEDO, Manoel Dias de. Deputado**
— assinatura no autógrafo do projeto aprovado pela Câmara, sobre o banimento de D. Pedro. V.3, I, 179
— discussão do requerimento para que as representações sobre reforma constitucional sejam enviadas ao Senado. V.4, I, 24
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V.4, II, 82

— **TOLERÂNCIA**
— das seitas, que os estrangeiros devem achar entre nós. V.2, I, 67

— religiosa ilimitada que existe nos Estados Unidos. V.2, I, 135

— **TORENO, Conde de.**
— carta ao. V.3, II, 164

— **TORPOR**
— da Câmara, a respeito de matéria importante, V.3, II, 123

— **TORREÃO, Basílio Quaresma. Deputado**
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V.2, II, 82

— **TOSTA, Manuel Vieira. (Visconde de Muritiba.) Deputado**
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 26
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V.2, II, 82

— **"TOT CAPITA, TOT SENTENTIAE-QUISQUE SUO SENSU"**
— V.3, II, 156

— **TOTAL LIBERDADE**
— não queremos pôr peias, mas também não queremos uma. V.2, I, 183

— **TOYNBEE, Arnold**
— V.4, I, X

— **TRABALHADORES**
— braçais; classe de que o Brasil mais necessita. V.2, I, 74
— nas artes ou na lavoura; aspirações que têm. V.2, I, 78
— necessidade de ... mesmo que analfabetos. V.2, I, 76

— **TRABALHO**
— escravo; sua improficiência. V.2, I, 60

— **TRAIÇÃO PARLAMENTAR**
— do Brasil. V.4, I, IV

— **TRADUÇÃO**
— dos clássicos latinos que as crianças devem fazer na Escola. V.2, I, 247

— **TRÁFICO DE ESCRAVOS**
— V.2, II, 167
— boatos sobre a abolição do. V.3, II, 47
— cessão do. V.2, II, 161
— deve cessar brevemente. V.2, I, 77
— vide também ESCRAVIDÃO; ESCRAVOS

— **TRAIÇÃO**
— capa de ... que é o escrutínio secreto. V.3, I, 84
— com que foram elevados ao Ministério homens impopulares. V.3, I, 17
— para ser cometida por um general, necessita da conivência da tropa. V.2, I, 85
— que pode cogitar um Ministro. V.2, I, 85

— **TRAIDORES**
— de nossa causa; somente a lei e a justiça deve puni-los. V.3, I, 18
— não podem ser contados entre os cidadãos. V.2, I, 44
— os que não quiseram seguir a causa da Independência. V.2, I, 19

— **TRAMA**
— que, à vista dos expedientes diplomáticos, existe para a restauração de D. Pedro I. V.3, I, 152

— **TRAMITAÇÃO**
— a que estão sujeitos em uma Casa os projetos de outra, por analogia com o art. 85 da Constituição. V.2, I, 95
— da reforma constitucional. V.4, I, 216
— do projeto de lei de Bernardo Pereira de Vasconcelos para a criação do Supremo Tribunal de Justiça. V.3, II, 3
— do projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V.3, II, 30
— dos projetos; regra geral. V.2, I, 56
— legislativa; exemplo dos Estados Unidos, Inglaterra e França. V.4, I, 33
— final do projeto sobre as atribuições da Regência, na Câmara e no Senado. V.3, I, 99

— na Câmara do projeto de Código Criminal. V.2, II, 357
— na Câmara e no Senado do projeto de que sobre as atribuições do tutor. V.3, I, 28
— na Câmara sobre o projeto de lei declaratória do art. 6º da Constituição (cidadania) aprovado pelo Senado. V.2, I, 36
— no Senado do projeto sobre naturalização enviado pela Câmara. V.2, I, 138

— TRANQÜILIDADE
— é a primeira exigência do Brasil. V. 4, I, 277
— é uma coisa secundária à liberdade. V. 4, I, 277
— que todo cidadão quer ter no país que adota por Pátria. V. 2, I, 130

— TRANSAÇÃO
— sentido da palavra. V. 4, II, 164

— TRANSGRESSÃO
— contínua da lei e da Constituição, por parte do Ministério. V. 3, I, 123
— da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 20

— TRAPAÇAS
— a minoria não quer. V. 4, II, 152

— TRATADO
— a que se tem negado o governo. V. 3, I, 289
— brasileiro; a vergonha que é. V. 3, I, 284
— de aliança com o Uruguai durante a revolução Farroupilha. V. 3, II, 239
— com os Estados Unidos, foi o único feito em bases constitucionais. V. 3, I, 290
— convenção secreta adicional ao da Independência. V. 3, I, 282
— da abolição da escravatura. V. 3, I, 292
— da Independência. V. 2, I, 91
— do casamento de D. Pedro I é um negócio particular. V. 3, I, 237
— de reconhecimento que temos. V. 3, I, 31

— de 29 de agosto com a Inglaterra; prova do quanto os figurões amam o Brasil. V. 3, II, 84
— feito pelo Brasil comprometeu a honra, a glória, a dignidade, os interesses e a independência dos cidadãos brasileiros. V. 3, I, 290
— nulidade do tratado firmado pelo Brasil. V. 3, I, 294
— que nos tem coberto de vergonha. V. 3, I, 286
— que se deve pagar com presentes. V. 3, I, 293
— de Paris de 1817, sobre o Oiapoque. V. 3, II, 190
— de Viena de 1815, sobre o Oiapoque. V. 3, II, 190

— **TRATAMENTO**

— que devem ter os Magistrados do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 5

— **TRAVESSURA**

— com que o Ministro dos Estrangeiros tem querido iludir a verificação de responsabilidade do Marquês de Santo Amaro. V. 3, II, 116

— **TRÊS DE MAIO**

— inclusão como dia de festa nacional; emenda. V. 2, I, 36

— **TRIBUNA**

— da Assembléia circular em todo o Império, através da Imprensa. V. 2, I, 171

— **"TRIBUNA NACIONAL, A"**

— referência à ação da. V. 3, I, 257

- **TRIBUNAL**

— Exchequer. V. 3, II, 4
— de assassinato. V. 3, II, 44
— de sangue. V. 3, II, 45
— revolucionário. V 3, II, 88
— da Inglaterra a que nossos Ministros entregaram os brasileiros. V. 3, I, 291
— deve interpretar a Constituição. V. 2, I, 39
— de Justiça; necessidade de organizá-lo. V. 3, II, 4
— privativo; para os delitos de imprensa. V. 2, I, 214

— princípios do ... de cassação. V. 3, II, 11

— **TRIBUTOS**

— dos pobres. V. 2, I, 66

— competência privativa da Câmara em matéria tributária. V. 4, I, 61

— direito da Assembléia Geral de lançar ... sobre as províncias. V. 4, I, 241

— poder que tem o Senado de aumentá-lo ou diminui-lo. V. 4, I, 61

— **TRIPULAÇÃO**

— dos navios; requerida pelo direito público da Europa. V. 2, I, 70

— **TRISTÃO PIO DOS SANTOS. (Ministro da Marinha).**

— discussão da proposta de fixação das forças navais. V. 2, II, 247, 249, 250, 253, 257, 259

— discussão do projeto de fixação das forças navais; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 265

— **TRIUNFO**

— da Constituição e da liberdade, no dia 7 de Abril. V. 3, I, 134

— final é sempre da verdade. V. 2, I, 151

— vitórias rebeldes em Caçapava e ..., na revolução Farroupilha. V. 3, II, 237

— **TRIUNVIRATO**

— a que ficariam sujeitos os cidadãos, durante 13 anos. V. 3, I, 80

— **TRIÚNVIROS**

— desgraça que seria para o Brasil um governo de. V. 3, I, 82

— **TROCO**

— que D. Pedro I nos deu, em troca do trono. V. 3, I, 19

— **"TROMBETA, A"**

— notícia que apareceu na ... sobre a missão de Antônio Carlos à Europa. V. 3, I, 193

— referência ao jornal. V. 3, I, 137

— **TRONO**

— de D. Pedro II está hoje fundado na simpatia e no amor dos cidadãos. V. 3, I, 161

— de D. Pedro II não carece de apoio e proteção estrangeira. V. 3, I, 161

— discussão da resposta à fala do ... na Câmara, em 1832. V. 3, I, 247

— esplendor do. V. 3, I, 222

— O fausto e o esplendor do ... se combina até com o princípio de Montesquieu. V. 3, I, 223

— **TROPA**

— estrangeira; empregada no Rio Grande do Sul. V. 3, II, 226

— brasileira; foi toda aquartelada no sul contra a Cisplatina sem que recebesse soldo. V. 3, II, 82

— insubordinação da ... no Rio de Janeiro, em 1831. V. 2, II, 219

— estrangeira; mandada vir por D. Pedro que perturbou a Capital. V. 3, I, 166

— motim e insubordinação da ... estrangeira no Rio de Janeiro em 1828. V. 2, II, 205

— quando se reuniu, no Sete de Abril, o fez debaixo das ordens dos respectivos chefes. V. 3, I, 156

— vinda de ... alemã. V. 3, II, 61

— **TROPEÇO**

— à marcha das leis. V. 2, I, 55

— **TURNOS**

— de discussão dos projetos na Câmara. V. 2, I, 96

— **TURQUIA**

— pachás da. V. 4, II, 154

— **TUTELA POLÍTICA**

— do Imperador. V. 4, II, 219

— **TUTOR**

— acusação de que as petições contra o ... foram feitas pelos Presidentes de Província, a pedido do governo. V. 3, I, 191

— a deliberação do Senado sobre o afastamento do ..., em 1832, se baseou no parecer da Comissão. V. 3, I, 202

— adiamento da discussão sobre a validade da designação do ... para quando houver número na Assembléia Geral. V. 3, I, 24

— a falta de envio de documentos sobre as acusações que o governo faz ao tutor removido, ou provam desprezo pela Câmara, ou a inexistência deles. V. 3, I, 185

— antes de se tratar da remoção do ..., deve a Assembléia Geral examinar o estado do monarca menor. V. 3, I, 187

— a remoção do ... não representa sanção ao ato de sua suspensão pelo Governo. V. 3, I, 197

— a remoção do ... pela Assembléia é a continuação do ato de sua suspensão pelo Governo. V. 3, I, 195

— a remoção do ... praticada pelo governo é uma usurpação das atribuições do Legislativo. V. 3, I, 184

— a remoção do ... representa uma decisão; ou a favor de Pedro I, ou a favor de Pedro II. V. 3, I, 206

— a remoção só pode ser feita em Assembléia Geral e não pelas duas Câmaras separadamente. V. 3, I, 206

— a suspensão do ... foi feita quando a cidade estava em paz. V. 3, I, 186

— a suspenção foi baseada em indícios não confirmados. V. 3, I, 202

— as razões do afastamento do ... são as que constam do Relatório do Ministro do Império. V. 3, I, 202

— cabala prodigiosa que existe para o afastamento do. V. 3, I, 203

— carta de D. Pedro I, de nomeação do. V. 3, I, 21

— cedeu à intimação da força. V. 3, I, 187

— centro e bandeira do partido Restaurador. V. 3, I, 193

— como membro da Assembléia Geral, esta deve examinar o procedimento havido com o mesmo. V. 3, I, 187

— conformismo do ... com sua remoção. V. 3, I, 188

— conveniência da remoção do Tutor, mesmo não sendo ele criminoso. V. 3, I, 181

— conveniência de sua remoção, pela avançada idade. V. 3, I, 197

— conivência do ... na conspiração. V. 3, I, 195

— conivência na remoção do. V. 3, I, 197

— criatura de Pedro I. V. 3, I, 193

— decisão da Câmara, atribuindo à Assembléia Geral a competência para sua escolha. V. 3, I, 27

— declaração, pela Câmara, da nulidade da nomeação do tutor, feita por D. Pedro I. V. 3, I, 27

— de D. Pedro II; aceitação interina. V. 3, I, 22

— deputado que em 1832 procurou senadores para apelar a favor de José Bonifácio, alegando que estava próximo de largar a Tutoria. V. 3, I, 191

— desatinos do ... a que está exposta a Familia real. V. 3, I, 192

— deve ser como a mulher de Cesar. V. 3, I, 204

— dever que tinha o ... de resistir à ordem ilegal do Ministro, determinando sua remoção. V. 3, I, 187

— direito de removê-lo se assemelha ao do Monarca, que pode afastar o Ministro com todas as boas qualidades. V. 3, I, 203

— distinção entre a suspensão e a remoção do. V. 3, I, 205

— do Imperador menor; parecer da Comissão para que o mesmo seja nomeado pela Assembléia-Geral. V. 3, I, 25

— do Príncipe Herdeiro, pela Constituição, só pode ser nomeado pelo pai, em testamento. V. 3, I, 21

— embora declinando, não está caduco. V. 3, I, 192

— é membro da Família Imperial. V. 3, I, 188

— é incapaz moral e fisicamente para ocupar este cargo. V. 3, I, 192

— é inepto e incapaz de continuar na Tutela. V. 3, I, 208

— e regente, a qualidade em que Pedro I viria ao Brasil, segundo os restauradores. V. 3, I, 161

— extinção do. V. 4, II, 198

— falsidade das acusações feitas ao. V. 3, I, 194
— foco e amparo de todos os conspiradores. V. 3, I, 190
— foi nomeado, na esperança de que serviria em qualquer crise ao Partido Restaurador. V. 3, I, 193
— hereditário. V. 3, I, 26
— humanidade do. V. 3, I, 192
— incapacidade do. V. 3, I, 189
— ingerência do Governo na remoção do ... é contra a lei de tutela e a Constituição do Império. V. 3, I, 184
— importância de suas funções. V. 3, I, 26
— interesse do ... na educação de seu pupilo. V. 3, I, 203
— intimação ao ... apresentada por dois brigadeiros juízes de paz escoltados de força armada. V. 3, I, 187
— julgamento do ... que se contém no preâmbulo do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio desse cargo. V. 3, I, 185
— nada tem a reclamar da Câmara, quando esta se esquece de sua própria dignidade. V. 3, I, 188
— não possui atividade e gênio que lhe competem. V. 3, I, 205
— não são necessários documentos para a remoção do ... por se tratar de uma questão política. V. 3, I, 204
— necessidade de reintegrá-lo no cargo, para que a Câmara possa deliberar sobre sua remoção. V. 3, I, 184
— necessidade da remoção do ..., apesar da amizade que lhe vota o orador. V. 3, I, 202
— necessidade de se nomear um ... interino. V. 3, I, 22
— nomeação do. V. 3, I, V
— nomeação do novo. V. 3, I, 209
— nomeação e atribuições do. V. 3, I, 25
— o afastamento do ... é uma questão política. V. 3, I, 202
— o afastamento do ... pelo governo se baseia em suspeições e digressões. V. 3, I, 202
— o ato legislativo de sua remoção independe de sanção, por ser privativo da Assembléia. V. 3, I, 207

— o direito de nomeação do ... pelo Imperador, segundo a Constituição, restringe-se à nomeação testamentária. V. 3, I, 26

— o direito de nomeá-lo pressupõe o reconhecimento do direito de substituí-lo. V. 3, I, 26

— opinião do senado, quando tratou do afastamento do ... em 1832, foi favorável à remoção de José Bonifácio. V. 3, I, 202

— origem de sua nomeação, foi a idéia de que era o agente e correspondente do ex-Imperador. V. 3, I, 193

— para a remoção do ... o governo podia ter convocado a Assembléia Geral. V. 3, I, 188

— perseguição que há tempo se movia contra o ..., desde o Ministério de Feijó. V. 3, I, 197

— podemos existir sem a nomeação do. V. 3, I, 24

— preconceito que existia contra o ... na Província de Minas. V. 3, I, 186

— prisão do ... anunciada pelo **Correio Oficial.** V. 3, I, 187

— privilégio de que gozava o ... como deputado. V. 3, I, 187

— pronúncia que houve contra o ... justifica seu afastamento. V. 3, I, 204

— pronunciamento do Senado sobre o afastamento do Tutor, importa num julgamento da criminalidade imputada, que compete ao Juri. V. 3, I, 201

— provas a que está obrigado o Governo, nas acusações que fez contra o Tutor. V. 3, I, 195

— províncias que não fizeram petições para sua remoção. V. 3, I, 189

— pureza de suas intenções. V. 3, I, 206

— rejeição por um (1) voto, no Senado, em 1832, da proposta de remoção. V. 3, I, 206

— remoção de José Bonifácio da. V. 3, I, 181 e VII

— remoção do; discussão do projeto no Senado. V. 3, I, 201

— remoção do ... foi medida arrancada ao governo pelos patriotas. V. 3, I, 195

— remoção do ... nada mais é que uma desculpa formal do ato inconstitucional do Ministro que a consumou. V. 3, I, 196

— removido arbitrariamente pelo governo, deve ser ouvido antes pela Câmara, antes dela manifestar-se sobre o seu afastamento. V. 3, I, 183
— responsabilidade por conivência ou ineptidão do. V. 3, I, 181
— seu procedimento, depois da remoção, é digno de todo louvor. V. 3, I, 188
— silêncio que a respeito da remoção do ... guarda o Ministro respectivo. V. 3, I, 195
— situação em que se encontra depois da remoção. V. 3, I, 187
— só ao Senado compete julgá-lo. V. 3, I, 188
— sua indisposição com o sete de abril decorre de não ter a Câmara confirmado sua nomeação feita por Pedro I. V. 3, I, 197
— sua remoção é competência de Assembléia, e sua suspensão do Governo. V. 3, I, 204
— sua remoção foi imposta pela necessidade pública. V. 3, I, 185
— sua suspensão é uma ofensa à Câmara. V. 3, I, 187
— suspeição que existe sobre o ... que, como suspeito não pode continuar em seu cargo. V. 3, I, 194
— tenacidade de princípios que revela. V. 3, I, 194
— testamentário. V. 3, I, 26
— tramitação, na Câmara e no Senado do projeto de lei sobre as atribuições do. V. 3, I, 28
— tratamento indigno que se deu ao ... nomeado pela Assembléia. V. 3, I, 187
— validade da designação do tutor, feita por D. Pedro I; debate sobre. V. 3, I, 26-7

# U


— **ULTRAJES**

— de que alguns periódicos cobriram a Regência e a Administração. V. 3, I, 131

— em face; nada é tão sensível ao orador. V. 3, I, 129

— que sofremos da facção sempre adversa ao Brasil. V. 3, I, 17

— **ULTRA-LEGALISTAS**

— do Rio Grande do Sul; mal que têm feito à causa que defendem. V. 3, II, 253

— **"UM ESTADISTA DO IMPÉRIO"**

— v. 2, I, III

— **"UM ESTADISTA DA REPÚBLICA"**

— v. 2, I, III

— **UNANIMIDADE**

— aprovação da Constituição exige. V. 2, I, 126

— **UNIÃO**

— entre exaltados e moderados. V. 3, I, 167

— persuasão do governo de que a união das províncias só se conseguirá com a opressão. V. 3, II, 82

— que fatalmente resultaria entre o partido da ordem e o republicano (moderados e exaltados), na hipótese do retorno de D. Pedro. V. 3, I, 179

— **UNICAMERALISMO**

— v. 4, I, 62

— idéia do ... radiou na França. V. 4, I, 73

— **UNIDADE**

— do processo em todo o Império; preservação da. V. 4, II, 154

— da Igreja; não está na disciplina, pois na própria Corte de Roma variam os ritos das diversas ordens religiosas. V. 3, II, 215

— **UNIVERSIDADE**

— criação de uma. V. 2, I, 237

— falta de estímulo e emulação que havia na ... de Coimbra. V. 2, I, 234

— deveria ser abolida, se houvesse perigo na generalização da educação. V. 2, I, 246

— fim que teve o projeto de criação de uma ... na Assembléia Constituinte. V. 2, I, 238

— lei regulamentar da Constituição de 1824 sobre a. (art. 179, § 33). V. 2, I, 4

— projeto de ... concebido por Bernardo Pereira de Vasconcelos. V. 2, I, 245

— **URGÊNCIA**

— aprovação do requerimento de urgência para o projeto da Câmara que concede prêmios aos que vulgarizarem a vacina. V. 2, I, 253

— requerimento de ... para o projeto sobre naturalização. V. 2, I, 136

— **USO**

— no domínio de um povo afastado do poder; violentação do processo histórico que pode causar ... da força. V. 4, I, X

— da palavra; exemplo nas Cortes portuguesas. V. 2, I, 57

— da palavra; normas na Assembléia Constituinte. V. 2, I, 57

— da palavra; pelo autor da proposição, na segunda discussão. V. 2, I, 57

— da palavra; por três vezes, na segunda discussão. V. 2, I, 57

— da palavra; questão preliminar, enquanto não houver regimento interno. V. 2, I, 56

— **USURA**

— juro legal e. V. 2, II, 59

— **USURPAÇÃO**

— do Ministro da Justiça (Feijó), suspendendo leis e interpretando a Constituição. V. 3, II, 117

— do Trono de D. Pedro II por um Príncipe estrangeiro. V. 3, I, 158

— dos poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministro da Guerra, ao criar comissões Militares. V. 3, II, 91

— pelo Papa da autoridade dos Bispos. V. 2, I, 272

— tendência à ... de poderes que têm as Assembléias Legislativas nos governos livres. V. 4, I, 266

— **"USUS QUEM PENES ARBITRUM EST, ET JUS, ET NORMA LOQUENDI"**

— v. 3, II, 264

— **UTILIDADE**

— das leis deve ser discutida em 1ª discussão. V.2, I, 164

— das sucessivas discussões dos projetos. V.2, I, 96

— dos projetos é examinada na 1ª discussão. V.2, I, 96

— lei regulamentar da Constituição de 1824 para indenização da propriedade do cidadão, nos casos de desapropriação por ... pública. Vide INDENIZAÇÃO.

# V


— **VACÂNCIA**

— do cargo de. V.3, I, 313

— do lugar do Senador Domingos Borges de Barros, depois de uma ausência de sete anos, proposta pela Comissão de Constituição. V.3, I, 314

— **VACILAÇÃO**

— de opiniões, quanto à interpretação dos artigos que tratam da reforma da Constituição. V.4, I, 11

— dos brasileiros ausentes em abraçar a causa da Independência. V.2, I, 31

— **VACINAÇÃO**

— contra a varíola. V.2, I, 253, 254 e 255

— prevenção que existe contra a ... V.2, I, 255

— com leite de mamão, no Ceará, que morreram na epidemia, causando descrédito da vacina. V.2, I, 255

— **VAIDADE FÚTIL**

— que tem grassado entre as mulheres na França, que se dedicam ao estudo. V. 2, I, 227

— **VALASQUES, Manoel dos Santos Martins. Senador. Deputado**

— assinatura no projeto de Resolução do Senado sobre a interpretação do Ato Adicional. V.4, II, 101

— esclarecimentos sobre a votação da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V.2, II, 301

— registro de seu discurso na 3ª discussão do projeto sobre naturalização. V.2, I, 137

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117
— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164
— voto contra a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 209

— **VALENÇA. Barão, Conde e Marquês de**
— Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

— **VALÉRIO, de Alvarenga Ferreira. Deputado**
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V.4, I, 164

— **VALIDADE**
— da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 20
— do ato de abdicação. V.3, I, 69
— sentença do Júri, reformada pela Justiça ordinária, por nulidade do processo, perde a validade. V.2, I, 215

— **VALOR**
— da propriedade territorial para naturalização. V.2, I, 49
— do foro de cidadania. V.2, I, 66
— que perderam os cargos públicos, por falta de consideração. V.2, I, 107

— **VALVERDE**
— referência a ... V.3, I, 124

— **VANTAGEM**
— da conversão das câmaras em comissão geral. V.2, I ,58
— do imigrante português. V.2, I, 73
— que conserva os estrangeiros entre nós. V.2, I, 75
— que o Brasil espera da Revolução de 7 de abril. V.3, I, 34

— **VANTAGENS**
— dos imigrantes portugueses. V.2, I, 73
— que conservaram os estrangeiros entre nós. V.2, I, 75
— que o Brasil espera da Revolução de 7 de abril. V.3, I, 34

— **VARÍOLA**
— vacina contra a ... V.2, I, 253

— vítimas em Santa Catarina. V.2, I, 253

— **VASCONCELOS, Antônio da Cunha**

— Vide CUNHA VASCONCELOS, Antônio

— **VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Deputado. Senador. Ministro.**

— apartes ao Marquês de Barbacena sobre a questão do Oiapoque. V.3, II, 198

— apartes ao Senador Alves Branco, na discussão da resposta à Fala do Trono. V.3, II, 240

— apartes ao Senador Marquês de Barbacena na discussão do projeto de lei de interpretação da Constituição. V.4, II, 163

— apresenta requerimento para que sejam discutidos artigo por artigo das emendas propostas pelo Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 202

— apresentação de denúncia contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V.3, II, 67

— apresentação de projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V.3, II, 17

— apresentação de projeto de lei sobre o Código Criminal. V.2, II, 327

— indicação sobre a discussão do projeto de Código Criminal. V.2, II, 327

— assinatura na emenda da Comissão de Leis Complementares ao projeto de naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 108

— assinatura no parecer da Comissão de Constituição, sobre a recusa dos Ministros de prestarem informações à Câmara sobre a suspensão de garantias em Pernambuco, durante a sessão extraordinária de 1829. V. 3, II, 42

— assinatura no parecer da comissão especial encarregada de elaborar o projeto de reforma da Constituição. V.4, I, 215

— assinatura no parecer da comissão especial para dar parecer sobre a denúncia do Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V.3, II, 56

— assinatura no projeto de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados portugueses, antes da Independência. V.2, I, 119

— contesta o Deputado Cavalcanti, na discussão de sua indicação que exclui os Ministros das comissões parlamentares. V.3, II, 37
— contesta o Deputado José Lino Coutinho, na discussão do projeto sobre cidadania. V.2, I, 39
— contesta o discurso do Deputado Manoel José de Souza França, sobre a emenda do Deputado Lino Coutinho e outros, ao projeto de lei sobre naturalização de estrangeiros, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 116
— contestação ao senador Alves Branco, na discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 242
— contestação ao senador Vergueiro, na resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 215
— debate da emenda sobre empréstimos externos. V. 2, II, 93
— declaração de que o projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial, não necessita voltar ao Senado, em virtude de não ter sido alterado seu texto. V. 3, I, 216
— declaração de voto contra parecer da comissão de constituição. V. 3, II, 87
— defende o parecer da Comissão de Leis Complementares sobre o projeto de naturalização. V. 2, I, 108
— designação para a deputação que deveria levar à sanção do Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218
— discurso apoiando a Indicação do deputado José da Costa Carvalho, para que os projetos oriundos do Senado tenham na Câmara uma só discussão. V. 2, I, 95
— discurso como orador da deputação encarregada de submeter ao Imperador o primeiro projeto aprovado pela Assembléia. V. 3, I, 218-9
— discurso durante a 2ª discussão do projeto sobre cidadania enviado pelo Senado. V. 2, I, 43-44
— discurso sobre a tramitação do projeto de lei aprovado pelo Senado, declaratório do art. 6º da Constituição. V. 2, I, 36
— discurso sobre o projeto de Resolução do deputado Limpo de Abreu, sobre a reforma de sentenças do Júri, pela Justiça ordinária. V. 2, I, 216
— discurso sobre os rumores de insubordinação da tropa. V. 2, II, 219-220

— discussão da emenda do deputado José Clemente Pereira sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 152
— discussão da emenda do deputado Xavier de Carvalho sobre empréstimos externos. V. 2, II, 95-96
— discussão da emenda do Senado ao art. 5º do projeto de lei de orçamento para 1828. V. 2, II, 24
— discussão da lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V. 3, II, 29
— discussão da preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V 4, II, 102
— discussão da proposta de fixação das forças de terra; engajamento de estrangeiros. V. 2, II, 270
— discussão da proposta do deputado Almeida e Albuquerque sobre a adoção provisória do Regimento dos Conselhos Provinciais. V. 3, II, 147
— discussão da proposta do governo sobre a Guarda Nacional. V. 2, II, 261 e 264
— discussão da Resolução que reduz para 15% os direitos de importação de todas as nações. V. 2, II, 97, 98 e 100
— discussão da resposta à Fala do Trono; inteligência do Ato Adicional. V. 3, II, 258, 260 e 268
— discussão da resposta à fala do Trono, no Senado, em 1839. V. 3, II, 189
— discussão da resposta à Fala do Trono; rebelião Farroupilha. V.3. II, 226 e 234
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 2, I, 294
— discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 190
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 205, 208 e 220
— discussão da resposta à Fala do Trono; relações do Brasil com a Santa Sé. V. 3, II, 204
— discussão das emendas ao art. 26 do proj. de reforma constitucional. V. 4, I, 272
— discussão das emendas ao projeto da Comissão Especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145 e 146
— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 204
— discussão das emendas dos deputados Odorico Mendes e Paula Souza ao projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 113

— discussão das emendas relativas à abolição da pena de morte. V. 2, II, 348
— discussão das emendas sobre a fixação do número de Juízes de Paz. V. 3, II, 160
— discussão do art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 108 e 119
— discussão dos arts. 1º, 2º e 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 147, 156 e 158
— discussão do art. 5º do projeto de Regimento provisório dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 148
— discussão do art. 21 do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 162
— discussão do Ofício do Ministro da Guerra, comunicando a criação de Comissão Militar em Pernambuco. V. 3, II, 49
— discussão do orçamento geral do Império para 1828. V. 2, II, 20
— discussão do parecer conjunto das Comissões de Diplomacia e Constituição, sobre o expediente enviado pelo governo sobre a tentativa de restauração de Pedro I. V. 3, I, 163
— discussão do parecer da Comissão de Justiça Civil e Criminal ao projeto de Código Criminal do deputado José Clemente Pereira. V. 2, II, 324
— discussão do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha Azeredo Coutinho de Souza Chichorro. V. 3, I, 266
— discussão do parecer da comissão especial designada para apreciar a denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), em 1829. V. 3, II, 56
— discussão do parecer da Comissão Especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 140, 141 e 143
— discussão do parecer sobre a acusação contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares). V. 3, II, 89
— discussão do parecer sobre a acusação do Ministro da Justiça. V. 3, II, 77
— discussão do projeto de fixação das forças navais. V. 2, II, 251
— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. V. 2, II, 236 e 240
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 93

— discussão do projeto de lei de recrutamento e de fixação das forças de terra e mar. V. 2, II, 182

— discussão do projeto de lei de recrutamento para o Exército. V. 2, II, 225

— discussão do projeto de lei sobre a responsabilidade dos funcionários públicos. V. 3, II, 19

— discussão do projeto de lei sobre o reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 6

— discussão do projeto de lei vindo do Senado que dispõe sobre o saneamento do meio circulante. V. 2, II, 131

— discussão do projeto de reforma constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 244

— discussão do projeto de reforma constitucional, responsabilidade dos Presidentes de Província e dos Magistrados. V. 4, I, 251

— discussão do projeto. V. 2, II, 185

— discussão do projeto de reforma constitucional, eleição do Regente. V. 4, I, 265

— discussão do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 228, 230

— discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Provincias. V. 3, II, 136

— discussão do projeto nº 37 da Câmara, que dispõe sobre aposentadorias e reformas. V. 3, I, 58

— discussão do projeto para a criação de cursos de estudos elementares, do senador Feijó. V. 2, I, 242

— discussão do projeto que dispõe sobre a criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro. V. 2, I, 233

— discussão do projeto que proibe a entrada de frades estrangeiros no Brasil. V. 2, I, 260, 269 e 270

— discussão do projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 214

— discussão do projeto sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II, 166

— discussão do projeto sobre os crimes por abuso da liberdade de imprensa. V. 2, I, 145

— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, de audiência das Comissões, para o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 84, 86 e 87

— discussão do titº 2º das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 202
— discussão do voto de Graças de 1838. V. 3, II, 178
— discussão dos artigos 6º e 7º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 159
— discussão dos projetos de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V. 3, II, 22
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a arrematação de impostos. V. 3, I, 300
— discussão, na Assembléia Geral, sobre a arrematação dos direitos alfandegários. V. 3, I, 297
— discussão na Assembléia Geral sobre as despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 284
— discussão sobre a decisão relativa à sua denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 86
— discussão sobre a forma de se encaminhar ao Imperador os projetos aprovados pela Assembléia Geral, para a respectiva sanção. V. 3, I, 217
— discussão sobre a iniciativa das leis relativas a tributos. V. 2, II, 103
— discussão sobre a questão preliminar de preferência dos projetos relativos ao Banco do Brasil. V. 2, II, 36
— discute a emenda do deputado José Clemente Pereira à indicação do deputado José da Costa Carvalho, sobre a tramitação dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 99
— discute a questão de ordem do deputado Paula Souza sobre a apresentação de emendas por parte dos Ministros. V. 3, II, 39
— discute o projeto de Resolução da Câmara, sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V. 2, I, 125
— discute o requerimento do deputado José Antônio da Silva Maia, solicitando a sustação da remessa ao Senado do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 210
— discute sua indicação para que os Ministros de Estado sejam excluídos das Comissões Parlamentares. V. 3, II, 35
— eleição para a comissão especial do Código de Processo Criminal. V. 2, II, 355
— emenda ao projeto de lei de recrutamento para o Exército. V. 2, II, 224-5

— emenda ao projeto de lei sobre o reconhecimento e fundação da dívida nacional. V. 2, II, 8

— emenda ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 148-9

— emenda ao projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias, sobre a responsabilidade dos Conselheiros. V. 3, II, 149

— emenda ao projeto que reconhece D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— emenda ao projeto sobre recrutamento e fixação das forças de terra e mar V. 2, II, 182

— emenda de sua autoria e outros deputados, incluindo um artigo adicional ao projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 116

— esclarecimentos sobre a impossibilidade de se considerar a sua denúncia contra o Ministro da Justiça, como emenda à denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 87

— indicação para que os Ministros de Estado sejam excluídos das Comissões Parlamentares. V. 3, II, 35

— intervenção sobre precedente na tramitação regimental dos projetos. V. 2, I, 36

— leitura da denúncia contra o Ministro da Justiça (Lúcio Soares Teixeira de Gouveia). V. 3, II, 67

— leitura do decreto de sua nomeação para Ministro da Justiça, na Câmara. V. 4, II, 304

— manifesta sua desaprovação ao projeto de naturalização aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. V. 2, I, 101

— manifestação contra a emenda e subemenda da resposta à Fala do Trono do Senado, em 1839. V. 3, II, 194

— manifestação contrária ao projeto do Senado sobre cidadania. V. 2. I, 37-38

— manifesta-se a favor da remoção do Tutor. V. 3, I, 197

— manifesta-se favoravelmente à emenda do deputado Odorico Mendes, ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização. V. 2, I, 114

— manifesta-se na discussão do art. 1º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 155

— manifesta-se sobre o art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 156

— pedido de esclarecimento sobre a discussão do projeto de lei sobre cidadania, aprovado pelo Senado. V. 2, I, 35
— projeto de lei para o estabelecimento do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 3
— proposta para que sejam pedidas informações ao governo sobre a suspensão das garantias em Pernambuco. V. 3, II, 41
— prorrogação da sessão. V. 2, II, 221
— protótipo em mudança de opiniões políticas. V. 4, II, 240
— questão de ordem sobre a preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 104
— questão de ordem sobre o parecer da Comissão de Constituição sobre as medidas adotadas pelo governo em Pernambuco em 1839. V. 3, II, 53
— referendum no decreto de dissolução da Câmara dos Deputados, de 22 de julho de 1840. V. 4, II, 305
— repele na Câmara exigências dos amotinados em julho de 1831. V. 3, I, VI
— requerimento de urgência para a discussão da proposta do deputado Antônio Paulino Limpo de Abreu sobre a reforma das sentenças do Júri, pela Justiça ordinária, nos delitos de imprensa. V. 2, I, 215
— requerimento para dispensa da segunda leitura do projeto sobre liberdade de imprensa do deputado Joaquim Gonçalves Ledo. V. 2, I, 143
— requerimento para que seja nomeada a deputação encarregada de submeter à sanção do Imperador o projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 218
— responde às contestações do senador Alves Branco, na resposta à Fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 217
— resposta ao deputado Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. V. 3, II, 182
— saudação de ... ao Imperador, como orador da deputação da Câmara, na comemoração do sete de setembro. V. 2, I, 5
— solicita a inserção de declaração em Ata. V. 3, I, 305
— sugere o adiamento da discussão do projeto de Regimento dos Conselhos Gerais das Províncias. V. 3, II, 137

— sugerindo a inclusão, no requerimento do deputado José Lino Coutinho, a declaração das partes do processo do Júri, por delito de imprensa, cuja sentença foi reformada pela Justiça ordinária. V. 2, I, 217
— talento verbal, capacidade de argumentar e sensibilidade política. V. 3, I, V
— v. 3, I, XII e v. 4, I, V
— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

**VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca e. (Visconde de Caeté), Senador**
— discussão do projeto que cria o Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 10
— discussão do projeto sobre as atribuições da Regência. V 3, I, 111
— manifesta-se contra a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 206
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

**VATICANO**
— vide SANTA SÉ

**VATTEL**
— referência a. V. 2, I, 126
— referência aos ensinamentos de. V. 3, I, 30

**VEEMÊNCIA**
— diminuição da ... dos deputados, pela presença dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 123

**VEIGA, Evaristo Ferreira da. Deputado**
— debate do parecer da Comissão de Constituição sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 191
— defesa das exclusões de oficiais e funcionários, depois da Abdicação. V. 3, I, V

— discurso de ... sobre o 7 de abril. V. 3, I, VI
— discurso sobre a Restauração. V. 3, I, 173
— discurso sobre o art. 2º do projeto de naturalização. V. 2, I, 136
— discurso sobre os poderes que deve ter a Regência. V. 3, I, 12
— discussão da emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada, ao projeto que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 90
— discussão da nomeação de José Bonifácio para tutor de D. Pedro II. V. 3, I, 21
— discussão da proposta do Ministro da Fazenda de suspensão do pagamento da dívida externa brasileira durante cinco anos. V. 2, II, 117
— discussão da questão de ordem sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V. 4, I, 10
— discussão da resposta à Fala do Trono, em 1832. V. 3, I, 65
— discussão das emendas ao art. 26 do projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 272
— discussão das emendas do Senado ao projeto de lei sobre a reforma da constituição. V. 4, I, 96
— discussão do art. 3º do projeto de lei as atribuições da Regência. V. 3, I, 88
— discussão do art. 9º do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 92
— discussão do novo parecer da comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 185
— discussão do parecer da Comissão de Justiça Criminal, sobre os acontecimentos ocorridos na Paraíba, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina. V. 3, I, 36
— discussão do parecer das comissões conjuntas de Diplomacia e Constituição sobre o expediente enviado pelo Governo sobre a tentativa de restauração de D. Pedro. V. 3, I, 158
— discussão do parecer no ofício de renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 175
— discussão do parecer sobre a acusação contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 112

— discussão do projeto de reforma da Constituição. V. 4, I, 230

— discussão do projeto de reforma constitucional; deputados empregados do governo central. V. 4, I, 255

— discussão do projeto de reforma constitucional; eleição do Regente. V. 4, I, 268

— discussão do projeto do dep. Lino Coutinho, que dispõe sobre a nacionalização do comércio. V. 2, II, 124

— discussão do projeto nº 37 da Câmara, que dispõe sobre as reformas de Oficiais e aposentadorias dos empregados públicos. V. 3, I, 50

— discussão do requerimento do deputado Holanda Cavalcânti sobre a competência para promover reforma da Constituição. V. 4, I, 217

— discussão do requerimento do dep. Paula e Souza sobre o projeto de Código Criminal. V. 2, II, 338

— discussão do requerimento do dep. Rodrigues Torres sobre a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, I, 4

— discussão do requerimento para as representações sobre as reformas constitucionais sejam remetidas ao Senado. V. 4, I. 23

— discussão do requerimento sobre a competência para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 225

— discussão dos arts. 11 a 13 do projeto sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 97

— discussão, na Assembléia Geral, sobre as despesas do Ministério dos Estrangeiros. V. 3, I, 280

— discussão, na Assembléia Geral, das despesas do Ministério dos Estrangeiros. V .3, I, 285

— discute a representação de D. Pedro I, nomeando José Bonifácio tutor de seus filhos. V. 3, I, 23

— discute o parecer da Comissão de Justiça Criminal sobre os acontecimentos que se verificaram em Sergipe, Alagoas, Paraíba e Santa Catarina. V. 3, I, 35

— emenda à autorização para a reforma constitucional. V. 4, I, 18

— emenda ao parecer da Comissão **ad hoc** sobre a renúncia da Regência Trina. V. 4, I, 181

— emenda ao requerimento do dep. Rodrigues Torres sobre a elaboração de lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 5

— manifesta-se a favor do projeto de banimento de Pedro I. V. 3, I, 244

— manifesta-se contra a nomeação de um Tutor provisório. V. 3, I, 22

— manifesta-se contra o adiamento da discussão do projeto de banimento de Pedro I. V. 3, I, 243

— manifesta-se favoravelmente ao projeto sobre naturalização. V. 2, I, 133

— projeto dispondo sobre a obrigatoriedade de emprego de caixeiros brasileiros, nas lojas comerciais. V. 2, II, 125

— questão de ordem sobre a discussão da preferência das reformas constitucionais propostas, solicitando o encerramento da discussão. V. 4, I, 18

— referência à sua emenda ao projeto sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V. 3, I, 242

— repele exigências dos amotinados em julho de 1831. V. 3, I, VI

— requerimento de urgência para encerramento da 2ª discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 20

— v. 3, I, VII

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 200

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— **VEIGA PESSOA, José Maria Ildefonso Jácome da. Deputado**

— discussão do art. 1º da Resolução que permite aos Ministros de Estado participarem dos debates da Câmara. V. 3, II, 123

— discussão do projeto de reforma constitucional; atribuições das Assembléias Provinciais. V. 4, I, 241

— discussão do projeto sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 300

— emenda ao projeto de Resolução da Comissão de Constituição, sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V. 3, II, 122
— Vide, VEIGA PESSOA, José Maria Ildefonso Jácome da.
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto a favor da lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82
— voto contra a destituição do Tutor. V. 3, I, 200
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça. V. 3, II, 117

— **VELHICE**
— na... conserva-se o que a meia-idade ensinou. V. 3, II, 172

— **VELOSO**
— vide PARANHOS, Manuel... da Silva Veloso

— **VENALIDADE**
— a que se presta a Imprensa. V. 2, I, 142

— **VENCIDO**
— adiamento da discussão do projeto de naturalização, para redação do vencido. V. 2, I, 85

— **VENCIDOS**
— são sempre criminosos. V. 3, I, 123

— **VERDADE**
— a... sempre se apura, e afinal se manifesta e triunfa. V. 2, I, 151
— sobre a restauração, que se pretende esconder do povo. V. 3, I, 74
— eterna; a de que aos povos cumpre descartar-se de um tirano. V. 3, II, 80

— **VEREADORES**
— já são escolhidos os que sabem ler. V. 3, II, 159
— quando souberem que não estão expostos aos caprichos de um Ouvidor ou Capitão-General, os empregos municipais serão muito ambicionados. V 3, II, 160

— são empregados provinciais. V. 4, II, 18
— sua estupidez será tal que não saibam designar os lugares onde há mais rixas e contendas? V. 3, II, 159

— **VERGONHA**
— que são os tratados brasileiros. V. 3, I, 284

— **VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. Deputado. Senador**
— anuncia que o General Francisco de Lima e Silva está na sala contígua ao plenário, devendo-se nomear uma deputação para recebê-lo a fim de tomar posse como membro da Regência Trina Provisória. V. 2, I, 14
— aparte ao deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, na discussão do projeto de regimento dos Conselhos Gerais de Província. V. 3, II, 136
— apresentação de emenda ao art. 1º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 138
— apresentação de projeto sobre o matrimônio civil. V. 2, II, 307 e 310
— apresentação de requerimento para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional vá à Comissão de Assembléias Provinciais. V. 4, II, 137
— aprovação da emenda de sua autoria ao art. 1º do projeto sobre os crimes de abuso da liberdade de Imprensa. V. 2, I, 152
— aprovação do requerimento para remessa à Comissão do Regimento, da Indicação do deputado José da Costa Carvalho, e respectivas emendas sobre tramitação, na Câmara do projeto oriundo do Senado. V. 2, I, 100
— assinatura na emenda da Comissão de Leis complementares ao projeto sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. I, 108
— assinatura no parecer da Comissão de Constituição sobre o projeto de reforma constitucional. V. 4, I, 27
— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda aos projetos de cessação da emissão de notas e de extinção do Banco do Brasil. V. 2, II, 36
— assinatura no parecer da Comissão de Fazenda sobre as contas, balanço e orçamento do Império para 1828. V. 2, II, 19

— assinatura no parecer da Comissão de Legislação do projeto de Código Criminal. V. 2, II, 341
— assinatura no parecer da comissão do Regimento Interno à Indicação do dep. Vasconcelos, sobre o comparecimento dos Ministros à discussão do Orçamento. V. 2, II, 21
— assinatura no parecer da Comissão do Regimento Interno sobre o projeto do formulário de reconhecimento do Príncipe Imperial. V. 3, I, 214
— assinatura no parecer pela vacância do cargo do senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 314
— assinatura no projeto de lei sobre a dívida pública, apresentado pela Comissão de Fazenda. V. 2, II, 3
— assinatura no projeto de lei sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V. 3, II, 17
— assinatura no termo de juramento da Regência Trina provisória. V. 3, I, 16
— contesta o discurso do senador Visconde de Cairu sobre a acumulação dos empregos de senador e Bispo. V. 3, I, 278
— declaração de que o projeto sobre o formulário do reconhecimento do Príncipe Imperial deve voltar ao Senado, em virtude de ter sido emendado na Câmara. V. 3, I, 216
— declaração de voto. V. 3, I, 319
— designação para a comissão especial destinada a dar parecer no ofício da Câmara sobre a renúncia da Regência. V. 4, I, 193
— discurso na discussão do projeto sobre cidadania, aprovado pelo Senado. V. 2, I, 39-41
— discurso sobre a abdicação do Imperador. V. 3, I, 12
— discurso sobre o art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de Imprensa. V. 2, I, 193
— discussão da emenda do Senado ao projeto de lei de fixação das forças armadas; engajamento de estrangeiros. V. 4, II, 295
— discussão da emenda do senador José de Alencar ao projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, sobre Polícia Judiciária. V. 4, II, 138
— discussão da Indicação do dep. Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão dos projetos de Código Cri-

minal. V. 2, II, 328
— discussão da preferência dos projetos de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— discussão da resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 193
— discussão da resposta à Fala do Trono; inteligência do Ato Adicional. V. 3, II, 263
— discussão da resposta à fala do Trono; relações com a Santa Sé. V. 3, II, 214
— discussão da resposta à Fala do Trono; revolução Farroupilha. V. 3, II, 254
— discussão das emendas ao art. 2º do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 183
— discussão das emendas apresentadas pela Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199
— discussão das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V. 3, I, 223
— discussão de sua Indicação para a designação de uma Comissão mista destinada a examinar a situação do Banco do Brasil. V. 2, II, 31
— discussão do afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V 3, I, 205
— discussão do art. 1º do projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 109 e 126
— discussão do art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 188
— discussão dos arts. 1º e 4 do projeto sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 150 e 159
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre a eleição de Feijó para o Senado. V. 3, I, 322
— discussão do parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 330
— discussão do parecer da comissão especial designada para dar parecer sobre a legalidade da reforma constitucional feita sem o concurso do Senado. V. 4, I, 284
— discussão do parecer pela vacância do cargo do senador Domingos Borges de Barros. V. 3, I, 316 e 318
— discussão do parecer sobre os direitos do Duque e Duquesa de Bragança V. 3, I. 235 e 237

— discussão do projeto de Código de Processo Criminal; Habeas-Corpus. V. 2, II, 362
— discussão do projeto de lei da Câmara dispondo sobre a livre estipulação de juros. V. 2, II, 72
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a colonização por estrangeiros. V. 2, II, 171 e 172
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre contratos de prestação de serviços. V. 2, II, 178
— discussão do requerimento de sua autoria sobre dúvidas na interpretação do art. 10, § 4º do Ato Adicional. V. 4, II, 131
— discussão do requerimento do senador Ferreira de Melo, de adiamento da discussão do projeto de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 169
— discussão do requerimento do senador José Bento Leite Ferreira de Melo, de adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional, para a próxima sessão. V. 4, II, 159 e 160
— discussão do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 166
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constitucional. V. 4, I, 29, 37 38 e 42
— discusão do projeto de lei sobre a reforma constitucional; dissolução da Câmara. V 4, I, 65 e 66
— discussão do projeto de lei sobre a reforma da constituição; poder de veto suspensivo do Imperador. V. 4, I, 76 e 78
— discussão do projeto de lei que dispõe sobre a reforma da constituição; Poder Moderador. V. 4. I, 55 e 58
— discussão do projeto de lei sobre a reforma da constituição; referenda dos Ministros e o Poder Moderador. V. 4, I, 88
— discussão do projeto de lei sobre a reforma constituição; Regência. V. 4, I, 83
— discussão do projeto de lei sobre a reforma da Constituição; votação da reforma. V. 4, I, 64
— discussão do projeto de lei sobre a reforma eleitoral; dissolução da Câmara. V. 4, I, 65
— discussão do projeto de recrutamento do dep. Cavalcânti de Albuquerque V. 2, II, 198 e 201

— discussão do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V. 3, II. 157

— discussão do projeto de resolução para que os atos dos poderes executivo e judiciário não possam ser anulados apenas por uma Câmara. V. 3 II, 13

— discussão do projeto de sua autoria, sobre o casamento civil. V. 2, II, 310

— discussão do projeto do dep. Cavalcânti de Albuquerque, sobre recrutamento e fixação das forças militares. V. 2, II, 195

— discussão do requerimento de adiamento da discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 174

— discussão do requerimento do senador José de Alencar para que o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional vá a uma comissão especial. V. 4, II, 147

— discussão do requerimento do senador José de Alencar sobre a compatibilidade de artigos dos projetos de lei de interpretação do Ato Adicional, da Câmara e do Senado. V. 4, II, 154

— discussão do requerimento do senador Marquês de Barbacena, sobre o projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 91

— discussão dos projetos de lei sobre a responsabilidade dos Ministros. V. 3, II, 26

— discussão, em Assembléia Geral, da emenda da Câmara, rejeitada pelo Senado, sobre a acumulação dos empregos de Bispo e Senador. V. 3, I, 275

— discussão sobre a forma de nomear a Regência provisória. V. 3, I, 14

— discute o projeto de Resolução da Câmara sobre estrangeiros naturalizados portugueses antes da Independência. V. 2, I, 123

— eleição, por 30 votos, para a Regência Trina Provisória. V. 3, I, 14

— emenda à epígrafe do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, discussão. V. 2, I, 170

— emenda à Indicação do deputado José da Costa Carvalho, para a tramitação, em duas discussões, dos projetos oriundos do Senado. V. 2, I, 100

— emenda ao parecer da Comissão de Constituição sobre o pedido de demissão dos senadores, Visconde de São Leopoldo e Manuel Ferreira da Câmara. V. 3, I, 330

— emenda ao projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição; poder Moderador. V. 4, I, 60

— esclarecimentos sobre a questão de ordem a respeito do quorum para haver sessão. V. 4, II, 148

— Indicação de ... sobre a tramitação regimental dos projetos da Câmara. V. 2, I, 36

— indicação para a designação de comissão mista destinada a examinar o estado do Banco do Brasil. V. 2, II, 27

— Justificativa de sua Indicação para que seja examinada a situação do Banco do Brasil. V. 2, II, 27

— manifesta sua opinião sobre o projeto da liberdade de imprensa. V. 2, I, 144

— manifestação favorável à indicação do deputado José da Costa Carvalho que determina que os projetos oriundos do Senado tenham na Câmara uma só discussão. V. 2, I, 96

— manifesta-se contra a proposta do Visconde de Cairu, de adiamento da discussão sobre o afastamento do Tutor, até o pronunciamento do Juri sobre a criminalidade de José Bonifácio. V. 3, I, 208

— manifesta-se sobre a crise da demissão do Ministério e da Regência. V. 4, I, 190

— opõe-se ao parecer da Comissão de Constituição sobre a missão conferida pelo governo ao Marquês de Santo Amaro. V. 3, I, 307

— referência à emenda de sua autoria, ao art. 2º do projeto de lei sobre naturalização, enviado pelo Senado à Câmara. V. 2, I, 114

— rejeição da emenda de sua autoria ao projeto de lei que dispõe sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 51

— requerimento de sua autoria para que o tit. 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa seja remetido à Comissão de Legislação. V. 2, I, 196

— requerimento para a substituição da palavra Habeas Corpus por outra equivalente em português. V. 2, II, 362

— requerimento para publicação do parecer pela rejeição do diploma do Conde de Lages. V. 3, I, 271

— requerimento para que a Assembléia seja consultada sobre a forma de se proceder à eleição da Regência provisória. V. 3, I, 14

— requerimento para que o projeto de interpretação do Ato Adicional seja remetido à uma Comissão Especial. V. 4, II. 91

— requerimento para que se discuta a conveniência da constituição da sessão secreta, para se discutir a legalidade das reformas constitucionais feitas sem o concurso do Senado. V. 4, I, 278-9

— requerimento para que se peçam informações ao governo sobre às dúvidas na interpretação do § 4º do art. 10 do Ato Adicional. V 4, II, 126

— requerimento pedindo informações ao governo sobre a remessa da representação da Assembléia Provincial de Pernambuco sobre a lei de interpretação do Ato Adicional à Câmara e não ao Senado. V. 4, II, 110

— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 2, II, 82

— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— voto em separado no parecer da Comissão sobre o projeto de Resolução do Senado a respeito da interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101

— voto pela remoção de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208

— **VERITAS ODIUM PARIT**

— V. 3, I, 85

— V. 4, II, 134

— **VETO**

— absoluto e suspensivo. V. 4, I, 77

— deve ser fundamentado por razoes escritas. V. 3, I, 96

— estabelecido na Constituição é quimericamente suspensivo. V. 3, I, 95

— existente na Constituição é contrário ao espírito da racionalidade. V. 3, I, 97

— limite que se pôs ao ... na lei da Regência. V. 4, I, 53

— por três legislaturas. V. 4, I, 76

— recíproco entre as Câmaras e o Monarca. V. 4, I, 75
— sobre as leis, que uma Câmara tem sobre a outra V. 2, I, 52
— absoluto; não pode ser admitido. V. 3, I, 96
— parcial; V. 4, I, 78
— suspensivo; poder de ... do Imperador; projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V. 4, I, 75

— **VIANA, Joaquim Francisco. Deputado.**
— discussão do projeto de lei de fixação das forças de terra. V. 2, II, 229 e 230
— voto a favor da competência exclusiva da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226
— voto pela destituição do Tutor. V. 3, I, 199

— **VIANA, Paulo Fernandes. Juiz.**
— representação pedindo a declaração da anistia. V. 2, II, 390

— **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**
— submete a votos o projeto do dep. Rafael de Carvalho sobre a viagem de D. Pedro II, ao exterior, por cinco anos. V. 4, II, 204
— submete a votos o projeto do dep. Souto Maior, sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 203

— **VÍCIO**
— não adianta mudar o ... sem destruir seus princípios. V. 3, I, 45

— **VIDA**
— o que é, senão uma troca de cachações. V. 4, I, VIII
— a morte da ... pública é a maior ameaça à vida do País. V. 4, I, IX

— **VIDAL. Deputado.**
— Vide VITAL, Raimundo da Costa Pinheiro

— **VIDIGAL, Monsenhor Francisco Correia. Deputado.**
— voto pela rejeição da denuncia contra o Ministro da Guerra. V. 3, II, 104

— **VIEIRA SOUTO, José Joaquim. Deputado.**
— voto contra a lei interpretativa do Ato Adicional. V. 4, II, 82

— declaração de voto contra a pena de morte. V. 2, II, 352
— discussão do projeto da comissão especial sobre a melhoria do meio circulante. V. 2, II, 145
— voto contra a vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 164

— **VIGÊNCIA**
— da proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 17 e 31
— da proclamação do Imperador de 8-1-1823 reconhecida pelo Poder Executivo. V. 2, I, 17
— das penas cominadas na proclamação do Imperador de 8-1-1823. V. 2, I, 17
— do decreto de chamamento do Imperador. V. 2, I, 20
— do decreto de 22 de novembro de 1823, sobre abusos da liberdade de imprensa. Ofícios do Senado. V. 2, I, 207
— dos tratados de reconhecimento. V. 3, I, 31

— **VIGILÂNCIA**
— implacável que a opinião pública exercia sobre o Parlamento, no Império. V. 4, I, III-IV
— que a polícia deve exercer sobre os estrangeiros admitidos. V. 2, I, 67
— da lei; deve ser maior nos ataques indiretos através da Imprensa. V. 2, I, 178

— **VIGOR**
— que tinha a Legislatura de 1830. V. 3, I, 258

— **VILA DE CAETÉ**
— criação de uma Universidade na V. 2, I, 238

— **VILA DE PASTOS BONS**
— ao Maranhão. V. 3, II, 51

— **VILA DE SANTO ANTÃO**
— em Pernambuco. V. 3, II, 50

— **VILELA BARBOSA, Francisco. (1º Visconde e Marquês de Paranaguá), Senador.**
— assinatura no parecer conjunto das comissões do Senado, a Resolução da Câmara concedendo uma dotação anual de 50 contos à Duquesa de Bragança. V. 3, I, 239

— assinatura no projeto de Feijó, de criação de cursos de estudos elementares. V. 2, I, 241
— assinatura no projeto de Resolução do Senado, sobre a interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 101
— assinatura no projeto de resposta à Fala do Trono, em 1839. V. 3, II, 188
— discurso na 3ª discussão de projeto de cidadania do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 31
— discurso sobre a emenda do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), ao projeto de naturalização. V. 2, I, 80
— discussão do art. 2º do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 156
— discussão do art. 6º do projeto de lei que dispõe sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 190
— discussão do art. 6º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 190
— discussão do projeto de cidadania, do Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V. 2, I, 18
— discussão do projeto de criação dos cursos jurídicos. V. 2, I, 238
— discussão do projeto de lei sobre as escolas primeiras letras. V. 2, I, 224
— discussão do projeto de Resolução sobre o afastamento de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 204
— discussão do projeto do senador Holanda Cavalcânti, sobre a maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 207
— emenda à resposta à Fala do Trono. V. 3, II, 202
— fala de abertura da sessão da Assembléia Legislativa de proclamação da maioridade de D. Pedro II. V. 4, II, 309
— proclamação da maioridade do Imperador. V. 4, II. 310
— reconhecimento da nomeação do Tutor pelo ex-Imperador Pedro I, implica em permitir sua substituição por um... que poderia provocar males gravíssimos. V. 3, I, 26
— requerimento para que a questão do afastamento de José Bonifácio da Tutoria seja adiada até a decisão do Juri. V. 3, I, 204
— voto a favor da maioridade de D. Pedro II. V. 2, II, 209

— voto a favor da vitaliciedade do Senado. V. 4, I, 163
— voto contra a destituição de José Bonifácio da Tutoria. V. 3, I, 208
— voto obtido para o cargo de Tutor, em substituição a José Bonifácio. V. 3, I, 209

— **VILELE**
— referência a. V. 3, I, 127

— **VÍNCULOS**
— sólidos e sagrados que são o pacto social. V. 3, I, 5
— do homem casado. V. 2, I, 71
— que se pode fazer entre os bens de raiz e os capitais. V. 2, I, 58

— **VINGANÇA**
— anistia é o meio de evitar que a punição justa se transforme em. V. 3, II, 249
— silêncio da Imprensa com a ... dos grandes. V. 2, I, 142

— **VIOLAÇÃO**
— da liberdade de pensamento nas escolas. V. 2, I, 147

— **VIOLAÇÃO DA PROPRIEDADE**
— da propriedade com a chegada do Príncipe Regente D. João VI. V. 4, I, 81

— **VIOLÊNCIA**
— que se pratica negando ao naturalizado o direito à cidadania adquirido antes da promulgação da Constituição. V. 2, I, 123
— desnecessidade de se tomar armas para proceder a... criminosa, na Bahia, depois do 7 de abril. V. 3, I, 39

— **VIOLENTAÇÃO**
— do processo histórico. V. 4, I, X

— **VIRTUDE**
— não e privativa das Repúblicas. V. 3, I, 223
— cívica; condição para o ingresso no serviço público. V. 3, I, 167

— **VISCONDE DE ALCANTARA**
Vide, CUNHA, João Inácio da.

— **VISCONDE DE BAEPENDI**
— Vide, NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto.

— **VISCONDE DE BARBACENA**
— Vide, CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto

— **VISCONDE DE CACHOEIRA**
— instruções dadas ao enviado brasileiro à Santa Sé, logo após a Independência. V. 3, II, 212

— **VISCONDE DE CAETÉ**
— Vide, VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca e.

— **VISCONDE DE CAIRÚ**
— Vide, LISBOA, José da Silva

— **VISCONDE DE CARAVELAS, 2º**
— Vide, ALVES BRANCO, Manoel

— **VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO**
— Vide, MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio

— **VISCONDE DE FIAIS**
— Vide, ARAÚJO BASTOS, Luiz Paulo de

— **VISCONDE DE GOIANA**
— Vide, GAMA, Bernardo José da.

— **VISCONDE DE INHAMBUPE**
— Vide, CUNHA Antonio Luiz Pereira da

— **VISCONDE DE ITABORAÍ**
— Vide, RODRIGUES TORRES, Joaquim José

— **VISCONDE DE LORENA**
— Vide BARBUDA Francisco Maria Gordilho Veloso de

— **VISCONDE DE MARICÁ**
— Vide, FONSECA, Mariano José Pereira da

— **VISCONDE DE NAZARÉ**
— Vide, FERREIRA FRANÇA, Clemente

— **VISCONDE DE PARANAGUÁ 1º**
— Vide, VILELA BARBOSA, Francisco. (1º Visconde e Marquês de Paranaguá)

— **VISCONDE DA PRAIA GRANDE**
— Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

— **VISCONDE DE PEDRA BRANCA**
— Vide, BARROS, Domingos Borges de

— **VISCONDE DO RIO VERMELHO**
— Vide, MENEZES, Manoel Inácio da Cunha

— **VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO**
— Vide, FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano

— **VISCONDE DE SÃO LOURENÇO**
— Vide, GONÇALVES MARTINS, Francisco

— **VISCONDE DE SEPETIBA**
— Vide, AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO

— **VISGUEIRO, José Cândido de Pontes. Deputado**
— discussão do projeto de lei de interpretação do Ato Adicional. V. 4, II, 23

— **VITAL, Raimundo da Costa Pinheiro. Deputado**
— voto a favor da competência privativa da Câmara para realizar as reformas constitucionais. V. 4, I, 226

— **VITALICIEDADE**
— do Senado; discussão na Assembléia-Geral. V. 4, I, 131
— dos juizes de Direito na Constituição de 1824. Vide, PERPETUIDADE DOS JUIZES
— dos juízes ingleses estabelecida em 1701 por ato especial do Parlamento. V. 4, I, 155
— é incompatível com o sistema representativo. V. 4, I, 70
— é uma garantia social. V. 4, I. 158
— extinção da... do Senado. V. 4, I, 69

— do Senado; votação nominal. V. 4, I, 163

— VÍTIMAS

— das proscrições tornam-se o seu primeiro inimigo. V. 3, I, 45

— da varíola em Santa Catarina em 1826. V. 2, I, 253

— sacrificadas pelas comissões militares. V. 3, II, 98

— VIÚVAS

— de negociantes que têm perdido suas casas, por falta de instrução. V. 2, I, 227

— VOGAIS

— número de... do Supremo Tribunal de Justiça. V. 3, II, 4

— número de... dos Tribunais ingleses. V. 3, II, 4

— VOLTA

— de José Bonifácio à Câmara, depois do exílio. V. 3, I, 311

— ao absolutismo; V. 4, II, 63

— VOLTAIRE

— referência a. V. 2, I, 126

— referência a. V. 3, I, 293

— VOLUMES

— número de... dos **Anais** da Câmara dos Deputados, até 1930; até 1936, até 1960-1961; do Senado, até 1937. V. 2, I, VIII

— VONTADE NACIONAL

— atos dos governos nem sempre vão em conformidade da. V. 3, I, 84

— VOTAÇÃO

— da Câmara, sobre sua competência exclusiva para realizar a reforma constitucional. V. 4, I, 226

— da 2ª condição para naturalização de estrangeiros. V. 2, I, 91

— da 5ª condição para se obter carta de naturalização do projeto do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V. 2, I, 81

— da denúncia contra o Ministro da Guerra (Joaquim de Oliveira Álvares), pela criação de comissão militar em Pernambuco em 1829. V. 3, II, 104

— da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V. 3, II, 117

— da diminuição do tempo em favor dos portugueses no caso de naturalização; rejeitada. V. 2, I, 92

— da emenda do deputado Martim Francisco Ribeiro de Andrada ao projeto de lei que dispõe sobre as atribuições da Regência. V. 3, I, 91

— da emenda aos arts. 2º e 3º do projeto de naturalização. V. 2, I, 89

— da epígrafe do projeto de lei e art. 1º sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 155 e 174

— da indicação do senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde e Marquês de Caravelas). V.2, I, 55

— da lei sobre naturalização. V.2, I, 138

— da maneira de se discutir projetos semelhantes. V.2, I, 59

— da primeira discussão do projeto de lei sobre cidadania, enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 41

— da proposta do Deputado José Antônio da Silva Maia, sugerindo a sustação da remessa ao Senado do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa, face às dúvidas suscitadas pelo Ministro da Justiça sobre a legislação em vigor. V.2, I, 211

— da questão sobre a preferência das reformas constitucionais propostas. V.4, I, 18

— da Resolução da Câmara, aprovando a remoção de José Bonifácio do cargo de Tutor, por 57 contra 31 votos. V. 3, I,199

— da responsabilidade do Ministro da Guerra; o que se passou na. V.3, I, 87

— da urgência para a Indicação do Deputado José Gonçalves Martins sobre a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V.3, II, 120

— da vitaliciedade do Senado, na reunião da Assembléia Geral. V.4, I, 163

— do adiamento da discussão dos projetos sobre naturalização. V.2, I, 77

— do art. 1º e emenda do projeto de lei sobre os abusos da liberdade de imprensa. V.2, I, 152
— do art. 1º do projeto de naturalização, da Câmara. V.2, I, 110
— do art. 1º do projeto de naturalização apresentado ao Senado pelo Senador José Joaquim Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas). V.2, I, 81
— do art. 1º do projeto sobre naturalização. V.2, I, 136
— do art. 2º do projeto sobre naturalização. V.2, I, 137
— do art. 3º do projeto sobre naturalização. V.2, I,89
— do art. 2º do projeto de lei sobre as atribuições da Regência. V.3, I, 87
— do art. 2º do projeto sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 117
— da emenda supressiva do art. 3º do projeto de naturalização. V.2, I, 89
— do art. 4º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 159
— do art. 6º e respectivas emendas, do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 196
— do art. 33 e da emenda da Comissão de Legislação ao projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V. 2, I, 199
— do encerramento da discussão sobre a questão preliminar de votação de projetos semelhantes. V.2, I,58
— do parecer da Comissão de Constituição, sobre a interpretação do art. 54 da Constituição. V.3, II, 107
— do projeto de lei do Senado sobre cidadania. V.2, I, 44
— do projeto de lei sobre a reforma da Constituição. V.4, I, 20
— do projeto de lei sobre o reconhecimento do Príncipe Imperial, na Câmara. V.3, I, 215
— do projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V.3, II, 167
— do projeto de Resolução da Câmara sobre os estrangeiros naturalizados antes da Independência. V.2, I, 127
— do projeto de Resolução permitindo a participação dos Ministros nos debates da Câmara. V.3, II, 128
— do projeto sobre o reconhecimento de D. Januária como herdeira presuntiva da Coroa do Brasil. V.3, I, 242

— do requerimento do Deputado Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, solicitando o adiamento da discussão da indicação do Deputado José da Costa Carvalho. V.2, I, 99
— do requerimento do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para que o tit 3º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa seja remetido à Comissão de Legislação. V.2, I, 196
— do requerimento solicitando o adiamento da discussão do decreto sobre a remoção de José Bonifácio da Tutoria. V.3, I, 183
— dos artigos adicionais ao projeto de lei sobre naturalização enviado pelo Senado à Câmara. V.2, I, 114
— em 3ª discussão do art. 2º do projeto de lei sobre a liberdade de imprensa. V.2, I, 157
— em 3ª discussão, do art. 1º do projeto de naturalização no Senado. V. 2, I, 91
— em discussão final, das condições para naturalização. V.2, I, 92
— em 3ª discussão do projeto de banimento de D. Pedro I. V.3, I, 246
— em 2ª discussão do projeto de cidadania apresentado pelo Visconde de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos). V.2, I, 29
— na Assembléia Geral, da emenda sobre a arrematação de impostos. V.3, I, 301
— na Câmara do art. 1º da lei de naturalização. V.2, I, 110
— na Câmara sobre a preferência de um projeto especial de responsabilidade abrangendo exclusivamente Ministros e Conselheiros de Estado. V.3, II, 27
— nominal requerida pelo Deputado José Custódio Dias, das emendas do Senado ao projeto que fixa a dotação do Imperador. V.3, I, 230
— no Senado, do projeto que afasta da Tutoria José Bonifácio. V.3, I, 208
— por 72 votos contra 1 da 1ª parte do parecer da Comissão de Poderes sobre a recusa do diploma de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza e Chichorro. V. 3, I, 267
— preliminar das questões prejudiciais relativas aos projetos sobre a responsabilidade dos Ministros de Estado. V.3, II, 21

— segundo os publicistas, a ... a respeito de coisas e pessoas deve ser pública. V.3, I, 85
— sob pretexto de dar mais liberdade aos votantes, nos Conselhos Gerais das Províncias. V.3, II, 142
— sobre a necessidade de impressão do parecer da Comissão de Constituição, sobre a remoção de José Bonifácio do cargo de Tutor. V.3, I, 182

— VOTAÇAO
— a descoberto; para a eleição da Regência, não é constitucional. V. 3, I, 86
— em causa própria; proibição regimental. V. 3, II, 35
— inconvenientes da ... nominal. V. 3, I, 84
— necessidade de ... ostensiva nas matérias políticas. V. 3, II, 136
— secreta; só deve ser admitida nas eleições. V. 3, II, 136

— VOTAR
— direito político. V.2, I, 64

— VOTO
— direito de voto para escolha das autoridades nacionais. V.2, I, 82
— a descoberto; para a eleição da Regência, não é constitucional. V.3, I, 86
— em causa própria; proibição regimental. V.3, II, 35
— nominal; inconvenientes da. V.3, I, 84
— ostensivo; necessidade de ... nas matérias políticas. V.3, II, 136
— secreto; só deve ser admitido nas eleições. V.3, II, 136
— secreto; conveniência do, nos Conselhos de Províncias. V.3, II, 138
— procuração; alvitrado pelo senhor Domingos Borges de Barros. V.3, I, 313
— dos Conselheiros no Conselho de Estado; inexistência de registro. V.3, II, 131
— obtidos pelo General Francisco de Lima e Silva para a Regência Trina Provisória. V.3, I, 14
— obtidos pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para a Regência Trina Provisória. V.3, I, 14

# W

— **WARSPITE**

— nau inglesa, a bordo da qual D. Pedro I datou a carta de nomeação de José Bonifácio para tutor de Pedro II. V. 3, I, 21

# X

**XAVIER DE CARVALHO, Augusto. Deputado**

— declaração de voto contra parecer da Comissão de Constituição. V.3, II, 87

— discussão da denúncia de Bernardo Pereira de Vasconcelos, contra o Ministro da Justiça. V.3, II, 67

— discussão do modo de se fixar o número dos Juízes de Paz. V.3, II, 159

— discussão do projeto de lei sobre o reconhecimento e fundação da dívida nacional. V.2, II, 6

— discussão do projeto sobre o Regimento dos Juízes de Paz. V.3, II, 156

— emenda ao projeto de Regimento dos Juízes de Paz. V.3, II, 157

— voto a favor da denúncia contra o Ministro da Guerra. V.3, II, 104

— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiça (Feijó). V.3, II, 117

# Z

— **ZANGÕES**
— inúteis que voem para o Brasil para comer o mel alheio. V. 2, I, 77

— **ZEFERINO, Manuel ... dos Santos. Deputado**
— voto pela rejeição da denúncia contra o Ministro da Justiço (Feijó). V. 3, II, 117

— **ZELO**
— excesso de ... do Presidente ao convocar uma reunião para apreciar a Carta de D. Pedro I, designando José Bonifácio tutor de seus Filhos. V. 3, I, 22

— **ZONA TÓRRIDA**
— estímulos para a emigração destinada às. V. 2, I, 67

# A

**A. ALBUQUERQUE**

Vide ALMEIDA e ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de

**A. DE BRITO**

Vide BRITO, Paulo José de Melo de Azevedo

**A. DA SILVA**

Vide Silva, Antônio Augusto da

**A. VIANA**

Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de

**ABREU, Antônio Paulino Limpo de**

Vide LIMPO DE ABREU, Antônio Paulino

**AGUIAR, José Caetano Ferreira de**

Natural da província do Rio de Janeiro, onde faleceu em 27/07/1836.

Padre.

Nomeado Senador por sua Província, em janeiro de 1826, tomou posse em 4 de maio do mesmo ano, tendo exercido o mandato até a data do falecimento.

**ALBUQUERQUE, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcânti de**

Vide HOLANDA CAVALCÂNTI, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcânti de Albuquerque

**ALBUQUERQUE, Manoel José de**

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 22/05/1858. Professor e Funcionário Público.

Deputado geral pelo Ceará na 1ª legislatura (1826-1829), na 5ª, (1843-1844) e na 9ª (1853), como suplente.

**ALBUQUERQUE CAVALCANTI, José Mariano de**

Ceará, 20/05/1772 — Rio de Janeiro, 20/08/1844.
Militar.

Deputado Constituinte (1823) pelo Ceará, Província que representou nas 3ª (1834-1837) e 4ª (1838-1841) legislaturas. Presidiu sua Província (1831-1833), Santa Catarina (1835-1837) e Sergipe (1837).

**ALBUQUERQUE MARANHÃO, Afonso de**

Natural de Pernambuco. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1836.
Proprietário.

Representou o Rio Grande do Norte no Senado, de 1826, quando tomou posse (22 de agosto) até 10 de julho de 1836, quando faleceu.

**ALBUQUERQUE MARANHÃO, João de**

Vide MARANHÃO, João de Albuquerque

**ALBUQUERQUE MELO, Francisco Remígio de**

Deputado geral pela Província de Alagoas, durante a 3ª legislatura (1834-1837).

**ALCANTARA, Barão de**

Vide CUNHA, João Inácio da

**ALCEBÍADES**

Vide CARNEIRO, José Alcebíades

**ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de**

Natural do Ceará, onde foi batizado em 08/05/1805. Faleceu na mesma Província, em 17/09/1866.

Padre.

Representou sua Província na Câmara dos deputados nas 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847) e 7ª (1848) legislaturas.

**ALENCAR, José Martiniano de**

Nasceu no Ceará, segundo alguns autores em 16/10/1794 e, segundo outros, em 27/10/1798. Faleceu no Rio de Janeiro, em 15/03/1860.

Padre.

Deputado às Cortes Constituintes de Lisboa, em 1822. Representou o Ceará na Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa de 1823, tendo sido deputado geral à 2ª legislatura (1830-1832). Neste último ano foi escolhido pela Regência Senador por sua Província, tendo tomado posse em 02/05/1832. Exerceu o mandato vitalício até a morte em 1860.

**ALFENAS, Barão de**

Vide JUNQUEIRA, Gabriel Francisco

**ALMEIDA, Francisco de Paula de Araújo e**

Bahia, 02/08/1799 — Rio de Janeiro, 01/03/1844.

Médico e Bacharel em Letras.

Representou a Bahia na Câmara temporária durante as 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

**ALMEIDA, José Egídio Alvares de** (Visconde e Marquês de Santo Amaro)

Bahia, 01/09/1767 — Rio de Janeiro 10/08/1832.

Bacharel em Direito e Conselheiro de Estado.

Representou o Rio de Janeiro na Assembléia-Geral Constituinte de 1823, tendo sido seu presidente durante o mês de setembro. Escolhido Senador pela mesma Província, tomou posse em 04/04/1826, até 10/08/1832, quando faleceu. Foi presidente do Senado de 1826 a 1827. Ministro de Estrangeiros no 4º gabinete de D. Pedro I (1825-1826), depois de ter exercido essa mesma pasta no 1º gabinete (28 e 29 de agosto de 1822) em substituição a José Bonifácio, que se demitira, tendo sido reintegrado dois dias depois.

**ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de**

Natural de Pernambuco, onde faleceu em 07/07/1869.

Magistrado.

Representante de sua Província na Câmara dos Deputados, durante as quatro primeiras legislaturas, de 1826 a 1838. Escolhido Senador por Pernambuco, neste último ano, tomou assento em 3 de setembro, tendo exercido o mandato até a data da morte.

Durante o 2º Gabinete da Regência Araújo Lima, ocupou a pasta da Justiça (16/04/1839 a 31/08/1839), exercendo-a cumulativamente com a do Império.

**ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Manoel Caetano de**

Magistrado.

Pernambuco, 11/11/1753 — Pernambuco, 14/10/1844.

Representou sua Província na Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa de 1823 e na Câmara dos Deputados, durante a 1ª legislatura (1826-1829). Escolhido Senador por Pernambuco em 1828, tomou posse em 04 de julho, tendo exercido o mandato vitalício até o falecimento em 1844.

**ALMEIDA E SILVA, Patrício José de**

Nasceu no Maranhão e faleceu no Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1847.
Bacharel em Cânones.

Tomou posse como Senador por sua Província natal em 08 de agosto de 1827, exercendo o mandato até a data da morte, em 1847.

**ALMEIDA TORRES, José Carlos Pereira de** (2º Visconde de Macaé)

Bahia, 1799 — Rio de Janeiro, 25/04/1850.

Bacharel em Direito e Conselheiro de Estado.

Deputado geral pela Província de Minas Gerais, na 1ª (1826-1829) legislatura. Na 2ª, representou a Bahia (1830-1833), voltando a ser eleito por São Paulo durante a 5ª legislatura (1843). Neste mesmo ano foi escolhido Senador por sua Província, tendo tomado posse em 20/06/1843. Exerceu o mandato até 1850, quando faleceu.

Presidiu as Províncias de São Paulo (1829-1831) e Rio Grande do Sul (1831). Entre 1842 e 1843 voltou a ser presidente da Província de São Paulo.

Ocupou a pasta do Império no 4º gabinete durante o reinado de D. Pedro II (1844-1845) e, no 5º (1845), quando foi também Ministro interino da Justiça.

Presidiu o Conselho de Ministros no período de 8 de março a 30 de maio de 1848 (8º gabinete de D Pedro II), ocupando, nessa época, pela terceira vez, a pasta do Império.

**ÁLVARES, Joaquim de Oliveira**

Ilha da Madeira (Port.) 19/11/1776 — Paris, 27/06/1835. Oficial General do Exército; Bacharel em Matemática e Filosofia.

Representou o Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, durante a 2ª legislatura (1830-1833), sendo no entanto substituído durante as sessões de 1831, 1832 e 1833.

Ocupou o Ministério da Guerra e no mesmo gabinete em que José Bonifácio foi Ministro do Império e Estrangeiros (16/01/1822 a 26/06/1822). Novamente titular da mesma pasta no 7º Gabinete de D. Pedro I (1828-1829), quando o deputado Holanda Cavalcânti o acusou por crime de responsabilidade, sendo porém absolvido.

**ÁLVARES DO AMARAL, Antônio Joaquim**

Bahia, 25/07/1795 — Bahia, 18/05/1853.

Proprietário.

Deputado pela Bahia, durante a 4ª legislatura (1836-1841). Presidiu as Províncias de Sergipe (1845-1846) e Maranhão (1848-1849).

**ÁLVARES MACHADO, Francisco ... de Vasconcelos**

São Paulo, 21/12/1791 — Rio de Janeiro, 04/07/1846.

Médico.

Representante de sua Província na Câmara dos Deputados, durante as 1ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 6ª (1845) legislaturas.

**ALVES BRANCO, Manoel** (2º Visconde de Caravelas)

Bahia, 07/06/1707 — Rio de Janeiro, 13/07/1855.

Bacharel em leis; Conselheiro de Estado.

Deputado geral na 2ª legislatura (1830-1833), pela Província da Bahia, por onde foi Senador. Tomou posse na Câmara vitalícia em 19 de junho de 1837, exercendo o mandato durante 18 anos.

Foi Ministro da Fazenda em cinco gabinetes: o 4º da Regência Feijó (16/05/1837 a 18/09/1837); no 3º da Regência Araújo Lima (01/09/1839 a 17/05/1840); no 4º de D. Pedro II (02/02/1844 a 22/05/1845); no 5º (26/05/1845 a 01/05/1846) e no 7º (22/05/1847 a 07/03/1848).

Primeiro titular a ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (22/05/1847 a 07/03/1848).

Por duas vezes ocupou a pasta dos Estrangeiros. A 1ª, interinamente, durante o 4º Gabinete da Regência Trina Permanente (1835) e a 2ª durante o 1º gabinete da Regência Feijó (1835-1836). Ocupou ainda a Pasta da Justiça, no 4º gabinete da Regência Trina Permanente (1835), como titular, e interinamente, durante o 4º Gabinete sob D. Pedro II (1844). Em cinco oportunidades exerceu o Ministério do Império: durante o 4º gabinete da Regência Feijó (1837); interinamente durante o 5º gabinete sob D. Pedro II (1845-1846) e mais três vezes durante o 7º gabinete foi por ele presidido. É de sua autoria a reforma tarifária aduaneira de 1844.

**AMARAL, Manoel Maria do**

Bahia, 1798 — Bahia, 1879.

Bacharel em leis e Professor de Direito.

Deputado geral, representante de sua Província, nas 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841), 7ª (1848) e 8ª (1851) legislaturas, sendo na última como suplente.

**AMARO, Marquês de Santo**

Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

**ANDRADA, José Ricardo da Costa Aguiar de**

Vide COSTA AGUIAR, José Ricardo da ... de ANDRADA

**ANDRADA MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro de ... Silva**

São Paulo, 01/11/1773 — Rio de Janeiro, 05/12/1845.

Bacharel em Direito e Magistrado.

Representou São Paulo nas Cortes Constituintes de Lisboa (1822), sendo um dos seis deputados brasileiros que se recusaram a assinar a Constituição Portuguesa, fugindo de Lisboa para a Inglaterra, onde publicou o famoso **Manifesto** de Falmouth. Foi deputado, também por São Paulo, à Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa, relator do projeto de Constituição. Preso e deportado com seus irmãos, quando da dissolução da Constituinte em 12/11/1823. Voltou a representar sua Província na Câmara Temporária durante a 4ª legislatura (1838-1841). Escolhido Senador por Pernambuco, tomou posse em 04/06/1845, exercendo o

mandato até sua morte, no mesmo ano. Foi o único dos irmãos Andrada a ocupar uma cadeira no Senado.

Ministro do Império durante o 1º Gabinete da Maioridade (24/07/1840 — 22/03/1841).

Para sua biografia vide a obra de ALBERTO SOUZA, **Os Andradas. Obra comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil, mandada executar pela Câmara Municipal da cidade de Santos.** São Paulo, Typ Piratininga, 1922, 3 v.

**ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de**

São Paulo, 13/06/1763 — Rio de Janeiro, 06/04/1838.

Desembargador, Bacharel em Ciências, Conselheiro de Estado.

Deputado à Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa de 1823, por São Paulo. Presidiu essa Câmara durante o mês de junho, sendo seu Vice-Presidente durante o primeiro mês de funcionamento. Voltou à Câmara temporária, depois do regresso do exílio, como representante da Bahia (suplente), na 2ª legislatura (1831-1833), substituindo o titular, Honorato José de Barros Paim, nas sessões de 1831 e 1832.

Nomeado Tutor de D. Pedro II, depois da Revolução de 7 de Abril, não teve sua designação reconhecida pela Assembléia-Geral, que negou ao Imperador renunciante o direito de nomear o Tutor, no caso de renúncia. Eleito no entanto pela própria Assembléia para esse mesmo cargo, exerceu-o até 1834, quando foi afastado por ato do Ministério. A Assembléia, tomando conhecimento do fato, votou por sua remoção definitiva.

Ocupou o Ministério do Império e Estrangeiros, no 1º gabinete organizado por D. Pedro I, depois do "Fico". Nomeado a 16 de janeiro de 1822, pediu demissão, que lhe foi concedida, em 28 de outubro do mesmo ano. Reintegrado dois dias depois, permaneceu como titular da mesma Pasta até 17 de julho de 1823.

Para sua biobibliografia, vide o **Catálogo de Exposição de História do Brasil** (Annaes de Biblioteca Nacional, vol. 9 — 2 tomos e suplemento), e o **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados,** vol. XVIII, nº 3, set/dez de 1968, pp. 747-912.

**ANDRADE LIMA, Luiz Inácio de**

Natural de Pernambuco

Padre.

Deputado à Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa de 1823, representante de sua Província. Foi suplente da bancada pernambucana durante a 2ª legislatura (1830-1833), tendo substituído o titular durante as sessões de 1832 e 1833.

**ANTÔNIO AUGUSTO**

Vide MONTEIRO DE BARROS, Antônio Augusto

**ANTÔNIO CARLOS**

Vide ANDRADA MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro de ... e Silva

**ANTUNES CORREIA, João**

Nasceu em Minas Gerais, onde faleceu em 27/03/1854. Padre.

Deputado por Minas Gerais, como suplente, durante as sessões de 1840 e 1841 (4ª legislatura) e como titular, durante a 5ª Legislatura (1843-1844).

**ARAÚJO E ALMEIDA, Francisco de Paula de**

Bahia, 02/08/1799 — Rio de Janeiro, 01/03/1844.

Médico e Bacharel em Letras.

Representou sua Província na Câmara dos Deputados, durante as 2ª (1830-1833) e a 4ª (1834-1837) legislaturas.

**ARAÚJO BASTO, Luiz Paulo de** (1º Barão e Visconde de Fiais) Rio de Janeiro, 1797 — Bahia, 1863.

Bacharel em Cânones.

Representou a Bahia, como suplente, durante a 1ª legislatura (1826-1829). Presidiu essa mesma Província entre 1830 e 1831.

**ARAÚJO FRANCO, Manoel José de**

Bacharel em Direito.

Representou a Província do Pará, durante a 2ª legislatura (1830-33)

**ARAÚJO LIMA, Pedro de** (Marquês de Olinda)

Pernambuco, 22/12/73 — Rio de Janeiro, 07/06/1870.

Doutor em Cânones; Regente do Império.

Representou sua Província como deputado, nas Cortes Constituintes de Lisboa (1822) e na Assembléia Constituinte de 1823. Foi deputado geral por Pernambuco durante a 2ª legislatura (1830-1833) e a 3ª (1834-1837). Substituiu Feijó como Regente, após a renúncia deste. Exerceu este cargo de 18/09/1837 até a proclamação da Maioridade de D. Pedro II, em 1840.

Em quatro oportunidades diferentes exerceu a Presidência do Conselho de Ministros, sob D. Pedro II: no 10º gabinete (29/09/1848 a 05/10/1849); no 13º gabinete (04 de maio de 1857 a 11/12/1858); no 18º gabinete (30/05/1862 a 14/01/1864) e no 21º gabinete (12/05/1865 a 02/08/1866).

Foi Ministro do Império seis vezes: durante o 3º gabinete de D. Pedro I (1823) e o 7º (1827-1828): no 4º gabinete da Regência Feijó (1837) e durante o 13º, 18º e 21º gabinetes que presidiu, respectivamente em 1857-1858, 1862-1864 e 1865-1866.

Ministro da Justiça durante o 2º gabinete da Regência Trina Permanente (1832); dos Estrangeiros, interinamente, em 1832 e, como efetivo, durante o 10º gabinete de D. Pedro II (1848-1849). Durante este período exerceu, também interinamente, o Ministério da Fazenda.

Para sua biografia, vide o trabalho de Alexandre José de Mello Morais, **Biografia do Marquês de Olinda;** Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & Cia., 1866, 15p.

**ARAÚJO VIANA, Cândido José de** (Marquês de Sapucaí)

Minas Gerais, 15/09/1793 — Rio de Janeiro, 23/01/1875.

Bacharel em Direito; Magistrado e Conselheiro de Estado.

Deputado constituinte por sua Província, em 1823. Representante de Minas Gerais na 1ª legislatura (1826-1829), na 2ª (1830-1833) — tendo sido substituído na sessão de 1832 — na 4ª (1834-1837) e na 5ª (1838-1841). Foi escolhido Senador por sua Província, tomando posse em 13/04/1840, cargo que exerceu até o falecimento. Presidiu o Senado, de 1851 a 1854.

Presidiu as Províncias de Alagoas (1828) e Maranhão (1829-1832). Foi Ministro da Fazenda durante o 3º gabinete da Regência Trina Permanente (1832-1834) e interino da

Justiça durante o mesmo gabinete (1833). Ocupou a pasta do Império durante o IIº gabinete de D. Pedro II (1841-1843).

**ASSIS BARBOSA, Francisco de**

Padre.

Representante de Alagoas às Cortes Constituintes de Lisboa (1821-1822) e Deputado pela mesma Província na 1ª Legislatura (1826-1829)

**ASSIS COELHO, Francisco Ramiro de**

Natural da Bahia.

Bacharel em Direito.

Deputado pela Bahia na 3ª legislatura (suplente), tendo exercido o mandato nas sessões de 1835 e 1837; reeleito nas 4ª (1838-1841), 5ª (1843-1844) e 6ª (1845-1847) legislaturas.

Foi Ministro da Justiça no 3º gabinete da Regência Araújo Lima (1839-1840), ocupando, neste último ano, interinamente, a pasta do Império.

**ASSIS MASCARENHAS, D. José de**

Goiás, 1815 — Rio de Janeiro, 1868.

Bacharel em Direito.

Representante de sua Província na Câmara dos Deputados, durante a 3ª legislatura (1834-1837), como suplente, tendo exercido o mandato nas sessões de 1836 e 1837. Reeleito na 4ª legislatura (1838-1841), foi substituído durante a sessão de 1840. Voltou a representar Goiás nas 5ª (1843-1844) e 8ª (1850-1852) legislaturas.

Presidiu essa Província entre 1840 e 1845.

**AUGUSTO DA SILVA, Antônio**

Vide SILVA, Antônio Augusto da

**AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO** (Visconde de Sepetiba)

Rio de Janeiro, 21/07/1800 — Rio de Janeiro, 25//09/1855. Bacharel em Direito e Magistrado.

Deputado por Minas Gerais na 2ª legislatura (1830-1833). Durante a 4ª legislatura, voltou à Câmara, repre-

sentando sua província natal (1838-1841). Escolhido Senador por Alagoas, tomou posse em 22 de janeiro de 1843.

Presidiu as Províncias do Rio de Janeiro (1844-1848) e de São Paulo (1841). Durante o 3º gabinete da Regência Trina Permanente, ocupou, como titular, a Pasta do Império (1833) e, interinamente, a da Justiça, da qual se tornou titular (1833-1835). Foi nesse período Ministro interino dos Estrangeiros, cargo que voltou a ocupar entre 1840 e 1843, durante o 1º e 2º gabinetes da Maioridade.

**AVELINO BARBOSA, José**

Bahia, 10/11/1784 — Falecido em 18/01/1853.

Médico.

Representou sua província como deputado geral na 1ª legislatura (1826-1829).

**AZEVEDO BRITO, Paulo José de Melo de**

Bahia, 1779 — Rio de Janeiro, 25/09/1848.

Bacharel em Direito.

Deputado geral pela Bahia na 3ª legislatura (1834-1837). Tomou posse como representante do Rio Grande do Norte, no Senado, em 5 de maio de 1846, exercendo o mandato por dois anos.

Entre 1840 e 1841 presidiu a Bahia.

# B

**B. CORDEIRO**

Vide CORDEIRO, João Barbosa

**BACELAR, José Teixeira da Mata**

Vide NOGUEIRA BACELAR, José Teixeira da

**BAEPENDI, Visconde e Marquês de**

Vide NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto

**BANDEIRA DE MELO, João Capistrano**

Ceará, 23/10/1811 — Rio de Janeiro, 30/05/1881.

Bacharel e Professor de Direito.

Representou o Ceará na Câmara dos Deputados nas 4ª (1838-1841), 8ª (1850-1852) e 9ª (1853-1856) legislaturas, sendo que durante esta última, foi substituído na sessão de 1853. Voltou a integrar a Câmara temporária, ainda como representante cearense, nas 11ª (1861-1863), 14ª (1871-1872) e 15ª (1872-1875) legislaturas.

Presidiu as Províncias de Alagoas (1848-1849), Paraíba (1853-1854) e Minas Gerais (1877-1878).

**BARÃO DE ALCANTARA**

Vide CUNHA, João Inácio da.

**BARÃO DE ALFENAS**

Vide JUNQUEIRA, Gabriel Francisco

**BARÃO DE CAIRU**

Vide LISBOA, José da Silva

**BARÃO DE ITAPOÁ**

Vide NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim

**BARÃO DE PATI DO ALFERES**

Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

**BARÃO DE PINDARÉ**

Vide COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da

**BARÃO DO RIO VERDE**

Vide LEMOS, João Antônio de

**BARÃO DE VALENÇA**

Vide REZENDE, Estevão Ribeiro de

**BARBACENA, Visconde de**

Vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto

**BARBOSA, Francisco Vilela**

Vide VILELA BARBOSA, Francisco

**BARBOSA, Joaquim José**

Ceará, 08/10/1785 — Ceará, 30/10/1847.

Comerciante e Capitão-Mor.

Deputado, representante do Ceará, na 1ª legislatura 1826-1829.

**BARBOSA CORDEIRO, João**

Pernambuco, 1792 — Alagoas, 1864.

Padre.

Representante de Pernambuco na Câmara dos Deputados, durante a 3ª legislatura (1834-1837) e do Ceará como suplente, na 5ª, tendo entrado em exercício na sessão de 1844.

**BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de.** (1º Barão de Pati do Alferes, Marquês de Jacarepaguá e Visconde de Lorena).

Nascido em Portugal, faleceu no Rio de Janeiro em 02/05/1836. Oficial do Exército.

Escolhido Senador por Goiás, em janeiro de 1826, tomou posse em 04 de maio do mesmo ano, quando se instalou o Senado. Exerceu o mandato por 10 anos.

**BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz**

Vide MUNIZ BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco

**BARRETO PEDROSO, Antônio Pereira**

Minas Gerais, 18/01/1800 — Rio de Janeiro, 05/08/1883. Magistrado.

Representou o Rio de Janeiro, como deputado efetivo, nas 3ª (1837), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843-1844) legislaturas. Exerceu novamente o mandato, como suplente, na 8ª (1850-1852) e 9ª (1854-1856) legislaturas. Entre 1837 e 1838 presidiu a Província da Bahia.

**BARROS, Domingos Borges de.** (Visconde de Pedra Branca)

Bahia, 10/10/1779 — Bahia 20/03/1855.

Deputado pela Bahia às Cortes de Lisboa (1822) e Senador pela mesma Província, tendo tomado posse em 18/07/1833. Integrou a Câmara vitalícia durante 22 anos.

**BARROS LEITE, Luiz José de**

Natural de Alagoas.

Padre.

Representante de Alagoas na Câmara dos Deputados, durante a 1ª legislatura (1826-1829).

**BARROSO, Bento... Pereira**

Minas Gerais, 02/10/1785 — Rio de Janeiro, 08/02/1837.

Oficial General do Exército.

Nomeado Senador em janeiro de 1826, quando da instalação do Senado, tomou posse em 4 de maio, exercendo o mandato até o falecimento em 1837. Foi Vice-Presidente do Senado na sessão de 1831 e Presidente de 1832 a 1836.

Ministro da Guerra no 7º gabinete de D. Pedro I (1826-1827), voltou a ocupar esta pasta no 2º gabinete da Regência Trina Permanente (1832), cumulativamente com a da Marinha.

**BATISTA CAETANO DE ALMEIDA**

Minas Gerais, 03/05/1797 — Minas Gerais, 24/06/1839.

Comerciante.

Deputado geral pela Província de Minas, durante as 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837) e 4ª (1838-1841) legislaturas. Em

virtude de ter falecido no exercício do mandato, foi substituído nas sessões de 1840 e 1841.

**BATISTA DE OLIVEIRA, Cândido**

Rio Grande do Sul, 15/02/1801 — Bordo do "Pelouse", no litoral da Bahia, 26/05/1865.

Bacharel em Matemática e Filosofia; Conselheiro de Estado.

Deputado geral por sua Província, nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas, nesta última como suplente, tendo entrado em exercício na sessão de 1834. Escolhido Senador em 1849, tomou assento em 29/12/1849.

Foi Ministro dos Estrangeiros durante o 2º gabinete da Regência Araújo Lima (1839), exercendo interinamente, neste mesmo gabinete, a Pasta da Fazenda. Já sob D. Pedro II, ocupou a pasta da Marinha (7º gabinete).

**BELEZA, Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel**

Natural do Maranhão.

Bacharel em Direito.

Deputado geral pelo Maranhão, na 4ª legislatura (1838-1841).

**BELISÁRIO**

Vide SOARES DE SOUZA, Bernardo Belisário

**BELLEGARDE, Pedro de Alcântara**

Nascido a bordo, em viagem de Portugal para o Brasil, em 03/12/1807;

Faleceu no Rio de Janeiro, em 12/02/1864.

Oficial do Exército e Doutor em Matemática.

Eleito deputado geral à 12ª legislatura (1864), pelo 4º distrito da Província do Rio de Janeiro, não chegou a tomar posse por ter falecido em 12 de fevereiro desse ano.

Ocupou interinamente a pasta da Marinha no 12º gabinete do 2º Império (1853), quando era titular da Pasta da Guerra. Ministro da Agricultura no 18º gabinete sob D. Pedro II (1863-1864).

**BELO, Joaquim Mariano de Oliveira**

Vide OLIVEIRA BELO, Joaquim Mariano de

**BHERING, Antônio José Ribeiro**

Natural de Minas Gerais, onde faleceu em 19/01/1856.

Padre.

Representante de sua Província na Câmara Temporária na 3ª legislatura (1834-1837).

**BISPO CAPELÃO-MOR**

Vide COUTINHO, D. José da Silva

**BONIFÁCIO, José**

Vide ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de

**BORGES, José Inácio**

Natural de Pernambuco, faleceu no Rio de Janeiro em 06/12/1838.

Oficial General do Exército.

Escolhido Senador por Pernambuco, em 1826, tomou posse em 4 de maio, quando se instalou o Senado, exercendo o mandato por 12 anos. Durante a Regência Trina Provisória foi Ministro da Fazenda (1831), ocupando a pasta do Império de fevereiro a junho de 1835, no 2º gabinete da Regência Feijó. Nesta mesma época exerceu, interinamente, a pasta dos Estrangeiros.

**BORGES DE BARROS, Domingos**

Vide BARROS, Domingos Borges de

**BORJA PEREIRA, João Francisco de**

Natural de Goiás.

Bacharel em Direito.

Representou Goiás na Câmara dos Deputados, durante a 1ª legislatura (1826-1829).

**BRAGA, Bento de Oliveira**

Vide OLIVEIRA BRAGA, Bento de

**BRÁULIO MUNIZ, João**

Maranhão, março de 1796 — Rio de Janeiro, 21/09/1835.

Bacharel em Direito.

Deputado geral pelo Maranhão na 1ª (1826-1829) e na 2ª (1830-1833) legislaturas. No decurso da sessão de 1831,

foi eleito membro da Regência Trina Permanente, cargo em cujo exercício faleceu.

**BRÍCIO, Marcos Antônio** (Barão de Jaguarari)

Maranhão, 24/12/1800 — Pará, 11/08/1871.

Oficial do Exército.

Deputado geral pelo Ceará, na 1ª. (1826-1829) legislatura e, pelo Pará, na 6ª (1845-1847).

**BRITO GUERRA, Francisco de**

Rio Grande do Norte, 18/04/1777 — Rio de Janeiro 26/07/1845.
Padre.

Deputado geral por sua Província, na 2ª legislatura (suplente), tendo exercido o mandato nas sessões de 1831 a 1833. Reeleito na 3ª legislatura (1834-1837), foi escolhido Senador pelo Rio Grande do Norte em 1837, tomando posse em 12 de julho. Exerceu o mandato vitalício durante oito anos.

# C

**C. DIAS**

Vide CUSTÓDIO DIAS, José

**C. FRANÇA**

Vide FRANÇA, Cornélio Ferreira

**C. DE VASCONCELOS**

Vide CUNHA VASCONCELOS, Antônio da

**CAETANO DE ALMEIDA, Batista**

Vide BATISTA CAETANO DE ALMENDA

**CAETANO PINTO DE MIRANDA**

Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

**CAETÉ, Visconde de**

Vide VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca

**CAIRU, Barão e Visconde de**

Vide LISBOA, José da Silva

**CAJUEIRO, Luiz Carlos Cardoso**

Natural do Maranhão, faleceu no Rio de Janeiro em 1841.

Deputado por sua província à 4ª legislatura ..... (1838-1841), não chegou a terminar o mandato, por ter falecido em 1841.

**CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto.** (1º Visconde e Marquês de Barbacena)

Minas Gerais, 19/09/1772 — Rio de Janeiro, 13/06/1842. Marechal do Exército; Conselheiro de Estado.

Deputado Constituinte em 1823 pela Bahia. Escolhido Senador em 1826, tomou posse na Câmara vitalícia em 4

de maio, quando de sua instalação, representando a Província de Alagoas.

Ministro do Império no 3º Gabinete de D. Pedro I (1825). No gabinete que se seguiu (4º), ocupou a pasta da Fazenda e, interinamente, a do Império. Novamente Ministro da Fazenda no 8º gabinete (1829-1830).

**CALMON, Miguel... du Pin e Almeida.** (Visconde e Marquês de Abrantes)

Nasceu na Bahia em 26/10/1794. Faleceu no Rio de Janeiro em 05/10/1865, segundo o Relatório do Senado relativo a 1867.

Deputado constituinte pela Bahia em 1823. Voltou a representar sua Província na Assembléia-Geral, durante a 1ª legislatura (1826-1829), sendo substituído na sessão de 1826. Reeleito na 2ª legislatura (1830-1833), foi novamente substituído em 1831. Voltou à Câmara, novamente como representante baiano, na 4ª legislatura (1838-1841). Em 1840, no entanto, foi escolhido Senador pela Província do Ceará. Tomou assento no Senado em 28 de julho do mesmo ano, exercendo o mandato até 1865.

Durante o 7º gabinete do Iº Império, ocupou a pasta da Fazenda (1827-1829). No seguinte foi Ministro dos Estrangeiros (1829-1830). Voltou a ser titular da Fazenda durante o 1º gabinete da Regência Araújo Lima (1837-1839). Ocupou a mesma pasta no 2º gabinete após a Maioridade (1841-1843), e no 18º (1863-1864), exercendo-a cumulativamente com a dos Estrangeiros (1862-1864).

**CÂMARA, Manuel Ferreira da ... Bittencourt e Sá**

(Intendente Câmara).

Minas Gerais, 1764 — Bahia, 13/12/1835.

Bacharel em Direito e Filosofia.

Deputado Constituinte por Minas Gerais (1823), exerceu a presidência da Assembléia no mês de julho, sucedendo nesse cargo a José Bonifácio. Escolhido Senador por sua Província, tomou posse em 28 de abril de 1827, permanecendo no Senado durante oito anos.

Para sua biografia, vide o trabalho de Marcos Carneiro de Mendonça, **O Intendente Câmara;** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933.

**CAMPO GRANDE, Barão de**

Vide GOMES DE CAMPOS, Francisco

**CÂNDIDO JOSÉ DE ARAÚJO VIANA**

Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de

**CARAVELAS, 1º Visconde de**

Vide ALVES BRANCO, Manoel

**CARNEIRO, José Alcebíades**

Natural de Minas Gerais.

Deputado geral por sua Província na 3ª legislatura (1834-1837), foi reeleito na 4ª como suplente, exercendo o mandato nas sessões de 1838 e 1838.

**CARNEIRO DE CAMPOS, Francisco**

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 08/12/1842.

Bacharel em Direito e Magistrado.

Deputado Constituinte pela Bahia (1823). Escolhido Senador em 1826, tomou posse como representante de sua Província em 4 de maio, permanecendo no Senado até 1842.

Foi quatro vezes Ministro dos Estrangeiros. Durante o 8º gabinete de D. Pedro I (1830-1831), no seguinte (1831) e durante as Regências Trina Provisória (1831) e Trina Permanente (1831-1832).

**CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim.** (1º Visconde e Marquês de Caravelas)

Bahia, 04/03/1768 — Rio de Janeiro, 08/09/1836.

Doutor em Direito; Conselheiro de Estado.

Deputado constituinte pela Província do Rio de Janeiro, em 1823. Escolhido Senador em 1826, tomou posse em 4 de maio, permanecendo na Câmara vitalícia até 1836.

Foi membro da Regência Trina Provisória, de abril a julho de 1831. Substituiu José Bonifácio como Ministro do Império e Estrangeiros, no 2º gabinete de D. Pedro I. Depois do desmembramento dessa pasta em duas, voltou a ocupar a dos Estrangeiros, no 5º gabinete. Foi ainda Ministro do Império no 8º gabinete do 1º Império (1829-1830).

**CARNEIRO DA CUNHA, Joaquim Manuel**

Natural da Paraíba.

Proprietário.

Deputado Constituinte pela Paraíba (1823). Voltou a representar sua Província na Câmara durante as 2ª, .... (1830-1833), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843-1844) legislaturas. Na 8ª, voltou pela última vez à Câmara temporária, sendo substituído na sessão de 1851.

**CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto.** (Marquês do Paraná).

Minas Gerais, 11/01/1801 — Rio de Janeiro, 03/09/1856.

Bacharel em Direito; Magistrado e Conselheiro de Estado.

Deputado geral por sua Província, na 2ª legislatura (1830-1833), na 3ª (1834-1837) e na 4ª (1838-1841). Escolhido Senador por Minas Gerais, tomou assento no Senado em 2 de janeiro de 1843.

Presidiu as Províncias do Rio de Janeiro (1841-1843) e de Pernambuco (1849-1850), logo após a Revolução Praieira. Ministro da Justiça durante o 3º Gabinete da Regência Trina Permanente (1832-1833).

Voltou a ser titular dessa mesma pasta durante o 3º gabinete organizado depois da Maioridade (1843), cargo que exerceu de janeiro a junho, cumulativamente com a pasta dos Estrangeiros, como interino. Foi Presidente do Conselho de Ministros durante o gabinete da "conciliação", (12º) política que inaugurou. Durante este período, exerceu a pasta da Fazenda, tendo falecido no exercício do cargo. Sobre a missão que desempenhou no Prata, vide a obra de José Antônio Soares de Souza, **Honório Hermeto no Rio da Prata;** São Paulo, Cia. Editora Nacional, coleção "Brasiliana", 1959.

**CARVALHO, Estêvão Rafael de**

Maranhão, 1800 — Maranhão, 26/03/1846.

Bacharel em Ciências Naturais.

Deputado pelo Maranhão, durante a 3ª legislatura (1834-1837).

**CARVALHO, João Vieira de.** (1º Conde, Visconde e Marquês de Lages)

Portugal, 16/11/1781 — Rio de Janeiro, 01/04/1847.
Oficial do Exército, Conselheiro de Estado.

Indicado e escolhido Senador pelo Ceará, em 28-06-1828, teve sua eleição anulada pelo Senado em 30 de junho do mesmo ano. Novamente indicado pela mesma Província, tomou posse em 10 de abril de 1829, permanecendo na Câmara vitalícia até 1847, quando faleceu. Presidiu essa Câmara de 1844 a 1847.

Ministro da Guerra em dez oportunidades, entre 1823 e 1840. Durante o reinado de D. Pedro I, do 1º ao 6º gabinete e no chamado "gabinete da renúncia" (5 e 6 de abril de 1831). Voltou a ocupar a pasta no 3º gabinete da Regência Feijó (1836-1837), e no 2º e 3º gabinetes da Regência Araújo Lima, respectivamente, em 1839 e 1840. Foi Ministro interino na Pasta do Império no 4º e 5º gabinetes (1826), sob D. Pedro I.

**CARVALHO, José Joaquim de**

Rio de Janeiro, 1768 — Rio de Janeiro, 05/05/1837.

Médico e Militar.

Senador pela Província de Pernambuco, tomou assento em 4-5-1826. Exerceu o mandato durante 11 anos.

**CARVALHO DE MENDONÇA, Manoel Inácio**

Pernambuco, 1795 — Rio de Janeiro, 13/04/1851.

Militar.

Deputado geral por Pernambuco, na 4ª legislatura (1838-1841) na 5ª (1843), como suplente, e na 69ª (1845-1847) e 7ª (1848), como titular.

**CASADO, Mateus ... de Araújo Lima Arnaud**

Natural de Alagoas.

Magistrado.

Deputado geral por Alagoas em cinco legislaturas: 4ª (1838—1841), 7ª (1848), 9ª, como suplente (1853), 14ª (1869—1872) e 15ª (1872—1875).

**CASSIANO**

Vide MELO MATOS, Cassiano Esperidião de

**CASTRO ALVES, Antônio de**

Nasceu no Rio de Janeiro, na última década do sec. XVIII e faleceu na mesma Província em 1833.
Jornalista.

Deputado por sua Província natal na segunda legislatura (1830—1833).

**CASTRO E SILVA, Manoel do Nascimento**

Ceará, 25/12/1788 — Rio de Janeiro, 23/10/1846.
Advogado provisionado.

Representante do Ceará às Cortes Constituintes de Lisboa (1822). Deputado geral por sua Província na 1ª legislatura (1826—1829), na 2ª (1830—1833) e na 4ª (1834—1837). Em 1841 foi escolhido Senador pelo Ceará, tendo tomado posse em 20 de novembro do mesmo ano. Permaneceu no Senado durante cinco anos.

Entre 1825 e 1827 presidiu a Província do Rio Grande do Norte. Foi Ministro da Fazenda em cinco diferentes oportunidades: no 3º gabinete da Regência Trina Permanente (1834-1835), no gabinete seguinte (1835); no da Regência Feijó (1835-1836) e nos dois que se seguiram sob a mesma Regência — o 2º (1836) e o 3º (1837). Em janeiro de 1835 substituiu, interinamente, o titular da Pasta do Império.

**CASTRO E SILVA, — Vicente Ferreira de**

Ceará, 23/10/1791 — Rio de Janeiro, 28/01/1873.
Funcionário Público.

Representou o Ceará na Câmara dos Deputados, durante as seguintes legislaturas: 2ª (1830-1833); 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 6ª (1845-1847).

**CASTRO VIANA, Antônio de**

Deputado geral pelo Ceará na 1ª legislatura (1826-1829) e por Alagoas na 3ª (1836-1837), como suplente.

**CAVALCANTI, Luiz**

Vide LUIZ CAVALCÂNTI

**CAVALCÂNTI, Antônio Francisco de Paula e Holanda ... de Albuquerque**

Vide HOLANDA CAVALCÂNTI

**CAVALCANTI DE LACERDA, Manuel Inácio.** (Barão de Pirapama)

Pernambuco, 1799 —Rio de Janeiro, 11/03/1882.

Magistrado Militar.

Deputado constituinte por sua Província (1823). Representou o Maranhão, como suplente, nas sessões de 1832 e e 1833, durante a 2ª legislatura. Novamente deputado por Pernambuco nas 4ª (1838-1841) e 5ª (1843-1844) legislaturas. Escolhido Senador pela mesma Província, tomou posse em sua cadeira na Câmara vitalícia, em 18 de abril de 1850. Presidiu o Senado de 1854 a 1860.

**CERQUEIRA LEITE, Francisco de Paula**

Natural de Minas Gerais. Faleceu no Rio de Janeiro em 16/09/1871.

Magistrado.

Deputado por Minas na 3ª legislatura (1834-1837), na 4ª 1838-1841) e na 7ª (1848).

**CESIMBRA, João Gonçalves**

Deputado geral pela Bahia, na 3ª legislatura (1834-1837). Exerceu, como suplente, o mandato de deputado geral nas sessões de 1834 e 1835.

**CHAGAS SANTOS, Francisco das**

Rio de Janeiro, 17/09/1763 — Rio de Janeiro, 12/10/1840.

Marechal de Campo.

Deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, em 1823 e deputado geral por São Paulo na 1ª legislatura (1826-1829). Presidiu a primeira dessas Províncias, em 1837.

**CHICHORRO DA GAMA, Antônio Pinto**

Bahia, abril de 1800 — Guanabara, 10/06/1887.

Magistrado.

Deputado geral pela Província de Minas Gerais, na 2ª legislatura (1830-1833), reeleito na 4ª (1834-1837). Na 7ª legislatura foi eleito por Pernambuco (1848). Sendo escolhido Senador, em 15 de março de 1847, teve a eleição anulada pelo Senado em 16/06/1847. Novamente indicado e

nomeado em 22/01/1848, não foi reconhecido por decisão do Senado de 29/05/1848. Em 1865 tornou a ser indicado e escolhido, agora pela Província do Rio de Janeiro. Teve a escolha reconhecida em 01/07/1865, permanecendo no Senado até 1887.

Presidiu as Províncias de Pernambuco (1845-1846), até o período conturbado da Praieira, e as do Espírito Santo (1831-1832) e Alagoas (1832-1833).

Foi Ministro do Império durante o 3º Gabinete da Regência Trina Permanente (1833-1835), exercendo interinamente, entre junho e outubro de 1834, a pasta da Fazenda.

**CLEMENTE PEREIRA, José**

Portugal, 17/02/1787 — Rio de Janeiro, 10/03/1854. Magistrado.

Deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, na 1ª legislatura (1826-1829), na 2ª (1830-1833) e na 4ª (1838-1841). Antes de ser eleito deputado, presidiu o Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

Escolhido Senador pela Província do Pará, tomou posse no dia 24 de janeiro de 1843, permanecendo em exercício até 1854.

Sob D. Pedro I, foi Ministro do Império do 7º gabinete (1828-1829). Neste último ano ocupou interinamente a pasta da Guerra, à qual voltou como titular efetivo, no 2º gabinete organizado depois da Maioridade de Pedro II. Como Ministro da Guerra, foi acusado por crime de responsabilidade por Holanda Cavalcânti, depois Visconde de Albuquerque, sendo contudo absolvido.

**CLÍMACO, João ... de Alvarenga Rangel**

Natural do Espírito Santo, onde faleceu em 23/07/1863. Padre.

Deputado geral por sua Província, na 3ª legislatura (1834-1837).

**COELHO, João ... Bastos**

Natural da Paraíba.

Deputado geral por sua Província, nas 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847) e 7ª (1848) legislaturas.

**COELHO NETO, Francisco José**

Bacharel em Direito.

Representante de Alagoas na Câmara dos Deputados, durante a 2ª legislatura (1830-1833).

**CONDE DE BAEPENDI**

Vide

**CONDE DE VALENÇA**

Vide REZENDE, Estêvão Ribeiro de

**CONGONHAS DO CAMPO, Visconde de**

Vide MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio

**CORNÉLIO**

Vide FERREIRA FRANÇA, Cornélio

**CORREIA, Angelo Custódio**

Nasceu no Pará, onde faleceu em 1856.

Bacharel em Direito.

Deputado geral por sua Província na 4ª legislatura (1838-1841). Na legislatura seguinte (1843), tomou posse como suplente, tendo exercido o mandato durante a sessão de 1843. Voltou à Câmara na 9ª legislatura (1853-1854).

**CORREIA DE ALBUQUERQUE, Francisco José**

Padre.

Deputado geral pela Província de Alagoas na 2ª legislatura (1830-1833).

**CORREIA PACHECO, José ... e Silva**

São Paulo, 1778 — Rio de Janeiro, 1836.

Bacharel em Direito; Magistrado.

Em 1823 tomou assento na Assembléia Constituinte, como suplente da bancada de S. Paulo. Deputado geral por sua Província nas seguintes legislaturas: 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837).

**COSTA, Inácio Joaquim da**

Padre.

Deputado por Alagoas, na 2ª legislatura (1830-1833), exercendo o mandato nas sessões de 1832 e 1833. Voltou à Câmara na 3ª legislatura (1834-1837).

**COSTA AGUIAR, José Ricardo da ... de Andrada**

São Paulo, 15/10/1787 — Rio de Janeiro, 23/06/1846.

Magistrado.

Representante de São Paulo nas Cortes Constituintes de Lisboa (1822), foi um dos seis deputados brasileiros que não assinaram a Constituição portuguesa. Em 1823 foi deputado constituinte por sua Província, que representou na 1ª legislatura (1826-1829). Em 1841 voltou a exercer, como suplente, o mandato de deputado, ainda por São Paulo.

**COSTA BARROS, Pedro José da**

Ceará, 07/10/1779 — Rio de Janeiro, 20/10/1839.

Oficial superior do Exército.

Deputado constituinte por sua Província, em 1823. Escolhido Senador, tomou posse em 07/05/1827, exercendo o mandato durante doze anos.

Presidiu as Províncias do Ceará (1824) e do Maranhão (1825-1828). Foi o primeiro Senador contra o qual se pediu licença para ser processado. No gabinete de Pedro I, que se seguiu à dissolução da Constituinte (3º), foi Ministro da Marinha.

**COSTA CARVALHO, José da.** (Marquês de Monte Alegre)

Bahia, 07/02/1796 — São Paulo, 18/09/1860.

Bacharel em leis; Conselheiro.

Deputado constituinte pela Bahia (1823). Eleito suplente na 1ª legislatura, exerceu o mandato entre 1826 e 1829. Reeleito nas 2ª, (1830-1833) e 4ª legislaturas (1838-1839), sendo que, nesta última como representante de São Paulo. Indicado senador, tomou posse em 04/05/1839, exercendo o mandato por 21 anos. Presidiu o Senado entre 1842 e 1843.

Membro da Regência Trina Permanente (1831-1835), presidiu a Província de São em 1842. Foi Presidente do Conselho de Ministros de 1849 a 1852 (10º gabinete), ocupando a Pasta do Império.

**COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da.** (Barão de Pindaré)

Maranhão, 26/12/1778 — Rio de Janeiro, 18/07/1860.

Bacharel em Cânones.

Deputado pelo Maranhão à 2ª legislatura (1830-1833), reeleito pela mesma Província na 3ª (1834-1837). Indicado e

escolhido Senador, tomou assento em 10/06/1837, exercendo o mandato durante 23 anos.

Presidiu sua Província natal entre 1835 e 1837.

**COSTA MACHADO, José de**

Natural da Paraíba, faleceu em Pernambuco em 16/06/1877. Bacharel em Direito.

Representou a Paraíba na Câmara dos Deputados, nas 3ª (1834-1837), 9ª, (1853-1856) e 12ª (1864-1866) legislaturas, sendo eleito, nesta última data, pelo primeiro distrito de sua Província.

**COSTA MIRANDA, Joaquim Inácio da**

Representou o Ceará na Câmara temporária na 2ª (1830-1833) legislatura, como suplente, exercendo o mandato durante a sessão de 1832. Reeleito na 3ª (1834-1837), voltou à Câmara durante a 5ª legislatura (1843-1844), como deputado pelo Piauí.

**COSTA PINTO, Antônio da**

Minas Gerais, 25/11/1802 — Rio de Janeiro, 20/03/1880. Magistrado.

Representou sua Província na Câmara, durante a 4ª legislatura, (1838-1841) sendo sucessivamente reeleito nas 6ª (1845-1847), 7ª (1848) e 8ª (1852).

Presidiu as Províncias de Minas Gerais (1836-1837), Pernambuco (1848) e Bahia (1860-1861).

**COSTA E SILVA, João da**

Deputado geral por Alagoas, na 1ª legislatura (1826-1829).

**COSTA VILAR, Galdino da**

Padre.

Deputado pela Paraíba na 1ª legislatura (1826-1829). Presidiu essa Província em 1832.

**COUTINHO, D. José Caetano da Silva.** (Bispo Capelão-Mor)

Portugal, 13/02/1768 — Rio de Janeiro, 27/01/1833. Prelado.

Deputado constituinte pela Província do Rio de Janeiro (1823), foi o primeiro Presidente da Assembléia (maio) e o

único que a presidiu por duas vezes, pois voltou a ser eleito em agosto. Nomeado Senador, tomou posse em 29 de maio de 1826, permanecendo no Senado durante sete anos. Presidiu a Câmara vitalícia, de 1827 a 1832.

**COUTO, João Pedreira do**

Magistrado.

Deputado pela Bahia, na 4ª legislatura (1838-1841).

**COUTO FERRAZ, Luiz Pedreira do**

Natural da Bahia.

Desembargador.

Deputado constituinte pela Bahia, em 1823. Em 1826 (1ª legislatura) assumiu o mandato como suplente.

**COUTO FERRAZ, Luiz Pedreira do** (Visconde do Bom Retiro)

Bahia, 1812 — Rio de Janeiro, 18/01/1867.

Magistrado — Conselheiro de Estado.

Deputado geral pelo Espírito Santo, nas 7ª (1848) e 8ª (1850-1852) legislaturas. Pelo Rio de Janeiro nas 9ª (1853-1856), 10ª (1857-1860) e 11ª (1861-1863) legislaturas. Escolhido Senador pela Província do Rio de Janeiro, tomou posse em 24/05/1867.

Presidiu as províncias do Rio Grande do Sul (1846-1848) e do Rio de Janeiro (1848-1853). Foi Ministro do Império, no 12º gabinete sob D. Pedro II (1853-1857).

**CRUZ FERREIRA, José da**

Natural do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1841.

Magistrado.

Deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, na 1ª legislatura (1826-1829).

**CUNHA BARBOSA, Januário da**

Rio de Janeiro, 10/07/1780 — Rio de Janeiro, 22/02/1846.

Cônego.

Deputado geral pela Província do Rio de Janeiro, na 1ª legislatura (1826-1829) e na 6ª, tendo exercido o mandato apenas na 1ª sessão, em virtude do falecimento.

**CUNHA MATOS, Raimundo José da**

Faro (Port.), 02/11/1776 — Rio de Janeiro, 02/03/1839.

Brigadeiro.

Deputado geral por Goiás, na 1ª legislatura (1826-1829). Reeleito pela mesma Província, na 2ª legislatura (1830-1833), foi substituído nas sessões de 1823 (maio a outubro) e na de 1833 (julho).

**CUNHA VASCONCELOS, Antônio da**

Paraíba, 1793 — Rio de Janeiro, 25/05/1868.
Padre.

Deputado por sua Província na 3ª Legislatura (1834-1837), não chegou a concluir o mandato, em virtude de ter sido escolhido e indicado Senador pela Paraíba. Tomou assento no Senado em 18/05/1836, exercendo o mandato durante vinte e dois anos.

**CUSTÓDIO DIAS, José**

Natural de Minas Gerais. Faleceu no Rio de Janeiro, em 07/01/1838.

Padre.

Eleito deputado constituinte (suplente) à Assembléia de 1823, foi sucessivamente reeleito nas 1ª. (1826-1829), 2ª 1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas. Nestas última, exerceu o mandato apenas na primeira sessão e parte da segunda, por ter sido escolhido Senador por sua Província. Tomou posse em 18/09/1835.

# D

**D. A. FEIJÓ**

Vide FEIJÓ, Diogo Antônio

**D. NUNO**

Vide SEILBITZ, D. Nuno Eugênio Lóssio e

**DANTAS, Antônio Luiz ... de Barros Leite**

Alagoas, 13/02/1802 — Guanabara, 09/06/1870.

Magistrado.

Deputado por sua Província nas 4ª (1838-1841) e 5ª (1843-1844) legislaturas. Em 1843, no entanto, foi escolhido Senador por Alagoas, tomando posse de sua cadeira em 09/08/1843. Permaneceu na Câmara vitalícia durante 27 anos.

**DANTAS CARVALHO**

Não existe este parlamentar, que aparece nos Anais como Senador. Trata-se de engano do taquígrafo ou erro de impressão nos Anais.

**DEUS E SILVA, João Cândido de**

Pará, 11/03/1787 — Rio de Janeiro, 08/08/1860.

Bacharel em Direito.

Deputado geral (suplente) por sua província, na 1ª legislatura (1826-1829). Voltou à Câmara na 2ª legislatura (1830-1833) como titular e, na 4ª (1838-1841), como suplente.

**DIAS, Custódio José**

Capitão-Mor.

Deputado geral por Minas Gerais na 1ª legislatura (1826-1829) como suplente e, na 2ª (1830-1833), como titular.

**DIAS DE CARVALHO, José Pedro**

Minas Gerais, 16/07/1805 — Rio de Janeiro, 26/07/1881.

Proprietário.

Deputado geral por sua Província nas 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847), 7ª (1848), 8ª (1850-1852) e 9ª (1855-1856) legislaturas. Tomou posse como Senador em 01/05/1858.

Presidiu a Província de Minas Gerais (1848) e ocupou a Pasta da Fazenda no 8º (1848), 17º (1862), 19º (1864) e 21º (1865-1866) gabinetes, sob Pedro II. No 9º gabinete (1848) ocupou a pasta do Império, respondendo interinamente pela da Fazenda em agosto e setembro.

**DIAS DE TOLEDO, Manoel**

São Paulo, 23/04/1802 — São Paulo, 06/03/1874.

Professor de Direito.

Representou São Paulo na Câmara, durante as 3ª (1834-1837) e 4ª (1839-1841) legislaturas. Presidiu a Província de Minas Gerais de 1835 a 1836.

**DORMUND, João Ricardo da Costa**

Doutor em Direito.

Representou a Bahia na Câmara (suplente), na 1ª legislatura (1826-1829).

**DUARTE SILVA, Diogo**

Setúbal (Port.) 10/07/1774 — Rio de Janeiro, 24/05/1857.

Inspetor do Tesouro Público.

Deputado Constituinte por Santa Catarina (1823), Província que representou nas 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

# E

**ENCARNAÇÃO E SILVA, Antônio Bernardo da**

Padre.

Deputado pelo Maranhão, na 4ª legislatura (1838-1841).

**ERNESTO**

Vide FERREIRA FRANÇA, Ernesto

**EVANGELISTA**

Vide FARIA LOBATO, João Evangelista de

# F

**F. CARNEIRO DE CAMPOS**

Vide CARNEIRO DE CAMPOS, Francisco

**F. DE CASTRO**

Vide CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira

**F. DE P. DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE**

Vide ALMEIDA E ALBUQUERQUE, Francisco de Paula de

**F. DE TOLEDO**

Vide TOLEDO, Joaquim Floriano de

**F. DA VEIGA**

Vide VEIGA, Evaristo Ferreira da

**FARIA LOBATO, João Evangelista de**

Minas Gerais, 1763 — Minas Gerais, 25/06/1846.

Magistrado.

Deputado constituinte por Minas Gerais (1823). Escolhido Senador em 1826, tomou posse em 4 de maio, exercendo o mandato por vinte anos na Câmara vitalícia.

**FEIJÓ, Diogo Antônio**

São Paulo, 17/08/1784 — São Paulo, 10/11/1843.

Eclesiástico.

Deputado às Cortes Constituintes de Lisboa (1822), foi um dos seis brasileiros que se recusaram a assinar a Constituinte portuguesa. Representou sua Província novamente nas 1ª (1826-1829) e 2ª (1830-1833) legislaturas. Indicado Senador em 05 de fevereiro de 1833 teve a eleição anulada em 14 de abril. Novamente indicado pela Província do Rio de Janeiro em 15 de julho do mesmo ano, teve a eleição

aprovada em 10 de novembro. Presidiu a Câmara vitalícia de 1839 a 1840.

Regente do Império de 12/10/1835 a 17/09/1837, quando renunciou ao cargo. Ministro da Justiça no 1º gabinete da Regência Trina Permanente (1831-1832) e interinamente do Império de janeiro a agosto de 1832.

**FELISBERTO CALDEIRA BRANT PONTES**

Vide CALDEIRA BRANT PONTES. Felisberto

**FERNANDES BARROS, Manoel Joaquim**

Alagoas, 17/03/1802 — Bahia, 02/10/1840.

Médico e Doutor em Ciências Físicas.

Representante de sua Província na 3ª legislatura (1834-1835).

**FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano**. (Visconde de São Leopoldo)

São Paulo, 09/05/1774 — Porto Alegre, 16/07/1847.

Magistrado, Conselheiro de Estado Honorário.

Deputado por São Paulo às Cortes Constituintes de Lisboa (1822). Representou o Rio Grande do Sul na Constituinte de 1823, tendo sido escolhido Senador por São Paulo em 1826.

Presidiu o Rio Grande do Sul entre 1824 e 1826. Ministro do Império nos 5º (1826) e 6º (1827) gabinetes, sendo que neste último, cumulativamente com a da Justiça.

**FERNANDES DA SILVEIRA, Antônio**

Sergipe, 1795 — Bahia, 1862.

Monsenhor e Jornalista.

Representou sua Província em 5 legislaturas, de 1830 a 1852: 2ª, (1830-1833), 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841), 5ª (1843), como suplente, e 8ª (1850-1852).

**FERNANDES TORRES, José Joaquim**

Minas Gerais, 17/04/1797 — Minas Gerais, 24/12/1869. Professor.

Deputado por Minas Gerais às 3ª (1834-1837), 4ª (1840-1841) e 6ª (1845-1847) legislaturas. Escolhido Senador em

1848, tomou posse em 28 de abril, exercendo o mandato por vinte e um anos. Presidiu a Província de São Paulo (1857-1860). Ministro da Justiça no 6º gabinete do II Império (1846-1847), e interino da Fazenda de 17 a 21 de maio de 1847.

**FERNANDES DE VASCONCELOS, João**

Deputado pela Província do Pará à 2ª legislatura (1830-1833).

**FERREIRA, Valério de Alvarenga**

Padre.

Deputado (suplente) por São Paulo à 2ª Legislatura (1832-1833). Reeleito, como titular, na 3ª (1834-1837) pela mesma Província.

**FERREIRA DE CASTRO, Vicente ... e Silva**

Vide CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira de.

**FERREIRA DA COSTA, João José**

Deputado pela Paraíba à 4ª legislatura (1838-1841).

**FERREIRA FRANÇA, Antônio**

Bahia, 14/01/1771 — Bahia, 09/03/1848.

Doutor em Medicina.

Deputado constituinte por sua Província (1823), que voltou a representar nas 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

**FERREIRA FRANÇA, Clemente**

Bahia, 16/03/1774 — Rio de Janeiro, 11/03/1827.

Bacharel em Direito; Conselheiro de Estado.

Escolhido Senador por sua Província, tomou posse em 4 de maio de 1826, falecendo no ano seguinte.

**FERREIRA FRANÇA, Cornélio**

Bahia, 19/03/1802 — Rio de Janeiro, 06/06/1878.

Magistrado.

Representou a Bahia na Câmara dos Deputados, na 3ª legislatura (1834-1837).

**FERREIRA FRANÇA, Ernesto**

Bahia, 1804 — Rio de Janeiro, 24/12/1888.

Magistrado.

Deputado por Pernambuco na 2ª legislatura (1830-1833), pela Bahia na 3ª (1834-1837), por Minas na 5ª (1843) e novamente pela Bahia na 6ª (1845-1847). Nomeado Senador por Pernambuco em 15 de março de 1847, teve a eleição anulada em 16/06/1847.

Foi Ministro dos Estrangeiros no 4º gabinete sob D. Pedro II, (1844-1845).

**FERREIRA DE MELO, José Bento Leite**

Minas Gerais, 06/01/1785 — Minas Gerais, 08/02/1844 (assassinado).

Padre.

Deputado (suplente) por Minas na 1ª Legislatura (1826-1829). Voltou a representar sua Província, como titular, nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834) legislaturas. Escolhido Senador por Minas Gerais, tomou posse na Câmara vitalícia em 13/08/1834.

**FERREIRA PENA, Herculano**

Minas Gerais, 1811 — Rio de Janeiro, 27/09/1867.

Funcionário Público.

Representou Minas Gerais na Câmara dos Deputados na 4ª (1838-1841), como suplente, e como titular nas 5ª (1843-1844), 6ª (1847) e 8ª (1850-1852) legislaturas. Indicado Senador pelo Amazonas, tomou posse em 2 de maio de 1855, exercendo o mandato por vinte e dois anos.

Presidiu as Províncias do Espírito Santo (1845-1846), Pará (1846-1848), Pernambuco (1848), Maranhão (1849), novamente o Amazonas (1853-1856), Minas Gerais (1856-1857), Bahia (1859-1860) e Mato Grosso 1862-1863).

**FERREIRA DA VEIGA, Evaristo**

Rio de Janeiro, 08/10/1799 — Rio de Janeiro, 12/05/1837.

Jornalista.

Representou Minas Gerais na Câmara dos Deputados, como suplente na 2ª legislatura (1830-1833), e como titular na 3ª (1834-1836).

**FIAIS, Visconde de**

Vide ARAÚJO BASTO, Luiz Paulo de

**FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano**

Ceará, 19/04/1809 — Guanabara, 20/08/1878.

Magistrado.

Representou o Ceará na 3ª legislatura (1834-1837) e Pernambuco (suplente), na 4ª (1841). Novamente eleito deputado por Pernambuco na 8ª legislatura (1850-1852) e 9ª (1853-1856). Nas 11ª (1861-1863) e 14ª (1869) legislaturas, representou outra vez o Ceará, Província pela qual foi eleito Senador, tendo sido indicado em 1870. Tomou posse em 31 de maio do mesmo ano, permanecendo na Câmara vitalícia durante oito anos.

Presidiu o Maranhão (1843-1844) e o Rio Grande do Sul (1871-1872).

**FLORIANO DIAS**

Vide TOLEDO, Joaquim Floriano Dias de

**FONSECA, Mariano José Pereira da.** (Visconde e Marquês de Maricá)

Rio de Janeiro, 18/05/1773 — Rio de Janeiro, 16/09/1848.

Bacharel em Matemática e Filosofia; Conselheiro de Estado.

Senador por sua Província, tomou posse em 4 de maio de 1826, exercendo o mandato durante vinte e dois anos. Foi Ministro da Fazenda no 3º Gabinete de D. Pedro I (1823-1825).

**FONTES, Joaquim Martins**

Sergipe, 27/07/1798 — Sergipe, 20/08/1860.

Capitão-Mor.

Representou sua Província na Câmara temporária, na 3ª legislatura (1834-1837).

**FORTUNA, Inácio de Almeida**

Natural de Pernambuco.

Padre.

Representante de sua Província na Câmara dos Deputados, nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas. Foi deputado constituinte, também por Pernambuco (1823).

**FRANCISCO DO REGO**

Vide REGO BARROS, Francisco do

**FRANCISCO VILELA**

Vide BARBOSA, Francisco Vilela.

# G

**GALVÃO, Inocêncio José**

Deputado geral pela Bahia na 3ª legislatura (1834-1837).

**GALVÃO, Inocêncio Rocha**

Vide ROCHA GALVÃO, Inocêncio

**GALVÃO, Manoel Antônio**

Bahia, 03/01/1791 — Rio de Janeiro, 21/03/1850

Magistrado e Conselheiro de Estado

Deputado constituinte pela Bahia (1823), província que representou nas legislaturas seguintes: 1ª (1826-1829), e 5ª (1843-1844). Senador também pela Bahia (1844-1850).

Presidente de Alagoas (1829-1830), Espírito Santo (1830), Minas Gerais (1831) e Rio Grande do Sul (1833) e novamente em (1846). Ministro do Império no 3º gabinete da Regência Araújo Lima (1839), e da Justiça no 4º gabinete sob D. Pedro II (1844-1845).

**GAMA, Antônio Pinto Chichorro da**

Bahia, abril de 1800 — Rio de Janeiro, 10/06/1887

Magistrado.

Representou Minas Gerais nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas; Pernambuco na 7ª (1848) e o Rio de Janeiro no Senado (1865-1887), depois de ter sua nomeação por Pernambuco anulada duas vezes.

Presidiu as Províncias de Alagoas e Pernambuco (1831 e 1832). Ocupou como titular a pasta do Império, no 3º gabinete da Regência Trina Permanente (1833-1835) e respondeu interinamente pela da Fazenda, em 1834.

**GAMA, Bernardo José da** (2º Barão e Visconde de Goiana)

Pernambuco, 20/08/1782 — Pernambuco, 03/08/1854

Bacharel em Direito

Foi deputado constituinte (1823), tendo representado na Câmara as Províncias do Pará, na 3ª legislatura (1834-1837) e Pernambuco na 6ª (1846-1847).

Presidiu o Pará em 1831 e foi Ministro do Império, no 9º gabinete sob D. Pedro I (1831) no que se lhe seguiu (10º) e durante a Regência Trina Permanente (1831).

**GERVÁSIO**

Vide PIRES FERREIRA, Gervásio

**GETÚLIO, Gabriel ... Monteiro de Mendonça**

Natural do Mato Grosso, faleceu no Rio de Janeiro, em 1850

Foi deputado geral, na 1ª legislatura (1826-1829) por Mato Grosso; na 2ª (1830-1833), pela Paraíba; na 6ª (1845-1847) por Minas Gerais e na 7ª (1848) pela mesma Província. Presidiu a Paraíba (1828) e o Espírito Santo (1830).

**GOMES, João de Medeiros**

Deputado geral na 1ª legislatura (suplente) pela Província de São Paulo (1829).

**GOMES DE CAMPOS, Francisco** (Barão de Campo Grande)

Eclesiástico e Magistrado

Deputado geral na 4ª legislatura (1838-1841), pela Província do Rio de Janeiro, de onde era natural.

**GOMES DA FONSECA, Manoel**

Deputado geral na 1ª legislatura (1826-1829), como suplente, pela Província de Pernambuco. Representou Minas Gerais na Câmara nas 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837) e 4ª (1838-1841) legislaturas.

**GOMES RIBEIRO, Francisco Joaquim**

Natural de Alagoas

Magistrado

Representou sua Província natal nas seguintes legislaturas: 4ª (1838-1841), 5ª (1848), 8ª (1850-1852) e 9ª (1853-1856).

**GOMIDE, Antônio Gonçalves**

Minas Gerais, 1770 — Rio de Janeiro, 26/02/1835

Médico

Deputado constituinte (suplente) por Minas Gerais, em 1823. Senador por sua Província (1826-1835).

**GONÇALVES LEDO, Joaquim**

Rio de Janeiro, 11/12/1781 — Rio de Janeiro, 19/05/1847

Jornalista

Deputado geral por sua Província nas 1ª (1826-1829) e 2ª (1830-1833) legislaturas.

**GONÇALVES MARTINS, Francisco** (Visconde de São Lourenço).

Bahia, 12/03/1807 — Bahia, 10/09/1872

Bacharel em Direito e Humanidades

Deputado Geral nas 3ª (1834 a 1837), 4ª (1838 a 1841), 5ª (1843 a 1844), 6ª (1845 a 1847), 7ª (1848), 8ª (1850 a 1851) legislaturas pela Bahia. Senador de 1851 a 1872 pela mesma Província.

**GONÇALVES MARTINS, José**

Bacharel em Direito

Deputado na 4ª legislatura (1838 a 1841) pela Bahia.

**GOUVEIA, Lúcio Soares Teixeira de**

Vide TEIXEIRA DE GOUVEIA, Lúcio Soares

**GUERRA**

Vide BRITO GUERRA, Francisco de

# H

**HENRIQUES DE REZENDE**

Vide REZENDE, Venâncio Henriques de

**HOLANDA CAVALCANTI, Antônio Francisco de Paula e ... de Albuquerque** (Visconde de Albuquerque).

Pernambuco, 21/08/1797 — Rio de Janeiro, 14/04/1863

Oficial do Exército

Deputado geral por Pernambuco, nas 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas. Senador por sua Província, de 1838 a 1863.

Ministro da Fazenda no 8º gabinete sob D. Pedro I (1830-1831), no seguinte (1831) e no 2º da Regência Trina Permanente (1832). Neste último, ocupou interinamente a pasta do Império. Titular da Marinha sob D. Pedro II, nos 1º (1840), 4º (1844-1845) e 5º (1845-1846) gabinetes, sendo que neste último ocupou interinamente o Ministério da Guerra. No 6º gabinete (1846-1847) foi titular da Pasta da Fazenda e interino da Marinha. Voltou a ocupar a pasta da Fazenda, no 18º gabinete (1862).

# I

**IBIAPINA, José Antônio Pereira**

Ceará, 05/08/1806 — Paraíba, 19/02/1883

Bacharel e Eclesiástico

Deputado geral pelo Ceará, na 3ª legislatura (1834-1837).

# J

**J. A. RODRIGUES DE CARVALHO**

Vide RODRIGUES DE CARVALHO, João Antônio

**J. B. OTONI**

Vide OTONI, Teófilo Benedito

**J. Joaquim Costa**

Vide COSTA Inácio Joaquim da

**JACOBINA, Antônio de Araújo Ferreira**

Bacharel em Matemática

Deputado Geral (Suplente) na 2ª legislatura (1832), por Pernambuco e na 12ª legislatura, 4º Distrito (1864 a 1866), pelo Rio de Janeiro.

**JACAREPAGUÁ, Marques de**

Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

**JARDIM, Manoel Rodrigues**

Natural de Goiás, onde faleceu em 1835.

Padre

Deputado Geral na 2ª legislatura (1832 a 1833), por sua Província natal.

**JOÃO EVANGELISTA**

Vide LOBATO, João Evangelista de Faria

**JOÃO FERNANDES DE VASCONCELOS**

Deputado Geral na 2ª legislatura (1830 a 1833) pelo Pará

**JOSÉ BONIFÁCIO**

Vide ANDRADA E SILVA, José Bonifácio

**JOSÉ CUSTÓDIO**

Vide DIAS, José Custódio

**JOSÉ EGÍDIO**

Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

**JOSÉ PEDRO**

Vide DIAS DE CARVALHO, José Pedro

**JUNQUEIRA, Gabriel Francisco** (Barão de Alfenas)

Natural de Minas Gerais, onde faleceu em 1869

Proprietário

Deputado Geral nas 2ª (1831 a 1833) e 3ª (1834 a 1836) legislaturas por Minas Gerais.

# L

**LAGES, Conde de**

Vide CARVALHO, João Vieira de.

**LEITÃO, Agostinho ... de Almeida**

Deputado geral pelo Rio Grande do Norte, na 1ª legislatura (1826-1829).

**LEMOS, João Antônio de** (Barão do Rio Verde)

Proprietário

Deputado geral por Minas Gerais na 2ª (1830-1833) legislatura. Reeleito na 3ª (1835-1837), como suplente e na 4ª (1838-1841) como titular.

**LESSA, Antônio João de**

Natural de Portugal, faleceu no Rio de Janeiro

Padre

Deputado pelo Rio de Janeiro, nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

**LIMA E SILVA, Francisco de**

Rio de Janeiro, 08/07/1785 — Rio de Janeiro, 02/12/1853

Oficial general do Exército

Foi Membro das Regências Trinas (provisória e permanente), de 1831 a 1835. Senador pela Província do Rio de Janeiro, de 1837 a 1853.

**LIMA E SILVA, Francisco de**

Rio de Janeiro, 26/07/1787 — Rio de Janeiro, 24/08/1855

Marechal do Exército.

Representou o Piauí na Câmara temporária nas 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843-1844) legislaturas.

**LIMPO DE ABREU, Antônio Paulino** (Visconde de Abaeté)

Lisboa, 22/09/1798 — Rio de Janeiro, 14/09/1883

Bacharel em Direito; Conselheiro de Estado

Deputado geral por Minas Gerais nas seguintes legislaturas: 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837) e 6ª (1845-1847). Senador pela mesma Província, de 1848, quando tomou posse até 1883. Presidiu o Senado de 1861 a 1873. Presidiu Minas Gerais (1833-1835). Foi Ministro da Justiça no 1º gabinete da Regência Feijó (1835-1836), no que se seguiu, 2º gabinete (1836), no gabinete da Maioridade (1840) e interino no 5º gabinete sob D. Pedro II (1845). Ocupou a Pasta do Império, interinamente no 1º gabinete da Regência Feijó (1835), como titular, no 2º gabinete e outra vez, interinamente, no 3º gabinete da Regência. Em cinco oportunidades diferentes foi Ministro dos Estrangeiros: no 2º gabinete da Regência Feijó (1836), no 3º gabinete da mesma Regência (mesmo ano), no 5º gabinete do IIº Império (1845-1846) no 8º (1848) e 12º (1853-1855). Ministro da Fazenda no 8º gabinete sob D. Pedro II (1848) e interinamente no 12º (1853-1855). Presidiu o Conselho de Ministros no 14º gabinete (1858-1859), quando ocupou a Pasta da Marinha.

**LINO COUTINHO, José**

Bahia, 31/03/1784 — Bahia, 24/07/1836

Doutor em Medicina; Conselheiro de Estado

Deputado às Cortes de Lisboa (1821-1822) por sua Província, que também representou na 1ª (1826-1829) e na 2ª (1830-1833) legislaturas. Ministro do Império no 1º gabinete da Regência Trina Permanente (1831-1832).

**LISBOA, José da Silva** (Barão e Visconde de Cairu)

Bahia, 16/07/1756 — Rio de Janeiro, 20/08/1835

Magistrado

Deputado constituinte (1823) pela Bahia. Escolhido Senador em 1826 tomou posse em 4 de maio do mesmo ano, exercendo o mandato por nove anos.

**LOBO DE SOUZA, Bernardo**

Deputado geral pela Paraíba na 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas. Presidente da Província do Pará (1833-1835).

**LOPES GAMA, Caetano Maria**

Pernambuco, 05/08/1795 — Rio de Janeiro, 21/06/1864

Bacharel em Direito; Conselheiro de Estado.

Deputado constituinte (1823) por Alagoas. Representou Pernambuco na 1ª legislatura (1826-1829), Goiás na 2ª (1830-1833) e o Rio de Janeiro no Senado (1839-1864).

Presidiu as Províncias de Goiás (1824), Rio Grande do Sul (1829) e Alagoas (1844). Ministro dos Estrangeiros, no 3º gabinete da Regência Araújo Lima (1839), no 4º (1840) e no 13º gabinete sob D. Pedro II (1857-1858). Ocupou a pasta do Império no último gabinete da Regência Araújo Lima (1840). Titular da Pasta da Justiça no 6º e 18º gabinetes sob D. Pedro II (1847 e 1862).

**LOURENÇO DE ANDRADE**

Nasceu em Santa Catarina e faleceu no Rio de Janeiro em 18/04/1844

Padre

Deputado por Santa Catarina às Cortes de Lisboa (1821-1822) e Senador pela mesma Província (1826-1844).

**LUIZ CARLOS**

Vide CAJUEIRO, Luiz Carlos

**LUIZ CAVALCANTI** (Luiz Francisco de Paulo Cavalcânti de Albuquerque)

Pernambuco, 11/11/1765 — Pernambuco, 14/10/1844

Magistrado

Deputado constituinte (1823) e deputado geral na 1ª legislatura (1826-1828) por sua Província, que também representou no Senado (1828-1844).

# M

**M. MONTE**

Vide ARAÚJO, Manoel do Monte Rodrigues de

**MACEDO, José Vicente de**

Padre.

Deputado Geral na 3ª legislatura (suplente, 1834) por Alagoas.

**MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim**

São Paulo, 08/07/1790 — São Paulo, 16/08/1867

Oficial do Exército

Deputado Geral na 1ª legislatura (suplente) em 1829 pelo Rio Grande do Sul, e na 6ª legislatura (1845-1847) por São Paulo. Presidente das Províncias do Pará (1832-1833), Alagoas (1834-1835), Santa Catarina (1837) e (1840-1841).

**MACHADO E SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada**

Vide ANDRADA MACHADO, Antônio Carlos Ribeiro de ... e Silva

**MACIEL, Salvador José**

Lisboa, 27/11/1781 — Rio de Janeiro, 06/07/1853

Oficial do Exército e Engenheiro

Deputado geral pelo Rio Grande do Sul na 2ª legislatura (1830-1834) e Presidente da mesma Província (1826-1829).

Ministro da Marinha no 2º gabinete da Regência Feijó (1836), ocasião em que ocupou, interinamente, a pasta da Fazenda. Novamente titular da Pasta da Marinha no gabinete seguinte (1837), tendo respondido também pela pasta da Guerra. Novamente Ministro da Guerra no 4º Gabinete da Regência Araújo Lima (1840). Sob D. Pedro II, voltou a ocupar

as Pastas da Marinha, interinamente, no 3º gabinete (1843) e a da Guerra como titular, no mesmo gabinete (1843-1844).

**MACIEL DA COSTA, João Severiano**

Vide COSTA, João Severiano Maciel da

**MACIEL MONTEIRO, Antônio Peregrino**

Pernambuco, 30/04/1804 — Lisboa, 05/01/1868.
Médico e Bacharel em letras.

Deputado geral nas 3ª (1834), 4ª (1838 a 1841), 5ª (1843 a 1844), 8ª (1850 a 1852), 9ª (1853), legislaturas pela Província de Pernambuco. Ministro dos Estrangeiros no 1º Gabinete da Regência Araújo Lima (1837 a 1839).

**MAIA, José Antônio da Silva**

Porto (Port.) 06/10/1789 — Rio de Janeiro, 03/10/1853
Procurador da Coroa; Conselheiro de Estado

Deputado constituinte por Minas Gerais (1823) e Deputado geral pela mesma Província na 1ª (1826-1829) e 2ª (1830) legislaturas. Representou Goiás no Senado (1843-1853).

Ministro do Império no 8º gabinete de D. Pedro I (1830) e titular da Pasta da Justiça no 4º gabinete da Regência Araújo Lima, quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda (1840). Sob D. Pedro II, foi Ministro do Império no 3º gabinete (1843-1844).

**MANOEL CAVALCÂNTI** (Manoel Inácio Cavalcânti de Lacerda)

Pernambuco, 1799 — Rio de Janeiro, 11/03/1882

Magistrado e Militar

Deputado constituinte por Pernambuco (1823). Suplente da representação maranhense na 2ª legislatura (1832-1833) e titular pela Província de Pernambuco na 4ª (1838-1841) e na 5ª (1843-1844) legislaturas. Representou sua Província no Senado (1850-1882), tendo ocupado a presidência da Câmara vitalícia de 1854 a 1861.

**MANOEL AMARAL**

Vide MARIA DO AMARAL, Manoel

**MARANHÃO, João de Albuquerque. Deputado.**

Deputado Geral na 3ª legislatura pela Província da Paraíba (1834-1837).

**MARCELINO DE BRITO, Joaquim**

Bahia, 02/06/1799 — Rio de Janeiro, 27/01/1879

Magistrado

Deputado geral na 1ª legislatura (1826-1829) pelo Ceará e na 2ª (1830-1833) por Sergipe. Representou sua Província na Câmara eletiva nas 4ª (1838-1841), 6ª (1846-1847), 8ª (1851-1852) e 9ª (1853) legislaturas.

Presidente de Sergipe (1831) e Pernambuco (1844). Ministro da Justiça interino no 6º gabinete sob D. Pedro II (1846) e efetivo da Pasta do Império no mesmo gabinete (1846-1847). Ainda no mesmo Ministério, ocupou interinamente a Pasta da Fazenda.

**MARCONDES, Lourenço ... de Sá.**

Padre

Representante de São Paulo na Câmara temporária, durante a 3ª legislatura (1834-1837).

**MARCOS ANTÔNIO.**

Vide MONTEIRO DE BARROS, Marcos Antônio

**MARCOS ANTÔNIO BRÍCIO** (Barão de Jaguarari)

Maranhão, 24/12/1800 — Pará, 11/08/1871

Oficial do Exército

Deputado geral pelo Ceará na 1ª legislatura (1826-1829) e pelo Pará na 6ª (1845-1847).

**MARIA DO AMARAL, Manoel**

Bahia, 1798 — Bahia, 1879

Professor de Direito

Representante de sua Província na Câmara temporária durante as 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847) 7ª (1848) e 8ª (1851) legislaturas.

**MARIA DE MOURA, Antônio. Deputado**

Natural de Minas Gerais. Faleceu em São Paulo, em 12/03/1842

Padre

Deputado Geral na 2ª (1830-1833) e na 3ª (1834-1837), legislaturas pela Província de Minas Gerais.

**MARICÁ, Visconde de**

Vide FONSECA, Mariano José Pereira da

**MARINHA, José Antônio**

Minas Gerais, 07/10/1803 — Rio de Janeiro, 13/03/1853

Padre

Deputado Geral nas 4ª (1839, suplente) 6ª (1845-1847) e 7ª (1848), legislaturas pela Província de Minas Gerais.

**MARQUES DE SAMPAIO, Antônio. Deputado**

Rio Grande do Sul, 1771 — Rio Grande do Sul, 18/02/1846

Padre

Deputado Geral suplente na 1ª legislatura pela Província de Minas Gerais, (1826-1829).

**MARQUÊS DE ARACATI**

Vide OYENHAUSEN, João Carlos Augusto

**MARQUÊS DE BAEPENDI**

Vide NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto

**MARQUÊS DE BARBACENA**

Vide CALDEIRA BRANT, Felisberto

**MARQUÊS DE ITANHAÉM**

Vide SOUTO MAIOR, Manoel Inácio de Andrade

**MARQUÊS DE JACAREPAGUÁ**

Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

**MARQUÊS DE LAGES**

Vide CARVALHO, João Vieira de

**MARQUÊS DE MONTE ALEGRE**

Vide COSTA CARVALHO, José da

**MARQUÊS DE PALMA**

Vide, MASCARENHAS, D. Francisco de Assis

**MARQUÊS DE PARANAGUÁ**

Vide BARBOSA, Francisco Vilela

**MARQUÊS DE QUELUZ**

Vide COSTA, João Severiano Maciel da

**MARQUÊS DE REZENDE**

Vide REZENDE, Estêvão Ribeiro de Souza

**MARQUÊS DE SANTO AMARO**

Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

**MARQUÊS DE SÃO JOÃO DA PALMA**

Vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis

**MARQUÊS DE SAPUCAÍ**

Vide ARAÚJO VIANA, Cândido José de

**MARQUÊS DE VALENÇA**

Vide, REZENDE, Estêvão Ribeiro de

**MARTIM FRANCISCO**

Vide RIBEIRO DE ANDRADA, Martim Francisco

**MARTINS, José Gonçalves**

Bacharel em Direito

Deputado Geral na 4ª legislatura pela Bahia (1838 a 1841).

**MASCARENHAS, D. Francisco de Assis (Marquês de São João da Palma)**

Senador pela Província de São Paulo (1826-1843).
Vice-Presidente do Senado (1826-1827).

**MATA BACELAR, José Teixeira**

Natural de Portugal, faleceu no Rio de Janeiro em 20/05/1838

Magistrado

Senador pela Província de Sergipe (1826-1838)

**MAY, Luiz Augusto. Deputado.**

Natural do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1850

Jornalista.

Deputado Geral pela Província de Minas Gerais na 1ª legislatura (1826-1829) e pelo Rio de Janeiro na 2ª (1830-1833).

**MEDEIROS GOMES, João de**

Desembargador.

Deputado Geral na 1ª legislatura (suplente) pela Província de São Paulo (1829).

**MELO, Antônio Joaquim de**

Pernambuco 02/02/1794 — Pernambuco 08/12/1873

Bacharel em Direito.

Deputado Geral por Pernambuco nas 3ª (1834-1835) 6ª (1845-1846), e 8ª (1850-1852), legislaturas.

Presidente da Província da Paraíba (1833-1836).

**MELO MATOS, Cassiano Espiridião de**

Bahia, 11/09/1797 — Rio de Janeiro, 05/07/1857

Magistrado.

Deputado Geral pela Bahia na 2ª legislatura, (1830-1833). Representou sua Província no Senado de 1837 a 1857.

**MELO MATOS, Eustáquio Adolfo de**

Bacharel em Direito

Deputado Geral na 4ª legislatura pela Província da Bahia (1838-1841).

**MELO E SOUZA, Manoel Inácio de**

Valdevez, (Portugal) 1781 — Minas Gerais, 20/05/1859

Desembargador.

Deputado Geral por Minas Gerais nas 1ª (1826-1829) e 3ª (1835 a 1836), legislaturas. Senador pela mesma Província de 1836 a 1859.

**MENDES, Manuel Odorico**

Maranhão, 24/01/1799 — Londres, 17/08/1864

Bacharel em Filosofia.

Deputado Geral nas 1ª (1826 a 1829), 2ª (1830 a 1833) e 3ª (1835 a 1837), legislaturas pela Província do Maranhão e na 6ª (1845 a 1847) por Minas Gerais

**MENDES RIBEIRO, João José Lopes**

Condeixa, (Portugal) 04/12/1774 — Minas Gerais 05/03/1852
Bacharel em Direito

Deputado Geral na 1ª (1826 a 1829) e na 2ª (1830 a 1833) legislaturas por Minas Gerais, Província que presidiu entre 1827 e 1830.

**MENDES DOS SANTOS, Gabriel. Deputado**

Minas Gerais, 179 (?) — Rio de Janeiro, 31/05/1873
Magistrado

Deputado Geral por sua Província nas 2ª (1832 a 1833), 3ª (1834 a 1837), 4ª (1838 a 1841), 5ª (1843 a 1844) e 8ª (1850 a 1851) legislaturas. Senador Também por Minas Gerais (1851 a 1873).

**MENDONÇA, Gabriel Getúlio Monteiro de**

Vide GETÚLIO, Gabriel ... Monteiro de Mendonça.

**MENDONÇA, Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de**

Vide DUQUE ESTRADA, Luiz Joaquim ... Furtado de Mendonça

**MENEZES, Manuel Inácio da Cunha** (Visconde do Rio Vermelho)

Nesceu na Bahia, onde faleceu em 15/01/1850
Proprietário.

Senador por sua Província, de 1829 a 1850.

**MIRANDA, Caetano Pinto de**

Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

**MIRANDA RIBEIRO, José Cesário de** (Visconde de Uberaba)

Minas Gerais, 01/07/1792 — São Paulo, 07/05/1856
Magistrado

Deputado geral por Minas Gerais, nas 1ª (1826-1829), 2ª (1830-1833), 3ª (1837), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843) legislaturas. Senador pela Província de São Paulo, de 1844 a 1856.

**MONTE, Manoel do ... Rodrigues de Araújo**

Bispo do Rio de Janeiro

Pernambuco, 17-03-1798 — Rio de Janeiro, 11-06-1863

Representou Pernambuco nas 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 6ª (1845-1847) legislaturas.

**MONTE ALEGRE, Marquês de**

Vide COSTA CARVALHO, José da

**MONTEIRO DE BARROS, Antônio Augusto**

Açores (Port.), 1790 — Rio de Janeiro, 16/01/1841

Bacharel em Direito e Magistrado

Deputado geral na 1ª legislatura (1826-1829) pela Província de Minas Gerais, que também representou no Senado, de 1838 a 1841.

**MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio**

Minas Gerais, 18/10/1878 — Rio de Janeiro, 10/10/1851

Magistrado

Deputado constituinte por sua Província (1823). Senador por São Paulo (1826 a 1851). Província que presidiu entre 1824 e 1827.

**MONTEIRO DE BARROS, Marcos Antônio**

Minas Gerais, 1777 — Rio de Janeiro, 16/12/1852

Eclesiástico

Senador por sua Província de 1826 a 1852.

**MONTEIRO DE BARROS, Rodrigo Antônio**

Nascido em Minas Gerais, faleceu em São Paulo em 29/02/1844

Magistrado

Representante de São Paulo na Câmara eletiva nas 2ª (1830-1833), 3ª (1836-1837, suplente), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843) legislaturas.

**MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda**

Lamego (Portugal), 16/09/1748 — Rio de Janeiro, 11/01/1827

Doutor em Direito; Conselheiro da Fazenda

Senador pela Província de Mato Grosso, (1826 a 1827). Ocupou as Pastas da Fazenda e da Justiça no 1º gabinete de D. Pedro I, em 1822 e 1823.

**MONTEZUMA, Francisco Gê Acaiaba de** (Visconde de Jequitinhonha)

Bahia, 23/03/1794 — Rio de Janeiro, 15/02/1870

Bacharel em Direito; Conselheiro de Estado.

Deputado constituinte pela Bahia, 1823 e deputado geral pela mesma Província, nas 2ª (1830-1833), 4ª (1838-1841) e 8ª (1850) legislaturas. Senador pela Bahia, de 1851 a 1870.

Ministro dos Estrangeiros no 4º gabinete da Regência Feijó (1837) e interino da Justiça, no mesmo gabinete.

**MOURA, Antônio Joaquim de**

Deputado geral pelo Ceará nas 1ª (1826-1829) e 2ª (1830-1833) legislaturas. Presidente da Província de Alagoas entre 1835 e 1836.

**MOURA, Antônio Maria de**

Nasceu em Minas Gerais e faleceu em São Paulo a 12/03/1842

Padre

Representou sua Província na 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

**MOURA MAGALHÃES, João José de**

Bahia, 1790 — Bahia, 14/03/1850

Bacharel em Direito

Representou sua Província nas 3ª (1835) e 4ª (1838-1841) legislaturas, e o Maranhão na 6ª (1845-1847). Novamente deputado geral pela Bahia, na 7ª legislatura (1848). Presidiu a Paraíba (1838-1840) Maranhão (1844-1846) e a Bahia (1847-1848).

**MUNIZ, João Bráulio**

Vide BRÁULIO MUNIZ, João

**MUNIZ BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco**

Bahia, 27/05/1800 — Rio de Janeiro, 15/11/1885

Magistrado e Jornalista

Deputado geral pela Bahia nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas, e pelo Rio de Janeiro nas 6ª (1845-1847) e 7ª (1848)

**MUNIZ TAVARES, Francisco**

Pernambuco, 16/02/1793 — Pernambuco, 23/10/1876

Padre

Deputado constituinte por sua Província às Cortes de Lisboa (1821-1822) e à Assembléia de 1823. Voltou a representar Pernambuco na 6ª legislatura (1847).

# N

**NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim** (Barão de Itapoã)

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro, a 20/04/1840

Magistrado

Senador pela Província do Pará (1826 a 1840).

**NABUCO DE ARAÚJO, José Thomás**

Bahia, 1785 — Bahia, 18/03/1850

Oficial do Exército

Eleito deputado geral nas 1ª (1826-1829) e 3ª (1834-1837) legislaturas pela Província do Pará e Senador pelo Espírito Santo, de 1837 a 1850): Presidiu também as Províncias da Paraíba (1831-1832) e do Espírito Santo (1836-1838).

**NAZARÉ, Visconde de**

Vide FERREIRA FRANÇA, Clemente

**NETO,**

Vide COELHO NETO, Francisco José

**NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto** (Conde e Visconde de Baependi)

Minas Gerais, 08/09/1765 — Rio de Janeiro, 15/02/1847

Doutor em Matemática e Filosofia; Oficial do Exército; Conselheiro de Estado.

Atuou como deputado constituinte, sendo um dos redatores da Constituição. Como nessa Assembléia, representou a Província do Rio de Janeiro na Câmara dos Senadores de 1826 a 1847, tendo presidido essa Casa de 1838 a 1839. Ocupou a pasta da Fazenda no 2º e 5º gabinetes de D. Pedro I (1823 e 1826) e no chamado gabinete da renúncia.

**NUNES MACHADO, Joaquim**

Pernambuco, 15/08/1809 — Pernambuco, 02/03/1849

Magistrado

Representante de sua Província na Câmara eletiva nas 4ª (1838-1841), 5ª (1843), 6ª (1845-1847) e 7ª (1848) legislaturas.

**NUNES PIRES, Feliciano**

Natural de Santa Catarina, tendo falecido no Rio de Janeiro em 12/09/1890.

Funcionário público e Professor.

Eleito Deputado Geral na 1ª legislatura (suplente) pela Província do Rio Grande do Sul, exerceu o mandato de 1827 a 1829. Presidiu essa Província em 1837 e Santa Catarina em 1835.

# O

**OLIVEIRA, Senador**

Vide OLIVEIRA MENDES, Luiz José de

**OLIVEIRA, André Bastos de**

Ceará, 13/02/1808 — Ceará, 07/07/1862.

Magistrado.

Representou a Sua Província na Câmara dos Deputados nas seguintes legislaturas: 4ª (1838-1841), substituído de 09/04/1840 a 10/09/1840, 5ª (1843), 8ª (1850-1852), 9ª (1855-1856), 10ª (1857-1858), 8º Distrito.

**OLIVEIRA, Saturnino de Souza e**

Vide Saturnino de Souza e OLIVEIRA

**OLIVEIRA BELO, Joaquim Mariano de**

Oficial do Exército.

Eleito deputado geral na 2ª legislatura (1830-1833), pela Província de Alagoas.

**OLIVEIRA BRAGA, Bento de. Deputado**

Proprietário

Representou o Rio de Janeiro como deputado geral na 3ª legislatura (1834-1837).

**OLIVEIRA COUTINHO, Aureliano de Souza e**

Vide AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO.

Visconde de Sepitiba

**OLIVEIRA MENDES, Luiz José de**

Bahia, 21/06/1779 — Rio de Janeiro, 21/03/1851.

Magistrado.

Representou o Piauí no Senado (1826-1851), chegando a ser Vice-Presidente (1841-1847) e finalmente Presidente (1847-1851).

**ORNELAS, Manuel Joaquim de. Deputado**

Natural da Ilha da Madeira.

Bacharel em Direito.

Na vida Pública foi deputado constituinte (suplente) pela Província de São Paulo (1823)

**OTONI, Teófilo Benedito**

Minas Gerais, 27/11/1807 — Rio de Janeiro, 17/10/1869.

Eleito deputado nas 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847), 7ª 1848) e 11ª (1861-1863) legislaturas, representando sua Província, tal como no Senado, onde esteve de 1864 a 1869.

**OYENHAUSEN, João Carlos Augusto ... e Gravenburg** (Marquês de Aracati)

Lisboa, 1777 — Moçambique, 28/03/1838.

General do Exército; Conselheiro da Fazenda.

Tendo sido nomeado Senador, como representante do Ceará (1826-1831), foi exonerado desse cargo, por ter se ausentado do Império sem licença desta Câmara.

# P

**PACHECO, Joaquim José**

Natural da Bahia, faleceu no Rio de Janeiro, em 01/06/1884. Magistrado.

Deputado geral por São Paulo nas 4ª (1838-1841), 5ª (1843-1844), 8ª (1850-1852), 9ª (1855-1856) e 10ª (1857-1860) legislaturas. Presidiu a Província de Sergipe em 1839.

**PACHECO PIMENTEL, Manuel.**

Padre

Representou a Província do Ceará na Constituinte de 1823 e na 2ª legislatura (1830-1833).

**PADRE COSTA**

Vide COSTA VILAR, Galdino da

**PAIM, Honorato José de Barros.**

Bahia, 1792 — Bahia, 1855.

Magistrado.

Deputado Geral pela Bahia nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837), legislaturas. Presidente da mesma Província de 1831-1832.

**PAIS DE ANDRADE, Francisco de Carvalho.**

Deputado Constituinte (1823). Não tomou posse, sendo substituído por Francisco Ferreira Barreto. Representou Pernambuco na 2ª Legislatura (1830-1831).

**PAIS DE BARROS, Antônio (Barão de Piracicaba)**

São Paulo, 1791 — São Paulo, 1876.
Fazendeiro.

Deputado geral na 2ª legislatura pela Província de São Paulo (1830-1833).

**PALMA, Marquês de São João da**

Vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis.

**PARAÍSO, Francisco de Souza**

Bahia, 1793 — Rio de Janeiro 12/05/1843.

Bacharel em Direito; Magistrado.

Deputado geral pela Paraíba na 2ª legislatura (1831-1833) Senador pela mesma província de 1838 a 1843. Presidiu a Bahia de 1836-1837.

**PARANAGUÁ, Visconde de**

Vide BARBOSA, Francisco Vilela.

**PARANHOS, Manoel ... da Silva Velozo**

Magistrado.

Deputado geral pelo Rio Grande do Sul na 6ª (1834-1837) e pelo Pará na 9ª legislatura, (1845-1847). Presidiu esta Província entre 1844-1846.

**PATI DO ALFERES, Barão de**

Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Velozo de

**PATRÍCIO JOSÉ DE ALMEIDA E SILVA**

Vide ALMEIDA E SILVA, Patrício José de

**PAULA ARAÚJO, Francisco de ... e Almeida**

Bahia, 02/08/1799 — Rio de Janeiro, 01/03/1844.

Médico e Bacharel em Letras.

Deputado geral pela Bahia nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837), legislaturas.

**PAULA CÂNDIDO, Francisco de**

Minas Gerais, 02/04/1805 — Paris 05/05/1864.

Médico e Bacharel em Ciências.

Deputado geral por Minas Gerais nas 4ª (1838-1841), 5ª (1843-1844), 8ª (1850-1852) e 9ª (1853-1856) legislaturas.

**PAULA CAVALCANTI, Luiz Francisco de ... de Albuquerque**

Vide LUIZ CAVALCANTI.

**PAULA SIMÕES, Francisco de**

Padre

Representou, como Suplente, a Província de São Paulo na 2ª legislatura (1832-1833).

**PAULA E SOUZA, Francisco de ... e Melo**

São Paulo, 13/06/1791 — Rio de Janeiro 16/08/1851. Magistrado

Deputado Constituinte (1823) pela Província de São Paulo que representou como Deputado geral na 1ª (1826-1829) e na 2ª (1830-1833) legislaturas. Senador de 1833 a 1851. Ministro do Império no 7º Gabinete sob D. Pedro II, (1847). Presidiu o Conselho de Ministros no 9º Gabinete (1848), quando ocupou a Pasta da Fazenda.

**PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA**

Paris, 04/10/1807 — Rio de Janeiro 15/07/1866. Magistrado; Conselheiro de Estado.

Representou o Rio de Janeiro como Deputado geral nas 3ª (1837) 4ª (1838-1841), 5ª (1843-1844), 6ª (1846-1847) e 7ª (1848), legislaturas, e como Senador de 1849 a 1866. Presidente da mesma Província entre 1836 e 1840.

Ministro da Justiça no 4º gabinete da Regência Araújo Lima (1840), no 2º sob D. Pedro II (1841-1843) e interino no que se seguiu (1843-1844). Ocupou a pasta dos Estrangeiros no 3º gabinete depois da Maioridade e sucessivamente no 10º (1849-1852) e 11º (1852-1853).

**PEDRA BRANCA, Visconde de**

Vide BARROS, Domingos Borges de

**PEDRO DE ALCANTARA**

Vide BELLEGARDE, Pedro de Alcântara.

**PEIXOTO, Joaquim Teixeira ... de Albuquerque**

Bacharel em Direito.

Deputado geral na 3ª legislatura pela Província de Pernambuco (1834-1837). Presidente da Paraíba em 1838.

**PERDIGÃO, Floriano Vieira da Costa Delgado**

Representou Alagoas como Deputado geral na 2ª legislatura (1830-1833).

**PEREIRA, José Clemente**

Vide CLEMENTE PEREIRA, José

**PEREIRA, José Saturnino da Costa**

Vide COSTA PEREIRA, José Saturnino da

**PEREIRA DE BRITO, Francisco Xavier. Deputado**

Pernambuco, 1786 — Pernambuco 31/07/1844.

Médico.

Deputado geral por sua Província na 2ª legislatura (1830-1833).

**PEREIRA DA CUNHA, Antônio Luiz**

Vide CUNHA, Antônio Luiz Pereira da

**PEREIRA DE MELO, José Cardoso**

Padre

Deputado Geral pela Bahia na 1ª legislatura (1826-1829).

**PEREIRA RIBEIRO, Antônio**

Padre

Representou São Paulo como Deputado geral na 2ª legislatura (1831-1833).

**PINDARÉ, Barão de**

Vide COSTA FERREIRA, Antônio Pedro da

**PINHEIRO, José Feliciano Fernandes**

Vide FERNANDES PINHEIRO José Feliciano.

**PINHEIRO, Vital Raimundo da Costa**

Bacharel em Direito.

Deputado geral pelo Maranhão, na 3ª legislatura (1834-1837).

**PINTO DE ALMEIDA, Inácio ... Castro**

Padre

Deputado às Cortes de Lisboa (1821-1822) por Pernambuco e Deputado geral na 1ª legislatura pela mesma província.

**PINTO CHICHORRO**

Vide GAMA, Antonio Pinto Chichorro da

**PINTO COELHO, José Feliciano ... da Cunha** (Barão de Cocais)

Natural de Minas Gerais, onde faleceu em 09/07/1869
Oficial do Exército.

Deputado geral por sua Província nas 2ª (1830-1833), 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847) e 7ª (1848) legislaturas. Presidiu a Província do Rio de Janeiro (1835).

**PINTO DO LAGO, Pedro Antônio Pereira**

Padre

Deputado geral pelo Piauí na 1ª legislatura (1826-1829).

**PINTO DE MENDONÇA, Antônio**

Ceará, 04/04/1803 — Ceará, 15/03/1872.

Deputado geral por sua Província nas 3ª (1834-1837), 5ª (1843) 6ª (1845-1847) 10ª (1857-1860) e 12ª legislaturas (1864-1866).

**PINTO PEIXOTO, José Maria**

Nasceu em Portugal e faleceu no Rio de Janeiro em 05/05/1861

Deputado geral pelo Rio de Janeiro nas 2ª (1830-1833) e 3ª (1834-1837) legislaturas.

**PIRES FERREIRA, Domingos Malaquias de Aguiar,** (Barão de Cimbres)

Pernambuco 03/11/1788 — Rio de Janeiro 10/12/1859
Bacharel em Matemática

Deputado às Cortes de Lisboa por Pernambuco, (1821-1822), província que representou na Câmara eletiva na 1ª legislatura (1826-1829).

**PIRES FERREIRA, Gervásio**

Pernambuco, 26/06/1765 — Pernambuco, 09/03/1836.

Deputado geral por sua província na 2ª legislatura (1830-1833).

**PONTES, Francisco Alves. Deputado**

Natural do Ceará, onde faleceu em 07/07/1880.

Médico.

Representou o Ceará na 2ª (1833) e na 3ª (1834-1837) legislaturas.

**PONTES VISGUEIRO, José Cândido de**

Magistrado

Deputado geral pela Província de Alagoas na 4ª Legislatura (1838-1841).

# Q

**QUADROS ARANHA, João Dias de**

Padre

Deputado geral por Minas Gerais nas 3ª (1834-1837) e 4ª (1839-1841) legislaturas.

**QUEIROZ CARREIRA, José Gervásio de**

Oficial do Exército.

Representou o Ceará na Câmara durante a 1ª legislatura (1826-1829).

**QUELUZ, Marquês de**

Vide COSTA, João Severiano Maciel da

# R

**REBELO, José ... de Souza Pereira**

Representante do Ceará na 2ª legislatura (1830-1833).

**RAFAEL DE CARVALHO, Estêvão**

Maranhão, 1800 — Maranhão, 26/03/1846.

Bacharel em Ciências Naturais

Deputado Geral por sua Província na 3ª legislatura (1834-1837).

**RAMIRO**

Vide ASSIS COELHO, Francisco Ramiro de

**REBOUÇAS, Antônio Pereira**

Bahia, 10/08/1798 — Rio de Janeiro 19/06/1880

Jornalista e Advogado provisionado.

Deputado geral nas 2ª (1830-1833), 3ª (1837), 5ª (1843-1844) e 6ª legislaturas (1845-1847), como representante de Alagoas.

**REGO BARROS, Sebastião do**

Pernambuco, 18/08/1803 — Pernambuco, 07/03/1863

Militar: Bacharel em Matemática.

Deputado geral por Pernambuco nas seguintes legislaturas: 2ª (1830-1833), 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1839), 5ª 1843-1844), 8ª (1850-1852), 9ª (1853-1856), 10ª, (1857-1860) e 11ª.

Presidente da Província do Pará (1853). Ministro da Guerra no 1º Gabinete da Regência Araújo Lima (1837-1839) e no 15º Gabinete sob D. Pedro II (1859-1861).

**REGO MONTEIRO, Antônio da Costa**

Pernambuco, 1805 — Pernambuco, 1859.

Funcionário Público.

Deputado geral por Pernambuco na 4ª (1838-1841), na 6ª (1845-1847) e na 7ª (1848) legislaturas.

**REINAU, Miguel José**

Padre

Representou Pernambuco na Câmara eletiva na 1ª legislatura (1826-1829).

**REIS, D. José Antônio dos**

São Paulo, 10/06/1798 — Mato Grosso, 11/10/1876.

Deputado geral por São Paulo na 3ª (1834 a 1837) e na 4ª (1838-1841) legislaturas.

**REMÍGIO**

Vide ALBUQUERQUE MELO, Francisco Remígio de

**REZENDE, Estêvão Ribeiro de** (Barão, Conde, Marquês e Visconde de Valença)

Minas Gerais, 20/07/1777 — Guanabara 08/07/1856.

Magistrado; Conselheiro de Estado Honorário.

Deputado Constituinte pela Província de Minas Gerais, (1823) que também representou no Senado de 1826 a 1856. Presidiu a Câmara vitalícia em 1841.

**REZENDE, Venâncio Henriques de.**

Vide HENRIQUES DE REZENDE, Venâncio.

**REZENDE COSTA, José**

Minas Gerais, 1765 ou 1767 — Guanabara 17-06-1841.

Contador do Erário Régio.

Constituinte por Minas Gerais, em 1823, província que representou na Câmara na 1ª legislatura (1826-1829).

**RIBAS, Lourenço Pinto de Sá**

Deputado geral por São Paulo na 2ª legislatura (1830-1833).

**RIBEIRO, Lourenço José**

Minas Gerais, 1796 — Rio de Janeiro, 27/01/1865.

Magistrado.

Representante de Minas Gerais na 4ª (1838-1841) e na 5ª (1843-1844), legislaturas.

**RIBEIRO DE ANDRADA, Martim Francisco**

São Paulo, 27/06/1775 — São Paulo, 23/02/1844.

Bacharel em Matemática.

Deputado Constituinte pela Província do Rio de Janeiro (1823) e Presidente da Assembléia. Deputado Geral: na 2ª legislatura, por Minas Gerais (1830-1833), na 3ª (1836-1837) e na 4ª (1838-1841) por São Paulo. Ministro da Fazenda no 1º Gabinete de D. Pedro I e no Gabinete da Maioridade (1840-1841).

**RIBEIRO, DUARTE, Marcelino Pinto**

Natural do Espírito Santo onde faleceu em 07/06/1860.

Padre.

Deputado Geral por sua Província na 4ª legislatura (1838-1841).

**RIO VERDE, Barão do**

Vide LEMOS, João Antônio de

**RIO VERMELHO, Visconde do**

Vide MENEZES, Manoel Inácio da Cunha.

**ROCHA FRANCO, Antônio**

Minas Gerais, 03/03/1777 — Minas Gerais 18/10/1843.

Padre.

Deputado Constituinte pela província de Minas Gerais (1823) Deputado Geral na 1ª legislatura (pela província de Minas Gerais (1826 a 1829).

**ROCHA GALVÃO, Inocêncio**

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 08/09/1863.

Bacharel em letras.

Deputado Geral pela Bahia na 4ª legislatura (1838-1841).

**RODRIGUES DE ANDRADE, Lourenço**

Nasceu em Santa Catarina, tendo falecido no Rio de Janeiro em 18/04/1844.

Padre.

Deputado por Santa Catarina às Cortes de Lisboa (1821-1822). Representou sua Província no Senado, de 1826 a 1844.

**RODRIGUES BARBOSA, José**

Padre.

Representou o Rio de Janeiro na Câmara durante a 3ª legislatura (1834 a 1837).

**RODRIGUES DE CARVALHO, João Antônio**

Nasceu no Ceará, onde faleceu em 03/12/1840.

Magistrado.

Deputado Constituinte por sua Província (1823), que também representou no Senado de 1826 a 1840.

**RODRIGUES TORRES, Joaquim José** Visconde de Itaboraí)

Rio de Janeiro, 13/12/1802 — Rio de Janeiro, 08/01/1872.

Bacharel em Matemática — Conselheiro de Estado.

Deputado pela Província do Rio de Janeiro, nas 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 5ª (1843) legislaturas. Desempenhou o mandato de Senador, pela mesma Província, de 1844 a 1872, tendo sido Presidente dela de 1834 a 1836. Ocupou o Ministério da Marinha em cinco oportunidades: no 1º gabinete da Regência Trina Permanente (1831-1832), no 3º gabinete do mesmo governo (1832-1834); no 1º gabinete da Regência Araújo Lima; no 4º gabinete do mesmo governo; no 3º gabinete de D. Pedro II (1843-1844). Foi quatro vezes Ministro da Fazenda: no 1º gabinete da Regência Trina Permanente, (1832), no 10º sob D. Pedro II (1842-1845), no 11º (1843) e 23º (1868-1870). Titular da Pasta do Império no 4º Gabinete da Regência Araújo Lima (1840) e no 22º gabinete sob D. Pedro II (1866-1868). Ministro da Guerra em 1839, no 1º gabinete da Regência Araújo Lima. Presidiu o Conselho de Ministro no 11º (1852-1853) e 22º (1868-1870) gabinetes.

# S

**S. OLIVEIRA**

Vide OLIVEIRA, Saturnino de Souza e

**SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e**

Minas Gerais 1764 — Bahia 13/12/1835.
Proprietário; Bacharel em Direito e Filosofia.

Deputado Constituinte por sua Província (1823), que também representou no Senado de 1827 a 1835.

**SÁ RIBAS, Lourenço Pinto de**

Deputado Geral pela Província de São Paulo na 2ª legislatura (1830-1833).

**SALGADO, João Crisóstomo de Oliveira**

Padre.

Deputado Geral (suplente) na 1ª legislatura, pela Província de São Paulo (1826 a 1829).

**SANTO AMARO, Marquês de**

Vide ALMEIDA, José Egídio Álvares de

**SANTA BARBARA, João de**

Nasceu em Santa Catarina em 1738.

Padre.

Deputado Constituinte às Cortes de Lisboa pelo Rio Grande do Sul (1821-1822) e Deputado Geral pela mesma Província na 3ª legislatura (1834 a 1837).

**SANTOS AZEVEDO, Antônio Ferreira dos**

Deputado Geral por Goiás nas 4ª (1838 a 1841), 5ª (1843 a 1844) e 6ª (1845 a 1847), legislaturas.

**SANTOS PINTO, Francisco dos**

Nasceu no Espírito Santo e faleceu na Guanabara 03/04/1836.

Eclesiástico.

Senador pela Província do Espírito Santo (1826-1836).

**SÃO JOÃO DA PALMA, Marquês de**

Vide MASCARENHAS, D. Francisco de Assis.

**SÃO LEOPOLDO, Visconde de**

Vide FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano.

**SÃO LOURENÇO, Visconde de**

Vide GONÇALVES MARTINS, Francisco

**SATURNINO, José ... da Costa Pereira**

Vide COSTA PEREIRA, José Saturnino da

**SATURNINO DE SOUZA E OLIVEIRA**

Rio de Janeiro, 29/11/1803 — Rio de Janeiro 18/04/1848. Bacharel em Direito.

Deputado geral pelo Rio de Janeiro nas 3ª (1834-1837), 5ª (1844) e 6ª (1845-1847), legislaturas. Representou sua Pronúncia no Senado de 1847-1848. Ministro interino da Justiça no 7º Gabinete do II Império (1848); titular da Pasta dos Estrangeiros no mesmo gabinete, quando ocupou, interinamente, a Pasta da Fazenda.

**SEARA, Antônio Correia**

Pernambuco, 02/01/1802 — Rio de Janeiro, 06/07/1858.

Marechal de Campo.

Deputado geral pelo Pará na 3ª legislatura, (1834-1837) e por Pernambuco na 9ª (1853-1856).

**SEBASTIÃO DO REGO BARROS**

Vide REGO BARROS, Sebastião do

**SEILBITZ, D. Nuno Eugênio Lóssio**

Pernambuco, 1782 — Rio de Janeiro, 16/01/1843.

Eclesiástico.

Foi eleito Deputado Constituinte, como suplente, por sua Província, em 1823, e Senador por Alagoas, de 1826-

1843. Presidiu esta última Província (1824), e a da Bahia em 1827.

**SEIXAS, D. Romualdo Antônio de**

Pará 07/02/1782 — Bahia 29/12/1860.

Arcebispo da Bahia.

Deputado Geral pelo Pará na 1ª legislatura (1826-1829); pela Bahia na 3ª (1834-1837) e novamente pelo Pará, na 4ª (1838-1841).

**SILVA, Antônio Augusto da**

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 1846.

Magistrado.

Deputado Geral pela Bahia na 1ª (1826-1829) e na 3ª (1834) legislaturas.

**SILVA, Sebastião Luiz Tinoco da**

Natural de Portugal, Falecido no Rio de Janeiro em 11-6-1839.

Magistrado.

Senador pela província de Minas Gerais (1826-1839). Ministro da Justiça no 1º Gabinete de D. Pedro I (1822), da Fazenda no 3º Gabinete do Iº Império, (1823), quando também ocupou a Pasta. Novamente titular da Justiça no 4º Gabinete do I Império (1825-1826).

**SILVA, Vicente Ferreira de Castro e**

Vide CASTRO E SILVA, Vicente Ferreira de

**SILVA GUIMARÃES, João Joaquim da**

Minas Gerais, 1777 — Minas Gerais 24-6-1858.

Funcionário Público.

Deputado Geral por sua Província na 1ª legislatura (1826-1829).

**SILVA PONTES, Rodrigo de Souza da**

Magistrado.

Deputado Geral por Alagoas na 4ª legislatura, (1838-1841), tendo presidido esta Província em 1836 e a do Pará em 1842.

**SILVA E SOUZA, Joaquim Vieira da**

Maranhão 12-1-1800 — Maranhão 23-6-1864.

Magistrado.

Deputado Geral pelo Maranhão, nas 3ª (1834) e 4ª (1838-1841) legislaturas. Senador por sua Província de (1860-1864). Ministro do Império no 4º Gabinete da Regência Trina Permanente em 1835; quando ocupou interinamente, as Pastas da Marinha e da Guerra.

**SILVA VELOSO, Manuel Paranhos da**

Vide PARANHOS, Manuel ... da Silva Veloso.

**SIMÕES, Francisco de Paula**

Padre.

Deputado Geral por São Paulo (suplente) na 2ª legislatura (1832-1833)

**SOARES DA ROCHA, José Ribeiro**

Padre.

Deputado Geral pela Bahia nas 1ª (1826-1829) e 2ª (1830-1833), legislaturas.

**SOARES DE SOUZA, Bernardo Belisário.**

Vide BELISÁRIO, Bernardo ... Soares de Souza

**SOLEDADE, Antônio Vieira da**

Nasceu em Elvas, Portugal e faleceu no Rio de Janeiro em 16-12-1836.

Deputado Geral pelo Rio Grande do Sul na 1ª legislatura.

Senador pela mesma província de 1826-1836.

**SOUZA, D. Marcos Antônio de (Bispo do Maranhão)**

Nasceu na Bahia, em 10-2-1771 — Maranhão, 29-11-1842.

Bispo do Maranhão.

Deputado às Cortes de Lisboa (1821-1822) pela Bahia.

Deputado Geral pela mesma Província na 1ª legislatura (1826 a 1829).

**SOUZA FRANÇA, Manuel José de**

Nasceu em Santa Catarina, 1780 — Rio de Janeiro em 8-2-1856.

Bacharel em Direito.

Deputado Constituinte pelo Rio de Janeiro (1823) e Deputado Geral pela mesma Província nas 1ª (1826-1829), 6ª (1845-1847) e 7ª (1848) legislaturas.

Presidiu o Rio de Janeiro de 1840 a 1841.

Ministro da Justiça no 9º Gabinete do I Império (1831) e na Regência Provisória (1831).

Ocupou interinamente a Pasta do Império em 1831.

**SOUZA FRANCO, Bernardo de**

Nasceu no Pará, em 26-6-1805 — Rio de Janeiro 8-5-1875.

Magistrado; Conselheiro de Estado.

Deputado Geral por sua Província nas 4ª (1838-1841), 5ª (1843-1844), 6ª (1845-1847), 7ª (1848), 8ª (1850-1852), e 9ª (1855), legislaturas. Senador pelo Pará de 1855-1875. Presidente das Províncias do Pará, (1839-1840), Alagoas (1844), e do Rio de Janeiro (1864 a 1865).

Ministro dos Estrangeiros e interino da Fazenda no 9º Gabinete do II Império (1848). Voltou a ocupar essa Pasta no 13º Gabinete do II Império (1857-1858).

**SOUZA MARTINS, Francisco de**

Piaui, 6-1-1805 — Piauí 1-2-1857.

Bacharel em Direito.

Deputado Geral por sua Província nas 3ª (1834-1837), 4ª (1838-1841) e 6ª (1846-1847) legislaturas; Deputado Geral pelo Ceará na 5ª (1843-1844).

Presidente da Bahia, (1834) e do Ceará (1840).

**SOUZA E MELO, Francisco de Paula**

Vide PAULA E SOUZA, Francisco de ... e Melo

**SOUZA E MELO, José de**

Deputado constituinte pela Província de Alagoas (1823) e pela mesma Província Deputado geral na 1ª legislatura (1826-1829).

**SOUZA E OLIVEIRA.**

Vide, OLIVEIRA, Saturnino de Souza e

**SOUTO, José Ferreira**

Nasceu na Bahia e faleceu no Rio de Janeiro em 22-2-1864.

Magistrado.

Deputado Geral pela Bahia nas 4ª (1838-1841), 6ª (1845-1847), 7ª (1848), 8ª (1850-1852) e 9ª (1856) legislaturas. Na 12ª legislatura representou o Espírito Santo (1864). Presidiu Sergipe de 1846 a 1847.

**SOUTO, José Joaquim Vieira**

Oficial do Exército

Deputado Geral pelo Rio de Janeiro na 2ª (1830 a 1833) e na 3ª (1834 a 1837), legislaturas.

**SUCUPIRA, José Ferreira Lima. Deputado.**

Ceará, 8-9-1781 — Ceará 25-1-1867

Padre

Deputado Geral por sua Província na 4ª legislatura (1828 a 1841).

# T

**TAUNAY, Visconde.**

Vide TAUNAY, Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle.

**TEIXEIRA DE GOUVEIA, Lúcio Soares**

Minas Gerais 09/05/1792 — Minas Gerais 21/11/1838

Magistrado

Deputado Constituinte por Minas Gerais pela Província e Deputado Geral na 1ª legislatura (1826 a 1829). Representou o Rio de Janeiro no Senado de 1837 a 1838. Ministro da Justiça no 7º Gabinete do I Império (1827 a 1828).

**TELES DA SILVA LOBO, Manuel**

Bahia — Nasceu e faleceu no Maranhão em 01/02/1855

Oficial do Exército

Deputado Geral pelo Maranhão na 1ª legislatura (1826 a 1829).

**TELES, Antônio da Silva**

Magistrado

Deputado Geral pela Bahia na 1ª legislatura (1826 a 1829).

**TINOCO**

Vide SILVA, Sebastião Luiz Tinoco da

**TOBIAS DE AGUIAR, Rafael**

São Paulo, 04/10/1795 — A bordo, 07/10/1857

Oficial do Exército

Deputado Geral por São Paulo nas 2ª (1830 a 1831), 3ª (1834 a 1835), 6ª (1847), 7ª (1848) e 10ª (1857) legislaturas. Presidiu São Paulo em 1831 e em 1839.

**TOLEDO, Joaquim Floriano de**

São Paulo 09/06/1794 — São Paulo, 18/04/1875

Oficial do Exército

Deputado Geral por São Paulo nas 2ª (1830 a 1833), 3ª (1834 a 1837) e 4ª (1838 a 1841) legislaturas.

**TOLEDO, Manuel Dias de**

São Paulo, 23/04/1802 — São Paulo 06/03/1874

Professor de Direito.

Deputado Peral por sua Província nas 3ª (1834 a 1837) e 4ª (1839 a 1841) legislaturas. Presidente da Província de Minas Gerais em 1835.

**TORREÃO, Basílio Quaresma**

Natural de Pernambuco, onde faleceu em 1867.

Professor de Geografia

Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte na 4ª legislatura (1838 a 1841), Província que presidiu em 1833. Presidente da Paraíba em 1836.

**TOSTA, Manuel Vieira. Visconde de Muritiba. Deputado**

Bahia 12/07/1807 — Rio de Janeiro 22/02/1896

Magistrado — Conselheiro de Estado

Deputado Geral pela Bahia nas 4ª (1838 a 1841), 7ª (1848) e 8ª (1850), legislaturas. Senador pela mesma Província de 1851 a 1889. Presidente de Sergipe (1844), Pernambuco (1848), e Rio Grande do Sul (1855). Ministro da Marinha e da Guerra no 10º Gabinete do II Império (1849 a 1952; da Justiça no 14º Gabinete (1859). Titular interino da Justiça no 23º Gabinete (1870) e efetivo da Guerra.

# V

**VALASQUEZ, Manuel dos Santos Martins**

Bahia, 1792 — Bahia 21-11-1802

Magistrado

Deputado pelo Maranhão na 2ª Legislatura (1830 a 1833) é Senador pela Bahia de 1836 a 1862.

**VALENÇA, Barão, Conde e Marquês de**

Vide: REZENDE, Estevão Ribeiro de

**VALÉRIO, de Alvarenga Ferreira**

Padre

Deputado Geral (Suplente) por São Paulo, na 2ª (1832 a 1833) e 3ª (1834 a 1837), Legislaturas.

**VASCONCELOS, Bernardo Pereira de**

Minas Gerais, 27-8-1795 — Rio de Janeiro 1º-5-1850

Magistrado; Conselho de Estado

Deputado Geral por sua Província nas 1ª (1826—1829), 2ª (1830—1833), 3ª (1834—1837) e 4ª (1838) Legislaturas. Senador por Minas Gerais de 1838 a 1850. Ministro da Fazenda no 1º Gabinete da Regência Trina Permanente ..... 1831—1832) é interino do Império. Titular da Pasta da Justiça no 1º Gabinete da Regência Araújo Lima (1837 a 1839) e da do Império no 4º Gabinete da mesma Regência (1840).

**VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca e (Visconde de Caeté)**

Minas Gerais, (1766 ou 1767) — Minas Gerais, 10-2-1838

Bacharel em Direito

Deputado Constituinte por Minas Gerais (1823), que repretou no Senado de 1826 a 1838. Presidiu sua Província em 1824.

**VEIGA PESSOA, José Maria Ildefonso Jácome da**

Militar

Deputado Geral pela Paraíba nas 3ª (1834 a 1837), 4ª (1838 a 1841) e 5ª (1843) legislaturas.

**VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos**

Trás-os-Montes, Portugal, 20-12-1778 — São Paulo, 17-9-1859.

Doutor em Leis

Deputado às Cortes de Lisboa por São Paulo (1822), não tendo assinado a Constituição Portuguesa Constituinte pela mesma Província e Deputado Geral na 1ª Legislatura. (1826 a 1828). Senador eleito por Minas Gerais (1828 a 1859). Membro da Regência Provisória (1831). Ministro do Império e da Fazenda no 3º Gabinete da Regência Trina Permanente (1832 a 1833). Titular da Pasta do Império, interino, no 7º gabinete do II Império e efetivo da Justiça no mesmo gabinete.

**VIANA, Joaquim Francisco**

Rio de Janeiro, 15-1-1803 — Rio de Janeiro, 11-4-1864

Bacharel em Matemática, Filosofia e Direito

Deputado Geral pelo Rio de Janeiro nas 3ª (1834 a 1837), 4ª (1838 a 1841), 5ª (1843 a 1844) e 8ª (1850 a 1852) legislaturas. Senador pela Província do Piauí (1853 a 1864) e Ministro da Fazenda no 3º Gabinete do II Império (1843 a 1844).

**VITAL,**

Vide PINHEIRO, Vital Raimundo da Costa

**VIDIGAL, Monsenhor Francisco Correa**

Rio de Janeiro, (1770) — Rio de Janeiro, (1838)

Monsenhor

Deputado Geral pelo Rio de Janeiro na 1ª Legislatura (1826—1829).

**VIEIRA DE MELO, Joaquim Manuel**

Bacharel em Direito

Representou Pernambuco na Câmara, durante a 4ª Legislatura (1838 a 1841).

**VIEIRA SOUTO, José Joaquim**

Oficial do Exército

Deputado Geral pelo Rio de Janeiro na 2ª (1830—1833) e na 3ª (1834 a 1837) legislaturas.

**VILELA BARBOSA, Francisco** (1º Visconde e Marquês de Paranaguá)

Rio de Janeiro, 20-11-1769 — Rio de JJaneiro, 11-9-1846
Oficial do Exército; Bacharel em Matemática; Conselheiro de Estado

Representou o Rio de Janeiro nas Cortes de Lisboa (1821—1822). Senador por sua Província, de 1826 a 1846. Presidiu a Câmara vitalícia de 1840 a 1841. No 3º gabinete sob D. Pedro I (1823—1824), ocupou sucessivamente as pastas do Império, Estrangeiros, Guerra e Marinha. Titular da Pasta da Marinha nos dois gabinetes que se seguiram (4º e 5º), respectivamente em 1826 e 1827. No 8º gabinete, ainda sob D. Pedro I, voltou a ocupar as pastas da Marinha e Estrangeiros. No gabinete que se sucedeu ao da Maioridade, foi novamente Ministro da Marinha (1841—1842).

**VISCONDE DA PRAIA GRANDE**

Vide MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda

**VISCONDE DE ALCANTARA**

Vide CUNHA, João Inácio da

**VISCONDE DE BAEPENDI**

Vide NOGUEIRA DA GAMA, Manoel Jacinto

**VISCONDE DE BARBACENA**

Vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto

**VISCONDE DE CAETÉ**

Vide VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca e

**VISCONDE DE CAIRU**

Vide LISBOA, José da Silva

**VISCONDE DE CARAVELAS, 2.º**

Vide ALVES BRANCO, Manoel

**VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO**

Vide MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio

**VISCONDE DE FIAIS**

Vide ARAUJO BASTOS, Luiz Paulo de

**VISCONDE DE GOIANA**

Vide GAMA, Bernardo José da

**VISCONDE DE INHAMBUPE**

Vide CUNHA, Antônio Luiz Pereira da

**VISCONDE DE ITABORAÍ**

Vide RODRIGUES TORRES, Joaquim José

**VISCONDE DE LORENA**

Vide BARBUDA, Francisco Maria Gordilho Veloso de

**VISCONDE DE MARICÁ**

Vide FONSECA. Mariano José Pereira da

**VISCONDE DE NAZARÉ**

Vide FERREIRA FRANÇA, Clemente

**VISCONDE DE NAZARÉ**

Vide FRANÇA, Clemente Ferreira

**VISCONDE DE PARANAGUÁ 1.º**

Vide VILELA BARBOSA, Francisco

**VISCONDE DE PEDRA BRANCA**

Vide BARROS, Domingos Borges de

**VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO**

Vide FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano

**VISCONDE DE SÃO LOURENÇO**

Vide GONÇALVES MARTINS, Francisco

**VISCONDE DE SEPETIBA**

Vide AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO

**VISCONDE DO RIO VERMELHO**

Vide MENEZES, Manoel Inácio da Cunha

**VISGUEIRO, José Candido de Pontes**

Magistrado

Deputado Geral na 4.a Legislatura pela Província de Alagoas 1(838 a 1841).

# X

**XAVIER DE CARVALHO, Augusto**

Deputado Constituinte pela Paraíba (1823) e Deputado Geral da mesma Província na 1.a (1826 a 1829) e na 2a. (1830 a 1833), legislaturas.

# Z

**ZEFERINO, Manuel... dos Santos**

Deputado às Cortes de Lisboa por Pernambuco (1821 a 1822), Província que representou na 2ª Legislatura (1830 a 1831), como Deputado Federal.

## TABELA DAS LEGISLATURAS

### 1ª Legislatura
### 1826 a 1829

1ª Sessão (Ordinária) — 06-05-1826 a 06-09-1826

2ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1827 a 16-11-1827

(Prorrogada até 15-10-1827 por decreto de 21-08-1827)
(Prorrogada até 15-11-1827 por decreto de 10-10-1827)

3ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1828 a 19-09-1828

Sessão Extraordinária — 02-04-1829 a 03-05-1829

(Convocada por decreto de 09-02-1829)

4ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1829 a 03-09-1829

### 2ª Legislatura
### 1830 a 1833

1ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1830 a 03-09-1830

Sessão Extraordinária — 08-09-1830 a 30-11-1830

(Convocada por decreto de 03-09-1830 para 8 do mesmo mês)

Sessão Extraordinária — 07-04-1831 a 11-04-1831

(Convocada pela renúncia do Imperador)

2ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1831 a 01-11-1831

Sessão Extraordinária — 10-04-1833 a 03-05-1833

3ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1832 a 21-10-1832

(Convocada por decreto de 07-01-1833 para 01-04-1833)

4ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1833 a 06-10-1833

(Prorrogada a partir de 04-09-1833)

### 1834 a 1837
### 3ª Legislatura

1ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1834 a 01-10-1834

2ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1835 a 25-10-1835

3ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1836 a 31-10-1836

4ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1837 a 15-10-1837

## 4ª Legislatura

## 1838 a 1841

1ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1838 a 20-10-1838

2ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1839 a 01-11-1839

Sessão Extraordinária — 09-04-1840 a 03-05-1840

(Convocada por decreto de 10-01-1840 para 01-04-40)

3ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1840 a 15-09-1840

(Adiada por decreto de 22-07-1840 para 20-11-40; convocada para 23-07-40, por decreto de 22-07-40)

4ª Sessão (Ordinária) — 03-05-1841 a 21-11-1841

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

O PARLAMENTO E A EVOLUCAO NACIONAL

SENADO 000141200

PRAZO DE DEVOLUÇÃO

O prazo deferido aos Senadores e funcionários para a devolução de obras e demais publicações emprestadas será de quinze dias, prorrogável por mais dois períodos de oito dias.

(Art. 59 da Resolução 6/1969)

OBRAS RARAS E DICIONÁRIOS

As obras raras, volumes que integram coleções de enciclopédias, dicionários e publicações similares não poderão sair da Biblioteca.

(Art. 58, f, da Resolução 6/1960)

| | | | |
|---|---|---|---|
| ..... | ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... | ..... |
| ..... | ..... | ..... | ..... |

FEDERAL
GRÁFICO

Senado Federal
SEN00056952